



Débora Dias Macambira

A “REDESCOBERTA” DO BRASIL EM JOAQUIM DE CARVALHO

UMA COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA FEITA DE LIVROS

(1928-1958)

Tese de Doutoramento em Altos Estudos em História, ramo de História — Época Contemporânea, orientada pelo Professor Doutor Fernando José de Almeida Catroga, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Janeiro 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• C •

FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho

Uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958)

Débora Dias Macambira

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho: Tese de Doutoramento.
Título: A “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho.
Uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958).
Autora: Débora Dias Macambira.
Orientador: Professor Doutor Fernando José de Almeida Catroga.
Curso: Doutoramento em Altos Estudos em História.
Área científica: História.
Ramo: Época Contemporânea.
Ano: 2017.

O presente trabalho foi realizado com apoio de uma bolsa de doutorado pleno da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil.

A Marina Dias e Thomas Wilcke,
“que ajeitaram os seus caminhos” para encostar no meu;
A Antônio Alves, leitor extraordinário, *in memoriam*,
dedico.

AGRADECIMENTOS

Esta tese, ao ser sobre livros, bibliotecas, diálogos transatlânticos, vicissitudes, entusiasmos e uma rede intelectual-afetiva luso-brasileira, quase que ao modo de metalinguagem, também foi tecida por essa mesma matéria. Mas, desde as suas origens, nos seus fundamentos e por todo processo, é um trabalho tributário da sabedoria e da generosidade do Professor Doutor Fernando Catroga, um orientador amigo em permanente diálogo, um “mestre de mestres” sempre disponível para o exercício do pensar. Por justiça, e também por afeto, agradeço o imenso privilégio de ter convivido com o professor Catroga, por ele me ter apresentado a Joaquim de Carvalho e a sua *Brasiliana*, por ser um guia nesta experiência acadêmica decisiva.

E para esse começo ser possível, mesmo antes da travessia além-mar, pude contar com o incentivo, o vasto conhecimento e as originais reflexões da Professora Doutora Adelaide Gonçalves, que acompanha meu itinerário desde o ingresso nos estudos em História. O cultivo do amor aos livros, a atenção ao caráter transformador da leitura, seu exemplo arrebatador na construção de uma valiosa biblioteca pessoal são alguns dos diversos pontos em que ela se fez presente nesta tese. E a cada retorno a Fortaleza, o Plebeu Gabinete de Leitura e seu coletivo se ofereceram como casa.

Desde a chegada a Portugal, pude contar com a disponibilidade do Professor Doutor João Luís Lisboa, que abriu as portas do grupo “Leitura e Formas de Escrita”, da Universidade Nova de Lisboa, e por diversas ocasiões colaborou para o acesso a fontes e bibliografias. Agradeço também o intercâmbio amigo com a investigadora Patrícia Palma.

Pelos ensinamentos e pelo acolhimento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, agradeço aos professores doutores Rui Cunha Martins, João Paulo Avelãs Nunes, Maria Antónia Lopes, Vítor Neto, bem como as palavras de estímulo da Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e as instigantes considerações da Doutora Ana Cristina Araújo. À Professora Doutora Irene Vaquinhas, então diretora do 3º Ciclo em Altos Estudos em História, também por sua atenção e presteza constantes para com a investigação.

O acesso a uma documentação inédita em guarda da família de Joaquim de Carvalho, além dos contatos amistosos e prestativos com vários dos seus familiares, contribuíram diretamente para os rumos seguidos neste estudo. Ao Doutor João Montezuma de Carvalho, o agradecimento pela confiança e colaboração ativa no envio de informações. Também à

Senhora Dulce Montezuma que, da Figueira da Foz, retornou ao Brasil pela memória, reavivada durante longa entrevista sobre seu pai e sua própria história. À Senhora Júlia Montezuma, que me recebeu tão bem no alto da Alfama e com muita amabilidade ofereceu informações relevantes.

Para um rápido acesso a outra face do epistolário com João Cruz Costa, gratidão à amiga Cristina Alvares Beskow, documentarista e então doutoranda na ECA-USP, que fotografou todo o espólio de Joaquim de Carvalho solicitado, além de elaborar uma lista com outros correspondentes em guarda no mesmo fundo, e que foi bastante útil.

Muito grata ao Senhor Víctor Louro, que concedeu entrevista e disponibilizou documentos do seu pai, Victor de Sá, não esquecendo dos interesses desta investigação. Em Braga, agradeço aos senhores Henrique Barreto Nunes, Elísio Araújo e José Alberto Pereira Gomes para a consulta deste espólio; e à Cristiane Parente que me recebeu tão bem. Para o acesso ao Arquivo do Professor Doutor Marcello Caetano, na Torre do Tombo, agradeço ao Senhor Miguel Caetano.

Se as bibliotecas não prescindem dos seus bibliotecários, esta tese contou com a participação direta e indireta de vários desses comprometidos profissionais. Por aceitarem “de pronto” conceder entrevista, agradeço a Carlos Santarém Andrade e Natércia Coimbra, que estiveram nos princípios da Sala Joaquim de Carvalho; e à Delfina Marques Pimentel, que continua. No Arquivo Nacional Torre do Tombo, o Senhor Paulo Tremoceiro, pelas orientações e pesquisa. Na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, a visita guiada da diretora Iva Matos pelas livrarias de Antero de Quental e Natália Correia foi inesquecível. Na Casa de Portugal, em São Paulo, Eliane Junqueira, defensora dos livros e aliada dos investigadores, buscou ativamente novas fontes. Ainda na capital paulista, a gentileza de Pedro Mayer, do Cedem; e de toda equipe da Biblioteca Municipal Mário de Andrade fez diferença. Pelo compromisso com o público, agradeço à bibliotecária Eliana Mara, da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH-USP); assim como ao senhor Rubens Perez, que abriu o espólio do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) com muita cordialidade.

Todo este percurso esteve ancorado em uma rede de amizades fundamentais. Dos encontros de Coimbra, agradeço à querida Jaqueline Cunha e ao Gabriel Cabral, que viraram família ampliada. Importaram demais, nesse período, as amigas Marta Ventura, Bertolina Costa, Flávia Carlet, como também a amabilidade do Marcelo Politano, do Joel Andrade e do João Figueiredo. Agradeço ao Rui Calado e a sua família de Anas (Ana Rui e Ana Costa) naqueles anos de chegada, pelo apoio e afetuosa convivência.

Na base paulistana, sou devedora da hospitalidade alegre da Vanessa Alcântara, bem como da Kelaine Azevedo. Agradeço ao Jorge Pereira Filho a atenção no envio de livros e de documentos do IEB. Ao Rui Moreira Leite pelo envio do seu livro e interesse na pesquisa. Em Fortaleza, Demitri Túlio foi rápido em localizar e enviar um artigo do jornal O Povo de 1958. Dos dois lados do mar, a amiga de toda vida, Lúcia Liberato, e o seu Nilton Vieira, foram contínuos. Do Porto, o Fernando Brito fez a capa. Na França, o Cidicley Miranda respondia de imediato todas as dúvidas nas traduções. Em Berlim, agradeço ao acolhimento da Patrícia e Arvid Krell, e do Oliver Gärtner e família. No Rio de Janeiro, a Michelle Sales foi uma querida anfitriã. Da grande família lisboeta, a colaboração da Lídia Marôpo foi valiosa e não será esquecida, assim como de Gisele e Robert Badura. Sobre a filosofia na universidade brasileira, Daniel Durante dedicou uma tarde de conversa. Ao Nilton Almeida e Germana Cabral, sempre amigos. Pelos diálogos de pesquisa e incondicional amizade, sou grata à Sarah Oliveira, continuamente disposta a ajudar.

Todos os passos foram dados com o suporte da confraria: Mayra Pontes, Daniel Sampaio, Humberto Ilo, Moema Soares, Viviane Lima e Vanessa, quer no acesso a livros, quer na partilha de inquietações e alegrias. Necessário e constante foi o auxílio da amiga-irmã Raquel Chaves, que atravessou o Atlântico quando preciso; e do Raimundo Madeira, no tratamento de imagens e por estar sempre presente, mesmo quando ausente.

Do começo ao fim do doutoramento, por contribuições variadas, mas especialmente pela dedicação e cuidado quando foi mais difícil, serei sempre grata às “minhas meninas”: à Neirara de Moraes, que me recebeu em Coimbra e em Lisboa, que esteve junto; à Thais França que, entre tanto carinho, fez a tradução para o “Abstract”, com o Richard Abbiw; à Mara Semyra, que cuidou dos meus e ofereceu notável e permanente auxílio; à Lidiane de Carvalho, uma defensora da tese e minha protetora, por toda força e alegria.

Este estudo foi também viável graças ao empenho de Regina Dias, minha mãe, que sempre fez o impossível para me apoiar. Agradeço aos meus sogros Sabine e Dietmar Wilcke que participaram e acreditaram neste projeto; ao meu irmão Pedro Macambira e a minha avó Francisca Feitosa, pelo carinho.

Por toda jornada, um agradecimento especial a Thomas Wilcke, companheiro de vida, que junto percorreu bibliotecas por ilhas e continentes e fez mais que isso. Obrigada pela constância no suporte, pela dedicação e pelo incentivo extraordinários, como você é. E para a minha Marina Dias, a certeza de que tudo foi com você e por você. Vivemos juntas a aventura de Portugal e com um amor imenso, continuado no Artur.

RESUMO

Este estudo tem como eixo estruturante o processo que levou a uma “redescoberta” do Brasil em (e por) Joaquim de Carvalho (1892-1958), historiador da filosofia e da cultura portuguesa, editor, educador, administrador de bibliotecas, colecionador de impressos e um leitor extraordinário. Na conjugação destes múltiplos papéis, enquadra-se o seu interesse crescente pelo outro lado do Atlântico, acelerado pela viagem que fez ao Brasil, em 1953, num contexto de consolidação do campo universitário deste país. Ponto de partida de afinidades intelectuais e afetivas que o levarão a considerar a antiga colônia como sua “segunda pátria”.

A investigação dessa rica experiência, com repercussões na vida e obra de Joaquim de Carvalho, está centrada na formação de uma biblioteca *Brasiliana*, em Coimbra, e na constituição de uma rede luso-brasileira de intelectuais que tiveram no *livro* o grande mediador e condensador metafórico dos seus debates, projetos e cumplicidades científicas, literárias e políticas. E este intercâmbio foi alimentado por um vasto epistolário formando uma heterogênea e informal teia comunicativa que nos permitiu surpreender o pulsar do diálogo cultural entre Portugal e o Brasil, bem como os múltiplos obstáculos que teve de vencer em tempos pouco propícios ao respeito da liberdade de pensar.

Tais dimensões são inseparáveis da sua condição de acadêmico, mas também de bibliófilo, editor e diretor da Imprensa da Universidade (1921-1934), convivendo cotidianamente com todo o circuito de comunicação do impresso, visto desde a escrita de autor (ou de tradutor), às diversas etapas da materialidade editorial e da venda, guarda e leitura do livro. Se Carvalho, leitor omnívoro, esteve presente em todas essas fases, também as assumiu como objeto de reflexão teórica e de investigação historiográfica em torno do Livro e da Leitura, combinando-as, igualmente, com seu ofício de professor.

Simultaneamente, o acompanhamento da edificação da sua grande biblioteca pessoal e, dentro desta, de uma *Brasiliana*, assim como das movimentações que ditaram a especificidade e o cariz alternativo da sua ida ao Brasil em 1953, possibilitou-nos entrar no âmago de algumas das tensões mais fortes que configuravam as práticas culturais e universitárias de ambos os países. O que nos ofereceu novos dados tanto acerca das “políticas do espírito” que cada qual, à sua maneira, perseguia, como das resistências antissalazaristas de setores portugueses exilados e de brasileiros que contestavam a qualidade das “missões

culturais” que o Estado Novo de Salazar enviava à ex-colônia. Desse modo, se a paulatina “redescoberta” do Brasil por Carvalho não foi estranha ao seu itinerário profissional, também teve muito a ver com os postulados ético-cívicos que nortearam, quer as suas opções políticas de cariz demoliberal, quer o seu posicionamento dentro de uma “República das Letras” cada vez mais minada por clivagens ideológicas e sujeita, mesmo no foro íntimo da correspondência, ao olho vigilante da polícia política.

Por sua vez, os múltiplos sinais respeitantes ao “brasileirismo” permitem-nos concluir que muitos dos seus projetos que envolviam essa temática foram quebrados pela sua morte. No entanto, não será excessivo defender que a permuta de ideias e de livros que desembocou na *Brasiliana* foi também pensada para servir de base a investigações que o ajudariam a compreender melhor a febricitante construção da identidade brasileira que muito o surpreendeu, num horizonte comparativo com a compleição da identidade portuguesa.

Palavras-chave: História do Livro; Bibliotecas; República das Letras; Imprensa da Universidade de Coimbra; Relações culturais luso-brasileiras; Estado Novo; Joaquim de Carvalho; João Cruz Costa; Salazar; Getúlio Vargas; Intercâmbio universitário; Universidade de São Paulo; Universidade de Coimbra; Missões culturais.

ABSTRACT

This study axis is the process that leads to a rediscovery of Brazil in (and by) Joaquim Carvalho (1892-1958), philosophy and Portuguese culture philosopher, editor, library administrator, print matter collector and an amazing reader. His interest in the other side of the Atlantic lies at the junction of these multiple roles and it was accelerated as a result of a trip he took to Brazil in 1953, in the context of the consolidation of the academic field in the country. This was the starting point of affective and intellectual affinities that will lead him to consider the former colony as his “second homeland”.

The investigation about this rich experience and its repercussion on life and on Joaquim de Carvalho’s works, is centred in the formation of a *Brasiliiana* library in Coimbra and in the constitution of a Luso-Brazilian network of intellectuals that contained, in *book (writings)*, the main metaphoric mediator and condenser of their debates, projects, scientific, literary and political complicity. This exchange was fed by a vast epistolary that resulted in a heterogeneous and informal communicative network that allowed us to catch the pulsation of cultural dialogue between Portugal and Brazil, as well as the multiple obstacles that had to be overcome in times less propitious in respect to freedom of thought.

These dimensions are inseparable from his academic position, but also as a bibliophile, editor and director of the University Press (1921-1934), living daily within the circuit of printed communication, from the start of an author’s writing (or translators) to the diverse phases of editing itself and the selling, storage and book reading. If Carvalho, an omnivore reader, was present in all these phases, he also understood it as an object of theoretical reflection and historiography investigation about Book and Reading, binding them equally, with his occupation as a Professor.

Simultaneously, accompanying the creation of his vast personal library, and within it, *Brasiliiana* library, as well as the movements that dictated the specificity and the alternative character of its trip to Brazil in 1953, allowed us to enter into the core of one of the strongest tensions that configured the cultural and academic practices in both countries. And this offered us new data both about the “spirit politics” that each country, in its particular way chased, as well as the anti-Salazar resistances of the Portuguese exiled sector and Brazilians who contested the quality of the “cultural mission” that Salazar’s New State sent to the ex-colony. In this sense, if the slow discovery of Brazil by Carvalho was not disconnected from his professional trajectory but was also related to the ethic-civic principles that guided both

his political choices based on a ‘demoliberal’ character and his position within a “Republic of Letters” each time more undermined by ideological divisions, under the political police vigilant eye, even in the private sphere of correspondence,

Moreover, the multiple signs concerning the “brasileirismo” allow us to conclude that many of the projects that involved this topic were disrupted by his death, however, it will not be excessive to defend that the exchange of ideas and books that result in the *Brasiliana* was also thought to serve as a base to the investigations that would help him to comprehend better, the exciting construction of Brazilian identity that was of great surprise to him in a comparative horizon with the constitution of the Portuguese identity.

Key words: History of Books, Libraries, Republic of Letters, Press of University of Coimbra, Luso-Brazilian cultural Relations, Joaquim de Carvalho; João Cruz Costa; Salazar; Getúlio Vargas; Academic Exchange, University of São Paulo, University of Coimbra, Cultural missions.

SIGLAS UTILIZADAS

AACL – Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa
ABL – Academia Brasileira de Letras
AFJC – Arquivo Familiar Joaquim de Carvalho
AIB – Ação Integralista Brasileira
AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
ANTT – Arquivo Nacional Torres do Tombo
AHMFF – Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz
AMLB – Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa
APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo
AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra
BFC – Biblioteca Ferreira de Castro
BFF-USP – Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo
BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
BMA – Biblioteca Mário de Andrade
BMC – Biblioteca Municipal de Coimbra
BNP – Biblioteca Nacional de Portugal
BPB – Biblioteca Pública de Braga
CEDEM – Centro de Documentação e Memória da Unesp
CMJR – Casa-Museu José Régio
DGS – Direção-Geral de Segurança
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa
FFCL – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP
FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
IAC – Instituto de Alta Cultura
IBF – Instituto Brasileiro de Filosofia
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
IUC – Imprensa da Universidade de Coimbra

JK – Juscelino Kubitschek

MFC – Museu Ferreira de Castro

O.C – Obra Completa de Joaquim de Carvalho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

RBF – Revista Brasileira de Filosofia

RF – Revista Filosófica

RH – Revista de História da USP

SJC – Sala Joaquim de Carvalho

SNI - Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo

SPE – Sociedade Paulista de Escritores

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

UB – Universidade do Brasil

UC – Universidade de Coimbra

UDF – Universidade do Distrito Federal

UNESP - Universidade Estadual Paulista

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
Uma obra faz-se caminhando:	
a “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho	9
<i>O esquecimento e a memória como fontes</i>	9
<i>Ouvir o outro contar das fontes: a correspondência e a “Biblioteca” como fonte</i>	14
A ordem lógica e cronológica da exposição	20
PRIMEIRA PARTE	
“Careço de estar cercado dos livros que me encham a existência”	33
CAPÍTULO I	
A biblioteca como um livro “escrito” por quem a criou	35
O mito da universalidade e a ordem do infinito	35
<i>O paradigma alexandrino</i>	38
As metamorfoses da biblioteca	42
<i>A biblioteca vegetal e a dessacralização do objeto</i>	50
CAPÍTULO II	
A longa “República das Letras” e o século dos intelectuais	61
Redes de comunicação de saberes	64
<i>Jornais-biblioteca e o periodismo português iluminista</i>	68
A biblioteca e a ordem enciclopédica	71
O nascimento dos intelectuais	75
<i>A coleção como biblioteca</i>	79
Modelos de bibliotecas: do universitário ao autodidata	83
<i>“Toda biblioteca é autobiográfica”</i>	87

CAPÍTULO III

A biblioteca de Joaquim de Carvalho	91
Ler por prazer, para investigar e para ensinar	93
Um leitor contínuo e omnívoro	95
<i>As leituras do universitário</i>	98
Um “olhar” estrangeiro sobre Joaquim de Carvalho e o seu mundo povoado de livros	103
<i>Um chá entre livros</i>	110
<i>“Tudo que no mundo existe acaba em livro”</i>	111
A “fome de livros” e a bibliofilia do investigador	112
<i>A rotina dos livros e da leitura</i>	113
<i>Uma biblioteca em trânsito</i>	115
<i>Os prazeres do bibliófilo-investigador</i>	117

CAPÍTULO IV

A Sala Joaquim de Carvalho	125
O espectro do leilão	125
<i>O livreiro-escritor Victor de Sá em defesa da Biblioteca</i>	127
Da Casa-Museu à Sala na Faculdade de Letras	132
A reconstrução de um ordenamento imaginado	136
<i>Coleções da coleção e algumas práticas de leitura</i>	141
<i>A coleção de Catálogos, os livros-bibliotecas</i>	143
<i>O livro antigo ou Nec Tardum Neque Incertum</i>	148
<i>A Literatura e o Autógrafo</i>	149
<i>Do particular a uma totalidade enciclopédica</i>	154

CAPÍTULO V

Joaquim de Carvalho editor: a Imprensa da Universidade	157
A direção da Imprensa da Universidade	157
<i>Uma comunidade de artes e ofícios ao serviço da cultura</i>	160
A Imprensa e os circuitos do livro	163
<i>A Imprensa como espaço de formação:</i>	
<i>de “estabelecimento modelar”(Salazar) à sua extinção</i>	168

<i>A produção editorial em 1928</i>	172
<i>O Brasil, um caminho editorial de duplo sentido</i>	177
Um coerente pluralismo editorial	182
<i>A “crise é, só por si, sinónimo de Vida, e de abundância de problemas que acarreta a necessidade vital de a resolver”</i>	190
CAPÍTULO VI	
Um magistério como escritura e o <i>magister</i> como escritor	199
Um historiador do livro e da leitura	201
<i>Histórias de livros, bibliotecas, leitores e leituras</i>	204
<i>Do Cavaleiro de Oliveira à livraria de Colombo, o livro é personagem central</i>	209
<i>O amor ao livro e a compleição portuguesa</i>	214
<i>Questões de método</i>	218
SEGUNDA PARTE	
Joaquim de Carvalho e o Brasil	225
CAPÍTULO VII	
A correspondência como escritura da vida	227
A correspondência como fonte histórica	227
<i>A correspondência escrita e recebida</i>	233
<i>A correspondência de Carvalho e seus “tipos”</i>	238
João Cruz Costa e Joaquim de Carvalho: a história de uma amizade	240
<i>Quem foi João Cruz Costa?</i>	242
<i>O primeiro aluno do curso de Filosofia da USP</i>	244
<i>Das conflitualidades universitárias à repressão da ditadura militar</i>	247
<i>Do intercâmbio epistolar ao conhecimento pessoal</i>	249
CAPÍTULO VIII	
Uma longa conversa que só a morte interrompeu	255
A face biográfica e familiar da correspondência	255

Uma correspondência situada e politicamente vigiada	259
<i>“O que é preciso é cuidado com o que se diz”</i>	260
Ecos e reflexões sobre os destinos políticos do Brasil e de Portugal	263
<i>O desfecho trágico do getulismo</i>	268
<i>O atribulado caminho de JK para o poder</i>	272
Uma correspondência à roda dos livros	281

CAPÍTULO IX

Os brasileiros e a missão portuguesa no Brasil	285
A configuração do campo acadêmico brasileiro e as “missões culturais” estrangeiras	285
<i>Educadores brasileiros, missões estrangeiras e (des)encontros culturais na universidade</i>	286
<i>Educadores “profissionais” e o grupo de O Estado de São Paulo na fundação da USP</i>	289
<i>Os alunos “missionários” da FFCL: “depois do deslumbramento, alguma decepção”</i>	292
A missão portuguesa no Brasil	297
<i>A esperança frustrada do pós-Guerra</i>	298
<i>A especificidade da “missão cultural” portuguesa</i>	303
<i>As relações de “amizade” entre Brasil e Portugal e as transformações do pós-guerra</i>	310
De Portugal para o Brasil: disputas por uma <i>intelligentsia</i> portuguesa	316

CAPÍTULO X

Joaquim de Carvalho no Brasil	327
Finalmente o Brasil	330
<i>Pessoas gratas e não gratas ao Estado Novo</i>	330
<i>A viagem de Carvalho ao Brasil segundo a PIDE</i>	330
<i>Diário de bordo</i>	335
<i>Uma “sociologia da emigração” a bordo do Serpa Pinto</i>	356
Desde São Paulo, a conciliação entre temas e públicos	357
<i>O impacto imediato do magistério de Joaquim de Carvalho no Brasil</i>	369

<i>Um viajante trabalhador</i>	353
Uma viagem sem regresso	356
<i>(In)confidências em torno da vida universitária</i>	357
<i>Miguel Reale e o IBF nas confidências epistolares</i>	369
CAPÍTULO XI	
O Brasil como <i>Brasiliana</i>	379
O livro brasileiro em Portugal	382
<i>Repressão e censura ao livro e à leitura</i>	384
Os estudiosos portugueses e “o que se deve ler para conhecer o Brasil”	389
<i>A biblioteca do IEB de Coimbra</i>	391
A <i>Brasiliana</i> de Joaquim de Carvalho	393
<i>A viagem ao Brasil na construção da biblioteca</i>	396
<i>O caminho cordial dos livros e das dedicatórias</i>	399
“Livros. Diga-me o que quer”.	
O diálogo entre Joaquim de Carvalho e João Cruz Costa	405
<i>A descoberta de um Brasil de livros</i>	415
<i>Cercado de livros para encher a existência</i>	419
CAPÍTULO XII	
Brasil-Portugal: uma comunidade intelectual-afetiva	423
Pontes de diálogo e afinidades intelectuais	425
<i>As peculiaridades da relação com Gilberto Freyre</i>	430
Cumplicidades editoriais	438
O intercâmbio luso-brasileiro na <i>Revista Filosófica</i>	448
<i>“Prefaciando, anotar, traduzir, rever, explicar” –</i>	
<i>Joaquim de Carvalho nas publicações brasileiras</i>	455
Projetos para (re)pensar o Brasil	459
A sua <i>outra pátria</i>	464
<i>São Paulo e o cruzamento da herança com a emergência febril do novo</i>	467
<i>As leituras do brasilianista</i>	470
CONCLUSÃO	475

FONTES E BIBLIOGRAFIA	487
Acervos consultados	487
Fontes	488
Orais	488
Manuscritas	488
Impressas	489
<i>Periódicos e obras de referência</i>	489
<i>Escritos de Joaquim de Carvalho</i>	490
<i>Escritos sobre Joaquim de Carvalho</i>	493
<i>Outras publicações</i>	495
<i>Principais livros da Biblioteca Joaquim de Carvalho consultados</i>	497
Bibliografia	499

INTRODUÇÃO

A importância que o contato com a vida cultural brasileira, acelerado com a viagem às Terras de Vera Cruz em 1953, ganhou na vida e na obra de Joaquim de Carvalho (1892-1958) tem sido assinalada, embora de uma maneira descritiva ou meramente sumária. Devido à riqueza desta experiência, o estudo do seu “brasileirismo” não pode ficar limitado a juízos impressionistas ou à citação das repetidas manifestações de afeto para com a antiga colônia. E foi para ultrapassar este estado de coisas que nos lançamos na feitura desta dissertação de doutoramento.

Uma obra faz-se caminhando: a “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho

Para isso, as dimensões biográficas desse relacionamento serão inseridas na vida cultural e universitária em Portugal e no Brasil, ao mesmo tempo que não serão esquecidos os condicionantes que, de uma maneira explícita e, sobretudo, implícita, resultaram da recepção, em ambos os países, das grandes correntes do pensamento ocidental – com destaque para as francesas –, e que se repercutiram nas suas políticas culturais durante as décadas de 1940 e 1950. Esses fatores, articulados com uma hermenêutica acurada dos escritos carvalheanos sobre o Brasil, e com um olhar minucioso sobre a sua biblioteca e o seu epistolário “brasileiro”, foi-nos mostrando que valia a pena alargar o “questionário” inicial desta investigação, dando-lhe um cunho mais interdisciplinar e contextualizador.

O esquecimento e a memória como fontes

Com efeito, ao compulsarmos a bibliografia essencial sobre a sua vida e obra imediatamente verificamos a quase ausência de referências à temática “brasileira” e à sua materialização em ideias, projetos e cumplicidades no interior de uma “República das Letras” minada por clivagens ideológicas e sujeita, mesmo no foro íntimo da correspondência, ao olho vigilante da polícia política. E, quando alguns registros surgem, logo percebemos que, para a nossa ótica, eles valem, sobretudo, como testemunho e como fonte. Boa prova disso encontra-se na *Miscelânea de Estudos*, publicada, entre 1959 e 1963¹, em sua memória. Ora, não

1 *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 1 - n.º 9. Figueira da Foz: Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, 1959-1963. Nesse registro, Cruz Malpique citou o prazer que Carvalho tinha ao ouvir música brasileira (“Perfil intelectual e moral do Prof. Joaquim de Carvalho”, n.º 2, 1959, pp. 109-143, p. 114); enquanto Barahona Fernandes, também em breve passagem, disse da realização de conferências no Brasil, bem como da deferência que Gilberto Freyre e Paulo Duarte lhe tinham (“Joaquim de Carvalho – Pessoa e

poucos dos seus contemporâneos e admiradores assinalaram que, à grande consagração e reconhecimento que o professor figueirense granjeou em vida – não obstante a “má vontade” do Estado Novo –, rapidamente se seguiu um longo silêncio, situação que a homenagem que a sua Faculdade lhe prestou, com o número especial da revista *Biblos*², saído em 1980, quis modificar. Deste modo, também não deve surpreender que, ao prestígio que conquistou no Brasil – principalmente na primeira metade da década de 1950, e até a sua morte em 1958 – tenha igualmente sucedido um rápido esquecimento.

Bastaria a constatação deste estado de coisas para incitar a curiosidade da pesquisa. Mas esta foi ainda maior quando deparámos com a qualidade e o teor das apreciações feitas por intelectuais brasileiros de renome que conheceram Joaquim de Carvalho, indício da existência de um rico intercâmbio intelectual a pedir atenção historiográfica. Alguns exemplos: o educador e sociólogo Fernando de Azevedo, professor da Universidade de São Paulo (USP), considerava o colega de Coimbra como o “primeiro grande historiador português das ideias e da cultura”³; para o poeta Manuel Bandeira, então professor catedrático da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro), tratava-se de “um verdadeiro mestre”⁴; e Gilberto Freyre quis vê-lo a ensinar mais continuamente nas universidades brasileiras e retratou-o como o “sábio português, cujos trabalhos são um dos maiores monumentos de erudição moderna em língua portuguesa”⁵.

Por outro lado, ainda que esporadicamente, outros casos podem ser convocados como prova de sobrevivência da memória da sua única visita ao Brasil, em 1953. Neste âmbito, não podíamos ficar indiferentes à necessidade de indagar melhor por que é que Carvalho aparece incluído, meio século depois, na galeria das personalidades que Antônio Cândido rememorou a propósito das “missões estrangeiras” que, desde os inícios dos anos 1930, lecionaram em estabelecimentos de ensino superior brasileiros⁶. Tal questão, devido à

atitude espiritual”, n.º 9, pp. 889-915, p. 893). A referência a viagem de Carvalho ao Brasil é feita pelo espanhol José Maria Cossio (“Joaquim de Carvalho”, n.º 2, pp. 202) e pelo português Jaime Cortesão (“Joaquim de Carvalho”, n.º 2, pp. 198-199). Entre os brasileiros que participam da publicação, a relação do professor coimbrão com o Brasil foi apontada por Gilberto Freyre (“Um pensador português”, n.º 2, pp. 198), Nelson Nogueira Saldanha (“Na morte de Joaquim de Carvalho”, n.º 2, pp. 204-205) e Amaro Quintas (“Uma carta”, n.º 4, p. 434).

2 Neste caso, há registros da sua atividade intelectual no Brasil somente nas referências bibliográficas, em alusão à conferência *Compleição do Patriotismo Português*, que Carvalho proferiu no Real Gabinete de Leitura Portuguesa, em 10 junho de 1953, no Rio de Janeiro. Cf. *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, vol. 56. Homenagem a Joaquim de Carvalho. Coimbra: Faculdade de Letras, 1980.

3 AZEVEDO, Fernando de. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Joaquim de Carvalho no Brasil. Juízos e depoimentos*. Coimbra, Atlântida, 1956, pp. 48-49, p. 49.

4 BANDEIRA, Manuel de. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op. Cit.*, pp. 79-80, p. 80.

5 FREYRE, Gilberto. “Um sábio verdadeiro”. In *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro), n.º 49, 22/9/1965, p. 34.

6 A passagem de Joaquim de Carvalho pela USP é citada por Antônio Cândido, ao escrever sobre os portugueses que ministraram lições naquela universidade. Cf. CÂNDIDO, Antônio. “Portugueses no Brasil”.

sua relevância, também nos aconselhou a estudar as relações interuniversitárias entre Portugal e o Brasil no período em pauta.

Voltando aos registros portugueses, merecerão destaque outros testemunhos, de caráter evocativo e científico⁷. Entre estes, sublinharemos o artigo que Eduardo Lourenço escreveu num jornal da Bahia, ainda em 1958, sob o título “Na morte do prof. Joaquim de Carvalho”⁸, e aquele outro que o mesmo autor publicou aquando da passagem do centenário do nascimento do seu antigo mestre⁹. No entanto, para os nossos objetivos, levámos sobremaneira em conta o impacto que teve, no domínio da História da Filosofia em Portugal e no da História das Ideias, a compilação, em oito volumes, da sua *Obra Completa*¹⁰, saída entre 1978 e 1997, iniciativa que veio oferecer um mais fácil acesso aos seus escritos, o que, ligado à paulatina publicitação de partes da sua correspondência entretanto ocorrida, possibilitou que, hoje, o seu ideário seja mais conhecido no mundo intelectual português. Para isso, contribuíram os ensaios de Carlos Leone (2008)¹¹ e Miguel Real (1998 e 2008)¹², os

In *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul, 2004, pp. 73-84, p. 84; CÂNDIDO, Antônio. “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, pp. 15-20. As lições de Joaquim de Carvalho na Universidade Federal de Minas Gerais são mencionadas por Heitor Martins em artigo sobre Rodrigues Lapa. Cf. MARTINS, Heitor. “Manuel Rodrigues Lapa: crônica de saudades”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *Op.Cit.*, pp. 155-158, p.155.

- 7 Nesse âmbito, constam os esforços, na Figueira da Foz, na promoção de atividades de reflexão sobre a vida e a obra do professor de Coimbra. Exemplo: após o 25 de abril, a *Exposição-Homenagem ao Professor Doutor Joaquim de Carvalho*, de 24 de agosto a 28 de outubro de 1975, organizada por José Pires Lopes de Azevedo. Nas comemorações pelo centenário de nascimento do figueirense, além da inauguração da estátua pelo então presidente da República Mário Soares, em 27/10/1989, foi realizada nova exposição bio-bibliográfica na Escola Secundária Doutor Joaquim de Carvalho. Em 2008, também nesse âmbito, registram-se as atividades do evento *Pensar com Joaquim de Carvalho, 50 anos depois*, no qual se incluiu a realização da I Tertúlia (“Joaquim de Carvalho e a ideia de Pátria”), com a exposição de Carlos Pinto Coelho (moderador), Fernando Catroga e Miguel Real em outubro; e em novembro do mesmo ano a II Tertúlia (“Joaquim de Carvalho: a organização da cultura e os conflitos culturais na sua época”), que contou com a intervenção de Eduardo Lourenço, António Pedro Pita, Paulo Archer de Carvalho e Carlos Magno (moderador). Em Coimbra, em 2014, foi realizado o *Colóquio Internacional Joaquim de Carvalho: Historiografia, Filosofia, Cultura*, realizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Em outubro de 2015, o município da Figueira da Foz realizou um novo ciclo *Conferências Joaquim de Carvalho*, com duas sessões académicas organizadas por Paulo Archer de Carvalho, e uma exposição bibliográfica e documental na Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, que, de 13/6 a 10/8 de 2016, esteve na Sala do Catálogo da Biblioteca Geral da UC, em Coimbra.
- 8 Cf. LOURENÇO, Eduardo. “Na Morte do Prof. Joaquim de Carvalho”. In *Diário da Bahia*, 1/11/1958 *apud Diário de Coimbra*, 5/11/1958, p. 1 e 7.
- 9 Refere-se ao texto LOURENÇO, Eduardo. “Joaquim de Carvalho e a ideia de uma Filosofia Portuguesa”, apresentado em 1992, no Colóquio *I Centenário de Joaquim de Carvalho* (Figueira da Foz, 10 a 13 de junho) e somente publicado em *Obras Completas de Eduardo Lourenço. I – Heterodoxias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 419-429.
- 10 CARVALHO, Joaquim de. *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, vol. I-IX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978-1997. A partir de agora, esta obra será referida como *O.C.*
- 11 O autor apresenta Joaquim de Carvalho como um dos primeiros do século XX, no âmbito da cultura portuguesa, a optar pela especialização universitária enquanto modo de intervenção no espaço público. Leone sublinha a sua atividade e obra como bem representativa de um período de transição crucial para a especialização do discurso crítico, que vai sobretudo entre meados dos anos 1940 e meados da década de 1960. LEONE, Carlos. “Figuras da Cultura Portuguesa: Joaquim de Carvalho” [em rede]. Disponível em

estudos sobre sua obra pedagógica (Nóvoa, 2003¹³; Louro, 2012¹⁴); ou acerca da sua ação à frente da Imprensa da Universidade na conjuntura do fechamento da editora por Salazar (Peixoto, 1976; Torgal, 2001)¹⁵, assim como as originais achegas, atinentes à sua Teoria da História da Cultura, avançadas por Fernando Catroga (1994¹⁶). E, no que respeita à História das Ciências enquanto via de acesso à compreensão da multidisciplinaridade que caracteriza a objetivação da unidade da Ciência, Paulo Archer e Carlos Fiolhais (2016)¹⁷ confirmam o modo como, nesta tese, estávamos a operar com a epistemologia carvalheana e a pesquisar a sua tradução bibliotecária.

Para esta “redescoberta” de Carvalho, sobressaíram, ainda, as análises que privilegiaram a sua relação mais específica com a Filosofia e com a História da Filosofia

<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/joaquim-de-carvalho.html#.WCJK0iSoPV8> (último acesso em 8/11/2016).

- 12 Em 2008, ao tratar do pensamento liberal de Joaquim de Carvalho (e as repercussões na sua trajetória por sua “alma burguesa”), Real lamenta o desprezo a que tem sido votada esta figura, embora sublinhe o seu “racionalismo rigoroso e escrupuloso, herdeiro da escola racionalista cientificista” e o considere “um dos maiores cidadãos portugueses do século XX. O autor considera que, se não há uma filosofia própria de Carvalho, este possui “tanto um enquadramento filosófico original do saber e da ciência, quanto uma magnetizante leitura da galeria de momentos e figuras heterodoxas da história da cultura portuguesa”. Cf. REAL, Miguel. “Joaquim de Carvalho (1892-1958) - Um liberal heterodoxo”. In *Litorais. Estudos Figueirenses*, n.º 9 (nov), 2008, pp. 33-64. Este mesmo texto foi integrado pelo autor em *O pensamento português contemporâneo 1890-2010. O labirinto da razão e a fome de Deus*. Lisboa: INCM, 2011. Do mesmo autor, há um resumo didático sobre a “Teoria Fenomenológica da Saudade de Joaquim de Carvalho” no seu texto “Introdução à filosofia da saudade no século XX”. In CARVALHO, Joaquim de. *Elementos constitutivos da consciência saudosa e problemática da saudade*. Lisboa: Lisboa editora, 1998, pp. 48-49.
- 13 NÓVOA, António (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: ASA, 2003, pp. 294-296. No verbete “Joaquim de Carvalho”, destaca-se o modo como o professor esteve ligado durante quase quatro décadas ao ensino da História da Educação. Ou seja, e ainda como notas biográficas, o autor assinala a regência da cadeira de História da Pedagogia na Escola Normal Superior de Coimbra (1921-1930), magistério que continuaria na cadeira de História da Educação do curso de Ciências Pedagógicas da Faculdade de Letras (1930-1958). Além de assinalar os trabalhos publicados e alguns documentos inéditos localizados, o *Dicionário* assinala que, embora sem uma obra extensa nesse domínio, Carvalho realizou o “levantamento de um conjunto importante de documentos e materiais inéditos, bem como a abertura de linhas de pesquisa até então inexploradas”.
- 14 FELGUEIRAS, Margarida Louro. “O ensino universitário da história da educação nas faculdades de letras de Porto e Coimbra da Monarquia à República: o magistério de Joaquim de Carvalho”. In: BRÁS, José Viegas; Gonçalves, Maria Neves (orgs.). *O imperativo republicano em debate*. Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, 2011, pp. 69-86; parte desse texto foi ampliado pela mesma autora no artigo “A matriz culturalista do ensino universitário da História da Educação em Portugal. O magistério de Joaquim de Carvalho”. In *Revista Teias*, vol. 14, n.º 28 (maio/ago). Rio de Janeiro: Uerj, 2012, pp. 93-118.
- 15 PEIXOTO, Jorge. “A Imprensa da Universidade de Coimbra e a acção de Joaquim de Carvalho”. In *Arquivo de História e Bibliografia* (1923-1926), vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976; TORGAL, Luís Reis. “O Contexto Político da Extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo”. In *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 93-124.
- 16 CATROGA, Fernando. *Joaquim de Carvalho e a História*. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XLII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1994, pp. 9-16.
- 17 FIOLHAIS, Carlos. “A história das ciências em Coimbra e o diálogo interdisciplinar: os professores Joaquim de Carvalho, Luís de Albuquerque e Rómulo de Carvalho”. In AMARO, António Rafael; GARRIDO, Álvaro; NUNES, João Paulo Avelãs (orgs.). *Interdisciplinaridade e Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016, pp. 97-121.

(Coxito, 1994; Dornas, 2001)¹⁸. Foram igualmente utilíssimos os trabalhos de maior fôlego da autoria do investigador brasileiro José Maurício de Carvalho (2001)¹⁹ – curiosamente, este não faz qualquer referência à vertente “brasileira” de Joaquim de Carvalho, embora tenha trabalhado com textos que remetem para a sua “atividade intelectual no Brasil” – e o mais recente e importante livro de Paulo Archer de Carvalho (2015)²⁰, mas onde somente existem algumas alusões à faceta “brasileira” do figueirense, o que se compreende, porque a obra visa principalmente estudar a epistemologia subjacente à historiografia cultural carvalheana e elucidar acerca dos fundamentos éticos do republicanismo demoliberal do último diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Por sua vez, no que toca ao tratamento mais concreto das conexões do percurso intelectual e de vida do professor da FLUC foi estabelecendo com o mundo cultural e universitário brasileiro, o vazio é ainda maior e pouco ultrapassa aquilo que alguns dos seus companheiros de jornada deixaram escrito, seja no livro *Joaquim de Carvalho no Brasil* (1956)²¹ – que ele ainda pôde ler –, seja nos artigos e depoimentos que vieram a lume, na conjuntura do seu falecimento²², na já citada *Miscelânea de Estudos*.

Neste contexto, compreende-se que tenhamos sintetizado o objeto mais estruturante da nossa investigação no título: *A “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho. Uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958)*. E, como algumas das razões que o justificam já foram aduzidas, é altura de sublinhar que, se a palavra “redescoberta” denota a pretensão de se valorizar uma temática que os mais recentes estudos sobre Carvalho têm recalcado, por ela também se deseja exprimir o modo como o catedrático de Coimbra

18 COXITO, Amândio. “Joaquim de Carvalho: Antipositivismo e metafísica”. In *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol. XLII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1994, pp. 17-27; DORNAS, Danilo Santos. “A leitura de Joaquim de Carvalho sobre Spinoza”. In: *Paradigmas: revista de filosofia brasileira*, vol. 4, n.º 2. Londrina 2001, pp. 159-165.

19 CARVALHO, José Maurício de. *História da Filosofia e tradições culturais. Um diálogo com Joaquim de Carvalho*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

20 CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão. A matriz filosófica da Historiografia da Cultura de Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015.

21 Organizado pela família de Carvalho quando “o soube doente”, o livro traz “testemunhos de amizade e admiração” que interlocutores brasileiros enviaram a convite do filho do professor, Joaquim Montezuma. A lista, em si, oferece pistas sobre possíveis diálogos com nomes como Affonso de E. Taunay, Afrânio Peixoto, Américo Jacolina Lacombe, Antônio Carneiro Leão, Arthur Versiane Cardoso, Cyro dos Anjos, Gustavo Barroso, Lívio Teixeira, Miguel Reale, Paulo Duarte, Pedro Calmon, Ribeiro Couto, Wilson Martins, entre outros. Cf. CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op.Cit.*

22 Cite-se, entre as homenagens *in memoriam*, o texto de sua ex-aluna Mariana A. Machado Santos, na revista *Filosofia* de Lisboa (“Joaquim de Carvalho”. Sep. da rev. Filosofia, s. ed., Lisboa, 1958, p. 8) que remete para o título de *Doutor Honoris Causa* que Carvalho recebeu no Brasil (a autora cita USP, no entanto, foi pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro). Cf. *Semanário Litoral*, in memoriam do Professor Doutor Joaquim de Carvalho, n.º 233. Aveiro, 11/4/1959; PAULA, Eurípedes Simões de. “Prof. Dr. Joaquim de Carvalho (1892-1958)”. In *Revista de História*, n.º 36, 4º trimestre. São Paulo: FFCL-USP, 1958, p. 605; VITA, Luís Washington. “Joaquim de Carvalho”. In *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. 8, n.º 4, out./dez. São Paulo: IBF, 1958, pp. 510-512.

participou na luta pela radicação duradoura, e não meramente retórica, de uma “comunidade”, ou melhor, de uma espécie de “República luso-brasileira das Letras” de duplo sentido, intento que emergiu nos finais dos anos 1940, mas que só ganhou mais vigor a partir dos inícios da década 1950, acompanhando-o até ao fim da vida.

Assim, a opção pelo marco que sinaliza o fim do período histórico a investigar é óbvia. Porém, a mesma certeza não existe quanto à escolha, a montante, do ano 1928, pois esta data tem um valor meramente simbólico. Elegemo-la devido ao fato de ter sido nesse ano que a Imprensa da Universidade de Coimbra, que Carvalho dirigia desde 1921, publicou uma obra de um intelectual brasileiro relevante – Afrânio Peixoto (1876-1947) –, sendo, por isso, a par do primeiro contato com Gilberto Freyre nessa mesma conjuntura, um dos momentos inaugurais do seu crescente diálogo com o mundo cultural brasileiro.

Já por meio do sintagma “feita de livros”, queremos exprimir a natureza do grande mediador e condensador metafórico que atravessa os debates e os projetos alimentados pela rede de intelectuais luso-brasileiros em que Carvalho se integrou, e que, na conjuntura em causa, pugnou por mudanças no intercâmbio cultural entre os dois países. Ora, como a correspondência que trocou com os seus pares sul-americanos abundantemente patenteia, o *Livro*, enquanto produto autoral, tipográfico e editorial, cuja materialidade se destina à circulação e à acessibilidade bibliotecária, ditadas por necessidades de leitura e de investigação, foi a pedra de toque de todo esse diálogo.

Ouvir o outro contar das fontes: a correspondência e a “Biblioteca” como fonte

Com o título, também se visa dar testemunho do próprio processo de maturação deste trabalho, desde logo propulsado pela lição das fontes. A consulta, tanto em Portugal como no Brasil, de alguns arquivos, públicos e particulares, foi decisiva para a fixação definitiva dos objetivos finais desta dissertação, intento que uma leitura cuidada da correspondência, ativa e passiva, de Carvalho tornou ainda mais instigante. Na verdade, nos últimos anos, alguns núcleos do seu rico epistolário vieram a público, embora numa sequência que, infelizmente, não tem obedecido a um plano coerente e sistêmico²³. Apesar disso, a sua importância é

23 Por ordem cronológica, destaque-se a publicação de partes da correspondência ativa e passiva de Joaquim de Carvalho nas seguintes publicações: AZEVEDO, Manuela de (org.). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1972; CATROGA, Fernando; VELOSO, Aurélio (orgs.). “Antônio Sérgio: Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933)”. In *Revista de História das Ideias*, n.º 5. Coimbra, 1983, pp. 951-1022; BARBOSA, José (introdução e notas). *Correspondência de Luciano Pereira da Silva para Joaquim de Carvalho*. Separata do Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra, vol. 39. Coimbra: 1984, pp. 41-90; AZENHA, Maria do Rosário; FERREIRA, Olga da Cunha. “Cartas de Alfredo Pimenta para Joaquim de Carvalho”. In *Revista de História das Ideias*, n.º 9. Coimbra, 1987, pp. 937-1016; MARQUES, Maria Alegria (org.). *Correspondência de Rodrigues Lapa. Selecção (1929-1985)*. Coimbra:

indiscutível, quer para um melhor entendimento das dimensões políticas do itinerário de Carvalho, quer no que concerne às suas atividades como um leitor-investigador e como um editor sempre empenhado na difusão do livro, em contextos em que a liberdade de expressão esteve quase sempre sob a alça do lápis da censura. A esta epistolografia, de âmbito exclusivamente português, juntámos alguma outra inédita e muito relevante no que toca ao intercâmbio luso-brasileiro. Nesta, ganhou grande significado para as nossas finalidades o conjunto de cartas – mais de 300 – que Joaquim de Carvalho e o professor da Universidade de São Paulo (USP), João Cruz Costa, trocaram entre si de 1950 a 1958.

A leitura destes fundos, éditos e inéditos, pôs-nos, de fato, em contato com um rico acervo documental que, se obrigou a introduzir reformulações no nosso “questionário” inicial, também veio fortalecer a certificação das respostas. Nesse percurso, a correspondência revelou-se fonte imprescindível para tratar uma diversidade de campos temáticos que, desde o plano subjetivo e biográfico, passava, igualmente, por questões filosóficas, literárias, culturais e políticas, assim como por outras concernentes a projetos editoriais, à produção, aquisição e circulação do livro, e à formação, ainda sob o signo do “paradigma alexandrino”, de bibliotecas particulares erguidas como instrumento de um trabalho intelectual situado no campo universitário. E, na correspondência “brasileira” de Carvalho, imediatamente se tornou patente o histórico papel da carta como elo de ligação e permuta no seio da moderna “República das Letras”, aqui especificamente prolongada por aqueles que, na conjuntura dos anos de 1940 e, sobretudo, de 1950, mais se empenharam em enraizar uma (informal) comunidade luso-brasileira, muito retoricamente proclamada, mas, ontem como hoje, de difícil implantação no terreno, por razões várias, incluindo as de natureza política.

Uma outra fonte, igualmente decisiva, foi-se impondo à investigação, por menos “primária” que ela possa parecer: a própria Biblioteca de Joaquim de Carvalho, com os seus cerca de 20 mil volumes. Progressivamente, fomos conhecendo a fama pública de um fundo que alguns dos seus frequentadores – como Victor de Sá, Eduardo Lourenço e Pina Martins – já a tinham caracterizado como um *monumento* cultural. Mas também foi para nós surpresa encontrar ali uma seção que o próprio Carvalho designou por *Brasiliiana*, com cerca de 2 mil exemplares. Face a estes números (muito relevantes para a época, em Portugal) e após a

Minerva, 1997; SANTOS, João Marinho; SILVA, José Manuel Azevedo e (orgs.). *A Historiografia dos Descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004; OLIVEIRA, Augusto J. Franco de. (edição e introdução). *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho (1947-1953) e outros inéditos*. Cadernos de Filosofia das Ciências, n.º 1. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa (CFCUL), 2005; CARVALHO, Paulo Archer de (org.). CARVALHO, Paulo Archer de (org.). *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta 1922-1936. (seguidas de quatro cartas a António Sardinha, 1923-24)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016.

leitura das lombadas dos livros, logo aventámos a hipótese de que ali poderia estar a seleção do que, para um intelectual atento ao mundo da cultura de expressão portuguesa, era mais significativo na produção editorial brasileira até ao fim dos anos 1950. À diversidade e riqueza dos títulos, juntámos o registro das materialidades de leitura que encontrámos inscritas nas folhas dos livros, sinais igualmente importantes porque sinalizam o teor das impressões de leitura e a intensidade das ligações afetivas que alimentavam a roda das ofertas e permutas.

A Biblioteca pessoal de Carvalho não só se abriu à nossa reflexão como um “documento”, como ofereceu, já reunido, um manancial de fontes escritas fundamentais para o nosso trabalho. Mas, imediatamente, também se percebeu que ela confirmava o princípio segundo o qual “toda biblioteca é autobiográfica”²⁴, ou, como disse o próprio, ela “é sempre, pelo menos, o espelho das curiosidades de espírito de quem a organiza e dispõe”²⁵. Por isso, também possibilita ser lida segundo o percurso que, sob a vontade de um “autor”, a foi construindo e a ordenou como uma totalidade (formada por totalidades parciais). Ao perscrutar os critérios que a guiaram, foi possível detetar ecos da sua vocação enciclopédica, mediada pelas versões modernas, bem patentes nas bibliotecas universitárias e “autorais”, do “paradigma alexandrino”. Assim, de fonte, a Biblioteca também se foi impondo como um precioso objeto de pesquisa.

Por outro lado, a correspondência de Carvalho revelou-se como um bom veículo para se estudar a sua faceta como comprador e colecionador de livros, realidade que se torna particularmente visível na sua correspondência brasileira. De modo mais específico, o seu epistolário com Cruz Costa pôs-nos na presença de uma fonte única para se conceber não só o comportamento psicológico de Joaquim de Carvalho (e, na outra vertente, o do professor da USP) em relação ao livro, mas também a maneira como e para quê o professor de Coimbra foi alargando a sua *Brasiliana*.

Frente a essa riqueza, um dos caminhos seria explorarmos, tão somente, aquilo que a fonte oferece para pesquisas no domínio da História do Livro e da Leitura. Como pensamos já ter sugerido, não foi nossa intenção rejeitar este desafiante percurso, tanto mais que Joaquim de Carvalho foi não só um guardião de tipografia e de bibliotecas (da Universidade de Coimbra e a de si próprio), mas também um homem da edição e um leitor omnívoro. Demais,

24 MANGUEL, Alberto. *La biblioteca de noche*. Madrid: Alianza Literaria, 2007, p. 256.

25 CARVALHO, Joaquim de. “A livraria de um letrado do século XVI – Fr. Diogo de Murça”. In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: 1927. Republicado em “Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI”, Vol. II. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1948, pp. 111-199, e em *O.C.*, vol. III, pp. 569-638.

enquanto historiador da cultura, não deixou de refletir sobre estes domínios – preocupação brevemente sugerida por Diogo Ramada Curto (2003)²⁶ e Henrique Leitão (2002)²⁷. Daí que não seja diminuto o uso que fizemos dos ensinamentos colhidos no rico campo da História do Livro e da Leitura, historiograficamente demarcado com a obra pioneira *L'apparition du livre*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1958), e os estudos, entre outros, de Robert Darnton (em particular, a sua construção tipológica do “circuito da comunicação”), Luciano Canfora, Christian Jacob, Michel Melot, Martyn Lyons e de Roger Chartier (incluindo o mais recente, *La main de l'auteur et l'esprit de l'imprimeur*). Para o nosso desiderato, foram igualmente importantes os contributos de investigadores portugueses e brasileiros sobre estes temas, mormente os de Manuela Domingos e de Luiz Carlos Villalta, entre outros. Na verdade, toda esta bibliografia carrega reflexões fundamentais sobre o livro enquanto cultura material em todas as suas facetas multidisciplinares, incluindo a sua feitura, circulação, preservação, destruição, metamorfose. Alguma dela, também trata do seu uso e do seu trânsito pelo mundo luso-brasileiro²⁸. E toda ela ajudou a elucidar melhor um objeto que, se envolve essas componentes, acaba por ultrapassá-las, na teoria e na prática, devido ao perfil intelectual e aos compromissos profissionais que modelaram o actante que, em última análise, unifica a narrativa que estrutura esta dissertação: Joaquim de Carvalho.

Na verdade, não podíamos perder a oportunidade, oferecida pela riqueza das fontes, para integrar a temática do Livro num conjunto de questões mais amplas, incluindo a das condicionantes provocadas por regimes autoritários, em Portugal e no Brasil, interessados a

26 CURTO, Diogo Ramada (coord.). *Bibliografia da História do Livro em Portugal: século XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, pp. 9-49, p. 18.

27 LEITÃO, Henrique de Sousa. “Introdução”. In *Idem* (comissário científ.); MARTINS, Lúcia de Azevedo (coord.). *Pedro Nunes 1502-1578. Novas terras, novos mares*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, pp. 15-28, p. 15 e 23.

28 Entre a bibliografia que será trabalhada nos capítulos da tese, destacam-se aqui alguns dos trabalhos de História do Livro e da Leitura que muito contribuíram na formulação de questões para a investigação (serão citadas aqui as primeiras edições como referências temporais e espaciais desses estudos, embora tenha-se recorrido às traduções dos trabalhos). A começar pela teorização sobre bibliotecas e sua história animadas por Christian Jacob, Marc Baratin, em *Le pouvoir des bibliothèques* (Paris: A. Michel, 1996) e Luciano Canfora, em *La biblioteca scomparsa* (Palermo: Sellerio, 1986) e *Libro e libertà* (Roma-Bari: Laterza, 1994); mas também a bibliografia essencial de Robert Darnton, especialmente na sua reflexão sobre esse campo em *The Kiss of Lamourette: Reflections in Cultural History* (New York: W. W. Norton, 1989) e na atualização de alguns desses textos em *The Case for Books, Past, Present, and Future* (New York, Public Affairs, 2009); de Roger Chartier, em *L'Ordre des livres. Lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIVe siècle et XVIIIe siècle* (Aix-en-Provence: Alinea, 1992) e no seu mais recente livro *The Author's Hand and the Printer's Mind* (Cambridge: Polity, 2013); as instigantes reflexões de Michel Melot, sobre o objeto, sua história e transcendências que mobiliza, em *Livre*, (Paris: L'oeil neuf éditions, 2006). Numa perspectiva de diálogo entre Brasil e Portugal, devem ser sublinhados os trabalhos pioneiros de Manuela Domingos, os quais destacam-se aqui *Estudos de sociologia da cultura. Livros e Leitores do século XIX* (Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985); bem como o rico fundo bibliográfico e de fontes, além da síntese, realizada por Luiz Carlos Villalta em *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações* (Belo Horizonte: Fino Traço, 2015), entre outros.

impor e em hegemonizar “políticas do espírito” mais totalizadoras e antidemoliberais, e bem expressas no teor do acordo cultural de 1941. Com efeito, promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional (António Ferro) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (Lourival Fontes), entre outros desígnios, aquele documento definia como objetivos de ambos os governos a promoção do livro entre os dois países.

Ao mesmo tempo, tornou-se imperativo dar resposta a esta pergunta estruturante: a famosa Biblioteca de Carvalho não objetivará, à sua escala, o fundo multidisciplinar que presidia à idealização do “enciclopedismo” do intelectual moderno – ainda persistente na 1ª metade do século XX –, faceta que seria agredida se a análise não ousasse adotar uma visão análoga?

Dito de outro modo, as virtudes da fonte bibliotecária “obrigaram” ao dilatamento do “inquerito” e incitaram a escolher, dentro do campo historiográfico, de um horizonte mais multidisciplinar. Com efeito, a biblioteca, ela própria, é um fato cultural de vocação totalizadora e que possui sua própria história. De onde, também, a necessidade de convocarmos o momento em que, na Europa, o caráter enciclopedista se acentuou com o Humanismo, mutação interligada com o processo de secularização da posse e dos conteúdos dos “Templos dos Livros”. Caminho que, em crescendo até quase aos nossos dias, igualmente fomentou a sua domiciliação, geminado, em boa parte, pela autonomização da figura do intelectual e do universitário moderno. Como se sabe, este curso teve no sonho Setecentista da “República das Letras” e nas Academias as suas melhores expressões sociabilitárias, posteriormente estendidas às Universidades. A consolidação do estatuto do “intelectual”, que os finais do século XIX atingirá o seu apogeu, participou na proliferação da biblioteca no domicílio. De fato, o trabalho universitário, depois da novidade trazida pelo modelo humboldtiano (aplicado, em 1812, à nova Universidade de Berlim, associando o ensino com a investigação), fez medrar a constituição de bibliotecas públicas em que o velho sonho “enciclopedista” coexistirá com núcleos mais especializados. No entanto, lá onde os investimentos nas bibliotecas institucionais eram insuficientes, as bibliotecas particulares de (alguns) universitários não deixaram de crescer, tendência que, em Portugal, o caso de Joaquim de Carvalho bem exemplifica, tanto mais que nele também se depara a coexistência do enciclopedismo com a especialização.

É verdade que, como o próprio evidenciou, a filosofia era para si o saber fundante de todos os saberes e que constituía a base da sua obra e da sua própria vida. Isto explica que o estudo do seu ideário se tenha até agora centrado, predominantemente, nessa vertente e nos seus reflexos histórico-culturais. Sublinhámos a importância dos últimos avanços dos

conhecimentos sobre Carvalho neste domínio, pelo que, explícita ou implicitamente, nunca os perdemos de vista no decurso desta investigação. Na verdade, mesmo em campos que têm mais a ver com domínios que caem no âmbito da História do Livro e que iremos assinalar no decurso deste estudo, deparámos com a relevância da posição da filosofia nos seus grandes projetos editoriais. Porém, aqui, os nossos interesses apontam para outras facetas que não foram menores na construção do impacto do seu ensino, das suas publicações e da sua ação como intelectual *inter-mediador*, áreas que tiveram uma significativa ressonância nos meios académicos brasileiros.

Neste quadro, a bibliografia e as fontes que pudemos compulsar fortaleceram a ideia de que Joaquim de Carvalho pode ser igualmente estudado, de uma forma articulada, não só como filósofo, historiador, pedagogo e professor, mas também como diretor de uma biblioteca (a da Universidade de Coimbra), de uma grande imprensa (a IUC), de uma coleção filosófica, e como um atento bibliófilo que soube conjugar o seu amor pelo livro com a prática de um colecionismo voltado para a investigação e ensino, afã que se vai refletir na maneira como se preparou para conhecer e pensar melhor o Brasil.

De onde a importância de se fazer acompanhar a sua evolução intelectual com o processo de formação e de “monumentalização” da sua Biblioteca privada e, dentro desta, com o crescimento dos seus principais núcleos temáticos e, sobretudo, da sua *Brasiliana*. Por sua vez, a leitura da correspondência com João Cruz Costa imediatamente se afirmou como uma fonte crucial para a análise do pouco estudado “brasileirismo” de Carvalho, pois, por ela, pudemos flagrar o aceleração da circulação bibliográfica nos dois sentidos e o aumento dos contatos de Carvalho com intelectuais brasileiros, possibilitado pela sua viagem de 1953. Essa documentação contém ainda informações de interesse sobre as rivalidades, pessoais e ideológicas, que animavam a vida universitária portuguesa (e brasileira) da época e acerca das ações tutelares desenvolvidas pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) – como também via Instituto de Alta Cultura (IAC) – no que respeita à escolha das personalidades que deviam protagonizar o intercâmbio cultural luso-brasileiro oficial. Mas, supletivamente, também nos fornece pistas muito relevantes sobre as movimentações que, com conivência brasileira, tiveram lugar para que a orientação predominantemente monolítica das iniciativas oficiais fosse rompida. Como se verá, a ida de Joaquim de Carvalho ao Brasil, em 1953, insere-se neste último contexto.

De fato, a correspondência que trocou com João Cruz Costa documenta tudo isto e, simultaneamente, transmite-nos dados fundamentais concernentes à sua crescente sofreguidão aquisitiva de livros brasileiros por parte do amigo português, atitude que nos suscitou esta

interrogação: tal ímpeto estava movido somente por uma atitude bibliófila, ou até bibliômana, ou visava ser suporte de investigações futuras?

Partindo, no essencial, destas questões, o presente trabalho almeja, seguindo a lição legada pelo próprio Carvalho, não só *explicar*, mas também *compreender*. Para isso, mobilizámos conceitos e temáticas que são caros à História do Livro e da Leitura, mas também à História da Cultura erudita, à História intelectual, à História política e à História das universidades – com particular incidência na UC e na USP – com esta finalidade mais ampla: contribuir para uma mais justa apreciação da obra de Joaquim de Carvalho e, através dela, da sua época, numa ótica que, simultaneamente, explorará as pistas oferecidas pela sua crescente atração, intelectual e afetiva, pelo “Brasil”.

A ordem lógica e cronológica da exposição

Quanto ao ordenamento lógico desta dissertação, seguiremos um ponto de vista histórico-genético²⁹ muito próximo daquele que foi aconselhado pelo próprio Joaquim de Carvalho, embora sujeitando-o a práticas interdisciplinares diversificadas e a uma organização por Partes e Capítulos apostada em respeitar não só exigências de teor cronológico, mas também de concatenação temática.

Colocámos a Primeira Parte da obra sob o imperativo desta confissão existencial de Joaquim de Carvalho: “*Careço de estar cercado dos livros que me encham a existência*”. Com ela, exprimimos a tenção de apreender o sentido da relação que este intelectual – imbuído de um ideário historicista, mas inscrito num fundo neokantiano – manteve com o livro e com todo o seu circuito, visto quer como escrita de autor (ou de tradutor), quer na sua materialidade editorial, quer como produto que tinha de circular, de ser comprado e de ser depositado em bibliotecas, de modo a poder ser lido e consultado. Diga-se que, no caso em apreço, às vertentes teóricas e históricas de todo o processo, a par do ofício de professor universitário e de omnívoro e enciclopédico leitor inserido numa “República das Letras”, juntou a de editor (público e privado) e a de guardião de livros, enquanto diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e colecionador compulsivo de impressos, comportamento que se objetivou na formação de uma grande biblioteca pessoal, no seio do qual detetámos a

29 A definição do método, que situa os elementos da narrativa “na temporalidade em que nasceram e na sucessão em que se oferecem”, é feita por Joaquim de Carvalho em *Evolução Espiritual de Antero. In Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XIX* (Coimbra: Por ordem da Universidade, 1955). Esse método adequava-se à valorização do peso da historicidade nas produções e recepções culturais, tanto ao em relação às ideias, como às materialidades que as suportam. Cf. CATROGA, Fernando. *Joaquim de Carvalho e a História...*, p. 13.

existência de uma significativa *Brasiliana*.

Provar que estes interesses não foram filhos de uma mera ansiedade bibliômana ou mesmo bibliófila, mas parte integrante da sua vida, ou melhor, da sua obra de pensador, historiador e cidadão, será o escopo maior desta Primeira Parte, cabendo a cada um dos seus seis capítulos desenvolver mais pormenorizadamente a participação que, direta ou indiretamente, o Mestre de Coimbra teve no mundo e na historiografia das bibliotecas, do livro e da leitura.

Em função deste plano, tem sentido que, para o capítulo inaugural, tenhamos escolhido, ainda com intuitos introdutórios, o título *A biblioteca como um livro “escrito” por quem a criou*, e que nele, desde o mítico “paradigma alexandrino”, tenhamos abordado a “biblioteca” enquanto lugar vivo da memória escrita, onde se consubstancia e guarda, como num templo, o sonho ocidental de universalidade do saber face ao temor permanente da sua própria destruição. Por isso, a análise não pode escamotear a permanente tensão entre preservação e esquecimento em que vivem e as práticas de seleção e os anelos de totalização que as estruturam. Com efeito, elas são uma espécie de *escada* entre o passado e futuro que alveja não só deixar testemunho, mas também salvaguardar a continuação da humanidade como cultura, ainda que sob o permanente risco de ruína, seja por dispersão, seja por aniquilação, seja por fatalidade, ou seja por ação deliberada, como acontece nas muitas tentativas de controle do pensamento e de destruição do impresso.

Por outro lado, ao interrogá-las como “obra” e como “fonte”, nela encontrámos reflexos de concepções de cultura, de saber e de memória decorrentes dos papéis sociais e simbólicos que encarnaram no tempo em que nasceram, cresceram, morreram, cumprindo uma vocação em que, muitas, de bibliotecas-vivas, passaram a ser bibliotecas-definitivas, paradas na história como um “documento” da época e de quem as criou e delas se serviu. De onde ser relevante compreendê-las nestas metamorfoses, tanto mais que, no caso em apreço, tal percurso impôs-se como caminho inevitável para chegarmos, de um modo sustentado, à biblioteca “escrita” por Joaquim de Carvalho, alguém que se autodefiniu como um homem “cercado de livros” e para quem as questões das bibliotecas, da impressão, dos livros e da leitura também constituíram, desde cedo, matéria de indagação historiográfica e de experiência profissional.

Se a biblioteca é por vocação totalizadora, mesmo quando se especializa (pois está sob o imperativo de reunir, não tudo, mas o todo mutável daquilo que importa), a investigação terá de saber quem é que (indivíduo ou instituição) preside a esta organização, classificação e hierarquização do saber que ela visa guardar, e qual o destino dos conhecimentos que acumula.

Claro que as respostas não poderão ignorar as mediações autobiográficas de quem as criou e alimentou, assim como as hegemonias epistémicas que fundamentaram, pelo menos desde a Antiguidade, as “árvores do saber” e as suas respetivas aplicabilidades técnicas e sociais. (Como Carvalho bem sabia, na Modernidade, foram influentes também nesta matéria, entre outras taxionomias, as elaboradas por Descartes, Leibnitz, Francis Bacon e D’Alembert).

Com efeito, é um fato que, quando, na Europa, surgiu o novo paradigma de ciência moderna e de liberdade de pensar (Descartes, Locke, Espinosa), com a sua rejeição do império fideísta dos dogmatismos, os “homens de saber” ou “homens de letras” também beneficiaram da ampliação dos meios de transporte e de comunicação. Foi aí que, como veremos, nasceu o sonho cosmopolita da “República das Letras” e cresceu o comércio do livro. Por sua vez, neste processo, com o Iluminismo, aumentou o peso das bibliotecas régias e do convívio dos monarcas com os “philosophes”, e medraram as Livrarias dos grandes senhores e as das nascentes Academias. Ao mesmo tempo, também ganhou maior relevo o cultivo de um tipo de correspondência que, como tecedeira de contatos, formais ou informais, irá possibilitar uma maior ramificação internacional da circulação de ideias através da carta, mas também de livros. Não por acaso, foi no chamado século das Luzes que se consolidou o ideal enciclopédico do saber – que as grandes bibliotecas espelharão –, em consórcio com o cosmopolitismo e com a luta pela liberdade de consciência e de crítica.

Daqui se associou, igualmente, quer o renovamento das estruturas universitárias europeias e das suas infraestruturas bibliotecárias, quer o alargamento das redes públicas de leitura, quer uma maior domiciliação do acesso ao livro, quer, ainda, uma mais intensa propagação de bibliotecas privadas e mais especializadas. A “República das Letras” povoou-se com a crescente consagração do “intelectual”, e o livro, nos melhores casos depositado em bibliotecas privadas (faceta muito forte no meio universitário), atingiu o seu apogeu como marca d’água por excelência da consagração do novo *clerc* da sociedade secularizada. E, para contextualizarmos e concretizarmos esta evolução até os finais de Oitocentos e inícios do século XX, “visitámos” bibliotecas de professores, escritores, jornalistas, bibliófilos, tanto de origem portuguesa (Carolina Michaëlis, Joaquim de Vasconcelos, Oliveira Martins, Antero de Quental), como brasileira (Rui Barbosa, Machado de Assis), tendo em vista atingir uma mais informada compreensão da gênese, formação e finalidade do grande “Templo de Livros” que Carvalho foi construindo em sua casa.

Tudo somado, explica-se que tenhamos escolhido este título, *A longa “República das Letras” e o século dos intelectuais*, para resumir o que será desenvolvido no segundo capítulo desta dissertação.

Chegados aqui, criamos condições para estudar *A biblioteca de Joaquim de Carvalho*, o tema do Capítulo III. A par da necessidade de fundamentar a caracterização do professor de Coimbra como “homem do livro”, neste espaço se procurará testar a presença do modelo enciclopédico de biblioteca – não estranho, e na escala própria, ao eco do frenesi *babélico*³⁰ e do “paradigma alexandrino”³¹ do grande colecionismo de livros –, no modo como ele reuniu num todo aberto o que de mais relevante havia em cada um dos domínios do saber que lhe interessavam.

Por sua vez, enquanto “documento”, a análise da faceta “autobiográfica” que toda a biblioteca veicula terá de ser completada por esta outra relevância: o fato de, hoje, podermos estar perante uma Livraria que escapou à ruína, e que, se está “morta” no que respeita a novas aquisições para o seu acervo, continua a ser revivificada em cada ato de sua consulta em espaço público. Logo, impunha-se encarar a sua formação como uma realidade dinâmica, incluindo o processo que possibilitou a sua aquisição pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Assim, na sequência direta do anterior, o Capítulo IV debruçar-se-á sobre *A Sala Joaquim de Carvalho*.

O rastreio dos momentos fortes da gênese e formação da biblioteca privada do primeiro grande historiador da cultura erudita em Portugal não será esquecido, assim como o da sua progressão quantitativa e mais especializada, em particular após o aumento do seu interesse pelos assuntos brasileiros. No entanto, a imediata percepção da existência, em Carvalho, de uma atitude compulsiva perante o livro, ou melhor, perante a *posse* do livro, aconselhou-nos a também não esquecer a ponderação das suas inclinações como bibliófilo, colecionador e investigador, a fim de comprovarmos, ou não, que a sua sede aquisitiva de impressos foi determinada, sobretudo, pela sua vocação como investigador e pela sua curiosidade enquanto leitor.

30 O termo borgiano é aqui utilizado no sentido de busca por reunir livros de todas as línguas, vindos de todas as partes, sobre “tudo” e, em específico, num ordenamento preciso da acumulação (pois, no caso de Joaquim de Carvalho, mesmo a visível desarrumação dos espaços não anulava a existência, ainda que na mente do seu proprietário, de um arbítrio ordenador). Simultaneamente, é a plena consciência que a completude não só era contraditória a uma ideia de biblioteca, como na mítica de Borges, mas que seria impossível. E, uma vez que está em causa alguém com a compreensão da historicidade das bibliotecas e dos livros, situa-se, nesses termos, a utópica presunção do esgotamento dessa tarefa. Cf. BORGES, Jorge Luís. *Ficções*. Lisboa: Quetzal, 2013, pp. 75-87.

31 Refere-se, aqui, ao caráter aglutinador da biblioteca universal, que aspira a reunir num único lugar todo o conhecimento produzido, subentendendo uma exaustividade impossível. Cf. BARATA, Paulo J. S. *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, p.187; BARATIN, Marc. *Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação*. In: *Idem*; JACOB, Christian (Dirs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000, pp. 227-233.

Como “a biblioteca revela o leitor”³², interessou-nos, ainda, conhecer melhor esta faceta, tanto mais que se trata de um leitor excepcional, onde, na compra e na leitura, as finalidades de ordem cognitiva não anularam o prazer estético, incluindo o emanado da própria materialidade do livro.

A partir daqui, procuraremos mostrar como e por que é que a biblioteca pode ser considerada como uma espécie de *alter ego* da sua vida e obra. Para isso, daremos destaque ao relato da escritora Lily Jean-Javal, que deixou a narrativa da sua convivência com Carvalho, em 1929, no trânsito entre as duas bibliotecas que ele, então, de certo modo habitava: a da sua casa e a da Universidade de Coimbra, da qual, à época, também era diretor. A este propósito, a visitante francesa, de origem semita, não teve dificuldades em identificar no interlocutor português a presença de uma “fome de livros”, cabendo-nos provar, porém, que esta era não fruto de bibliomania, mas de uma “insaciável necessidade de conhecimento”, como bem ajuizou Jaime Cortesão³³.

Se toda a biblioteca é um *monumento* – no sentido de grandiosidade e de “lugar de memória” – ou melhor, é um documento cultural mediado pela autobiografia do seu construtor, tal estatuto ganhará ainda mais valor histórico quando se sabe que o seu artífice quis preservá-lo. Com efeito, em vida, o próprio Joaquim de Carvalho manifestou o seu desagrado quanto a qualquer destino que, após a sua morte, conduzisse a sua “obra” à ruína do leilão, à venda a retalho, ou mesmo à paulatina destruição física provocada por más condições de depósito. Perante essa vontade, não seria curial que contornássemos o estudo que culminou na instalação da sua biblioteca na FLUC.

Por meio de consultas *in loco*, e com a contribuição dos bibliotecários que capitanearam ao atual ordenamento dos livros na *Sala Joaquim de Carvalho*, sediada na FLUC, procurámos explorar a sua condição de “documento”, itinerário que nos pôs na mão a materialidade dos impressos e dos muitos rastros de práticas de leitura. De certa maneira, lemos a biblioteca de Carvalho como um “livro-miscelânea” de milhares de livros, formando uma totalidade cuja semântica buscámos decifrar numa inevitável correlação com os núcleos especializados que testemunham os suportes bibliográficos dos principais temas a que se dedicou como investigador, acadêmico e pensador da *coisa pública*. E, entre eles, a par das publicações oriundas do ou sobre o Brasil, uma análise mesmo perfunctória fez logo ressaltar os exemplares respeitantes aos domínios da Filosofia, da História, da Educação, mas também

32 CÂNFORA, Luciano. *Livro e liberdade*. Tradução Antonio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Ateliê Editorial, 2003, p. 27.

33 CORTESÃO, Jaime. “Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 2. Figueira da Foz, 1959, pp. 198-199, p. 199.

a temas que, embora menos tipificáveis, indiciam o enciclopedismo e a abertura a uma visão interdisciplinar do conhecimento que caracterizam o labor intelectual do pensador e historiador de Coimbra.

Indissociável dos elos que existem, em Carvalho, entre a biblioteca, o editor, o livro – que escreveu, ou comprou ou leu – está outra faceta, que pretendemos salientar: a do seu compromisso institucional como gestor e diretor de uma imprensa pública e como impulsionador da edição de uma revista e de uma coleção de livros filosóficos de iniciativa privada. Porque estas imbricações nem sempre têm sido suficientemente enfatizadas, assim como o fato de ele ter começado a dirigir, com 29 anos, a maior editora de livros eruditos em língua portuguesa, assim como uma das mais antigas oficinas tipográficas do país – também escola de formação e espaço de solidariedade laboral –, achámos que, em termos lógicos e cronológicos, fazia todo o sentido reservar o Capítulo V ao tema *Joaquim de Carvalho editor: a Imprensa da Universidade*.

Na bibliografia portuguesa sobre a história desta instituição, saída após 1974, tem sido devidamente salientado, quer o papel de Carvalho na sua direção (1921-1934), quer o embate e significado político do fecho, por provado empenhamento de Salazar³⁴, deste estabelecimento tipográfico e editorial no contexto da implantação da “política de espírito”, teorizada por Antônio Ferro e propagandeada pelo Estado Novo, e da onda repressiva que estava a chegar ao ensino superior. À luz desta sequência, não será excessivo supor que a medida de 1934, alvejando diretamente o republicano figueirense, se não foi um ensaio, não deixava de soar como um aviso a todos os universitários que se recusavam a ser coniventes com o regime. Pelo que fez e pelo que não o deixaram fazer, sabe-se que, para ele, a direção da Imprensa foi uma das mais gratificantes experiências da sua vida. Foi obrigado a abandoná-la quando estava cheio de projetos editoriais, incluindo os que envolviam o Brasil. E, se tudo não ficou pelo caminho, isso deveu-se ao fato de, anos mais tarde, ter retomado alguns deles, mas por exclusiva iniciativa pessoal e num contexto em que mais ativamente

34 Em 1976, Jorge Peixoto desenvolvia um pequeno estudo sobre “A Imprensa da Universidade de Coimbra e a acção de Joaquim de Carvalho”, no qual assinalava, a “nova machadada” que o Decreto-Lei n.º 24.440, de 29 de agosto de 1934, que determinava o fechamento da Casa impressora, infligia na “já frágil e vetusta Universidade Coimbrã”. As interpretações correntes sobre as razões que levaram a extinção da Imprensa são analisadas pelo bibliotecário, que considera terem sido fundamentalmente políticas e ligadas ao fato de ali se ter “um operariado progressivo” e “uma direcção também democrática”. Outros trabalhos se seguiram com esta alusão, mas também aprofundando e ampliando o tema, entre os quais destacam-se aqui, os enquadramentos de Reis Torgal e Paulo Archer. Cf. PEIXOTO, Jorge. “A Imprensa da Universidade de Coimbra e a acção de Joaquim de Carvalho”. *Op.Cit.*, pp. XXXVI-LIII; TORGAL, Luís Reis. “O Contexto Político da Extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo”, *Op.Cit.*, pp. 93-124; CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão...*, pp. 383-398.

pugnará pelo alargamento do intercâmbio cultural luso-brasileiro.

Por outro lado, se a confraternização com tipógrafos e com o mundo livreiro o enriqueceu no plano humano, foi também na Imprensa que pôde viver o ciclo completo da gênese material do livro, desde a escolha do papel, das tintas e dos tipos tipográficos, passando obviamente pelos contactos com os autores, tradutores, revisores, ilustradores, gravadores, encadernadores, impressores e livreiros, como pelas discussões sobre direitos autorais e as estratégias de difusão e venda do impresso.

Perante os extensos e diversificados catálogos que a IUC deu ao prelo, uma outra interrogação se levantou: saber se a sua orientação editorial respeitou o pluralismo demoliberal que perfilhava enquanto cidadão. A maneira como o poder a extinguiu obrigou-nos a inserir a medida no movimento mais amplo da consolidação da ditadura salazarista, vaga que, na mesma conjuntura, terá no reforço da censura prévia e da polícia política – patente após 1933 – os seus instrumentos repressivos mais eficazes. E, como a investigação irá mostrar, o professor da FLUC foi vigiado mesmo depois de morto (a PIDE fez um relatório pormenorizado do seu funeral). Destarte, será lícito testar esta outra hipótese: o fim da Imprensa não terá sido um momento forte do embate entre o modo liberal, crítico e emancipatório de encarar a missão da cultura e a crescente hegemonia da política cultural monolítica, dogmática e tradicionalista propagandeada e imposta pelo Estado Novo português?

A experiência que Carvalho viveu na Imprensa da Universidade também contribuiu para a solidificação do seu interesse pelo livro e pelas bibliotecas nas suas expressões mais materiais e enquanto objetos de estudo. Por isso, sob a designação *Um magistério como escritura e o magíster como escritor*, no Capítulo VI, analisámos as suas investigações sobre o livro e, em última instância, sobre a cultura escrita do Ocidente. Será nesta esfera que o definiremos como um precoce teorizador e historiador do Livro e da Leitura, porque, não só tratou, em trabalhos e asserções mais reflexivas, de problemáticas hoje enquadráveis nesses domínios, como investigou algumas delas em termos monográficos. Em paralelo, também procurámos ir respondendo a uma questão que tem passado despercebida aos historiadores da temática: o envolvimento totalizador de Carvalho com os circuitos do livro (Darnton) não possuirá uma especificidade digna de ser elevada a objeto de análise no campo da história da cultura e do livro em Portugal?

A leitura das fontes indiciadoras dos trilhos que conduziram Joaquim de Carvalho a interessar-se, cada vez mais, pelo Brasil, se imediatamente patenteou o peso que nessa matéria

teve a sua condição de professor universitário, também foi mostrando que a “redescoberta” se aglutinou à volta do livro e da formação, no interior da sua grande biblioteca, de uma *Brasiliانا*, organizada com os olhos postos em investigações e em projetos editoriais assentes em afinidades e cumplicidades intelectuais luso-brasileiras. Assim sendo, pode-se dizer que, embora as temáticas expostas na Primeira Parte valham por si, elas também nos ofereceram um sólido chão para o desenvolvimento da Segunda Parte, dedicada à avaliação dos contornos que a assinalada “brasilidade” de Carvalho foi tendo, particularmente na última década da sua vida. De onde a opção por este título genérico: *Joaquim de Carvalho e o Brasil*.

Como fonte privilegiada deste intercâmbio – e na linha do que se depara no estudo de outros aspetos da sua vida e obra –, tornou-se evidente a importância da sua correspondência. E daqui surgiu a prévia necessidade de refletir sobre as suas tipologias e o valor epistêmico, devido à riqueza informativa do vastíssimo epistolário carvalheano e, dentro deste, das cartas, ainda inéditas que o professor de Coimbra trocou com os seus inúmeros correspondentes brasileiros e, especialmente, com João Cruz Costa. Esse será o principal tema do Capítulo VII da dissertação, intitulado *A correspondência como escritura da vida*.

Nesse ponto, será dada particular atenção ao uso que, ao longo da sua vida, fez deste meio de comunicação interpessoal e que, por experiência própria (como editor, publicou livros de cartas; como historiador, percebeu bem o valor cultural do gênero; como leitor, colecionou livros editados por outros sobre o tema), sabia ser um testemunho vivo de quem o escreveu e da época em que foi escrito. De fato, por razões profissionais e comunicacionais, ele foi um prolífero escritor de cartas, hoje imprescindíveis para a compreensão da sua vida e obra, assim como do mundo cultural e universitário português (e brasileiro) do período em pauta.

Será à luz deste escopo que enfatizaremos a importância da correspondência cambiada com João Cruz Costa. E basta atentar ao número de missivas trocadas entre ambos – cerca de 300 – para se concluir que este interlocutor foi um dos principais “amigos escritos” de Carvalho.

Mas, quem era João Cruz Costa? Porque hoje esquecido, convém lembrar que ele foi o primeiro aluno matriculado no curso de Filosofia da USP e depois seu professor. Assim, pertenceu à primeira geração de docentes brasileiros dessa universidade, que paulatinamente foi substituindo os mestres estrangeiros contratados desde a sua fundação, nos inícios da década de 1930. Por sua vez, outros elementos desta convivialidade não só explicam a descoberta de afinidades eletivas entre ambos, quanto nos propiciam perspectivas pouco

conhecidas sobre o sentido e o teor das orientações oficiais que dominavam as relações culturais luso-brasileiras em tempos de poderes autoritários. E este pano de fundo teve de ser chamado a terreiro para melhor se indagar os bloqueamentos que Carvalho sentiu quando quis aproximar-se da vida cultural brasileira, sinal das incidências, no campo intelectual (e universitário), das conflitualidades ideológicas da época. Daí que, na multímota riqueza da fonte, a correspondência em apreço também se tenha revelado um importante testemunho, mesmo quando indireto, da vida universitária nos dois países no decurso da década de 1940 e em boa parte dos anos de 1950.

A análise deste epistolário permitiu-nos ainda ir mais fundo e descer do plano das ideias ao da afetividade entre os dois interlocutores e a que a carta deu forma e “voz”. Nesse itinerário, também detectámos a presença, não sem surpresa, da mão invisível da polícia política a violar o mais privado dos direitos do homem: o segredo da correspondência, passo que exigiu uma leitura mais verticalizada das mais de 300 mensagens que trocaram entre si. Narrar esta dimensão mais micro-histórica será o objetivo essencial do Capítulo VIII, a que colocámos este título: *Uma longa conversa que só a morte interrompeu*.

Se a leitura cronológica das missivas testemunha a construção de cumplicidades e de afetos de mão dupla, devido ao próprio perfil moral e intelectual dos correspondentes, esse percurso também se foi traduzindo numa ascendente compartilha de inquietações. Mas, dentre todas as preocupações que as atravessam, pode-se afirmar que as ligadas ao livro e a projetos editoriais luso-brasileiros conquistaram um lugar central. Não somente porque estes acabaram por impulsionar boa parte da rotina de escrita, mas também porque esta se foi estendendo a outras temáticas (intelectuais, políticas, editoriais, existenciais) ricas de significado histórico-cultural.

A correspondência também foi uma boa fonte para surpreendermos a experiência de vida mais marcante no seu percurso, físico e intelectual, de “redescoberta” do Brasil: a viagem que fez, em 1953, como professor visitante da USP. Assim, foi também motivo de reflexão a circunstância de, em alguns testemunhos, essa experiência aparecer hoje associada (Antônio Cândido) à política brasileira de contratação de “missões estrangeiras” universitárias. Mas, qual a pertinência da integração de Carvalho neste tipo de iniciativa, que já vinha dos primórdios da década de 1930 e que visava uma rápida consolidação do sistema de ensino superior? Para encontrarmos respostas, optámos por revisitar as modalidades que pautaram essa política cultural, desiderato que nos levou a tratar, no Capítulo IX, o tema *Os brasileiros*

e a missão portuguesa no Brasil.

É que, só à luz do âmbito internacional – ainda que muito francocêntrico – dessa colaboração, se poderia contextualizar a especificidade das chamadas “missões portuguesas”, bem como da viagem de Joaquim de Carvalho. E fizemos esse enquadramento com o fito de saber qual foi o impacto que tiveram as afinidades existentes entre o autoritarismo de Getúlio Vargas e o de Salazar na escolha dos intelectuais que, predominantemente, então protagonizaram a vertente oficial (ou melhor, governamental) das deslocações de intelectuais portugueses para o outro lado do Atlântico. De onde a relevância da questão, tanto mais que, por ela, tivemos um acesso mais vivo às controvérsias político-culturais que este movimento desencadeou em ambos os países. Nesta matéria, nos despertou a atenção aquelas concernentes aos bloqueamentos que, de um modo direto ou indireto, surgiram a propósito da ida de Carvalho como professor visitante da USP, curiosidade que decorreu ainda do anelo de compreender algo que nem sempre tem sido devidamente apontado: o papel da convivência entre colegas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) daquela universidade e setores antissalazaristas paulistanos na organização quase não oficiosa da viagem em pauta.

Em função destes esclarecimentos, pareceu-nos coerente fazer, no Capítulo X, uma microanálise da estada de *Joaquim de Carvalho no Brasil*. Na verdade, nesse espaço descreveremos os meandros do convite que o professor coimbricense recebeu da USP e buscaremos salientar alguns obstáculos que teve de vencer em Portugal. Seja como for, nosso empenho maior, aqui, estará voltado para a apreciação das impressões provocadas pelo contato direto com o Brasil, abundantemente relatadas na correspondência que enviava para Portugal, visando apreender a maneira como se deu o confronto entre a imagem construída a partir de um “Brasil lido” e aquela outra que começava a estar perante os seus olhos, experiência humana e intelectualmente instigante e que virá a refletir-se no aprofundamento da sua “brasilidade”.

Na busca da qualificação desta experiência de vida tão marcante, tudo fizemos para seguir, quase passo-a-passo, a sua agenda brasileira, em particular a universitária. Neste último aspecto, quisemos saber o que é que selecionou para dialogar com os seus pares e o que é que prelecionou como novidade, questões que consideramos essenciais para se explicar a *gênese* e o *porquê* do texto mais significativo e surpreendente que o *transterrado*³⁵ Joaquim

35 Termo utilizado pelo professor de Coimbra na conferência *A compleição do patriotismo português*, proferida no Real Gabinete de Português de Leitura (Rio de Janeiro), em 10/6/1953. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *Compleição do Patriotismo português*. Coimbra: Atlântida, 1953, p. 9.

de Carvalho leu em terras brasileiras. Referimo-nos à conferência intitulada *A Compleição do Patriotismo Português*, proferida no dia 10 de junho de 1953 no Real Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro) – ensaio fundamental para sabermos se as ideias que então apresentou sobre Portugal como destino já refletiam, ao vivo, o impacto da experiência “brasileira”.

Ocasão propícia para se cimentar novas amizades, seladas no convívio ou no calor de diálogos mais intelectualizados, a viagem também foi desafio que despertou revisões de ideias feitas e fez brotar projetos que incentivaram Carvalho a, desde logo, reunir bibliografia que pudesse levar para Portugal, enriquecendo a sua já grandiosa biblioteca. Por isso, a viagem também foi o grande momento de arranque da constituição de uma significativa *Brasiliana*.

Desarte, impunha-se retornar ao lugar onde hoje está depositado o todo da sua biblioteca – a “Sala Joaquim de Carvalho” – para indagarmos a composição e conteúdo deste fundo brasileiro, que representa cerca de dez por cento do conjunto, mas também para o interpelarmos como um “documento”. Daí o sentido da designação que escolhemos para o Capítulo XI: *O Brasil como Brasiliana*.

Como não poderia deixar de ser, toda esta pesquisa foi guiada por um conceito de *Brasiliana* inspirado nos ensinamentos oriundos da Biblioteconomia (Rubens Borba de Moraes)³⁶, mas aqui aplicados numa aceção muito próxima daquela que Joaquim de Carvalho usava e que se referia a todo conjunto de livros de autores brasileiros ou escritos sobre temas brasileiros e de preferência editados no país, aos quais fosse conferida dimensão valorativa. Em simultâneo, as fontes, sobretudo as oferecidas pela sua correspondência “brasileira”, possibilitaram-nos seguir a sua formação e reconstruir as redes afetivas e de sociabilidade informal que logisticamente ajudaram ao seu crescimento.

Por sua vez, a elucidação desses pontos também nos convidou a analisar historiograficamente a situação do livro brasileiro em Portugal – incluindo na sua institucionalização universitária (via Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da UC, criado em 1942) –, em conexão com as transformações que, ao mesmo tempo, ocorriam tanto no mundo editorial do Brasil, como no português, cada vez mais tutelado por uma política cultural condicionada pela ação da censura prévia e, não raro, da própria polícia política.

36 MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. 1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965; e Instrução Normativa n.º 01/2007 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Verificando a existência de um crescimento, embora lento, da presença do livro brasileiro em Portugal desde os finais dos anos 1920, movido pelos ecos da originalidade da mais recente literatura e pintura naquele país, e pelas repercussões de algumas obras de cunho mais sociológico e historiográfico (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., entre outros), esforçámo-nos por ter notícias sobre a existência de outras *Brasilianas* particulares, ou oficiais, a exemplo da localizada no IEB de Coimbra. Ora, nesta cidade, então berço do neorrealismo, deparámos com sinais da presença do novo livro brasileiro no acervo da atualizadíssima biblioteca, de cunho predominantemente literário, instalada na casa de João José Cochofel, o centro da convivalidade intelectual daquele movimento. Porém, entre todas – incluindo, em Lisboa, a “brasiliana” de Hernâni Cidade, um outro acadêmico que muito contactou com o Brasil – a mais enciclopédica estava a ser reunida por Joaquim de Carvalho, tendo alcançado uma dimensão que, só por si, nos obrigou a contextualizar, para melhor explicar, as intenções que nortearam este investimento bibliográfico. E esta pista levou-nos ao cerne de uma pequena comunidade de intelectuais luso-brasileiros que, através do correio, e cimentada por afinidades múltiplas, mas também, nos casos de maior duração, por afetos, intercambiou livros, participou em iniciativas comuns e sonhou com projetos que os rumos da vida e as resistências dos vários poderes dominantes acabaram por inviabilizar. Mas, tal como as realizações, os fracassos também são matéria historiável.

Estudar as manifestações que revelam os vários níveis da “redescoberta” do Brasil na obra, escrita, editada e projetada, de Joaquim de Carvalho será o escopo mais geral do Capítulo XII, último da tese, chamado *Brasil-Portugal: uma comunidade intelectual-afetiva*. Como tais manifestações foram materializadas pela escrita ou à volta de livros – comprados ou oferecidos –, que este tipo de permuta teria sido impossível se não estivesse ancorado numa espécie de pequena “República luso-brasileira das Letras” alimentada por um epistolário que, na verdade, cresceu exponencialmente após o regresso de Carvalho a Portugal. E que, em alguns casos, a relação foi durável, mostra-o a intensa correspondência que o português trocou com Cruz Costa. Mas, a geografia por onde as cartas circularam também indicia que a rede informal ultrapassou o tradicional triângulo Rio, São Paulo, Belo Horizonte, e tocou mesmo pontos bem distantes (do Rio Grande do Sul ao Ceará, pelo menos).

Nessa conjuntura, pode-se afirmar que tudo o que dissesse respeito ao Brasil não era estranho à bibliofilia de Carvalho, fosse concernente à política, à história (colonial e pós-colonial), à literatura, à filosofia, à etnologia, à sociologia. De onde estas inevitáveis questões: sabendo-se que a sua sempre atenta aquisição de livros nunca esteve desligada de

preocupações pedagógicas e de investigação, quais terão sido os objetivos que nortearam a gênese e a acelerada ampliação da sua *Brasiliana*? Eles teriam a ver com a criação de uma base material e atualizada de informação que alicerçasse estudos e projetos editoriais luso-brasileiros? E a compra multidisciplinar de livros brasileiros não terá sido também pensada para novas investigações e revisões de textos já publicados, nomeadamente sobre a implantação do liberalismo constitucional, agora que podia ter um conhecimento mais amplo acerca da história brasileira sob domínio português? Por sua vez, sua valorização da abertura da nova geração brasileira às explicações mais etnológicas e sociológicas, bem como do impacto de fenômenos sociais de que só suspeitava – como o do galopante crescimento de São Paulo, ou como o das particularidades regionais –, não decorreu do contraste entre a imagem “lida” que tinha do Brasil quando viajou, e a que foi criando depois do contato com as pessoas, as multidões e as paisagens tropicais?

Responder a estes quesitos será propósito, de fato, do Capítulo XII. Porém, ele não poderá contornar esta última questão: para além das múltiplas utilidades da bibliografia, será infundado defender que tudo iria desaguar, tal como aconteceu no caso português, numa reflexão (fenomenológica?) sobre a compleição do modo de ser brasileiro? Como a morte de Carvalho, no dia 27 de outubro de 1958, levou para a cova muitas ideias e projetos, uma resposta taxativa nunca poderá ser dada. Todavia, não deixaremos de tentar compreender melhor o significado que a sua última mensagem simbolicamente quis deixar, quando pediu à família que o seu corpo fosse para a terra também envolto pela bandeira do Brasil, que, desde a viagem, considerava a sua segunda pátria.

PRIMEIRA PARTE

**“Careço de estar cercado dos livros que me enchem a
existência”**

CAPÍTULO I

A biblioteca como um livro “escrito” por quem a criou

“A biblioteca é ilimitada e periódica”.
Jorge Luís Borges³⁷.

A Biblioteca é, por excelência, o lugar dos lugares da memória escrita. Na visão de Borges, quando chegou o momento de se proclamar que a Biblioteca abriga todos os livros, logo todos os saberes da humanidade, em todas as línguas e variações possíveis, a primeira impressão foi de grande felicidade. “Todos os homens se sentiam senhores de um tesouro intacto e secreto. Não havia problema pessoal ou mundial cuja eloquente solução não existisse: nalgum hexágono. O Universo estava justificado, o Universo bruscamente usurpou as dimensões ilimitadas da esperança”³⁸. No entanto, mesmo quando todos os livros finalmente estavam reunidos, o enigma da biblioteca não cessou e à “desaforada esperança” sucedeu a profunda depressão. Em algum lugar da biblioteca, que abrigava todas as variações e combinatórias linguísticas, haveria livros preciosos, mas inacessíveis por desconhecidos, perdidos, diluídos em um todo inalcançável.

O mito da universalidade e a ordem do infinito

A Biblioteca de Babel, interminável, labiríntica, de galerias hexagonais, contada pelo escritor argentino Jorge Luís Borges em 1941, incorporou a força do mito da universalidade, que participa do próprio conceito de biblioteca na história do Ocidente e do seu sonho de alcançar uma *mathesis universalis*. É a biblioteca que conjuga futuro e passado em sincronia, por conservar aquilo que foi e a possibilidade de continuação qualitativa da humanidade. É espaço onde pensamentos de origens diversas, próximos ou distantes, são reunidos. É projeto, é instituição, é manifestação de poder, que comporta o desejo universalista com os imperativos da matéria e as tensões da seleção, o impulso à acumulação da memória com a inevitabilidade do esquecimento. Em síntese, pretende-se que ela seja eterna, embora traga consigo o temor permanente da sua própria destruição³⁹.

37 BORGES, Jorge Luís. *Ficções*. Lisboa: Quetzal, 2013, p. 86.

38 *Idem, ibidem*, p. 80.

39 Da extensa bibliografia sobre o conceito e a história das Bibliotecas no Ocidente, desde as origens na Antiguidade às possibilidades de futuro, ressaltam-se aqui trabalhos que incluíram sínteses dessas questões e que foram considerados de forma significativa para este estudo: SOBRINO, Hipólito Escolar. *Historia de las bibliotecas*. 3ª edição. Madrid: Pirámide, 1990; CARLO, Agustín Millares. *Introducción a la Historia del*

A ideia de “depósito de livros” está na origem da palavra: a versão latinizada *Bibliotheca* origina-se do grego “*Biblion*”, que significa “livro”, e “*Theke*”, “depósito” ou “caixa”. Também usada como a “estante” onde estão os papiros, como interpretou Luciano Canfora no uso da palavra em textos da Antiguidade⁴⁰. Nessa etimologia está a chave de outras aceções do termo que chega a meados do século XX⁴¹ acumulando semânticas distintas: é um conjunto sistematizado de livros com determinados fins de utilidade pública ou particular e propósitos de formação intelectual nas diferentes áreas do conhecimento⁴², como também é a designação para um tipo de móvel, um *armarium* ou, posteriormente, de uma dependência⁴³ e de um edifício destinado a abrigar coleções de livros e documentos, “devidamente ordenadas, para consulta pública ou particular⁴⁴”; e ainda, como uma tipologia de livro ou coleção editorial⁴⁵, ou seja, nomeando compilações de vários títulos do mesmo

libro y de las bibliotecas. México: Fondo de Cultura Económica, 1971; BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Le Pouvoir des bibliothèques: La Mémoire des livres en Occident*. Paris: Éditions Albin Michel, 1996 (as citações usadas neste estudo se referem à edição brasileira *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000). Para esta reflexão em língua portuguesa, o estudo síntese de Wilson Martins, integrando os inícios da afirmação de um campo, em 1957, não pode ser ignorado. Cf. MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. São Paulo: Anhembi, 1957. Ressalte-se, ainda, o aprofundamento de algumas dessas questões em FURTADO, José Afonso. *O mito da biblioteca universal*. Separata dos Cadernos BAD, n.º 2. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2007, pp. 37-55.

40 CANFORA, Luciano. *The vanished library*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1989, p. 77.

41 Delimitação que se liga a periodização do tema investigado (1928-1958). No entanto, ultrapassa os objetivos do presente estudo abordar o caso das Bibliotecas Digitais, embora não se ignore a atualidade da discussão e os muitos desdobramentos do tema que emergiu com vigor em fins do século XX. Uma bibliografia de base sobre o assunto pode ser levantada nos artigos do Dossiê Bibliotecas digitais/ bibliotecas virtuais da Revista USP, n.º 80, dez-fev, 2008-2009. [Em rede: <http://www.usp.br/revistausp/80/SUMARIO-80.html> (último acesso em 17/1/2016)]. Ver ainda: MÉNDEZ RODRIGUEZ, Eva Maria. “La Biblioteca Digital como concepto: Realidad, Utopía e índice de contemporaneidade”. In: RODRIGUEZ ORTEGA, Nuria (coord.). *Teoría y literatura artística en la sociedad digital: construcción y aplicabilidad de colecciones textuales informatizadas*. Gijón: Trea, 2009, pp. 25-44.

42 A partir da origem grega da palavra, Millares Carlo identifica as seguintes aceções para biblioteca, consideradas neste estudo como as definições que predominam até meados do século XX: 1) conjunto organizado de livros, com determinados fins de utilidade pública ou particular, e propósitos de formação intelectual no campo científico, literário, técnico ou de índole social e estética; 2) edifício em que os livros se custodiam ou o móvel que os guarda; 3) coleção de obras, geralmente selecionadas, quer sobre a mesma matéria, quer sobre matérias diferentes, publicada por editora (como os títulos da Biblioteca de Autores Espanhóis) ou ainda a certas obras de carácter bibliográfico (como a *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa). CARLO, Agustín Millares. *Introducción a la Historia del libro y de las bibliotecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971, pp. 227.

43 Uma primeira aceção para biblioteca é “arca, cofre, *armarium*, pequeno nicho localizado junto ao templo onde eram guardados os livros que eram frequentemente necessários ao culto e a leitura complementar”. Como local de guarda e manuseio de material escrito, o conceito é registrado desde 3.000 a.C, na Mesopotâmia. Com o inicial sentido de móvel de madeira provido de portas e prateleiras, adquire gradativamente referência topográfica, “até atingir o de dependência, divisão com o sinônimo de *libreria*”, no século XIV. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria das Graças. “Biblioteca”. In *Idem. Dicionário do Livro. Da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Almedina, 2008, pp. 147-148, p. 147.

44 *Idem, ibidem*, p. 147-148.

45 De modo ampliado, em diferentes casos, está marcado o sentido de coleção. É a biblioteca como uma

gênero ou repertórios sobre um mesmo tema. São as “bibliotecas sem muros”, na linguagem usada por Roger Chartier para referenciar os livros e as coleções e compilações dos séculos XVII e XVIII⁴⁶, que foram assim analisadas, em seu apogeu no século XIX em França, por Jean-Yves Mollier⁴⁷ e, entre outros, por Manuela D. Domingos, para o caso português, com a *Biblioteca do Povo e das Escolas*⁴⁸.

Pensando-a como “lugar”, reunião de livros e projeto, Christian Jacob afirma que “toda biblioteca dissimula uma concepção implícita de cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo⁴⁹”, com a ressalva de que a subversão dessas regras, desses limites, bem como a invenção de novas ligações e lugares de saber sejam uma constante na história da cultura e da relação com a memória. Dito isso, compreende-se que a desenvolvimento do conceito de bibliotecas esteja associada às dinâmicas contextuais e históricas que incluem também a materialidade dos suportes de informação: das placas de argila aos papiros, dos códices em pergaminhos aos incunáveis em papel de trapo, dos impressos em celulose às interfaces analógicas ou digitais. Frente a um conceito que se alargou, e cuja compreensão não pode dispensar a sua historicidade, interessa aqui destacar uma questão central ao tema e que remete para seu mito de origem na Antiguidade – a biblioteca como o lugar que comporta o sonho do Ocidente de reunir num único lugar todo o conhecimento do mundo⁵⁰.

“seleção, compilação de diversas obras da mesma natureza ou de autores que compilaram tudo quanto pode dizer-se acerca de um mesmo tema”. Como também coleção em vários volumes, “que reúne uma grande quantidade de obras já publicadas de um determinado gênero”. FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria das Graças. *Op.Cit.*, pp. 147-148, p. 148.

46 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega/Passagens, 1997, pp. 95-130. São exemplos citados pelo autor coleções como *Bibliothèque universelle et historique* (1686-1693), *Bibliothèques universelle et choisie* (1741-1727), *Bibliothèque universelle des dames* (1785-1797).

47 MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaio sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, pp. 129-138. Do mesmo autor, *O dinheiro e as letras. História do Capitalismo Editorial*. São Paulo: Edusp, 2010.

48 Manuela Domingos publicou estudo de referência sobre a coleção *Biblioteca do Povo e das Escolas*, da Casa Editora David Corrazi em Lisboa. Cf. DOMINGOS, Manuela D. *Estudos de sociologia da cultura. Livros e Leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985. São ainda exemplos de alcance luso-brasileiro, entre 1870 e 1910, as coleções *Biblioteca Romântica Luso-Brasileira*, *Biblioteca dos Dois Mundos*, *Biblioteca Portugal e Brasil*, *Coleção Serões Românticos*. Cf. SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. “As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX)”. In *Revista Análise Social, 3ª série*, vol. XXI (86). Lisboa, 1985, pp. 187-227.

49 Para essa afirmação, o autor leva em conta a “arquitetura, definição de público, princípios que ordenam suas coleções, pelas opções tecnológicas que determinam a acessibilidade e a matéria dos textos, assim como pela visibilidade das escolhas intelectuais que organizam sua classificação”. JACOB, Christian. “Prefácio”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 9-17, p. 10.

50 Partindo da premissa de que a história das bibliotecas é habitada pelo mito, Babel e Alexandria são apontadas como dois polos fundamentais desse imaginário. Como visto em CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. “Introdução”. In *Idem* (org.). *História da leitura no mundo ocidental*, vol. 1. São Paulo: Ática, 1998, pp. 5-40, p. 31. Christian Jacob sustenta que, em ambas, está fundada a promessa de abrigar a memória total, as dimensões do pensamento e da imaginação. Em Babel, há o império dos signos, narrativa dentro da narrativa, ligações hipertextuais labirínticas que escapam a todo controle intelectual. É a biblioteca

O paradigma alexandrino

É na cidade egípcia de Alexandria, ponto de encontro entre culturas no século III a.C, que se firma o modelo de todo projeto ocidental de reunião da memória escrita e da escrita como *ars memoriae*⁵¹. Diferente de outras bibliotecas da Antiguidade – com funções mais ligadas à guarda da escrita do que à leitura⁵², ou integradas numa escola filosófica, logo mais seletiva e orientada por interesses particulares, como em Atenas⁵³ –, em Alexandria nasceu a biblioteca de vocação mais universal⁵⁴, porque tornou-se uma decisão de Estado o projeto político e intelectual de adquirir todos os livros da terra, presentes ou passados, gregos ou bárbaros⁵⁵.

Ressalve-se que a ideia mítica de acumulação de todo saber não é invenção da antiguidade greco-helênica. É a tal ponto um mito primordial que, em algumas concepções,

como metáfora do infinito, exposta ao risco final da perda de sentido e referencialidade. JACOB, Christian. *Op.Cit.*, p. 10.

- 51 Cf. CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Coimbra: Almedina, 2011, p. 35. Ao tratar dos efeitos da desmemorização que resultaram do alargamento do uso da escrita e do decréscimo do papel instituinte do rito, o autor invoca Platão, no *Fedro*, ao caracterizar a invenção da escrita como um *phármakon* ambíguo, que se constituía um remédio eficaz para a preservação da memória, também a enfraquecia ao diminuir o esforço mental para a manter, o que fez crescer o recurso às *ars memoriae*.
- 52 Com base em registros da Mesopotâmia Antiga, Jean Marie Goulemot é defensor que a origem da biblioteca não está vinculada a leitura, mas à escrita. Com as placas de argila seca que serviam de suporte a escrita cuneiforme, a biblioteca se aproximaria mais da função atualmente desempenhada pelo arquivo e pelos anais. GOULEMOT, Jean Marie. *O amor às bibliotecas*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 27. A discussão sobre o caráter régio, privado e religioso dessas primeiras bibliotecas por ser vista em SOBRINO, Hipólito Escolar. *Historia de las bibliotecas*. Madrid: Pirâmide, 1990.
- 53 Em Atenas, ao redor da escola filosófica fundada por Aristóteles, apelidado “o leitor”, aqueles que se dedicam a pesquisa e ao ensino “encontram na biblioteca um dos seus instrumentos de trabalho, em domínios tão diversos quanto a poética, as ciências, a história e, naturalmente, a filosofia”, como caracterizou Christian Jacob. No entanto, a biblioteca é uma propriedade privada, seletiva, orientada e a serviço de uma escola filosófica independente da cidade. JACOB, Christian. “Ler para escrever: navegações alexandrinas”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 45-73, p. 47. Ao comparar Alexandria com as bibliotecas atenienses, Jean Marie Goulemot afirma que “que jamais atingiram a sua amplitude e respondiam mais a uma necessidade intelectual imediata do que a um projeto científico e político”. GOULEMOT, Jean Marie. *Op.Cit.*, p. 27.
- 54 Sintomaticamente, a decisão foi tomada em uma cidade criada do nada, por novos soberanos em busca de uma memória e raízes artificiais, que buscavam defender a primazia da língua e da cultura gregas em terras ocupadas. A cidade, fundada em 331 a.C por Alexandre Magno, príncipe da Macedônia, durante a ocupação do Egito contra os persas, surge como ponto estratégico para a conquista da costa do mediterrâneo oriental e da Ásia Menor. O próprio Alexandre, conhecido leitor, e que teve como preceptor Aristóteles, já havia falecido e o império se desmembrado, quando a Biblioteca foi fundada pela dinastia dos Ptolomeus. Como visto em Luciano Canfora, Ptolomeu I, ou Sóter (general de Alexandre que recebeu o Egito como reino e fez de Alexandria capital no seu governo de 305-285 a.C), funda um museu. Seu filho, Ptolomeu II, o Filadelfo (285-246 a.C), sob a influência de discípulos da escola aristotélica, com destaque para Demétrio de Falera, foi o fundador da biblioteca, que será mantida e ampliada pelas sucessivas gerações da dinastia. CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida. Histórias da Biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Cf. FLOWER, Derek Adie. *Biblioteca de Alexandria. As histórias da maior biblioteca da Antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- 55 JACOB, Christian. “Ler para escrever: navegações alexandrinas”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 45-73, p. 45.

ela seria mesmo anterior a criação do mundo e, portanto, ao aparecimento do livro⁵⁶. Mas foi em Alexandria que se firmou o paradigma fundador para as bibliotecas ocidentais principalmente após os desdobramentos desse objetivo inicial, isto é, “os procedimentos intelectuais usados pelos letrados e pelos sábios para dominar essa acumulação e tornar produtiva essa memória absoluta⁵⁷”. Destaque-se aqui a combinação de duas ideias subjacentes a esses procedimentos que serão retomadas no decorrer deste trabalho: a herança, ou melhor, o aprofundamento do conceito de que todo saber se funda no saber precedente; e a noção de que a biblioteca incita ao nascimento e acumulação de novos livros.

Tal afirmação nasce da reunião significativa de volumes manuscritos e se refere não só às cópias de rolos de papiros sob posse de outros donos (que por diferentes modos eram levados para reprodução em Alexandria), como à política de traduções instaurada para se conhecer o pensamento em diferentes línguas (e que mobilizam um número significativo de sábios contratados) e à elaboração de catálogos contendo a relação e descrição dos livros. Refere-se ainda, e principalmente, aos textos criados a partir da combinação de textos antecedentes: sínteses, edições críticas, recortes temáticos, comentários, aprofundamento de conhecimentos existentes, como exemplo, os vindos da análise filológica dos textos e a fixação de uma gramática⁵⁸, como também da constituição de bibliotecas disciplinares, utilizadas por geógrafos, mecânicos, médicos, astrônomos. O que fez da biblioteca um lugar de produção da escritura, de *tradução* e de leitura revivificadoras⁵⁹. A outra face dessa moeda reside nesta inevitabilidade: reunir livros é igualmente uma prática de produção de seletividades, hierarquizações e olvidos, fazendo do “esquecimento” e da “perda” elementos constituintes “do progresso do pensamento e do saber⁶⁰”. Em suma, a idealizada biblioteca primordial concretizou um modelo em que o recurso às fontes escritas foi predominante e emergiu como instrumento privilegiado da memória⁶¹.

56 José Furtado invoca o exemplo da tradição Hindu, onde os Vedas seriam a soma de todo o conhecimento e verdades eternas, espirituais e nunca escritos, sem origem nem fim, vibrações no espaço reveladas pelo sopro do Senhor. FURTADO, José Afonso, *Op.Cit.*, p. 38.

57 JACOB, Christian. “Ler para escrever: navegações alexandrinas”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 45-73, p. 72.

58 Para Marc Baratin, a própria gênese da gramática está ligada a biblioteca, ideia que desenvolve em BARATIN, Marc. “Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 227-233.

59 Tese abordada por RIAÑO ALONSO, Juan José. *Poetas, filósofos, gramáticos y bibliotecarios: origen y naturaleza de la antigua Biblioteca de Alejandría*. Gijón: Editora Trea, 2005.

60 JACOB, Christian. *Op.Cit.*, p. 73.

61 Luciano Canfora chamou atenção para o fato de a civilização urbana greco-romana (*civitas*) ter confiado sua memória à escrita: os arquivos e bibliotecas tornaram-se, especialmente a partir da conquista greco-macedônica do mundo oriental, os lugares e instrumentos privilegiados da memória. CANFORA, Luciano. “As bibliotecas antigas e a história dos textos”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 234-245, p. 237.

Na construção de um método de conhecimento e ordenamento dos livros, surge a figura do bibliotecário⁶². Como instrumento do trabalho científico, não foi por acaso que a Biblioteca paradigmática apareceu integrada ao Museu e ao Laboratório, no coração do palácio real inserido na cidade. E, se não foi uma biblioteca pública na acepção moderna⁶³, Jean Marie Goulemot não deixou de frisar que ela o foi no sentido da ampla publicidade da sua existência feita pelo poder⁶⁴.

No entanto, a dimensão encantada da grande Biblioteca, fundada na cidade egípcia que se tornou capital do helenismo na Antiguidade⁶⁵, segue junto à incerteza da sua história, das informações em torno do seu funcionamento, localização, características do acervo e causas da sua definitiva destruição⁶⁶. No que Luciano Canfora considera um problema não de escassez de dados, mas de excesso de fontes contraditórias⁶⁷. Ao largo dessa discussão pluritemática⁶⁸, que se relaciona, entre outros temas, com a constituição das matrizes do cristianismo e do pensamento ocidental, e que inclui tensões que não se esgotam na relação com o Oriente⁶⁹, interessa-nos ressaltar, sobretudo, uma outra dimensão inerente ao sucesso da preservação dos escritos, receio bem sintetizado nos mitos da ruína que acompanham os

62 O método e a ação de bibliotecário do erudito Calímaco de Cirene, em Alexandria, foram destacados por MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Lisboa: Presença, 2010, pp. 195-207, p. 198.

63 Era a biblioteca do rei e mesmo os eruditos que a habitavam eram, em certo grau, “propriedade” do rei. CANFORA, Luciano. “As bibliotecas antigas e a história dos textos”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 234-245, p. 236.

64 Mesmo que isso não signifique se abrir a um leitorado mais numeroso. GOULEMOT, Jean Marie. *Op.Cit.*, p. 28. O autor destaca ainda que em Alexandria firmou-se uma nova relação com o escrito, o livro e a leitura. O livro (rolo de pergaminho), até aí mero instrumento auxiliar do ensino oral, foi promovido a objeto de autoridade e prestígio.

65 A bibliografia sobre o período, como visto em Hipólito Escolar, destaca a cidade enquanto importante ponto entre culturas da antiguidade, onde conviviam povos vindos de diferentes origens, de intercâmbios entre oriente e ocidente, mesmo que sob a autoridade grega, com forte presença das comunidades egípcia e judaica. Núcleo de poder político, centro econômico e cultural, chegou a ser a urbe mais populosa do mundo Antigo, com cerca de um milhão de habitantes, somente superada em população por Roma durante o período. Contribuíram para isso, segundo Hipólito Escolar, o fato de ser capital de um reino rico, contar com o complexo portuário mais importante do seu tempo e ter-se alcançado a cabeça intelectual do mundo grego graças ao seu Museu, de funções mais aproximadas a um centro de estudos, e sua Biblioteca. SOBRINO, Hipólito Escolar. *Historia de las bibliotecas*, 3 edição. Madrid: Pirámide, 1990, p. 60-64.

66 Sobre essa ausência, Alberto Manguel comenta que a fama da Biblioteca estava tão presente na memória dos contemporâneos que não criava a necessidade de registros detalhados escritos: Cita o retórico e gramático grego, Ateneu de Naucrátis: “E quanto ao número de livros, o estabelecimento de bibliotecas e a coleção na Galeria das Musas, de que me serve falar, visto que está tudo na memória dos homens?”. MANGUEL, Alberto. *Op.Cit.*, p. 196.

67 CANFORA, Luciano. *Op.Cit.*, 1986.

68 Como exemplo, entre as traduções para o grego promovidas pela Biblioteca de Alexandria, está o Pentateuco, o texto sagrado dos judeus, numa ação que é tida como relevante a difusão desse texto no Ocidente. A diversidade dos estudos suscitados no campo alexandrino é exposta em SOUZA, Rogério. *Alexandria. A encruzilhada do conhecimento*. Porto: Faculdade de Letras/Biblioteca Digital, 2009. Cf. RIAÑO ALONSO, Juan José. *Op.Cit.*

69 Um alerta às inconsistências da narrativa eurocêntrica é feito por GOODY, Jack. *The Theft of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006 [em rede: <https://archive.org>]. Disponível em português como GOODY, Jack. *O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

grandes acervos do saber.

É a biblioteca como pesadelo da destruição, alvo privilegiado por tudo aquilo que ela é e, principalmente, pelo que representa. É a obsessão do irremediável, a iminência do fogo, do esquecimento, da morte⁷⁰. É a memória dos atentados, saques, incêndios, que atingem as grandes coleções de livros⁷¹. É a metáfora da violência praticada contra as bibliotecas dentro de uma extensa relação de exemplos⁷², quer na destruição física de um projeto, de uma crença ou de um símbolo, quer sob os ideais de purificação, alcançáveis pela interdição de obras, pela proibição de autores, pelo descarte de leituras⁷³.

Ao depender do lugar e do(s) tempo(s) em que se fala, o livro tanto pode ser apresentado como necessário e libertador, como perigoso e merecedor de depurações estéticas ou utilitárias⁷⁴. Mas, a biblioteca, como o livro, ao salvaguardar a memória das línguas e das culturas, ao assumirem simbologias e a transmitirem patrimônios estão sujeitos ao paradoxo de encontrarem na destruição a demonstração da sua importância. Ou ainda, como alerta de Umberto Eco, a ânsia excessiva por conservar e impedir a sua destruição pode tornar o seu acesso tão limitado ao ponto de anular a função pública a que se destina a própria manutenção do acervo⁷⁵.

70 JACOB, Christian. “Prefácio”. *Op. Cit.*, p. 10.

71 Para o caso da Antiguidade, Luciano Canfora afirma que a história das bibliotecas, consideradas em seu conjunto, “não passa de uma série de fundações, reconstruções e catástrofes”. Com a maior vulnerabilidade dos grandes centros, aquilo que subsiste vem, de preferência, das periferias. CANFORA, Luciano. “As bibliotecas antigas e a história dos textos”. *Op.Cit.*, p. 237-238.

72 A questão é abordada de forma ampla em BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução Maria da Luz Veloso. Lisboa: Texto Editores, 2009; POLASTRON, Lucien X. *Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas*. Tradução Léo Schlafman. Rio de Janeiro: José Olympio-Grupo Record, 2014.

73 Como metáfora, essa dimensão é desenvolvida a propósito da Biblioteca de Babel, quando Borges narra a ação da seita de purificadores que acreditava na prioridade de eliminar obras inúteis: “ao seu furor higiênico e ascético deve-se a insensata perda de milhões de livros”. Mas, na utopia de biblioteca infinita (como metáfora do universo do saber), a própria destruição não chega ao seu fim. Tais perdas se diluem na vastidão da biblioteca. Embora cada exemplar seja único, “há sempre várias centenas de fac-símiles imperfeitos”. BORGES, Jorge Luís. “A Biblioteca de Babel”. *Op.Cit.*, pp. 75-87, p. 82. Sobre o tema da censura literária, ver: DARNTON, Robert. *Censores em ação. Como os estados influenciaram a literatura*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

74 Como visto em GOULEMOT, Jean Marie. “Bibliotecas, enciclopedismo e angústias da perda”. *Op.Cit.*, p. 259. Entre outras questões, o autor expõe a ideia que cada época pode gerar suas barbáries. E sugere a necessidade de repensar a relação das Luzes com o poder secular, na “dessacralização” do livro. Para o autor, assim, pode-se perceber melhor os atos de depredação cometidos contra as bibliotecas aristocráticas nos inícios da Revolução Francesa.

75 Na tensão entre conservar e facultar o acesso, Umberto Eco defende que um dos critérios deve prevalecer, mesmo que o ideal secundário deva ser protegido. O autor discorre acerca do imperativo da proteção que pode ter efeitos de inacessibilidade, tais como nos acervos desaparecidos ou destruídos. ECO, Umberto. *A Biblioteca*. Lisboa: Difel, 1994. No entanto, o autor pondera os casos em que obras foram propositalmente escondidas em bibliotecas de modo a evitar-se a sua destruição.

As metamorfoses da biblioteca

Às destruições, dispersões e formações de acervos, a biblioteca se difunde com tipologias que convivem e acompanham as mundividências das sociedades no tempo, como também o mutável, o precário, o que resiste nas bordas e que é menos visível. Mais ou menos ligadas às funções da leitura e da escrita, são localizadas como públicas, privadas, voltadas à fruição ou de uso profissional, constituídas como memória, demonstração de poder e riqueza, ornamento. Para o caso do ocidente latinizado, livros chegam como despojos de guerra que formam bibliotecas particulares em Roma, “frutos de conquistas” do mundo greco⁷⁶.

A cultura escrita, inicialmente domínio do sagrado, do jurídico e de grupos nobres que disciplinam as medidas de tempo e o calendário social, tornou-se de alargada circulação, o que trouxe um aumento das possibilidades de leitura nas urbes romanizadas. São cartazes, libelos, prospectos distribuídos em verso ou prosa, tecidos escritos, calendários, cartas, documentação civil, militar e do sistema judicial em uma conjuntura também de manifestada demanda por livros. Nesse cenário, discute-se a emergência das bibliotecas públicas, entendidas por Cavallo como “bibliotecas eruditas”, abertas a qualquer pessoa que quisesse frequentar, muitos dos quais também mantinham suas coleções privadas⁷⁷.

A substituição do *volumen*, em rolo e em geral feito de papiro importado do Egito, pelo *codex* (códice)⁷⁸, integrado por páginas que permitem escrever dos dois lados do suporte e normalmente realizado com o pergaminho de origem animal, muda a feição e uso do livro, altera práticas de leitura e repercute-se na configuração das bibliotecas, a partir do século II d.C, “ainda que inicialmente não tivesse significado uma maior extensão do uso social” – como sublinha Castillo Gómez⁷⁹ – e enfrentasse ritmos distintos no ocidente latinizado e no oriente grego⁸⁰. O códice torna-se, então, preferido pelos escritos cristãos e seus leitores, indo

76 Baseado em estudos de Horst Blanck, Cavallo afirma que, em Roma, as primeiras bibliotecas privadas são fruto de conquistas. Acervos consultadas por grupos restritos, ligadas ao jardim e a pórticos, como “lugares de viver”. CAVALLLO, Guglielmo. “Entre volumen e códex; a leitura no mundo romano”. In CAVALLLO, Guglielmo (org.); CHARTIER, Roger (org.). *Op.Cit.*, p. 73. Cf. BLANCK, H. *Das Buch in der Antike*. München: Beck, 1992.

77 Criadas como monumentos de celebração do imperador para conservar as memórias históricas e “selecionar e codificar o patrimônio literário”, também com funções de arquivo. CAVALLLO, Guglielmo. “Entre volumen e códex; a leitura no mundo romano”. *Op.Cit.*, pp. 71-102. Ver também, no mesmo livro, a Introdução.

78 Composto de folhas dobradas e reunidas, o códice surgiu no século I da era cristã e ganhou popularidade sobre o rolo de papiro nos séculos II e III, quando se adota o pergaminho em relação ao papiro. Foi com a invenção do códice que inovações textuais, a exemplo de índices, tabelas, paginação numerada, ou ações como folhear uma obra, escrever nas margens, tornaram-se possíveis. No que Roger Chartier considera uma primeira revolução, anterior à Imprensa. CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014, pp. 122. MELOT, Michel. Livro.. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

79 CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Das tabuinhas ao hipertexto: uma viagem na história da cultura escrita*. Tradução Manuela D. Domingos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004, p. 25.

80 Após analisar as mudanças das práticas de leitura, antes vista no exemplo bizantino, o autor pondera que a

ao encontro de uma religião da palavra dita e depois escrita que, para se difundir em um meio onde muitos tinham acesso à cultura escrita, recorre ao livro e escolhe um formato que rompe com uma tradição antiga⁸¹.

Portador da nova mensagem desde as comunidades primitivas do cristianismo, o códice converte-se de *livro-instrumento* em *livro-objeto* entre os séculos VI e IX⁸². Em uma conjuntura de monopólio eclesiástico da cultura escrita, ganha força o modelo livresco de exemplares de alto conteúdo simbólico e figurativo. Cada mosteiro tem sua biblioteca, enriquecida pelo trabalho dos *scriptores*, que em muitos casos o fazem menos por gosto intelectual do que para combater a ociosidade⁸³. Nem sempre destinado a leitura, o livro revela-se trabalho piedoso e instrumento de salvação, bem patrimonial que “em suas formas mais elevadas, preciosas, monumentais, torna-se sinal do sagrado e do mistério do sagrado”, como assinalou Pierre Riché⁸⁴.

Embora seja verificável a preponderância na produção do texto religioso e a primazia das Sagradas Escrituras no período que os modernos irão designar por “Idade Média”, há um mosaico de exemplos, gradações locais e modelos que fogem ao padrão difundido como dominante. Pierre Riché analisou o caso das bibliotecas carolíngias, com livros profanos tão numerosos quanto religiosos, com monges e clérigos humanistas que souberam conciliar “o amor às letras e o desejo de Deus⁸⁵”. Nesse longo período, com extensões na modernidade, alunos foram submetidos à “onipotência da gramática, ao gosto da poesia erudita, à enciclopédia livresca, ao estudo dos pontos da retórica⁸⁶”. O autor salienta o papel da escola e dos mestres na organização de bibliotecas e na conservação de livros. Rebatendo a qualificação do período como *Dark Age*, Riché é convincente na defesa da tese segundo a qual a fundação da cultura europeia, particularmente na difusão do livro, deve muito a Idade

Antiguidade tardia verá, tanto no Oriente como no Ocidente, o uso do códice ser generalizado para qualquer tipo de escrito, profano ou cristão, em qualquer camada do público. CAVALLO, Guglielmo. “Entre volumen e códex; a leitura no mundo romano”. *Op.Cit.*, p. 92.

81 Apresentado como mediador entre a leitura na Antiguidade e as formas de ler na Idade Média, Cavallo chega a sugerir que o códice é invenção cristã, ressaltando que as motivações dessa opção são muito debatidas. CAVALLO, Guglielmo. “Entre volumen e códex; a leitura no mundo romano”. *Op.Cit.*, pp. 72-102, p. 91. Como referência na discussão, tornou-se clássico o trabalho de ROBERTS, Colin H.; SKEAT, T.C. *The birth of the codex*. Oxford: Oxford University Press, 1983 (com primeira edição de 1954). Cf. MELOT, Michel. *Op. Cit.*

82 CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Op.Cit.*, p. 25.

83 Dimensão vista, entre outros, por RICHE, Pierre. “As bibliotecas e a formação da cultura medieval”. In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp.246-256, p. 248; BOUDIN, Luis. *Os intelectuais*. Lisboa: Editora Arcádia, 1971, p. 31.

84 CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. “Introdução”. In *Idem* (org.). *Op.Cit.*, pp. 5-40, p. 21.

85 RICHE, Pierre. *Op.Cit.*, p. 253.

86 *Idem, ibidem*, p. 256.

Média latina⁸⁷.

Para Jacqueline Hamesse, com a escolástica universitária há “uma tomada de consciência do ato de ler”⁸⁸. O livro desenvolve-se na transmissão generalizada da cultura escrita e na seleção de obras que devem ser lidas. É feito para a leitura, o estudo, o comentário, o sermão. A biblioteca emerge como instrumento do trabalho intelectual, oferece glosas, léxicos e sumas que condensam o essencial da matéria a ser conhecida em uma especialidade. Para reunir o mais importante do conhecimento em domínios diversos, são constituídas enciclopédias⁸⁹.

A introdução da tipografia (meados do século XV) acelerou a circulação dos textos, reduziu o custo das cópias e levou a um crescimento significativo das dimensões médias das bibliotecas⁹⁰. As estantes passaram a contar com a coexistência de dezenas de livros manuscritos com centenas de volumes impressos, coabitação que esteve em concorrência nos primeiros séculos⁹¹. Por sua vez, a leitura intensiva, em que se lia poucos livros, com as mesmas referências de uma geração a outra, foi cada vez mais síntona com uma leitura extensiva, com conteúdos e características diversas, proporcionada por uma maior oferta de objetos impressos. Novos e antigos acervos acompanham o avanço literário das línguas vernáculas, especialmente entre mercadores e artesãos que, por razões econômicas, intensificaram o uso da escrita⁹². Em simultâneo, imprimir na língua do povo foi uma

87 *Idem, ibidem*, p. 256. Nessa direção, para o caso português, Saul António Gomes aborda os livros de ciência em bibliotecas medievais, reforçando o desenvolvimento do conhecimento médico. GOMES, Saul António. “Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas”. In *Revista Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, n.14.1 (2012). Aveiro: Departamento de Línguas e Culturas. Universidade de Aveiro, pp. 13-26. Cf. GIURGEVICH, Luana. “Bibliotecas antigas. Um elemento para a História da Ciência”. In *Revista Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, n.14.1 (2012), pp. 269-291.

88 A autora destaca a mutação provocada em todos os domínios pela criação das universidades desde o século XIII. HAMESSE, Jacqueline. “O modelo escolástico da leitura”. In CAVALLO, Guglielmo (org.); CHARTIER, Roger (org.). *Op.Cit.*, vol. 1, pp. 123-146, p. 123.

89 *Idem, ibidem*. Sobre o tema, ver ainda LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1984. VERGER, Jacques. *Homens de saber na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1999.

90 Especialmente para o caso italiano e francês, uma panorâmica de abordagens sobre o período pode ser encontrada em PETRUCCI, Armando (org.). *Libros, editores y público en la europa moderna*. Valencia: Edicions Alfons el Magnàni/Instituto Valenciana D’estudios I Investigació, 1990. Cf. GILMONT, Jean-François. “Reformas protestantes e leitura”. In CAVALLO, Guglielmo (org.); CHARTIER, Roger (org.). *História da Leitura no Mundo Ocidental 2*. São Paulo: Editora Ática, 1999, pp. 47-77; MARTIN, Henri-Jean. *Histoire et pouvoirs de l’écrit*. (Paris): Albin Michel, 1996.

91 Fernando Bouzas analisa que o manuscrito coexistiu e competiu com a imprensa um século e meio depois do uso massivo da tipografia na Península Ibérica. BOUZAS, Fernando. *Corre Manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001. Cf. BUDESCU, Ana Isabel. “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII.” In *Revista Ler História*, n.º 45, 2003. Lisboa: ISCTE, pp. 19-48.

92 Maria José Azevedo Santos afirma que o século XV português, à semelhança do que ocorreu em Espanha e Itália, terá levado a um aumento social de indivíduos que sabiam ler e escrever. De modo que, aos homens tradicionalmente ligados ao saber e poder da escrita, os religiosos, os intelectuais, os profissionais, juntou-se uma nova categoria, às vezes, de cultura rudimentar, formada por mercadores, boticários, alfaiates. SANTOS, Maria José Azevedo. “Algumas considerações sobre a difusão da escrita no tempo das

preocupação que ganhou uma maior relevância com o advento dos protestantismos⁹³.

As livrarias particulares e as reais bibliotecas

Nas cortes (e na paulatina afirmação da “sociedade de corte”), as bibliotecas são sinal de *status*, riqueza e de fasto, que celebram o Príncipe e a nobreza. É na biblioteca da alta aristocracia que irrompe o humanismo, com livros clássicos de autores gregos e latinos, ao lado de obras de entretenimento e de devoção, como também com os textos modernos. Gradativamente, a cultura letrada se vincula a cultura impressa e marca a difusão dos ideais Renascentistas, influenciando a oralidade, participando na divulgação das concepções de civilidade e das normas de conduta⁹⁴. Também cresceu uma mais íntima relação entre a atividade científica e o texto impresso. Mesmo quando a própria natureza passou a ser metaforizada como um “livro” (Galileu), os resultados da nova ciência foram registrados e estudados através de livros⁹⁵.

A conjuntura em que aparecem bibliotecas de dimensões “imensamente superiores às de épocas passadas” é vista por Henrique Leitão como sendo o resultado de uma correlação de duplo movimento. Se ocorreu um incremento de materiais proporcionado pela imprensa, foi o momento em que, pela primeira vez, se esboçou uma definição do papel cultural de uma ideia de biblioteca que “deixou de ser um repositório estático de saber para procurar ser uma instituição intimamente associada à produção de novos conhecimentos⁹⁶”. E como bons exemplos dessas transformações os especialistas citam a livraria de Fernando Colombo, para a Espanha, bem como a de John Dee, cosmógrafo da rainha Isabel I de Inglaterra, no caso inglês, e a de Pedro Nunes, para Portugal.

Descobertas”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 25-30, p. 28.

93 GILMONT, Jean-Françoise. *Op.Cit.*, pp. 47-77.

94 Carlota Boto desenvolve, para o século XVI, o vínculo entre cultura impressa e cultura escolar, no âmbito da construção do pensamento humanista. Segundo a autora, a “tipografia redefine progressivamente o imaginário popular, mediante divulgação, pela cultura impressa, de padrões tipificados de conduta, com a finalidade de regular o comportamento urbano”. BOTO, Carlota. “O Humanismo, o livro e a escola: vínculo clássico para o mundo contemporâneo”. In *International Studies on Law and Education*, n.º 11, mai-ago 2012, CEMOrOC-Feusp / IJI - Universidade do Porto, pp. 19-30, p. 19.

95 Embora refira às divergências ocorridas no debate em torno da associação entre “Revolução Tipográfica” e “Revolução Científica, Henrique Leitão defende que a atividade científica em todas as suas formas adquiriu uma íntima relação com o texto impresso, desde o século XVI aos nossos dias. Textos impressos, em especial livros, são “o elemento mais importante” da “cultura material” da ciência, que inclui ainda mapas, cartas, gravuras, esquemas e outros artefactos visuais. LEITÃO, Henrique. “O livro científico antigo, séculos XV e XVI. Notas sobre a situação portuguesa”. In LEITÃO, Henrique de Sousa (coord.). *Op.Cit.*, pp. 15-53, pp. 15-16.

96 O autor acrescenta que é no século XVI que foram lançadas as bases científicas da bibliografia, empreendimento que passaria paulatinamente nos séculos seguintes a ser mais cognitivo do que simplesmente enumerativo. LEITÃO, Henrique. *Op.Cit.*, pp. 15-53, p. 43.

Mas essa tendência não se confinou às bibliotecas particulares de homens dedicados a assuntos científicos. Foi também nesse período que a biblioteca do rei se impôs como política de Estado, suporte de sábios e eruditos que, a par do seu uso pelo monarca, foi especialmente instituída tendo em vista a utilidade do público⁹⁷. Na formação e exposição de um patrimônio bibliográfico e bibliófilo, afirmou-se, igualmente, como um forte símbolo de prestígio e consagração, numa fórmula que as elites da corte adotaram, como explica Gabriel Naudé, no seu célebre *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627): “nenhum meio mais honesto e seguro para adquirir fama entre os povos, que construir belas e magníficas bibliotecas, para depois votá-las e consagrá-las ao uso do público⁹⁸”. Tal orientação se desdobra no tempo e as livrarias reais deram origem aos primeiros núcleos de bibliotecas públicas nacionais em tradições diversas, como na Prússia, França, Espanha, mas também em Portugal e no Brasil⁹⁹.

No exemplo português, de tradição católica, já no século XV “o elemento constante das cortes senhoriais era a biblioteca¹⁰⁰”, ou melhor, a Livraria, termo recorrentemente utilizado até pelo menos o século XVIII¹⁰¹. Nesse sentido, a Livraria Real, que se inicia com obras para educação dos infantes nos inícios de Quatrocentos¹⁰², encontra-se no período de D.

97 A biblioteca do rei é uma realidade dupla, na expressão de Chartier. De um lado, há as coleções de livros dispersas nas residências reais, porque o rei também é leitor. Mas foi com a finalidade de uso público que mais solidamente a instituiu. Para o caso francês, veja-se CHARTIER, Roger. “O príncipe, a biblioteca e a dedicatória”. In BARATIN, Marc; JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 182-199, p. 183-185.

98 NAUDÉ, Gabriel. *Advis pour dresser une bibliothèque*, reprodução da edição de 1644. Paris: Aux Amateurs de Livres, 1990, p. 12-14 *apud* CHARTIER, Roger. “O príncipe, a biblioteca e a dedicatória”. *Op.Cit.*, p. 184-185.

99 Sobre propósitos e usos na formação de acervos reais, o caso espanhol foi estudado em BOUZAS, Fernando. *El libro y el cetro. La Biblioteca de Felipe IV en la Torre Alta del Alcazár de Madrid*. Salamanca: Instituto del Libro y de la Lectura, 2005. Sobre o caso prussiano, Hipólito Escolar comenta o estabelecimento fundado por Federico Guillermo (1661), depois continuado por seu filho Frederico III, denominado Real em 1701 e que deu origem a biblioteca da Universidade de Berlim e, depois da unificação, à Biblioteca Nacional da Alemanha. SOBRINO, Hipólito Escolar. *Historia de las bibliotecas*. Madrid: Pirámide, 1990, p. 274. O caso francês pode ser visto em PRIEBE, Paul M. “From Bibliothèqu du Roi to Bibliothèqu Nationale: The Creation of a State Library, 1789-1793”. In *The Journal of Library History (1974-1987)*, vol. 17, n.º 4 (1982). Austin: University of Texas Press, pp. 389-408. Para o caso das bibliotecas nacionais, uma síntese da formação na iberoamérica encontra-se em ALBA, José G. Moreno de (coord.); LEYVA, Elsa M. Ramírez (coord.). *Historia de las Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica: pasado y presente*. México: Universidad Nacional Autónoma, 1995.

100 Como visto em Oliveira Marques, algumas bibliotecas funcionavam, desde longa data, como a livraria real (que remonta o século XIV), enquanto outras eram de fresca aquisição (passagem do século XV ao XVI). MARQUES, A. H. Oliveira. “As instituições de cultura”. In SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. Oliveira (dir.); DIAS, João José Alves (coord.). *Nova História de Portugal, vol. V. Do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, pp. 486-483, p. 482-483.

101 De acordo com José Pinto Loureiro, o termo “livraria” é utilizado, tanto para livros de natureza privada como pública, até o século XVIII, pelo que o autor considera que a expressão “biblioteca” não é antiga em Portugal. LOUREIRO, José Pinto. *Livros e Livrarias de Coimbra do Século XVI ao Século XX*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1954, p. 5.

102 O inventário da livraria de D. Duarte (1391-1438, r.1433-38) é considerado, entre outros autores, por Isabel Buescu como “precioso rol cuja composição permite aferir algumas das principais orientações culturais da

Afonso V (1438-1481) à disposição dos eruditos e dos cortesãos mais ligados ao estudo, enquanto livreiros recebem prerrogativas especiais para importação e circulação de livros. Note-se que a livraria régia também se abriu à aquisição de obras da cultura laica, incluindo um número significativo de textos em vernáculo, mesmo que tenham continuado as compras de orientação clerical e religiosa.

Pari passu, a biblioteca testemunha uma presença relativamente tênue da atividade tipográfica na transição do século XV-XVI, conforme demonstração de Isabel Buescu¹⁰³. Era uma biblioteca de pergaminho essencialmente, quando, até as primeiras quatro décadas dos anos Quinhentos, o livro manuscrito predominou em Portugal sobre o impresso, enquanto a tipografia era um recurso excepcional ao serviço da Igreja, da Coroa e da Universidade. Aliás, como Oliveira Marques sublinhou, as bibliotecas da casa real não eram, até então, as maiores ou mais ricas do país. Os mais importantes acervos bibliográficos estão localizados na Universidade e nos colégios, bem como são dos próprios letrados nas livrarias particulares¹⁰⁴.

Dois séculos depois, mantinha-se a importância de acervos particulares, da Universidade e, principalmente, do elevado número de espólios em casas religiosas¹⁰⁵. Porém, as bibliotecas reais tinham ganho outra dimensão em termos qualitativos e quantitativos¹⁰⁶. Sob mando do monarca D. João V, e os impactos da descoberta de ouro no Brasil, emissários e diplomadas são encarregados de adquirir coleções de gravuras, manuscritos, objetos

corte de Avis”. As mais relevantes foram a afirmação, em nexos com a natural e forte presença de uma cultura clerical, de reflexões “sobre o poder e os grupos dirigentes, o desenvolvimento de uma historiografia régia e senhorial, que iria suplantar a tradição cronística e analítica peninsular, bem como a emergência de traços e formas do nascente humanismo renascentista”. Aquela autora chamou ainda a atenção para a dimensão da livraria, que, ao ultrapassar os oitenta títulos, é tida como “uma biblioteca do seu tempo”, juízo de valor baseado, em termos comparativos, no inventário da do rei Richard II da Inglaterra (com menos de vinte livros), ou no extraordinário exemplo de um dos maiores colecionadores de livros da segunda metade dos trezentos, Jean duque de Berry (1340-1416), com cerca de 150 volumes. BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, pp. 53-81, p. 54.

103 Tal configuração é sinal não só da fraca difusão tipográfica em Portugal, comparada com a de outros centros europeus, mas também do ainda forte prestígio do manuscrito na cultura escrita portuguesa. No entanto, ao analisar bibliotecas reais nos séculos XV e XVI, a autora afirma o entrecruzar de direções entre uma cultura laica e a cultura clerical, o sagrado e o profano, e orientações de gosto que, muitas delas, comprovam afinidades com outras bibliotecas laicas coevas. *Idem, ibidem*, p. 75.

104 MARQUES, A. H. Oliveira. *Op.Cit.*, p. 483.

105 Um primeiro levantamento sistemático, com base em catálogos e inventários de bibliotecas de instituições religiosas em Portugal até 1834, foi feito em GIUGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. *Clavis bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens da Igreja/Biblioteca Nacional de Portugal, 2015.

106 Luísa Cabral comenta que prevalecia um conceito de biblioteca como um “conjunto de livros”, e se fossem bons e raros melhor, mas não havia reflexão, nem teorização sobre o acervo. Sua investigação aborda de forma panorâmica as bibliotecas portuguesas no século XVIII, e de forma aprofundada a Livraria Real e Real Biblioteca Pública da Corte. CABRAL, Maria Luísa Rosendo. “Património Bibliográfico e Bibliotecas na construção da Identidade Coletiva. Entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800”. *Tese de doutoramento em História Moderna da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, vol. I e II. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 88. Cf. *Idem, A Real Biblioteca Pública e os seus criadores. Lisboa, entre 1755 e 1803*. Lisboa: BN, 2014.

culturais e tudo que mais novo se imprimisse por toda Europa, aquisições que vão constituir a Livraria Real e as três grandes bibliotecas protegidas pelo rei: a do convento dos Oratorianos, em Lisboa; o projeto de construção da biblioteca do convento de Mafra (1730); e, antes, a construção do novo prédio da biblioteca da Universidade de Coimbra¹⁰⁷, que será sede da monumental Joanina (1717-1728)¹⁰⁸. Soma-se aos acervos destinados à Biblioteca Joanina, a suntuosidade, como nunca antes se tinha sido visto nas livrarias reais portuguesas, na execução de um poderoso programa artístico de iconografia erudita e simbologia de exaltação do monarca, que se apresenta como “um paradigma do próprio poder real” e vai influenciar as iniciativas posteriores da casa real¹⁰⁹.

Mas a ruína da mítica alexandrina também não poupou os acervos de livros em Portugal. No mais drástico exemplo, a Livraria Real, instalada na Grande Sala do Forte, no Real Palácio da Ribeira, é devastada pela terra, o fogo e a água no Dia de Todos os Santos do ano de 1755. O Terremoto de Lisboa, com seus dois tremores seguidos de um maremoto e incêndios por toda cidade¹¹⁰, matou milhares de pessoas, devastou vidas e abalou concepções filosóficas e religiosas no mundo ocidental, como estudos em diferentes abordagens demonstram¹¹¹. Ruiu o mundo que se conhecia e destruiu também a Livraria Real, com o núcleo original de livros e os milhares de exemplares adquiridos. Um todo com impressos, manuscritos, edições raras e antigas, relíquias vindas de toda Europa, mobiliário projetado para as três salas de decoração barroca que a haviam tornado “uma das maiores bibliotecas da Europa”, com milhares de volumes classificados por campos do saber – Teologia, Filosofia,

107 Das três grandes bibliotecas protegidas por D. João, apenas a da Universidade não é de instituição religiosa, como analisa Luísa Cabral. A autora reforça o papel da biblioteca dos Oratorianos, no Convento das Necessidades, na formação de gerações de letrados, chegando a rivalizar com Coimbra nos privilégios de formação. Sobre a Biblioteca da Universidade, a autora comenta que, apesar de refundada em 1717, só em 1777 recebeu um regulamento bem estruturado e sólido, obra do bibliotecário António Ribeiro dos Santos. CABRAL, Maria Luísa Rosendo. *Op.Cit.*, p. 99. Cf. *Idem. A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

108 A formação do projeto, a constituição dos primeiros acervos e o patrimônio atual da Biblioteca da Universidade podem ser vistos em AMARAL, A. E. Maia do (org.). *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011.

109 Expressão desenvolvida por Sandra Saldanha em estudo sobre a Biblioteca Joanina, caracterizada como “ícone incontornável do barroco europeu e da arte das bibliotecas”. SALDANHA, Sandra Costa. “O paradigma estético da Biblioteca Joanina: Bibliotecas conventuais setecentistas”. In *As bibliotecas e o livro em instituições eclesiais. Actas do II e III Encontro Nacional*. Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2013, pp. 99-117, p. 100.

110 A descrição dos acontecimentos em torno do sismo, bem como dos impactos do terremoto no pensamento português e europeu, é analisada por ARAÚJO, Ana Cristina. *O terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*. Lisboa: Clube do Coleccionador dos Correios, 2005.

111 De modo a apontar diferentes abordagens sobre o tema, segue-se os estudos em ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. No campo da História do Livro e da Leitura, se tornou célebre a investigação de Manuela Domingos, centrada no mercado editorial do período, a partir do catálogo de uma casa livreira anterior à catástrofe. Cf. DOMINGOS, Manuela D. *Bertrand: uma livraria antes do Terramoto*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

História, Direito Canônico e Civil, Filologia, Literatura, Medicina e Ciências – desaparecia¹¹².

Do caos surgiram novos modelos: duas bibliotecas foram idealizadas para substituir a anterior destruída: a Biblioteca Real e a Real Biblioteca Pública da Corte (1795). Esta, na análise de Luísa Cabral, incorporou as mudanças detectáveis em bibliotecas portuguesas do período ao ser dotada de regimento, estrutura, missão definida. Apresentava-se nominalmente como pública e conseguiu reunir um escol de profissionais e estudiosos seguindo um percurso organizativo similar ao de outras instituições setecentistas, como a Biblioteca da Academia de Ciências (1779) e a Casa Literária Arco do Cego (1799)¹¹³. As coleções que darão origem a atual Biblioteca Nacional de Portugal foram formadas inicialmente por obras vindas da Real Mesa Censória, por livros de colégios religiosos extintos (como as bibliotecas dos oratorianos e dos colégios jesuíticos, em 1759), assim como das doações do bispo de Beja e depois arcebispo de Évora, Frei Manuel do Cenáculo¹¹⁴, e de novas aquisições¹¹⁵.

A outra livraria começou a ser reunida logo após o terremoto. A Biblioteca Real se instalou no Palácio da Ajuda com o propósito de recompor o acervo da monarquia portuguesa, o que incluía a livraria privativa dos monarcas. Para isso, bibliotecas particulares inteiras são compradas, como a do bibliófilo Nicolau Francisco Xavier da Silva, com valioso fundo de manuscritos e livros, e a do Conde de Redondo, famosa pelo número de livros e qualidade dos manuscritos de história¹¹⁶. A importância simbólica e material desse acervo cresceu ao ponto de, na transferência da família real ao Brasil (1808) sob a ameaça das tropas napoleônicas, a

112 Investigações de Lilia Schwarcz recompõem o processo de formação da Biblioteca Real, bem como os registos do que se perdeu com o terremoto. Essa biblioteca foi construída pela vontade do rei e seguia o modelo das grandes bibliotecas europeias, desde as estantes à organização e respectivo funcionamento. Livros e mobiliário foram enviados do exterior e até bibliotecas inteiras adquiridas. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 71-78.

113 CABRAL, Maria Luísa Rosendo. “A Real Biblioteca Pública da Corte e a modernidade das bibliotecas portuguesas: os anos decisivos, 1795-1803”. In CABRAL, Maria Luísa Rosendo (dir.). *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade 1800-1850. Seus intérpretes e suas coleções*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2014, pp. 115-129, p. 115-118. Cf. CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário “sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.

114 Registrem-se os estudos que abordam a concepção de biblioteca vigente, tanto a partir da criação da Biblioteca Pública da Corte, como da ação de figuras como frei Manuel do Cenáculo (1724-1814) e o bibliotecário António Ribeiro dos Santos (1745-1818). Cf. CABRAL, Maria Luísa Rosendo (dir.). *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade 1800-1850. Seus intérpretes e suas coleções*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2014; *Idem*. *A Real Biblioteca Pública e os seus criadores. Lisboa, entre 1755 e 1803*. Lisboa: BN, 2014; BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2003; VAZ, Francisco António Lourenço. “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. In MEDEIROS, Filipa (coord.). *Acervos patrimoniais: novas perspectivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola/FCT, 2012, pp. 78-96; DOMINGOS, Manuela D. (coord.). “*Casa dos Livros de Beja*”. *Doação Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.

115 Um dos acervos fundacionais é apresentado e estudado em DOMINGOS, Manuela D. *Livraria de D. José da Silva Pessanha. Do colecionador à Biblioteca*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

116 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op.Cit.*, p. 115.

biblioteca ser enviada aos trópicos como um tesouro a ser protegido. Como sabemos, os livros e a maioria dos manuscritos nunca retornaram a Portugal e irão participar do processo de Independência (1822), tornando-se núcleo fundamental para constituição da maior biblioteca brasileira, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

O Brasil independente se fundava com a sua biblioteca carregada de valor e tradição, mas a alto preço. Como comenta Lilia Schwarcz, pagava-se caro pela independência e parte significativa ia para os livros. Do total da dívida assumida com Portugal, cerca de 12,5% do valor referia-se à aquisição da Biblioteca Real¹¹⁷. Se o investimento valia pelo valor comercial e pelo simbolismo que carregava, a autora aponta uma questão: “Era a Independência que se fazia portando tradição, ou eram os livros que carregavam eles próprios sinais de independência cultural e intelectual?”. Schwarcz sustenta que a interpretação acerca do significado da biblioteca oscilou entre dois polos: internamente, o seu custo suscitou reclamações de todo tipo, da estrutura ao funcionamento; para o exterior, ao contrário, era apresentado como um trunfo para o país que vivia seus momentos inaugurais¹¹⁸.

A biblioteca vegetal e a dessacralização do objeto

Nas metamorfoses da biblioteca e das suas concepções de ideal, interessa sublinhar a articulação de componentes decisivas ao modelo que se pretende analisar neste estudo: a introdução da tipografia; a predominância dos textos em línguas vernáculas se inserindo nos espaços privados, acompanhando a dessacralização da palavra escrita; a constituição de novas tipologias de bibliotecas, entre públicas e particulares; a emergência da figura do intelectual e a sua especialização como universitário. Tópicos que, mantendo especificidades locais, se integram no processo de secularização¹¹⁹, uma das linhas estruturantes da consciência moderna¹²⁰. O próprio impresso é compreendido como objeto e agente das mudanças reivindicadas pelos ideais da Modernidade.

Com isso, quer-se chamar a atenção para o momento em que desagua nas bibliotecas um conjunto de operações difundidas de modo a ordenar os inúmeros títulos que o manuscrito e depois o impresso puseram a circular. Em concreto, às tarefas de recensar títulos, classificar obras, atribuir autoria aos textos. Esta também foi a conjuntura em que se

117 O valor da biblioteca foi fixado em 800 contos, o que correspondia à época a 250 mil libras esterlinas. *Idem, ibidem*, p. 400.

118 *Idem, ibidem*.

119 Sobre o tema de secularização e modernidade, conferir: CATROGA, Fernando. *Entre Deuses e Césares*. Coimbra: Almedina, 2006.

120 PEREIRA, Miguel Baptista. *Modernidade e Tempo: Para uma leitura do Discurso Moderno*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.

solidificou a definição de livro como sendo, simultaneamente, um objeto, um texto e um autor, critério que ainda hoje mantém atualidade. Nas palavras de Chartier: “é, de facto, durante aqueles séculos decisivos, em que o livro copiado à mão é progressivamente substituído por aquele que é composto por caracteres móveis e impresso através da prensa, que adquirem força gestos ou pensamentos que continuam a ser os nossos¹²¹”.

Está claro que o livro não muda com o surgimento da prensa de tipos móveis, ou seja, continua a ser usado para difusão do pensamento escrito tal como o era em manuscrito desde a invenção do códice nos primeiros séculos da era cristã. No entanto, como já foi referido, a nova técnica permite sua reprodução em maior quantidade e velocidade, de forma mais fácil, com menos recursos, novas características que se refletem na estrutura das bibliotecas. É o momento em que o pergaminho, de origem animal, raro e sempre caro, é trocado por papel, de origem vegetal, capaz de ser fabricado em grandes quantidades e com menor custo. O volume, que seria lentamente copiado, pode agora ser produzido as centenas, por vezes aos milhares, alterando os costumes, os modos de difusão do pensamento e as condições de trabalho intelectual¹²².

Este também é um processo de crescente afirmação da “memória vegetal” (Umberto Eco) em relação a outros suportes da memória social, como a memória orgânica, garantida pela transmissão de conhecimentos pelos mais velhos de um grupo, ou a memória mineral, com suportes que vão desde a escrita esculpida em pedra, os signos gravados na argila, à arquitetura dos monumentos e catedrais¹²³. O livro códice difundiu-se com o impresso, embalado por uma tipografia mais vasta, até ser também questionado quanto ao seu futuro com a emergência do digital nas últimas décadas do século XX¹²⁴.

121 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Passagens, 1997, p. 5.

122 Na definição de Lucien Febvre, mais do que uma técnica, o livro impresso torna-se “um dos instrumentos mais poderosos de que a civilização do Ocidente alguma vez dispôs para concentrar o pensamento esparso dos seus representantes”, capaz de difundir ideias “em todos os domínios onde os obstáculos da escrita e da língua não interdítam o acesso”. FEBVRE, Lucien. “Prefácio”. In FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 5.

123 ECO, Umberto. *A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014, p. 15.

124 A edição eletrônica, o futuro do livro impresso e das bibliotecas, a proliferação de *e-books* são algumas das questões levantadas com a ascensão do digital por investigadores contemporâneos da história do livro e da leitura e das teorias de comunicação. Reunindo crescente atenção desde a década de 1960, frente aos meios de comunicação eletrônicos, estudos interrogam as mudanças em curso no universo do impresso, sendo referência no tema o livro de Marshall McLuhan, *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man*, com primeira edição inglesa em 1962 e uma década depois, com tradução em português: MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972. Pertinente é a ponderação de José Mindlin ao defender que não há incompatibilidade entre novas tecnologias e o livro: “O acesso à informação é uma coisa muito importante do ponto de vista de pesquisa, ou de estudo, mas leitura é muito mais que acesso à informação: é uma fruição, é um dos grandes prazeres de que o homem (e a mulher...) dispõem, pois são eles o único animal que lê, não é mesmo?”. MINDLIN, José. “A evolução do livro do século XV ao século XX”. In DOCTORS, Márcio (org.). *A*

Se isto não matou aquilo, transformou seu estatuto. No romance de Victor Hugo, *Notre-Dame de Paris*¹²⁵, está o temor do sacerdote medieval diante de um agente novo, a tipografia, traduzida na sentença: “o livro matará o edifício”. É o púlpito e o manuscrito, a palavra falada e a palavra escrita alarmando-se com a palavra impressa. Em uma interpretação: “a imprensa matará a Igreja”. Na outra face da sentença, para o narrador está uma aceção mais complexa – a constatação de que a imprensa assumirá a primazia de funções antes exercidas pela arquitetura na construção da grande obra do conhecimento humano. De onde esta ilação: “O grande poema, o grande edifício, a grande obra da humanidade não se construirá mais, ela imprimir-se-á”. Vaticínio retrospectivo possível em um drama que, embora se desenvolva em fins da Idade Média, é escrito por Victor Hugo nos inícios da década de 1830, saído do que se tornará “o século do impresso”¹²⁶.

Notre-Dame de Paris narra um momento em que a Igreja Católica cristianiza também pelas imagens da representação do divino. A Catedral é um todo, livro dos livros, que abriga o visível e o invisível, o sagrado e o profano, do púlpito aos vidrais, das imagens de santo esculpidas às narrativas pintadas. Em fins da Idade Média, a Catedral Gótica é livro a céu aberto construído para “ser lido” por uma população em maioria analfabeta em uma sociedade profundamente hierarquizada. E se o protestantismo é iconoclasta, sem imagens, sem mediação na leitura da palavra de Deus e sem pedidos de intervenção da legião de santos, a Contrarreforma Católica reinveste na suntuosidade pictórica, que tem sua expressão máxima no Barroco. Sabedor da Arquitetura como livro de pedra, o narrador se refere aos impactos da introdução da “prensa luminosa de Gutenberg”:

Era a presciência de que o pensamento humano, ao mudar de forma, ia mudar o modo de se exprimir, que a ideia capitular de cada geração deixar-se-ia de escrever com a mesma matéria e da mesma maneira, que o livro de

cultura do papel. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999, pp. 43-56, p. 48. Sobre o tema, conferir ainda FURTADO, José Afonso. *O Papel e o Pixel. Do Impresso ao digital: Continuidades e transformações*. Lisboa: Ariadne Editora, 2007; BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003; BRIGGS, Asa; PETER, Burke. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004. LYONS, Martyn. “A história da leitura de Gutenberg a Bill Gates. In LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. *A palavra impressa. Histórias da leitura no século XIX*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 1999, pp. 7-22.

125 “Ceci tuera cela”, traduzido como “Isto há de matar aquilo”, é o título do Capítulo II, do livro V, do romance histórico *Notre-Dame de Paris*. Cf. HUGO, Victor. *Notre-Dame de Paris*. Paris: Charles Gosselin, 1831. Com edição definitiva em 1832. Será utilizada a edição portuguesa HUGO, Victor. *Nossa Senhora de Paris*. Porto: Civilização Editora, 2012.

126 Na observação de Martyn Lyons, se o mundo ocidental teve a primeira geração alfabetizada em massa no século XIX, pelo menos para o caso da Europa, este também foi o último século a ver o impresso atuando sem a competição de outros meios de comunicação, como o rádio ou a mídia eletrônica do século XX. LYONS, Martyn. “Os novos leitores no século XX: mulheres, crianças e operários”. In CAVALLO, Guglielmo (org.); CHARTIER, Roger (org.). *Op.Cit.* vol. 2, pp. 165-202, p. 165.

pedra, tão sólido e duradoiro, ia ceder o lugar ao livro de papel, ainda mais sólido e duradoiro¹²⁷.

A questão é plena de atualidade e por similitude, mais que por diferença, a chamada “revolução impressa” é frequentemente comparada com a “revolução digital”¹²⁸. De momento, interessa reforçar que, embora a cultura escrita não possa ser confundida com a difusão da imprensa no Ocidente, desde o século XV tais processos distintos aparecem interligados e participam de mudanças estruturais em culturas europeias. Exemplo é o “reconhecimento público das letras como instrumento de poder e como objecto de distinção social e individual¹²⁹”, que também pode levar a exclusões sociais e influencia a cultura oral. No início desse processo de difusão, o impresso não alcança toda gente e atinge os que já utilizavam o livro no trabalho com as letras¹³⁰, tendencialmente, as elites e grande parte das populações urbanas passam a ter de se “confrontar quotidianamente com a necessidade de decifrar textos, ainda que curtos¹³¹” durante o período moderno.

Se a difusão da imprensa de tipos móveis representa de imediato um salto quantitativo na produção do livro, torna-se também qualitativo, como um elemento importante para a gradativa secularização dos agentes das culturas, para a difusão das línguas nacionais e vulgarização de escritos a um público cada vez mais alargado, ainda que, como ressaltam

127 HUGO, Victor. *Nossa Senhora de Paris*. Tradução: José da Natividade Gaspar. Porto: Civilização Editora, 2012, pp. 208-209.

128 Robert Darnton considera que “a explosão dos modos eletrônicos de comunicação é tão revolucionária quanto a impressão de tipos móveis” e que estamos tendo tanta dificuldade em assimilá-la quanto os leitores do século XV tiveram ao se confrontarem com textos impressos. DARNTON, Robert. *A questão dos livros. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 14. Roger Chartier compara a revolução virtual com outras revoluções por que passou o livro, como quando se deu a alteração do texto manuscrito em rolo de pergaminho ao códice, e deste, ao livro impresso. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.

129 LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis. “A cultura escrita nos espaços privados” In MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da vida privada em Portugal, vol. 2, A Idade Moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010 pp. 333-394, p. 333. Os autores sublinham que, até aos séculos XIII e XIV, a poesia, o pensamento ou a administração local não se subordinavam à cultura escrita. A escrita era apenas um expediente útil para registo de práticas que sempre existiram na comunicação e nas memórias orais. Ou seja, “podia-se viver, tendo poder, fazer parte das elites e fruir todos os prazeres disponíveis, recorrendo, apenas quando necessário, a quem dominava competências específicas e especializadas, como as da leitura e da escrita. No mundo do direito, da filosofia (incluindo a medicina) ou da espiritualidade, onde essas competências eram necessárias, recorria-se a pessoas concretas, em sectores restritos”. Já a partir do século XV tal realidade se altera nas principais cidades europeias. Em parte, a crescente procura e aceitação da Imprensa contribuem de forma significativa para essa mudança, que se aprofunda nos séculos seguintes.

130 Para Martyn Lyons, as mudanças pós-invenção da imprensa se aplicam principalmente à transformação da vida do intelectual, não modificando de imediato a vida dos cidadãos comuns. LYONS, Martyn. “A história da leitura de Gutenberg a Bill Gates”. In LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. *A palavra impressa. Histórias da leitura no século XIX*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 1999, pp. 7-22, p. 13.

131 LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis. *Op. Cit.*, p. 334.

João Luís Lisboa e Tiago Miranda, com hierarquizações e exclusões¹³². A Bíblia, “a Escritura por excelência do Ocidente¹³³”, é exemplo modelar dessa transformação e não por acaso foi o primeiro livro saído dos prelos de tipos móveis de Gutenberg (1455), integrando-se na gradual secularização da cultura escrita. Antes do que se convencionou chamar Modernidade, o texto sagrado era, sobretudo, uma “Escritura que fala” porque era pela audição do texto, difundido pela Igreja Católica Romana em latim e mediado pelos seus representantes, que o crente acedia à Verdade. Como também é uma Escritura que se vê, como dito sobre a representação pictórica nas Catedrais, por exemplo, que mobiliza o sentido da visão e que materializa a Verdade divina.

Com o Humanismo, o método histórico-filológico desenvolveu-se como arma argumentativa, questão abordada por Fernando Catroga ao discutir secularização e tolerância civil¹³⁴. O autor sublinha que, apesar da aplicação do método privilegiar os textos greco-latinos, este caminho também se estenderá às escrituras sagradas, ou aos documentos ligados à história da Igreja, com consequências secularizadoras. Exemplo é o desenvolvimento de uma análise não literal da Bíblia, precursoramente feita por Isaac La Peyrère, Uriel da Costa e Hobbes, que encontrará em Espinosa o seu mais influente cultor¹³⁵. Ao dar relevo aos condicionamentos históricos da redação das Escrituras, libertando-a dos dogmas teológicos que encobriam a sua interpretação, bem como “reservando à razão o cuidado com a procura da verdade”, o autor do *Tratado teológico-político* (1670) percebe que a Bíblia nada continha de oposto à liberdade de pensar¹³⁶.

Se, em alguns setores, o livro sagrado chega ao século XVII já sujeito à hermenêutica do criticismo moderno¹³⁷, mesmo antes, a difusão da tipografia participa da transformação desse paradigma. A célebre obra de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin destaca que “tornar a Bíblia diretamente acessível a um maior número de leitores, não somente em latim, mas também nas línguas vulgares¹³⁸” foi uma das principais tarefas encomendadas a

132 *Idem, ibidem*, p. 334.

133 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 228.

134 CATROGA, Fernando. *Op.Cit.*, p. 75.

135 Questão analisada pelo autor ao abordar os fundamentos da tolerância civil. *Idem, ibidem*, p. 76.

136 *Idem, ibidem*.

137 Um balanço da difusão da exegese da Bíblia em fins do século XVII é vista em PITASSI, Maria-Cristina. “La notion de communication dans l’exégèse biblique de la fin du XVIIe siècle”. In BOTS, Hans; WAQUET, Françoise. *Commercium Litterarium 1600-1750. La Communication dans La République des Lettres*. Amsterdam/Maarsen: Apa-Holland University Press, 1994, pp. 35-50.

138 FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *Op.Cit.*, p. 326. Os autores acrescentam como tarefas da tipografia no seu começo: “fornecer aos estudantes e aos doutores das universidades os grandes tratados do arsenal escolástico tradicional, multiplicar, para além dos livros de uso, especialmente os breviários e os livros de horas necessários para a celebração das cerimônias litúrgicas e a reza diária, as obras de mística e os livros de piedade popular, tornar sobretudo a leitura dessas obras mais facilmente acessível a um público mais

tipógrafos desde o começo da nova técnica. Marcos como a Reforma Protestante e as reações subsequentes estão correlacionados a esse processo, sendo, portanto, indissociáveis do alargamento da alfabetização e de uma maior entrega subjetiva da vivência religiosa, fator não despreciando no crescimento da autonomia da razão na Modernidade. Nesse sentido, não são poucos os estudos que remetem à associação entre revolução tipográfica e a eclosão da reforma protestante¹³⁹. Em comum, a ideia de que, ao defenderem a leitura direta dos textos religiosos, os reformadores protestantes encontraram no livro impresso (mais fácil e barato que o manuscrito) o instrumento de difusão de escritos e ideias adequado à sua defesa de uma relação mais direta do crente com a palavra escrita de Deus.

Em outra escala, o livro torna-se instrumento de poder e objeto de controle da Contrarreforma Católica, que o insere na luta pelo controle político e religioso das populações¹⁴⁰. A Igreja utiliza as letras para a evangelização das regiões ameaçadas pela Reforma¹⁴¹, reativou o Tribunal do Santo Ofício, estabeleceu o *Index Librorum Prohibitorum* e a lista de livros proibidos, e reinvestiu em representações mais imagéticas da narrativa religiosa. Em Portugal, o estabelecimento da Inquisição (1536) marcou de modo decisivo a censura literária, como estudado por Tereza Payan Martins. A autora aponta que o poder político, embora sempre em uma relação instável com o poder intelectual, só a partir de então sentiu a necessidade de organizar oficialmente o aparelho repressivo¹⁴².

Sabe-se que o texto religioso está presente nas primeiras manifestações da atividade impressa portuguesa, confirmando o papel preponderante do clero católico nas instituições da cultura do seu tempo. Mas, como destacou Artur Anselmo, a instalação da tipografia (três décadas depois da imprensa de tipos móveis surgir na Europa Central) ocorreu num período

vasto”.

139A convicção que a imprensa desempenhou um papel fundamental na difusão das ideias de Lutero é discutida, entre outros, por GILMONT, Jean-François. *Op.Cit.*; MARTIN, Henri-Jean. *Historia y poderes de lo escrito*. Gijón, Ediciones Trea, 1999; HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

140 JULIA, Dominique. “Leituras e contrarreforma”. In CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). *Op.Cit.*, vol. 2, pp. 79-116. Cf. MARTIN, Henri-Jean. *Historia y poderes de lo escrito*. Gijón, Ediciones Trea, 1999.

141 Ao discutir índices de alfabetização na Europa central, António Candeias comenta que a Contrarreforma também utiliza as letras para a evangelização, sobretudo nas zonas em que se sente mais ameaçada, como aconteceu em algumas regiões francesas durante os séculos XVI e XVII. CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”. In *Análise Psicológica*, v.17, n.º 1. Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1999 (março).

142 MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2005, p. 12. Seguindo documentação disponível, a autora argumenta que, entre a publicação do decreto do V Concílio de Latrão, em 1515, o qual determina a obrigatoriedade universal de censura prévia para todos os livros, e a criação da Inquisição em Portugal, em 1536, não há vestígios da existência de censura literária sobre livros portugueses. A mudança operou-se depois do estabelecimento da Inquisição. *Idem, ibidem*, p. 13.

de domínio da expansão ultramarina, do qual não está desvinculada, em um quadro de expansão mercantil em desenvolvimento¹⁴³, ao mesmo tempo que também está relacionada com a ampliação dos agentes culturais desde o século XV, quando as primeiras manifestações humanísticas e a influência dos judeus em Portugal se repercutiram na instalação da tipografia portuguesa. Em meados do século XVI, entre encomendas de edições religiosas, impressão de leis, documentos oficiais, são impressas em Portugal edições de autores de acentuado pendor humanístico, como o consagrado matemático Pedro Nunes¹⁴⁴, o gramático João de Barros, os pensadores André de Resende e Damião de Góis, entre outros¹⁴⁵.

Após o estabelecimento da Inquisição em Portugal e, depois da reforma pombalina, com a criação da Real Mesa Censória (1768), a severidade do regime criou barreiras, mas não conseguiu impedir a comercialização e circulação de livros proibidos e contrafações, entre leituras heréticas, sediciosas ou da chamada “religião filosófica”. Tal presença é observada pelos estudiosos do livro, por exemplo, nos inventários de bibliotecas de instituições religiosas, com menor ou maior discricção¹⁴⁶. E se a confecção podia ser controlada ou reprimida mais de perto, ainda restava a importação de impressos, cenário válido tanto para a sede do reino, quanto visto nos estudos sobre livrarias coloniais no Brasil¹⁴⁷, onde fica

143 “O Ultramar é, em meados da década de 70 (século XV), o verdadeiro centro da política interna e externa de Portugal”. Iniciada com a conquista de Ceuta (1415), a política de extroversão fora orientada após as campanhas de Marrocos (1463-1471) e em fase já adiantada das explorações atlânticas, para a Guiné. ANSELMO, Artur. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p. 35.

144 Exemplo da tipografia portuguesa humanista são os livros do matemático Pedro Nunes, impressos em maioria em casas tipográficas de Coimbra e Lisboa. Realizou ainda edições em Anvers (Antuérpia, Bélgica) e Basileia (Suíça). Note-se que a obra *De Crepusculis liber unus* é impressa pela primeira vez em 1542, por Luís Rodrigues, em Lisboa, e teve edições posteriores de prelos em Coimbra (Oficina de Antonio de Mariz, 1571) e depois Basileia (Oficina de Henrique Pedro, 1568, 1592). O único livro do autor em português, *Tratado da Esfera*, publicado em 1537 em Lisboa. Cf. “Obras de Pedro Nunes” In LEITÃO, Henrique de Sousa (comissário cientif.); MARTINS, Lúcia de Azevedo (coord.). *Pedro Nunes 1502-1578. Novas terras, novos mares e o que mays he: novo ceo e novas estrelas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, pp. 97-124.

145 Ao investigar a trajetória do impressor Luís Rodrigues, Artur Anselmo lista ainda, entre esses autores com trabalhos saídos daqueles prelos, António Luís, Bartolomeu Filipe, Francisco Álvares, Jorge Coelho, Erasmo, D. Jerónimo Osório, Frei João Soares, Duarte Pinhel, Francisco de Monçon. ANSELMO, Artur. “O Livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos”. In ANSELMO, Artur. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997, pp. 77-86. Sobre outros livreiros impressores, conferir: GUEDES, Fernando. *Os livreiros em Portugal e suas associações desde o século XV aos nossos dias. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Verbo, 2005.

146 GIUGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. *Op.Cit.*; MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *Livros clandestinos e contrafações em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri, 2012. Um exemplo da diversidade temática dessas livrarias, em um estudo de caso para o Norte de Portugal, Cf. FREITAS, José Adriano de (dir.). *Da Memória dos Livros às Bibliotecas da Memória. I – Inventário da Livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998.

147 Essa dimensão está presente em um campo especialmente estudado para o Brasil colonial, o período do Reformismo Ilustrado, como exemplo do precursor ensaio de Eduardo Frieiro, *O Diabo na Livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1946 (com segunda edição revista e aumentada em 1981). Um balanço desses estudos, remetendo ao período anterior, pode ser visto em RIBEIRO, Marília de Azambuja. “Livros defesos e bibliotecas privadas no Brasil em finais do século XVI”. In MONTENEGRO,

expressa a importância das bibliotecas particulares nos contextos repressivos sobre religiosos e leigos¹⁴⁸.

Assim, apesar da vigilância exercida sobre o comércio de livros, com juramentos de livreiros e confisco de mercadorias, são consideráveis as brechas que permitiram a posse de obras heréticas ou sediciosas. Para além do “excesso de descuido” na vigilância dos hábitos de leitura, como visto por Ana Cristina Araújo¹⁴⁹, a Mesa Censória, desde 1768, previa regimes excepcionais de aquisição e uso de livros proibidos por instituições como a Universidade, algumas comunidades religiosas, a Academia Real das Ciências de Lisboa (a partir de 1779), assim como por “teólogos, juristas e homens de letras que alegassem que a leitura de livros defesos se tornava imprescindível para seu magistério”, ou ainda por “particulares insuspeitos de abraçarem doutrinas heterodoxas ou subversivas”¹⁵⁰. Análoga tolerância foi concedida a comunidade inglesa residente em Portugal e a oficiais de legações estrangeiras e agentes diplomáticos. No que, seguindo a autora, não apenas os homens de letras adotavam como critério de encomenda de obras estrangeiras o *Índice das obras proibidas da Real Mesa Censória*, mas a prática interessava a “toda a gente”¹⁵¹. Tereza Payan Martins associa ainda a curiosidade que a proibição suscitava ao choque de interesses entre a política do Estado e as leis do mercado como uma das causas próximas que ditou a incapacidade de sustentar a produção e circulação dos “maus livros”¹⁵², muitos também vistos como símbolo do moderno.

Para além da ação direta da censura, foram impostas outras restrições a difusão e

Antonio Torres (org.) et al. *História: cultura e sentimento. Outras Histórias do Brasil*. Recife, Cuiabá: Ed. Universitária da UFPE/Ed. da UFMT, 2008; VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015; *Idem*. “O Diabo na livraria dos Inconfidentes”. In: Aduato Novaes (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 367-95. Outros exemplos podem ser lidos em: LEITE, Paulo Gomes. “Revolução e Heresia na Biblioteca de um Advogado de Mariana”. In *Acervo*, revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 8 (1-2): 153-166, jan./dez. 1995; ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp, 2004.

148 O levantamento do perfil dos proprietários de livrarias e um panorama da circulação de livros no Brasil colonial foi realizado por VILLALTA, Luiz Carlos, “Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial”. In *Naissance du Brésil Moderne*, Actes du Colloque “Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil”. Paris: Presses de l'Université de Paris, 1998. Cf. FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1946; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Bibliotecas coloniais”. In *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999, pp. 129-150.

149 Expressão utilizada por José Seabra da Silva em carta dirigida ao presidente da Comissão de Exame e Censura de Livros, Principal Abranches, em dezembro de 1789, para denunciar “uma multidão incrível de livros libertinos, escandalosos e sediciosos” e “livros promotores da Religião Filosófica”. ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, p. 85.

150 A autora trata do Regimento Real da Mesa Censória de 18 de maio de 1768. *Idem, ibidem*, p. 85-86.

151 *Idem, ibidem*.

152 MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *Op.Cit.*, 2005, p. 14.

leitura do impresso. A imagem do livro reservado a certas categorias sociais, ou ainda a leitura (ou a audição da leitura) como prática perigosa para certos grupos, onde frequentemente estavam camponeses e operários, ou ainda em alguns contextos mulheres e crianças, demonstram tensões às quais a imprensa é acionada no avançar da modernidade. Como observado em Jean-Yves Mollier para o caso da França desde os séculos XVI e XVII, “a boa sociedade” utilizou os meios ao seu alcance para “inventar o homem dos novos tempos”, normatizando-o, dirigindo-o e policiando-o através da Justiça, da Igreja e da Escola, mas também do material impresso¹⁵³.

Mas, ao lado do conjunto de obrigações e instruções, constrangimentos e regras, com que cada leitor é confrontado, a subversão caminhou, efeito decorrente da própria natureza dessa atividade desconhecida, como chamou Michel de Certeau, que é a leitura, com “seus rodeios, percursos através da página, metamorfoses e anamorfoses do texto pelo olho que viaja, voos imaginários ou meditativos a partir de algumas palavras, transposições de espaços sobre as superfícies militarmente dispostas do escrito, danças efêmeras¹⁵⁴”. Se “ler é peregrinar por um sistema imposto”, o do texto, “análogo à ordem construída de uma cidade ou de um supermercado”, toda leitura modifica seu objeto¹⁵⁵. Seguindo essa discussão, Chartier afirmou: “a leitura é, por definição, rebelde e vagabunda¹⁵⁶”.

Com isso, refere-se a um movimento aparentemente contraditório. De um lado, um conjunto de obrigações e instruções – do autor, do livreiro editor, do comentador, do censor, do crítico – que “pretendem controlar de perto a produção do sentido”. Por outro lado, as “manhas que utilizam os leitores para arranjar os livros proibidos, ler por entre as linhas, subverter as lições impostas, são infinitas¹⁵⁷”. Os exemplos são múltiplos e analisados por diferentes abordagens. Seja como visto por Christopher Hill que, ao estudar as apropriações da Bíblia reformista traduzida para o inglês no século XVI, surpreendeu que o texto passou a ser interpretado por muitos como código para divulgação das novas ideias e utilizado para legitimar interesses frequentemente antagônicos e estopim para revoluções nos Quinhentos¹⁵⁸.

Seja ainda, o exemplo bem conhecido, na peculiar cosmogonia elaborada por Menocchio, moleiro na italiana Friuli, acusado de heresia pela Inquisição em 1583, cujo

153 MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaio sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 53.

154 CERTEAU, Michel. *Op.Cit.*, p. 265-266.

155 *Idem, ibidem*, p. 264.

156 CHARTIER, Roger. *Op.Cit.*, 1997, p. 7.

157 *Idem, ibidem*, p. 7.

158 HILL, Christopher. *Op.Cit.* Christopher Hill desenvolve a tese que a tradução da Bíblia reformista, no século XVI, para o inglês foi catalizador para as revoluções do século XVII. Mostra que serviu para justificar, em nome de Deus, tanto a defesa quanto o ataque ao rei.

processo permitiu a Carlos Ginzburg¹⁵⁹ rastrear o complicado relacionamento desse artesão com a cultura escrita, logo, com alguns dos livros que leu e seus modos de leitura. A partir de um leitor extraordinário, o historiador investigou os cruzamentos entre leituras eruditas com a cultura oral, inspirando-se na hipótese da circularidade da cultura, formulada por Mikhail Bakhtin, e que defende a existência de uma influência recíproca das classes subalternas com a cultura dominante. Também aqui, Ginzburg remete a dois eventos históricos que tornaram casos como esse possível: a invenção da imprensa na Europa e a Reforma Protestante, ou melhor, as “rupturas gigantescas determinadas pelo fim do monopólio dos letrados sobre a cultura escrita e do monopólio dos clérigos sobre as questões religiosas¹⁶⁰”.

Trata-se da dessacralização do objeto Livro em seu longo curso, que chega ao século XVIII¹⁶¹ numa multiplicidade de apropriações inventariadas pela *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert (1765): é o livro de entregas, livro de contas, livro de cópias, livro de correspondências, livro de portos, livro de embarcações, livro de operários, livro de banco, livro de comércio, livro de comissões, livro de contas correntes, livro de faturas, livro de números, livro de prazos, livro de caixas, livro de tarifas, livro de borderôs, livro-jornal, livro-memorial, livro de extratos, livro de razão, o grande livro do comércio¹⁶². Elenco caleidoscópico de tipos que indicam predicados do objeto, como também demonstram o potencial enraizamento do suporte em distintos mundos que se conectam.

A categoria “dos usos” é uma das classificações de que se ocupa a *Encyclopédie*, interessada em mostrar um todo formado de partes, também estas modeladas pelo conjunto das suas possibilidades de agrupamentos. Nesse sentido, os livros podem ser divididos entre humanos e divinos (o Livro dos cristãos, dos judeus, dos muçulmanos), ou em função do material de que são feitos: os livros são de papel, de pergaminho, de pano, de couro, de madeira, de cera, de marfim. Podem ainda ser classificados quanto ao seu fabrico ou comércio: livros manuscritos, impressos, em branco; ou por suas circunstâncias e acidentes: livros perdidos, prometidos, imaginados; ou à luz da sua autoridade e conteúdo: os livros de ocultismo, livros canônicos, livros apócrifos, livros autênticos, livros auxiliares, livros

159 GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

160 *Idem, ibidem*, p. 25. Ao conhecer o processo, o autor percebeu a “impressionante convergência” entre as posições de um desconhecido moleiro e as de grupos de letrados dos mais refinados e conhecedores de seu tempo, ao lado de um estrato de crenças populares e mitologias camponesas.

161 Para o caso inglês, uma discussão sobre a emergência de formação do mercado literário moderno na transição do século XVII a XVIII, pode ser visto em PORTELA, Manuel. *O Comércio da Literatura*. Lisboa: Antígona, 2003.

162 Da leitura do verbete “Livre”, Marisa Daecto chama atenção que, para a *Encyclopédie*, as formas variadas de apropriação do livro definem os múltiplos predicados. DAECTO, Marisa Midori. “Prefácio à edição brasileira”. In MELOT, Michel. *Livro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012, p. 11.

elementares, livros de bibliotecas, livros exotéricos, livros acroamáticos, livros proibidos, livros públicos, livros de liturgia, livros de canção; ou divididos em históricos ou dogmáticos, como os livros papais, livros rituais, livros de presságios, livros de auspícios, livros de magia, livros bons, livros espirituais, livros profanos, livros objetos, livros prolixos, livros úteis, livros completos¹⁶³.

Ante a profusão taxionômica, a *Encyclopédie* reproduz, cria e difunde um conceito, que é ponto de partida para as outras aceções e sinal dos tempos que integra e é agente transformador. Segundo o verbete do Tomo 9º (1765), “Livro” é “escrito feito por qualquer pessoa inteligente sobre algum ponto da ciência, para instrução & divertimento do leitor”. Mais ainda, “é uma realização de um homem de letras feita para comunicar ao público e a posteridade qualquer coisa que inventou, viu, experimentou e que deve ter uma extensão considerável para fazer um volume”¹⁶⁴. O livro passou a circular nos seus múltiplos predicados e fez emergir novas qualificações para os seus produtores e consumidores. Referimo-nos à afirmação do homem de letras, enquanto sinal de que, nos meados de Setecentos, tinha crescido o estatuto do autor como participante de um escol já chamado “República das Letras” e que reivindicava para si um saber de vocação enciclopédica capaz de alcançar não só sabedoria, mas também conhecimentos que fossem úteis para a realização do bem comum.

163 *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de gens de lettres*, t. 9º (JU=MAM). Neuchâtel: Chez Samuel Faulche & Compagnie, libraires & Imprimeurs, 1765, pp. 601-621. Versão digital de exemplar da Universidade Complutense de Madrid consultada em Hathi Trust. Digital Library [em rede: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5327379945;view=1up;seq=609> (último acesso em 20/1/2017)].

164 *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de gens de lettres*, t. 9º, p. 601. Exemplar da Universidade Complutense de Madrid consultado em Hathi Trust. Digital Library [em rede: <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=ucm.5327379945;view=1up;seq=609> (último acesso em 24/5/2015)].

CAPÍTULO II

A longa “República das Letras” e o século dos intelectuais

Diferente da Antiguidade grega e suas escolas filosóficas, ou da experiência medieval, o homem de ciência do século XVII raramente é um professor. Na reflexão de Olga Pombo, tal mudança se operou no seio da Universidade Medieval, criada pela cooperação entre mestres e alunos, mas que chegou ao século XIV determinada pela Igreja de Roma¹⁶⁵. O saber, antes próximo aos que copiavam os livros, liam e discutiam (*manus-scriptum*), tornou-se tributário da abertura promovida pela cultura tipográfica e ultrapassou o entre-os-muros dos conventos e mosteiros, passando pela Escola Catedral e pela Universidade. Com isto, invadiu novos espaços, servindo-se de outras práticas de comunicação e de novas instituições e sociabilidades. Por sua vez, foi ganhando autonomia, no seio dos letrados, a figura do “cientista”, pois o “homem de ciências é agora um médico, conselheiro da corte, um eclesiástico, um curioso que tem uma fortuna própria ou vive e trabalha sob a proteção de um Mecenas¹⁶⁶”.

Decretada a falência da *res publica christiana* (vista especialmente em Santo Agostinho pela prevalência do poder espiritual pelo temporal), está em causa a emancipação da ciência moderna e do seu ideal de verdade aos poderes estabelecidos, mesmo que em busca de novas proteções políticas e civis. Os “homens de saber” (*docti, eruditi, savants, Gelehrten*) ou “homens de letras” (*literati, hommes de lettres*)¹⁶⁷ são sábios, eruditos, filósofos espalhados pelo continente. Por vias do autorreconhecimento, formam redes de contatos formais e informais, quer com a criação de sociedades ou academias científicas e literárias, quer no fomento e quase instituição da Correspondência, favorecida pela melhoria e ampliação dos meios de transporte e comunicação, espaços “transnacionais” onde alcançam reconhecimento, promovem a especialização dos saberes, estimulam o intercâmbio de experiências, livros e notícias, premiam o mérito, agenciam a promoção de carreias. Na elaboração de Ana Cristina Araújo, tais aspectos remetem para “um sistema ramificado, distinto do que vigorara no passado, de articulação dos centros e das periferias europeias no

165 POMBO, Olga. *Unidade da Ciência. Programas, figuras e metáforas*. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 138.

166 *Idem, ibidem*, p. 138-139. Leonardo da Vinci (1452-1519), Leibniz (1646-1710), Galileu (1564-1642) são célebres exemplos citados da emancipação da ciência moderna à Igreja e à Universidade, que encontram novas proteções civis e políticas.

167 BURKE, Peter. *Op. Cit.*, p. 26.

concerto, a várias vozes, das Luzes¹⁶⁸”.

Assim, por seu significado moderno para além das fronteiras francesas, não é aleatório que as expressões “homem de letras” e “sociedade de pessoas de letras” sejam incorporadas e difundidas desde o título no marco editorial da enciclopédia iluminista, ou melhor, da *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une Société de Gens de lettres* (1751-1772) de Diderot e d’Alembert¹⁶⁹. No texto de apresentação do primeiro volume, *Discours préliminaire des éditeurs* (1751), está a afirmação dos propósitos da *Encyclopédie* que incluem, “tanto quanto possível”, ordenar e correlacionar os conhecimentos humanos¹⁷⁰, tarefa que a enciclopédia iluminista atribui a uma versão secularizada do sábio humanista, agora sob os auspícios da autonomia da Razão. O próprio d’Alembert explicita, no *Discours*, que a obra é fruto “de uma sociedade de homens de letras”, creditada pelos que são “conhecidos ou dignos de ser”¹⁷¹. Nessa estratégia, os organizadores e editores exibiram suas credencias logo na capa do primeiro volume ao indicarem que eram membros de academias e sociedades de Ciências e Belas Letras, espalhadas pela Europa (Prússia, Paris, Londres)¹⁷².

As academias constituíram-se como polos que surgiram como causas e efeitos de redes de comunicação e de sociabilidades complexas e cosmopolitas, que praticaram e

168 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, p. 13.

169 A longa história da enciclopédia, enquanto projeto editorial, com impactos e desdobramentos também no mundo do impresso foi estudada por Robert Darnton em *The Business of Enlightenment: A Publishing History of the Encyclopédie 1775 – 1800*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press., 1987 [1979], traduzido em português. Cf. DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

170 Como diz o texto do discurso preliminar dos editores: “L’Ouvrage dont nous donnons aujourd’hui le premier volume, a deux objets: comme Encyclopédie, il doit exposer autant qu’il est possible, l’ordre & l’enchaînement des connoissances humaines: comme Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts & des Métiers, il doit contenir sur chaque Science & sur chaque Art, soit libéral, soit mécanique, les principes généraux qui en sont la base, & les détails les plus essentiels, qui en font le corps & la substance”. Cf. “Discours Préliminaire des Éditeurs”. In *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de gens de lettres*, t.1º. Paris: Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751, pp. 1-45, p. 1. Exemplar da Biblioteca Nacional da França [em rede: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50533b/f3.image.langPT> (último acesso em 20/6/2015)].

171 “L’Encyclopédie que nous présentons au Public, est, comme son titre l’annonce, l’Ouvrage d’une société de Gens de Lettres. Nous croirions pouvoir assûrer, si nous n’étions pas du nombre, qu’ils sont tous avantageusement connus, ou dignes de l’être”. “Discours Préliminaire des Éditeurs”. In *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de gens de lettres*, t.1º. Paris: Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751, pp. 1-45, p. 1. Cf. ALEMBERT, Jean Le Rond d’. *Discours préliminaire de l’encyclopédie*. Paris: Libr. de la Bibliothèque Nationale, 1876.

172 “Mis en ordre & publié par M. DIDEROT, de l’Académie Royale des Sciences & des Belles-Lettres de Prusse; & quant à la PARTIE MATHÉMATIQUE, M. D’ALEMBERT, de l’Académie Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse et de la Société Royale de Londres”. In *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers, par une Société de gens de lettres*, t.1º. Paris: Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751, capa. Versão digital de exemplar da Biblioteca Nacional da França [em rede: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k50533b/f3.image.langPT> (último acesso em 20/6/2015)].

promoviam a partilha do conhecimento¹⁷³, “comunidades do saber” que tinham origens mais remotas, mas que se difundiram em conceito moderno sob o termo “República das Letras”. A expressão foi utilizada pontualmente desde o século XV (*Respublica Litteraria*) tendo o seu uso alcançado a sua idade de ouro entre 1550 a 1750¹⁷⁴. É no primeiro quartel do século XVI que cresce a difusão do termo num campo semântico em que se entrecruzavam duas aceções principais. Na primeira, referia-se tanto aos cientistas, quanto ao saber e a gente de letras. Como também remete para a comunidade de sábios organizadas sociabiliteramente, definição muito divulgada em fins do século XVII em consórcio com a luta por liberdade de consciência e de crítica, como visto na síntese de Fernando Catroga¹⁷⁵.

A República das Letras formou-se, então, em “um mundo em crise”, já sob o impacto da Reforma Protestante e das lutas religiosas que desembocaram na ascensão e afirmação do Estado absolutista, e buscava reinstaurar um ideal de concórdia, de sabedoria e de saber desinteressado¹⁷⁶. Nesse sentido, Didier Masseau sublinha que essa comunidade (muitas vezes informal) postulava a existência de uma base de entendimento entre os espíritos divergentes e até mesmo opostos, uma vez que seus membros estão prontos para ouvir o ponto de vista dos seus adversários, conforme seus códigos e práticas. Para o autor, o termo “república” satisfaz claramente um sonho de igualdade em um mundo fortemente hierarquizado, dividido pelas desigualdades de fortuna e de *status*, dominado por um sistema piramidal em que cada indivíduo mantém uma relação de obediência com uma autoridade superior. Ao entrar na “República das Letras”, põe-se entre parênteses a realidade social que não a definida pelo conhecimento e pela busca da verdade¹⁷⁷. Tratava-se, em síntese, de praticar um ideal de comunidade igualitária, baseada no intercâmbio entre pares, ideal ressalvado por Peter Burke ao ponderar que alguns dos seus membros eram, porém, “mais iguais que outros”, havendo “mestres e discípulos, professores e aprendizes, patronos e

173 Cf. MOTA, Isabel Ferreira da. *Sociabilidade e comunicação na república das letras: um estado sem fronteiras?* Coimbra: Separata da Rev. de História das Ideias, vol. 26 (2005), pp. 585-597, p. 588; BOTS, Hans; WAQUET, Françoise. *Commercium Litterarium 1600-1750. La Communication dans La République des Lettres*. Amsterdam/Maarsen: Apa-Holland University Press, 1994.

174 A expressão consta em uma carta que, em 1417, Francesco Barbaro enviou a Poggio Bracciolini quando este assistia ao Concílio de Constança (1414-1418), embora não se possa dizer que o sintagma tenha nascido ali. CATROGA, Fernando. “Republicanismos”. In *Revista Biblos*, vol. VIII, 2ª série. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 2010, pp. 11-71, p. 16. WAQUET, Françoise. “Qu’est ce que la République des Lettres? Essai d’analyse sémantique”. In *Bibliothèque de l’École des Chartes*, 1989, tome 147, pp. 473-502. Cf. BOTS, Hans; WAQUET, Françoise. *La République des Lettres*. Paris, Bruxelles, De Boeck/Belin, 1997.

175 CATROGA, Fernando. *Art.Cit.*, pp. 11-71, p. 16.

176 MASSEAU, Didier. *L’invention de l’intellectuel dans l’Europe du XVIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994, p. 18. O autor reforça ainda que, quando as monarquias modernas ganham força e autoritarismo e triunfa a “razão de Estado”, a *República das Letras* oferece suporte moral para exilados ou perseguidos.

177 *Idem, ibidem*, p. 18-19.

clientes¹⁷⁸”.

Questão que é vista de modo diferente por Reinhart Koselleck, ao situar a República das Letras dentro de um estudo maior sobre o Estado Absolutista¹⁷⁹. Para o homem que se posicionara autônomo face aos detentores de poder político, a República das Letras representara um espaço de liberdade e de crítica, capacidade racional que se desejara separar do Estado, em nome da delimitação entre moral e política, para, também com base nessa separação, estendê-la “de maneira aparentemente neutra até submetê-lo à sua sentença¹⁸⁰”. Para Koselleck, a “República das Letras” e as lojas maçônicas são as duas formações sociais que marcaram de forma decisiva a época do Iluminismo no continente europeu. A despeito das diferenças, o autor defende como semelhança estrutural o fato que constituíram respostas análogas ao sistema absolutista.

Redes de comunicação de saberes

Embora a emergência de sociabilidades (formais e informais) no seio destas comunidades de sábios tenha ocorrido antes do surto das nações e nacionalismos, ou do aumento da especialização intelectual (século XIX), Peter Burke detectou a existência de continuidades nos comportamentos-tipo da “República das Letras” na época contemporânea¹⁸¹. Para ele, nos seus primórdios, ela foi essencialmente uma “comunidade imaginada¹⁸²”, com costumes e instituições que facilitavam a colaboração ou, pelo menos, a cooperação à distância entre os estudiosos¹⁸³. Para isso, essa República compartilhou uma língua comum, primeiro o latim, depois o francês, e solidificou-se através da correspondência, da oferta de publicações e informações, de visitas entre estudiosos de lugares distintos, de “viagens eruditas”, práticas que ganharam uma maior amplitude com a criação de Academias, Institutos, novas ou reformuladas Universidades.

Em um mundo em movimento, tais mecanismos de intercomunicabilidade dos

178 BURKE, Peter. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. In *Estudos Avançados*, vol. 25, n.º 72. São Paulo: IEA/USP, 2011, pp. 277-288 [em rede: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142011000200021> (último acesso em 25/11/2013)].

179 KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Contraponto, 1999.

180 *Idem, ibidem*, p. 88.

181 BURKE, Peter. *Art. Cit.*, pp. 277-288. De acordo com Burke, a maioria dos estudos sobre a “República das Letras” situa seu fim por volta de 1750, com a *Encyclopédie*, com as Guerras Napoleônicas e com o fortalecimento dos nacionalismos ou, no mais tardar, ao redor de 1800.

182 Expressão utilizada por Peter Burke no sentido dado por Benedict Anderson. Cf. ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origins and spread of nationalism*. London, 1983.

183 O autor sublinha que, “por volta do século XVIII, essa Comunidade expandira-se para além da Europa e criara postos avançados em Batávia (atual Jacarta), Calcutá (atual Kolkata) e nas Américas, notadamente na Cidade do México, Lima, Boston, Filadélfia e Rio de Janeiro, onde uma Academia Científica foi fundada em 1772”. BURKE, Peter. *Art. Cit.*, pp. 277-288.

estudiosos convidavam ao desenvolvimento do cosmopolitismo, perspectiva que ganhou adeptos desde o século XVIII europeu, e que teve extensões nas américas¹⁸⁴ e em certas zonas da Ásia, mesmo que sob dinâmicas complexas que incluíam a dimensão centro-periferia¹⁸⁵. Com esta rede, “popularizou-se”, no âmbito das elites letradas, um “Iluminismo que se dava através de autores e leitores, livros e bibliotecas¹⁸⁶”, ao mesmo tempo que este também se difundia por outros meios, incluindo o das cartas manuscritas, como revela o “grandioso” intercâmbio epistolar e a sua dimensão transatlântica¹⁸⁷.

No que a América diz respeito, e ressaltando as especificidades dos seus objetivos e relações, foram criadas academias e instituições literárias e científicas, quer em Lima, Boston, Filadélfia, Bahia e Rio de Janeiro¹⁸⁸, espaços onde uma elite predominantemente masculina, de classes altas e médias, partilhava o conhecimento e novos métodos de trabalho, apropriando-se de um conjunto de valores e normas de comportamento¹⁸⁹, integrando-se, assim, em comunidades de alcance intercontinental.

Constituídas pela “aristocracia de espírito” (e não tanto “de sangue”) como forma de convívio e aprendizagem, as Academias se multiplicaram favorecidas por uma mescla de curiosidade intelectual aliada à necessidade de ostentação de um padrão moderno de urbanidade¹⁹⁰. As mais importantes formaram-se como centro de correspondência e de publicação de periódicos, assim como pontos obrigatórios de visita no percurso das “viagens eruditas¹⁹¹”, com livrarias particulares abertas para visitas e como gabinetes de leitura a grupos restritos. Tais espaços de reconhecimento entre pares retroalimentavam-se do prestígio alcançado e da notoriedade dos seus membros e correspondentes. Sob o signo da fama, os

184 FIERING, Norman S.. “The Transatlantic Republic of Letters: A Note on the Circulation of Learned Periodicals to Early Eighteenth-Century America”. In *The William and Mary Quarterly*, vol. 33, n.º 4 (Oct., 1976). Williamsburg, Virginia: Omohundro Institute of Early American History and Culture, pp. 642-660 [em rede: <http://www.jstor.org/stable/1921719> (último acesso em 29/6/2015)].

185 BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento...*, pp. 54-77.

186 DARNTON, Robert. *A questão dos livros. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 24.

187 *Idem, ibidem*, p. 22. Darnton acrescenta: “Ler a correspondência de Voltaire, Rousseau, Franklin e Jefferson – cada uma preenchendo cerca de cinquenta volumes – é como assistir a República das Letras em funcionamento”.

188 São exemplos, a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e a Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-1779). Cf. CARVALHO, Augusto da Silva. *As academias científicas do Brasil no século XVIII*. Lisboa: Imp. Ottosgráfica, 1939; MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. In *Educar*, n.º 25. Curitiba: Editora UFPR, 2005, pp. 39-57. Para o caso da Academia Real de Ciências de Lisboa e da presença de letrados do Brasil, entre 1779 ao ano da independência daquele país, 1822, conferir: LIMA, Péricles Pedrosa. “Homens de ciência a serviço da coroa”. *Dissertação de mestrado apresentada ao Programa em História dos Descobrimentos e da Expansão*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: 2009.

189 MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003; *Idem, Art.Cit.*, 2005, pp. 585-597.

190 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, 2003, p. 24.

191 MOTA, Isabel Ferreira da. *Art.Cit.*, 2005, pp.585-597, p. 588.

acadêmicos aspiravam a imortais nos novos olimpos secularizados, cuja ascensão seria de raiz meritocrática.

Em Portugal, o chamado tempo áureo das academias cortesãs situa-se na primeira metade do século XVIII, embora com manifestações desde meados de Seiscentos¹⁹². Ana Cristina Araújo as analisa como espaços que conservam as marcas do gosto e da afetação retóricas típicas do Barroco, mas assinala que algumas, em número restrito e por imperativos políticos e diplomáticos, passaram a ser frequentadas por eruditos estrangeiros, fator que proporcionou a partilha de novas preocupações e orientações literárias e científicas¹⁹³. Para a autora, as conferências recitadas em público, a divulgação de experiências científicas, a controvérsia de opiniões, o noticiário literário como prática corrente da atividade académica, as livrarias particulares como gabinetes de leitura, a aquisição criteriosa de livros importados, a tradução de certos autores e títulos, a publicação de obras de correntes filosóficas, a utilização sistemática da imprensa periódica são fatores que contribuíram para o despertar intelectual em alguns círculos e para a criação de uma embrionária opinião esclarecida, de vocação cosmopolita¹⁹⁴.

Nesse sentido, caso exemplar português é oferecido por D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), protetor de sábios, patrocinador das mais conhecidas academias portuguesas¹⁹⁵, membro da Arcádia de Roma e da Sociedade Real de Londres. O 4º conde de Ericeira mantinha uma rede de contatos epistolares que se estendia entre eruditos espanhóis, italianos, alemães, holandeses e franceses¹⁹⁶. A sua Livraria, com cerca de 18.000 volumes, reunidos, em maioria, pelo conde, funcionava no Palácio da Anunciata como um gabinete de leitura aberto a todos que frequentavam as sessões da Academia¹⁹⁷. Dita pelos contemporâneos como a “melhor e mais selecta de Portugal”, a Livraria Ericeiriana oferecia para leitura e consultas actas de outras sociedades, periódicos literários estrangeiros, como o *Journal des Savants* (1665-1792), as *Mémoires de Trevoux* (1701-1767), as *Nouvelles de la*

192 Exemplos são a Academia dos Generosos (1647) e dos Singulares (1663), dos Solitários (1664). CURTO, Diogo Ramada (coord.). *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, pp. 11-49, p. 44.

193 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, 2003, p. 24.

194 *Idem, ibidem*, p. 34.

195 Primeiro, as Conferências Discretas e Eruditas (1696), depois a Academia Portuguesa (1717). MOTA, Isabel Ferreira da. *Sociabilidade e comunicação na república das letras: um estado sem fronteiras?* Coimbra: Separata da Rev. de História das Ideias, vol. 26 (2005), pp. 585-597, p. 586.

196 *Idem, ibidem*.

197 A Biblioteca Ericeiriana, que incluía uma coleção de manuscritos raros, foi destruída pelo Terremoto em conjunto com valiosos quadros de Ticiano, Rubens, entre outros. Cf. VASCONCELOS, Joaquim de. *Ensaio crítico sobre o Catálogo d'El Rey D. João IV*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1873, p. 57-58; MONTEIRO, Ofélia Paiva. *No alvorecer do "Iluminismo" em Portugal: D. Francisco Xavier de Menezes 4º Conde da Ericeira*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965; CURTO, Diogo Ramada. “Da tradição bibliográfica à história do livro em Portugal”. In CURTO, Diogo Ramada (coord.). *Op.Cit.*, pp. 11-49, p. 44-46.

République des Lettres (1684-1718)¹⁹⁸. Esse conjunto de ações levou o teatino Rafael Bluteau, erudito próximo de prestigiados círculos franceses à época, a apelidar o fidalgo português de “benemérito da República das Letras”, em 1717¹⁹⁹.

Ressalve-se que publicações portuguesas do período também utilizam o termo vindo do latim *respublica litterarum*, como o próprio Conde de Ericeira fez na sua *Henriqueida*²⁰⁰. Mas o *Vocabulario portuguez e latino* (1712-1728), de Rafael Bluteau, dá preferência a expressão “República das Letras”, também usada em França (*République des Lettres*), em um contexto em que *lettres* se refere a cultura das elites, e não a literatura, de onde vem a necessidade do adjetivo de *belles lettres*²⁰¹. Na definição de Bluteau, “República das Letras” é como “se chamam coletivamente todas as pessoas doutas e aplicadas ao estudo das ciências, de cujas obras se faz menção em uns livrinhos que nos vêm da Holanda, também chamados República das Letras”²⁰². Compartilha-se da hipótese de “tais livrinhos” se referirem as *Nouvelles de la Republique des Lettres*²⁰³, periódico literário dirigido por Pierre Bayle dedicado a comentar publicações atuais, com notícias de letrados e novidades dos diversos países. Ligadas a esta emergência, lembre-se, ainda, outras iniciativas editoriais e de agrupamento intelectual vindas da Holanda, espaço privilegiado para a impressão, sem os controles da censura, com maior tolerância religiosa e liberdade de pensamento²⁰⁴.

De todo modo, não é inverosímil encontrar na assinalada definição do *Vocabulario portuguez e latino* referência à prática corrente no período de resenhas ou recensão literária. Os livrinhos mencionados por Bluteau fazem menção a obra de “pessoas doutas e aplicadas ao estudo das ciências”. Muitas vezes sob o título de “Notícias da República das Letras”, desde o século XVII, as resenhas são vistas em publicações como o *Journal des Savants*, de Paris, a *Philosophical Transactions*, da Royal Society de Londres, durante a década de 1660, as

198 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, 2003, p. 35.

199 *Idem, ibidem*, p. 20.

200 Tanto o 4º Conde de Ericeira, como o jesuíta Paulo Amaro, utilizam *República Literaria* nos comentários da *Henriqueida*. Cf. MENEZES, D.Francisco Xavier Menezes. *Henriqueida: Poema Heroico com advertencias preliminares das regras da poesia epica, argumentos, e notas*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741 [em rede: <http://babel.hathitrust.org/> (último acesso em 30/6/2015)].

201 BURKE, Peter. *Op.Cit.*, p. 26.

202 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*, vol. 7. Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva, 1720, p. 268. [Versão digitalizada disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: www.brasiliana.usp.br].

203 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, 2003, p. 20.

204 Fernando Catroga levanta a possibilidade de Bluteau conhecer a campanha do jurista e classicista holandês Hendrick Brenkman (1681-1769) para se criar uma *societas litteraria* de âmbito europeu. O projeto apostava no reagrupamento intelectual com sede na Holanda e com ramificações nas principais capitais europeias, com a finalidade de apoiar a difusão do trabalho de seus membros e previa a criação de um boletim de informação trimestral. CATROGA, Fernando. “Republicanismos”. In *Revista Biblos*, vol. VIII, 2ª série. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 2010, pp. 11-71. p. 16. Sobre tal iniciativa, conferir BOTS, Hans; WAQUET, Françoise. *La République des Lettres*. Paris, Bruxelles, De Boeck/Belin, 1997, p. 11-22.

Acta Erudictorum, de Leipzig, e as *Nouvelles de la Republique des Lettres*, de Amsterdã na década de 1680²⁰⁵. As resenhas, como antes as bibliografias, se proliferam em meados do século XVI, aparecem como resposta a necessidade de se discernir entre “os bons e os maus livros”, escolha que a profusão de publicações para serem lidas, conhecidas, discutidas, ou ainda adquiridas (incluído para as bibliotecas) tornou mais criteriosa. Seja como for, é indiscutível que esta imprensa periódica de cariz literário, científico e filosófico incentivou seletivamente a circulação de livros, de leituras e de autores, ao noticiar o aparecimento de novidades impressas sobre os temas já em discussão e em polêmica nas principais sociedades e academias. Nessa difusão, seletivamente a jornais, prospectos, cartas e livros participaram do caldo histórico-cultural que foi igualmente motor da radiação do novo conceito de opinião pública na época das Luzes²⁰⁶.

Jornais-biblioteca e o periodismo português iluminista

À semelhança de outros países, a imprensa periódica em Portugal registra um acentuado crescimento após 1740²⁰⁷, tendência interrompida abruptamente com a criação da Real Mesa Censória (1768) durante o período áureo da política cultural pombalina, especialmente atenta àqueles jornais de vocação filosófica e literária. Instalava-se um impasse crítico entre o Absolutismo esclarecido do ministro de D. José I e as políticas de censura a uma imprensa periódica “cada vez mais permeável às novidades literárias estrangeiras²⁰⁸”.

Esse é o caso da *Gazeta literaria, ou noticia exacta dos principaes escriptos, que*

205 BURKE, Peter. “Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna”. In *Revista Estudos Avançados*, n.º 44, vol. 16, janeiro-abril. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, pp. 173-185, p. 177. Para o autor, o título localizado “Notícias da república das letras” explica a finalidade dessas revistas: apareciam a cada um ou dois meses trazendo informações acerca de novos livros, incluindo resumos e às vezes apreciações críticas.

206 Da vasta bibliografia sobre o tema, remete-se a dois dos estudos fundamentais: KOSELLECK, Reinhart. *Op.Cit.*; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984; *Idem*, “O Espaço Público, 30 anos depois”. In *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas da Unicentro*, ano VII, n.º12, abril de 1999, tradução de Felipe Chaniel e Tobias Straumarn. Uma análise do tema, a partir da leitura desses dois autores, para o caso português é feita por ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, p. 66-67.

207 Entre 1701 e 1800, são localizadas 65 novas publicações periódicas, sendo 54 após 1751, sem contar com jornais manuscritos, de menor expressão. LISBOA, João Luís. “Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle, au Portugal”. *Tese de Doutoramento*, Instituto Universitário de Florença, 1999, p. 429.

208 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, p. 68-69. A autora destaca como marco a suspensão da *Gazeta de Lisboa* (1762), com a prisão do seu redator, o poeta Correia Garção (1724-1777). Tal período, descrito pela autora como de morte lenta do jornalismo português, coincide com as políticas culturais pombalinas assentes na expulsão dos jesuítas (1759), na criação da Directoria Geral dos Estudos (1759), reorganização da censura (1768), criação da Imprensa Régia (1769), na instauração de um programa nacional de educação abrangendo o ensino elementar, prático ou técnico, universitário (1759-1772) e nobiliárquico (1766).

*modernamente se vao publicando na Europa (1761-1762)*²⁰⁹. Considerado o periódico que iniciou o jornalismo literário português²¹⁰, foi lançado no Porto pelo cónego secular, de ideias iluministas, Francisco Bernardo de Lima (1727-1764). De valorização explícita do enciclopedismo, assumia o propósito de “dar a conhecer a Portugal os melhores livros, ou ao menos as composições modernas de maior fama²¹¹”, integrando o grupo dos chamados “jornais-biblioteca”, gênero difundido na Europa das Luzes²¹². Tal caracterização é vista no *Discurso Preliminar* do n.º 1, onde a *Gazeta* se justifica:

O gosto das artes, e sciencias, que neste seculo se tem felizmente propagado por todas as nações civilizadas, produz tal variedade de novas idéas, e de composições igualmente solidas, e frivolas, que parece impossivel conhecer ainda imperfeitamente todos os assuntos, de que trataõ, ou ainda fazer juízo sem huma noticia regular, e methodica daquellas, cujos Authores aspiraõ [sic] ao sublime lustre da reputação literaria, e querem na República das letras hum lugar distincto dos Escriutores vulgares. [...]

O fim deste projecto he dár a conhecer a Portugal os melhores livros, ou ao menos as composições modernas de maior fama; e que importa, que devamos este beneficio a hum Alemam, a hum Francez, a hum Holandez, a hum Inglez, ou a hum Italiano? Hum Estrangeiro, que nos he util, deve ser nosso compatriota, assim como o he de todo o mundo o homem sabio. Com tudo isto seria indisciplpavel naõ querer distinguir aquellas obras, que daõ melhor idéa de hum livro, que louvaõ, o que se lhe deve louvar, e que censuram o que he digno de censura, daquellas, em que muitas vezes reina a parcialidade, ou pouco conhecimento das materias²¹³.

A importância da *Gazeta Literária* radica na variedade de ideias e composições de artes e ciências propagadas por todas “as nações civilizadas”, no espírito da República das Letras. Assim, para se conhecer, mesmo imperfeitamente, todos os assuntos de tantas obras, e diferenciar os autores que mereciam ser lidos dos escritores vulgares, o jornal propôs-se dar “noticia regular, e methodica” do movimento editorial, através de resenhas e da publicação de catálogos e repertórios de livrarias. Durante um ano, mesmo sob as interferências da censura para a divulgação de livros nacionais aprovados, o jornal publicou mais de cem extratos de livros, incluindo traduções de publicações estrangeiras, ainda que o seu redator lamentasse ficar muito longe dos mais de seis mil títulos publicados anualmente no continente²¹⁴.

209 Um inventário da *Gazeta* por ser visto em ROSSI, Giuseppe Carlo. *La Gazeta Literaria del Padre Francisco Brernardo de Lima (1761-1762)*. Nápoles: Instituto Universitário Orientale, 1963.

210 TERRAGUINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora, 1989, p. 46.

211 *Gazeta Literária*, “Discurso preliminar”, n.º 1, julho de 1761. Porto: Oficina de Francisco Mendes Lima, pp. 11-17, p. 11 [do n.º 1 ao n.º 17 em rede: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt> (último acesso em 3/7/2015)].

212 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, p. 71.

213 “Discurso preliminar”. In *Gazeta Literária*, n.º 1, *Art.Cit.*, pp. 11-17, p. 11 e 14.

214 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, p. 73.

Somente após 1778, a imprensa periódica portuguesa retomou alguma expansão com o jornalismo literário e enciclopedista, mesmo que ainda limitada e sujeita à vigilância. Integrando esse novo momento, surgiu em Lisboa o *Jornal Encyclopedico* (1788-1793) “dedicado à Rainha N. Senhora, e destinado para instrucção geral com a notícia dos novos descobrimentos em todas as Sciencias e Artes²¹⁵”. Com assinantes no Porto, Coimbra, Brasil e no estrangeiro, alcançou sucesso editorial com o propósito de difundir as luzes dos sábios e as suas descobertas, tornando-se “espaço de vanguarda do movimento enciclopedista em Portugal”. A saída do periódico coincidiu com a Revolução francesa, mas, aceitando a regra do silêncio imposta ao noticiário político remetido de França, orientou a “sua atenção para o outro lado do Atlântico²¹⁶”. E, se incluiu temas como a experiência constitucional da “Nova República”, os Estados Unidos, isto aparece sob uma motivação comercial e não política. Na relação dos seus colaboradores regulares, constam sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa, professores régios, bibliotecários régios, médicos, publicistas, incluindo a participação de brasileiros²¹⁷.

Com sucesso editorial junto a leitores mais instruídos, o *Jornal Encyclopedico* pretendia divulgar saberes considerados úteis nos vários domínios, a partir de sua classificação do conhecimento de matriz enciclopédica. Para isso, dividiu o todo do que considerara necessário sabe-se em oito grandes núcleos chamados de Artigos: Física, Química, História Natural, Medicina, Cirurgia, Farmácia, Filosofia Racional e Moral, Economia Rústica e Civil, Belas Letras (estas incluíam a Gramática, a Retórica, a História Civil e Literária). Inseria, ainda, uma seção com “anedotas e ditos sentenciosos”, assim como outras que incluíam Bibliografias, Catálogos e informações acerca da atividade das Academias. Para dar conteúdo a sua taxonomia, o periódico ilustrou cada área com memórias, observações, experiências, textos extraídos e traduzidos de autores estrangeiros ou compostos por nacionais, prática que o *Prospecto* publicado no volume X, de janeiro de 1791, justificou deste modo:

Primeiro Artigo, este conterà pequenas Memorias, observações e experiencias extrahidas e trasladadas das obras de Autores estrangeiros, ou

215 A publicação inicia-se em julho de 1779, com privilégio real de impressão, formato 8º e sob a direção de Felix Antonio Castrioto. Após o primeiro número, reaparece nove anos depois com a mesma designação e linha editorial, de periodicidade mensal, num total de 44 números. Apresenta-se em cadernos brochados que se agrupam em volumes trimestrais que o leitor pode encadernar, entre 110 e 244 páginas. Não confundir com o *Jornal Encyclopedico de Lisboa* (1820), de José Agostinho de Macedo. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, p. 78-85; BATISTA, Vitória; CORREIA, Isabel. “Sobre o *Jornal Encyclopedico* (1779-1793)”. In *Cultura: Revista de História e Teorias das Ideias*, vol. 14. Lisboa: Centro de História da Cultura/UNL, 2002, pp. 173-186.

216 ARAÚJO, Ana Cristina. *Op.Cit.*, 2003, p. 78.

217 A autora elaborou uma relação de colaboradores regulares da publicação. *Idem, ibidem*.

compostas por Nacionaes, concernentes. 1^a) á História natural [...]; 2^o) á Fysica [...]; 3^o) á Quimica [...]; O Segundo Artigo encerrará também Dissertações, experiencias e observações tiradas e traduzidas de Autores estrangeiros e sobre tudo feitas por Nacionaes, respectivas á 1^o) Medicina [...]; 2^o) Cirurgia [...]; 3^o) Farmácia [...]; O Terceiro Artigo comprehenderá também discursos, observações e experiencias relativas á 1^o) Economia rustica [...]; 2^o) Economia civil. O Quarto Artigo comprehenderá memorias, e discursos tocantes ás Bellas Letras, e por consequencia á Grammatica, Rethorica, Historia Civil, e Literaria [...]; O Quinto Artigo constará de Anecdotas, ou ditos sentenciozos [...]; O Sexto Artigo abranjerá matérias concernentes á 1^o) Filosofia racional [...]; o 2^o) Filosofia moral; O Sétimo Artigo, que he destinado para as producções Literarias, comprehenderá 1^o) Bibliografia [...]; 2^o) Cathalogo [...]; 3^o) Assembleas, e Programmas Academicos [...]; O Oitavo Artigo que trata [...] das Relações Politicas [...]²¹⁸.

Subjacente a essa relação está a ideia de que todo o trabalho para expansão e construção do saber se traduz em escrever para publicar, fruto do labor intelectual da ação de cientistas, gramáticos, filósofos, literatos e outros representantes de um conhecimento cada vez mais ramificado e especializado. E, em cada edição, os periódicos publicitaram o livro, seja no seu todo (ainda que selecionado da profusão de publicações disponíveis), seja por meio de fragmentos, seleções e ordenamentos que remetem para a construção de uma biblioteca ideal, afinal, reproduzindo um modelo que é o mesmo da Enciclopédia, livro de todos os livros que tentou condensar em si toda uma biblioteca.

Por outro lado, as referências nos periódicos a livros, quer no jornal-biblioteca, quer do jornal enciclopédico e de outras publicações, influenciaram o desenho das bibliotecas do homem de letra, funcionando como guias para a escolha de autores, a aquisição de obras, a definição de escolhas e exclusões. Como antes, a biblioteca está a serviço daqueles que escrevem os livros. Mas não é por acaso que a figura do Bibliotecário ganhou mais força como mediador na “República das Letras”²¹⁹, ao construir e dominar, também por meio de um sistema de classificação, um saber que se expandia devido à crescente oferta de publicações. Na tarefa de construção do conhecimento, a Biblioteca se oferece como espaço de sociabilidade (mesmo quando são privadas) onde pares se encontram e dialogam, quer estejam próximo ou venham de pontos distantes e espalhados pelo globo, quer sejam contemporâneos ou vindos de outros tempos, anos ou séculos, eternizados pela palavra escrita. Nunca até então o tempo das Bibliotecas foi marcado pela sacralização do seu espaço, como templo do saber.

218 “Prospecto”, *Jornal Encyclopedico*, vol. X, janeiro de 1791 *apud* BATISTA, Vitória; CORREIA, Isabel. *Art. Cit.*, pp. 173-186, p. 174.

219 ROSA, Mario. Un “médiateur” dans la République des Lettres: le bibliothécaire”. In BOTS, Hans; WAQUET, Françoise. *Op. Cit.*, pp. 81-117.

A biblioteca e a ordem enciclopédica

Mas, se a Enciclopédia quer abrigar todo o saber necessário, condensando o conhecimento de uma biblioteca ideal, ao ser seletiva, ela também é a confissão de uma impossibilidade num conjunto tendencialmente totalizador de livros. Por sua vez, a Biblioteca pode ser pensada como uma enciclopédia formada por livros, mantendo sua taxonomia do conhecimento junto às suas aspirações universais. E outra chave de leitura é esta: tanto a biblioteca, quanto a enciclopédia, oferecem-se como modelos do universo. Isto é, e como tem sido bem sublinhado, no limite, ambas correspondem “ao rebatimento da totalidade do Mundo no espaço, limitado de algumas páginas ou estantes; ao esforço (sobre) humano de projeção especular, no lugar infinito da linguagem, da infinitude do Mundo e da cultura²²⁰”.

O já citado bibliotecário Gabriel Naudé, que no seu *Advis pour Dresser une Bibliothèque* (1627) lançou as bases da biblioteconomia moderna, defendia como regra de ouro uma biblioteca universal não só aberta a todos e de fácil acesso²²¹, mas também que contivesse todos os principais autores que escreveram sobre a grande diversidade dos temas particulares, princípio que tem sido o da biblioteca enciclopédica em germinação²²². Leitor de Naudé, sabe-se que Leibniz (1646-1716) utilizou o *Advis* quando foi bibliotecário do Duque de Brunswick em Hanover e diretor da Biblioteca de Wolfenbüttel²²³. Na correspondência com Brunswick, o também filósofo, historiador e matemático afirma que “é necessário que uma Biblioteca seja uma Enciclopédia”, no sentido de obediência à sistemática que a enciclopédia traduz²²⁴.

Por diferentes caminhos, é conhecido o paralelismo entre Enciclopédia e Biblioteca, vista em autores tão díspares como Leibniz, no século XVIII²²⁵, ou em Italo Calvino, no século XX²²⁶. Na expressão de Calvino, “cada vida é uma enciclopédia, uma biblioteca, um

220 POMBO, Olga. *Op.Cit.*, p. 178.

221 MASSON, André; SALVAN, Paule. *Les Bibliothèques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961 [em rede: <http://www.enssib.fr/>].

222 POMBO, Olga. *Op.Cit.*, p. 178.

223 MASSON, André; SALVAN, Paule. *Op.Cit.*, p. 33.

224 POMBO, Olga. *Op.Cit.*, p. 178.

225 SALSANO, Alfredo. “Enciclopédia”. In ROMANO, Ruggiero (dir.), GIL, Fernando (coord. edição portuguesa). *Enciclopédia Einaudi, vol. 41, Conhecimento*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000, pp. 369-432, p. 387. POMBO, Olga. “Leibniz and the Encyclopaedic Project”. In: POMBO, Olga; GUERREIRO, António; ALEXANDRE, António Franco (Ed.). *Enciclopédia e hipertexto*. Lisboa: Duarte Reis, 2006.

226 O autor, que foi consultor literário da Enciclopédia Einaudi, discute a relação entre o romance contemporâneo e o projeto enciclopedista. CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milénio*. Lisboa: Teorema, 2006, p. 123-145. Cf. POMBO, Olga. *O hipertexto como limite da ideia de enciclopédia*. In: POMBO, Olga; GUERREIRO, António; ALEXANDRE, António Franco (Ed.). *Op.Cit.*, pp. 266-301; MOREIRA, M. Rodrigues. “A biblioteca de Italo Calvino: enciclopédia aberta”. In *Eutomia. Revista Online*

inventário de objectos, um catálogo de estilos, onde tudo pode ser continuamente remexido e reordenado, de todas as maneiras possíveis²²⁷”. Como pano de fundo estão questões de totalidade e sistematicidade nos modelos de classificação. Seguindo Alfredo Salsano, a enciclopédia moderna define-se desde a origem pela presença simultânea de uma instância de integração totalizante dos conhecimentos numa instância organizativa sistemático-classificatória, nem uma, nem outra, “novas em absoluto, mas combinadas numa tensão particular, a mesma que anima o saber contemporâneo²²⁸”. A questão tem desdobramentos que não serão aqui desenvolvidos, mas note-se que o fato enciclopédico, difundido nos moldes iluministas ganhou relevo no século XVIII, também, e não por acaso, a época de elaboração das grandes taxonomias. As mais significativas classificações das ciências são subsidiárias de projetos enciclopedistas; exemplos: Chambers (1680-1740); Kant (1727-1804)²²⁹.

Em outra vertente, é possível encontrar um desenho enciclopédico nas classificações bibliográficas modernas. Alfredo Salsano traçou ainda paralelos entre novas classificações bibliográficas, “multidimensionais, de não tipo hierárquico-linear”, e a “configuração do saber como uma rede de interligações entre os vários campos para os quais cada objecto é suscetível de múltiplas abordagens²³⁰”. Frente a essa diversidade de possíveis, cabe fixar que “a escolha de critérios intencionais é o motor da história das classificações”, como afirmou Fernando Gil²³¹.

E, se “conhecer é classificar”, seguindo os preceitos epistêmicos ocidentais, o século XIX levou essa máxima ao mais alto grau de expressão²³². Associada ao fenómeno da constituição de novos ramos do conhecimento científico (a Biologia, as Ciências Humanas, a Sociologia, a Psicologia), como das divisões entre ciência e técnica, está a vertiginosa proliferação de taxonomias. Desde Saint-Simon, Comte, Cournot, Ampère, Alexander Bain, Herbert Spencer, muitos foram os que “recorreram à elaboração de ‘árvores do saber’ com intenções epistêmicas e educativas²³³”, tornando este problema central na Filosofia e História

de Literatura e Linguística. Ano I, n.º 1, pp. 396-403.

227 CALVINO, Italo. *Op.Cit.*, p. 145.

228 Este autor acrescenta que a enciclopédia moderna busca combinar um saber útil, imediato e fruível.

SALSANO, Alfredo. *Op.Cit.*, pp. 369-432, p. 380.

229 POMBO, Olga. *Unidade da ciência: programas, figuras e metáforas*, p. 254.

230 SALSANO, Alfredo. *Op.Cit.*, p. 380.

231 GIL, Fernando. “Classificações”. In ROMANO, Ruggiero (dir.), GIL, Fernando (coord. edição portuguesa). *Op.Cit.*, pp. 90-110, p. 99.

232 CATROGA, Fernando. “História e ciências sociais em Oliveira Martins”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 117-159, p. 120.

233 *Idem, ibidem*, p. 120.

das Ciências²³⁴. Implícita está a ideia de que uma boa taxonomia é condição fundamental para uma boa pedagogia. Nesse sentido, a classificação enciclopédica, como a classificação adotada na biblioteca, no museu, nos currículos escolares e nas comunidades de sábios²³⁵ foram condicionadas por propósitos pedagógicos de matriz iluminista.

Com isso, insinua-se que passou a estar ainda mais subjacente à estruturação de cada biblioteca uma taxonomia dos saberes. As possibilidades de organização do conhecimento, mesmo que aparentemente infinitas, dizem sobre a ordenação de saber prevalente em cada época, “um saber identificado com a soma dos conhecimentos que se considera adquiridos, quanto mais passíveis de atualização²³⁶”, como dito para a enciclopédia. Um outro ponto será aqui sugerido. O desenho enciclopédico combina a figura da árvore do conhecimento (simbologia que vem da Antiguidade Clássica), incluindo suas respectivas hierarquizações e ramificações, com a imagem do círculo, sem início nem fim, sistêmico e fechado, o que abriga a pluralidade do saber a funcionar como um todo. É a totalidade na diversidade. A ordem dos conceitos não é a ordem do livro e sua oferta como “texto” exige que se faça a hermenêutica da invisível lógica totalizadora que a estrutura.

Para além de subentenderem classificações, guiadas por critérios intencionais, a materialização dos pares uno/múltiplo, partes/todo na biblioteca inclui a relação entre uma ordem unidirecional, que pode ser acompanhada pelo olhar e manipulado em sequência, e o contínuo multidimensional que é o pensamento. Tensão descrita de modo sugestivo por Shiyali Ranganathan, ao apresentar os desafios do bibliotecário:

Um conjunto de livros ordenados forma um conjunto unidirecional e unidimensional, suscetível de ser acompanhado pelo olhar e manipulado de um modo sequencial; mas representa ao mesmo tempo o contínuo multidimensional do pensamento. Assim, a classificação de uma biblioteca é equivalente à representação de um *continuum* multidimensional numa única dimensão²³⁷.

Por reunir essas diferentes dimensões de modo original e paradigmático, caso

234 POMBO, Olga. *Op.Cit.*, 2011, p. 214.

235 Olga Pombo desenvolve a ideia de que a Enciclopédia, a Biblioteca, o Museu, a Escola e a República dos sábios são operadores dos modelos de classificação da ciência. *Idem, ibidem*, p. 201.

236 SALSANO, Alfredo. *Op.Cit.*, pp. 369-432, p. 371.

237 “A set of arranged books form a unidirectional one-dimensional set capable of being followed up by the eyes and handled by the hands in a sequential continuum of thought. Thus library classification is equivalent to a representation of a multi-dimensional continuum in a single dimension”. RANGANATHAN, S. R. *Philosophy of Library Classification*. Bangalore, India: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1989, p. 94 [em rede: <http://arizona.openrepository.com> (último acesso em 2/5/2015)]. A tradução é de Fernando Gil, indicada no estudo *Classificações*. Cf. GIL, Fernando. “Classificações”. In ROMANO, Ruggiero (dir.), GIL, Fernando (coord. edição portuguesa). *Op.Cit.*, pp. 90-110, p. 99.

exemplar é a *Kulturwissenschaftliche Bibliothek Warburg (KBW)*, empreendimento do alemão Aby Warburg (1866-1929), historiador da Arte, que se dedicou aos estudos sobre o ressurgimento do paganismo no renascimento italiano²³⁸. Em princípios do século XX, em Hamburgo, a *KBW* transformou-se em polo de atração e de irradiação de um ambiente intelectual e científico. De Biblioteca pessoal como condição de trabalho, transformou-se ela própria na grande obra intelectual do investigador.

Ao invés de seguir as convenções da biblioteconomia, Warburg seguiu seu próprio modo de ordenação dos livros, o qual chamou “lei da boa vizinhança”. Os livros foram justapostos por associações entre autores e assuntos, “de modo a dar uma enorme pertinência às contiguidades e a criar percursos que recusavam classificações metodológicas rígidas”²³⁹. Ao procurar um livro, o leitor encontraria outro, tão ou mais importante para sua questão inicial que aquele inicialmente procurado. Como a disposição dos livros se dava em função de uma ordem conceptual, Warburg é levado a constantemente reorganizar sua biblioteca em função de novos percursos, à medida que desenvolvia sua investigação, ideias e intuições. Para Salvatore Settis, a Biblioteca, que reflete substancialmente o trabalho de seu fundador, “foi concebida como um itinerário mental (*itinerarium mentis*) destinado a conduzir o leitor ao longo de vias determinadas (as questões de Warburg), que não desembocam forçosamente em saídas²⁴⁰”. O autor considera que a riqueza e a mensagem da *KBW* estão “no cruzamento das perguntas que o leitor fazia ao entrar nela com as que, sem as ter resolvido, Warburg canalizou num encadeamento de livros fisicamente perceptível²⁴¹”.

Também nesse caso, a biblioteca do investigador está simultaneamente a serviço da sua didática, como é reinvenção de novas formações totalizantes não aleatórias. Cumpre a finalidade de aproximar o livro de quem dele necessita, mesmo que centrada na ideia de revelar não aquele título que se busca, mas outro até então desconhecido para o leitor como caminho para o seu problema. Mas não será esse, com maior ou menor intensidade, um efeito colateral de ler e manusear uma biblioteca?

238 Cf. SETTIS, Salvatore. “Warburg *continuatus*. Descrição de uma biblioteca”. In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 108-154; GUERREIRO, António. “A Biblioteca Warburg. Entre o Labirinto e o Hipertexto”. In: POMBO, Olga; GUERREIRO, António; ALEXANDRE, António Franco (ed.). *Op.Cit.*, pp. 524-535.

239 No seu sistema, Warburg abolia fronteiras entre disciplinas e promovia a unidade do saber, isto é, “a unidade metodológica de todos os campos e de todas as correntes da história intelectual”. GUERREIRO, António. “A Biblioteca Warburg. Entre o Labirinto e o Hipertexto”. In: POMBO, Olga; GUERREIRO, António; ALEXANDRE, António Franco (Ed.). *Op.Cit.*, pp. 524-535, p.526.

240 SETTIS, Salvatore. “Warburg *continuatus*. Descrição de uma biblioteca”. In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *Op.Cit.*, pp. 108-154, p.127.

241 *Idem, ibidem*, p. 128.

O nascimento dos intelectuais

Antes domínio do sábio humanista, passando pelo homem de letras, a biblioteca contemporânea cada vez mais se associa ao trabalho de outra figura que reivindica a autonomia da Razão e secularização dos agentes da cultura e suas redefinições: o intelectual. No entanto, embora sua presença seja identificável em processos e contextos anteriores, é preciso lembrar que esta substantivação somente aconteceu nos finais do século XIX, vinculada aos debates suscitados em França pelo caso *Dreyfuss* (a partir de 1894), quando sob a liderança espiritual de Émile Zola, se deu uma afirmação mais pública e mobilizadora de um poder simbólico e grupal que aquela expressão identificava²⁴².

Para Christophe Charle, há nesse momento uma alteração significativa que é mais do que o crescimento quantitativo de uma categoria social no século XIX. É a formação de uma consciência coletiva elitista forjada no direito de intervir no debate político da segunda metade do Oitocentos²⁴³. Tal configuração associa-se a movimentos de longa duração da história intelectual, que não serão aqui desenvolvidos. No entanto, interessa sublinhar que nos condicionantes que conduziram ao nascimento do intelectual estão a formação de uma opinião pública mais alfabetizada, urbana e massificada, assim como o surgimento de um cambiante mais secularizado e cívico no velho dualismo existente entre poder espiritual e o poder temporal na cultura ocidental e na sua luta em torno das relações que deveriam presidir ao consórcio da moral com a verdade²⁴⁴.

Ao discutir a formação de uma opinião pública filiada a contextos do Absolutismo europeu, Koselleck afirma que o advento da inteligência burguesa tem como ponto de partida

242 CHARLE, Christophe. *Naissance des intellectuels: 1880-1900*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1998. Raymond Williams articula a origem dessa palavra com a dos conceitos correlatos de inteligência, inteligente, intelectualismo e, vindo do russo, *intelligentsia*. WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007. Sobre o caso Dreyfuss e o desenvolvimento do termo, numa perspectiva de análise das “gerações” de intelectuais, leia-se WINOCK, Michel. *O século dos Intelectuais*. Lisboa: Terramar, 2000. Uma análise histórica e comparativa de perspectiva europeia, encontra-se em CHARLE, Christophe. *Los intelectuales en el siglo XIX. Precursores del pensamiento moderno*. Madrid: Siglo XXI, 2000, e *Cadernos de Cultura - Suplemento da Revista Cultura*, n.º 2, “Dreyfus e a Responsabilidade intelectual”. Lisboa, Centro de História da Cultura/UNL, 1999 [em rede: <http://www.fcsh.unl.pt/chc/cadernos/Cadernos%202.pdf>].

243 O autor argumenta que, desde o século XVIII, o poder político ligado aos intelectuais era monopolizado por algumas individualidades ou grupos cuja notoriedade fugia da norma, colocando-os fora das pressões do poder, enquanto o restante, em número reduzido, estava atomizado em múltiplas categorias sem consciência coletiva. Na segunda metade do século XIX, fatores como a urbanização, a elevação do nível de instrução primária, secundária e superior, a explosão da imprensa e da edição são citados como causas principais para a mudança dos modos de ação utilizados por esse grupo. CHARLE, Christophe. “Nascimento dos intelectuais contemporâneos”. In *História da Educação. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel*, n.º 14, set. 2013, pp. 141-156, p. 143. Disponível em: seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30225/pdf (último acesso em 4/12/2013).

244 CATROGA, Fernando. “As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à Seara Nova”. In *Seara Nova. Democracia/Razão/Europa*. Porto: Campo das Letras, 2001, pp. 41-60, p. 51.

o foro interior privado ao qual o Estado havia confinado seus súditos. “Cada passo para fora é um passo em direção à luz, um ato do esclarecimento. O Iluminismo triunfa na medida em que expande o foro interior privado ao domínio público²⁴⁵”. Sem renunciar à sua natureza privada, o domínio público torna-se o fórum da sociedade que permeia todo o Estado, quando depois “a sociedade baterá à porta dos detentores do poder político para, aí também, exigir publicidade e permissão para entrar”. Mesmo quando os cidadãos não detinham nenhum poder executivo, possuíam e conservavam “o poder espiritual do juízo moral²⁴⁶”.

Tal poder é reivindicado pelas elites esclarecidas, em que o homem de letras, o filósofo, transformado depois no intelectual, munido com a autoridade da razão, ou invocando o caráter científico do seu discurso, se apresenta como guia ou porta-voz. Como no caso Dreyfus, Zola e seus amigos intelectuais mobilizaram-se para sensibilizar a opinião pública “em nome da Verdade, da Justiça e da Razão”. Com o termo intelectual – alcunhado, aliás, pelo grupo divergente e com finalidades depreciativas – realiza-se “uma espécie de concretização de um novo sacerdócio, de um novo clericalato e de uma reivindicação de novos dias, de aquilo que se chama opinião pública ou educação cívica²⁴⁷”.

Como Fernando Catroga chama atenção, essa tomada de consciência do intelectual é fundamentalmente um fenômeno chamado “de esquerda”, como no caso Dreyfus fica claro. Isto é, menos inspirado no positivismo ortodoxo e mais no neo-espiritualismo e no neokantismo, ela “reivindica o ideal da autonomia do indivíduo, o caráter sagrado da Pessoa, invoca a Declaração Universal dos Direitos do Homem, tende a anunciar que é necessário reatualizar as lições do Século das Luzes – fala em nome da Verdade, da Razão e da Justiça²⁴⁸”. No entanto, os intelectuais de direita também falam em nome da verdade, mesmo que sob outro prisma. Ou seja, intelectuais de direita e de esquerda compartilham de afinidades eletivas: ambos se sentem participantes da “República das Letras”, comungando da mesma religião do espírito e assumindo-se como os sacerdotes laicos de um poder espiritual²⁴⁹. Assim, segundo Catroga, o intelectual, sobretudo a partir do século XIX, na sociedade moderna ainda não massificada, teve sempre subjacente esta reivindicação: ele deve ser o seu “guia, tal como na Idade Média foi o santo, tal como na Grécia foi o filósofo²⁵⁰”.

Não está distante dessa ideia a frase de Sampaio Bruno (1857-1915) segundo a qual

245 KOSELLECK, Reinhart. *Op.Cit.*, p. 49.

246 *Idem, ibidem*, p. 50-51.

247 CATROGA, Fernando. *Op.Cit.*, pp. 41-60, p. 45.

248 *Idem, ibidem*, p. 46.

249 *Idem, ibidem*.

250 *Idem, ibidem*, p. 51.

pregador “era a maneira antiga de ser jornalista, como jornalista é a maneira moderna de ser pregador²⁵¹”, ou esta outra, mais elaborada, defendida por António Sérgio em texto sobre a revista Seara Nova de 1930: “A Seara Nova pretende evangelizar uma espécie de religião do intelecto, religião de pura espiritualidade, de constante aperfeiçoamento interior²⁵²”. Ou ainda, entre muitos outros exemplos, a de Jaime Cortesão, ao declarar que, “no fundo, a devoção a este ideal leva a que os intelectuais sejam os sacerdotes dessa religião do espírito²⁵³”.

A discussão sobre a missão do intelectual, ou ainda a tarefa pública conferida às elites letradas das sociedades europeias, é extensa²⁵⁴ e se intensifica na primeira metade do século XX. Encarnado na figura do *Clerc*, por Julian Benda (1927)²⁵⁵, ou numa ação bem distinta, no conceito gramsciano de intelectual orgânico, esse debate continuou inseparável dos nexos entre verdade, justiça, razão e liberdade de pensamento²⁵⁶. Por outra perspectiva, a época de ação dos intelectuais é vista por Peter Burke como uma segunda fase da “República das Letras”, fixada entre os anos de 1850 a 1950 e movidas pelas transformações próprias de seu tempo, particularmente no meio universitário. Foi a época em que as “cartas passaram a ser complementadas por separatas, que se tornaram uma espécie de cartão-de-visita acadêmico, enviado para iniciar e manter relações com colegas estrangeiros²⁵⁷”. Esse também foi o momento em que se intensificaram as organizações de congresso²⁵⁸ (nacionais e internacionais), quando o navio a vapor permitiu quebrar a barreira transatlântica (década de

251 BRUNO, (José Pereira de Sampaio). *Portuenses Ilustres*, vol. II. Porto: Caixotim Edições, 2003, p. 195. Frase em referência ao padre católico Inácio José de Macedo (1774-1834), redator do jornal *A Idade de Ouro*, publicado em inícios do século XIX no Brasil, cidade da Baía de Todos os Santos, atualmente Salvador.

252 SERGIO, António *Apud* CATROGA, Fernando. *Op.Cit.*, pp. 41-60, p. 51.

253 CORTESÃO, Jaime *Apud* CATROGA, Fernando. *Op.Cit.*, pp. 41-60, p. 51.

254 Como mostra da ramificação do tema entre intelectuais portugueses, italianos, franceses, brasileiros, seguem algumas referências: FIGUEIREDO, Fidelino. *Problemas de ética do pensamento. O dever dos intelectuais. Lições proferidas em 28 e 29 de janeiro de 1936*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1936; CHAUI, Marilena. “Intelectual Engajado: uma Figura em Extinção?”. In NOVAES, Adauto (org.). *O Silêncio dos Intelectuais*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 19-43; BEIRED, José Luís Bendicho. “A Função Social dos Intelectuais”. In AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a Vitalidade de um Pensamento*. São Paulo, Unesp, 1998, pp. 121-32; SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In RÉMOND, René (org.). *Por Uma História Política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

255 BENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. São Paulo: Peixoto Neto, 2007. Julian Benda sugere que o único compromisso inamovível do intelectual reside na justiça, na verdade e na razão. Qualquer outra função que mobilize sua escrita é considerada traição. Cf. BOTO, Carlota. “Traição dos intelectuais: um tema nosso contemporâneo”. In *Revista USP*, São Paulo, n.º 80, dezembro/fevereiro, 2008-2009, pp. 162-171.

256 Edward Said defende que “uma das tarefas do intelectual consiste no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação”. SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 14. Cf. CAREY, John. *The Intellectuals and the Masses: Pride and Prejudice Among the Literary Intelligentsia 1880-1939*. Londres: Faber & Faber, 1992.

257 BURKE, Peter. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. *Art.Cit.*, pp. 277-288.

258 Cf. JULLIARD, Jacques (dir.), WINOCK, Michel (dir.). *Dictionnaire des intellectuels français*. Paris, Seuil: 1996, p. 306.

1840), tornando possível, por exemplo, o intercâmbio de palestrantes entre vários países²⁵⁹. A chegada do transporte aéreo, conectada à ampliação do letramento e à maior difusão do impresso, bem como à especialização das atividades intelectuais – muitas delas, cada vez mais, de cariz acadêmico nos processos de modernização dos centros urbanos – explica a renovada sobrevivência da velha “República das Letras”, não obstante crescentemente funcionarizada e condicionada por políticas de investigação coletiva e de ensino, ganhando em extensão o que perdeu em individualização e espírito crítico.

A coleção como biblioteca

Como se viu por esses distintos caminhos, o livro torna-se objeto de consumo da sociedade oitocentista, além de veículo de circulação de ideias, comunicação e mensagem. A constituição de um mercado industrial do impresso, a concorrência entre editores, a emergência de novos leitores, os avanços nas técnicas de impressão, favorecendo edições em maior escala e com menores preços, o aumento do acesso das classes médias aos bens culturais, a necessária educação das classes laboriosas, a reorganização de meios e formas de educação e de cultura, a ampliação da alfabetização²⁶⁰ e liberalização legislativa da imprensa são elementos conjunturais, estruturais e inter-relacionados apontados por Maria Manuela Tavares Ribeiro para a formação desse cenário também para a sociedade portuguesa²⁶¹.

Livros diferentes passam a ser editados para categorias de leitores diferentes: mulheres, estudantes, religiosos, crianças, viajantes, comerciantes, profissionais. Também com usos distintos, transitando do mundo público ao privado, constituindo bibliotecas familiares, voltados para a organização da vida doméstica, para leituras compartilhadas ou

259 O autor defende a existência de um quarto período, que seria desde a queda do Muro de Berlim à disseminação da internet e que se caracteriza por um enorme crescimento da colaboração transnacional, marcada pela ascensão do inglês como o novo latim. BURKE, Peter. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. *Art. Cit.*, pp. 277-288, p. 284.

260 Mesmo com a expansão da cultura impressa, a singularidade de Portugal no contexto europeu no período não pode ser ignorada. Frente aos dados disponíveis sobre analfabetismo e escolarização, entre 1850 e 1950, António Candeias destacou a condição de dupla periferia do caso português tanto em relação aos países com as maiores taxas de alfabetização (o Norte e Centro-Norte europeu), quanto aos próprios limites menos “impregnados” pela cultura escrita (extremos sul, leste e oeste). Essa caracterização é conhecida em percentuais por Harvey Graff, ao indicar os ritmos desiguais do aumento da alfabetização europeia. Enquanto países como Alemanha, Escócia, Holanda e Suíça registravam taxas de 95%, 98% e 98% para os anos de 1850, 1900 e 1950, respectivamente; outros como França, Bélgica e Irlanda chegavam a 55%, 80% e 98% para o mesmo período. Atrás de países como Rússia, Romênia, Bulgária, Grécia e Iugoslávia, Portugal registravam a progressão mais lenta das taxas de alfabetização. Se em 1850, cerca de 15% dos portugueses se declara alfabetizado, em 1900 são 25%. O país chega a meados do século XX com 55% de pessoas alfabetizadas. Cf. CANDEIAS, António (dir. e coord.). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, p. 34.

261 RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro. *Livros e Leituras no século XIX*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 20. Coimbra: Faculdade de Letras, 1999, p. 188.

momentos de lazer, incluindo decisivamente as mulheres nas tensões entre o livro proibido e o aconselhável²⁶². Esse alargamento do público leitor passava inevitavelmente por tornar mais barato o acesso à leitura, como desenvolve Maria do Rosário Cunha sobre a leitura em Portugal²⁶³.

Nesse sentido, edições voltadas para o entretenimento ou vulgarização do conhecimento científico proliferaram e outros critérios passaram a vigorar nesse campo, onde a competição entre livreiros e editores valorizava mais o conjunto do que a obra rara. Na afirmação de Jean-Yves Mollier, o século XIX foi o século dos dicionários, e também das coleções e enciclopédias²⁶⁴. Integram as novas estratégias editoriais, novas formas de organização, apresentação e até mesmo reprodução de textos a um número maior de leitores.

Os chamados “novos leitores”, em busca de instrução e fruição pela leitura, são o público a ser alcançado pelas coleções e estas não deixaram de explorar o prestígio que o uso do título “Biblioteca” já gozava no seio de camadas menos eruditas. O formato aparece como opção privilegiada para estabelecer vínculos e participar da formação de leitores: quer com a edição e organização de almanaques, lançamento de obras em fascículos por assinatura²⁶⁵, edição de coleções de livros que perpassam décadas e tornam-se conhecidas de diferentes gerações. Estudos de Manuela Domingos apontam nesse sentido a partir da análise da Biblioteca do Povo e das Escolas, coleção da Casa Editora David Corrazi em Lisboa²⁶⁶, estudada ainda no seu amplo alcance pelo Brasil²⁶⁷.

262 VAQUINHAS, Irene. “Perigos da leitura no Feminino. Dos livros Proibidos aos aconselhamentos (séculos XIX e XX)”. In *Revista Ler História*, n.º 59, 2010. Lisboa: ISCTE, pp. 83-99, p. 89. Uma reflexão sobre gênero e práticas de leitura, para o caso de Portugal e da América Portuguesa nos séculos XVIII e XIX é vista em ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp, 2004.

263 CUNHA, Maria do Rosário. *A inscrição do livro e da leitura na ficção de Eça de Queirós*. Coimbra: Almedina, 2004, p. 76.

264 A afirmação é estudada para o caso do capitalismo editorial francês por Jean Yves-Mollier. Cf. MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. Eliana Dutra amplia para a paisagem editorial oitocentista não restrita à França, relacionando mais diretamente ao caso do mercado editorial brasileiro. DUTRA, Eliana de Freitas. “A nação dos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira”. In MOLLIER, Jean-Yves. DUTRA, Eliana de Freitas (orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 299-314, p. 300.

265 Para Portugal, exemplo percussor vocacionado para um público mais amplo, que procurou acasalar problemáticas mais eruditas com conhecimentos práticos foi *O Panorama* (1837-1868), fundado por Alexandre Herculano com o sintomático subtítulo “jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis”. Cf. SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. *O Panorama (1837-1844): Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos*. Covilhã: Livros LabCom, 2014; CORREIA, Rita. “O Panorama”. In *Hemeroteca Digital*. [Em rede: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf>].

266 DOMINGOS, Manuela D. *Estudos de sociologia da cultura. Livros e Leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.

267 VENÂNCIO, Giselle Martins. *Lisboa - Rio de Janeiro - Fortaleza: Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corrazi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

De modo breve, em coerência com os objetivos deste trabalho, será destacado um duplo movimento. Por um lado, há a adesão de letrados reconhecidos, intelectuais e escritores, nos seus diferentes modos e perfis, a esses projetos de alargamento e formação do público leitor nas suas variantes literária e científica²⁶⁸. Para o século XIX português, cite-se nomes como os irmãos António e José Feliciano de Castilho, com a coleção *Livraria Clássica Portuguesa*, e Eça de Queiroz como organizador do *Almanaque Enciclopédico* para 1896 e 1897, entre muitos outros²⁶⁹. Compreende-se que tais projetos carregam a intenção de extrapolar da biblioteca do erudito o conhecimento classificado e selecionado, difundindo a ideia de “biblioteca sem muros” desenvolvida desde o século XVII.

É nos próprios livros que fica explícita essa articulação. Com o evocativo título *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna*, a coleção lançada pela Casa Editorar David Corazzi em 1888 anuncia em prefácio o empenho em conseguir chegar “às mãos de todos, constituindo em todas as famílias e em todas as corporações associativas uma encyclopedica consoladora”. Isso porque “apenas um ou outro erudito” teria as condições para ler as obras-primas frutos da “inteligência, do gênio ou do saber” de autores afamados. Enquanto para uns é dispendioso reunir tantos volumes e formar uma biblioteca com as obras em original, para outros a barreira está na “impossível compreensão da enorme diversidade de línguas”, referindo a ausência de traduções, ou ainda a falta de tempo para se ler tão “extensos e numerosíssimos volumes de cada autor²⁷⁰”.

A solução apresentada pela coleção *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna* é publicar de cada autor “o mais selecto”, “o indispensável a ser conhecido”, combinando leitura abundante, formato portátil, “barateza inexedível” e obras “menos volumosas e mais amenas”. A seleção dos títulos tem em conta, ainda, “o gosto literário e a aptidão científica do escriptor que a dirige”. Isso porque a coleção leva a chancela (e em alguns casos o trabalho de tradução) do escritor, crítico, jurista ou poeta que a organiza, responsável ainda por pequenas biografias dos autores selecionados²⁷¹.

268 Segundo análise de Luís Miguel Bernardo, o forte movimento de divulgação científica contou com o esforço de cientistas e jornalistas em França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos desde as primeiras décadas do século XIX e intensificado a partir da segunda metade de oitocentos. BERNARDO, Luís Miguel. *Cultura Científica em Portugal. Uma perspectiva histórica*. Porto: Universidade do Porto, 2013.

269 Entre outros estudos, essa dimensão pode ser vista em SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. “As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX)”. In *Revista Análise Social*, vol. XXI (86), 1985.

270 Cf. “Prefácio geral da *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna*”. In MAISTRE, Xavier. *Viagem à roda do meu quarto*. Versão de Fernandes Costa. *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna* 1ª série. Lisboa: Casa Editora David Corazzi, 1888, pp. 3 e 4, p. 4.

271 Exemplos são o poeta António Gomes Leal, o jurista e político Fernandes Costa, a escritora Mécia Mouzinho de Albuquerque (que assina Mência), para citar somente alguns.

Também justificado por preocupações educativas, no caso em relação à classe média e ao ensino secundário, nos finais da década de 1870, o historiador Oliveira Martins lançou o projeto de uma “Biblioteca das Ciências Sociais”, de caráter não erudito e voltada a um público mais amplo. Mas, ao contrário de outros exemplos citados, não buscou fazer uma compilação de obras ou de autores, pois propunha-se escrever todos os livros dessa biblioteca enciclopédica. Na divulgação do plano de volumes, como na análise das obras finalmente publicadas, percebe-se que postulava uma ordenação epistêmica e uma ordem ideal de leitura do que iria publicar²⁷².

Sabe-se que, em Portugal, sobretudo nos anos 1870 e 1880, estava na ordem do dia pensar o problema do conhecimento em termos de hierarquização das ciências. Augusto Comte foi o que maior impacto teve, quer pela difusão de seus preceitos, quanto em fomentar polêmicas e divergências. E muito embora Oliveira Martins, que tinha como mestre Cournot, se definisse contra o positivismo e discordasse em muitos pontos da classificação comteana das ciências, concordava com o preceito segundo o qual “todos os fenômenos observáveis eram passíveis de serem classificados num pequeno número de categorias naturais, dispostas numa série hierarquizada, em que o estudo de cada categoria se alicerçava no conhecimento das leis da categoria precedente, ao mesmo tempo em que passava a constituir a base para a ciência seguinte²⁷³”.

Nesse sentido, a Antropologia é indicada por Martins como “prólogo” da vasta obra de sua biblioteca, enquanto ciência social mais geral e menos complexa na sua taxonomia²⁷⁴, muito embora a ordenação sugerida por Oliveira Martins não acompanhe a ordem cronológica de publicação dos títulos²⁷⁵. Em sete anos, sob a epígrafe “Biblioteca de Ciências Sociais” sairiam os títulos: *O Helenismo e a Civilização Cristã* (1878), *História da Civilização Ibérica* (1879), *História de Portugal* (1879), *Elementos de Antropologia* (1880), *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880), *Portugal Contemporâneo* (1881), *As Raças Humanas e as Civilizações Primitivas* (1881), *Da Natureza e Lugar das Ciências Sociais* (1881), *Sistema dos Mitos Religiosos* (1882), *Quadro das Instituições Primitivas* (1883), *O Regime das Riquezas* (1883), *Tábuas de Cronologia e Geografia Histórica* (1884), *História da República Romana* (1885). Vistos no conjunto, no entanto, pode-se captar o desenho de uma biblioteca enciclopédica em construção, que mobiliza livros, autores e leituras numa ordem formada por seu organizador e que não se encerra em si mesma.

272 CATROGA, Fernando. *História e ciências sociais em Oliveira Martins...*, pp. 117-159, p. 120.

273 *Idem, ibidem*, p. 120.

274 *Idem, ibidem*, p. 126.

275 *Idem, ibidem*.

Modelos de bibliotecas: do universitário ao autodidata

A biblioteca do século XIX aumenta em tamanho e volume, com uma oferta avassaladora de impressos à sua disposição. Foi o momento em que se desenvolveram, igualmente, as grandes bibliotecas universitárias, se alargou a rede de bibliotecas públicas e se ergueram majestosas bibliotecas nacionais, crescimento que nem sempre foi visto com vantagem pelos homens de letras tementes dos efeitos negativos da “avassaladora dispersão bibliográfica”²⁷⁶.

Em paralelo, frente à necessidade de atualização e especialização do conhecimento, em um momento de emergência do intelectual, assistiu-se à proliferação das bibliotecas mais privadas e personalizadas, com tipologias que também dizem sobre seus usos e seus proprietários: é a biblioteca do jornalista, do escritor, do investigador, do professor, do universitário, do bibliófilo²⁷⁷. Embora centrados no caso francês, Masson e Salvan sublinham que a biblioteca enciclopédica tende a se diversificar em Oitocentos, período em que se identifica o desenvolvimento das bibliotecas universitárias e a criação de anexos populares²⁷⁸. Nessa diversificação, não há somente um alargamento dos tipos, mas também uma maior privatização dos acervos.

No campo do ensino, a crescente especialização universitária contribui para que docentes investissem na formação da sua própria biblioteca, espaço de acesso mais assíduo e íntimo com o livro, onde é possível reunir uma bibliografia direcionada aos temas de investigação, com maior liberdade na escolha dos títulos e mais rápida atualização bibliográfica do que suas alternativas públicas e institucionais. São, em geral, bibliotecas não herdadas, caracterizadas por uma aquisição recente e em função dos interesses pessoais e profissionais.

Um bom exemplo desse fenômeno geral, para o caso português, é a afamada e vasta

276 POMBO, Olga. *Op.Cit.*, 2011, p. 174-175. A autora comenta que, de 1818 a 1860, a Biblioteca Nacional de França dobrou de tamanho, com efeitos que são ressentidos pelos sábios. Nesse sentido, ainda em 1848, Renan quis alertar que “se a Biblioteca Nacional continuar a enriquecer-se com todas as novas produções, dentro de cem anos ela será absolutamente impraticável e a sua própria riqueza a anulará”.

277 Para o caso do Rio de Janeiro, Tânia Bessone constata uma ampliação de acervos e instalações de bibliotecas públicas durante as últimas décadas do século XIX e inícios do século XX, assim como a formação de um círculo de leitores bastante eclético na sua composição, formado por jornalistas, literatos, *bon vivants*, flâneurs, comerciantes, políticos e boêmios, além de categorias profissionais “mais afeitas aos livros”, com destaque para advogados e médicos que “tinham um trato mais íntimo com bibliotecas”. BESSONE, Tânia Maria. *Palácio de destinos cruzados. Bibliotecas, Homens e Livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 20 e 27.

278 “La bibliothèque encyclopédique de jadis tend à se diversifier: on assiste notamment au développement de bibliothèques universitaires et à la création d'annexes populaires. A la fin du siècle, les bibliothèques du type traditionnel tendent à se scléroser dans la conservation de leur fonds ancien, pendant que des formules nouvelles plus libérales naissent outre-Atlantique”. MASSON, André; SALVAN, Paule. *Op.Cit.*, p. 43.

livraria do casal de eruditos Carolina Michaëlis (1851-1925)²⁷⁹, lente da Universidade de Coimbra, e Joaquim de Vasconcelos (1849-1936)²⁸⁰, que residiam na cidade do Porto. Nos relatos de contemporâneos, reunidos por Manuela Delille, muitos dos amigos e investigadores recorriam a essa biblioteca para consulta, quer nas visitas que faziam, quer através da correspondência epistolar, exemplo de nomes como Antero de Quental, Oliveira Martins, Sousa Viterbo, Alfredo Pimenta, Joaquim de Carvalho²⁸¹.

Descrita como extensa, multilíngue e multidisciplinar, a biblioteca nasceu nos anos de estudante dos futuros investigadores, entre Berlim, Hamburgo e Porto, ampliada continuamente após a fixação de ambos no Norte de Portugal em 1876. Para Manuela Delille, sem desconsiderar a acentuada bibliofilia de ambos, tal motivação deve-se “essencialmente à vontade de coligirem e terem perto de si os indispensáveis instrumentos de trabalho²⁸²”, o que não impediu, neste como em outros casos, a criação de um elo afetivo com esse espaço tão especial, como testemunha na sua correspondência pessoal, Carolina Michaëlis, alemã, radicada portuguesa “por casamento e devoção”, ao referir-se com apego a “unsere kolossale Bibliothek”, construída durante a árdua vida de trabalho do casal²⁸³.

Por motivos financeiros, em fins de 1890 e primeira década dos noventa, Joaquim de Vasconcelos é obrigado a vender sua valiosa Biblioteca de música, com livros raros reunidos durante 40 anos, acompanhado depois partes dos núcleos de arte portuguesa, arte industrial e as coleções de estampas. Tais “dolorosos sacrificios” são lamentados por quem se assume não como um exclusivo bibliófilo, mas como um investigador para quem os seus

279 A alemã Carolina Wilhelma Michaëlis de Vasconcelos (Berlim-1851/Porto-1925) foi romanista, filóloga e estudiosa da literatura portuguesa, sendo a primeira mulher a lecionar em uma universidade em Portugal. Autodidata, publicou trabalhos na área da língua e literaturas italiana e espanhola com apenas 16 anos, tornando-se conhecida nos meios intelectuais europeus. O interesse pela cultura, língua e literatura portuguesa, especialmente por assuntos românicos, levou-a a se corresponder com intelectuais como Antero de Quental, Teófilo Braga e Joaquim de Vasconcelos, com quem viria a casar, adquirindo nacionalidade portuguesa. Cf. DELILLE, Maria Manuela Gouveia. “Carolina Michaëlis de Vasconcelos – uma alemã, mulher e erudita em Portugal”. In *Biblos*, vol. LXI, Coimbra, 1985.

280 Joaquim de Vasconcelos foi arqueólogo, historiador e crítico de arte. Nasceu no Porto, mas órfão de pai e mãe, foi enviado pela família para Hamburgo, onde frequentou o ensino secundário. Foi professor de línguas do Liceu do Porto (1883-1924), além de secretário da Sociedade de Instrução do Porto, diretor-conservador do Museu Industrial e do Comércio do Porto e inspetor do ensino industrial na circunscrição do Norte, além de autor de diversos livros. Cf. LEANDRO, Sandra. *Joaquim de Vasconcelos, Historiador, crítico de arte e museólogo: uma ópera*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015; CABRAL, Luís (org.); COSTA, Jorge Vale (org.). *Catálogo das exposições Joaquim de Vasconcelos, homem de cultura. Lugares de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos*. Porto: Câmara Municipal, 2009.

281 Entre outros, a autora cita ainda Luise Ely, Ricardo Jorge, Gerhard Moldenhauer. Cf. DELILLE, Maria Manuela Gouveia. “A biblioteca particular de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos. Breve história e principais núcleos temáticos”. In ANASTÁCIO, Vanda (coord.). *Tratar, Estudar, Disponibilizar. Um futuro para as Bibliotecas Particulares*. Lisboa: Banco Espírito Santo/Centro de História, 2013, pp. 125-137, p. 125.

282 *Idem, ibidem*.

283 *Idem, ibidem*, pp. 125-137, p. 127.

livros são meios de trabalho: “São raros, mas são m.to necessários porq. nunca fui exclusivamente bibliófilo. Juntei p.^a poder trabalhar, não p.^a fazer figura lendo os livros só pela lombada!²⁸⁴”.

Como é natural, as principais áreas da biblioteca são as que constituíram campo de investigação dos seus proprietários. Em relação a Carolina Michaëlis, a investigação de Manuela Delille destaca o campo da Filologia Românica, das línguas portuguesas, castelhana, galega, catalã, francesa, provençal e italiana, de diferentes períodos, não apenas da época Moderna. Por causa disso, o seu espólio contava com numerosos textos de muitos dos autores portugueses e espanhóis contemporâneos ao casal, revistas alemãs da especialidade, volumes e separatas dos principais romanistas nacionais e internacionais da época, alguns dos quais se correspondiam com a erudita. É de registrar ainda um grupo de monografias, folhetos e números soltos de publicações periódicas destinados à chamada questão feminina ou feminista, problemática emergente na sociedade alemã da época em que Carolina fora educada, “e que para ela constitui objeto próprio de observação e estudo no espaço ibérico²⁸⁵”.

Após a morte de Joaquim de Vasconcelos, em 1936, a biblioteca do casal (com a coleção de manuscritos de Carolina Michaëlis e a correspondência) foi adquirida pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tal acervo esteve na base da criação do Instituto de Estudos Românicos D. Carolina Michaëlis (que em 1978 recebeu o nome de Instituto de Língua e Literatura Portuguesas D. Carolina Michaëlis). Na apreciação de Manuela Delille, uma conjunção de fatores, como transferências de espaços, separações de núcleos e demora no tratamento, tornou conturbado o caminho para conservação dessa Biblioteca e espólio conturbado, os quais “inevitavelmente implicaram em consideráveis perdas²⁸⁶”. E a par dos esforços realizados, novos núcleos foram localizados em diferentes espaços da Universidade, o que contribuiu para que a catalogação das obras, até o ano de 2013, ainda estivesse em processo.

Contemporânea do casal de eruditos, a Biblioteca de Oliveira Martins (ou que dela resta) oferece um outro modelo de formação. Diferente dos universitários, o historiador,

284 VASCONCELOS, Joaquim de. Carta a Rocha Peixoto. Lisboa, 5/12/1904 *apud* LEANDRO, Sandra. *Joaquim de Vasconcelos, Historiador, crítico de arte e museólogo: uma ópera*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015, p. 192. Sabe-se ainda que, em 6/10/2014, foi realizado leilão com núcleo das bibliotecas do casal, constituído por “mais de 70 espécies, das quais 33 foram impressas no século XVI e 29 no século XVII”, em maioria com encadernação em pergaminho. Na descrição do catálogo, livros com notas manuscritas a lápis de Carolina Michaëlis e páginas de rosto com rubrica de Joaquim de Vasconcelos. AZEVEDO, Pedro (org.). *Livros da Biblioteca Carolina Michaëlis, Joaquim de Vasconcelos & outras providências*. Lisboa: s/e, 2014.

285 DELILLE, Maria Manuela Gouveia. *Op.Cit.*, p. 132. Um comentário mais detalhado sobre os núcleos da Biblioteca Carolina e Joaquim de Vasconcelos pode ser encontrado neste mesmo artigo.

286 *Idem, ibidem*, p. 128.

economista, antropólogo, crítico social e político, cuja ação influenciou gerações da vida intelectual portuguesa, não chegou a completar os estudos liceais por motivos financeiros após a morte do pai. Oliveira Martins (1845-1894) seguiu o caminho do autodidatismo, cuja formação trilhou em coexistência com empregos em casas comerciais (1858-70), como administrador de uma mina na Andaluzia (1870-74). De volta a Portugal, foi diretor da construção da linha ferroviária do Porto a Famalicão, e depois, administrador da Companhia Ferroviária do Porto²⁸⁷. Nesse percurso, encontra-se com os jovens cultos de sua geração ao despertar para a vida intelectual pela via da literatura, da história, da política, da filosofia²⁸⁸. Lançou-se nas letras a partir do romance histórico (Febo Moniz, 1867), experimentando a crítica literária, artística, política e social. Com crescente reconhecimento literário e político, entrou para a Academia de Ciências de Lisboa (1880) quando aprofundava a sua prática de redator na imprensa periódica, quer com a fundação *d'A Província* (1885), no Porto, ou, mais tarde, *d'O Repórter* (1888), em Lisboa.

Sabe-se que o Oliveira Martins leitor²⁸⁹ combinava a leitura de livros da sua biblioteca particular com frequentes empréstimos e trocas de exemplares entre amigos ou com requisições de obras pertencentes a instituições como a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a Sociedade Geográfica Comercial do Porto, depois chamada Biblioteca do Ateneu²⁹⁰ – entidade da qual foi sucessivamente presidente (1880) –, ou, ainda, a Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, empréstimos que nem sempre tiveram retorno²⁹¹. No entanto, o conjunto com cerca de 1.600 volumes, adquirido em 1992 pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra²⁹², oferece núcleos temáticos que formam seu pensamento e,

287 Nomeado diretor do Museu Industrial e Comercial do Porto (1884), Oliveira Martins exerceu ainda as funções de administrador da Régie dos Tabacos (desde 1888), da Companhia de Moçambique (1888-90) e fez parte da comissão executiva da Exposição Industrial Portuguesa (1888). Cf. MATOS, Sérgio Campos de. “Oliveira Martins”. Site do Instituto Camões [em rede: <http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xix/oliveira-martins.html>]. *Idem*. “Na gênese da teoria do herói em Oliveira Martins”. In *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*. Lisboa: INIC, 1992, pp. 475-504.

288 CATROGA, Fernando. *Op.Cit.*, pp. 117-159, p. 117.

289 Um estudo sobre as leituras de Oliveira Martins, realizado a partir de textos do autor, memórias, correspondências, análise de manuscritos, prefácios, resenhas, bibliografias coligadas, pode ser conferido em VAKIL, Abdool Karim. *Leituras de Oliveira Martins. História, Ciências Sociais e Modernidade Económica*. Coimbra: Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXVIII, pp. 47-81, 1999.

290 ALBUQUERQUE, Martim de. “Introdução”. In *A Biblioteca de Oliveira Martins*. Lisboa: Guimarães editores, 2009, pp. 7-21, p. 10. O autor comenta que muitas faltas na Biblioteca Oliveira Martins podem ser colmatadas pela livraria de Antero de Quental, por vias da troca de livros. Como prova, Albuquerque aponta livros com a marca de Antero que constam no espólio de Oliveira Martins.

291 *Idem, ibidem*, p. 9. Durante a elaboração do catálogo da Biblioteca Oliveira Martins foram localizados livros tirados de empréstimo da Academia de Ciências de Lisboa pelo autor, os quais foram devolvidos pela Universidade.

292 Composto por cerca de 1.600 espécies, o acervo de Oliveira Martins foi comprado em 1992 pela Universidade de Coimbra à Sociedade Missionária Portuguesa, com patrocínios da Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Engenheiro António de Almeida, Fundação Luso-Americana, Tabaqueira e INAPA.

mesmo que com ausências, um volume significativo de leituras vistas na sua escrita e na sua erudição²⁹³. Ainda à espera de estudos sistemáticos, a Biblioteca Oliveira Martins oferece ao investigador volumes de encadernações com miscelâneas que acionam seu método organizativo, um conjunto de dedicatórias, marginália e núcleos temáticos de publicações que evidenciam gostos e preferências, suas relações pessoais e intelectuais, assim como revelam traços do seu desenho de mundo, indiciando ideias que não estão explícitas na sua escrita.

“Toda biblioteca é autobiográfica”

Do muito que se anotou e riscou num livro ao pouco da presença ou ausência de um autor, tudo em uma biblioteca pessoal aponta para um leitor concreto. Ao resumir a sua própria experiência, o ensaísta Alberto Manguel confessou: “Toda biblioteca é autobiográfica²⁹⁴”. A afirmação convida a refletir sobre o modo como os livros revelam possibilidades acerca de quem os reuniu, selecionou e conservou. Tanto por isso, mais seduz a livraria quanto mais interesse desperta seu autor e a própria história daquela coleção. O espaço torna-se espelho, numa representação de quem o criou, ao tempo em que a Biblioteca também foi construindo sua unidade no olhar de quem a investiga. Foi o que apreendeu (e sentiu) Honório Pires, ao estudar a Biblioteca Monumento de Rui Barbosa (1849-1923):

Penetrar-lhe na biblioteca equivale a penetrar-lhe no caráter e na inteligência, a investigar-lhe os elementos da cultura, a descobrir-lhe os recursos da erudição, a reconhecer-lhe as energias que lhe alimentam e retemperam o ânimo, a explorar-lhe as tendências e preocupações não reveladas da sua vasta curiosidade espiritual²⁹⁵.

Ou seja, a biblioteca foi analisada pelas lentes de quem a construiu, ótica que o investigador acrescenta, confirma, aprofunda, desfaz juízos. Ao falar da biblioteca de Rui Barbosa, Honório Pires diz que é o mesmo que falar daquele escritor, da sua índole, do seu gênio, da sua formação mental. Mistura-a aos adjetivos de seu dono, e assim a livraria possui

Além de monografias dos séculos XV a XIX e publicações periódicas dos séculos XVII a XIX, o fundo contém uma coleção de folhetos encadernados e organizados em função dos interesses e da obra historiográfica produzida por Oliveira Martins, a exemplo do “Portugal contemporâneo”, ou temas como o Sebastianismo, a História da Guerra Civil, as Memórias da Índia, entre outros. Cf. “Livraria de Oliveira Martins”. Texto de institucional da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra [em rede: www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/OliveiraMartins].

293 Uma breve descrição da Biblioteca e de suas potencialidades de investigação é vista em ALBUQUERQUE, Martim de. “Introdução”. *Op.Cit.*, pp. 7-21.

294 MANGUEL, Alberto. *La biblioteca de noche*. Madrid: Alianza Literaria, 2007, p. 256.

295 PIRES, Homero. “Rui Barbosa e os livros. Conferência pronunciada na Casa de Rui Barbosa, a 5 de novembro de 1938”. In *Rui, sua casa e seus livros. Edição comemorativa do cinquentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, pp. 27-93, p. 28.

caráter e inteligência, oferece recursos eruditos, dá pistas sobre aquilo que alimentou o ânimo do outro, revela curiosidades espirituais que antes não estavam evidentes. Nos trinta e cinco mil volumes da livraria, reunidos ao longo de cinquenta e dois anos, “estavam os vastos mananciais” que tinham alimentado suas atividades e preocupações intelectuais como jurisconsulto, advogado, homem de Estado, orador, jornalista, moralista, cultor da língua, homem de letras²⁹⁶. Após sua morte, os livros foram mantidos na mesma casa em que viveu, futura morada da Fundação que facultou o acesso público ao acervo²⁹⁷. Esse é um caso raro e privilegiado que não somente reúne a coleção integral, como também preserva o espaço modelado de origem para esse fim: a “cidade” de livros fundada por quem a desenhou e experienciou²⁹⁸.

Mas, o valor e interesse despertado pela materialidade de uma biblioteca pessoal não se restringem a essas condições próximas a um modelo ideal e alteram-se a partir das circunstâncias que dispõem. Muitas dependem do número de livros ou da convencionalidade do espaço. É o caso dos 758 exemplares guardados no único e imponente móvel, feito sob medida por Antero de Quental (1842-1891) para sua livraria. A seleção de títulos, visivelmente formados por encadernações bem cuidadas, corresponde a intencionalidade de deixar, ainda em vida, seus livros (ou pelo menos aquela parte escolhida) como herança para a cidade de Ponta Delgada, nos Açores²⁹⁹. Mesmo que se saiba que é tão somente a parte que decidiu conscientemente preservar e doar, ou seja, não o conjunto ampliado dos livros que possuiu, nem aqueles de sua estima ofertados ou emprestados a amigos³⁰⁰. Seleção refletida e circunscrita na materialidade do móvel que a encerra.

A relevância também não diminuiu mesmo quando a coleção sobrevive “incompleta,

296 *Idem, ibidem*, p. 28.

297 *Idem, ibidem*.

298 Sobretudo após 1893, quando Rui Barbosa adquire a propriedade de São Clemente, a biblioteca encontra condições de se expandir e a casa se torna “verdadeira cidade dos livros”. *Idem, ibidem*, p. 35-36.

299 Atualmente, a Biblioteca de Antero de Quental encontra-se na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. A data do documento do acervo é de 9 de setembro de 1890, feito na cidade de Vila do Conde. Há um primeiro e anterior testamento feito em Lisboa, em 11 de junho de 1880, na freguesia das Mercês, mas em ambos, o poeta deixa a sua livraria aquela biblioteca pública nos Açores. No primeiro, há a ressalva: “Dos meus livros, dou aos mencionados meus amigos Oliveira Martins e [Alberto] Sampaio aqueles que quiserem escolher e conservar como lembrança minha”. No segundo testamento, que invalidou o primeiro, há somente a indicação: “Deixa à sua livraria à Biblioteca Pública de Ponta Delgada”. Cf. FRAGA, Gustavo de. “Prólogo”. In FRAGA, Gustavo de (org.); SILVEIRA, Francisco (org.). *Catálogo da Livraria de Antero de Quental*. Ponta Delgada: Biblioteca Pública dos Açores, 1991, pp. 13-24, p. 13-15.

300 Sabe-se que livros de Antero também seguiam o hábito do empréstimo entre amigos, confirmado nos autógrafos do poeta visto em exemplares localizados na Livraria de Oliveira Martins. A consulta a esta biblioteca, depositada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, mostra que Antero conheceu, pelo menos, outras duas obras de Hegel, para além das traduções francesas que cita na sua correspondência. Cf. CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 17.

truncada”, como dito para a biblioteca de Machado de Assis (1839-1908)³⁰¹, atualmente com 733 livros sob a guarda da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. Em parte perdida logo após a morte do escritor, em outra destruída pela intempéries do tempo³⁰², sobreviu um núcleo de obras encadernadas que já em si abre múltiplas chaves de leitura³⁰³. Mesmo que somente preservada em fração, a escolha dos livros mostra uma criação pessoal do escritor, bem como as suas marcas de leitura revelam imprevisíveis elementos que podem suscitar novas questões, comprovar ou desacreditar outras.

E o que há em comum a essas tão diferentes bibliotecas? Compreende-se que muito. Primeiro, porque pertenceram a escritores que compartilharam a divisa “ler para escrever” própria de seu tempo, isto é, da relação com o saber e com a ciência que se instalou na segunda metade do século XIX³⁰⁴. Segundo, que são bibliotecas que nasceram da atuação pública de intelectuais também marcados pelo impresso e que, por isso, viveram “do livro, com o livro e para o livro³⁰⁵”, relação que chegou a ser tão íntima que alguns (como Antero e Machado) tiveram a experiência de tipógrafos, seja por escolha (o primeiro)³⁰⁶, seja por

301 MASSA, Jean-Michel. “A biblioteca de Machado de Assis”. In *Revista do Livro da Fundação Biblioteca Nacional*, n.º 44, ano 14, janeiro de 2002. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, pp. 60-102, p. 63.

302 Jean-Michel Massa concluiu que a Biblioteca está “muito incompleta” por ter sido amputada em duas circunstâncias. Na primeira, uma parte com cerca de duzentos volumes, foi dada no dia seguinte à morte do autor, sem vestígios até o momento. Em outra situação, durante a Segunda Guerra Mundial, os livros em brochura, armazenados por herdeiros em uma garagem, deterioraram-se e foram destruídos antes de serem relacionados. Restaram na biblioteca as obras encadernadas, seja pelos editores, livreiros ou pelo cuidado do próprio bibliófilo. Cf. *Idem, ibidem*, pp. 21-98.

303 A pesquisa sobre o que restou da Biblioteca de Machado de Assis, de acordo com Paulo Jobim, oferece subsídios para questões como estas: 1) o levantamento das obras que ele leu e a comparação desse universo de leitura com os padrões da época, no Brasil e na Europa; 2) a comprovação (ou não) de hipóteses levantadas por críticos, teóricos e historiadores da literatura sobre a influência de outros autores; 3) o estabelecimento da relação de Machado com o pensamento “científico” da época; 4) as opiniões expressas nas margens dos livros; 5) a reconstrução histórica do papel das obras do acervo no horizonte da época em que Machado viveu. JOBIM, José Luís. “Introdução”. In JOBIM, José Luís (org.). *Op.Cit.*, pp. 11-19, pp. 12-13.

304 Sobre o gesto de “ler para escrever”, Almuth Grésillon defende que, mesmo atestado em épocas recuadas, essa atitude traz o selo dos tempos modernos, com a nova relação de saber e com a ciência tal qual se instaurou na segunda metade do século XIX. “De um lado, o acesso ao saber, a transmissão dos conhecimentos, o fantasma da biblioteca e o mito da ciência assumem cada vez mais a frente da cena; de outro, com o advento da escola obrigatória, a leitura e a escrita tornaram-se em nossas áreas culturais competências cada vez mais comumente partilhadas”. GRÉSILLON, Almuth. “Ler para escrever”. In *Escritos*, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 5, n.º 5. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, pp. 7-22, p. 8. Cf. *Idem. La mise en oeuvre: itinéraires génétiques*. Paris: CNRS Éditions, 2008.

305 PIRES, Homero. “Rui Barbosa e os livros. Conferência pronunciada na Casa de Rui Barbosa, a 5 de novembro de 1938”. *Op.Cit.*, pp. 27-93, p. 27.

306 Após concluir o curso de Direito em Coimbra, segue para Lisboa, onde, em paralelo com outras atividades aprende, na Imprensa Nacional, o ofício de tipógrafo, que vai exercer por curto período em Paris, de forma articulada com sua atuação junto ao movimento operário. Cf. CARREIRO, José Bruno Tavares. *Antero de Quental: Subsídios para a sua Biografia*. 1º vol. Lisboa: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1948, p. 273.

necessidade de ofício (o segundo)³⁰⁷. Por último, todas as bibliotecas aqui mais concretamente convocadas são “textos” que também podem ser lidos como uma outra face das obras escritas que nos legaram.

307 Filho de pai brasileiro, operário, e mãe açoriana, que faleceu ainda na sua infância, Joaquim Maria Machado de Assis iniciou-se aos 17 anos como aprendiz de tipógrafo na Imprensa Nacional, onde conheceu o escritor Manuel Antônio de Almeida, diretor da casa, que se tornou seu protetor. Cf. *Academia Brasileira de Letras*, Acadêmicos, Machado de Assis [em rede: www.academia.org.br (último acesso em 16/12/2014)].

CAPÍTULO III

A biblioteca de Joaquim de Carvalho

Ler muito é um dos caminhos para a originalidade; uma pessoa é tão mais original e peculiar quanto mais conhecer o que disseram os outros.

Miguel de Unamuno

Se, até agora, interessou-nos, sobretudo, fazer uma caracterização geral da problemática das bibliotecas, do livro e da leitura, tal se deve ao propósito de contextualizar melhor uma livraria concreta que, na sua vertente de biblioteca de um universitário e intelectual das primeiras décadas do século XX, sintetiza muito do que se afirmou, incluindo a dimensão autobiográfica do seu edificador e utilizador. Referimo-nos a Joaquim de Carvalho (1892-1958)³⁰⁸, professor da Universidade de Coimbra e cuja livraria – expressão do seu amor pelo livro e do seu próprio sentido de vida – se tornou, por fama e acesso, numa das facetas mais marcantes do seu modo de estar na “República das Letras”.

Daí que, aqui, principalmente se vise estudar os “livros de Joaquim de Carvalho” na totalidade do seu acervo e não só aqueles que escreveu e publicou. Quanto a estes, percorrem diferentes períodos e temas, com contribuições originais ancoradas no uso do método histórico-evolutivo e fruto da sua grande capacidade intelectual quer como investigador, quer como professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra durante 42 anos³⁰⁹.

308 Joaquim de Carvalho nasceu na Figueira da Foz em 10 de junho de 1892, filho do comerciante Manuel José de Carvalho (1859-1942), natural de Tomar, e de Ana Ferreira dos Santos (1867-1945), de Pereira do Campo, freguesia de Montemor-o-Velho. Na memória familiar, o pai foi modesto empregado do caminho-de-ferro da Beira Alta, quando, por um acaso ferroviário, conheceu a futura esposa. Ana “agitava uma bandeirinha na mão e estava atenta aos comboios. Era uma guarda de linha”, contou o neto do casal (CARVALHO, Joaquim Montezuma de. “Posfácio”. In ESPINOSA, Bento de. *Ética*. Tradução de Joaquim de Carvalho. Lisboa: Relógio d’Água, 1992, pp. 483-501, p. 483). Na data do casamento (4/7/1891) na Igreja Paroquial da Figueira da Foz, Manuel José ainda era empregado dos Caminhos de Ferro da Beira Alta e a mãe passa a ser “de profissão doméstica”, de acordo com a certidão de casamento transcrita no documento manuscrito “Investigação sobre a linha paterna do Doutor Joaquim de Carvalho (1892-1958) baseada em parte na documentação paroquial dos livros de casamento da freguesia de Madalena (Cem Soldos), de Tomar, que vão até 1600 e se conservam no Arquivo Nacional Torre do Tombo, realizada em ordem a um estudo genealógico, por seu filho Joaquim Montezuma de Carvalho, em Agosto de 1988”, localizado no arquivo de Joaquim Montezuma de Carvalho na posse da sua esposa Júlia Montezuma de Carvalho. (folhas avulsas, sem catalogação). A avó materna “trabalhava na casa de umas inglesas”, o que deu ao marido (avô materno de Joaquim de Carvalho) a alcunha de Joaquim das Senhoras.

309 Joaquim de Carvalho licenciou-se primeiro em Direito (1909-1914) e depois em Filosofia (1915). No ano seguinte, foi nomeado 2º assistente provisório da secção de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (decreto de 12/8/1916), responsável pelas aulas práticas de História da Filosofia Antiga, História da Filosofia Moderna e de Moral. No ano letivo de 1917-1918, assumiu a regência da cadeira de História da Filosofia Moderna. Também em 1917, doutorou-se pela Universidade de Coimbra com a dissertação *António Gouveia e o aristotelismo da Renascença*, iniciando seus estudos sobre a filosofia

Publicados à época em livros, revistas, jornais e brochuras, os seus escritos foram reunidos entre 1978 e 1997 em oito volumes³¹⁰, incluindo alguns inéditos, organizados por José Vitorino de Pina Martins³¹¹, filólogo, estudioso da cultura renascentista, reconhecido bibliófilo³¹² e, de certo modo, “discípulo” de Joaquim de Carvalho³¹³.

Ao usarmos a expressão “livros de Joaquim de Carvalho” também queremos apontar para o vasto campo da sua atividade não só como editor e diretor da Imprensa da Universidade (1921-1934), bem como de publicações na Faculdade de Letras, ou de revistas e coleções da Atlântida editora de Coimbra, mas também como amante do livro enquanto objeto e como instrumento de trabalho. Na verdade, Joaquim de Carvalho foi igualmente um guardião de livros, seja os pertencentes a espaços públicos – foi diretor e bibliotecário de

portuguesa. No ano seguinte, apresentou-se a concurso para assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (IV Grupo - Filosofia) com a dissertação *Leão Hebreu, filósofo (Para a história do platonismo no Renascimento)*, iniciando, assim, o estudo do pensamento de ilustres judeus portugueses ou de origem portuguesa, como Abraão Zacuto, Uriel da Costa, Bento de Espinosa, Oróbio de Castro e Jacob de Castro Sarmiento. Em 1919, ascendeu à categoria de professor efetivo, com dispensa de provas públicas, assumindo a cátedra de História da Filosofia. Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). Pasta “Joaquim de Carvalho”. *Processos dos professores da Universidade de Coimbra*, Cx. 33-A. Cota IV.1ªD-6-3-33_01. Fl.1-8. Ver ainda: SANTOS, João Marinho; SILVA, José Manuel Azevedo e. “O Filósofo-Historiador Joaquim de Carvalho”. In *A Historiografia dos Descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.

310 A edição está dividida em Filosofia e História da Filosofia – vol. I e II; História da Cultura – vol. III e IV; História e Crítica Literárias e História da Ciência – vol. V; História das Instituições e Pensamento Político – vol. VI; Escritos sobre a Universidade de Coimbra (1919-1942) – vol. VII; Ensaio e fragmentos filosóficos e bibliográficos – vol. VIII; finalizando com um volume IX de Índices. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. I-IX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978-1997.

311 Nascido em Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra, José V. de Pina Martins (1920-2010) licenciou-se em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1947), seguindo sua formação como leitor de português em universidades na Itália (1948-1955) e França (1955-1957), quando foi convidado a ser assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde se jubilou catedrático. Destacam-se nas suas investigações temas da História do Livro e História do Humanismo e do Renascimento. Durante sua estadia na Itália, frequentou o curso de *Storia del Libro* na Escola Biblioteconómica do Vaticano. Diretor do Centro Cultural Calouste Gulbenkian de Paris (1972-1983) e do Serviço de Educação da Fundação Gulbenkian (1983), bem como presidente da Academia das Ciências de Lisboa (1990-2006).

312 Pina Martins é reconhecido entre os grandes nomes da bibliofilia portuguesa, com destacou Pedro Teixeira da Mota no prefácio às memórias de outro bibliófilo, este brasileiro, Rubem Borda de Moraes. Em 2015, o núcleo de livros sobre o Humanismo de sua livraria foi tema da exposição “Uma Biblioteca Humanista. Os objetos procuram aqueles que os amam”, sob a curadoria de Vanda Anastácio, na Fundação Calouste Gulbenkian. Essa é tida como uma das mais valiosas bibliotecas particulares especializadas em Portugal. A paixão bibliófila de Pina Martins, na aquisição do livro antigo como obra de uma vida, é narrada por ele mesmo em: MARTINS, José V. de Pina. *Historias de livros para a História do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. Cf. MOTA, Pedro Teixeira da. “Apresentação”. In MORAIS, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. Lisboa: Letra Livre, 2011, pp. 7-13, p.9. MATOS, Manuel Cadafaz de. *129 trabalhos científicos de um grande investigador. Catálogo de Exposição Bibliográfica*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998; NASCIMENTO, Aires A. J. V. de Pina Martins em convívio com os clássicos. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2013.

313 Embora não tenha sido formalmente aluno de Joaquim de Carvalho, por não estar inscrito em nenhuma das disciplinas que este lecionava, Pina Martins relatou que assistiu a alguns dos seus cursos, “tanto pela admiração que lhe votava como por uma grande curiosidade”. Daí que se considerasse um “discípulo fora da Universidade”. MARTINS, José V. de Pina. “Joaquim de Carvalho - O Homem e a Obra”. In CARVALHO, Joaquim. *O.C.*, vol. I, pp. VII-XXIV, p. XVIII.

acervos universitários, incluindo o da maior livraria universitária portuguesa (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1927-1931); os da Escola Normal Superior de Coimbra (1929) e os da Faculdade de Letras (1934)³¹⁴ –, seja os que, com sacrifícios vários, foi reunindo na sua própria casa. Ora, sem nunca perder de vista este “mar de livros”, a nossa preocupação maior indicará na interpretação desta sua “biblioteca pessoal”, formada ao longo de uma vida e hoje depositada na Faculdade de Letras, fazendo assim parte do vasto patrimônio livreiro da Universidade de Coimbra³¹⁵.

Partindo do todo que é essa biblioteca pessoal, a documentação que refere à sua constituição e à materialidade dos livros *in loco* revela os diferentes núcleos que compõem a sua unidade. E, entre estes, será ainda nossa intenção estudar mais pormenorizadamente a coleção que o próprio designava como a sua *Brasiliana*.

Ler por prazer, para investigar e para ensinar

Do encontro com esta Livraria enquanto totalidade (que a morte do seu proprietário fechou) imediatamente ressalta esta evidência: a biblioteca de Joaquim de Carvalho tem uma dimensão enciclopédica e não escapa ao que, na esteira de autores de referência, tem sido qualificado como “paradigma alexandrino”. Como as suas particularidades interiores irão demonstrar, ela subentende a pretensão de reunir aquilo que de mais relevante, em cada área, foi eleito pelo crivo e pela erudição de seu organizador. E o caso específico da *Brasiliana*, como acontece com outros núcleos importantes, constitui só por si uma biblioteca dentro da grande biblioteca de cariz enciclopédico, consequência de um ideal de conhecimento que não hipotecava a concretude e a multiplicidade, porque a busca do conhecimento deve “unificar o que permanece irremediavelmente distinto” e “fixar uma totalidade que continuamente se decompõe para novamente se recompor em outras formas”³¹⁶.

Com efeito, o núcleo de Brasil inclui e dialoga com a História, as Ciências Sociais, a Literatura, a Educação, mas também com seções como as do Direito, Medicina, Física, Biologia, Química, Arqueologia, Matemática, Filosofia. Dito isto, ganha pertinência sugerir-

314 AUC. Pasta “Joaquim de Carvalho”. *Processos dos professores da Universidade de Coimbra*, Cx. 33-A. Cota IV.1ºD-6-3-33-01. Fl. 2-4.

315 A Universidade de Coimbra possui um conjunto aproximado de 90 bibliotecas (algumas sujeitas a reorganização), com um acervo que compõe a maior biblioteca universitária do país e a segunda biblioteca portuguesa, atrás da Biblioteca Nacional. No total, são cerca de dois milhões de documentos, incluindo como estimativa alguns fundos ainda por catalogar. FIOLHAIS, Carlos; MARQUES, João Carlos. “A BGUC e as Bibliotecas da Universidade de Coimbra”. In AMARAL, A.E. Maia (coord.). *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, pp. 133-139. Uma caracterização geral do acervo, bem como a descrição dos principais núcleos e raridades da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra podem ser consultadas nessa obra.

316 SALSANO, Alfredo. *Op.Cit.*, p. 380.

se que a totalização interna da biblioteca de Carvalho não foi estranha ao enciclopedismo de inspiração Iluminista, tanto mais que a sua inicial formação positivista o sensibilizou para a continuada discussão acerca das modalidades de relacionamento das ciências entre si. É que, relembre-se, Joaquim de Carvalho formou-se intelectualmente numa época em que os debates taxinômicos ainda estavam na ordem do dia. Uma pista nesse sentido é oferecida por Fernando Catroga ao sublinhar que o professor de histórico-filosóficas não aceitava que a fundamentação da Ciência pudesse ser deduzida da Filosofia, definida esta como Ciência dos primeiros princípios³¹⁷. Ao contrário, a História das Ciências ensinou que estas nasceram em “protesto claro e decisivo contra a absorção do saber pelo filosofar³¹⁸”.

Por sua vez, será útil lembrar que a consolidação e alargamento das bibliotecas universitárias no decorrer do século XIX não anularam, pelo menos nos acadêmicos mais bibliófilos ou nos de maior vocação investigadora, a simultânea formação de bibliotecas privadas e domiciliárias, tanto mais que os poderes públicos nem sempre revelaram possuir recursos e sensibilidade política suficientes para prosseguirem naquela senda. Não obstante as singularidades, essas bibliotecas são expressões mais especializadas do impacto social da revolução *gutenberguiana* e dos processos que aceleraram a secularização do saber, traduzidos no triunfo das línguas vernáculas, no crescimento vertiginoso do impresso e na difusão do livro. Com isto, convocamos a sua inserção num movimento de média duração iniciado pela emergência das “sociedades das letras” e do espírito crítico modernos (não por acaso, Joaquim de Carvalho será um dos grandes especialistas europeus da obra de Espinosa, do Humanismo e do Renascimento e, depois, em maior intensidade no decurso do século XIX, da figura do intelectual).

Em termos mais imediatos, a grande biblioteca do professor de Coimbra corporiza, com as singularidades próprias das suas especializações, o tipo de biblioteca do “homem de letras”, ou melhor, do autor-escritor e, em particular, dos inícios do século XX, da livraria do professor universitário, nesta tríplice função: ler por prazer, para investigar e para ensinar. E, em alguns casos, o surgimento de regimes ditatoriais e de “políticas do espírito”, fez com que algumas delas também espelhem a existência de censura à impressão, importação e circulação de livros, o que lhes confere um valor histórico-cultural acrescido. Demais, a história da sua formação também reflete a relação íntima e recíproca que inevitavelmente se gera entre o

317 Nas palavras do autor, “essa via demonstrativa colocava a Ciência como “serva” da Filosofia, sendo esta levada a um saber fundante, o que equivalia a interpretar, de uma maneira unitária, e mediante conceitos, todas as manifestações da realidade”. CATROGA, Fernando. *Joaquim de Carvalho e a História...*, pp. 9-16, p. 10.

318 *Idem, ibidem*.

criador e o criado, já que, como afirmou Pina Martins a pensar no exemplo de Joaquim de Carvalho,

A biblioteca pessoal de um investigador representa não só uma documentação preciosa para ajuizar dos seus interesses histórico-culturais, filosóficos e científicos, mas ainda um instrumento de pesquisa de valor extraordinário: uma tal biblioteca, dado o seu carácter monográfico, é por assim dizer a arquitetura ideal e o lanço estrutural sonhado pelo seu organizador para a obra que, se não conseguiu realizar, pelo menos desejou construir³¹⁹.

Por outro lado, se alguma bibliofilia não consegue fugir à perspetivação do livro como mercadoria futura, a posição de Carvalho foi bem diferente. Prova-o o pedido que formulou aos seus herdeiros: desejava que a biblioteca não fosse dispersa após a sua morte. O filho Joaquim Montezuma de Carvalho, um ano após o falecimento do pai, deu-nos um testemunho desta vontade: “Morria sabendo que a sua família não iria no dia seguinte leiloar a sua vasta biblioteca, nem vender, ao farrapeiro os velhos papéis e as velhas cartas³²⁰”.

A livraria será, portanto, abordada em pelo menos três temporalidades. Na primeira, por meio dos registos, poder-se-á captá-la na sua realidade viva, o que ocorreu até ao falecimento do seu proprietário. Depois, seguiremos os trânsitos por que passou após o falecimento deste. E, por fim, analisaremos aquilo que é hoje, sob a guarda e conservação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mas, antes de chegar à biblioteca e às suas circunstâncias, importa captar o essencial da atitude de Joaquim de Carvalho como leitor.

Um leitor contínuo e omnívoro

*Leer, leer, leer, vivir la vida
que otros soñaron.
Leer, leer, leer, el alma olvida
las cosas que pasaron.
Se quedan las que quedan, las ficciones,
las flores de la pluma,
las olas, las humanas creaciones,
el poso de la espuma.
Leer, leer, leer; ¿seré lectura
mañana también yo?
¿Seré mi creador, mi criatura,
seré lo que pasó?
Miguel de Unamuno³²¹*

319 MARTINS, José V. Pina. “Joaquim de Carvalho, historiador da Cultura Portuguesa (Juventude e primeira maturidade)”. In *O.C.*, vol. III, pp. VII-XXVII, p. VII-VIII.

320 CARVALHO, Joaquim Montezuma de. “Apresentação”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 1. Figueira da Foz: Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, 1959, pp. 3-6, p. 6.

321 UNAMUNO, Miguel de. *Antología poética*. México: Porrúa, 1958.

Convidado a escrever sobre a livraria do último rei de Portugal, Joaquim de Carvalho deixou escapar esta confissão acerca do seu entusiasmo enquanto leitor:

Nunca esquecerei as horas breves de regalo que passei em Vila Viçosa no folhear de alguns livros do Rei D. Manuel II. Conto-as entre as mais agradáveis no já aturado trato que a Boa-Fortuna me permite manter desde a adolescência com livros de vária casta, índole e feitio³²².

A sua memória é um livro e um ecletismo de livros, variados em casta, índole e feitio, indicação de que não se restringe a certas filiações, características e formatos. Esta insaciável curiosidade intelectual remonta a sua juventude e sempre impressionou os seus contemporâneos. Encontra-se bem retratada no testemunho que a professora figueirense Cristina Torres (1891-1975)³²³ nos deu um ano após o falecimento do seu amigo de infância:

Conheci Joaquim de Carvalho aos 6 anos de idade. Talvez ninguém, agora que seus Pais já não existem, possa dizer o que ele foi como bondade e inteligência nos seus primeiros anos.

322 CARVALHO, Joaquim de. “Prólogo”. In *Monumentos da cultura e da arte tipográfica portuguesa do Século XVI existentes na Biblioteca de D. Manuel II. Catálogo da Exposição no Secretariado Nacional de Informação, Palácio da Foz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1948. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *Idem*. In *O.C.*, vol. III, pp. 639-657, p. 639.

323 Com uma biografia invulgar, Cristina Torres dos Santos nasceu na Figueira da Foz e, sem meios econômicos, foi obrigada a deixar os estudos aos treze anos de idade para trabalhar como costureira. Com os rendimentos do trabalho, conseguiu voltar aos bancos escolares no curso noturno da Escola Comercial, altura em que também começa a escrever no jornal “Redenção” e, mais tarde, na “Voz da Justiça e na “República”. Dentro do espírito associativo dos inícios do século XX, fundou a “Fraternidade Feminina”, conhecida como Associação das Costureiras, que manteve também uma escola para instrução de raparigas, tendo o seu ativismo suscitado algumas reações locais de desagrado. Aos 21 anos, Cristina Torres entra para a Universidade de Coimbra como estudante-trabalhadora, estatuto comum aos rapazes, mas raro nas mulheres. A “estudante-modista” trabalhava ainda na Imprensa da Universidade como dobradora de papel. Na sua biografia de universitária, também dava aulas de instrução primária a operários, em horário pós-laboral, e realizava intensa atividade política, colaborando em jornais como *Resistência*, *Briosa* (1911-1917) e *Revolta* (1922-1924). Após concluir a Universidade, continuou a trabalhar como costureira e professora das Escolas Móveis (1915 e 1922), instituídas oficialmente na 1ª República como meio de combate ao analfabetismo. Em 1922, começou a dar aulas na Figueira da Foz e, após dois anos, foi nomeada professora efetiva da Escola Industrial Bernardino Machado, ensinando Português, Francês, Inglês e Geografia. Montou secção da Universidade Livre de Coimbra na Figueira da Foz. No entanto, por sua atuação política, foi transferida durante a ditadura militar para Braga (1932), sem interromper sua militância política. Em 1945, integrou o Movimento de Unidade Democrática, de oposição ao regime. Quatro anos mais tarde, o Estado Novo incluiu-a no grupo de professores universitários, liceais e do ensino técnico demitidos ou reformados compulsivamente. Afastada da função pública, sem processo, nem inquérito, Cristina Torres voltou à Figueira da Foz para dar aulas particulares, atividade que continuou até depois dos 80 anos. Faleceu no dia 1 de abril de 1975. REGO, Raul. “Cristina Torres – A mulher na resistência”. In *Jornal de Notícias*. Porto, 10/4/1979; VAQUINHAS, Irene. “A Aprendizagem da cidadania. Os tempos de juventude de uma republicana singular: Cristina Torres dos Santos (1891-1921)”. In *Revista de Escritoras Ibéricas*, vol. 2 (2014), pp. 91-119 [em rede: <http://revistas.uned.es/index.php/REI> (último acesso em 26/8/2015)]. REGO, Raul. “Cristina Torres – A mulher na resistência”. *Op.Cit.*. Cf. SOUSA, Joaquim. *Cristina Torres*. Figueira da Foz: s/e, 1983; Texto eletrônico “Patrona”. In *Escola Secundária de Cristina Torres* [em rede: <http://www.aefigueiranorte.pt>]

Parece-me vê-lo, rapazinho magro e esbelto, correr e rir através das ruazinhas da quinta que tanto amou depois. Não me lembro duma maldade, dum ninho arrancado, duma planta partida, duma brincadeira desastrada. Vejo-o mais tarde, curvado sobre os atlas e livros coloridos de zoologia e botânica, presentes duma tia ou madrinha, não me lembro bem. Ele frequentava o Liceu, eu a Escola Comercial e, nas férias, tínhamos grandes encontros em que Joaquim de Carvalho já era o professor que gostava de repartir o seu saber. Gostava de falar do que ia aprendendo, de estudar, de discutir e de surpreender o que a Vida tinha de mais atraente; e, aos 15, 16 anos, a Literatura e a História eram as suas leituras predilectas. Estudante de Letras e Direito, Joaquim de Carvalho lia e lia, procurando e autenticando o estilo e o conceito; tanto se detinha na música duns versos, como na profundidade e beleza dum pensamento³²⁴.

Também por testemunhos, sabe-se que Joaquim de Carvalho pôde alargar as suas leituras com os préstimos da sua tia paterna Júlia, professora de instrução primária que ensinou o sobrinho a ler e a escrever em casa³²⁵. Aos dez anos, continuou seus estudos no recém-criado Colégio Liceu Figueirense (1902- 1911)³²⁶, segunda escola de um total de 12 instituições portuguesas do começo do século XX que tinham como modelo o movimento pedagógico da Escola Nova, considerada a primeira tentativa estruturada de dimensão internacional que pôs em causa a escola tradicional³²⁷. Frequentado pelos filhos de famílias ricas ou abonadas da terra, o Colégio obedecia ao plano curricular vigente no país e se destacava na diversidade de oferta extracurricular, que incluía os esportes de natação, canoagem, tiro, entre outros, além de atividades de fotografia, desenho, pintura, carpintaria, serralheria, encadernação, tipografia e jornalismo³²⁸. Algumas dessas práticas eram experimentadas também na produção dos jornais escolares, como foi o caso do *Recreio Litterario* e o dos *Echos do Collegio*, redigidos, geridos e tipografados por alunos.

Se o contato com a diversidade de leituras, bem como possivelmente com as técnicas,

324 TÔRRES, Christina. “Humilde homenagem”. In *Litoral. In Memoriam do Prof. Doutor Joaquim de Carvalho*. Aveiro, 11/4/1959, p. 2.

325 CARVALHO, Montezuma de. “Posfácio”. In ESPINOSA, Bento de. *Ética*. Tradução de Joaquim de Carvalho. Lisboa: Relógio d’Água, 1992, pp. 483-501 p. 485.

326 De acordo com Paulo Archer de Carvalho, entre 1902 e 1907, Joaquim de Carvalho frequentou a escola, criada pelas mãos de um dos pioneiros no movimento pedagógico da Escola Nova, José Luís Mendes Pinheiro, antigo professor liceal e universitário de Coimbra. CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão. A matriz filosófica da Historiografia da Cultura de Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015, p.19. Cf. *Idem*, “A escola nova que Joaquim de Carvalho frequentou: o Colégio Lyceu Figueirense (1902-1911)”. In *Litorais. Estudos Figueirenses*, n.º 9, 2008, pp. 7-31.

327 Sobre o movimento Escola Nova, conferir: CANDEIAS, António. *Educar de outra forma – A Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, 1905 - 1930*. Lisboa: Instituto Inovação Educacional, 1994; FIGUEIRA, Manuel Henrique. *Um roteiro da educação nova em Portugal. Escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935)*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004; PINTASSILGO, Joaquim. “A Educação Nova em contexto republicano. Algumas reflexões a propósito da actividade da Sociedade de Estudos Pedagógicos”. In ARAÚJO, Alberto Filipe; ARAÚJO, Joaquim Machado de (orgs). *História, Educação e Imaginário*. Braga: CIED, 2007, pp. 83-99.

328 CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão...*, p. 21.

mesmo que artesanais, de feitura de impressos nas atividades extracurriculares do Liceu Figueirense, indicam a sua familiaridade precoce com o livro, entretanto, não há qualquer indício de que Joaquim de Carvalho tenha herdado biblioteca familiar. Seus pais, o comerciante Manuel José de Carvalho (1859-1942) e a dona-de-casa Ana Ferreira dos Santos (1867-1945) não deixaram registros da formação de uma livraria, nem se encontrou referência ao tema em memórias de outros familiares que, de acordo com genealogia elaborada por Montezuma de Carvalho, eram em maioria marceneiros, lavradores e comerciantes³²⁹. Sabe-se ainda que o pai, Manuel José, integrou a Maçonaria figueirense, com especial relevância entre 1897 e 1908, constando na relação de fundadores da influente Loja n.º 212, *Manuel Fernandes Tomás* (1901)³³⁰.

Poder-se-ia levantar como hipótese a entrada na Universidade de Coimbra como um provável ponto de partida para a gênese de uma biblioteca pessoal. No entanto, o fundamental do seu acervo, nesta época, não seria essencialmente composto por livros oferecidos e por obras adquiridas por um estudante, mesmo que “de erudição rara” para a idade³³¹ e que desfrutava da rede informal de empréstimos entre colegas e da leitura dos fundos da Biblioteca da Universidade?

As leituras do universitário

Existe um depoimento de Joaquim de Carvalho em que, aos 26 anos, fala sobre o tempo de estudante universitário, inicialmente marcado pela coabitação da atividade política (de orientação republicana) com os seus estudos e leituras. Trata-se do conhecido texto *A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra*³³², de 1919, cuja argumentação fez acompanhar por uma

329 AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais*, Joaquim de Carvalho, caixa n.º 31.1. Joaquim Montezuma de Carvalho. “Ascendência de Joaquim de Carvalho”. Papéis avulsos, s/n. *Idem*, “Investigação sobre a linha paterna do Doutor Joaquim de Carvalho (1892-1958)...”. Arquivo familiar Joaquim Montezuma de Carvalho, sem catalogação.

330 HENRIQUES, Isabel. *A Loja Fernandes Tomás, n.º 212, da Figueira da Foz (1900-1935). O Arquivo e a História*. Figueira da Foz: Câmara Municipal/Divisão de Museu, Biblioteca e Arquivo da Figueira da Foz, 2001. Cf. CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão... Op.Cit.*, p.21. O autor sugere como hipótese que o venerável da Loja, Manuel Gomes Cruz, também vice-diretor do Colégio Liceu Figueirense, pode ter sido o responsável por assegurar a entrada do menino Joaquim de Carvalho naquela escola.

331 Juízo que o próprio Joaquim de Carvalho atribui ao ex-reitor da Universidade de Coimbra (1919), Joaquim Coelho de Carvalho, embora inserido em um embate entre as ações políticas republicanas do jovem assistente e suas ideias filosóficas. CARVALHO, Joaquim. *A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Tipografia França Amado, 1919, p. 1. Cf. *O.C.*, vol. VII, pp. 3-11. Será citada a versão da Obra Completa.

332 *Idem, ibidem*. Sobre as reações ao decreto de desanexação da Faculdade de Letras de Coimbra e sua transferência para o Porto ver: FAVA, Fernando Mendonça. *Leonardo Coimbra e a I República: percurso político e social de um filósofo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, pp. 83-84; TORRAL, Luís Reis.

autobiografia intelectual e onde explicita não só o processo de construção de suas escolhas acadêmicas, mas também a influência do imponderável nessas escolhas:

Formei-me em Letras, secção de Filosofia, em Outubro de 1915. Decorreu-me a escolaridade entre duas tendências: uma, impulsiva, que me arrastou ao mais ardente jacobinismo; outra, contemplativa, pela qual me isolava no meu quarto trabalhando delirantemente. Venceu, afinal, esta última, não sei se por mais forte, se pelas dolorosas desilusões da realidade, embora aquela se não apagasse ainda.

O vivíssimo desejo de consagrar a vida ao estudo e a acolhedora informação final, com que a Faculdade me honrou, animaram-me a preparar o doutoramento, — preliminar legal dum futuro concurso, ao qual aspirava.

Durante o curso, a meditação assídua de Kant, o convencimento de que a atitude criticista é a atitude verdadeiramente filosófica, sugeriram-me o anelo de haurir na Universidade de Marburg novas razões ao meu incipiente kantismo, seguindo os cursos de Cohen e Natorp e inteirando-me *sur place* do renovador movimento neo-kantiano.

A guerra impediu-me; mas com ela vibrou o meu estreito nacionalismo, *chauviniste*, cuja essência perdurará sempre, quaisquer que sejam os crimes dos homens, embora atenuada de alguns pecadilhos, como o de ter reputado “meus irmãos em Portugal” criaturas como o atual ministro da Instrução. Passemos adiante... Voltei-me para os estudos portugueses. A vivacidade dos sentimentos levou-me a considerar conceptualmente, com Hegel, a história como o desenvolvimento do Espírito, isto é, o desenvolvimento da filosofia na história como a criação da própria filosofia. É então que começam os meus estudos de filósofos portugueses. Inteirei-me do pouquíssimo que havia escrito, organizei bibliografias (um dos crimes do considerando!), fiz leituras várias, e desde logo, apesar de reconhecer a pobreza da herança filosófica, reputei prematuros os juízos de Bruno e Basílio Teles. Afigurava-se-me, e afigura-se-me, que o que se impõe são estudos sérios: a conclusão virá por si³³³.

Ressalte-se que essa é uma resposta à acusação segundo a qual a Faculdade de Letras dava preferência à “erudição livresca sobre as especulações originais do espírito moderno” bem patente “na filosofia revelada nas obras dos alunos laureados” em Coimbra. O texto integra o debate público motivado pelo decreto de desanexação daquela Faculdade e sua transferência para o Porto³³⁴. Mas, no que a Carvalho respeita (um dos indiretamente visados

“O contexto político da extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo”. In FONSECA, Fernando Taveira da [Et. al]. *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 93-124, p. 94.

333 CARVALHO, Joaquim. *O.C.*, vol. VII, pp. 3-11, p. 4.

334 “A minha resposta...” é a reação de Joaquim de Carvalho contra as justificativas do Decreto n.º 5 770, publicado no 14.º Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 98, de 10 de Maio de 1919, que desanexava a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a pretensão de a transferir para o Porto. Aos 26 anos, o ainda professor-assistente, ousou rebater as críticas do ex-reitor de Coimbra, Joaquim Coelho de Carvalho, envolvido no projeto. O texto-manifesto é também uma resposta ao “considerando” do ministro da Instrução, Leonardo Coimbra, particularmente ao passo em que este afirmou que a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra orientava, “embora notavelmente, a cultura dos alunos de modo a darem preferência à erudição livresca sobre as especulações originais do espírito moderno, manifestando-se na

por Leonardo Coimbra), ressalta a imagem de um jovem contemplativo e animado pelo “vivíssimo desejo de consagrar a vida ao estudo”. Joaquim de Carvalho recorda a sua assídua meditação de Kant, o interesse em seguir os cursos dos neo-kantianos na Universidade de Marburg (Alemanha), projeto frustrado pela Primeira Guerra que o encaminhou para os estudos portugueses. Na mencionada *Resposta*, convocou ainda as suas leituras hegelianas, tendo em vista o futuro aprofundamento dos nexos entre Filosofia e História da Filosofia. Em simultâneo, considerou apressados os juízos de valor que ditaram como sendo pobre a herança filosófica portuguesa e concluiu ser necessário renovar, de um modo sustentado e não meramente retórico e ensaístico, os estudos sobre esse legado. Ao longo da narrativa, é no quarto de estudante coimbrão onde se pode vislumbrar, mesmo que somente a contraluz, a presença do livro, se não comprado, requisitado e compartilhado com outros leitores amigos.

Na regência das cadeiras, praticava a compilação de uma bibliografia apropriada e devidamente citada em cada lição. Como um missionário, procurava ensinar seus alunos a aprender no convívio direto com os grandes autores e com os estudos de referência. Nada disso tinha de livresco ou escolástico, mas decorria da elementar honestidade intelectual, como lembrava aos seus adversários, incluindo o ex-reitor de Coimbra, Joaquim Coelho de Carvalho. Por isso, dizia-lhes:

abomino o impressionismo e o que para aí chamam petulantemente crítica subjetiva; e, na regência das cadeiras que a Faculdade me confiou, em cada lição citei sempre a respetiva bibliografia. Como professor, procurei converter os meus alunos de escolares em estudantes, sugerindo-lhes que estudar não é só aprender cousas, e frequentar uma biblioteca na época heroica, que é a vida académica, deve equivaler a dialogar com Platão, ouvir Kant ou passear com Goethe no parque de Weimar...³³⁵

Nesta réplica, Joaquim de Carvalho sublinhava, nestes termos, o lugar de onde falava e de onde queria continuar a falar: “na modéstia do meu lugar sou universitário³³⁶”. Nessa posição, fazia a apologia do convívio e do aprendizado extramuros entre professores e estudantes, atitude oposta a formalismos inibidores do diálogo: “passeio com eles e nunca

filosofia revelada nas obras dos seus principais professores e alunos laureados uma quase completa orientação tomista de forma escolástica”.

335 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. VII, pp. 3-11, p. 6. Na sequência, respondeu à crítica acerca da “quase completa orientação tomista de forma escolástica” da Faculdade, nestes termos veementes: “não sou escolástico, nem tomista. Poderia sê-lo: não é crime, nem denuncia uma inferioridade intelectual. Da vasta obra do Aquitanense guardo apenas o que nela vive de eterno – o que o Espírito Universal nela incarnou, num momento dialético da sua evolução”.

336 *Idem, ibidem*, p. 9.

lhes fechei a porta³³⁷”. Frisava que, através de palestras, almejava suscitar nos discentes o interesse por leituras (Kant, Renouvier, Lange, Natorp) e, já atentando à importância de traduções na vida universitária, iniciou o aproveitamento dos conhecimentos linguísticos dos alunos para uso coletivo da turma. Desta contribuição, destacou a saída, em 1918, da tradução de *Treatise concerning the principles of human Knowledge*, de Berkeley, e, no inverno seguinte, do livro de Arthur Buchenau, *Kants Lehre vom Kategorischen Imperativ*³³⁸.

Ao mesmo tempo, reivindicava uma outra prática didático-pedagógica que considerava de grande relevância: a atenção que o docente devia dar à aquisição da linguagem apropriada à atividade pensante, capacidade que podia ser adquirida em sala de aula desde que a exposição e o debate fugissem do uso fácil do impressionismo e da retórica e fomentassem, a partir das fontes, a reflexão e o caráter não dogmático da transmissão dos conhecimentos, em ordem a que estes pudessem ser assimilados como *saber* e não como *sabença*:

Como professor, procurei incutir aos meus alunos o amor dos estudos sérios – entristecido de ver ao que nos tem levado o psitacismo e o lugar-comum. Não declamei nunca, por princípio e ódio à retórica. As minhas lições não raro tiveram o carácter da elaboração dum estudo feito perante o curso. A apresentação dos factos, a sua conexão, o estabelecimento do princípio geral, numa palavra, todo o *processus* do meu trabalho e do meu espírito, o patentei, para que a lição não fosse dogmática. Se para alguma filosofia solicitei em particular a atenção dos meus alunos, e nunca *ex cathedra*, foi para o neo-Kantismo: comentando na aula *os Fundamentos da metafísica dos costumes*, de Kant; suscitando-lhes em palestras – passeio com eles e nunca lhes fechei a porta – o interesse pela leitura de Kant, Renouvier, Lange, Natorp, e aproveitando os seus conhecimentos linguísticos para traduções, como felizmente pude fazer este semestre de inverno, confiando a um, melhor conhecedor do alemão, a versão do belo livro de Arthur Buchenau, *Kants Lehre von kategorischen Imperativ*³³⁹.

A atitude antidogmática e a defesa da liberdade de pensamento, imperativos que o acompanharão até o fim da vida, materializaram-se também na oposição aos interditos ao livro e à fiscalização do pensar, mesmo que este viesse dos seus correligionários. Embora republicano, Joaquim de Carvalho denunciava na altura os riscos que o radicalismo “jacobino” trazia à própria República, ao converter o republicanismo num pensamento dogmático (mais a

337 *Idem, ibidem.*

338 BERKELEY, George. *A new theory of vision and other select philosophical writings*. London: J.M. Dent, (s.d.). A edição contém os textos: *An essay towards a new theory of vision*, *A treatise concerning the principles of human knowledge*, *Three dialogues between Hylas and Philonous in opposition to sceptics and atheists*. FLUC SJC, Cota 2-10-1 c.2; BUCHENEAU, Artur. *Kants Lehre vom Kategorischen Imperativ: eine Einführung in die Grundfragen der Kantischen Ethik*. Leipzig: Felix Meiner, 1913. FLUC SJC, Cota 3-2-33.

339 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. VII., p. 8. O autor inclui uma nota n.º 2 ao fim do texto em que comenta a tradução por seus alunos de *Treatise concerning the principles of human Knowledge*, de Berkeley.

mais em nome do livre pensamento) e a Universidade num corrilho político, traçando paralelos com o estabelecimento Inquisição em Portugal a pedido de D. João III, com a bula de 1536. Logo, com uma mesma estrutura mental que, para purificar o espírito, queimava corpos, impedia leituras, fiscalizava o pensamento. As consequências nefastas dessas práticas tinham sido sociais e essencialmente psicológicas³⁴⁰.

Não é que estranhar que leituras indicadas pelo jovem professor, em 1919, figurem no corpo da sua biblioteca pessoal que chegou aos dias de hoje³⁴¹. No entanto, parece-nos que o grosso das aquisições que entraram na sua ainda pequena biblioteca teve mais a ver com os seus interesses como investigador da História da Filosofia e da Cultura erudita em Portugal. De onde a presença de textos fundamentais sobre o humanismo renascentista, a Inquisição em Portugal, os pensadores judeus, a par de autores clássicos e de filósofos neo-kantianos. De qualquer modo, trata-se de uma ilação de difícil comprovação.

Tal multiplicidade nas aquisições fica clara na bibliografia indicada na sua tese de doutoramento *António de Gouveia e o Aristotelismo na Renascença*³⁴². Excluindo aqueles títulos que cita, mas que não pôde “consultar”, Joaquim de Carvalho teve em mãos obras que figuram nos catálogos da Biblioteca Joanina³⁴³, outras que não estão localizadas nesses acervos, e que podem estar em outras bibliotecas³⁴⁴, bem como aquelas outras somente encontradas na sua livraria. É o caso dos cinco volumes de Jean-Gottlieb Buhle (1763-1821), *Histoire de la philosophie moderne, depuis la renaissance des lettres jusqu'à Kant...*, edição de Paris, 1816³⁴⁵. Também chamam atenção os livros repetidos, especialmente por serem edições setecentistas, como é o caso do livro de Giovanni Battista Capasso, *Historiae philosophiae Synopsis...*, de 1728³⁴⁶, numa edição em pele com lombada a ferros dourados;

340 *Idem, ibidem*.

341 Como os já citados livros de Berkeley, Bucheneau e, o também referido neste texto, Friedrich Nietzsche em *Ainsi parlait Zarathoustra: un livre qui est pour tous et qui n'est pour personne*. Traduit par Henri Albert. Paris: Mercure de France, 1914. FLUC SJC, Cota: 3-6-40.

342 CARVALHO, Joaquim de. *António de Gouveia e o aristotelismo da Renascença*, vol. I, António de Gouveia e Pedro Ramo. Coimbra: F. Amado Editor, 1916.

343 São exemplos, as edições destes livros setecentistas: ANTONIO, Nicolás. *Bibliotheca hispana nova sive hispanorum scriptorium...* vol. 1. Matriti: Joachimum de Ibarra, Typographi Regii, 1783; MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana..* Lisboa Occidental: António Isidoro da Fonseca, 1741-1759 (vols. 1-4); *Antonii Goveani opera juridica, philologica, philosophica...* Roterodami: apud Henricum Beman, 1766; SANTA MARIA, Francisco de. *Anno historico diario portuguez noticia abreviada de pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal...* Lisboa: Na Officina e à custa de Domingos Gonsalves, 1744; CREVIER, Jean Baptiste. *Histoire de l'Université de Paris, depuis son origine jusqu'en l'année 1600*. Paris: Chez Desaint & Saillant, 1761.

344 Exemplos de CAILLEMER, Exupère. *Étude sur Antoine de Govéa: 1505-1566*. Paris: A. Durand, 1864.

345 BUHLE, Jean-Gottlieb. *Histoire de la philosophie moderne, depuis la renaissance des lettres jusqu'a Kant precede d'un abrege da la philoosphie ancienne...* Traduite de l'allemand par A. J. L. Jourdan. Paris: F. I. Fournier, 1816. FLUC SJC, Cota 28-7-14 ao 28-7-18 (vols. 1-5).

346 CAPASSO, Giovanni Battista. *Historiae philosophiae Synopsis...* Neapoli: Typis Felicis Muscae, 1728. FL UC SJC, Cota 29-1-27 c.5.

ou do livro de Frei Manuel do Cenáculo, *Cuidados litterarios do prelado de Beja em graça do seu bispado*, de 1791³⁴⁷. Carvalho podia consultá-las na Biblioteca Joanina, mas também sabemos que, posteriormente, adquiriu algumas delas para sua coleção pessoal, prática que leva a que, hoje, os fundos das bibliotecas da Universidade de Coimbra tenham exemplares repetidos de alguns desses livros.

Então, o que é preciso para se iniciar uma coleção de livros? Que gostos são cultivados para incluir no espaço privado estantes, encadernações, volumes de formatos diversos, aquilo que é necessário à conservação do livro, da revista, da brochura? Partindo dessas questões, pode-se pensar em 1921 como marco do processo de constituição da livraria pessoal de Joaquim de Carvalho. Neste ano, o professor passou a ser diretor interino da Imprensa da Universidade de Coimbra. Mesmo que já fosse o diretor da Revista da Universidade desde 1918, foi este o momento em que estabeleceu um novo tipo de relação com o livro, e passou a conviver diariamente com um bibliófilo de referência (Cândido de Nazaré) e a participar em todas as etapas de produção editorial (desde a leitura dos originais, à tipográfica e à da comercialização do impresso). Mas, como seria a biblioteca pessoal de Joaquim de Carvalho nos finais de 1920?

Um “olhar” estrangeiro sobre Joaquim de Carvalho e o seu mundo povoado de livros

Com alguma dificuldade ao passar pelos caminhos estreitos da Alta de Coimbra, a carruagem, de estilo Victoria, puxada por dois cavalos e que transportava a escritora francesa Lily Jean-Javal, chegou a casa de Joaquim de Carvalho, à Rua da Ilha, na tarde do 14 de outubro do ano de 1929. O relato consta do seu livro *Sous le charme du Portugal: visages et paysages* (1931)³⁴⁸. Para além das informações que ela buscava e das lições que recebeu, a sua narrativa constitui um raro testemunho acerca dos livros em ação na rotina do professor, à época também diretor da Biblioteca e da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mais conhecida como autora de contos infantis, a romancista já havia publicado 17 livros até aquele ano, incluindo os romances populares de temática judaica *Noémi*, na 8ª edição em 1925, e *L'Inquiète*, que tinha atingido, ainda em 1927, a sua 8ª edição. Segundo estudos de Nadia Malinovich, Lily Jean-Javal integrava o movimento de literatura judaica

347 CENÁCULO, Manuel do. *Cuidados litterarios do prelado de Beja em graça do seu bispado*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1791. FLUC SJC, Cota 29-1-1 c.7.

348 Lily Jean-Javal (1882-1958) foi escritora, poetisa e jornalista, conhecida como autora de contos infantis. Com nome de solteira de Lili Lévy, filha do industrial Léon Lévy, casou com o engenheiro e depois deputado Jean Javal (1871-1915). Em 1929, viajou por Portugal, entre 2 de outubro e 4 de novembro, na companhia de Alice Monod, amiga finlandesa, em busca de vestígios de comunidades de “marranos” no país. JEAN-JAVAL, Lily. *Sous le charme du Portugal: visages et paysages*. Paris: Librairie Plon, 1931, p.113-114.

moderna que despertou em França nos anos 1920 e está entre aqueles que tentou sensibilizar a opinião pública francesa para a diversidade e complexidade da herança judaica, mostrando uma vasta gama de personagens e de tipos judeus³⁴⁹.

A escritora chegou a Portugal ainda sob o impacto internacional, especialmente nos meios judaicos, das descobertas do polaco Samuel Schwarz. Este engenheiro de origem semita, quando trabalhava na extração de minério em Belmonte, província de Castelo Branco, identificou, em 1915, a existência, na povoação perdida na montanha, de uma comunidade de “marranos” descendentes dos judeus convertidos ao Cristianismo no final do século XV por força da Inquisição, mas que tinha conseguido manter em segredo suas práticas religiosas. Das investigações de Schwarz resultou o livro *Os Cristãos-novos em Portugal no Século XX* (Lisboa, 1925), publicação que, no dizer do próprio autor em 1929, “espalhou-se rapidamente no mundo judaico e fez avançar a causa dos marranos no seio das comunidades judaicas”³⁵⁰.

No seu relato, a escritora francesa confessa que foi o seu amigo Paul Alphandéry, professor da *L'École des Hautes Études*, quem lhe falou pela primeira vez nos “marranos” portugueses, informação que esteve na base do seu desejo de viajar até Portugal para conhecer essa realidade tão heroica³⁵¹. Na procura de mais informações sobre o tema, Lily Jean-Javal entrou em contato com o comandante Artur Barros Basto, líder da comunidade judaica do Porto, quem lhe indicou Joaquim de Carvalho era a pessoa indicada para lhe fornecer

349 Nadia Malinovich sublinha que, na década após a I Guerra Mundial, nasceram na França muitos novos locais de encontro – grupos de jovens, debates, publicações, empresas – cujo objetivo era levar aos judeus e ao público francês uma mais ampla e melhor compreensão da cultura e da história judaica. O surgimento da literatura judaica moderna, produzida por autores judeus, foi um dos principais componentes do “despertar” dos anos vinte no país, do qual Lily Jean-Javal fez parte. MALINOVICH, Nadia. “Littérature populaire et romans juifs dans la France des années 1920”. In *Revue Archives Juives*, n.º 39/1. Dossier Le “Réveil Juif” des années vingt. Paris: Les Belles Lettres, Archives Juives, 2006, pp. 46-62.

350 O engenheiro diz que, motivado pelos seus estudos, o historiador e político Lucien Wolf, apoiado pela Associação Anglo-Judaica e pela *Alliance Universelle* israelita, chegou a Portugal em 1926 e publicou suas observações em diversos relatórios. A iniciativa levou à criação do Comité Pró-marrano em Londres. Segundo Samuel Schwarz, “o renascimento dos marranos em Portugal começou sob os auspícios desta Comissão”. A cidade do Porto foi escolhida como centro de propaganda judaica para os marranos, onde o capitão Artur Barros Basto abriu um “pequeno mas oficial Centro Comunitário judaico” que contava com o apoio do Comité de Londres. SCHWARZ, Samuel. *O Renascimento dos Marranos em Portugal*. Lisboa: s/e, 1929. Traduzido do polaco para inglês em 2006 por Maria Szwarc Violetta Seeman, sobrinha do autor. Traduzido do inglês para português, em 2012, por João Schwarz. [Em rede: <http://www.aast.ipt.pt/pt/index.php?s=white&pid=267> (último acesso em 3/2/2015)]. Sobre o tema, Cf ROTH, Cecil. *L'Apôtre des Marranes*. Paris, L'Univers Israélite, 1930. Traduzido como *História dos Marranos. Os Judeus Secretos da Península Ibérica*. Porto, Livraria Civilização, 2001.

351 Para Rita Oliveira, que investiga os discursos de anti-semitismo em Portugal, o livro de Lily Jean-Javal “não é só um interessante diário de viagem. Constitui um testemunho histórico e antropológico sobre os marranos portugueses, alvo de estudo da comunidade internacional na época, sobre a vida e obra de Artur Barros Basto e de outros atores históricos da época, sendo ainda um retrato do Portugal pobre” dos inícios dos anos 1930. OLIVEIRA, Ana Rita Velede. “Under the Charm of Portugal: Faces and Landscapes”. In *Cabo dos Trabalhos do IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES*, Coimbra, 6-7 de dezembro de 2013. [Em rede: http://cabodostabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/6.1.1_Ana_Rita_Velede_Oliveira.pdf (último acesso em 23/1/2015)].

conhecimentos mais especializados sobre a história dos judeus em Portugal³⁵².

A recomendação facilmente se explica pela reconhecida sensibilidade do universitário ao tema, patente quer em muita da sua investigação³⁵³, quer no diálogo que mantinha com uma rede de estudiosos da questão judaica, a exemplo de Mendes dos Remédios, Carolina Michaëlis, João Lúcio de Azevedo, Moses Amzalak. Importa recordar que Mendes dos Remédios (1867-1932) – um dos principais especialistas no tema – esteve envolvido na entrada de Joaquim de Carvalho para assistente na Universidade de Coimbra em 1916 e que foi o orientador das suas primeiras investigações³⁵⁴.

Do Porto a Coimbra, acompanhada pela finlandesa Alice Monod, Lily chegou por volta das seis da tarde à habitação destinada ao administrador da Imprensa da Universidade, prédio que logo a impressionou, com uma abóbada, algumas escadas, uma grade, um pátio preenchido de plantas, uma casa com mais de três séculos que se estendia à sombra da Sé³⁵⁵. Na entrada, crianças receberam as duas estrangeiras e as guiaram à mãe, “uma jovem morena de olhos expressivos”, Mme. de Carvalho. Na ausência do marido, que não tardaria, e mesmo sem falar francês, a esposa do professor encorajou-as a penetrar na biblioteca da casa. Lily Jean-Javal qualificou o espaço como uma “vaste pièce dont la simplicité est celle d’un temple du travail³⁵⁶”.

Ocupado em preparar suas lições, só na manhã do dia seguinte que Joaquim de Carvalho teve disponibilidade para dialogar mais prolongadamente com as visitantes. O encontro teve lugar “no santuário dos livros” da Universidade, a “preciosa biblioteca” que ele dirigia³⁵⁷.

A maravilhosa Joanina e seu diretor-guia: uma história de livros

A respeito da Biblioteca Joanina, a narrativa da visitante ganhou tonalidades de conto maravilhoso, oferecendo detalhes de cada momento e de cada pormenor, através de informações pessoais, descrições sensoriais e estéticas, permeadas por juízos de cariz éticos.

352 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 113-114.

353 Referência aos estudos sobre Leão Hebreu, filósofo, Isaac Abravanel, Uriel da Costa, Jacob de Castro Sarmiento, João Jacinto de Magalhães, Francisco Sanches ou Baruch Espinosa. Cf. CARVALHO, Paulo Archer de. “Joaquim de Carvalho: da memória judaica ao esquecimento da Shoah”. In PEREIRA, Virgínia Soares (org.), CURADO, Manuel (org.). *Judeus portugueses no mundo*. Vila Nova de Famalicão: Húmus/ Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2014, pp. 211-234, p. 212.

354 CARVALHO, Paulo Archer de. “Joaquim de Carvalho: da memória judaica ao esquecimento da Shoah”. *Art.Cit.*, p. 211.

355 “L’entrée en est pittoresque à souhait”, define a autora, mantendo o tom detalhado e adjetivado de toda narrativa. JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 113.

356 *Idem, ibidem*, p. 114.

357 A autora caracteriza a Biblioteca Joanina como “le sanctuaire des livres, trésor dont M. de Carvalho est le gardien”. *Idem, ibidem*, p. 116.

Informa-nos que se encontrou com o “famoso cicerone” ainda na entrada no edifício, em frente a estudantes que cumprimentaram o grupo com deferência.

Na sua escrita, a romancista não escondeu o encantamento com a Biblioteca Joanina: três salas de decoração suntuosa, toda em *chinoiserie* do século XVIII, representando pássaros, pagodes feéricos. As estantes são ornadas com belas encadernações, parecidas com jóias da Renascença, sustentadas por colunas de forma piramidal, com cavaletes pintados em dourado. A apoteose da simbologia do espaço encontra-se no retrato central do rei D. João V, fundador da biblioteca no século XVIII, e que a autora definiu como uma espécie de Luis XIV de Portugal. Admirou-se com a beleza da extensa mesa de trabalho, feita em madeira do Brasil. Os gabinetes de estudo fizeram-lhe lembrar as celas monásticas, convidando ao trabalho ou à meditação. Por uma janela estreita, percebeu a presença de uma cruz destacada na montanha, o que vinha completar o ambiente místico e emotivo que as envolvia, sentimento que Joaquim de Carvalho reforçou ao recomendar às visitantes que revisitassem a biblioteca ao pôr-do-sol: “C’est particulièrement émouvant³⁵⁸”.

O relato permite ainda conhecer algumas iniciativas do professor como diretor da Biblioteca da Universidade, a exemplo da exposição de livros raros mantida em sala própria, apresentada pela visitante como um museu do livro. Após conhecer alguns dos primeiros incunábulo portugueses, a escritora deteve-se na descrição de uma Bíblia do século XII ou XIII, uma obra-prima composta por artesãos semitas que viveram no Norte da África, imaginando o amor e a arte com que “esses caracteres hebraicos foram traçados³⁵⁹”.

Para Carvalho, cada livro tinha a sua história específica, ou era pretexto para se retirar lições históricas mais gerais. Assim, informou as interlocutoras que aquela Bíblia pertencera, no século XV, a um judeu ilustre, Isaac Abravanel, exegeta bíblico, filósofo, amigo e conselheiro do rei D. Afonso V e da nobreza de Portugal. Durante a conversa, reproduzida pela escritora, o cicerone aproveitou para sintetizar as conclusões a que tinha chegado no estudo, já publicado no ano de 1927³⁶⁰, sobre Isaac, usando-as como um “estudo de caso” que ilustra bem a influência de muitos judeus na vida política, financeira e cultural da sociedade portuguesa anterior à expulsão³⁶¹. A Bíblia de Abravanel foi, deste modo, um

358 Expoente do barroco português e uma das mais ricas bibliotecas europeias, a Biblioteca Joanina é descrita em detalhes pela autora. *Idem, ibidem*, p. 116-117.

359 Trecho original: “Avec quel amour et quel art furent tracés ces caractères hébraïques”. *Idem, ibidem*, p.117.

360 Em 1927, o artigo de Joaquim de Carvalho “Uma epístola de Isaac Abarbanel” foi publicado na *Revista de Estudos Hebraicos*, I, de Lisboa. Isaac Abarbanel, ou Abravanel, é apresentado pelo autor como “o mais notável dos judeus nascidos e criados em Portugal no século XV”. Foi republicado este texto em 1947, em *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*, vol. I, Por Ordem da Universidade de Coimbra. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. III, pp.115-125.

361 A escritora relata que o judeu Abravanel, por ser partidário do duque de Bragança, D. Fernando, esteve

ponto de partida material de uma lição sobre o apogeu, em Portugal, da presença judaica. O professor dissertou acerca do contexto que desembocou na expulsão semita da Península Ibérica e na formação filosófica de alguns de origem portuguesa, como Isaac Abarbanel e seu filho Leão Hebreu³⁶², Abraham Zacuto e Baruch Espinosa, figuras igualmente estudadas por Carvalho. Por outro lado, nas entrelinhas, este não deixava de dar notícia da presença semita na produção do livro em Portugal³⁶³.

Era junto e por meio dos livros que Joaquim de Carvalho realizava a sua informal lição, projetando nos volumes que mostrava e nos comentários que fazia a sua sensibilidade aos temas que expunha e os seus interesses pessoais enquanto investigador. Daí que também tenha falado muito sobre o filho de Isaac Abravanel, o médico Leão Hebreu, filósofo, nascido em Lisboa, onde fez seus brilhantes estudos científicos e literários, acumulando “atitudes de um médico com os dons de um escritor³⁶⁴”. Ao seguir com o pai para Espanha, o médico Leão Hebreu deixou seu filho de um ano em Lisboa, pensando que estaria salvo. Mas a criança foi raptada pelo rei D. Manuel e batizada à força, ato de violência que mais tarde foi fonte de inspiração do seu poema *Elegia sobre a vicissitude dos tempos*³⁶⁵, obra “onde exprime a dor e conta as infelicidades que lhe ocorreram desde a juventude, com suas peregrinações pelo mundo”³⁶⁶. A terreno vieram ainda algumas explicações referentes aos *Dialoghi di Amore* (1535), também de Leão Hebreu, em suas diferentes edições³⁶⁷, assim como o estudo de Joaquim de Carvalho sobre seus inéditos.

envolvido em uma conspiração contra D. João II, sucessor de D. Afonso V, motivo que o leva a sair com a família e a refugiar-se em Castela, sendo depois condenado à forca em Portugal. Protegido como ministro dos reis católicos por oito anos, serviu de “escudo e muralha ao judaísmo ameaçado”, usando para isso seus favores junto da corte de Castela. A situação se altera após a total expulsão dos judeus da Península Ibérica, quando a família teve de fugir para a Itália. JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 117.

362 Um estudo sobre as investigações de Joaquim de Carvalho acerca de Leão Hebreu e do platonismo na Renascença, conferir: CARVALHO, José Maurício de. *História da filosofia e tradições culturais: um diálogo com Joaquim de Carvalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, pp. 142-144.

363 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 118. Este tema tem sido desenvolvido por bibliografia especializada de referência: ANSELMO, Artur. *Origens da Imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981; MATOS, Manuel Cadafaz de. “Três momentos para o estudo dos primórdios da imprensa bíblica (judaica e cristã) em Portugal: o período de 1487-1495”. In CAVACO, Timóteo (org.); DANIEL, Simão (org.). *A Bíblia e suas edições em língua portuguesa*. Lisboa: Edições Universidade Lusófona, 2010, pp.143-179. DIAS, João José Alves. “Incunábulo hebraico em Portugal”. In *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença, 2009, pp. 278-281.

364 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 118.

365 Em francês, *Élégie sur les Vicissitudes des Temps*. As edições dessa obra, bem como suas motivações, foram abordadas por Joaquim de Carvalho no artigo “Uma Epístola de Isaac Abarbanel”, publicada dois anos antes na *Revista de Estudos Hebraicos*, n.º I (Lisboa, 1927), como um inédito do pai de Leão Hebreu. Cf. CARVALHO, Joaquim. *O.C.*, vol. III, pp. 115-125.

366 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 118.

367 Apresentado pela escritora como trabalho filosófico de Leão Hebreu, foi publicado pela primeira vez em Roma, depois traduzido em latim, espanhol e hebraico. Lily informa ainda que o livro possui duas traduções em francês, uma feita por Ponthus de Triard, historiador do rei Henrique II, outra de autoria de Denys Sauvage e dedicada a Catherine de Médicis (Lyon, 1558). JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 118-119.

O método na conversa com as visitantes era o mesmo que o professor adotava nos seus escritos ao incorporar a leitura e o livro na história de Portugal, história das ideias e história da filosofia, onde fronteiras disciplinares, quando artifícios, são ultrapassadas. Um exemplo desta prática pode ser surpreendido na investigação de Joaquim de Carvalho sobre Leão Hebreu, quando procurou elucidar as causas que terão gerado o relativo esquecimento de seus escritos, antes tão bem acolhidos, como suas numerosas referências, traduções e edições³⁶⁸ bem comprovam. Segundo o cicerone, a inclusão da tradução espanhola dos *Dialoghi* (1590) no *Index* “e o sabor acentuado da época” terão sido as razões maiores que ditaram o olvido em que caiu, estado em que se manteve até que o livro foi encontrado no meio de volumes de astrologia, pelo poeta e historiador alemão Friedrich Schiller (1759-1805) que, em carta a Goethe, comentou assim seu achado:

Entre alguns livros cabalísticos e astrológicos que possuo na minha biblioteca achei também uns certos *Diálogos de Amor*, traduzidos em latim, que não só me deram prazer, como me fizeram avançar os conhecimentos astrológicos. A mistura de coisas alquimistas com astrológicas e astronómicas é levada a uma verdadeira significação poética. Algumas maravilhosas comparações dos planetas com membros humanos mereceriam ser transcritas³⁶⁹.

Como um livro puxa outro, o “guardião da biblioteca” mostrou às visitantes um primeiro incunábulo português e uma série de mapas ilustrados com caravelas e paisagens “que nos transportam para além dos mares³⁷⁰”. Imagens quase todas encomendadas por João de Castro, vice-rei das Índias no século XVI, como informou Carvalho. Ainda nesse “museu do Livro”, Lily Jean-Javal encantou-se com os missais principescos e com a famosa Bíblia de 48 linhas, “*le Livre du Monde*”, publicada em 1462 na cidade de Mainz, na Alemanha, “decorada com virgens que parecem esculpidas em relevo”³⁷¹.

368 O autor publicou uma lista das edições, em diversas línguas e seguindo ordem cronológica, dos escritos de Leão Hebreu. Começou pelos *Versos Hebraicos* (1505), seguindo-se os *Dialoghi d'Amore* (1535) e as suas traduções espanholas, latinas e alemãs. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. I, pp. 149-297, p. 179-185.

369 Trecho de carta de Schiller a Goethe reproduzida em SOLMI, E. *Benedetto Spinoza e Leone Ebreo* (Modena: 1903, p.96) apud CARVALHO, Joaquim de. *Leão Hebreu, Filósofo. (Para a História do Platonismo no renascimento)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918. Cf. *O.C.*, vol. I, p. 185. O professor de Coimbra cita ainda os autores que, depois, em França, Espanha, Áustria, Alemanha, Itália, ressuscitaram e integraram “definitivamente Leão Hebreu na História da Filosofia”. *Idem, ibidem*, vol. I, p. 185.

370 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 120.

371 De acordo com a descrição da autora, trata-se da Bíblia latina de 48 linhas produzida pelos sócios de Gutenberg, Johannes Fust e Petrus Schoeffer, no exemplar que pertence à Biblioteca Joanina. Os dois volumes, encadernados em marroquim vermelho, com o *super libris* (marca de propriedade inscrita na encadernação) da Livraria da Universidade gravado a ferros dourados na pasta superior, foram adquiridos por aquela instituição em 25 de maio de 1796. De acordo com descrição da Universidade, foi a primeira Bíblia impressa a conter a data, o local e o nome dos impressores, assim como o primeiro livro na história da imprensa ocidental a conter uma marca de impressor (logo abaixo do colofão, Fust e Schoeffer

Profundo conhecedor dos tesouros bibliográficos da Universidade, o professor da FLUC chegou, finalmente, ao tema mais concreto da investigação da jornalista – os “marranos” em Portugal. Nesse percurso, seguindo o método histórico-genético, situou a questão nas suas temporalidades e contextualidades. De modo que, já fora da biblioteca, as visitantes, sentadas em um banco ao lado de Joaquim de Carvalho, pararam “para respirar ouvindo-o falar da arte religiosa e da predileção dele por Igrejas austeras da Idade Média. Igrejas escuras onde o pensamento se recolhe e triunfa sobre a matéria”. Mas também chegaram aos séculos XVI e XVII, quando começou a chamada “contra-reforma”, a “dilação da fé”, a época da Inquisição e o Concílio de Trento. Foi a conjuntura em que a “concepção de Deus exterioriza-se, torna-se a apoteose do divino sob uma aparência beligerante, quase agressiva, feita para marcar fortemente a imaginação popular³⁷²”, disse-lhes Joaquim de Carvalho. Esse período foi o momento forte da religião de Estado e da aliança do poder espiritual com o temporal. Depois, falou-lhes sobre a emergência do misticismo erótico do século XVIII, dos conventos femininos onde o menino Jesus é um pequeno cupido “lançando flechas aos corações flamejantes³⁷³”. Na sequência da conversa, Lily Jean-Javal se interessou pelas origens do próprio professor. Segundo o relato da ouvinte, apresentou-se como descendente de uma “velha e piedosa família de boticários de Tomar”, meio “católico-liberal” e apaixonada “pelas questões religiosas³⁷⁴”.

Sobre o marranismo, a autora diz que as ideias de ambos coincidiam: ele não via nesse fenômeno, “como muitos outros, uma manifestação "da covardia e da falta de coragem dos judeus" – reduzidos pelos mais iníquos meios ao batismo forçado, – mas o princípio de um elemento racial, não-assimilável, e a vingança da consciência violada. E ele insistia sobre a necessidade das minorias para que se salvasse a liberdade de pensamento em Portugal”, defendendo que os cripto-judeus deveriam regressar abertamente à fé dos antepassados. O “marranismo, diz Senhor de Carvalho, põe um dos mais apaixonantes problemas que existem na história da consciência humana: o da conversão³⁷⁵”. Após anotar com atenção os juízos de

acrescentaram uma imagem – xilogravura – com os seus escudos de armas). “Impressa em caracteres góticos, pequenos, mas muito legíveis, com iniciais manuscritas a vermelho e a azul (o que era corrente nestes primeiros tempos da imprensa de tipos móveis), é considerada a mais bela das primeiras quatro bíblias impressas. Embora mais recentes, os exemplares completos desta bíblia são mais raros do que os da Bíblia de 42 linhas, de Gutemberg”. Biblioteca Joanina. *Obras Raras, Bíblia S. Latina*. [Em rede: http://bibliotecajoanina.uc.pt/obras_raras/biblia_s_latina (último acesso em 25/1/2015)].

372 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.* p. 121.

373 Nesse momento, a escritora confessa ter pensado nas cartas ardentes da freira Mariana Alcoforado, “dedicando sua alma a queimar de amor profano ao falso apóstolo que a traiu: M. Chamilly, oficial francês”.

Idem, ibidem.

374 *Idem, ibidem.*

375 *Idem, ibidem*, p. 122.

Joaquim de Carvalho, e antes de fazer um *tour* por Coimbra³⁷⁶, Lily Jean-Javal tomou boa nota do conselho bibliográfico que o historiador lhe deu, ao recomendar-lhe a leitura da *História dos Cristãos Novos Portugueses* (1922)³⁷⁷, obra de João Lúcio de Azevedo (1855-1933).

Um chá entre livros

Somente dois dias depois, a escritora e a amiga voltaram a encontrar Joaquim de Carvalho. Nesse dia, após terem visitado a baixa de Coimbra e o Museu Machado de Castro, chegaram à hora para tomar chá “na sua simpática biblioteca” pessoal³⁷⁸. No caminho, logo antes, Lily Jean-Javal havia reparado em um grupo de estudantes na alta de Coimbra, que incluía hindus, mestiços e pretos. Comentando o assunto com o seu anfitrião, o tema logo se transformou num pretexto para este dar informações sobre literatura colonial, mormente quando recomendou às interlocutoras que lessem os escritos do capitão Sousa Dias (1887-1955), que qualificou como “un peu Kipling du Portugal”, um Kipling conhecedor da saudade³⁷⁹. Especificamente, citou-lhes o livro *África Portentosa* (Lisboa: Seara Nova, 1926, com segunda edição em 1928). A comparação com o popular escritor inglês, que escreveu sobre a Índia, pode ser compreendida à luz da difusão que os escritos de Sousa Dias alcançaram. Três anos antes, *África Portentosa* ganhou publicidade e distribuição tendo chegado mesmo às escolas portuguesas, após ter vencido o 1º Concurso de Literatura Colonial, organizado pela Agência Geral das Colónias, então dirigida pelo historiador e professor da

376 Após visitar a Biblioteca, a autora seguiu com Joaquim de Carvalho e a amiga para o alto da torre da Universidade, onde avistam as Igrejas da Sé Nova e Sé Velha, de Coimbra, o palácio episcopal, a Imprensa da Universidade, a própria casa de Joaquim de Carvalho, contígua ao claustro da Sé Velha, descrita como “construída em coroa ao redor do pequeno paço parecido de longe a um poço de natureza”. As visitantes e o professor percorreram ainda a Faculdade de Direito e a Sala dos Actos da Universidade. Na sequência, as duas estrangeiras já sem a companhia do anfitrião, visitaram a Quinta das Lágrimas e o Convento das Clarissas no mesmo dia. *Idem, ibidem*, p. 123.

377 AZEVEDO, J. Lúcio. *História dos cristãos novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921.

378 No 16 de outubro, as visitantes passam o dia na serra do Buçaco, visitando monumentos e a residência real. No dia 17, voltaram a encontrar-se com o professor Joaquim de Carvalho após o almoço, quando visitam a “baixa” de Coimbra, parando na Igreja de São Tiago, seguindo para o pátio da Inquisição e chegando ao Museu Machado de Castro. O professor recomendou as visitantes que tentassem encontrar o poeta Afonso Lopes Vieira, em São Pedro da Moela, no distrito da cidade de Leiria. JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, pp. 134-137.

379 Trata-se do capitão Gastão de Sousa Dias (1887-1955), que não deve ser confundido com o homônimo General Sousa Dias (1865-1934), participante das revoltas contra a ditadura (1926-1931). O capitão Sousa Dias possui uma vasta obra com temática africana, especialmente sobre a administração, a história e a política ultramarina, pelo que Joaquim de Carvalho o compara com o escritor britânico Rudyard Kipling (1865-1936), que abordou temáticas ligadas a vida colonial inglesa, centrado na Índia britânica. O autor chegou a ser editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1934, com o livro *Relações de Angola: primórdios da ocupação portuguesa*.

Universidade de Coimbra, Armando Cortesão³⁸⁰.

Foi no meio da biblioteca da casa que a visita teve lugar, aqui e ali alargada à presença das “graciosas crianças” Dulce, Maria Elisa, Rosa Maria e o Manuel (de 12 anos), filhos do anfitrião. Aos olhos da francesa, que também escrevia livros para o público infantil, os filhos de Joaquim de Carvalho estavam a receber uma educação pouco rigorosa, de um catolicismo não estreito³⁸¹. Na descrição da cena, a esposa, “cujos belos olhos são plenos de ternura”, ofereceu, na hora do chá, um cardápio bem português: geleia de marmelo, vinho do porto, chá, bolos de creme, frutos cristalizados.

Juntou-se ao grupo, uma jovem aluna de Joaquim de Carvalho, apresentada como promessa de futura associada de filosofia, “Mlle. Maria Magdalena Rodriguez M. Prieto”, que acompanhou a conversa e que depois foi a guia das viajantes nas visitas que fizeram as “repúblicas” de Coimbra e ao Convento do Lorvão (não imaginava que, anos mais tarde emigraria para o Brasil e seguiria sua carreira de tradutora no serviço público do país, reencontrando seu professor em 1953 no Rio de Janeiro³⁸²).

“Tudo que no mundo existe acaba em livro”

Ainda durante o chá com Lily Jean-Javal, a escritora relata: “Nosso anfitrião fala dos cripto-judeus, da solução de continuidade entre a consciência e as manifestações exteriores da fé destinadas a salvar as aparências. Aconteceu, segundo ele, através dos séculos, um trabalho subconsciente das almas e é assim que a religião sem as formas espiritualizadas sobrevive na sua própria essência. Esse sentimento nascido no segredo, na sombra subterrânea, manifestase de repente, sai em plena claridade³⁸³”.

O professor citou o exemplo de um certo dominicano de origem judaica, mas de

380 De 1926 a 1932, Armando Cortesão esteve à frente deste concurso como responsável pela Agência Geral das Colónias. Concorrendo com outras quatro obras, Gastão de Sousa Dias recebeu o primeiro prêmio no valor de 5.000\$00. Cf. *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Ano 2º, n.º 14, agosto de 1926, pp. 152-181 [em rede: <http://memoria-africa.ua.pt/Library/BGC.aspx> (último acesso em 4/2/2015)]. Sobre a realização desses concursos, leia-se GARCIA, José Luís Lima. “Propaganda no Estado Novo e os concursos de literatura colonial. O concurso da Agência Geral das Colónias / Ultramar (1926-1974)”. In TORGAL, Luís Reis (coord.); PAULO, Heloísa (coord.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, pp. 131-143.

381 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, pp. 138-139.

382 Nos inícios dos anos de 1940, sabe-se que, por meio de uma participação em concurso público, Magdalena Prieto já vivia no Brasil, conforme aparece no *Diário Oficial da União* (D.O.U), secção I (abril de 1943, p. 5079). No ano de 1953, a ex-estudante escreveu testemunho sobre o reencontro com Joaquim de Carvalho na Universidade do Brasil e identificava-se como funcionária do Museu Histórico do Rio de Janeiro. (CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Joaquim de Carvalho no Brasil, juízos e depoimentos*. Coimbra: Atlantida, 1958, pp.81-85 e p.183). Em 1966, é tradutora lotada no Instituto Oswaldo Cruz, do Ministério da Saúde, e ficou à disposição do Conselho Nacional de Proteção aos Índios para exercer a função de Chefe de Estudos e Planejamento (*D.O.U*, 3/5/1966, Seção I, Parte I, p. 4814).

383 JEAN-JAVAL, Lily. *Op.Cit.*, p. 139-140.

família há muito convertida ao catolicismo e que, sob influência de uma leitura da bíblia, assumiu seu judaísmo recalcado numa confissão “tão repentina, quanto brilhante”. “Os processos da inquisição revelam testemunhos parecidos”, reproduz Lily Jean-Javal, acrescentando este dado que muito a impressionou: mais de 40 mil processos do Santo Ofício esperavam pelo seu historiador³⁸⁴.

A visita da escritora chegou ao fim, numa despedida talvez já marcada pela saudade: “vamos com pena dessa casa favorável à troca de ideias e onde atingimos uma espécie de embriaguez intelectual”, diz Lily. Como tudo que no mundo existe, a experiência da escritora francesa em Coimbra também acabou em livro, seguindo ensinamento de Mallarmé³⁸⁵. A narrativa da viagem deu origem à obra *Sous le Charme du Portugal: visages et paysages*, texto que a autora ofereceu com essa dedicatória: “Ao senhor professor Joaquim de Carvalho, em memória da minha gratidão, simpatia e admiração³⁸⁶”.

A “fome de livros” e a bibliofilia do investigador

O amor pelos livros só deve ser apreciado em dois casos: 1º – quando sabemos estimar os livros pelo que eles valem, quando lemos em filosofia, para aproveitar do que neles pode haver de valor e rir do que eles contêm de ruim; 2º – quando possuímos os livros tanto para nós quanto para os outros e quando os compartilhamos com prazer e sem reservas.
D’Alembert, *Bibliomania*, 1752³⁸⁷.

Joaquim de Carvalho reconhecia que a sua “fome de livros” era “insaciável”, confissão que ele mesmo fez em carta de 1950 enviada ao brasileiro João Cruz Costa nos primórdios de um profícuo intercâmbio bibliográfico³⁸⁸. Anos mais tarde, em 1959, o consagrado historiador e opositor salazarista, Jaime Cortesão, ao retornar do exílio no Brasil, sentiu a necessidade de precisar melhor a para muitos obcecante relação de Joaquim de

384 Para o caso do dominicano de origem judaica, a autora indica que o “erudito acadêmico de Lisboa”, M. Mosés Amzalak, “deve fazer disso uma próxima publicação”. *Idem, ibidem*.

385 A frase original do poeta e crítico Stéphane Mallarmé é esta: “Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre”. MALLARMÉ, Stéphane. *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimarg, 1945, p. 378-382.

386 Dedicatória escrita no exemplar de *Sous le charme du Portugal: visages et paysages*, com a assinatura da autora Lily Jean-Javal para Joaquim de Carvalho, hoje na Sala Joaquim de Carvalho da FLUC. Cota: 28-1-16. Esse é o único exemplar do livro existente na Universidade de Coimbra. Atualmente, a Sala Joaquim de Carvalho possui cinco livros de Lily-Jean-Javal, todos com dedicatória autografada ao professor: *Noémi* (8ª edição, Paris: Librairie Plon, 1925); *L’Inquiète* (8ª edição, Paris: Librairie Plon, 1927); *Bergerette Filles des Eaux: Roman* (Paris: Librairie Gedalge, 1930); *Sous le Charme du Portugal: visages et paysages* (Paris: Librairie Plon, 1931), *Nuages: Poèmes* (Paris: Lucien Borbon, 1933).

387 Verbetes redigido para a primeira edição da *Encyclopédia*, em 1752. Cf. D’Alembert. “Bibliomania”. In SILVEIRA, Julio; RIBAS, Martha (orgs.). *A paixão pelos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, pp. 21-23, p. 22.

388 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 16/12/1950, fl.1, verso, e fl.2.

Carvalho com os livros, defendendo que a sua “avidez” bibliófila era movida por uma permanente necessidade de conhecimento e de atualização bibliográfica, requisitos sem os quais não haveria suporte erudito adequado a reflexões que queriam fugir do ensaísmo e da retórica. E foi este imperativo que também fez dele, na caracterização do velho amigo, “uma espécie de frade da Ordem do espírito, que tinha por cela o Universo. Mas um frade, na aceção recolhida, pura e ascética da palavra. Possuía-o a fome ugolina dos livros, não por bibliomania, mas por insaciável necessidade de conhecimento³⁸⁹”. Porém, se Joaquim de Carvalho conhecia bem a *Divina Comédia*, ao invés do conde Ugolino – personagem de Dante Alighieri (1265-1321)³⁹⁰ – o mestre de Coimbra não estava trancado numa “torre da fome”.

A rotina dos livros e da leitura

A imagem de um frade de uma “Ordem do Espírito” a que Cortesão se referiu também aparece na maneira como amigos e familiares traçaram o perfil de Carvalho enquanto professor, investigador e gestor. Na evocação de Barahona Fernandes, “o seu austero e modesto viver tornou-se proverbial³⁹¹”. A escrita vinha de manhã, seguida ao acordar cedo, “desde a alva”. O almoço era em família, na mesa extensa de dez filhos e algum outro que se juntasse no dia. Após a sesta, dava aulas na Universidade, ou seguia para o trabalho na Biblioteca Geral, onde possuía gabinete privado. “Na Biblioteca da Universidade só trabalhava de tarde, ou por exceção da parte da manhã quando precisava consultar bibliografia que não possuía na sua biblioteca”, lembrou Cruz Malpique, acrescentando: “Nunca soube escrever à máquina³⁹²”.

Ao entardecer, era frequentemente visto a passear pelas ruas íngremes da Alta coimbrã, percorrendo os lugares de sua sociabilidade. Barahona reconstituiu a sua peripatética volta pelas farmácias Paiva e Donato, pela Livraria Atlântida, onde “gostava de encontrar pessoas e conversar”, voltando a casa a subir a custosa calçada conhecida por “Quebra-

389 CORTESÃO, Jaime. “Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 2. Figueira da Foz, 1959, pp. 198-199, p. 199.

390 Joaquim de Carvalho possuía pelo menos duas edições em francês e duas em português da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Além dos exemplares não datados *La divine comédie: L'Enfer, Le Purgatoire, Le Paradis* (Paris: Ernest Flammarion) e *La divine comédie: L'enfer* (Paris: Éditions Nilsson, s/d), há na sua Biblioteca uma tradução portuguesa “commentada e anotada por Joaquim Pinto de Campos” (Lisboa: Imprensa Nacional, 1886) e a obra publicada pela Livraria Sá da Costa nos anos de 1950, dividida em três volumes (inferno, purgatório e paraíso), traduzida do italiano, com prefácio e anotações de Marques Braga (Lisboa: Sá da Costa, 1955-1958).

391 FERNANDES, Barahona. *Joaquim de Carvalho – Pessoa e atitude espiritual*. Separata da *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 9. Figueira da Foz: s/e, 1963, p. 11.

392 MALPIQUE, Cruz. “Perfil intelectual e moral do Prof. Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 2. Figueira da Foz: s/e, 1959, p. 113.

Costas”. Neste périplo, “tanto palavra com gente simples de sua terra, como dialogava nos seus temas favoritos com os amigos e colegas da Universidade e das lides intelectuais³⁹³”. Descrito como “um homem cordial”, para Orlando Ribeiro, “deixava transparecer muito menos as suas ideias do que se informava, às vezes com directa insistência, das ideias dos interlocutores”³⁹⁴. Cruz Malpique comentou: “Nunca se perdeu em cafés³⁹⁵”. Retornado a casa, era o tempo da leitura, quer dos jornais, das provas tipográficas, do “monte de livros para ler pela noite adentro³⁹⁶”.

Nos depoimentos dos contemporâneos, a sua biblioteca é definida como uma livraria-suporte para investigação e docência, mas também como um espaço generosamente aberto ao convívio dos visitantes, incluindo estudantes. Não raro, o Mestre agia como um animador dos jovens espíritos à cata das leituras decisivas. A biblioteca tinha continuidades no gabinete de estudos e era a parte da casa onde se recebia quem chegasse: “Ele estava sempre nesse escritório. Entravam, subiam, os alunos, os colegas, os estudantes, e iam ter com ele no escritório. Tudo lá”, lembrou a filha Dulce, aos 85 anos³⁹⁷. Os livros vinham amiúde parar à mão dos convivas em função da conversa, ou podiam mesmo viajar em empréstimo para o domicílio de alguns dos interlocutores³⁹⁸. Barahona Fernandes, ao consultar antigos alunos, confirmou essa prática: Joaquim de Carvalho “recebia de bom grado em casa os estudantes, discutia com eles, aconselhava-os e emprestava-lhes livros generosamente³⁹⁹”. E um cronista no jornal *República*, em 1956, tornou pública essas liberalidades: “A sua casa esteve sempre aberta para os que procuram esclarecer dúvidas ou adquirir novos conhecimentos, e os seus numerosos livros, e dos mais variados assuntos, foram sempre emprestados sem reboço de qualquer espécie⁴⁰⁰”. E já Flausino Torres⁴⁰¹, ex-revisor da

393 FERNANDES, Barahona. *Art.cit.*, p. 11.

394 No mesmo artigo, o geógrafo relembrou o contato com Carvalho (“primeiro e insuperado historiador da Cultura), quando lecionou na Universidade de Coimbra durante os anos de 1941-1942. RIBEIRO, Orlando. “Joaquim de Carvalho: Personalidade e pensamento”. In *Biblos*, vol. 56. Homenagem a Joaquim de Carvalho. Coimbra: Faculdade de Letras, 1980, pp. 1-6, p. 1.

395 MALPIQUE, Cruz. *Art.cit.*, p. 114.

396 *Idem, ibidem*.

397 Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012 na cidade da Figueira da Foz.

398 O que é também confirmado pelo próprio Carvalho em carta a Victor de Sá, de Braga, que havia retomado os seus planos de estudo na Universidade: “Quando voltar a Coimbra passe por esta sua casa, donde saio raramente; além do desejo de o ver, gostaria de lhe proporcionar livros q possam servir ao seu estudo. Seria bom indicar-me os q precisa por poder dar-se o caso de os ter na Figueira”. Cf. BPB. Fundo Victor de Sá. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 18/12/1952, fl.1.

399 FERNANDES, Barahona. *Art.cit.*, p. 11.

400 *República*, 18/5/1956, 2ª série, ano 45º, n.º 9127.

401 Historiador, professor, jornalista e sociólogo, Flausino Esteves Correia Torres (1906-1974) se licenciou em Ciências Histórico-Filosóficas pela Universidade de Coimbra (1932). Durante seus anos na cidade, foi ainda diretor-bibliotecário da Associação Académica de Coimbra, secretário da loja maçónica *A Revolta* e revisor da Imprensa da Universidade (1932-1934), até ao seu encerramento compulsivo por ordem de Salazar. Em

Imprensa da Universidade e licenciado em Histórico-Filosóficas, em 1935 louvava esse comportamento, lembrando aos adversários do seu professor que “a sua livraria está sempre ao alcance de todos, os seus esclarecimentos não faltam acerca dos mais variados assuntos e os trabalhos pessoais do estudante têm nele um animador⁴⁰²”. Daí que valorizasse este tipo de magistério por ultrapassar a sala de aula, por em ação uma pedagogia moderna e de conteúdos atualizados, condições necessárias para se “chamar a atenção para novos pontos de vista, relacionar o que se vai descobrindo com o já conhecido, despertar a ânsia de conhecer mais e conhecer por si; fazer desaparecer a tendência para as certezas inabaláveis, criando em sua substituição a insatisfação com os conhecimentos adquiridos⁴⁰³”.

Para além do comum ao ofício de professor, Joaquim de Carvalho cedo também se afirmou como um especialista em livros e bibliografias. No seu trânsito entre bibliotecas, incluindo a sua própria em permanente formação, cimentou a imagem de um sábio portador de uma grande erudição. Prova-o este testemunho, datado de 1949, e narrado por Pina Martins: estava então em Roma para estudos quando encontrou o professor de Direito da Universidade de Coimbra, Cabral de Moncada. Pina solicitou-lhe a indicação de uma obra-síntese sobre o pensamento religioso, filosófico e jurídico do século XVIII. Na resposta, o jurista disse-lhe não conhecer nenhuma síntese que preenchesse essa temática. Porém, aconselhou-o a ouvir Joaquim de Carvalho: “Verá que ele vai resolver seu problema. Carvalho sabe tudo⁴⁰⁴”.

Uma biblioteca em trânsito

Depois de ter sido operado a um descolamento de retina, em 1952, e após quatro meses de convalescença, Joaquim de Carvalho sentiu-se intelectual e afetivamente renascido:

Se os bens somente se dão a conhecer plenamente quando os perdemos, bendigo a longa e indecisa noite de setecentas horas, em cuja escuridão o meu espírito se preparou para ver com fervor e luz mais quente os que amo e estimo e para reconhecer com mais profundidade, coerência e doçura o

1937, fixou-se em Lisboa e comprometeu-se num ativismo político mais intenso ligado ao Partido Comunista (PCP), ao Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (Munaf) e ao Movimento de Unidade Democrática (MUD). Mudou-se para Tondela (1947), partindo para o exílio em 1965, passando por França, Argélia, Roménia e Checoslováquia, até 1968. Cf. BENTO, Paulo Torres. *Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual antifascista*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

402 TORRES, Flausino. “Joaquim de Carvalho”. In *Homenagem aos professores Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho*. Lisboa: edição dos alunos da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia, 1935, pp. 81-93, p. 89.

403 TORRES, Flausino. “Joaquim de Carvalho”, *Op.Cit.*, p. 88-89.

404 MARTINS, Pina. “Joaquim de Carvalho (1892-1958). O homem e a obra”. In CARVALHO, Joaquim. *O.C.*, vol. I, pp. VII-XXIV, p. XI.

poder libertador da reflexão⁴⁰⁵.

No entanto, Cruz Malpique lembra que, depois do episódio, o amigo “deixou de ler à noite e à tarde a luz elétrica foi proibida”⁴⁰⁶. Talvez por isso, o período em que também mais intensamente se aproximou da cultura brasileira tenha sido aquele em que mais cultivou uma outra sensibilidade – a musical. E, quando ouvia música brasileira pela rádio – “Ah, música do meu Brasil!⁴⁰⁷” –, sentia extraordinário prazer.

Da casa de Coimbra, a biblioteca foi sendo transferida, aos poucos, para a sua casa da Figueira, situada na rua do Pinhal, onde passou a trabalhar com mais assiduidade nos anos de 1950, aos fins-de-semana e nas pausas letivas. No início da correspondência com o brasileiro Cruz Costa, explicava que a Figueira “é minha terra natal e onde tenho a minha casa, q é a casa da família e arquivo da minha livraria e papéis. A minha vida corre entre Coimbra, onde passo durante o tempo de aulas, e a Figueira, onde passo as férias e vou por vezes em fins-de-semana; pode, pois, escrever-me indiferentemente para as duas cidades ⁴⁰⁸”. Movimento de livros entre as duas moradas que Cruz Malpique amiúde testemunhou: “Na sua casa da Figueira, ia concentrando a pouco a pouco a sua vastíssima biblioteca. Era o seu sonho – que infelizmente não chegou a realizar – passar aí uma velhice tranquila a ler, a meditar, a escrever suas memórias⁴⁰⁹”.

Pina Martins lembrou de ter conhecido o acervo figueirense no verão de 1954, no decurso de uma visita que fez a Joaquim de Carvalho. Este recebeu-o “do alto da escada, de braços abertos, com umas botas atamancadas e calças de cotim, desculpando-se, pois estivera havia pouco no quintal. Mostrou-me a sua biblioteca⁴¹⁰”. Conhecedor dos interesses do visitante, exibiu-lhe o livro *Erasmus et l’Espagne*, de Marcel Bataillon, com dedicatória autógrafa, e, percorrendo com o olhar as estantes, retirava alguns exemplares para tecer considerações sobre eles, enquanto, em cima da mesa de trabalho, se viam outros com tiras de papel a assinalar as páginas a visitar para citações futuras. Como leitor, o velho Mestre queixava-se das publicações com letras reduzidas, pelo que aconselhava o jovem estudioso a “nunca publicar trabalhos compostos em caracteres de corpo 10 e muito menos de corpo 8.

405 A nota pessoal é publicada na introdução da obra até então desconhecida e inédita de Pedro Nunes, organizada e editada por Joaquim de Carvalho. O professor pretendia, assim, justificar a pausa nos trabalhos para a edição, bem como agradecer a equipe médica formada por professores da Universidade de Coimbra responsáveis pelo seu restabelecimento. CARVALHO, Joaquim de. “Introdução”. In NUNES, Pedro. *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a Arte de Navegar*. Coleção *Inédita ac Rediviva*, vol. IV. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952, pp. III-XXXII, p. IV.

406 MALPIQUE, Cruz. *Art. Cit.*, p. 114.

407 *Idem, ibidem*.

408 BFF. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 16/12/1950, sem cota, fl.1, verso.

409 MALPIQUE, Cruz. *Art. Cit.*, p. 114.

410 MARTINS, Pina. “Joaquim de Carvalho (1892-1958). O homem e a obra”, *Op. Cit.*, p. XII.

Disse-me que começava a ter problemas de saúde com os olhos, tão essenciais, tão importantes para um investigador”⁴¹¹.

Victor de Sá (1921- 2003) confirmou estas descrições e, aquando da morte de Carvalho, imediatamente manifestou as suas preocupações sobre o destino da famosa biblioteca do seu professor, que ele considerava “um gigante da cultura portuguesa”. Em sua opinião, tão importante como a divulgação dos escritos de Carvalho e a reedição dos seus livros esgotados, seria perceber a sua biblioteca como uma obra outra “que levou uma vida inteira a constituir, onde ficaram coleccionadas, como em nenhuma parte, as obras fundamentais e subsidiárias da nossa cultura”⁴¹².

O livreiro-historiador explicou a dinâmica dos livros de Joaquim de Carvalho entre as duas cidades, com uma biblioteca compartilhada entre a casa da Figueira e as “várias salas” na casa da Rua de São Cristóvão, sua última residência coimbrã, e confirma a função pedagógica que ela desempenhou, ao mesmo tempo que também enfatizava a necessidade de se não confundir o amor de Carvalho ao livro com as atitudes típicas da bibliomania.

Bibliófilo como poucos – não bibliómano apreciador de livros pelas suas encadernações e gravuras ou pelo brilho que dão às estantes – mas colecionador como poucos de todos os livros necessários à nossa cultura, a sua biblioteca, que andava dispersa entre a sua casa da Figueira e várias salas da sua casa na Rua de S. Cristóvão, em Coimbra, estava sempre franqueada aos alunos, aos amigos e aos estudiosos que lá encontravam com facilidade aquele livro raro ou esgotado que não havia na Biblioteca Geral ou na Municipal, que as livrarias não tinham à venda e que também não aparecem nos balcões dos antiquários⁴¹³.

Os prazeres do bibliófilo-investigador

Do exposto anteriormente, compreende-se melhor que a biblioteca de Joaquim de Carvalho é uma outra face essencial da sua vida e obra, elaborada a partir de um conjunto de referências que o investigador-bibliófilo foi apurando ao longo dos anos. E, se as motivações cognitivas condicionaram fortemente a formação da sua biblioteca, o apreço às edições antigas ou originais, o valor à artesanaria dos volumes, a possibilidade de tecer suas notas

411 *Idem, ibidem.*

412 SÁ, Victor de. “Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional”. In “*Diário de Lisboa*, 17/11/1958, p. 7.

413 *Idem, ibidem.* Essa dimensão era conhecida pelo amigo livreiro, tanto que, em 1956, Joaquim de Carvalho escreve para lhe agradecer a oferta da edição comemorativa de *A Selva*, enviada por ele de Braga. “Pelo autor, pelo assunto e pela perfeição da edição, muito estimo possuir este exemplar, que se me torna afectivamente mais valioso por me recordar a sua pessoa, que prezo cordialmente. (...) Hoje já deve ser livro raro, nesta edição que os desenhos do Portinari p^a sempre tornarão singular”. Cf. BPB. Fundo Victor de Sá. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 4/9/1956, fl.1.

manuscritas no canto das páginas, o diálogo com as gentes e agentes do impresso, a atenção dada aos carimbos de livreiros e encadernadores, a marca de posse, com o ex-libris colado aos exemplares, a deferência de afetos intelectuais (vistas nas dedicatórias) também foram fortes na tessitura desse projeto. É que eles são expressões sensoriais que vão além da visão, sinais que podem revelar mais sobre a posse do que sobre as leituras, mais sobre o colecionador do que sobre o leitor⁴¹⁴.

Como bem percebeu Walter Benjamin, “possuir e ter estão relacionados ao caráter tátil e se opõem em certa medida à percepção visual. Colecionadores são pessoas com instinto tátil⁴¹⁵”. No caso dos bibliófilos, Holbrook Jackson assinalou que o tato é uma das cinco portas do amor ao livro: ajuda esse amante na percepção de várias qualidades de seus adoráveis tesouros, as quais “sem isso não seriam apreendidas⁴¹⁶”. Citando o poeta inglês Gordon Bottomley, Jackson reforça a sua ideia com esta síntese: “*O tato é percebido pela correlação / O toque é afinidade e portanto criação*⁴¹⁷”.

O tato também foi sublinhado por Joaquim de Carvalho, em particular, quando descreveu o que sentiu ao folhear páginas de livros pertencentes à biblioteca do último rei português. O contato com o papel trouxe-lhe a memória de outros leitores que tiveram em mãos aquele mesmo exemplar. Materialidade que cresce em valor quando são conhecidos alguns desses nomes e os caminhos percorridos pelo livro até o momento: “Oh! A deliciosa responsabilidade de afagar livros raros oferecidos por grandes nomes, com o encargo moral de os transmitir por morte a quem seja digno de os apreciar e conservar!⁴¹⁸”, diz a frase que é quase um suspiro. Naquele instante, estava ele afagando os livros-herança de diferentes bibliotecas reais ou, que tendo outras origens, chegavam às suas mãos guardando uma história própria, prazer que, no caso concreto, Carvalho associou à bibliofilia do *Venturoso*: “conheci

414 Peter Burke chamou a atenção para a importância de certas fontes na história da leitura – como os inventários de biblioteca, por exemplo – que podem dizer muito mais sobre os proprietários do que acerca dos leitores. BURKE, Peter. *As fortunas d’O cortesão. A recepção européia a O cortesão de Castiglione*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 17.

415 Em fragmentos publicados no livro *Passagens*, Walter Benjamin considera que “é decisivo na arte de colecionar que o objeto seja desligado de todas as suas funções primitivas, a fim de travar a relação mais íntima que se pode imaginar com aquilo que lhe é semelhante”. Essa relação é diametralmente oposta à utilidade e situa-se sob a categoria singular da completude. No que o autor, entre parêntesis, pondera em nota: “Seria interessante estudar o colecionador de livros como o único que não necessariamente desvinculou seus tesouros de seu contexto funcional”. BENJAMIN, Walter. “O Colecionador”. In BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução: Irene Aron; Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 241.

416 HOLBROOK, Jackson. *O Tato (Uma das cinco portas de amor ao livro)*. Texto extraído da obra *The Anatomy of Bibliomania* (Londres: Faber and Faber, 1950). Tradução de Cláudio Giordiano. Coleção Plaquetas da Oficina n.º 5. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 6.

417 BOTTOMLEY, Gordon. “A Hymn of Touch”. In “Chambers of Imagery” *apud* HOLBROOK, Jackson. *Op.Cit.*, p. 6.

418 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. III, pp. 639-657, p. 640.

de visu, os livros de um bibliófilo da mais pura e devotada afeição⁴¹⁹”. Referia-se aos livros que D. Manuel II “reuniu, amou e cuidou com tão extremado zelo que às vezes mais parece carícia de amante voluptuoso⁴²⁰”.

Para um bibliófilo, sentir a lombada polida de um belo volume antigo, o couro de uma encadernação, o contato com a primeira edição de uma obra, a textura de um pergaminho, ter em mãos um exemplar no original publicado, manusear um achado inesperado, são alguns dos requisitos que fazem com que se alcance um prazer extraordinário, e que participam para “o êxtase e o orgulho da posse⁴²¹”. Assim, ganha sentido que o romancista inglês George Gissing tenha justificado, nestes termos, as suas opções ao formar uma biblioteca pessoal: “Eu podia naturalmente lê-los no Museu Britânico, mas isso não era em absoluto o mesmo que tê-los e segurá-los, propriedade minha, nas minhas próprias estantes⁴²²”. E outra coisa não devia pensar Joaquim de Carvalho quando adquiria para uso próprio livros que sabia existirem nas bibliotecas da Universidade de Coimbra.

Correlacionado com a posse e o instinto tátil, está também a mobilização do olfato – o papel, a tinta, a encadernação, têm cheiro. E, não raro, o paladar é envolvido, nomeadamente no humedecer do dedo que vai mudando as páginas. Por sua vez, tudo isto se relaciona com as práticas classificatórias dos livros. Os adquiridos pelo bibliófilo obedecem a uma ordem própria que não é imediatamente apreensível pelo “olhar” estranho. A aquisição pode ter sido impulsionada pelos significados particulares da obra de quem as adquiriu, pelas histórias que, não raro, envolveram a sua compra, pela trajetória percorrida pelo exemplar, pelo percurso do livro até então, ou mesmo por algum critério pessoal de valorização que pode não coincidir com os valores de mercado. Quer seja um livro raro, uma brochura desconhecida, uma informação inédita, os livros concentram uma variedade de emoções e estão vinculados a um prazer genuíno, “às vezes maníaco e não raro repreensível, da posse ciumenta”, como bem constatou Joaquim de Carvalho:

Cada livro que o bibliófilo arruma na estante, no lugar próprio da colecção, tem sempre uma “história”, às vezes movimentada e divertida como as partidas de caça, outras vezes repousada e soporífera como o chamado desporto da pesca à cana, que eu imagino ser o símbolo da união da paciência negligente ao proveito sem esforço. A conversação íntima para que eles convidam também nada tem de comum com a nomeada dos livros que andam na mão de toda a gente. Suscitam outros pensamentos e falas, e isto, com ser muito é quase nada perante a variedade das emoções, da alacridade

419 *Idem, ibidem.*

420 *Idem, ibidem.*

421 HOLBROOK, Jackson. *Op.Cit.*, p. 16.

422 GISSING, George. “Private Papers of Henry Rucroft” *apud* HOLBROOK, Jackson. *Op.Cit.*, p. 19.

do entusiasmo ao trazo da renúncia e dos sacrifícios, que fazem de muitos deles pedaços de alma e projecção espiritual de quem os reuniu. Sejam de reis, de milionários, ou de remediados que tudo sacrifiquem ao prazer, às vezes maníaco e não raro repreensível, da posse ciumenta, ali à mão, do livro raro, do informe desconhecido, da prova decisiva que os outros buscam e ignoram, os livros dos bibliófilos nunca são os livros de toda a gente e sempre têm que contar. São sempre os livros de alguém, e como os indivíduos de gente limpa deve saber-se de onde vêm, e possuem uma genealogia, constituída pela raridade, pela sumptuosidade das encadernações ou ainda pelo pertence dos sucessivos possuidores. Oh! A deliciosa responsabilidade de afagar livros raros oferecidos por grandes nomes, com o encargo moral de os transmitir por morte a quem seja digno de os apreciar e conservar!⁴²³

Os livros do bibliófilo, pelo conjunto de sentidos que encerram, por suscitarem outros pensamentos e falas, se diferenciam dos livros que andam na mão de toda a gente. Na reflexão de Joaquim de Carvalho, trata-se de uma teia complexa, que não prescinde do valor estético, nem desvaloriza a suntuosidade das encadernações, mas vai mais além. De modo que a relevância de tais exemplares se vincula ao entusiasmo do achado de uma raridade, da informação desconhecida, “da prova decisiva do que os outros buscam e ignoram”, do conhecimento que se tem sobre antigos possuidores. São livros que mobilizam uma variedade de emoções, incluindo as suscitadas pela renúncia e sacrifício. No todo, tornam-se “pedaço de alma e projecção espiritual de quem os reuniu”. Daí que, provavelmente também com base na sua própria experiência, Joaquim de Carvalho tenha incluído na categoria de bibliófilo não só aquele que tem muitos recursos financeiros, seja rei ou milionário, mas também os “remediados” que tudo sacrificam pelo “prazer” da posse, como era seu caso.

Em síntese, uma relação não patológica com o livro e merecedora de ser designada como bibliófila seria a que soubesse “associar o livro à encadernação, isto é, o valor intrínseco das páginas ao sinal externo do valimento” e que fosse capaz de prezar “nas linhas impressas o apuro da perfeição gráfica ou o fulgor que lhe emprestam certas verdades ou sentimentos”. Aquele que assim não procedia é, segundo Carvalho, “bibliómano, não bibliófilo⁴²⁴”.

Sob esse aspecto, a livraria paradigmática de D. Manuel II, “lição educativa de bom gosto, sóbrio, fino e tão discreto”, foi obra de alguém que Joaquim de Carvalho louvou nestes termos: “nenhum outro bibliófilo português se lhe compara na veneração delicada com que preservou certas páginas, mediante o jogo acertado do encaixe de duas encadernações, não só

423 CARVALHO, Joaquim de. “Prólogo”. In *Monumentos da Cultura e da Arte Tipográfica Portuguesa do Século XVI Existentes na Biblioteca de D. Manuel II* [catálogo]. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1948. Cf. *O.C.*, vol. III, pp. 639-657, p. 639.

424 *Idem, ibidem*, p. 641.

da profanação das mãos incultas como até do atrevimento dos próprios olhares inexpertos⁴²⁵”. Neste caso concreto, a encadernação foi invocada na sua função de preservar o livro raro e de garantir a transmissibilidade e a herança inerentes ao papel social das bibliotecas.

Para ele, as características bibliófilas autênticas estão ainda nas práticas de leitura. Os livros do bibliófilo são diferentes dos do leitor que busca somente distração, ou exibição erudita, própria da *sabença* e que, por isso mesmo, não conseguia “fruir o prazer vagaroso da leitura”. O amante apurado dos livros, segundo Joaquim de Carvalho, indaga a página do impresso ou manuscrito, sabendo que cada um dos livros têm uma história própria, um sentido e um fim. E é a luz do seu próprio critério, dito a partir da livraria de D. Manuel II, que também distingue o verdadeiro bibliófilo do bibliófilo-investigador, mais atento à busca de conhecimentos e de informação:

Os livros de um bibliófilo de raça nunca são os livros de um leitor que somente pretenda desfadar-se e também não são quase nunca os do investigador erudito, que mal tem tempo para fruir o prazer vagaroso da leitura por todo se dar à indagação daquela espécie de verdades, de erros, de verosimilhanças e de ilusões, que às vezes se topam nas páginas impressas ou manuscritas e tecem com sorte vária a narrativa do Homem nas suas relações com a Terra, com o seu semelhante e com os seres ideais, como a Beleza. Têm sua “história” que lhes é própria, possuem outro sentido e existem para outros fins⁴²⁶.

Nesse sentido, está claro que nem tudo em uma biblioteca é mantido com o mesmo valor. Ou ainda, no caso concreto do investigador-bibliófilo, os critérios de posse estão vinculados aos juízos que se faz em cada edição, incluindo aqueles que só após a compra e a leitura, mesmo que perfunctória, podem certificar o mérito ou o demérito do que foi adquirido. Mas essa lição não raro é póstuma à vertigem da compra. Como, em jeito de autocrítica, Carvalho confessou:

O livro é, porventura, um dos maiores tóxicos do civilizado, envenenando-o e, sobretudo, afastando-o de si próprio e do convívio com as coisas simples da Natureza, fora das quais a simplicidade não raro faz figura de impostora. Não há dúvida, pelo menos para mim, que começo a dar-me conta da inutilidade da maior parte deles, bem entendido depois de os ter visto e percorrido, quanto mais não seja em diagonal⁴²⁷.

A escrita de Joaquim de Carvalho é sobre si, mas a propósito da biblioteca de um rei

425 *Idem, ibidem.*

426 *Idem, ibidem*, p. 640.

427 *Idem, ibidem*, p. 639.

que não devia ser rei, se não fosse o assassinato de seu pai, D. Carlos, e de seu irmão mais velho, D. Luís Filipe, no regicídio de 1908. São os livros “amigos silenciosos” de um rei exilado, destituído do trono pela República (1910), mas que, à luz do monarquismo constitucional e, no exílio, serviu o País sem se deixar contaminar pelo sentimento de desforra. Demais, tinha mantido um amor aos livros digno de um autêntico bibliófilo:

Amou os livros pela beleza da apresentação, a qual aliás nem sempre corresponde ao merecimento intrínseco, mas amou-os acima de tudo pelo objeto, isto é, pelos assuntos de que se ocupavam e pelo potencial de evocação que continham. Para a sua sensibilidade, os livros que assinalava como pertence valiam acima de tudo como expressão de épocas ou de acontecimentos que lhe eram agradáveis ou como portadores da centelha dos ideais que prezava e constituíam como que a estrutura da sua personalidade política e moral⁴²⁸.

Nesse e em qualquer dos casos de livrarias particulares, está sempre em jogo uma coleção e um colecionador, estatuto que se atinge quando aquele que reúne livros consegue lançar um olhar “que vê mais e enxerga diferentes coisas” do que “o olhar do proprietário profano”⁴²⁹. O mundo, ou seja, o todo, está presente em cada um dos seus objetos colecionados e segue uma organização que, como salientou Walter Benjamin, será sempre “um arranjo surpreendente, incompreensível” para os que não querem ser cúmplices da sacralidade com que o bibliófilo concretiza as suas opções.

No arranjo próprio do colecionador, o pensador alemão chamou atenção para a importância não só de cada objeto colecionado, como também do passado destes, quer na sua “gênese e qualificação objetiva”, quer quanto aos detalhes de sua história aparentemente exterior. “Tudo isso, os dados “objetivos”, assim como os outros, forma para o autêntico colecionador em relação a cada uma de suas possessões uma completa enciclopédia mágica, uma ordem do mundo, cujo esboço é o destino de seu objeto”⁴³⁰.

Mas o pensador alemão, em breve nota, aponta singularidades que distinguem o livro de outros objetos de colecionismo, seja um selo, botão ou xícara. O colecionador de livros não necessariamente desvincula seus tesouros de seu contexto funcional⁴³¹. De onde K. Pomian, ao caracterizar o universo das coleções (tanto as particulares, quanto os museus e arquivos) como locais onde a utilidade original dos objetos parece banida – como se eles não tivessem outra finalidade que a de serem acumulados para serem olhados – defenda que

428 *Idem, ibidem*, p. 641.

429 BENJAMIN, Walter. “O Colecionador”, *Op.Cit.*, p. 241.

430 *Idem, ibidem*.

431 *Idem, ibidem*.

As locomotivas e os vagões reunidos em um museu ferroviário não transportam nem os viajantes, nem as mercadorias. As espadas, os canhões e as espingardas depositadas em um museu do exército não servem para matar. Os utensílios, os instrumentos e os fatos recolhidos numa coleção ou num museu de etnografia não participam nos trabalhos e nos dias das populações rurais ou urbanas. E é assim com cada coisa, que acaba neste mundo estranho, onde a utilidade parece banida para sempre⁴³².

Mas, ao invés da utilidade original, os objetos acumulados transformam-se em “intermediários entre os espectadores que os olham e o invisível”, numa relação visível/invisível que pode ocorrer de modos extremamente variáveis⁴³³. Pomian desenvolve uma divisão no visível, onde, de um lado, estão “as coisas, os objetos úteis”, que podem ser consumidos na sua utilidade (um selo para enviar cartas, um papel de recibo para atestar uma compra e venda, um vagão de trem para transportar pessoas), e, do outro lado, estão os *semióforos*, objetos que não têm utilidade no sentido preciso, mas que são dotados de significado, o invisível (como o selo no álbum do filatelista, o recibo com o nome de um escravo vendido, em um arquivo municipal, um vagão de trem no museu dos transportes). Seguindo essa reflexão, considera-se que o livro pode ser, ao mesmo tempo, “coisa” e “semióforo” em uma biblioteca. Porém, a dualidade visível e invisível neste caso é mais complexa.

Uma questão que surge é igualmente expressa por Pomian, ao salientar que a utilidade e o significado do que se acumula pressupõem sempre um observador, por se tratarem de “relações que, por intermédio dos objetos, os indivíduos ou grupos mantêm com os seus ambientes visíveis ou invisíveis⁴³⁴”. Por outro lado, esses objetos não são, ao mesmo tempo, e para o mesmo observador, “uma coisa e um semióforo”. Ou seja, mesmo que guarde a possibilidade desse duplo viés, por vezes é encarado na sua utilidade (como em prestar uma informação, por exemplo, ou contribuir para a reflexão sobre determinado tema), e, em outras, nos significados que um dado exemplar encerra (seja mesmo em conexão com os outros objetos da coleção ou em relação aos valores de bibliofilia, por exemplo).

Ao discutir a formação do conceito de biblioteca patrimonial, Maria Luísa Cabral defende que “a alma da biblioteca é a coleção” que a individualiza, diferenciando-a de outras bibliotecas. A coleção “simboliza o desenvolvimento racional de um manancial informativo

432 POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. Tradução Suzana Ferreira Borges. In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Memória-História. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 51- 86, p. 51.

433 *Idem, ibidem*, p. 66.

434 *Idem, ibidem*, p. 72.

em permanente acumulação, ao serviço de um objectivo, ao longo do tempo. À volta de uma colecção, a biblioteca define-se, cresce para servir um determinado público⁴³⁵”.

Chegada a este ponto, é altura de perguntar: o que é que distingue a “coleção” de Joaquim de Carvalho, tornando-a peculiar e única, ao mesmo tempo em que se vincula a modelos correntes do seu tempo e se insere numa longa herança modelar de bibliotecas antecedentes? Ora, neste esforço para se entender melhor esta componente forte do legado do professor de Coimbra, o investigador tem a felicidade de ter acesso ao *corpus* (quase) definitivo da sua biblioteca. Todavia, como a livraria que chegou aos nossos dias também tem sua história, será importante acompanhar os caminhos que conduziram à criação da Sala Joaquim de Carvalho.

435 CABRAL, Maria Luísa Rosendo. “Patrimônio Bibliográfico e Bibliotecas na construção da identidade coletiva. Entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800”, 2 vols. *Tese de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: 2013, p. 306.

CAPÍTULO IV

A Sala Joaquim de Carvalho

Sabe-se que a Sala Joaquim de Carvalho é uma biblioteca “morta”, na linguagem da biblioteconomia, enquanto seu “recheio” foi uma realidade viva até ao desaparecimento daquele que a criou. E, com a morte de quem lhe deu corpo e alma, a sua sobrevivência começou a correr riscos. Sem poder contar mais com os cuidados de seu criador, sobre ela começou a pairar o fantasma, comum a boa parte das livrarias particulares, da sua desagregação, não obstante a vontade de Carvalho e de seus descendentes: não ser destruída por venda a alfarrabistas, ou mutilada, à peça, nos lotes de leilões, ou diluída em outros acervos, ou ainda repartida em heranças, tudo destinos que desmantelavam a sua unidade, aniquilando-se, assim, o valor imaterial da sua “monumentalidade”.

O espectro do leilão

Na ausência de estudos sistemáticos sobre a venda de livrarias particulares portuguesas no século XX⁴³⁶, valorizou-se, como indicador, a profusão de catálogos de leilões de livros até meados de Novecentos, para se concluir que a alienação de bibliotecas herdadas foi uma prática comum e não uma exceção. Este é um tipo de ruína a que estão sobretudo sujeitas as bibliotecas particulares.

No levantamento parcial e muito incompleto que fizemos, a partir dos fundos da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e própria Sala Joaquim de Carvalho, levantamos 50 títulos de publicações dedicadas ao leilão de livrarias particulares na primeira metade do século XX, quantidade que está longe de exprimir o número real de vendas de bibliotecas desse tipo realizadas no período. No entanto, invocamos seu testemunho com o propósito de mostrar que elas foram elaboradas para publicitar, se não a íntegra da coleção, os seus núcleos mais importantes e o valor comercial de muitas das peças que os

436 São recorrentes os estudos sobre bibliotecas particulares específicas. No entanto, é notória a ausência de trabalhos sistemáticos sobre a constituição e a venda de bibliotecas particulares portuguesas, especialmente para o século XX. Ressalto, contudo, um estudo sobre coleções de catálogos de livrarias, seguido da lista de alguns títulos de bibliotecas públicas e particulares de livreiros e alfarrabistas, realizado por Martinho da Fonseca (1869-1934) em 1913. Cf. FONSECA, Martinho da. *Lista de alguns catálogos de bibliothecas publicas e particulares de livreiros e alfarrabistas*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1913. Úteis e pertinentes questões sobre a formação, conservação e acesso público a acervos particulares foram desenvolvidas em ANASTÁCIO, Vanda (coord.). *Tratar, Estudar, Disponibilizar. Um futuro para as Bibliotecas Particulares*. Lisboa: Banco Espírito Santo/Centro de História, 2013, pp. 125-137.

compunham. Para cumprirem essa estratégia, regra geral, estes catálogos são editorialmente bem cuidados, com prefácios explicativos e os títulos, comumente, apresentam o seu produto através de expressões como estas: “explêndida e selecta”, “curiosíssima”, “importante”, “magnífica”, “preciosa”, “escolhida”, “notável e preciosa”, “preciosa e riquíssima”, “magnífica e curiosa”, “pequena, mas muito interessante”, “interessante e curiosa”⁴³⁷ biblioteca. Embora se encontrem leilões realizados sob anonimato, os mais usuais publicizavam o dono da coleção, muitas vezes com o intuito de que a fama deste se repercutisse no valor comercial das peças a arrematar. A este propósito, convém lembrar que muitas eram oriundas do colecionismo praticado por bibliófilos, estudiosos, médicos, advogados, jornalistas, escritores, professores, herdeiros nobiliárquicos⁴³⁸.

Entre vários, um exemplo mais próximo de Joaquim de Carvalho ocorreu com a venda da biblioteca do chefe das oficinas da Imprensa da Universidade de Coimbra, Cândido Nazareth⁴³⁹, profundo conhecedor da vida literária portuguesa, bem como do livro e de bibliografias especializadas. E, não deixa de ser significativo que esta livraria tenha sido reunida por um autodidata, que se iniciou nas letras como aprendiz de tipógrafo, e que, ao longo dos anos, juntou um acervo de impressos que se tornou referência em Coimbra e no

437 Base de dados Biblioteca Nacional (catalogo.bnportugal.pt), Base de Dados Universidade de Coimbra (webopac.sib.uc.pt), Sala Joaquim de Carvalho da Universidade de Coimbra (não foi incluída a coleção de catálogos de leilões de Joaquim de Carvalho nessa relação, mas somente números dispersos).

438 Embora não forneça uma base quantitativa, essa seleção oferece um apanhado de bibliotecas e características de catálogos de leilões de livrarias publicados entre 1900 e 1957, como as do “distinto numismata” Dr. Teixeira de Aragão (1904), do livreiro Antonio Rodrigues (1904), da Condessa de Azambuja (1909), do Dr. Florido Telles de Menezes e Vasconcellos (1910), do Dr. Luiz Monteverde da Cunha Lobo (1912), do “distinto bibliófilo e bibliógrafo” Annibal Fernandes Thomaz (1912), do Dr. Sousa Viterbo (1914), do “distinto escritor, jurisconsulto e bibliófilo” Dr. Rodrigo Veloso (1914), de Antonio Bernardo Soares (1915), dos escritores José Ignacio Silveira da Motta e Antonio Feliciano Marques Pereira (1918), do Dr. António Claro da Fonseca (1920), dos condes de Azevedo e de Samodães (1921), do jornalista Joaquim Martins de Carvalho e do general Francisco Augusto Martins de Carvalho (1923), do Visconde de Sanches de Frias (1923), do “ilustre bibliófilo conimbricense” Conde do Ameal (João Correia Aires de Campos) (1924), de Luiz Xavier Barbosa (1924), do Dr. João Baptista de Castro (1924), do Dr. José Joaquim dos Santos Motta (1925), do Dr. Henrique de Vasconcelos (1925), de Adrião de Seixas (1926), de João Chagas (1927), de Carlos de Macedo Branco (1927), dos bibliófilos Henry Gris, Guillon e Castanheira das Neves (1928), do “ilustrado director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional de Lisboa” Pedro de Azevedo (1929), do “ilustrado guarda-livros e contabilista” Carlos Ferreira Borges (1930), de Eduardo Joaquim Cardoso (1930), do conselheiro Rodrigo Afonso Pequito (1931), do Visconde de Anachoreta (1934), do conselheiro José Tavares de Macedo (1935), do bibliófilo Albino Monteiro (1937), do “escritor general vitoriano” José César (1939), do Dr. José Guerreiro Pacheco (1945), do conde de Ficalho (1946), do “ilustre jornalista” Homem de Cristo (pai) (1946), do “ilustre bibliófilo conimbricense” Candido Augusto Nazareth (1949), do bibliófilo Eduardo d’Ortigão Burnay (1953), do “ilustre pintor, caricaturista, professor de desenho e director do Museu de Lamego”, João do Amaral (1956), do “distinto bibliófilo, Exmo Senhor” Arnaldo Pimentel (1957).

439 Considerado “notável bibliófilo e mestre das artes tipográficas”, Cândido Augusto Nazaré nasceu e faleceu em Coimbra, com cerca de 80 anos. Seguindo a profissão de tipógrafo, foi mestre da Escola de Composição, chefe das oficinas e bibliotecário da Imprensa da Universidade. “Republicano da velha guarda, a sua figura austera de letrado e de cidadão era uma das mais típicas e respeitadas da Coimbra contemporânea”. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVIII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s/a, p. 511.

país, espólio que, com a morte de quem lhe deu vida, e de acordo com a sua vontade⁴⁴⁰, foi posta à venda pela sua família no ano seguinte à sua morte (em 28 de fevereiro de 1948)⁴⁴¹.

Para publicitar e facilitar a identificação das peças, dada a extensão do acervo, o *Catálogo da magnífica e curiosa livraria que pertenceu ao ilustre bibliófilo conimbricense Candido Augusto Nazareth*⁴⁴², organizado por Arnaldo Henriques de Oliveira, foi dividido em cinco partes, com destaque para grandes núcleos como o da famosa *Anteriana*, o da vida literária e artística de Coimbra, o dos escritores portugueses do século XIX e XX, e o das raridades bibliófilas. O prefaciador do livro, o publicista Octaviano Sá, descreveu o colecionador como um “bibliófilo e bibliógrafo”, que acumulava não só para si, mas para os estudiosos a quem abria as suas “magníficas estantes peçadas de livros”, catalogadas na sua memória:

Conheci de perto a autêntica Catedral dos livros de Cândido Nazaré, aquelas estantes por onde as suas mãos marinavam agilmente em busca de qualquer exemplar, ou tomavam o aspecto de guardião de jóia entesoirada, e de cada vez tinha maior surpresa ao soltar-se o volume pretendido. O seu catálogo era verdadeiramente a sua memória, e ao mesmo tempo o seu fiel ficheiro⁴⁴³.

O livreiro-escritor Victor de Sá em defesa da Biblioteca

Como se viu, a preocupação com o destino que a biblioteca do professor de Coimbra teria depois da sua morte foi transversal aos seus amigos e admiradores, não obstante saber-se a vontade de quem a organizou e o propósito do seu cumprimento por parte dos herdeiros. Todavia, o modo como iria sobreviver enquanto totalidade, e como poderia desempenhar funções culturais públicas, eram questões em aberto. Ora, uma das mais significativas manifestações destes receios, acompanhada pela apresentação de possíveis soluções, foi apresentada por Victor de Sá. Daí que se justifique uma pequena síntese sobre as relações e afinidades que este publicista e livreiro manteve com Carvalho⁴⁴⁴.

A deferência e o diálogo entre os dois são vistos na correspondência que

440 SÁ, Octaviano. “Prefácio”. In OLIVEIRA, Arnaldo Henriques de (org.). *Primeira parte do Catálogo da Magnífica e Curiosa Livraria que pertenceu ao ilustre bibliófilo conimbricense Cândido Augusto Nazareth*. Lisboa: s/e, 1949, s/p.

441 NOTA.

442 OLIVEIRA, Arnaldo Henriques de (org.). *Quinta parte do Catálogo da Magnífica e Curiosa Livraria que pertenceu ao ilustre bibliófilo conimbricense Cândido Augusto Nazareth*. Lisboa: Manuel dos Santos, 1949.

443 SÁ, Octaviano. *Op.Cit.*, s/p.

444 Os laços entre ambos são anteriores a entrada de Victor de Sá, aos 31 anos, para a Universidade de Coimbra (1952), quando retornou aos estudos. O apoio que Joaquim de Carvalho deu a Victor de Sá nessa conjuntura foi por este narrado em “Recordações de estudante universitário”. In *Legendas para uma memória*. Braga: Biblioteca Pública de Braga/Universidade do Minho, 2001, pp. 35-40.

mantiveram⁴⁴⁵, onde se surpreendem provas de amizade e a existência de cumplicidades várias, a saber: opções políticas no campo democrático e antissalazarista; interesses intelectuais e de investigação histórica (recorde-se os iniciais trabalhos de Victor de Sá sobre Antero de Quental e Ribeiro Sanches, autores da reflexão de Carvalho); o mesmo amor e dedicação ao objeto impresso, esfera de interesse já bem patente no projeto *Bibliotecas Móveis*, criado por Victor de Sá aos 21 anos, com o parco salário de empregado de balcão da Livraria Gualdino, em Braga.

Com o objetivo de levar o livro, em seleção cuidada, a todos os que tinham fome de leitura e não possuíam poder de compra para a saciar⁴⁴⁶, os associados ao projeto pagavam cotas modestas, de 2\$50 escudos de entrada, mais 2\$50 para aquisição de catálogos. Os livros escolhidos eram enviados, para todo o País, ao assinante por via postal, o qual, após a leitura o devolvia também pelos correios. “Não basta que os intelectuais estudem e meditem e que os editores lancem as suas obras. É necessário que todo êsse trabalho encontre projecção na massa do povo, sem o que jazerá estéril no fundo duma estante⁴⁴⁷”, defendia o organizador que, em 1944, trabalhava na livraria Cruz. Somente em 1947, o braguense conseguiu realizar o sonho de abrir sua própria casa comercial com a fundação da Livraria Victor, na Rua dos Capelistas, também ano de sua primeira prisão pela Polícia Internacional de Vigilância e Defesa do Estado (PIDE), por mais de um mês no Porto, “sem explicações, sem direito a defesa”⁴⁴⁸.

As sucessivas prisões (1949, 1950), as responsabilidades como livreiro – agora pai de três filhos –, bem como a perseguição do regime no confisco de livros, são fatores apontados por Victor de Sá para o fim do projeto da *Biblioteca Móvel*, que ainda funcionou ininterruptamente por oito anos (1942-1950). Em um novo começo, o livreiro intensificou sua ação de escritor-editor ao realizar um intenso programa de escrita e publicação de livros, onde

445 Somam-se às cartas Victor de Sá localizado no espólio de Carvalho (Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz), outras nove cartas, entre 1952 e 1957, enviadas pelo professor de Coimbra ao livreiro sediado em Braga. BPB. *Fundo Victor de Sá*. Cartas de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá.

446 Cf. NUNES, Henrique Barreto. “Victor de Sá: um homem na história”. In NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato (orgs.). *O mundo continuará a girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 20 anos (1992-2011)*. Braga: Universidade do Minho, 2011.

447 SÁ, Victor. *Biblioteca Móvel, Catálogo N.º 4*, janeiro de 1945 (suplementar, dedicado a Eça de Queiroz), Braga, p. 1. A iniciativa se apresenta fora da atividade comercial, “vivendo modestamente, mas com independência”, com a missão de pôr ao alcance de todos, “nas condições mais cómodas e acessíveis, o património cultural dum recheio bibliotecário cada vez mais vasto e de fecunda leitura”. Além da descrição do projeto, das condições de participação e do balanço do movimento no ano anterior, esse catálogo apresenta o número de obras saídas no último trimestre de 1944, separadas por Literatura (238 saídas), Crítica Literária (25), História, Religião e Sociologia (47), Ciências e Filosofia, Pedagogia, Higiene e Feminismo (47), Economia (6), Artes (14) e Vários (11). “O romance é o género de maior procura. A secção Economia tem sido mesmo proporcionalmente ao número de obras que o catálogo dispõe, a menos procurada”, informa. Exemplar consultado na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.

448 NUNES, Henrique Barreto. *Op.Cit.*, p. 276.

a reflexão sobre o acesso e desenvolvimento da cultura, questões da vida intelectual, as bibliotecas e a leitura ocupavam lugar de destaque. Nesse período, Joaquim de Carvalho foi um dos primeiros a quem ele ofereceu, “em homenagem”, os lançamentos da sua casa editora, todos de sua autoria: a *Constituição de 1822* (1953)⁴⁴⁹, *O que foi a Biblioteca Móvel* (1954), *O que é a Unesco* (1955), *As Bibliotecas, o Público e a Cultura* (1956), *Problemas da Mentalidade* (1957), *Sociedade e Cultura* (1958)⁴⁵⁰. Ressalte-se que todos esses títulos podem ser encontrados na Biblioteca Joaquim de Carvalho, com dedicatória do autor⁴⁵¹, incluindo o opúsculo *As prosas de Antero de Quental*, com seleção, prefácio e notas de Victor de Sá (Braga, Ed. Futuro, s/d).

Para esclarecer melhor ainda as bases dessa relação, transcrevemos depoimento do próprio Victor de Sá, em memória manuscrita, guardado no seu arquivo pessoal e publicado postumamente em 2001. O relato é um tributo ao apoio público de um homem respeitado a um livreiro que, com muita dificuldade, aliava sua vida profissional com uma militância democrática, sujeita a retaliações. Sentindo-se isolado, alvo de calúnias em um meio social fechado, Victor de Sá realçou, nesse sentido, o significado (e a surpresa) que teve para ele uma inesperada (mas solidária) visita que o professor de Coimbra fez à sua livraria:

Em 1942 eu tinha-me estreado literariamente com dois opúsculos sobre Antero de Quental, um dos quais dedicados ao Professor Joaquim de Carvalho, da Universidade de Coimbra, a quem se devia ter coligido anos antes as “Prosas” daquele autor. Conhecemo-nos e carteamo-nos algumas vezes. Depois, quando a perseguição policial se abateu sobre mim e eu vivi em Braga anos de muito isolamento, silenciamento e alvo de calúnias várias, que me fizeram a vida comercial muito difícil, aconteceu que o Prof. Joaquim de Carvalho uma vez veio a Braga, creio que a convite do Rotary Club, para aí fazer uma conferência sobre uma sua recente viagem ao Brasil. Eu estava hesitante, não sabia se o Professor ainda se lembraria de mim, nem

449 Joaquim de Carvalho é o segundo nome da lista de exemplares oferecidos da *Constituição de 1822*, editada por Victor de Sá em 1953. Como a venda era fundamental para a manutenção do programa de edições, percebe-se a deferência face aos nomes da lista também como uma estratégia de divulgação do lançamento junto àqueles que formavam opinião no campo editorial. Na relação, há o nome de Filipe M. Coutinho, o primeiro da lista, seguido por Joaquim de Carvalho, António Ramos de Almeida, Carlos Moreira, Afonso Rodrigues, Rogério Soares, *Diário do Minho*, *Correio do Minho*, “correspondentes do (*Primeiro de Janeiro*”, (*Jornal do Comércio*), (*Diário de Notícias*, *Jornal do Fôro*, *Scientia Jurídica*, *Boletim do Ministério da Justiça*, Senhor António da Rocha, *Vida Jurídica*, *Revista da Justiça*, *Justiça Portuguesa*, *Revista dos Tribunais*, Senhor José de Oliveira, e por último, Senhor Doutor Marcelo Caetano. SÁ, Victor. *Memorial das Edições I 1953-1980*. Arquivo Victor de Sá, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.

450 Em todos esses, o nome de Joaquim de Carvalho figura na relação que passa a chamar de “Homenagens”, com a oferta do livro a pessoas e instituições ligadas a divulgação cultural do impresso. BPB. *Arquivo pessoal Victor de Sá*. Manuscritos. Memorial das Edições I – 1953-1980.

451 Os livros estão no acervo com dedicatória e autógrafa de Victor de Sá, localizáveis pelas respectivas cotas: *Problemas de Mentalidade* (cota 10-8-126 c.2 e c.3), *O que foi a biblioteca móvel* (cota 10-8-120), *O que foi a Unesco* (cota 10-8-122), *Sociedade e Cultura* (cota 10-8-127). Alguns, como *Problemas de Mentalidade*, constam em segunda edição, mas são incorporações posteriores do filho Joaquim Montezuma de Carvalho, para quem Victor de Sá continuou a enviar as ofertas.

como haveria de comparecer no jantar de conferência.

Eis senão quando para à porta da livraria o automóvel da Câmara Municipal de Braga, com o seu vereador da cultura e meu cliente Dr. Sérgio da Silva Pinto. Entra no estabelecimento com o seu acompanhante, nada menos que o Prof. Joaquim de Carvalho, que lhe tinha dito que queria me cumprimentar.

Foi um luxo para mim essa atenção, e à noite fui assistir à conferência, já não como um intruso, mas como alguém que era publicamente considerado por um dos grandes valores da cultura portuguesa naquela época. Isto pra mim foi um alento, naquela altura quase perturbador. Anos mais tarde, tornou-se frequente a visita de outros grandes nomes da cultura e das letras, quando passavam por Braga: Paulo Quintela, Ferreira de Castro...⁴⁵².

Provavelmente, o episódio terá acontecido antes de 1953 e da viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil. Isso porque carta de Victor de Sá, localizada no Arquivo Municipal da Figueira da Foz, e carta de Joaquim de Carvalho, localizada na Biblioteca Pública de Braga, já revelam o diálogo epistolar mantido entre ambos pelo menos desde o ano anterior⁴⁵³. Em 16 de agosto de 1952, o autodidata, que tinha resolvido candidatar-se à Universidade, agradeceu o apoio de Carvalho à opção, mas lastimava o fato de, por causa dos horários dos comboios, ter sido obrigado a “passar fugidamente por casa de V. Ex^a a comunicar o resultado”. Escrevia então, com mais vagar, para transmitir ao amigo o significado que aquela aprovação iria ter na sua vida:

Escusado será dizer que fiquei muito satisfeito com o resultado do exame, que teve para mim muita importância, por já há muitos anos não ter atividade escolar e estar francamente hesitante quanto às minhas possibilidades actuais.

Certamente não teria chegado ao fim sem as palavras francamente encorajadoras de V. Ex^a. Por tudo estou muito grato a V. Ex^a.

Este resultado satisfatório tem na minha vida uma grande importância, quer como efeito moral, quer como efeito intelectual, pois como que sinto ter-me reencontrado novamente no campo que desde a minha juventude quisera pisar.

Muitos amigos daqui criticam-me por eu não ter escolhido antes Direito, que lhes parece - e é, sem dúvida - uma carreira mais rendosa. Mas hoje, como há 11 anos atrás, eu prefiro Histórico-Filosóficas, não pelos proventos do Curso, mas pela satisfação cultural que proporciona.

E se se parece que eu desperdicei êstes 11 anos que decorreram desde que fiz o 7º ano dos liceus, na realidade não os desperdicei inteiramente se souber aproveitar intelectualmente o muito que os duros embates da vida entretanto me ensinaram.

452 SÁ, Victor de. “Recordações de estudante universitário”. *Op.Cit.*, pp. 35-40.

453 Na primeira carta localizada entre os dois, além de agradecer o interesse de Victor de Sá pela *Revista Filosófica*, Carvalho incentiva o livreiro a não desistir dos seus estudos: “Tem a vencer mtas dificuldades, mas é justamente no vencimento delas q mais e melhor se afirma a personalidade”. O professor orientava o candidato ao estudo “minucioso” da Lógica formal, assunto que “quase de certeza” seria objeto de provas escritas e orais. Cf. BPB. *Fundo Victor de Sá*. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 3/2/1952, fl.1.

Desculpe-me o Senhor Doutor êstes desabafos, mas a atitude acolhedora de V. Ex^a muito me tem animado⁴⁵⁴.

O destinatário já conhecia a larga experiência do agora estudante como defensor da democratização da cultura, de militância social e, a partir de 1947, ligado ao Partido Comunista Português. Os contatos mantidos entre eles posteriormente também não passaram despercebidos à vigilância da PIDE. Na pasta de Victor de Sá existente nos arquivos PIDE-DGS, há cópia de duas correspondências de conteúdo político, datadas dos anos de 1956 e 1957, e enviadas para diferentes personalidades, que incluem Joaquim de Carvalho⁴⁵⁵. O documento de 1957 também consta em duplicata na Pasta Joaquim de Carvalho no mesmo arquivo. Trata-se da cópia de uma carta a dar conhecimento ao professor de Coimbra das discussões ocorridas em Braga no seio da oposição e respeitantes à unidade democrática, cujo papel trazia o timbre da Livraria Victor no remetente e datada de 31 de janeiro de 1957⁴⁵⁶.

Não se tratava, portanto, de uma relação formal e protocolar, porque assentava na confiança e no diálogo. Por isso, quando se levantou o problema do destino da biblioteca de Joaquim de Carvalho, Victor de Sá, que a conhecia bem, publicou no *Diário de Lisboa*, a exatos 21 dias após o falecimento do mestre, um artigo intitulado “Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional”. O escritor procurava sensibilizar os leitores do jornal para a importância de um legado que espelhava uma vida inteira de estudo, dedicação e sacrifício. Para ele, a herança tinha estatuto de “patrimônio”, pelo que, quanto à sua sobrevivência e função, o seu valor cultural teria de se sobrepor a quaisquer conveniências financeiras:

Essa biblioteca não pode se perder - e estamos certos de que não se perderá - porque Joaquim de Carvalho deixou uma descendência que sabe avaliar bem a grandeza não só moral, como também cultural do seu progenitor, e que sabe quanto importa para a cultura nacional o que foi produto de uma vida inteira de estudo, dedicação, sacrifícios. A sua biblioteca vale mais que um simples legado familiar. Vale mais que o valor financeiro, material, das obras que constituem o seu recheio. A biblioteca do prof. Joaquim de Carvalho é sobretudo aquele agregado cultural, espelho de uma mentalidade, gabinete de investigação onde todos os estudos se podem empreender, porque lá tem o material bibliográfico necessário, e ainda aquele calor, aquele carinho, aquela devoção intelectual com que uma, após outra, todas as obras se foram acumulando⁴⁵⁷.

454 AHMFF. Carta de Victor de Sá a Joaquim de Carvalho, Braga, 16/8/1952. A carta continua com Victor de Sá desejando sorte ao filho de Joaquim de Carvalho nos resultados dos exames e boa recuperação da saúde do professor na temporada figueirense de férias.

455 Cópias do Arquivo da PIDE/DGS, *Pasta Victor de Sá*, gentilmente cedidas por seu filho Victor Louro de Sá, a quem se agradece mais uma vez a solicitude para com esta investigação.

456 ANTT. Arquivo da PIDE/DGS, Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 464, fls 71-74.

457 SÁ, Victor de. “Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo

Em concreto, estava-se perante um “templo do saber”, onde “todos os estudos se podem empreender”, e que o articulista considerava tão importante quanto os escritos do construtor. Em termos mais pragmáticos, defendia a criação ou de uma Casa-Museu, ou a sua integração no património nacional, com o apoio não só do Estado e da Universidade de Coimbra, mas também da Fundação Calouste Gulbenkian (solução a que se recorrerá 20 anos depois). Por palavras suas:

Num País onde a obra dos maiores do nosso Pensamento anda esquecida e é inacessível do público, mesmo, porque os seus livros estão esgotados e ninguém se interessa pela sua reedição - atente-se em Amorim Viana, atente-se Sampaio Bruno, para só falar em dois dos modernos - uma biblioteca assim valiosa e recheada, como a do prof. Joaquim de Carvalho, deve ser integrada no património nacional, quer constituindo-se em Instituto, ou Biblioteca Pública, ou em Casa-Museu, ou qualquer outra modalidade; quer financiada pelo Estado, pela Universidade, pela Fundação Gulbenkian ou por qualquer Associação fundada ou a fundar⁴⁵⁸.

Da Casa-Museu à Sala Joaquim de Carvalho na Faculdade de Letras

Dois dias antes de falecer, Joaquim de Carvalho escreveu a António Pereira Forjaz, então secretário-geral da Academia de Ciências de Lisboa, sobre o projeto de edição das Obras Completas de Pedro Nunes, que estava a organizar. “Continuo retido no leito, melhorando lentamente⁴⁵⁹”. No relato da filha, Dulce Montezuma de Carvalho, o professor manteve durante o internamento a esperança de recuperação por ignorar, por decisão da família, o quão grave era o seu estado de saúde (tinha um câncer de intestino não tratável)⁴⁶⁰. O falecimento prematuro do pai, aos 66 anos, em plena produção intelectual, introduziu profundas mudanças na vida familiar. Dulce, que trabalhava como secretária particular do professor, escritor e editor, e a mãe, Irene Montezuma de Carvalho, entregaram aos proprietários a casa arrendada em Coimbra e passaram a viver na Figueira da Foz. Com isto, o que restava da biblioteca, em Coimbra, juntou ao muito que já estava arrumado em sua terra natal.

O filho advogado, Joaquim Montezuma de Carvalho (1928-2009), que se dedicou à memória e ao legado do pai, reiterou a vontade manifesta de que essa biblioteca não fosse

e ao serviço da cultura nacional”. In *Diário de Lisboa*, 17/11/1958, p. 7.

458 *Idem, ibidem*.

459 Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa (AACL). *Processo académico Joaquim de Carvalho*, pasta n.º 2. Carta de Joaquim de Carvalho a António Pereira Forjaz. Coimbra, 25/10/1958.

460 Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012, na cidade de Figueira da Foz.

desfeita, tanto que, logo após o falecimento, a família garantiu sua integridade. Para isso, “religiosamente se constituiu a Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho. O nome que deixou – porque não deixara dinheiro, Joaquim de Carvalho morria pobre em bens materiais – era uma herança nacional⁴⁶¹”. Mesmo morando em Moçambique, em 1959, Montezuma foi o mentor de um amplo projeto familiar que incluía a instalação da biblioteca, a edição de uma revista *in memoriam* (com colaboração de investigadores de diversos países) e o propósito de editar as *Obras Completas* do grande universitário e investigador.

Em 1964, há registro do funcionamento dessa Biblioteca-Museu e de acesso público de leitores. Por outro lado, são comprovados os esforços dos conterrâneos para se perpetuar a memória de Joaquim de Carvalho. Assim, uma carta do presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, António Vítor Guerra, informava os familiares de que tinha sido atribuído o nome de Joaquim de Carvalho a uma avenida na cidade (ligando o Pinhal à avenida Doutor Bissaya Barreto). O edil aproveitou a ocasião para elogiar a ação da família em “não deixar dispersar a livraria do eminente professor” e ao enriquecer o património local com a fundação de um museu-biblioteca, local onde era possível consultar “as preciosidades únicas que Joaquim de Carvalho soube paciente e cuidadosamente reunir. Não só preciosidades bibliográficas, mas sobretudo instrumentos de trabalho insubstituíveis para o estudo da história da Cultura Portuguesa”. A mesma missiva destacava ainda a doação recente, à Biblioteca Municipal, da “valiosíssima” livraria do Dr. Júlio de Carvalho, irmão médico do professor de Coimbra, também falecido⁴⁶².

A Biblioteca-Museu foi responsável por iniciativas culturais que tiveram êxito por alguns anos, como foi o caso da publicação da *Miscelânea em Memória de Joaquim de Carvalho*, que saiu até 1963. No entanto, na década de 1970, muitos livros estavam encaixotados e a Biblioteca não contava com recursos humanos e financeiros para custear o seu funcionamento. Encerrado na solidão dos livros, indisponível para consultas, o velho “templo” estava agora em risco de ruína e de esquecimento.

A memória universitária acerca da importância científica e cultural da biblioteca de Joaquim de Carvalho despertou o interesse da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, como resposta, mobilizou a atenção de alguns figueirenses para que a aquisição

461 CARVALHO, Joaquim Montezuma de. “Apresentação”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 1. Figueira da Foz: Biblioteca Museu Joaquim de Carvalho, 1959, pp. 3-6, p. 6.

462 A carta do presidente da Câmara Municipal Figueira da Foz não tem destinatário, somente Exmº Senhor. Na leitura do texto, percebe-se que ele se dirige à família de Joaquim de Carvalho. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1, s/n. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”. Carta de António Vítor Guerra, 20/10/1964.

fosse realizada pela Câmara Municipal da Figueira⁴⁶³. Da parte da Universidade, em 1978, iniciou-se oficialmente a negociação entre a Faculdade de Letras e os herdeiros. O então diretor do Centro de História da Cultura, professor Sebastião Silva Dias, tomou a iniciativa do contato e da busca de um entendimento⁴⁶⁴, tarefa que posteriormente foi transferida para o Conselho Diretivo da Faculdade de Letras⁴⁶⁵, presidida pelo professor Miguel Batista Pereira.

Em 2 de janeiro de 1979, o professor Batista Pereira enviou um ofício a Montezuma de Carvalho a informar que tomou conhecimento por carta que o professor Silva Dias “tinha já feito diligências particulares em seu próprio nome às instalações da Biblioteca”, no que avalia: “talvez essa abordagem privada e inicial do problema tenha contribuído positivamente para a sua prossecução definitiva ao nível da Instituição, que o Prof. Joaquim de Carvalho tanto prestigiou”⁴⁶⁶. O ofício ainda solicitava que dois docentes do Conselho Directivo da Faculdade e o presidente do Conselho Científico pudessem analisar o estado da biblioteca, a fim de “se reunirem todos os requisitos necessários à proposta definitiva da aquisição⁴⁶⁷”. Montezuma assegurou que a família teria interesse na venda, acertando os detalhes para realização da visita⁴⁶⁸, acrescentando ainda que cerca de duzentos livros de Joaquim de Carvalho estavam, separados, em sala da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz que levava

463 Correspondência nesse sentido é localizada nos documentos de Joaquim de Carvalho depositados no Arquivo Municipal da Figueira da Foz. AHMFF. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”.

464 Em ofício de 5/5/78, o professor Sebastião da Silva Dias comunica à família que o Ministério da Educação deu aquiescência à aquisição da biblioteca e espólio para o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra pela importância de 4 mil escudos. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”.

465 Os ofícios sugerem que as iniciativas dentro da universidade foram tomadas em paralelo (e com autonomia) pela direção da Faculdade de Letras e pelo Centro de História da Sociedade e da Cultura. Sobre o tema, Silva Dias escreve para Montezuma de Carvalho, em 19 de dezembro de 1978, referindo a três cartas já trocadas entre eles até então. O professor diz que soube por um boletim do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade das diligências de membros deste junto a família do professor para aquisição da sua biblioteca. “É evidente que, no caso de tais diligências existirem, com a sua aquiescência ou a dos seus familiares, devo considerar-me desligado do assunto. Desde que a biblioteca venha para Faculdade, tanto monta que a compra seja feira com ou sem a minha mediação”. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”. Ofício do Centro de História da Sociedade e da Cultura, n.º I-163/78, de Sebastião da Silva Dias a Joaquim Montezuma de Carvalho.

466 O documento também informa a Joaquim Montezuma que a responsabilidade da aquisição agora cabe à Faculdade de Letras, através dos seus órgãos representativos, Conselho Directivo e Conselho Científico. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”. Ofício FL-3/79, Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Miguel Batista Pereira, a Joaquim Montezuma de Carvalho, 2/1/1979.

467 O documento também informa a Joaquim Montezuma que a responsabilidade da aquisição passaria, exclusivamente, à Faculdade de Letras, através dos seus órgãos representativos, Conselho Directivo e Conselho Científico. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”. Ofício FL-3/79, de 2/1/1979, do presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Miguel Batista Pereira a Joaquim Montezuma de Carvalho.

468 *Ibidem*.

o nome do professor⁴⁶⁹.

Na sequência do diálogo com a família, Miguel Batista Pereira solicitou ao reitor da Universidade que diligenciasse junto do Ministério da Educação e Investigação Científica a compra da biblioteca do antigo professor por parte da Faculdade de Letras. Na justificativa, esta instituição declarava-se como compradora do espólio, incluindo a parte da correspondência⁴⁷⁰ e, para suas instalações, garantia que a biblioteca “transitaria, intacta” da Figueira para Coimbra “a fim de servir o estudo e a investigação, mormente interdisciplinar, no domínio da Filosofia, da História e da Literatura⁴⁷¹”.

Definir um valor financeiro que, simultaneamente, agradasse à família, mas também fosse acessível às finanças de um estabelecimento público universitário, representava um dos entraves a ser superado, como explicou o presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, no ofício enviado ao filho do professor, Montezuma de Carvalho, em 26 de janeiro de 1979. “Nunca estive em causa o valor ímpar da Biblioteca de seu Pai e, por isso, a sua aquisição não é, de modo algum, uma compra. Por outro lado, não se pode ignorar o peso da argumentação da Família, que propõe uma verba diferente da inicial”, escreveu o professor Miguel Batista Pereira⁴⁷².

A proposta final da Universidade fixou o valor a ser pago em 4.500 contos (o equivalente, em 2002, a cerca de 22.445 euros), excluindo as despesas de instalação e

469 Segundo Montezuma de Carvalho, a Sala Joaquim de Carvalho foi criada na Biblioteca Municipal da Figueira para receber o núcleo de livros de Júlio de Carvalho, irmão médico do pai, também falecido, o seu próprio acervo com a temática “das Américas” e ofertas internacionais que continuavam a chegar regularmente. Ele informava que, se fosse necessário à comissão da Faculdade de Letras ver esses livros do pai ali depositados, o diretor da Biblioteca, Dr. Barros, facilitaria a observação. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. “Pasta processo relativo à aquisição do legado Joaquim Carvalho Figueira/Coimbra”. Carta de Joaquim Montezuma de Carvalho ao Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Miguel Batista Pereira, em 4/1/1979, Lisboa. A lista da Biblioteca Municipal da Figueira, com a inscrição “legado de Joaquim de Carvalho”, trata somente de livros do filho Joaquim Montezuma de Carvalho, muitos com seu *ex-libris* e todos com data posterior a 1958. No que se pode acreditar na hipótese desse grupo de 200 livros de Joaquim de Carvalho ter integrado a aquisição da Universidade.

470 Quanto a este ponto, nunca foi efetivado. Por isso, a ausência da correspondência nesse espólio foi apontada por meio de ofício a Montezuma de Carvalho, em 1983, escrito pelo então presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva. O professor catedrático, aposentado desde 2002, reiterou no documento que, em toda comunicação trocada entre a família e a Faculdade de Letras para negociação do espólio, “sempre se considerou que a correspondência (bem como, aliás, os jornais) se incluíam na biblioteca vendida”. Alarcão constatava que, “até a data, não recebemos ainda essa parte do espólio, parte em que, obviamente, estamos extremamente interessados”. Arquivo familiar Joaquim Montezuma de Carvalho. Ofício FL-853/83, do presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Jorge Alarcão, a Joaquim Montezuma de Carvalho, de 26/10/1983.

471 O mesmo ofício informa o Reitor que o Conselho Científico da Faculdade de Letras deliberou dedicar o número seguinte da revista *Biblos* à memória do Professor Joaquim de Carvalho. AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1 Ofício FL-967, do presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras, Miguel Batista Pereira ao reitor da Universidade de Coimbra, 24/11/1978.

472 AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Ofício FL-298/79, de Miguel Batista Pereira a Joaquim Montezuma de Carvalho, de 26/1/1979.

catalogação. O acordo foi fechado nos inícios de 1979. Tardamente, nesse ano, a Câmara da Figueira da Foz entrou em contato com os herdeiros para resgatar o espólio. Em fins de setembro, o presidente, José Manuel Bravo Teixeira Leite questionou ao filho mais velho de Joaquim de Carvalho, o cirurgião Manuel Montezuma Dinis de Carvalho (1918-2010) nesse sentido⁴⁷³. Mas foi Montezuma de Carvalho quem respondeu em nome da família, dizendo-lhe que essa possibilidade só seria aberta caso a negociação com a Faculdade de Letras “ou não fosse avante ou não fosse tão célere”. No entanto, a verba pedida ao Ministério foi autorizada e a venda ficou acertada pouco depois, opção que não agradou inteiramente a Montezuma de Carvalho, como se depreende das palavras que dirigiu ao líder do município figueirense: “Fora mais cedo alentado tal propósito, haveria então esse desejo, talvez tivesse sido outro o destino – e mais próprio, mais bairrista, mais puro (aos olhos meus, pelo menos). Agora é tarde⁴⁷⁴”. Na verdade, pouco depois, e após 21 anos do falecimento de Joaquim de Carvalho, sua biblioteca retornava à Alta de Coimbra. Desta vez, não mais ao lado, mas dentro do prédio da Faculdade de Letras, uma outra das “casas” que muito marcaram seu percurso.

A reconstrução de um ordenamento imaginado

*Os livros esperam, em silêncio. Chamam, convidam-nos, mas não exigem.
Lá estão alinhados, mudos, inertes. Parece que o sono adormece sobre eles, e
todavia cada nome na lombada é como uma órbita, a fitar-nos. Se passamos
diante deles, se o nosso olhar se detém sobre os títulos, não nos imploram.
Nada exigem. Esperam, até que estejamos dispostos a aceitá-los; e só então
eles se entregam.
Stefan Zweig, 1937⁴⁷⁵.*

Após a aquisição pela FLUC, a biblioteca pessoal de Joaquim de Carvalho passou a integrar o patrimônio bibliográfico da Universidade de Coimbra e tudo foi feito para que se tornasse um lugar de acesso público. Como a coleção do professor não foi diluída fisicamente em outras bibliotecas, é possível captá-la sensorialmente, no seu todo e nas suas partes. Mais ainda, a sua materialidade, hoje, nos oferece desenhos nítidos dos livros postos em ordem pelo pensamento de Joaquim de Carvalho, uma vez que, ao contrário do que acontece em

473 AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Ofício n.º 10274, do presidente da Câmara da Figueira da Foz, José Manuel Bravo Teixeira Leite a Joaquim Montezuma de Carvalho, 21/9/1979.

474 AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.1. Cópia da carta manuscrita de Joaquim Montezuma de Carvalho ao presidente do Município de Figueira da Foz, Lisboa, 1/12/1979.

475 No original, *Begegnungen mit Menschen, Büchern, Städten*, publicado em Portugal como *Encontros. Impressões sobre livros e escritores*. 4ª edição. Porto: Livraria Civilização Editora, 1960.

outras bibliotecas patrimoniais da instituição, ela não incorporou novos títulos⁴⁷⁶. Para quem chega e sabe do que se trata, a sua totalidade é como se fosse um exemplar fechado que, em mãos, antes de ser lido, dá a conhecer a forma, a dimensão, as características do volume.

Desde os inícios da sua transferência, em 1980, para a Universidade de Coimbra até os dias atuais, ela está localizada no 2º piso da Faculdade de Letras. Da entrada principal do prédio, é preciso descer dois andares e, no subsolo, após contornar os corredores em quadrilátero, e passar pela Biblioteca Central, chega-se à Sala que leva o nome do antigo professor. Ou melhor, entra-se na primeira das duas divisões contíguas, retangulares, de piso de madeira, com estantes de livros ocupando as paredes, do chão ao teto, excetuando o lado com janelas.

Na sala principal, duas compridas mesas de madeira escura, juntas, cercadas de cadeiras de estudo, ocupam o centro. Atualmente, três computadores estão instalados junto às janelas opostas à porta. No canto direito, em cima do volumoso armário de aço com as fichas catalográficas em papel datilografado, o busto de Joaquim de Carvalho, em bronze⁴⁷⁷, chama o olhar de quem entra. A imagem do professor também é vista em cores. No alto da porta que leva à segunda câmara, está fixado o retrato a óleo pintado pelo prestigiado João Reis, em 1939, adornado por uma moldura. O quadro, a estátua, os livros e impressos compõem o “monumento”, entendido, desde as suas origens filológicas, como “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação⁴⁷⁸”. Também por isso, cada livro pode ser visto como um documento não isolado do “monumento” de que faz parte.

Visto isto, será agora importante perceber quais os critérios de classificação e organização da atual biblioteca, ressaltando que não se trata de uma reprodução exata do desenho que Joaquim de Carvalho foi fazendo (e desfazendo) na sua residência. Nesse sentido, a bibliotecária-arquivista Natércia Coimbra, que participou da equipe de catalogação e

476 Há um pequeno número de livros enviados a Joaquim de Carvalho após o falecimento do professor que, por serem continuidades de relações firmadas na constituição da biblioteca, não serão desconsiderados, numa amostra de 60 exemplares, todos vindos do estrangeiro, em maior número do Brasil, França e Espanha, com títulos do México, Panamá e Venezuela. Os temas são aqueles já identificados como de interesse do professor, como os livros de Julio García Morejón, *Unamuno y el Cancionero: la salvación por la palabra* (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1966) e *Dos coleccionadores de angustias: Unamuno y Fidelino de Figueiredo* (São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1967). Outros exemplos: Gil Vicente, *Dois autos de Gil Vicente*, 2ª. ed. melhorada e acrescida (Rio de Janeiro: Organização Simões, 1973); *Textos de sociologia: problemas da abordagem interdisciplinar* (Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Brasil, 1963); Juan Zaragüeta, *Estudios filosóficos* (Madrid: Inst. Luis Vives de Filosofía, 1963); Andrés Bello, *Borradores de poesía*. Obras completas de Andrés Bello n.º 2 (Caracas: Ministerio de Educación, 1962); Stanislas Breton, *L'être spirituel: recherches sur la philosophie de Nicolaï Hartmann* (Lyon: Imprimerie Emmanuel Vitte, 1962); Ernst Zinner, *Einige Handschriften des Johann Regiomontan: aus Königsberg in Franken*. (s/l.: s/a., 1964).

477 Busto de Joaquim de Carvalho, do escultor Raul Xavier (1940).

478 GOFF, Jacques Le. “Documento/Monumento”. In *Enciclopédia Einaudi*. vol. 1, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 95-106, p. 95.

organização da Sala Joaquim de Carvalho desde os inícios da década de 1980, deu um valioso testemunho: “O importante era organizar a biblioteca, não da maneira que ele tinha em casa, porque nós não sabíamos, nem a família sabia muito bem, mas tentando perceber qual foi o espírito que tinha presidido ao colecionar aquela biblioteca”⁴⁷⁹.

“Era uma biblioteca excepcional”, como recorda o bibliotecário Carlos Santarém, que coordenou os trabalhos de catalogação⁴⁸⁰. Segundo ele, foi com financiamento da Fundação Gulbenkian que se formou uma equipe que oscilou entre 7 e 10 pessoas, em regime de trabalho pós-laboral, com alguns funcionários da própria Faculdade de Letras, para registrar e carimbar os livros. O bibliotecário destacou o peso dos trabalhos de história na biblioteca, com temáticas que logo sobressaíram, como o do liberalismo, com primeiras edições e encadernações que denotam o zelo do professor. O número de livros de filosofia e história em língua estrangeira, bem como as traduções de autores estrangeiros foram outras das características que mais chamou a sua atenção durante os trabalhos. “Julgo que é nítida a importância do Brasil na biblioteca dele”, acrescentou⁴⁸¹. O próprio Santarém, antigo morador da Alta Coimbra, rememorou a figura de Joaquim de Carvalho – que vivia na rua paralela à casa que o recebeu em 1957 –, com quem muitas vezes se cruzou, sem chegar ao relacionamento pessoal. No entanto, confessou que, devido ao seu prestígio intelectual e por ser um professor antissalazarista, era “uma pessoa por quem eu tinha consideração”⁴⁸².

De acordo com Natércia Coimbra, a equipe de catalogação buscou conciliar a busca por compreender o espírito da livraria com um sentido de eficiência na organização do espaço para, o mais breve possível, possibilitar o acesso dos leitores aos títulos⁴⁸³. Havia ainda o

479 Entrevista a Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra, em 24/10/2012. Licenciada em Direito (1978) e pelo curso de Bibliotecário Arquivista (1980), ambos na Universidade de Coimbra. Desde 1985, é coordenadora técnica do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) da mesma Universidade, trabalhando sobretudo na área dos arquivos privados de políticos. Colaborou durante vários anos, desde 1987, com a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas (BAD) como formadora dos cursos de Técnicos Auxiliares. Atualmente, Natércia Coimbra coordena o projeto do Arquivo Eletrónico da Democracia Portuguesa do CD25A.

480 Entrevista a Carlos Santarém Andrade, em 3/12/2014, em Coimbra. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, Carlos Santarém concluiu o curso de Bibliotecário-Arquivista na mesma universidade. Foi diretor da Biblioteca Municipal de Coimbra e é autor dos livros: *Presença, uma revista, um movimento...* (Coimbra: s/e, 1980); *Coimbra na vida e na obra de Camilo* (Coimbra Editora, 1990); *A Coimbra de Eça de Queirós* (Coimbra: Minerva, 1995); *A envolvimento coimbrã de Régio e Nemésio* (Coimbra: Câmara Municipal, 2001); *Os dias de Coimbra na criação de Miguel Torga* (Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 2003); *História do campo de Santa Cruz* (Coimbra, Associação Académica, 2008).

481 Entrevista a Carlos Santarém Andrade, 3/12/2014, em Coimbra.

482 *Idem, ibidem*.

483 Entrevista a Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra, 24/10/2012, em Coimbra. “Nossa obrigação foi essa, cumprir os objetivos que a família tinha pedido, rapidamente se se podia por a biblioteca a funcionar... e encontrar um esquema que fosse lógico, suficientemente eficaz para também fazermos logo aquilo que gostávamos, que era: responder positivamente às solicitações de quem viesse a procura de alguma coisa mais

critério economicista, uma vez que contavam com recursos financeiros, humanos e temporais limitados: “era prudente”⁴⁸⁴. Da lembrança dos muitos caixotes de livros espalhados, Natércia chegou a esta comparação: “Era a biblioteca de Babel, estava lá tudo e não se sabia onde... ninguém se entendia...”⁴⁸⁵. Na prática, o material das caixas que chegava da Figueira da Foz era reagrupado em pilhas pelo chão e em cima das mesas. Depois, foi separado por grandes áreas do conhecimento: Filosofia, Literatura, História, Ciências⁴⁸⁶. Na sala menor, guardaram-se revistas, bibliografias estrangeiras e alguma parte do livro antigo. Sobre esse processo, Carlos Santarém lembrou:

Havia uma parte que era claramente a biblioteca de trabalho dele. A biblioteca da área da Filosofia, das Ciências afins, porque ele tinha muita coisa da psicologia, também já tinha muita coisa da sociologia. Tinha as grandes correntes do pensamento, todas representadas. E, depois, havia também áreas que percebemos como muito fortes. A literatura portuguesa, a literatura espanhola, o Brasil, também bem representado. Havia outras áreas menos importantes, (como a) da Medicina... Ele tinha um pouquinho de tudo. Talvez porque, percebemos que derivava, provavelmente, daqueles seus anos à frente da Imprensa da Universidade⁴⁸⁷.

Na reorganização do espaço, foi a Filosofia eleita para ficar à entrada, na parede que ocupa todo lado esquerdo de quem cruza a porta. Um dos critérios internos foi o cronológico: Filosofia Clássica, Medieval, Moderna, Contemporânea. Mas também se utilizou o critério comparativo por países, como as prateleiras que reúnem livros História da Filosofia no Brasil, no Uruguai, em Portugal, na França, na Itália, na Alemanha, entre outros. Desse modo, um mesmo autor pode estar em estantes diferentes. Natércia explicou:

O primeiro (critério) foi esse, grandes áreas do conhecimento. Dentro de cada área do conhecimento, descemos à cronologia, ao critério cronológico de arrumação na estante, e depois do critério cronológico foi o da ordem alfabética dos autores. Portanto, pode ter Locke em dois sítios da estante, por exemplo⁴⁸⁸.

Segundo a bibliotecária-arquivista, a exclusividade de alguns, bem como a preciosidade de outros – como algumas primeiras edições – foram as principais características

específica”. A bibliotecária explica que a reorganização nas prateleiras foi a opção de fundo, “de maneira que se viesse uma pessoa perguntar se o professor Joaquim de Carvalho tinha o Merleau-Ponty na primeira edição, nós sabemos onde é que ele está”.

484 *Idem, ibidem.*

485 *Idem, ibidem.*

486 *Idem, ibidem.*

487 *Idem, ibidem.*

488 *Idem, ibidem.*

que logo despertaram a atenção dos utilizadores, em maioria, investigadores da universidade. Numa época em que não contavam com o meio informático, todo o seu trabalho foi manual, com fichas datilografadas e disponibilizadas em um ficheiro.

Também por isso, os quantitativos de títulos que formam a biblioteca continuam em aberto. Durante o processo de compra, a livraria foi estimada em mais de 17.500 volumes. Atualmente, no catálogo digital, estão inseridos 11.494, o que é somente parte da primeira sala, uma vez que livros das prateleiras de Brasil, por exemplo, não estão incluídos. Nas fichas manuais, estão catalogados 16.596 livros. No entanto, há um número relevante de impressos, entre brochuras, catálogos, folhetos, revistas e volumes que não chegou a ser inventariado manualmente, acervo que está fora dessa contagem. Como exemplo, as cinco prateleiras da coleção de Catálogos, com cerca de 450 exemplares. Deste modo, não se estará longe da exatidão a estimativa aproximada de 20 mil volumes guardados na Sala Joaquim de Carvalho.

Para efeitos de comparação, em um exemplo extremo, o acervo que o bibliófilo brasileiro José Mindlin (1914-2010), junto com sua esposa Guita Mindlin, reuniu durante oitenta e três anos, chegou a aproximadamente 38 mil títulos. A sua *Brasiliana*, que é tida como o maior acervo privado do gênero existente, com 32 mil livros, foi doada à Universidade de São Paulo (USP) em 2006⁴⁸⁹. Sabe-se, porém, que uma biblioteca para ser excepcional não exige tais dimensões, como mostrou o bibliófilo, investigador e autor de obras fundamentais sobre o tema, Rubens Borba de Moraes (1899-1986), que deixou sua preciosa biblioteca de 2.300 obras ao casal Mindlin após seu falecimento. Não por acaso, esta biblioteca foi mantida intacta na nova morada e arrumada como estava no domicílio de Borba de Moraes⁴⁹⁰. Outro grande nome da bibliofilia brasileira, Plínio Doyle (1906-2000), formou uma biblioteca de referência ao longo de 60 anos, depois comprada pela Fundação Casa de Rui Barbosa, com aproximadamente 25 mil volumes⁴⁹¹. Em Portugal, a biblioteca que os familiares do crítico literário Pedro de Moura e Sá doaram à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em 1959, foi estimada em 19 mil volumes.

Mas, se o número de exemplares revela a dimensão do espólio, a Livraria de

489 A *Brasiliana* reunida por Guita e José Mindlin e considerada a mais importante coleção do gênero formada por particulares, conta com aproximadamente 32,2 mil títulos, que correspondem a cerca de 60 mil volumes. Cf. *A biblioteca Mindlin na USP*. Site da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. [Em rede: www.bbm.usp.br/node/1 (último acesso em 7/9/2015)]; MINDLIN, José. *Uma vida entre livros. Reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp/Companhia das Letras, 1997.

490 MINDLIN, José. “Rubens Borba de Moraes: um intelectual incomum”. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 79, n.º 192. Brasília: Inep, maio/agosto, 1998, pp. 108-111, p. 111.

491 DOYLE, Plínio. “Amigo dos livros”. In SILVEIRA, Julio (org.), RIBAS, Martha (org.). *A paixão pelos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, pp. 53-60, p. 54.

Carvalho se torna de valor peculiar pela qualidade e pelo critério seletivo que a formou. Frente a edições raras ou exemplares aparentemente comuns, de larga circulação, cada livro se renova no contexto de que faz parte. A biblioteca, cujo todo é mais que o somatório de suas partes, e que, neste caso, manteve a sua integridade conservada, oferece ao investigador múltiplas chaves de leitura, permanentemente relacionáveis tanto com a personalidade daquele que a formou, como com o tempo que atravessou (e condicionou) sua formação. Como referiu Antônio Cândido, ao escrever sobre a biblioteca do próprio pai: “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. Através desta cultura é possível esclarecer a história intelectual de um período, pois a formação de uma biblioteca equivale geralmente à superposição progressiva de camadas de interesse, que refletem a época através da pessoa”⁴⁹².

Sem perder de vista essas duas dimensões, mas seguindo os objetivos desta investigação, passar-se-á a evidenciar alguns aspectos da faceta bibliófila e colecionadora da personalidade de Joaquim de Carvalho.

Coleções da coleção e algumas práticas de leitura

Ao cruzar a porta da entrada, a biblioteca de Joaquim de Carvalho patenteia, como chave de leitura imediata e permanente, mas não única, os seus temas maiores da reflexão e de investigação. Basta olhar para a sua *Espinoziana*, nas dezenas de exemplares de escritos tanto do filósofo de Amsterdam, como sobre sua vida, obra e repercussão do seu pensamento, para se notar a presença de uma bibliofilia que foi comandada pelas suas preocupações acadêmicas. Exemplo vivo está na *Ética*, de Espinosa, de especial interesse por ter sido publicada em português com tradução, introdução e notas de Joaquim de Carvalho⁴⁹³. Das quatro diferentes edições desse livro em línguas estrangeiras⁴⁹⁴ vistas na biblioteca, todas possuem anotações com a sua letra. No entanto, a edição mais farta de marcas é a francesa, cuja tradução e notas são de Raoul Lantzenberg⁴⁹⁵. Tal exemplar não só guarda os comentários e riscos de Joaquim de Carvalho a lápis e caneta, como ainda traz quatro dos

492 CÂNDIDO, Antônio. “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu”. In *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Ano XXII, n.º 138 (abril-junho). Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1990, pp.82-86, p.82.

493 ESPINOSA, Bento de. *Ética: demonstrada à maneira dos Geómetras*. Coimbra: Atlântica, 1950.

494 Além da tradução francesa, a Biblioteca possui ainda duas edições em italiano, uma editada por Antonio Renda (Milano: A. Mondatori, 1939), outra com tradução de Mario Rosazza (Milano: Fratelli Bocca, 1913); e a edição bilíngue, com texto original em latim, com tradução em francês, notas e notícia sobre o livro por Charles Appuhn (Paris: Librairie Garnier Frères).

495 SPINOSA. *Éthique*. Trad.nouvelle, préf., table analytique et notes de Raoul Lantzenberg. Paris: Ernest Flammarion, s/d. FLUC SJC, cota 2-8-65 c.2.

famosos papelinhos que usava, neste caso a assinalar o início de cada um dos cinco livros que compõe a obra.

Joaquim de Carvalho era um leitor ativo, em diálogo com os textos, principalmente quando estes eram objeto da sua escrita. Nesse sentido, mesmo as edições mais ricas, com encadernações de couro e papel de qualidade, não constrangiam o leitor no seu ímpeto por assinalar, em letra pequena e, em geral, a lápis (grafite ou cor) os trechos que seu pensamento queria reter. Assim fez em *Le Dieu de Spinoza* (1914), de Gabriel Huan⁴⁹⁶, com sublinhados desde a capa, no sobrenome do autor, até a algumas páginas do texto. Mas, obviamente, também há os livros não anotados (talvez pela raridade do exemplar, ou devido ao fraco conhecimento da língua?), como acontece com o estudo em alemão *Über die Lehre des Espinoza*, de Moses Mendelssohn, de 1789, em encadernação em couro e provavelmente comprado a um alfarrabista francês, como diz a etiqueta mantida⁴⁹⁷. A diversidade de origem das edições é um dos aspectos de relevo do seu colecionismo. Frise-se que somente nos trabalhos sobre Espinosa se encontram edições brasileiras, italianas, francesas, belgas, holandesas, inglesas, espanholas, argentinas, polonesas⁴⁹⁸.

Na *Espinoziana* e, de um modo geral, nos seus temas de predileção, Carvalho organizava coleções e compulsava tudo o que a aventura do livro permitia. A estratégia colecionista se relaciona com seus objetivos de investigação, mas não exclui casos em que o objetivo maior é o da fruição bibliófila. O mesmo se pode afirmar da sua *Anteriana*, em outro exemplo, o que permite inferir, seguindo esses indicativos, que não seria diferente o destino da sua *Brasiliana*, tema que será retomado mais à frente. Assim, nas anotações inseridas nas páginas de muitos dos seus livros podem ser encontrados os indícios de sua obra em construção, assim como do seu relacionamento com o objeto impresso. Por exemplo, no *Catálogo da Livraria de Anthero de Quental, legado á biblioteca publica de Ponta Delgada*, que encadernou, registrou no cimo da capa uma indicação ao artesão, que não apagou depois

496 HUAN, Gabriel. *Le Dieu de Spinoza*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1914. FLUC SJC, cota 2-8-65 c.2.

497 Na contra-capa, há a etiqueta verde: “A. Frank successeur de Brockhaus & Avenarius. Librairie Allemande-Française. Paris Rue de Richelieu, 69”. FLUC SJC, cota: 2-8-66.

498 Como exemplo: Lívio Teixeira, *A doutrina dos modos de percepção e o conceito de abstração na filosofia de Espinosa* (São Paulo: Universidade de São Paulo, 1954); Paul Vernière, *Spinoza et la pensée française avant la Révolution* (Paris: Presses Universitaires de France, 1954); León Dujovne, *Spinoza: su vida, su época, su obra, su influencia* (Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1941-1945); Mário Méndez Bejarano, *Velada en honor de Benito Espinosa* (Madrid: Real Academia de Jurisprudencia y Legislación, 1930); Kuno Fischer, *Spinozas Leben, Werke und Lehre* (Heidelberg: Carl Winter, 1946); Ida Somma, *Il problema della libertà e del male in Spinoza e Leibniz* (Napoli: Francesco Perrella, 1933); Benzion J. Hirsch, *Spinoza's verhouding tot het openbarings-Jodendom: aan de hand van zijn wereld- en levensleer, beschreven in zijn Ethica* (Amsterdam: A. T. Kleerekoper, 1932); Gustav Theodor Richter, *Spinozas philosophische Terminologie: historisch und immanent kritisch Untersucht* (Leipzig: J. A. Barth, 1913); Samuel Alexander, *Spinoza and time* (London: G. Allen & Unwin Ltd., 1927); *Ueber die Lehre des Spinoza in Briefen an den Herrn Moses Mendelssohn* (Breslau: Löwe, 1789).

de feito o serviço, e onde consta a seguinte instrução: “percalina = não apare e conserve as capas”⁴⁹⁹. Aliás, Joaquim de Carvalho não deixava fora muitas das etiquetas de livrarias e registrava os ateliês de encadernadores e, por vezes, os valores das edições adquiridas, sinais do relevo que dava às materialidades do livro e da leitura.

A coleção de Catálogos, os livros-bibliotecas

Nesse e em outros casos, as coleções e os impressos são testemunho do seu modo de encarar o Livro como objeto “mediador”. Outro exemplo é oferecido pelo extenso número de Catálogos coligidos. São inventários de Documentos e de Exposições⁵⁰⁰, algumas ocorridas ainda no século XIX, como o *Catálogo da Exposição Insular e Colonial Portuguesa em 1894 no Palácio de Crystal Portuense* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1895). Há também aqueles Catálogos de Correspondências, que reuniu às outras publicações do tema⁵⁰¹. No entanto, interessaram-lhe, particularmente, os Catálogos de Livros e, sobretudo, os respeitantes a espólios de livreiros, de bibliotecas a serem leiloadas, a acervos de instituições de pesquisa ou de bibliófilos. Para além dos 57 títulos indexados, que incluem edições de bibliografia, inventários de manuscritos e de bibliotecas, há uma estante (com a inscrição “Catálogos - Por registrar e catalogar. Cota: 34-1/6”) onde quatro centenas de exemplares, em maioria brochuras, instalados em cinco prateleiras, esperam tratamento bibliotécnico. Os leilões realizados em Lisboa sob a direção de Arnaldo Henriques de Oliveira são presença recorrente nessa coleção. Como exemplo: o *Catálogo de duas magníficas e interessantes livrarias a de um ilustre escritor, muitos anos residente no Brasil e a do distinto camilianista Dr. Azevedo*

499 *Catálogo da Livraria de Anthero de Quental, legado á biblioteca publica de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: s/e, s/a. FLUC SJC, cota 8-8-37.

500 *Catálogo da exposição de escultura de Julio Vaz Junior*. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1910; MENDES, Mário. *Continuação do catálogo do museu: peças anatómicas n.º s 63 a 100*. Coimbra: Instituto de Medicina Legal, 1923; PERES, Damião. *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto*. Porto: Museu Municipal do Porto, 1924; *Idem, Catálogo das moedas portuguesas do Museu Municipal do Porto*. Porto: Museu Municipal, 1934; *I Salão dos independentes: (catálogo)*. Lisboa: s/e, 1930; *Exposição de pintura de Abel-Cardozo: catálogo com uma apreciação pelo notável escritor Dr. Fidelino de Figueiredo*. Lisboa: s/e, 1932; *Catálogo da exposição de obras de arte francesas existentes em Portugal, Junho de 1934*. 2 vols. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1934-1939; *Opere di Benedetto Croce (catálogo)*. Bari: Gius, Laterza & Figli, 1935; *Exposição do mundo português: Portugal em Espanha (obras de arte e documentos): Contribuição espanhola às comemorações centenárias*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1940; *Exposição de os Primitivos Portugueses: 1450-1550: catálogo-guia*. 2ª ed. Lisboa: Bertrand, 1940; *Centenário da ponte Pênsil: exposição comemorativa inaugurada no dia 17 de Fevereiro de 1943: palestras e catálogo*. Porto: Câmara Municipal, 1943; *Imagens e costumes do Porto de outras eras: exposição de aquarelas, desenhos e iluminuras de Gouvêa Portuense inaugurada a 25 de Novembro de 1944: palestras e catálogo*. Porto: Câmara Municipal, 1946; KEIL, Luis. *Exposição de faianças artísticas portuguesas (cópias de originais dos séculos XVII a XIX) e de ferros artísticos (catálogo)*. Lisboa: s/e, 1947.

501 Como exemplo, FRIC, René. *Catalogue préliminaire de la correspondance de Lavoisier*. Paris: Union Internationale d'Histoire de Sciences, 1948; *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, 6 vols. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1944-1956.

Borrvalho... (1946)⁵⁰². Ao lado de “residente no Brasil”, Joaquim de Carvalho escreve a lápis: Fran Pacheco. Ou seja, indica saber que o anonimato do proprietário dos livros em leilão se tratava do ex-cônsul de Portugal no Maranhão e no Pará, Manuel Francisco Pacheco (1874-1952).

As lutas liberais são destacadas na capa do Catálogo do leilão da livraria do advogado João Carlos de Almeida Carvalho⁵⁰³. Entre os muitos livros marcados por Joaquim de Carvalho no exemplar, destacam-se edições oitocentistas como: *Hoje não é hontem* (1848), de José Maria do Casal Ribeiro; *Histoire des classes ouvrières et des classes bourgeoises*, por Granier de Cassagnac; *Portugal no século XIX*, por Luís Carné (1837), o opúsculo “curioso e raro” *Observações que a algumas expressões do deputado J. A. de Magalhães, em sessão de 30 de Junho de 1840, nas Cortes Portuguesas faz o ex-Ministro de Portugal no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840). Ao lado dos títulos, encontram-se anotações feitas à caneta, na letra de Carvalho, com valores estimados para a obra (entre 2.000 e 3.000). O livro de Oliveira Martins, impresso em Madrid, *Historia de uma idea. Espanha y Portugal* (1868), terá atingido um valor acima da média (8.000).

O fato desses títulos não se encontrarem na biblioteca indicia a manifestação de um interesse bibliográfico que não se traduziu em aquisição. No entanto, o talão do leilão, colado no fim do exemplar, com o carimbo de cobrança, revela que o professor arrematou 16 impressos leiloados, num total de 282\$70 escudos, mais portes. Lista que inclui o livro *O Ministério, o Rei e o Paiz. Revelações* (Lisboa: Typographia Universal, 1861), sem autoria atribuída, por 3\$00 escudos. Joaquim de Carvalho guardou também ali a correspondência enviada de Lisboa pela Livraria Lusitana de José dos Santos, instalada na Calçada do Combro, n.º 131. A fonte informa que o professor deu instruções “ao Dr. Alexandre de Seixas” para intervir no leilão⁵⁰⁴. Assim, por procuração, o professor de Coimbra participava, direta ou indiretamente, nas sessões públicas de venda de livros realizadas em outras cidades,

502 Cf. OLIVEIRA, Arnaldo Henriques de. *Catálogo de duas magníficas e interessantes livrarias a de um ilustre escritor, muitos anos residente no Brasil, a do distinto camilianista Dr. Azevedo Borrvalho... clássicos e uma numerosa camiliana*. Lisboa: Livraria Manuel dos Santos, 1946. Entre as dezenas de impressos desse leiloeiro, cite-se ainda, como exemplo, o *Catálogo da esplêndida livraria que pertenceu a um distinto bibliófilo, notável sobretudo pelas luxuosas encadernações e um conjunto magnífico de obras de bôns autores, sobre história, arte, literatura, bibliografia, viagens, etc., etc.*, vendida em leilão que terá início em 20 de Junho de 1946 e dias seguintes no Salão da liquidadora Fuertes, Lta. Sob a direção de Arnaldo Henriques de Oliveira. Lisboa: s/e, 1946.

503 Segue o texto de capa, com destaques tipográficos em negrito: “Catálogo de uma magnífica e valiosa coleção de livros verdadeiramente notáveis dos séculos XVI a XX a maioria dos quais pertenceram à importante Biblioteca do distinto advogado, proficiente taquígrafo e brilhante jornalista setubalense, **Dr. João Carlos de Almeida Carvalho** organizado por **José dos Santos**. Edições originais, livros ilustrados, livros estrangeiros referentes à Portugal, publicações periódicas notáveis, obras sobre Literatura, Bibliografia, Belas-artes, História, Viagem, etc. **Lutas liberais - A Açoriana**. Lisboa: Tipografia Viana, 1936”.

504 SJC-FLUC. Carta de José dos Santos a Joaquim de Carvalho, Lisboa, 18/6/1936, sem catalogação.

principalmente em Lisboa e no Porto.

Muito mais do que a circunstância que os move, o colecionismo dos Catálogos também se liga ao fato de que estes são livros que recenseiam bibliotecas inteiras. A alguns foi dada tão grande importância que receberam encadernação de couro e o ex-libris de Joaquim de Carvalho. Assim fez com o *Catálogo da preciosa livraria Antiga e Moderna que pertenceu ao distinto bibliophilo e bibliographo Annibal Fernandes Thomaz*, de 1912. Na lista de livros, estão compiladas coleções que versam sobre: a Guerra Peninsular, *Camoneana*, *Judaica*, Bibliografias, Jesuitismo, Inquisição, Biografias, Manuscritos, e edições “vulgares, raras e raríssimas”. A apresentação do bibliófilo, que reuniu a biblioteca por mais de quarenta anos, também acicatava interesse dos compradores:

Foi um dos eruditos dos nossos tempos. Camillo Castello Branco conceituava-o de “versadíssimo n’estas materias de archeologia literária”. Collecionava tudo o que tinha valor. A sua livraria é ultra-rica em muitos ramos do saber humano. Peças raras, folhetos nunca vistos, curiosidades de um interesse extraordinário, especialmente no que diz respeito a Portugal, ou que com Portugal se prendem, acham-se nas páginas d’este catalogo. Este leilão representa, pois, uma ocasião unica, impossivel de tornar-se a repetir-se. A proveniencia da livraria é garantia mais do que suficiente do seu estado. Todos sabem o cuidado extremo com que Annibal Fernandes Thomaz tratava os livros⁵⁰⁵.

Outros títulos vinham ao encontro da atenção que prestava a outros aspetos do livro: a sua produção tipográfica. É o caso do *Catálogo de quatro importantes livrarias que serão vendidas em leilão sob a direção de José dos Santos e com um prefácio de Gustavo Matos Sequeira* (1925), saído das prensas da Universidade quando o professor foi também diretor da sua tipografia e casa editora.

Serão tais exemplos suficientes para explicar o grande e permanente interesse de Joaquim de Carvalho em reunir Catálogos, certo que essas edições estavam entre as principais vias, se não a principal, de informação e atualização bibliográfica na época? O próprio Joaquim de Carvalho era um comprador de livros para si e para o Estado, seja enquanto diretor da Biblioteca Geral da Universidade, ou nas recomendações de aquisição bibliográfica, comuns aos professores da Universidade. Como investigador, soube reconhecer o valor dos Catálogos como fonte histórica⁵⁰⁶, visto na sua própria bibliografia. O professor foi também

505 *Catálogo da preciosa livraria Antiga e Moderna que pertenceu ao distinto bibliophilo e bibliographo Annibal Fernandes Thomaz*. Lisboa: Centro Typographico Colonial, 1912.

506 Tal dimensão tem sido amiúde pelos historiadores do Livro e da Leitura. Da vasta bibliografia, destaque-se, em Portugal, os trabalhos de Manuela Domingos sobre o tema. Cf. DOMINGOS, Manuela D. “Os catálogos de livreiros como fontes da História do Livro: o caso dos Reycend”. In *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2,

orientador de trabalhos acadêmicos de temáticas várias, no que teria de conhecer e, por vezes adquirir, edições que, se não lhe interessavam diretamente, seriam úteis para seus alunos. Como apreciador do livro raro e leitor do que já saiu de circulação, estava atento ao mercado alfarrabista, bem como aos negociantes que comunicavam com ele. Em simultâneo, também esteve sempre atento à novidade acabada de sair da gráfica, ou posta à venda nas livrarias, mesmo que distantes.

Por outro lado, o volume reunido de Catálogos, a sua diversidade de períodos, o zelo na guarda, são atitudes próprias da bibliofilia, onde o prazer de ler se associa ao de procurar e, depois de encontrar, para conservar. Os rastros deixados no manuseio desses impressos se integram no modo como ele colecionava *tudo* o que pudesse estar relacionado com os assuntos que mais diretamente pesquisava. Na sua marcação do texto, gravava os livros que despertavam sua curiosidade ou desejo de leitura, quer fossem depois adquiridos ou não. Também guardou, em alguns exemplares, a correspondência com livreiros, talões com a lista dos livros que tentou arrematar em leilões, faturas de compras. Tal coleção pode ser vista ainda como fonte e objeto de investigação, uma vez que o próprio Joaquim de Carvalho foi um organizador e comentador de Catálogos, seja para venda de livros da Imprensa da Universidade⁵⁰⁷, seja como instrumento para a reflexão sua e de outros⁵⁰⁸. Por fim, nessa coleção estão reunidas centenas de bibliotecas que existiram ou ainda existentes, mas na maioria conservadas apenas na sua forma de livro-biblioteca.

A coleção de Catálogos prova que os seus interesses de editor e de diretor de uma biblioteca não eram meramente burocráticos, porque se cruzavam com o seu gosto de colecionista. Outro desses exemplos está no núcleo de livros editados na Imprensa da

vol. 4, n.º 1 (jan.-jun.). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989, pp. 83-102; *Idem*; GONÇALVES, Paula; FIGUEIREDO, Dulce (coords.). *Estudos sobre história do livro e da leitura em Portugal, 1995-2000*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

507 Efetivamente, Joaquim de Carvalho foi o organizador do catálogo *A Imprensa da Universidade de Coimbra na exposição do livro português em Madrid* (junho de 1928). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928. Durante o período em que esteve à frente da IUC, a editora foi responsável pela publicação do *Catálogo da exposição d'arte realizado em Junho de 1925 em honra do congresso para o progresso das ciências*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925; e, por ordem do Arquivo Histórico-Militar, do *Catálogo da exposição bibliográfica e iconográfica comemorativa do 1º centenário da Batalha da Vila da Praia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

508 Entre outros exemplos vistos na bibliografia utilizada por Joaquim de Carvalho, destaque-se o seu prefácio-estudo ao catálogo da livraria de Frei Diogo de Murça, cujo manuscrito foi publicado também pelo professor no *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, em 1927; o prólogo ao *Catálogo Monumentos de cultura e da arte tipográfica portuguesa no século XVI existentes na biblioteca de D. Manuel II* (1948); e a seleção e apresentação do catálogo *Livros de D. Manuel II- Manuscritos, Incunábulos, Edições Quinhentistas, Camoniana e Estudos de Consulta Bibliográfica*. Joaquim de Carvalho foi também quem prefaciou e, segundo a autora, sua ex-aluna Mariana Amélia Machado Santos, quem tornou viável a edição do livro *Manuscritos de filosofia do século XVI existentes em Lisboa: catálogo*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951.

Universidade de Coimbra (antes e durante a sua direção). Nessa classificação, estão obras que nos informam sobre a história da casa editora centenária, sobre a Universidade da qual faz parte, assim como sobre a cidade de Coimbra e o panorama da cultura portuguesa, especialmente dos séculos XIX-XX. Nesse sentido, podem ser lidos títulos como *Memória Historica e Commemorativa da Faculdade de Medicina nos cem anos decorridos desde a reforma da Universidade em 1772 até o presente*, de 1872⁵⁰⁹, obra que também cabia no espectro de interesses da investigação de Joaquim de Carvalho. Ou ainda o *Esboço historico da anatomia normal e pathologica*, de 1882⁵¹⁰, entre muitos outros, incluindo as teses da Universidade publicadas nas diferentes áreas do conhecimento. Ou seja, nesse grupo estão livros da Química, Direito, Matemática, Medicina, Psicologia, Filosofia, misturados a polêmicas, discursos⁵¹¹.

Dentro desse setor de impressos saídos da Imprensa da Universidade de Coimbra, há um outro, formado por livros editados durante o período em que Joaquim de Carvalho foi seu diretor (1921 a 1934)⁵¹², e onde, não por acaso, consta o escrito por António Ferrão, *A preparação profissional do pessoal bibliotecário* (1930), publicação da Academia das Ciências de Lisboa, saído dos prelos da Universidade.

509 O autor, Bernardo Antonio Serra de Mirabeau, é identificado na obra como lente catedrático da mesma Faculdade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872.

510 JUNIOR, Daniel Ferreira de Mattos. *Esboço historico da anatomia normal e pathologica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1882.

511 Entre os muitos exemplos, cite-se: TOMÁS, Manuel Fernandes, *Repertorio geral, ou indice alphabetico das leis extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, comprehendendo tambem algumas anteriores, que se achão em observancia*. 2 vols (Real Imprensa da Universidade, 1815-1819); *Sessão do Conselho de Guerra feito ao chefe de guerrilha José Joaquim de Sousa Reis, Remechido, no 10 d'Agosto de 1838, no Edificio da Misericórdia na Cidade de Faro, no Reino do Algarve, Extrahida do Periodico dos Pobres de Lisboa, n.º 187* e os *Apontamentos Biográficos, Extrahidos do Diario do Governo, n.º 188* (1838); CARVALHO, Joaquim Augusto Simões de. *Lições de philosophia chimica*. 2ª ed. reformada (1859); SAMPAIO, Adrião Pereira Forjaz de. *Theses selectas de Direito as quaes presidindo o... Doutor Adrião Pereira Forjaz de Sampaio...se propõe defender na Universidade de Coimbra para obter o grau de Doutor Lucas Fernandes Falcão* (1868); ROCHA, Augusto. *Ensaio de physiologia humana: das modificações que a respiração introduz no sangue* (1872); MONTEIRO, António Xavier de Sousa. *A sepultura ecclesiastica: segundo opusculo, resposta ao Sr. desembargador António Maria do Couto Monteiro* (1874); VASCONCELOS, António Egípcio Quaresma Lopes de. *Theses de medicina theorica e pratica as quaes sob a presidencia do Doutor Antonio Eglypcio Quaresma Lopes de Vasconcellos se propõe defender na Universidade de Coimbra Augusto António d'a Rocha* (1876); RODRIGUES, Raimundo Venâncio. *Theses de mathematicas puras e applicadas que sob a presidencia do Doutor Raymundo Venancio Rodrigues se propõe defender na Universidade de Coimbra no dia 14 de junho de 1875 Francisco da Costa Pessoa* (1875); LIMA, José Lobo d'Avila. *Socorros mutuos e seguros sociaes* (1900).

512 Exemplos: SILVA, Bento António dos Santos Silva. *Sobre os orificios de entrada e de saída dos projecteis. Estudo feito nos "Arquivos do Instituto de Medicina Legal de Coimbra"* referente aos anos de 1915-1925. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925; SAMPAIO, Luís Teixeira de. *O arquivo histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros: subsidios para o estudo da história da diplomacia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925; entre outros.

O livro antigo ou Nec Tardum Neque Incertum

Enquanto coleções, como a de Catálogos, exigem cuidados acrescidos ao investigador, devido ao implícito informativo que contém, outras interpõe-se por vistosas apresentações, com capas em pele e gravações em revelo nas grossas lombadas. Nas cinco estantes contíguas à porta, preenchendo a parede da esquerda com onze prateleiras, se destaca a grande área reservada à Filosofia. Nesse edifício-parede, todo rés-de-chão é ocupado por uma encadernação antiga, em solenes tomos que somente olhando sugerem, mas não alcançam, a raridade tão acessivelmente depositada. Nesse grupo, estão edições eruditas, de grande valor bibliófilo, dos séculos XVII e XVIII. Exemplo da obra jurídica portuguesa *Decisiones*, de 1699, impresso em Lisboa na tipografia de Bernardi A Costa de Carvalho, por Antonio de Sousa de Macedo⁵¹³. Bem encadernado e de livre acesso, tal exemplar está em melhor estado de conservação que os dois que estão à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)⁵¹⁴.

A língua desses livros raros é o latim, mas há notáveis edições em português, como o *Tractado Practico Juridico, e Civel*⁵¹⁵, por Manoel Antonio Monteiro de Campos, com edição de 1768. Outro exemplo, em excelente conservação, é a *Historia da Santa Inquisição do Reyno de Portugal e suas Conquistas*⁵¹⁶, de 1750, impresso em Lisboa, na Régia Oficina Sylviana e da Academia Real. Nota-se a influência dos centros editoriais italianos de Pádua e Veneza no Setecentos, origem dos cinco volumes, em dez tomos, da *Prompta Bibliotheca Canonica, Juridica, Moralis, Theologica*, por Lucii Ferraris (Veneza, 1778)⁵¹⁷; ou os nove

513 SJC-FLUC. V. CL. D. ANTONII DE SOUSA DE MACEDO. *Decisiones Supremi Senatus Justitiae Lusitaniae, & supremi Consilij Fisci, ac patrimonij Regij, cum gravissimis Collegis decretae: triplici indice locupletatae*. Ulyssipone: Typis Bernardi a Costa de Carvalho, 1699. Cota 27-2-86.

514 SJC-FLUC. Cota SC-4341-A [em rede: purl.pt/23094. Biblioteca Nacional Digital].

515 A obra se apresenta como “utilissima e necessaria para todos os que principiao os Officios de Julgar, e Advogar, e para as pessoas, que litigão em os Auditorios deste Reino, &tc”. Está dividida em duas partes: a primeira trata do contrato da Sociedade e Companhias, enquanto a segunda se “descrevem as mais principais acçoens, que há em Direito, com suas excepções, ou defeza dos Reos”. MANOEL Antonio Monteiro de Campos Coelho da Costa Franco. *Tractado Practico Juridico, e Civel. Fundado em as Leys do Reino, Direito Comum, Canonico, Civel, e com as mais polidas doutrinas dos Doutores. Dedicado ao Senhor Doutor Manoel Gomes Ferreira, Lente de Canones na Universidade de Coimbra, Collegial do Real Collegio de S. Paulo, dignissimo Dezembargador dos Aggravos da Casa da Suplicação, Conego Doutoral da Cidade de Evora, Deputado do Santo Officio, e da Assembleia de Malta, e extraordinario do Regio Tribunal da Meza Censória (...)*. Lisboa: Na Officina de Joseph da Silva Nazareth, Anno MDCCLXVIII (com as licenças necessarias).

516 *Historia da Santa Inquisição do Reyno de Portugal e suas Conquistas. Primeira Parte (...)* oferecida ao muito alto, e poderoso Rey D. João V, nosso senhor. Composto pelo padre Fr. Pedro Monteiro ulyssiponense, doutor e mestre em teologia (...). Livro segundo. Lisboa: na Régia Officina Sylviana, e da Academia Real. Impresso em preto e vermelho.

517 SJC-FLUC. LUCI FERRARIS. *Prompta bibliotheca canonica, juridica, moralis, theologica nec non ascetica, polemica, rubricistica, historica de principalioribus et fere omnibus quae in dies occurrunt, nec penes omnes facile, ac prompte reperiri possunt, ex utroque Jure, Summorum Pontificum Conflitutionibus, ac praefertim Supremi Magiftri Benedicti XIV (...)* Accurate Collecta, Adaucta, in unum Redacta, Ordine

tomos da *Ciceronis Opera*, de M. Tullii, impressos em Pádua (1753)⁵¹⁸.

Em maioria, esse núcleo não está ainda disponível no catálogo digital da Universidade, mas somente localizado nos ficheiros manuais, de papel, instalados na sala⁵¹⁹. Nessa longa prateleira está a tradução da *Odyssea*, feita por Bernardo Zamagna⁵²⁰ e editada em 1777 em homenagem a Petrum Leopoldum. Com o *ex-libris* do professor de Coimbra, “Nec Tardum Neque Incertum”⁵²¹, na encadernação em pele e lombada em dourado, há a *Historia Ecclesiastica Veteris Novique Testamenti*, de Natalis Alexandri, de 1734⁵²²; ou ainda a edição seiscentista do *Tractatus de Exclusionem, Inclusionem, Successionem, & Erectionem Maioratus*, de Emmanuelis Alvares Pegas, com primeiro tomo de 1685⁵²³.

A Literatura e o Autógrafo

Tratando-se de um grande leitor, não se deve estranhar o relevo que a poesia ganhou na biblioteca de Carvalho, tanto mais que o próprio escreveu sobre Camões e suas leituras filosóficas, na década de 1920, assim como sobre Eugénio de Castro, no fim dos anos 1930; e sobre Antero, Teixeira de Pascoaes e Unamuno, na década de 1950. O gênero também o envolveu como editor, quando, em 1933, a Imprensa da Universidade deu guarida à edição do livro *Poesias*, de Catulo (84 a.C. - 54 a.C.). Não deve admirar esta abertura, pois estamos perante um erudito para quem tudo o que fosse humano não lhe era indiferente. E a poesia era,

Alphabeticum Congesta, Atque in Decem Tomos Distributa. Editio Postrema Absolutissima. Venetiis: Typis Modesti Fentii, 1778, vol. 1. Três volumes, 10 tomos. Cota 4-1-86.

518 Obra impressa na tipografia Seminarii apud Joannem Manfré.

519 Consulta a esta secção realizada no mês de dezembro de 2014.

520 SJC-FLUC. *Homeri Odyssea Latinis Versibus Expressa a Bernardo Zamagna Ragusino ad Optimum Principem Petrum Leopoldum Austriacum & c. &c. &c.* Excudebant Fratres Pazzinii Carlii. Praesidium Permissu. Senis 1777. Cota 4-3-86. [Um exemplar de 1833 está disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_IzivVX3y7fwC].

521 O *ex-libris* que, em geral, está nos exemplares mais antigos foi desenhado por Augusto Moreira Júnior, em zincogravura, com a inscrição “Da livraria do Dvotor Joaquim de Carvalho” e a legenda em latim *Nec tardum neque incertum*. O professor usava também outros dois *ex-libris*, vistos nos títulos dos anos 1950, por exemplo. Um mais recorrente, com a inscrição “*Sedate*” (que pode ser traduzido como calmo, quieto), desenhado por António Ferreira Piedade. E outro somente com a inscrição “Dos livros do Dr. Joaquim de Carvalho”. Cf. [Guia das exposições]. *III Encontro Nacional de Ex-libristas*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979.

522 SJC-FLUC. *Historia Ecclesiastica Veteris Novique Testamenti, de Natalis Alexandri. Ab orbe condito ad Annum post Christum natum millesimum sexcentisimum: Et in loca ejusdem insignia Differtationes Historicae, Chronologicae, Criticae, Dogmaticae*. Editio Omnium Novissima, notis & Animadversionibus, quoad Hilstoriam & Dissertationes novi Testamenti, aucta ad castigationem & illustrationem opinionum quarundam Auctoris, Opera et Studio Constatini Roncaglia – Lucensis, Congregationis Matris Dei. Eminentissimo, Acreverendissimo Principi Antonio Xaverio S.R.E Cardinali Gentili. Tomus Primus. Lucae MDCCXXXIV. Typis Leonardi Ventirini de Superiorum Licentia. Cota 5-1-86. Localizados do 2º ao 9º tomo.

523 SJC-FLUC. Emmanuelis Alvares Pegas J.C. Lusitani, In supplicationis Senatu Causarum Patroni (...). *Tractatus de Exclusionem, Inclusionem, Successionem, & Erectionem Maioratus, in tres partes divisus*. Pars prima nunc primum in Lucem Prodit. Ulyssipone. Ex Typographia Michaelis Deslandes. Sumptibus Antonii Leite Pereira. MDCLXXXV. Com facultate Superiorum, & Privilegio Regio. Cota 5-1-86. Há tomo I e II.

para ele, uma das maiores expressões da ação criadora do homem. Afirmou-o no ato de jubilação de Eugénio de Castro (1939), ao lembrar que “*Poiein*, raiz da palavra poesia, chamaram os gregos, os mestres sempre atuais e vivos, às criações do artista, quando à maneira do escultor vazam a beleza das concepções na perfeição trabalhada da forma”⁵²⁴.

Na reunião dos seus livros, percebe-se que, também na sua biblioteca, a poesia se aproximava da filosofia, revelando sensibilidades, pensamentos e mundividências de diferentes lugares e períodos. Poesia e filosofia, que viu como irmãs gêmeas na obra de Teixeira de Pascoaes e Unamundo (bem como em Antero), mesmo ressaltando as diferenças no gênio dos poetas:

Um e outro pensaram e escreveram como se a poesia e a filosofia fossem irmãs gémeas, “si es que no la misma cosa”, precisou Unamuno, para quem “la filosofía, como la poesía, o es obra de intracción, de concinación, o no es sino filosofía, erudición seudofilosófica”; no entanto, da obra de Pascoais, essencialmente poemática, isto é, constituída por poemas singulares, que são intrinsecamente unidades irrepetíveis, não pode extrair-se uma “filosofia” com densidade e coerência, ao passo que das páginas de Unamuno se pode coordenar, como aliás já se fez — com que êxito e rigor não importa agora considerar — se não uma “filosofia” pelo menos o “filosofar” categórico e rotundo do seu espírito vivente e concreto de “hombre de carne y hueso”⁵²⁵.

Na sua biblioteca, Joaquim de Carvalho reuniu clássicos como Gil Vicente, Garcia de Resende, Sá de Miranda, Bocage, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Cesário Verde, Marquesa de Alorna, assim como poetas seus contemporâneos e alguns amigos: Afonso Lopes Vieira, João de Barros, José Régio, Jorge de Sena, Sophia de Mello Breyner Andresen, Alberto de Oliveira, Pedro Homem de Melo, o açoriano Eduíno de Jesus, Afonso Duarte, Florbela Espanca. Deu igualmente guarida à Amélia Janny (1842-1914), conimbricense conhecida da vida literária portuguesa oitocentista, apreciada por António Feliciano de Castilho, desenhada por Bordalo Pinheiro, e com versos em sua homenagem escritos por João de Barros⁵²⁶. Em outro registro, adquiriu e conservou um exemplar da poesia-denúncia *Assim cantava um cidadão do mundo: poemas que levaram*

524 CARVALHO, Joaquim de. “Homenagem a Eugénio de Castro”. *Biblos*, vol. XV, t. 1, Coimbra, 1939. Cf. *Idem*. In *O.C.*, vol. V, pp. 63-64.

525 CARVALHO, Joaquim de. “Teixeira de Pascoaes e Miguel de Unamuno no seu epistolário”. In *Epistolário Ibérico: Cartas de Teixeira de Pascoaes e de Miguel de Unamuno*. Nova Lisboa (Angola): Câmara Municipal, 1957. Cf. *Idem*, *O.C.*, vol. V, pp. 89-98, p. 90.

526 SJC-FLUC. JANNY, Amélia. *Progresso: poesia*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1867. Cota 27-4-109 c.3.

o autor treze vezes aos cárceres do santo ofício de Salazar (1952)⁵²⁷, do anarquista Roberto das Neves (1907-1981), ex-estudante de Histórico-Filosóficas em Coimbra e Lisboa, escritor e editor exilado no Brasil.

Os poetas estrangeiros são de variada origem, como o sevilhano D. Alberto Lista (1775-1848), o indiano Rabindranath Tagore (1861-1941), o asturiano Ramón de Campoamor (1817-1901), o argentino Arnaldo Liberman (1934-), e muitos brasileiros. Quanto a Fernando Pessoa, autor que Joaquim de Carvalho refere em textos, possuía as *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*⁵²⁸ e poesias inseridas em muitos estudos universitários sobre a obra pessoana nos anos de 1949 a 1957⁵²⁹. Mas, ao que parece por seus juízos, não terá sido um leitor entusiasta da obra pessoana⁵³⁰. Diferente parece ter sido a sua relação com a poesia de Florbela Espanca, sobre quem não escreveu ou referiu em estudos, mas de quem reuniu muito da sua poética⁵³¹.

Menos evidente é a presença da jovem e quase anônima Luiza Vilhena (1907-1927), de quem a livraria guarda o livro póstumo *Poesias* (1928)⁵³². É pelas mãos de seu pai, o médico Henrique de Vilhena (1879-1958), prefaciador da obra, que o exemplar parece ter

527 SJC-FLUC. NEVES, Roberto das. *Assim cantava um cidadão do mundo: poemas que levaram o autor treze vezes aos cárceres do santo ofício de Salazar*. Rio de Janeiro: Ed. Germinal, 1952. Cota 10-8-32.

528 SJC-FLUC. SIMÕES, João Gaspar (org., notas, introd.). *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1957. Cota: 10-2-86 c.4

529 Cf. MOISÉS, Massaud. *Fernando Pessoa. Aspectos de sua problemática*. São Paulo: Instituto de Estudos Portugueses, 1957; NEMÉSIO, Jorge. *Os inéditos de Fernando Pessoa e os critérios do Dr. Gaspar Simões. Com seis poemas inéditos de Fernando Pessoa e seus Heterônimos: Ricardo Reis e Vicente Guedes*. Edições Eros, 1957. Foram ainda localizados os estudos do crítico literário e professor universitário Jacinto do Prado Coelho, *Diversidade e unidade em Fernando Pessoa* (Lisboa: Ed. da Revista “Ocidente”, 1949), dissertação de concurso apresentada ao público em 1951; do leitor alemão do Instituto Germânico da Universidade de Coimbra, Albin Eduard Beau, com *Über die Bruchstücke zu einem “Faust” des portugiesischen Dichters Fernando Pessoa* (Weimar: Hermann Böhlau Nachf., 1955); o livro *Reflexos horacianos nas odes de Correia Garção e Fernando Pessoa (Ricardo Reis): comunicação*, 2ª ed. (Porto: Portvcaele, 1958), de Maria Helena da Rocha Pereira, então assistente de Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; e a obra do romanista holandês Marcus de Jong, *Fernando Pessoa: poetas portugueses* (Coimbra: s/l, 1955).

530 Na comparação com o poeta Unamuno, Carvalho cita que Fernando Pessoa, “de genial poder expressivo, dispersou-se em fragmentos demasiadamente intelectuais”. CARVALHO, Joaquim de. “Duas cartas inéditas de Miguel Unamuno”. In *Revista Filosófica*, n.º 5, agosto. Coimbra: Atlântida Editora, 1952, pp. 177-180. Anos depois, em outro escrito, mas agora comparando com Teixeira de Pascoais, o mundo poético de Pessoa é ajuizado como “um mundo solipsista, de quem somente se reconhecia no próprio eu e no complexo subtil dos estados e das relações subjetivas de que se apercebia”. Cf. *Idem*, “Teixeira de Pascoaes e Unamuno no seu epistolário”. *O.C.*, vol. V, pp. 89-98, p. 95.

531 Localizou-se na Sala Joaquim de Carvalho as edições de Florbela Espanca: *Cartas de Florbela Espanca a Dona Julia Alves e a Guido Battelli* (Coimbra: Liv. Gonçalves, 1931); *Charneca em flor: sonetos: 28 sonetos inéditos*. 2ª ed. (Coimbra: Liv. A. Gonçalves, 1930); *Livro de mágoas: livro de soror saudade: sonetos*. 2ª ed. (Coimbra : Liv. Gonçalves, 1931); *Juvenília: versos inéditos* (Coimbra: Liv. Gonçalves, 1931). Sobre a autora, foram localizados os estudos ESAGUY, Augusto de. *Florbela Espanca: uma carta inédita de Soror Saudade*. Lisboa: Editorial Império, 1954; SOMBRIO, Carlos. *Florbela Espanca*. (S/l): Ed. Homo, 1947.

532 SJC-FLUC. VILHENA, Luisa. *Poesias: livro póstumo*. Prefácio e notas de Henrique de Vilhena. Lisboa: Liv. Ferin, 1928. Cota 9-9-25. Da mesma autora, a biblioteca possui o livro *In memoriam*. Apresentado por Henrique de Vilhena. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva 1932. Cota 10-5-25 c.4.

chegado à biblioteca. Também autor de romances, político, professor universitário, que foi reitor da Universidade de Coimbra (1925-1926), Henrique de Vilhena travou estreito contato intelectual com Joaquim de Carvalho⁵³³, mensurado em parte pela correspondência entre ambos⁵³⁴ e manifestado na afetuosa coleção de pelo menos dezoito autógrafos dos livros daquele que se encontram depositados na biblioteca do professor da Faculdade de Letras⁵³⁵.

Tal exemplo demonstra que, para além das aquisições, Joaquim de Carvalho também recebeu muitas ofertas de livros. A reunião das obras autografadas constituiria, em si, uma coleção à parte, quer pela sua recorrência, quer pela singularidade do grupo de escritores que lhe manifestavam admiração e afeto. Muitos dos que assinam os exemplares são escritores portugueses com quem Joaquim de Carvalho manteve diálogo, de distintos modos: colegas de ofício, ex-alunos, escritores de diferentes quadrantes ideológicos, numa mistura que inclui nomes como Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Ferreira de Castro, José Régio, Jaime Cortesão, António Sérgio, Victor de Sá, João Gaspar Simões, mas também os situacionistas como Manuel Gonçalves Cerejeira, Marcello Caetano, ou como o seu colega na Academia das Ciências de Lisboa, Júlio Dantas. Em suma, dos “Dantas” aos “Anti-Dantas”, todos lhe

533 Ressalte-se que foi o acadêmico Joaquim de Carvalho quem recebeu Henrique Vilhena na Academia das Ciências de Lisboa. Cf. “Discurso do sr. Joaquim de Carvalho (Recepção na Academia das Ciências do Académico Henrique de Vilhena)”. In *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Nova série, vol.9 (1937), pp.23-40. Republicado em *O.C.*, vol. VIII, pp. 29-40.

534 Aspectos da correspondência entre Joaquim de Carvalho e Henrique de Vilhena foram analisados por Manuel Curado, que sublinhou o interesse de ambos pela História da Medicina, Crítica Literária e História da Filosofia. O núcleo documental conhecido é composto por mais de setenta cartas trocadas entre 18 de julho de 1922 até 8 de maio de 1956. CURADO, Manuel. “Joaquim de Carvalho e Henrique de Vilhena: nótula sobre um encontro médico-filosófico”. In *Delfim Santos Studies*, n.º 2. Lisboa: Arquivo Delfim Santos, 2014, pp. 67-74.

535 Somente com dedicatória do autor a Joaquim de Carvalho, a SJC possui os títulos: *A expressão da cólera na literatura: ensaio de crítica litteraria, científica e artistica* (Lisboa: Typographia Adolpho de Mendonça, 1909. Cota 10-5-63 c.2); *Do bem e do belo ou do sentido espiritual da vida humana: ensaio de ética e estética* (Lisboa: s/e, 1922. Cota 10-5-28); *Campo santo (De Jerónimo Valverde)* (Lisboa: Livraria Ferin, 1929. Cota 10-5-46 c.2); *Jerónimo Valverde no colégio e sua infância: romance* (Lisboa: Liv. Ferin, 1925. Cota 10-5-65); *Ensaio de crítica e estética*. 1ª e 2ª edições. Lisboa: s/e, 1922 e 1933 (com dedicatórias nas duas edições, cotas 10-5-64 c.3 e 10-5-26 c.3); *Novos ensaios: colectânea de alguns artigos dispersamente publicados e de escritos inéditos* (Lisboa: s/e, 1931. Cota 10-5-24 c.2); *O Professor Doutor José Maria Branco Gentil* (Lisboa: Instituto de Anatomia, Faculdade de Medicina de Lisboa, 1944. Cota 10-5-51); *Novos ensaios sobre expressão emocional* (Lisboa: s/e, 1935. Cota 10-5-27 c.3), *O professor doutor Francisco Gomes Teixeira: elogio, notas, notas de biografia, bibliografia, documentos* (Lisboa: s/e, 1935. Cota 10-5-33 c.6); *O Dr. António dos Santos Rocha: elogio, notas, bibliografia de S.R* (Lisboa: Oficinas Fernandes, 1937); *Pelo caminho: documentos e notas de minha vida social e pública* (Lisboa: Imp. Libano da Silva, 1939. Cota 10-5-35); *Emília: romance* (Lisboa: Editorial Império, 1944. Cota 10-5-60); *Mais escritos: algumas alocações* (Lisboa: Gráfica Oriental, 1947. Cota 10-5-58 c.2); *Estudos de historia e deontologia da medicina* (Lisboa: s/e, 1950. Cota 10-5-c.2); *Outros escritos em que se inclui o “passeio sentimental no diário de cartas e Catarina Mansfield”* (Lisboa: Gráfica Oriental, 1951. Cota 10-5-50); *Ainda mais escritos* (Lisboa: Imprensa Noaera, 1956); *Cartas que gostei de escrever*, vols 1-4 (Lisboa: Tip. Novaera, 1954-1957. Cotas 10-5-52 a 10-5-55); Do mesmo autor, consta ainda na biblioteca: *A expressão corporal das emoções no Cancioneiro Português da Vaticana* (Lisboa: Academia das Ciências, 1933); *A vida do pintor Manuel Jardim* (dois volumes. Lisboa: Portugalia, 1945-1948); *Diversos escritos* (Lisboa: Sociedade de Papelarias Diana, 1954); *Celso Hermínio* (Sep. de Portucale, vol. III, n.º 14).

ofertavam livros⁵³⁶. Os exemplares vindos de escritores estrangeiros, latino-americanos e europeus são igualmente um indicador precioso acerca dos seus intercâmbios intelectuais, faceta que será analisada para o caso do Brasil. E dos pouco conhecidos aos muito consagrados, as dedicatórias e autógrafos espalham-se por todas as áreas.

Por trás de cada autógrafo, há relações diversas, algumas mais formais, outras afetivas, e há aquelas cujo vínculo se demonstra pelo envio, ano após ano, do novo livro escrito. Como aquele “amigo grato” que lhe mandou um folheto de dezesseis páginas da conferência *A defesa contra a tuberculose* (1934)⁵³⁷, o professor de Química Fisiológica na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, também deputado durante a Primeira República Portuguesa, Matias Ferreira de Mira, autor que, dois anos depois, lhe ofertou o ensaio *A arte de educar*⁵³⁸ e muitos outros, pois a biblioteca conta com outros vinte e dois impressos de sua autoria, a maioria com dedicatórias⁵³⁹. Mesmo que o tema dos impressos oferecidos estivesse distante dos interesses de estudo do amigo, este logo os integrava em algum dos núcleos da biblioteca. (A brochura sobre a tuberculose poderia estar com livros de História da Medicina, enquanto *A arte de educar* associou-se, facilmente, aos livros, separatas, brochuras e folhetos, sobre História da Educação).

Com isso, quer-se dizer que sua biblioteca foi formada por obras que a sua

536 Tal diversidade foi sublinhada pelo figueirense Pires de Azevedo, que bem conheceu o acervo: “De Júlio Dantas aos anti-Dantas Almada Negreiros e Aquilino Ribeiro, todos ofereciam livros a Joaquim de Carvalho... eram escritores, colegas, estudantes. Ele tinha obras assinadas pelos autores, e primeiras edições de obras de Gaspar Simões, João de Barros, Torga e Ferreira de Castro, entre muitos outros”, elencou. AZEVEDO, Pires de. In *O Figueirense*, 14/11/2008, p. 21.

537 Na dedicatória da brochura de 16 páginas: “Ao ex.dr. Joaquim de Carvalho, do amigo grato F. Mira”. SJC-FLUC. MIRA, M. Ferreira de. *A defesa contra a tuberculose*. Lisboa: A.N.T (Associação Nacional do Tuberculoso), 1934.

538 SJC-FLUC. MIRA, M. Ferreira de. *A arte de educar*. S/l: Empresa Nacional de Publicidade, 1936. Cota 10-6-40.

539 Note-se que as três primeiras obras de Matias Ferreira de Mira são editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra quando Joaquim de Carvalho era o diretor. Será esse o motivo de contínua gratidão? Deste autor, a Sala Joaquim de Carvalho reúne os títulos: *Notice sur l'oeuvre scientifique de Carlos França* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927); *Crónicas científicas* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928); *A química e a medicina: conferência realizada ... em Maio de 1930* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930); *Em viagem: na velha Europa* (Lisboa: Guimarães, 1930); *Cartas de longe: Nápoles, Roma, Florença, Bolonha, Milão, Veneza, Viana, Praga, Berlim, Paris* (Lisboa: Liv. Editora Guimarães, 1932); *Como é a vida e como se defende: noções gerais de Biologia* (Porto: Ed. de A. Sousa Cruz, 1933); *La lutte contre la tuberculose au Portugal* (Lisbonne: s/e, 1936); *Vida de campo* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1939); *Manuel Bento de Sousa* (Lisboa: Seara Nova, 1940); *Os desportos em Val-de-Giestas* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1941); *O romance dum sábio* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1942); *Brito Camacho* (Lisboa: Liv. Bertrand, 1942); *Higiene rural*, Biblioteca Rural n.º 8 (Lisboa: Liv. Luso-Espanhola, Lda, 1945); *O trabalho e a alimentação* (Lisboa: Liv. Luso-Espanhola, Lda, 1946); *A nossa casa: higiene do lar* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1949); *Pesquisas laboratoriais recentes sobre respiração artificial* (S/l: Gazeta Médica Portuguesa, 1950); *História da fisiologia em Portugal* (Lisboa: s/e, 1954); *Mãe e filho: a arte de ser mãe* (Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1936). Como organizador, *Travaux de laboratoire*, vols. 2, 8, 16 e 18 (Lisbonne: Institut Rocha Cabral, 1928 - 1949).

sensibilidade reteve, ou que a sua vontade de conhecimento buscou fixar e inserir na totalidade do acervo em desenvolvimento. Dito isso, compreende-se que títulos concernentes a campos como a matemática, a física, a química, a botânica, a medicina, o direito, a criminologia, a sociologia, estivessem ali para um sempre possível diálogo interdisciplinar com os núcleos mais estruturantes da biblioteca: a filosofia, a história, a literatura. E o mesmo se pode afirmar no que toca ao livro antigo, particularmente às edições do século XVII e XVIII (recorde-se que o estudo da Modernidade foi uma das suas preocupações permanentes).

Do particular a uma totalidade enciclopédica

Construção enciclopédica feita à luz dos seus interesses intelectuais, a biblioteca de Carvalho abriga chaves de leitura tanto da obra que escreveu, como também daquela que sonhou escrever. Ou melhor dito, a biblioteca *carvalheana* espelha o caráter de alguém empenhado na conciliação do particular com o cosmopolita e cujo pensamento assentou, por isso, “numa permanente reflexão epistemológica respeitadora da autonomia” (não independência) das formas de saber, como bem identificou Fernando Catroga quando assinalou os nexos existentes entre Ciência e Filosofia, e entre Filosofia e Conhecimento histórico em Joaquim de Carvalho⁵⁴⁰.

Na sua livraria, estão facilmente referenciadas as temáticas que diretamente estudou e publicou, como as questões da cultura portuguesa ou relacionadas; ou aquelas respeitantes a “personalidades para quem vai, sobretudo a sua simpatia de investigador”, exemplo de Antero de Quental e Baruch Espinosa, como Flausino Torres caracterizou, “simultaneamente pensadores profundos e almas torturadas⁵⁴¹”. Para o mesmo sentido apontaram, ainda, os seus trabalhos historiográficos, seja no campo da História Política, da História das Ciências, da História da Educação, da História da Filosofia, uma vez que cada um destes campos tem de ser mobilizado na compreensão da biblioteca como um todo. No entanto, as atualizações que esta sofreu ao longo dos anos demonstram que o seu fundo enciclopedista estava vivificado pela produção intelectual e editorial de cada momento. É que Joaquim de Carvalho, se foi um “homem do livro”, também foi um “homem da leitura”.

Para Eduardo Lourenço, que na juventude foi assistente de Joaquim de Carvalho na Faculdade de Letras, a assimilação e o impacto na docência de algumas dessas leituras era gradual, mas visível no seu antigo mestre, como foi o caso da influência da Fenomenologia por altura dos anos 1940. Significa isto que nem tudo que lia era aproveitado. “Em Joaquim

540 CATROGA, Fernando. *Joaquim de Carvalho e a História...*, pp. 9-16, p. 10.

541 TORRES, Flausino. *Art. Cit.*, p. 91.

de Carvalho, o pendor “historicista” como que fazia *écran* à pressão das “influências”. Da massa imensa das suas leituras extraía o que convinha a seus propósitos e abandonava o resto. Mas neste diálogo, acaso sem ele próprio se dar conta disso, a música outrora sem mistério do racionalismo cultural ia mudando de tom”⁵⁴².

A edificação desse edifício enciclopédico não prescindiu da dimensão crítica e imaginativa, pois não confundia sabença com sabedoria, meta final da pedagogia racionalmente emancipadora. Só por ela o estudioso podia sair do labirinto livresco, como disse Cruz Malpique sobre Joaquim de Carvalho, e ser capaz de enxergar os pensamentos, sonhos, fantasias, sentimentos e problemas suscitados pelos desafios da própria historicidade do pensar. Na combinação entre o erudito e a imaginação aventureira, foi capaz de ver a vida que corre na subestrutura dos livros, bem como “as almas que neles se ocultam, a experiência que neles se guarda, os anseios que neles pulsam, o pensamento que neles lateja, os sonhos que neles dormem, as fantasias que deles se evolvem, os sentimentos que os fazem palpitar, os heroísmos que deles extravasam, a temática e a problemática que neles se contêm”⁵⁴³.

Se o acervo reunido por Joaquim de Carvalho carrega informações sobre sua personalidade, intercâmbios e ideias-chave da sua reflexão, não pode, entretanto, ser dissociado da ampla e intensa relação que o próprio manteve com os suportes materiais, intelectuais e afetivos da leitura. Tal conexão se revela sob muitas faces conectadas. Também será relevante discutir as reflexões que produziu sobre o livro, a leitura, a edição, as bibliotecas. Fazer esta opção implica começar pela análise do seu trabalho como editor e guardião da sua e da grande biblioteca da Universidade de Coimbra (que dirigiu), e apreender a maneira como serviu o livro e a sua divulgação numa conjuntura em que se foi impondo uma vigilante e repressiva “política do espírito” que logo o escolheu como uma das suas primeiras e exemplares vítimas.

542 LOURENÇO, Eduardo. “Joaquim de Carvalho e a ideia de uma filosofia portuguesa”. In *Idem, Obras Completas*, vol. I, Heterodoxias. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 419-429.

543 MALPIQUE, Cruz. *Art.cit.*, p. 123.

CAPÍTULO V

Joaquim de Carvalho editor: a Imprensa da Universidade

Analisando a atitude e o pensamento de Joaquim de Carvalho sobre o mundo dos livros, verifica-se que foi especialmente na sua ação como editor que a assinalada correlação entre os seus posicionamentos intelectuais e a materialidade do objeto impresso melhor se manifesta. Com isso, ele deu continuidade a um caminho aberto por muitos outros, pois, como observou Henri-Jean Martin, após a difusão da imprensa de tipos móveis “não é de admirar que, em todas as épocas, alguns escritores tenham-se tornado impressores e livreiros”⁵⁴⁴ e, um pouco mais tarde, editores. Imprimir as próprias obras ou aquelas de seu interesse intelectual, fiscalizar sua correção e boa apresentação, coordenar sua difusão e exercer, assim, uma ação direta sobre os leitores, “era e será sempre a ambição de muitos homens de letras e de eruditos”⁵⁴⁵. Em função desta herança, também Joaquim de Carvalho se insere na prática da figura do humanista impressor – expressão especialmente utilizada para o século XVI – e do livreiro-filósofo, mais comum no século XVIII.

A direção da Imprensa da Universidade

Na verdade, com pouco mais de 29 anos, em acumulação com sua atividade docente, o professor da FLUC iniciou uma experiência decisiva na sua vida intelectual e política. Nomeado administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra⁵⁴⁶, em 11 de julho de 1921, passou a gerir uma das mais antigas oficinas gráficas de Portugal⁵⁴⁷, escola tipográfica⁵⁴⁸ e, na linha da cultura política da classe dos tipógrafos, espaço de onde reinava um forte espírito de corpo entre os trabalhadores.

Com uma trajetória já centenária, a Imprensa não ficara imune às transformações

544 MARTIN, Henri-Jean. *Op.Cit.*, p. 198.

545 *Idem, ibidem.*

546 Conforme publicado no *Diário do Governo*, 2ª série, de 9 de agosto de 1921, Joaquim de Carvalho é nomeado por decreto de 30 de julho do mesmo ano, com início retroativo a 11 de julho, data em que entrou em exercício.

547 Fundada no reinado de D. José I, em 1772, a Imprensa da Universidade é tida como uma notável expressão da Reforma do Marquês de Pombal. Cf. ANTUNES, José. “A Imprensa da Universidade na Reforma Pombalina”. In AA.VV, *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 53-66.

548 A Escola Tipográfica da Imprensa da Universidade de Coimbra passou a designar-se Oficina de Impressão e Escola no ano de 1921. Sobre aspectos da atividade impressora em Portugal e na Imprensa da Universidade no período, Cf. VAQUINHAS, Irene; VARGUES, Isabel Nobre. “A Imprensa da Universidade no liberalismo e na I República”. In AA.VV. *Op.Cit.*, pp. 67-89.

sociais e políticas do País (e da Universidade), com períodos de maior ou menor ingerência governamental nas suas opções⁵⁴⁹. No entanto, a oficina e editora chegou à I República com estabilidade no seu quadro administrativo e com atividade marcante, em boa parte devido ao surgimento de novas revistas acadêmicas e a uma governação continuamente exercida, de 1912 a 1921, por um médico, arqueólogo e polígrafo com tradições republicanas, o professor da Universidade de Coimbra Joaquim Martins Teixeira de Carvalho⁵⁵⁰.

Conhecido popularmente como “Quim Martins”, este administrador da Imprensa dedicou-se a vários domínios de pesquisa, tendo publicado obras que vão da medicina à crítica de arte, da história dos ourives de Coimbra à da Universidade. Pouco antes de falecer, em 20 de junho de 1921, estudava aspectos da produção e história do livro no século XVI, a partir de catálogos, incunábulos, raridades bibliográficas. No dia 9 daquele mês, concluiu o texto que deu origem ao primeiro de uma série de livros póstumos, *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*⁵⁵¹.

Segundo Joaquim de Carvalho, a morte surpreendeu “Quim Martins” em “plena febre de trabalho” e veio quebrar um “plano amorosamente concebido, interrompendo as suas edições, tão acuradamente revistas, e os seus estudos, tão proficientemente elaborados⁵⁵²”. Trabalhos que o novo administrador irá publicar, não somente para dar seguimento a um projeto em curso, mas para homenagear o seu antecessor. De 1921 a 1926, a Imprensa da Universidade editou um total de 12 livros de J.M. Teixeira de Carvalho e imprimiu, em coedição, outros dois⁵⁵³. E, pouco antes do seu falecimento, tinham saído as *Cartas*, de

549 Como exemplo, até fins do século XIX, havia na estrutura de Governo da Imprensa a figura do diretor, função intermediária entre o administrador e o reitor da Universidade. Em 1871, com a autorização do diretor da Imprensa, Bernardo da Serpa Pimentel, foi publicado o manifesto *A communa de Paris e o governo de Versailles*, de autoria anônima, mas logo atribuída ao republicano José Falcão. A publicação da obra progressista levou a demissão de Bernardo Pimentel e à extinção do cargo de diretor, passando as funções a serem exercidas por um administrador, sob imediata inspeção do Reitor. CATROGA, Fernando. “José Falcão, um lente republicano”. In *Biblos*, vol. 52. Coimbra: Faculdade de Letras, 1976, pp. 275-303.

550 Doutor em Medicina, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (1861-1921) foi ainda crítico de arte, bibliógrafo, contista, biógrafo, director do jornal conimbricense “Resistência”. Em 1904, discursou em seção de honra ao político Bernardino Machado, recém-ingressado no Partido Republicano. Cf. CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira. *Discurso proferido na sessão de 8 de Dezembro de 1904 em honra do Dr. Bernardino Machado*. Figueira: Typographia Popular, 1904. Ver ainda: RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.). *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992.

551 CARVALHO, J. M. Teixeira. *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz: estudo dos seus catálogos, livros de música e coro, incunábulos raridades bibliográficas, ex-libris e curiosidades históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921. Essa e outras obras do autor estão digitalizadas no site da Biblioteca Nacional de Portugal, no link <http://purl.pt/index/geral/aut/PT/37591.html> (último acesso em 6 de novembro de 2013).

552 CARVALHO, Joaquim de. “Advertência”. In CORREIA, Virgílio. *Um túmulo da renascença: a sepultura de D. Luís da Silveira, em Góis*. Prefácio de Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921. Cf. *Idem, O.C.*, vol. III, p. 161.

553 São obras póstumas de J. M. Teixeira de Carvalho, entre inéditos e separatas: *João de Ruão e Diogo de Castilho* (1921); *Ourives de Coimbra* (1922); *A Universidade de Coimbra no século XVI. Guevara (notas e*

Antero de Quental (1921), com um Prólogo de J.M. Teixeira de Carvalho.

Quando ainda aguardava ser efetivado no cargo, Joaquim de Carvalho tratou de finalizar os trabalhos em andamento e estabelecer contato com os autores, garantindo assim a continuidade nas relações e indicando seu interesse em edições futuras. Prova-o a correspondência trocada com Carolina Michaëlis, registrada um dia depois de ele assumir a função. Em carta de 12 de junho de 1921, o novo administrador pergunta se pode incluir o livro da também professora da Faculdade de Letras, que estava em prelo, na *Coleção Subsídios para a História da Arte Portuguesa*, a ser criada naquele ano⁵⁵⁴. Aproveitava para dizer à colega que esperava a nomeação como diretor efetivo da Imprensa, pedindo-lhe que, no caso de não ter ainda contrato para a edição da obra de Gil Vicente, aguardasse para saber em que condições a Imprensa poderia realizar essa publicação. Em outra carta, já oficializado administrador da Imprensa, garantia à famosa germanista, cujos livros conciliavam prestígio acadêmico e boa procura⁵⁵⁵, a intenção de fazer “tudo o que lhe for possível para a difusão e o conhecimento dos estudos sérios⁵⁵⁶”. E, ao mesmo tempo que reafirmava seus interesses editoriais e fortalecia os vínculos acadêmicos com alguém que admirava e com quem compartilhava algumas afinidades temáticas⁵⁵⁷.

documentos) (1922); “*Comédia Eufrosina*” de Jorge Ferreira de Vasconcelos. *Notas à margem do recente estudo do Sr. Aubrey F. G. Bell, sobre a edição de 1561* (1922); *Domíngos António de Sequeira em Itália (1788-1795)* (1922); *O Mosteiro de S. Marcos* (1922); *Taxas dos Ofícios Mecânicos da Cidade de Coimbra no ano de 1573* (1922); *Dois capítulos sobre Camilo Castelo Branco* (1922), *Notas sobre um escrivão do povo* (1922); *Homens de outros tempos* (1924), *Tempo perdido. Contos e baladas* (1924), *Arte e Arqueologia* (1925); outros foram editados no Porto e impressos pela Imprensa em Coimbra: *Bric-a-brac, notas históricas e arqueológicas* (1926); *Teatro e Artistas* (1925); *Notas de Arte e Crítica* (1926), editado pela Livraria Moreira do Porto. O próprio Joaquim de Carvalho, se referindo aos livros de Quim Martins a serem publicados, anunciava em 1921: “(...) começamos a realizar o seu projeto, de par que prestamos ao seu espírito e à sua memória a nossa homenagem”. CARVALHO, Joaquim de. “Advertência” In CORREIA, Virgílio. *Op.Cit.*, 1921. Cf. *Idem, O.C.*, vol. III, p. 161.

554 Em carta a 12 de julho de 1921, Joaquim de Carvalho informava a colega Carolina Michaëlis estar interinamente a desempenhar o cargo de administrador da Imprensa da Universidade e perguntava sobre a possibilidade da inclusão do livro dela *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal* (Coimbra, 1921), cuja composição “já vai adiantada”, em uma coleção de História da Arte. Cf. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC). *Manuscritos*. Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Epistolário. Carta de Joaquim de Carvalho a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 15/7/1921. Cota Ms.CMV 1/252, reservados. Em outra carta, de 26/8/1921, infere-se que a coleção de História da Arte havia sido idealizada por Teixeira de Carvalho. Na correspondência, Joaquim de Carvalho agradeceu a Carolina Michaëlis o empréstimo de uma carta do Dr. Quim Martins, que permitiu ordenar a coleção artística (*Subsídios para a História da Arte Portuguesa*), referindo pretender alargar esta coleção. *Ibidem*, Carta de Joaquim de Carvalho a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 26/8/1921, Cota: Ms. CMV 1/253, reservados.

555 A informação sobre a boa venda dos livros da autora é reforçada em correspondências tanto com Joaquim de Carvalho, quanto com o diretor das oficinas da Imprensa, Cândido Nazareth. A exemplo, em 7/7/1921, Nazareth afirmava que “todos os estudos” de Carolina Michaëlis “têm a venda assegurada”. BGUC. *Manuscritos*. Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Epistolário. Carta de Cândido Nazareth a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 7/7/1921. Cota Ms.CMV 1/256, reservados.

556 BGUC. *Manuscritos*. Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Epistolário. Carta de Joaquim de Carvalho a Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 12/8/1922. Cota Ms.CMV 1/256, Reservados.

557 No ano seguinte, após o falecimento de Carolina Michaëlis, Joaquim de Carvalho publicou na revista *O*

Uma comunidade de artes e ofícios ao serviço da cultura

Para esse vigoroso início de trabalho, que prosseguirá nos 13 anos seguintes, o novo diretor contou com a experiência, conhecimento e dedicação aos livros do Diretor das Oficinas de Composição, Cândido Nazaré, já referido como um nome conhecido nos meios letrados do País e com trajetória invulgar. Ao longo de 52 anos, a estrutura da Imprensa ainda mantinha algumas características de cariz “corporativo” enquanto espaço de formação técnica e intelectual. De aprendiz de tipógrafo (iniciado em 1882), e promovido à função de compositor oficial em 1886⁵⁵⁸, Nazaré chegou a mestre da Escola Tipográfica⁵⁵⁹ e, depois, a diretor da Oficina Geral de Composição.

Durante este longo percurso, soube criar relações privilegiadas com autores e professores da Universidade, ao mesmo tempo que não só leu e imprimiu inúmeras obras, como apurou a sua sensibilidade bibliófila, faceta que se traduziu na construção de uma monumental biblioteca. Autodidata, tornou-se numa referência, mesmo na investigação, porque, “sempre que se recorria a ele, logo uma informação ajustada aparecia, pelo que eruditos e investigadores tinham nele uma fonte segura e pronta para resolver os problemas”, como ressaltou Jorge Peixoto⁵⁶⁰.

Permanentemente atento ao que estava a ser produzido nas oficinas e conhecedor do catálogo de edições, Cândido Nazaré contribuiu para que Joaquim de Carvalho se inteirasse do plano de publicações em curso, enquanto amadurecia o seu próprio projeto editorial. Continuidade vista nos primeiros anos após o jovem professor assumir o cargo, quando são editadas obras com matérias afins às de J.M. Teixeira de Carvalho, e que, provavelmente, já aguardavam publicação, especialmente em torno do livro antigo, da cultura portuguesa na

Instituto, em 1926, uma seleção dos principais trabalhos da professora acompanhada por uma memória sobre a colega, escrita tanto do ponto de vista intelectual como pessoal. CARVALHO, Joaquim de. “Alguns trabalhos da Prof. Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos”. In *Idem*, O.C. vol. VIII, pp. 63-67.

558 O nome de Cândido Nazaré aparece na relação de compositores da Imprensa no ano de 1892, que informa ainda que ele entrou como aprendiz no dia 3 de fevereiro de 1882, ascendendo a oficial em 24 de março de 1886. CARVALHO, Joaquim Martins de. *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade de Coimbra e do seu Monte-Pio de Beneficência: pessoal 1892*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892, p. 17. É possível consultar na Biblioteca Municipal de Coimbra o *Exame Prático da Arte Typographica de Cândido Augusto Nazareth* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1886). O folheto, de quatro páginas, apresenta desafios tipográficos cumpridos por Cândido no final de sua formação, que envolvem habilidades com diferentes tipologias, a composição de elementos gráficos na capa, pequenas gravuras, equações matemáticas e uma página de texto com seus elementos (página, título, notas).

559 SÁ, Octaviano. “Prefácio”. In OLIVEIRA, Arnaldo Henriques de (org.). *Primeira parte do Catálogo da Magnífica e Curiosa Livraria que pertenceu ao ilustre bibliófilo conimbricense Cândido Augusto Nazareth*. Lisboa: s/e, 1949, s/p.

560 PEIXOTO, Jorge (org.). *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré* Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1980, p. 3.

Renascença e de estudos críticos de autores portugueses⁵⁶¹. Estes temas também não eram estranhos aos interesses bibliófilos de Cândido Nazaré e ao próprio Joaquim de Carvalho.

Ao entrar na Imprensa, o jovem professor da FLUC sabia que ia gerir uma estrutura complexa, não só devido à sua atividade editorial e de escola, mas também à extensão dos espaços físicos que ocupava e do quadro de pessoal que a servia. Em fins do século XIX, há uma descrição minuciosa da dimensão deste estabelecimento⁵⁶². E esta, completada com informações posteriores, permite afirmar que a instituição contava, na década de 1920, com um prédio central próximo da Sé Velha e com outros imóveis contíguos, formando um conjunto com alguma amplitude. Nele, estavam instaladas duas salas de composição, as oficinas de tipografia, encadernação e de carpintaria, o depósito de tipos, o armazém, uma loja de livros, uma biblioteca, gabinetes administrativos, e, agregadas, residências de funcionários. A descrição corrobora a ideia de que o moderno se casava com uma orgânica ainda de matriz corporativa.

O próprio Joaquim de Carvalho passou a ter ali sua nova residência. Mudou-se com a família para a casa destinada ao administrador da Imprensa, localizada na Rua da Ilha, próxima ao prédio central. Nas memórias de infância da sua filha, Dulce Montezuma de Carvalho⁵⁶³, nascida em 1927, o grande imóvel, de muitos cômodos, era vizinho dos claustros da Igreja da Sé Velha, em Coimbra. A casa foi o local de nascimento dela e de outros sete dos dez filhos⁵⁶⁴ do professor, casado com Irene Montezuma de Carvalho. Percebe-se que não somente a trajetória profissional, mas também a vida privada do agregado familiar estivessem profundamente vinculados ao cotidiano da IUC.

As competências de Joaquim de Carvalho incluíam, ainda, a administração das duas escolas de ofícios mantidas na Imprensa – de Impressão e de Tipografia –, o que lhe permitiu um convívio mais estreito e concreto com os trabalhadores do impresso, aprendizes e artífices

561 Estudos e documentos editados pela Imprensa em torno de temáticas do livro antigo e da renascença portuguesa são vistos em obras, como *O Index da Fazenda do Mosteiro de Celas. Manuscrito de Fr. Bernardo D'Assumpção* (1921); MADAHIL, António Gomes da Rocha. *Os incunábulo da Biblioteca do Liceu de Coimbra* (1922); MACHADO, Cyrillo Volkmar. *Coleção de Memórias relativas às vidas dos pintores, escultores, arquitetos e gravadores portugueses e estrangeiros que estiveram em Portugal* (1922).

562 CARVALHO, Joaquim Martins de. “A Imprensa da Universidade. I Notícia abreviada”. In *O Instituto*, vol. XL, 1893, p. 452. Em fins do século XIX, o autor (que é homônimo de Quim Martins, mas não deve ser confundido com este) chamou a atenção para o fato de o edifício da Imprensa da Universidade ser “no seu gênero o melhor do reino, sendo até superior ao da Imprensa Nacional de Lisboa”.

563 Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012, na cidade de Figueira da Foz.

564 Segundo Dulce Montezuma, seus pais, Joaquim e Irene de Carvalho, tiveram 11 filhos, mas um faleceu ainda bebê. Informações da família confirmam que somente os dois filhos mais velhos, Elisa e Manuel, não nasceram na casa da Rua da Ilha, quando o pai era diretor da Imprensa da Universidade, como segue: Elisa (2/2/1917), Manuel (17/4/1918), João (23/11/1923), Rosa (23/3/1925), Dulce (18/4/1927), Joaquim (21/11/1928), Júlia (22/9/1930), Pascoal (27/3/1932), Júlio (14/11/1933) e Cecília (sem data confirmada).

das “artes do livro”. Como em outros países, também aqui estes constituíam um grupo profissional com singularidades, boa parte das quais promanavam do seu permanente lidar com letras e textos, mister que o fez pioneiro do associativismo e da formação do movimento sindical português⁵⁶⁵. Ora, se esta importância contrastava “com o peso econômico e populacional da indústria tipográfica no conjunto nacional” de Portugal, a verdade é que ela não deixava de estar em consonância “com o poder da letra impressa e com o peso cultural e social da atividade produtora do livro e do jornal⁵⁶⁶”.

Nos anos de 1920, a Imprensa da Universidade era, das 25 unidades gráficas de Coimbra⁵⁶⁷, a que tinha uma maior capacidade de produção. Enquanto nas outras havia uma média de cinco a seis trabalhadores por cada uma⁵⁶⁸, a IUC contava com mais de 50, dimensão que, com a transmissão da memória grupal, favorecia a criação de elos de solidariedade e de auxílio mútuo entre os seus assalariados, traduzidos na organização pioneira, desde meados do século XIX, de um Monte-Pio de Beneficência⁵⁶⁹.

Pode dizer-se que a Imprensa formava um todo, liderado pelo diretor e composto por tipografia, editora, armazém de livro e administração. De acordo com a relação para o ano letivo de 1924-1925, empregava 57 indivíduos, para 14 funções distintas, além do administrador. Havia um secretário-revisor, um fiel tesoureiro, um amanuense, dois revisores-ajudantes. A Escola de composição era formada por um mestre e 11 aprendizes; a Oficina geral de composição, por um diretor e 18 compositores; a Oficina de impressão e escola, por um mestre, 7 impressores e 1 aprendiz, além de 9 serventes, 1 alçador e 1 porteiro⁵⁷⁰. Esta

565 Ao analisar a ação de tipógrafos e as greves da categoria realizadas nas cidades de Lisboa e Porto, de 1904 a 1926, José Barreto chama a atenção para esta realidade: o reforço do sindicalismo gráfico não pode naturalmente ser isolado do movimento operário português e estrangeiro no mesmo período, conjuntura em que “os tipógrafos vão continuar a fornecer neste quarto de século numeroso contingente de militantes e líderes ao movimento sindical e operário em geral, como no século passado se verificou já”. Cf. BARRETO, José. “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)”. In *Revista Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1º, pp. 183-212.

566 *Idem, ibidem*, p. 253.

567 Nos finais dos anos de 1920, incluindo tipografias, litografias e encadernações, o distrito de Coimbra contava com 36 unidades gráficas, estando 25 instaladas na cidade universitária. MENDES, José Maria Amado. *A área econômica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial (1867-1927)*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 256-263, p. 258.

568 *Idem, ibidem*, pp. 256-263, p. 258.

569 Fundado em 8 de setembro de 1849 por dezesseis artistas da Imprensa da Universidade, era o Montepio mais antigo de Coimbra, com Estatutos aprovados em 1867. “D’esta maneira achamos remédio e socorro na associação de nossas pequenas forças, as quaes, pequenas e insuficientes de per si, reunidas formam no seu complexo um asylo seguro para a desgraça, um escudo poderoso contra a adversidade”, diz trecho do relatório de 1872. In CARVALHO, Joaquim Martins de. *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade de Coimbra e do seu Monte-Pio de Beneficência: pessoal 1892*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.

570 *Anuário da Universidade de Coimbra 1926-1927*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 130-132. Há um intervalo da publicação entre 1926/1927 ao ano de 1938-1939. Edições digitalizadas disponíveis em <https://bdigital.sib.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html> (última consulta em 13 de novembro de 2013).

estrutura mudou pouco até 1934⁵⁷¹.

Por sua vez, as divisões de trabalho internas refletiam-se nos salários. Para o ano letivo de 1924-1925, enquanto os 24 compositores e 8 impressores listados na Relação de Férias chegavam a ganhar cerca de \$200 escudos por semana (e o mestre \$277), a depender da produção, os dois aprendizes de impressores recebiam até menos da metade e os serventes entre \$120 e \$140 escudos⁵⁷².

Porém, mais do que os números, é relevante observar a qualidade dos seus quadros, por onde passaram nomes importantes das artes gráficas, da bibliofilia e das letras portuguesas. Por outro lado, os seus trabalhos “gozavam de justa fama, pois aí se encontravam alguns dos melhores operários-tipógrafos de Coimbra e do País⁵⁷³”. E, entre os revisores, passaram pela Imprensa nomes que posteriormente ganham notoriedade nas letras e na política portuguesa, com destaque para Vitorino Nemésio⁵⁷⁴, João Gaspar Simões⁵⁷⁵ e Flausino Torres⁵⁷⁶.

A Imprensa e os circuitos do livro

Este contato mais estreito de Joaquim de Carvalho com a Imprensa consolidou a sua antiga relação amiga com o livro, com o qual, agora, passou a lidar em todas as suas materialidades. E, ao atentarmos nas características polivalentes da Imprensa, em grande parte proporcionadas pelo seu âmbito universitário, pela sua estrutura corporativa e concentração de funções, percebemos que o novel diretor encontrou, ali, as condições ideais para aprender e atuar sobre as fases essenciais por que passa o objeto impresso. Isto é, se tomarmos como referência o modelo teorizado por Robert Darnton⁵⁷⁷ para descrever o “circuito de

571 De acordo com o *Livro de Relação das Férias* (soma dos salários dos trabalhadores para uma semana) da Imprensa da Universidade para o ano de 1934, em 14 de abril, constavam 26 compositores, 7 impressores, um mestre de impressão, dois aprendizes, seis serventes. O livro começa em 14 de abril e vai até 31 de agosto de 1934. Cf. AUC. *Manuscritos*. “Relação das Férias dos trabalhadores da Imprensa da Universidade de Coimbra para 1934. Referência: Imprensa da UC-VI-1ºD-1-2-3. Cota: 329.

572 *Ibidem*.

573 BANDEIRA, José Ramos. *Universidade de Coimbra. Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos. Tomo II*. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXII. Coimbra: Coimbra Editora, 1947, p. 51.

574 Escritor e professor de literatura, o açoriano Vitorino Nemésio (1901-1978) seguiu a sua carreira docente em Lisboa, Bruxelas e depois Brasil (1958). Ganhou destaque com o romance *Mau tempo no Canal* (1944).

575 Também romancista, além de biógrafo, tradutor, editor e crítico literário, o ex-revisor da Imprensa João Gaspar Simões (1903-1987) foi um dos fundadores da revista *Presença* e virá a ser, durante décadas, um dos mais influentes e controversos críticos literários portugueses.

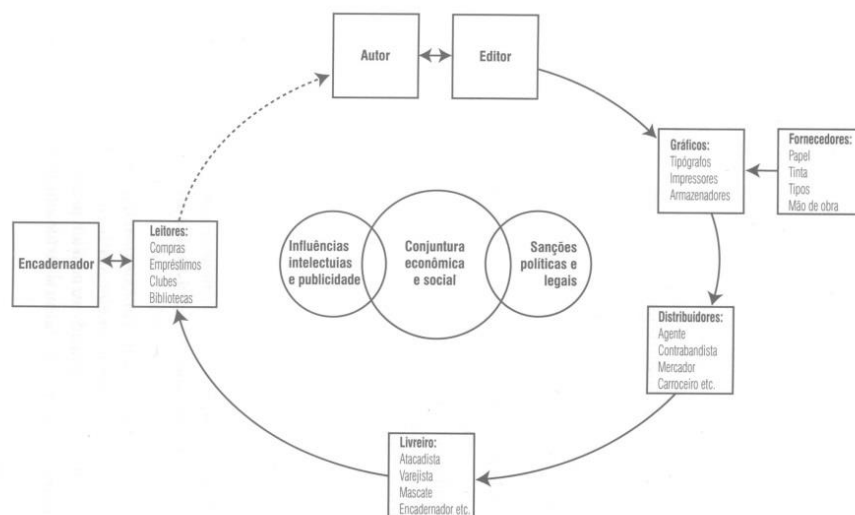
576 Como vimos, o professor e jornalista Flausino Torres (1906-1974), ex-aluno de Joaquim de Carvalho, foi militante do Partido Comunista, com trajetória antissalazarista.

577 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131. Questão retomada pelo autor em ““O que é a história do livro?” revisitado”. In *ArtCultura*, vol. 10, n. 16 (jan-jun), Uberlândia: 2008, pp. 155-169. Tradução: Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro; e em *A questão dos livros: Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 189-219.

comunicação” dos livros (ou dos “documentos bibliográficos”, como ponderou posteriormente⁵⁷⁸), verificaremos que quase todos os seus elos eram cumpridos pela Imprensa, passando, assim, por Carvalho, afinal um diretor que também era autor, editor, administrador, tradutor, revisor (e não só dos próprios textos), mas também bibliófilo e historiador do livro e da biblioteca. Para o efeito, recorde-se que o historiador americano definiu o circuito de produção e consumo do impresso como um

circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Os próprios autores são leitores (...). Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento⁵⁷⁹.

Este modelo foi idealizado com pretensões estruturais, embora, como o próprio Darnton confessa, tenha sido elaborado a partir dos seus conhecimentos sobre o século XVIII. Seja como for, para os objetivos que perseguimos, julgamos ser útil trazê-lo a terreno, a fim de melhor compreendermos a especificidade da Imprensa e do papel de Carvalho na história do livro em Portugal.



Fonte: DARNTON, Robert. *A questão dos livros: Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 195.

578 Termo proposto, a partir do assinalado modelo de circuito da comunicação, por Thomas R. Adams e Nicholas Barker, em “A new model for the study of the book” (publicado em BARKER, Nicholas (org.). *A potencie of life: books in society*. Londres: 1993) e que Darnton considerou relevante por abrir espaço para a matéria impressa efêmera (panfletos, cartazes, etc). *Idem*, “O que é a história do livro?” revisitado”. *Op.Cit.*, p. 163.

579 *Idem*, *O beijo de Lamourette...*, p. 112.

Relembre-se ainda que, com a divisão do trabalho tipográfico decorrente do crescimento do “capitalismo editorial”, a incessante mobilidade impôs, crescentemente, a intervenção faseada de uma maior diversidade de agentes. Porém, no caso da IUC e do seu diretor, parece estarmos na presença de uma realidade já muito rara no tempo em que ocorreu. Na verdade, Carvalho esteve não somente em cada etapa do ciclo, como refletiu e agiu sobre ele enquanto totalidade. Ou seja, direta ou indiretamente, ele lidou quer com autores – e também foi autor (a IUC editou alguns dos seus estudos) –, quer com tradutores, o que, a par dos seus próprios escritos, o levou a não ser alheio às escolhas editoriais, assim como ao trabalho de preparação dos originais manuscritos, desde a paginação, a composição tipográfica e a revisão de provas, passando pelo acompanhamento da impressão e da encadernação, e, logicamente, por tudo o que dissesse respeito ao livro. Importa reforçar esta outra realidade, pouco comum na época: a IUC não foi somente uma tipografia e uma editora; concomitantemente, também funcionou como uma escola de artes tipográficas e de ofícios correlativos, que tinha em Cândido Nazaré, braço direito de Carvalho, o seu grande mestre.

Como editor-administrador, Carvalho teve igualmente de se debruçar sobre as questões do papel, do material tipográfico, do armazenamento dos livros, das diversas modalidades de distribuição e venda (avulsa, para livrarias, em Portugal ou para o estrangeiro). Por outro lado, estando à frente de uma empresa pública, não podia ignorar o mundo editorial do país. E, como bom liberal, a convicção de que a iniciativa pública devia ser supletiva à privada acabou por ditar limites que condicionaram boa parte do prelo da editora universitária. Explicou esta coexistência com uma meridiana clareza a João de Barros⁵⁸⁰, a quem confessou que, sistematicamente, evitava tudo o que pudesse “representar ou significar concorrência com as editoras particulares”, porque pretendia que a IUC se mantivesse numa posição que não suscitasse “reclamações ou protestos”. Por isso, dava preferência àqueles livros que, por natureza, não encontrariam editor ou que já tinham entrado no “patrimônio da nação”. No entanto, esta orientação não podia bloquear a possibilidade de o catálogo “conter livros sobre todos os assuntos”, em particular os de âmbito universitário e de cariz mais especializado. Daí

580 Natural da Figueira da Foz, João de Barros (1881-1960) foi escritor e professor, poeta e pedagogo, entusiasta das relações luso-brasileiras. Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra (1904), dedicou-se às funções de professor nos liceus de Coimbra, Porto, e Lisboa, sendo nomeado diretor do Ensino primário (1910), diretor do Ensino Secundário, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1925), durante a Primeira República Portuguesa. Dirigiu, com João do Rio, a revista *Atlântida* (1915-1920), que incluiu colaboração de escritores lusófonos da geração de 1910-20. Em 1920, foi eleito sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras. Cf. “João de Barros”. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s/a, pp. 303-304; CAMILOTTI, Virginia; PONCIONI, Claudia (orgs.) *Muito d’alma. Cartas de Paulo Barreto (João do Rio) a João de Barros (1909-1921)*. Rio de Janeiro: Garamond/Academia Brasileira de Letras, 2015.

que a sua seleção não privilegiasse os títulos e assuntos de venda segura. Normalmente, não os procurava, “para não prejudicar os editores”⁵⁸¹.

Como participante ativo na vida cultural do seu tempo, também soube manter um riquíssimo diálogo com fornecedores, autores e tradutores e, muito frequentemente, com leitores. Com efeito, desde os contratos de direitos autorais e de tradução, a apreciação do manuscrito, a edição do texto, as decisões acerca da escolha do papel e da tinta, do tipo e tamanho de letra a ser utilizada, do desenho da capa, até aos custos, armazenamento e distribuição, venda e leitura do livro – preocupação bem patente na sua estratégia de ofertas a leitores-alvo – nada lhe foi ser estranho.

Assim mostram as centenas de cartas, bilhetes e postais anualmente enviadas ao administrador e hoje depositados no espólio da Imprensa da Universidade⁵⁸², correspondência que revela contatos com fornecedores de papel, vendedores de óleo para diluir tinta tipográfica, representantes dos equipamentos a serem importados do estrangeiro – como foi o caso do “contador automático de folhas para máquina de impressão, contando de 0 a 99999”, que estava sendo aguardado nas oficinas em 1929⁵⁸³.

Concentrando no mesmo espaço e sob a batuta de um diretor-editor-administrador, este processo coletivo de confecção do impresso – a entrega de originais (no caso a Joaquim de Carvalho ou a Cândido Nazaré), a composição, a revisão, a impressão e a encadernação – mobilizava uma diversificada cadeia de fornecedores externos, ou as mais variadas “gentes do livro⁵⁸⁴”, etapas e “gentes” que podem ser testificadas pela correspondência trocada e onde se pode detectar a presença de atividades artesanais ou de produtos manufaturados, a par de outros tecnologicamente mais avançados e especializados. Por outro lado, os suportes das cartas confirmam a diversidade dos níveis de alfabetização e de burocratização empresarial dos fornecedores, pois, se algumas estão datilografadas em escrita comercial de empresas (como os da Companhia de Papel do Prado, em Lisboa), outras foram fixadas numa letra

581 Carta de Joaquim de Carvalho a João de Barros, Coimbra, 12/8/32. In AZEVEDO, Manuela de. *Op.Cit.*

582 O espólio da Imprensa da Universidade está atualmente sob a guarda do Arquivo da Universidade de Coimbra. Ainda não foi catalogado na sua totalidade, mas encontra-se de fácil acesso ao pesquisador. Embora não seja o objetivo deste estudo, desde já se chama a atenção para este fato: a documentação disponível no espólio da Imprensa oferece uma valiosa e, até ao momento, pouco estudada gama de informações utilíssimas para a história da edição em Portugal. No arquivo estão inventariados profissionais, endereços, valores, entre outros dados sobre a produção do livro português até o ano de 1934.

583 Em ofício ao Diretor da Imprensa da Universidade, o importador Lino Martins Coelho confirmava a entrega da encomenda pelo valor de \$298 escudos. AUC. *Manuscritos*. Imprensa da Universidade. Correspondência Particular Recebida 1931-1932. Carta de Lino Martins Coelho, 22/4/1929. Cota: 1028, avulsos.

584 Expressão aqui ampliada para todos os envolvidos no processo de produção do livro, incluindo vendedores de materiais dos mais variados tipos, além de livreiros, vendedores e impressores, como visto em: CURTO, Diogo Ramada (org.); DOMINGOS, Manuela (org.). *As Gentes do Livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

irregular e nervosa pela própria mão semi-alfabetizada do vendedor, como é o caso da que foi enviada pelo fabricante de escovas Joaquim Ribeiro, de Carvoaria (Viana do Castelo), que, em 1929, estranhava o fato de não mais ter recebido encomendas de broxas para a Imprensa⁵⁸⁵.

Ao sair do prelo, o livro, encadernado ou brochado, tinha de ser distribuído e lido. E, mesmo que não se estranhe, impressiona a relativa extensão da rede de livrarias e leitores que se comunicava diretamente com a Imprensa da Universidade. Em geral, são os pedidos de compra de livros que mostram o alcance geográfico da editora, mas também são bons indicativos as doações e as ofertas da casa, tendo em vista chegar ao público-alvo. Mas, em alguns casos, também encontramos informações expressas sobre leitores não restrito aos meios acadêmicos e sobre diferentes formas de acesso ao editado pela IUC. Como visto nos dois exemplos que se seguem.

O primeiro é a carta enviada pela jovem leitora Luiza Derouet⁵⁸⁶, de Lisboa, a Joaquim de Carvalho. Em 6 de fevereiro de 1929, ela solicita que o diretor da Imprensa continue enviando os “Dispersos de Camilo”, antes oferecidos ao seu falecido pai – um famoso jornalista republicano –, à medida que os volumes fossem lançados⁵⁸⁷. A correspondente, uma jovem de 21 anos, invocava motivos de ordem afetiva para completar as edições. No entanto, também indicia, nas entrelinhas, o seu acesso pessoal à leitura de obras ofertadas que a morte do pai podia vir a quebrar.

Já o segundo exemplo é demonstrativo da formação de espaços de leitura para jovens desvalidos, seguindo o imperativo da instrução dos pobres para “a vida prática”. Trata-se do folheto enviado pela Casa Pia de Évora, que cuidava de 105 rapazes e 53 raparigas nos anos de 1920⁵⁸⁸. Sob o lema “Recolhe, Sustenta, Educa e Instrui”, a instituição solicitava a autores, editores, livreiros e leitores a doação de livros para a criação de duas bibliotecas, feminina e masculina. E, se os seus “protegidos” estavam vestidos, calçados, alimentados, e se viviam

585 AUC. *Manuscritos*. Imprensa da Universidade. Correspondência Particular Recebida 1931-1932. Cota: 1028, avulsos. Carta de Joaquim Ribeiro, 24/3/1929.

586 Presume-se que seja a tradutora Luísa Porto Derouet, filha única de Luís Carlos Guedes Derouet (1880-1927), Administrador Geral da Imprensa Nacional de Lisboa, assassinado por um tipógrafo desempregado em 1/11/1927 durante a 1.ª Exposição Internacional de Ex-Libris, na sede da instituição. Luísa traduziu obras de Charles Dickens, como *Viagens de Tom Sawyer* (Portugália editora, 1943), *A espinha mágica* (Portugália editora, 1944). Cf. GAIATO, Maria João. “Luís Derouet, o primeiro Diretor-Geral da Imprensa Nacional após a Proclamação da República”. In *Prelo - Imprensa Nacional-Casa da Moeda*. Em rede: <http://prelo.incm.pt/2015/06/luis-derouet-o-primeiro-diretor-geral.html>; “Pedido de bilhete de identidade” *Arquivo Distrital Portalegre*, em rede: <http://digitalq.adptg.dgarq.gov.pt/details?id=1036302> (último acesso em 31/8/2016).

587 Tratavam-se dos livros *Dispersos de Camilo*, organizados por Júlio Dias da Costa e publicados em cinco volumes pela Imprensa da Universidade de 1924 a 1929. AUC. *Manuscritos*. Imprensa da Universidade. Correspondência Particular Recebida 1931-1932. Cota: 1028, avulsos. Carta de Luiza Derouet, 6/12/1929.

588 AUC. Imprensa da Universidade. Correspondência Particular Recebida 1931-1932. “Casa Pia de Évora (91 anos de benéfica existência)”. *Folheto*, sem data. Cota: 1028, avulsos.

“de uma forma compatível com a sua situação de internados n’um estabelecimento de assistência”, seria preciso ainda prepará-los “de forma a poderem entrar na vida prática com o maior numero de conhecimentos, com o maior grau de educação e ilustração que lhes permita vencer o sem numero de dificuldades”. Para isso, seriam necessários livros “de leitura, de estudo, de recreio, de contos, de desenhos, mapas, construções, etc”⁵⁸⁹.

O pedido, que não foi desconsiderado já por ter sido guardado nos arquivos da Imprensa, estava animado pela convicção iluminista de que a educação era o motor do progresso. Desse modo, os “protegidos” da Casa Pia se tornavam “pequenos leitores” para fugirem da ignorância, estado commumente aliado à perversidade, ao crime, à miséria moral. Também caso demonstrativo de como a cultura letrada ganhava espaço onde começava a ser sentida como uma vantagem, “uma utilidade”, para vencer as dificuldades da vida prática⁵⁹⁰. E, especialmente em relação aos pobres e desvalidos, a educação surge mais ligada ao mundo do trabalho, isto é, a instrução só ganha sentido se aliada ao ensino de um ofício, objetivo que a Imprensa da Universidade também tinha por função cumprir.

A Imprensa como espaço de formação: de “estabelecimento modelar”(Salazar) à sua extinção

Conquanto devesse manter suas contas equilibradas, a organização da IUC, enquanto empresa pública, diferia de um modelo de “capitalismo editorial” que avançava no século XX, assente numa acelerada especialização das fases do circuito de comunicação e em critérios editoriais onde a questão do lucro era prioritária. Até a década de 1930, manteve uma organização baseada na hierarquia entre mestres e aprendizes, coesa e com fortes laços de solidariedade entre que ali labutavam. Muito embora o regime de corporações, com origens medievais, tenha sido oficialmente extinto em Portugal no ano de 1834, há evidentes resquícios dessa estrutura, quer nas novas iniciativas de solidariedade e socorro mútuo entre os trabalhadores, quer na manutenção de práticas laborais e no regime de aprendizado dos artífices⁵⁹¹. Como também corporativa e hierarquizada tinha sido, durante séculos, a orgânica da própria Universidade da qual a Imprensa fazia parte.

589 *Ibidem*.

590 Esse ideal foi institucionalizado pelo Estado em campanhas de combate ao analfabetismo, como visto em RAMOS, Rui. “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”. In *Revista Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXIV (103-104), 1998 (4º, 5º), pp. 1067-1145.

591 Os aspectos de permanência da estrutura de trabalho das corporações de ofícios medievais nos séculos seguintes e no mundo colonial, para o caso do Brasil, foram estudados por MARTINS, Mônica de Sousa N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da Família Real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária / Prefeitura do Rio, 2008.

No seu papel formativo, a instituição distinguia-se em um cenário de quase inexistência de centros de ensino profissional gráfico em Portugal⁵⁹². Das suas escolas de composição e impressão, saía mão-de-obra qualificada para tipografias da cidade de Coimbra, para jornais e oficinas de Lisboa e de outras localidades, como é visto na relação de formados e ex-tipógrafos da Imprensa respeitantes ao de 1892⁵⁹³. Em 1938, quando a IUC já estava fechada, a formação de gráficos no País contava com a Escola da Imprensa Nacional, exclusiva de seus operários, além de pequenas oficinas de aprendizagem privadas ou de estabelecimentos religiosos. Na crítica do contemporâneo Luiz Moita, industrial de tipografia, eram iniciativas insuficientes para a formação de bons quadros, com concepções e interesses diversos, com objetivos “limitados ou determinados por uma ação particular⁵⁹⁴”.

O tema da formação de tipógrafos foi também tratado por Joaquim de Carvalho no início de sua ação na Imprensa da Universidade. No ano de 1922, o novo administrador solicitou aprendizes da Escola Tipográfica, preferencialmente vindos do Colégio de Órfãos de São Caetano, instituição localizada em Coimbra e sob a guarda da Santa Casa de Misericórdia da cidade⁵⁹⁵. O Colégio, de acolhimento a crianças pobres e desvalidas, instituiu o ensino profissional de todos os alunos em 1892, com a criação das oficinas de alfaiate, sapateiro e encadernação, complemento à educação moral, à instrução religiosa, à prática de exercícios de ginástica e à aprendizagem do desenho e da música⁵⁹⁶. Seguia o lema “educar e instruir” para

592 A questão foi alvo dos protestos do industrial de tipografia Luiz Moita, que apontava iniciativas isoladas e concentradas majoritariamente em Lisboa na primeira metade do século XX. MOITA, Luiz. *A Escola profissional de tipografia de Bruxelas e o ensino técnico dos gráficos em Portugal*. Lisboa: s/e, 1938, pp. 75-76.

593 Entre outros, salientaram-se Adriano Augusto Pereira, que dirigiu a *Typographia das Instituições Christãs* no Seminário Episcopal; Joaquim Teixeira de Sá, que servia na *Typographia Independência*, em Coimbra, ambos iniciados como aprendizes. A estes, deve acrescentar-se a lista dos ex-tipógrafos da Imprensa que estavam empregados na Imprensa Nacional de Lisboa, *Diário Ilustrado* de Lisboa, Imprensa Acadêmica, Imprensa Nacional de Lourenço Marques, além dos que haviam se tornado diretores de tipografias, funcionários públicos, negociantes. In CARVALHO, Joaquim Martins de. *Op.Cit.*, 1892.

594 De acordo com o industrial Luiz Moita, o ensino tipográfico em Portugal se limitava, em Lisboa, aos esforços da Editora e Anuário Comercial (meras escolas de produção), da Oficina de São José, da Casa Pia, do Reformatório de Caxias, do Pupilo do Exército, das Cadeias Cíveis, da Imprensa Nacional (privativa aos seus operários). No Porto, além das aulas nas Oficinas de S. José, havia cursos de composição, impressão e gravura química na Escola do Infante D. Henrique. E, na cidade da Guarda, na Empresa Vértas. MOITA, Luiz. *Op.Cit.*, pp. 75-76.

595 O Colégio de Órfão de São Caetano, ainda hoje em funcionamento sob a guarda e administração da Santa Casa de Misericórdia de Coimbra, foi inaugurado com doze alunos em 15 de janeiro de 1804, chegando a 60 asilados em 1892. SILVA, Manuel Dias da. *Collegio dos Orphaos de S. Caetano em Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892. Sobre o tema das Misericórdias em Portugal ver: SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia. *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008; PAIVA, José Pedro (coord.). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, 6 vols. Lisboa: Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2007.

596 Após o exame de instrução primária elementar, ou com idade de 10 anos completos, os alunos se matriculavam em uma das oficinas, “combinando-se o trabalho e a aprendizagem n’ellas com o estudo da instrução primaria elementar e complementar e com o do desenho, que é hoje indispensável para todas as artes, officios e carreiras, e por isso é obrigatório para todos os alunos”, justifica o provedor da Santa Casa

o trabalho, finalidade bem expressa nestas palavras, proferidas, em 1892, pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia de Coimbra, Manuel Dias da Silva, lente da Faculdade de Direito da Universidade, aquando da implantação das referidas oficinas:

É necessário que os educandos aprendam também um officio que lhes sirva de ganha-pão, e que ao mesmo tempo que se lhes incute o respeito da virtude e do dever, se radique n'elles o amor e o hábito do trabalho. É necessário que ao lado da eschola se levante a officina, porque, além de habilitar a ganhar a subsistência pelo trabalho, é também um poderoso factor de moralisação⁵⁹⁷.

A entrada “preferencial” dos alunos do Colégio de Órfãos nas oficinas da Imprensa da Universidade não contraditava o ideal de educação para o trabalho, atualizado pelo pensamento republicano do século XX. No entanto, uma ressalva tem de ser feita. A fonte que revela a preferência de Joaquim de Carvalho por esses futuros aprendizes de tipógrafos é, em si, esclarecedora da complexidade desse contexto e dos seus desdobramentos. A informação está localizada no trecho de uma carta que lhe foi enviada pelo então provedor da Misericórdia de Coimbra, na época, António de Oliveira Salazar⁵⁹⁸, professor catedrático da Faculdade de Direito na mesma Universidade e também autor editado pela casa⁵⁹⁹.

Em 25 de janeiro de 1922, Salazar respondeu ao pedido do colega, poucos meses depois de Joaquim de Carvalho ter começado a administrar a Imprensa, nestes termos: “Recebi a sua prezada carta de ontem acêrca dos aprendizes que V. necessita na sua Escola da Imprensa e que V. preferia saídos do colégio dos Órfãos (...)”. Na mesma carta, o futuro ditador e coveiro da IUC, explicita o seu regozijo pelo convite, apontando o benefício que os “pequenos que se destinam a tipógrafos” teriam se pudessem aprender naquela Casa, porque a Imprensa “tinha a vantagem do estabelecimento modelar que é⁶⁰⁰”.

de Misericórdia em 1892, Manuel Dias da Silva. Cf. SILVA, Manuel Dias da. *Collegio dos Orphaos de S. Caetano em Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892, p. 9.

597 SILVA, Manuel Dias da. *Collegio dos Orphaos de S. Caetano em Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892, p. 7.

598 António de Oliveira Salazar (1889-1970), nascido em Santa Comba do Dão, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra de 1920 e 1923. De origem e formação católica, com 11 anos de idade entrou no Seminário de Viseu, onde concluiu o curso complementar no Liceu Alves Martins. Em 1910, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e, a partir de 1912, escreveu no jornal *Imparcial*, do Centro Académico da Democracia Cristã, dirigido por Manuel Gonçalves Cerejeira, onde refutou claramente a política anticlerical da República e participou na organização da Juventude Católica. Em 1914 concluiu o curso e, em 1916, apresentou, na mesma Universidade, uma dissertação de concurso para assistente, intitulada *O Ágio do Ouro. Sua natureza e suas causas (1891-1915)*. Em 1918, tomou posse do lugar de professor catedrático de Ciências Económicas, daquela Faculdade. Cf. FRANCO, Nogueira. *Salazar*, vol.1. A Mocidade e os Princípios (1889-1928). Porto: Civilização Editora, 2001; MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar, uma biografia política*. Lisboa: D. Quixote, 2010.

599 A dissertação de Salazar para o concurso a professor assistente na Universidade de Coimbra foi editada pela Imprensa da Universidade em 1916: *O ágio do ouro. Sua natureza e suas causas (1891-1915)*.

600 SALAZAR, António Oliveira. Carta a Joaquim de Carvalho, 22/1/1922 *apud* AA.VV. *Imprensa da*

Tais considerações ganham um sentido ainda mais amplo se a análise convocar as profundas transformações por que passou Portugal na conjuntura. Se Salazar, em 1922, era um promissor líder católico que então se iniciava na política⁶⁰¹, e que reconhecia e até colaborava com a Imprensa da Universidade e com os projetos do administrador Joaquim de Carvalho, as coisas irão alterar-se radicalmente na década seguinte. Na marcha do professor de Finanças para o poder, executada segundo um hábil “processo de eliminações, integrações e compromissos⁶⁰²”, a Imprensa da Universidade não escapará nas escolhas do que devia ser demolido. Salazar, agora chefe de um Governo autoritário e inspirador de um regime – o Estado Novo –, militantemente empenhado na instituição da censura já em vigor e de uma nova e antidemocrática “política de espírito” (que António Ferro inspirava)⁶⁰³, decretou a extinção, em 1934, do estabelecimento que, doze anos antes, tinha elogiado. Com isto, Carvalho e a Imprensa sofreram uma das condicionalidades relevantes no funcionamento do circuito comunicativo: o efeito das “sanções políticas legais”.

Sabendo-se que, de um modo direto ou indireto, o funcionamento do circuito de comunicação que o impresso põe em movimento não está imune aos impactos, positivos ou negativos, das circunstâncias não só econômicas, mas também políticas e ideológicas em que ele opera, não admira que as mudanças de regime se refletissem na vida editorial do País. E, no período em pauta, convém recordar que a nova ordem ditatorial saída do golpe militar de 28 de maio de 1926 evoluirá, sob a batuta de Salazar, para a institucionalização de uma ditadura que queria ser, contra as tradições iluministas, uma revolução também cultural de

Universidade de Coimbra: a história, os homens e os livros. Catálogo da Exposição de 1-31 outubro, Sala da Cidade. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, p. 24.

- 601 Militante do Centro Académico de Democracia Cristã, Salazar foi eleito deputado católico para o parlamento republicano em 1921, mas cedo abandonou o mandato e retornou à Universidade. Em 1922, colaborou no jornal “A Época”, do Centro Católico Português. Em 1923, participou, em Lisboa, no Congresso das Associações Comerciais e Industriais Portuguesas, com uma tese intitulada “Redução das despesas públicas”. Em 1925, assumiu a vice-presidência da Comissão Diocesana de Coimbra. No mesmo ano, por iniciativa do Centro Católico Português, proferiu palestras no Funchal, além de apresentar no X Congresso luso-espanhol para o progresso das Ciências uma tese sobre o “Aconfessionalismo do Estado”. Logo após o golpe militar de 28 de maio de 1926, Salazar foi chamado por Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa para ocupar a pasta das Finanças, que assumiu de 3 a 19 de Junho de 1926, até a saída do Ministério de Mendes de Cabeçadas por Gomes da Costa. Cf. ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de. *Salazar e Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989; FRANCO, Nogueira. *Op.Cit.*; MENESES, Filipe Ribeiro de. *Op.Cit.*, 2010. Uma análise crítica das biografias de Salazar foi feita por Manuel Loff, em *Análise Social*, vol. XLVI (2.º), 2011, pp. 349-357. Disponível em rede: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1317831491F9uGP1xn9Za57NA0.pdf (último acesso em 25/8/2016).
- 602 Expressão vista em ROSAS, Fernando. “O Estado Novo” In MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 142.
- 603 Logo em 1932, os contornos dessa política são afirmados no conjunto de cinco entrevistas de Salazar a António Ferro, publicadas no *Diário de Notícias*, hoje interpretadas como uma “encenação” habilmente construída pelo futuro diretor do SPN/SNI. Cf. TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, pp. 129-148; FERRO, António. *Entrevistas a Salazar*. Prefácio de Fernando Rosas. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2013.

pendor tradicionalista e implantar um “Estado Novo”, e que a Imprensa, tal como a Universidade, passou a estar sob uma tutela política mais apertada.

Só à luz destas transformações se poderá compreender a ação de Joaquim de Carvalho como editor num período-chave que atravessou os finais da Primeira República, o Golpe Militar de 1926 e a formação do Estado Novo português. Um caminho não linear, com repercussões no que respeita às liberdades fundamentais, incluindo a liberdade de pensamento, e, em consequência, no controle da circulação do impresso em Portugal. Como é lógico, no período da imposição do novo regime, muitos dos que começaram ou que virão a ser suas vítimas ainda não tinham uma consciência plena do arbítrio e do autoritarismo que Salazar e os seus sequazes estavam dispostos a praticar⁶⁰⁴.

A produção editorial em 1928

Vimos que são etapas nucleares do circuito do livro a sua produção, distribuição e consumo. Quanto a este último aspecto, saliente-se que os produtos saídos da Imprensa gozavam de um comprovado prestígio. A qualidade tipográfica das edições, o bom ambiente de trabalho nas oficinas, com um operariado progressista, a edificação de um abrangente e plural catálogo de títulos são características elencadas como méritos da gestão de Joaquim de Carvalho durante os 13 anos em que administrou a Imprensa, sucesso igualmente devedor de um trabalho coletivo feito por gente qualificada. De tal forma que, de 1921 a 1934, a Imprensa reforçou o seu reconhecimento como editora de referência, em consonância com a sua função académica e de serviço público.

Na consulta dos exemplares ali editados e que se encontram na biblioteca pessoal de Joaquim de Carvalho, nota-se que tais juízos de valor agradavam ao professor. Daí que, no seu exemplar do Catálogo Portugal, elaborado para a difusão dos livros portugueses na *III Feira do Livro de Florença*⁶⁰⁵, em 1928, tenhamos encontrado um recorte, colado na folha de

604 Convém notar que, se a censura à circulação de livros não era inédita, nos inícios do período em análise, a vigilância mais sistemática do impresso só foi acelerada com a criação da censura em 1933 (Decreto 22.469). E o mais acutilante aviso dos comportamentos autoritários no domínio da cultura ainda não tinham acontecido, pois, a célebre queima nazi de livros em praça pública em Berlim (Opernplatz) ocorreu em 10 de maio de 1933. Com forte impacto internacional (a revista norte-americana *Times* usou o termo “bibliocausto”), estima-se que cerca de 25 mil livros, em maioria da biblioteca da Universidade Humboldt, foram jogados à fogueira, ato coordenado para ser realizado, no mesmo dia, em outras cidades alemãs. Cf. BÁEZ, Fernando. *Op. Cit.*, pp. 251-261.

605 Editado pela Imprensa Nacional, o catálogo incluía um conjunto de editoras portuguesas a serem divulgadas na feira do livro de Florença. Arrolando um total de 3.167 volumes, correspondentes a 41 expositores, a publicação está dividida em três partes: a primeira, com as publicações do Estado; a segunda, as das casas editoras; e a terceira, dedicada a diversos. A brochura de apresentação tem um prefácio de Albino Forjaz: “A Literatura Portuguesa”. Cf. *Catálogo Portugal - III Feira do Livro – Florença*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

rosto, que testemunha essa reação. Trata-se de um artigo do *Diário de Notícias* sobre a participação das editoras naquele evento e onde se pode ler: “Entre as publicações do Estado figuram as primorosas edições da Imprensa da Universidade de Coimbra que o sr. dr. Joaquim de Carvalho dirigiu com inexcedível competência”⁶⁰⁶. Demais, a elaboração e divulgação de Catálogos, bem como a presença, em algumas feiras internacionais, indicia que a questão da publicitação e da venda das obras editadas não foi estranha à estratégia editorial liderada pelo professor da FLUC.

Chegados aqui, será útil saber mais acerca dos seus critérios editoriais e da sua reação às condicionantes político-ideológicas que estavam a sitiar a liberdade de pensamento. Neste domínio, o próprio Carvalho convoca o que lhe era ditado pela sua “consciência moral e intelectual⁶⁰⁷” e com o assumido respeito por um legado histórico que achava não estar ultrapassado. É que, quanto ao essencial, retirava do passado da Imprensa uma lição de pluralismo, pois considerava-a como uma “velha oficina de tradições sábias e equânimes, isto é, de apreço e acolhimento de todas as atitudes e de todos os escritos que pudessem contribuir para se configurar a compleição da alma portuguesa, para se revigorar o sentimento pátrio e para se dilatar o horizonte da cultura intelectual”⁶⁰⁸.

A objetivação editorial deste modo de pensar pode ser comprovada a partir da análise da gama de autores e obras que se encontram arrolados nos dois Catálogos que saíram no ano de 1928, aquando da participação da Imprensa e dos livros portugueses nas feiras internacionais de Florença e Madrid, bem como no catálogo editado em 1937⁶⁰⁹ (três anos após a extinção da IUC) pela Imprensa Nacional, fontes que cotejámos com as próprias edições e com a relação dos livros da Imprensa existentes na Biblioteca Pública da Figueira da Foz, editada em 1992⁶¹⁰.

Dos três primeiros catálogos, a brochura para a Exposição do Livro Português em

606 *Diário de Notícias*, 15/5/1928.

607 Ao comentar a edição póstuma dos livros de Braamcamp Freire, afirma: “porque jamais dei ordem para que se imprimisse um livro sem que à minha consciência moral e intelectual se impusessem razões, pelo menos justificáveis”. CARVALHO, Joaquim. “No centenário de Anselmo Braamcamp Freire. Reflexão breve de um seu editor”. In *O.C.*, vol. VIII, pp. 109-112, p. 110. Artigo publicado originalmente no *Correio do Ribatejo*, n.º 3014, 29/1/1949.

608 *Idem*, *ibidem*.

609 Cf. *Catálogo dos livros editados pela extinta Imprensa da Universidade de Coimbra à venda na Imprensa Nacional de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1937. Na primeira parte, “Legislação antiga e moderna”, diversos códigos, coleções de leis, estatutos, regulamentos e legislações. A segunda parte oferece ao leitor uma gama maior de assuntos: “Jurisprudência, política, história, ensino, estatística, literatura, teatro, etc”.

610 Na publicação, estão reunidos, em ordem alfabética, os 1455 livros editados pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em diferentes anos, que fazem parte do acervo da Biblioteca Pública Fernandes Tomás da Figueira da Foz. Edição integrada nas “Comemorações do Centenário de nascimento do Doutor Joaquim de Carvalho”. Cf. *Imprensa da Universidade – Catálogo*. Figueira da Foz: Câmara Municipal/Serviços Culturais, 1992.

Madrid contém a seleção mais abrangente, feita pela própria administração da editora, mas com a advertência de que o listado constitui apenas uma “pequena parte da atividade” da casa durante o século XX⁶¹¹. Dividido em dez seções, o Catálogo de Madrid registra um total de 252 livros produzidos ao longo das administrações de Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e, em maioria, de Joaquim de Carvalho.

A forma como os títulos são agrupados revela a presença de critérios de classificação voltados para a venda do livro no estrangeiro, mas também comprova a existência de um projeto editorial universitário que almejava cobrir os diversos ramos do conhecimento. Em suma, estar-se-ia perante a mostra de uma “imprensa sábia”, como o Catálogo a apresenta⁶¹². Ao passar as páginas da publicação, o leitor percorre a enumeração dos campos científicos como se estivesse a ler um índice de Enciclopédia, ou uma taxionomia com ecos comteanos. Inicia-as a seção de *Ciências Matemáticas*, seguindo-se as obras de *Ciências Físico-Químicas e Histórico-Naturais*, passando pela *Biologia e Medicina*. A seção IV trata da *Legislação, Direito, Economia Política, Assuntos Coloniais*. Na seção de *Filologia, Literatura, História e Crítica Literária* (V), deu-se destaque gráfico à coleção *Biblioteca de Escritores Portugueses*. Mas, o maior número de publicações consta da seção seguinte: *Biografia, História e Geografia de Portugal* (VI), com 48 títulos. Há ainda publicações de *História da Arte e Estética* (seção VII), *Pedagogia, Filosofia, Religiões* (seção VIII), *Bibliografia* (seção IX) e *Revistas, Publicações Periódicas* (seção X).

Catálogo da Imprensa da Universidade de Coimbra na Exposição do Livro Português em Madrid (1928)

Ordem da seção	Áreas de divisão do catálogo	Número de títulos
VI	Biografia, História e Geografia de Portugal	48
V	Filologia, Literatura, História e Crítica Literária	45
VII	História da Arte e Estética	36
IV	Legislação, Direito, Economia Política, Assuntos Coloniais	30
III	Biologia e Medicina	28
II	Ciências Físico-Químicas e Histórico-Naturais	20
VIII	Pedagogia, Filosofia, Religiões	14
I	Ciências Matemáticas	13
IX	Bibliografia	6
X	Revistas, Publicações Periódicas	16

Fonte: *A Imprensa da Universidade de Coimbra na exposição do livro português em Madrid* (junho de 1928). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

611 *A Imprensa da Universidade de Coimbra na exposição do livro português em Madrid* (junho de 1928). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928, apresentação.

612 *Ibidem*.

Sublinhe-se que este Catálogo visava um público específico e internacional, como se infere do eixo central que unifica o conjunto e a sua meta maior: “patentear a variedade das produções” da Imprensa “nos domínios da ciência, da erudição e da literatura⁶¹³”, ou seja, afirmar a editora na pluralidade dos saberes cultivados na própria universidade. Mas, o número de obras ligadas a temáticas como História, Biografia, Geografia, Artes, Literatura, assuntos de política e legislação de Portugal, assim como o caráter desses livros, denota um particular investimento no que toca à divulgação da cultura portuguesa, como a querer dizer-se que as especificidades nacionais não podiam ficar diluídas no universalismo dos saberes, perspectiva muito cara a Joaquim de Carvalho, sendo o contrário igualmente verdadeiro. E esta coabitação ajuda a perceber que, se a orientação da Imprensa apostava num melhor conhecimento das obras fundamentais que traduziram e modelaram o modo de ser português, ela também relevava tanto a face universalista que o influenciou, como o contributo que, sobremaneira na fase dos Descobrimentos, Portugal deu para a construção da Modernidade.

De fato, na seção Ciências Matemáticas, no elenco das obras que tratam do cálculo das probabilidades, variações de latitude, equações diferenciais da física, geometria e funções, constam dois livros enquadráveis nesse espírito. O primeiro é a *Regra geral das festas mudáveis de Gonçalo Trancoso*, escrito por Luciano Pereira da Silva. No impresso, o autor aborda o pensamento do mestre de humanidades do século XVI Gonçalo Trancoso, reunindo interesses interdisciplinares ao envolver Matemática, História e Literatura⁶¹⁴. O segundo é o título *Les mathématiques en Portugal*, do estudioso português Rodolpho Guimarães, editado em francês pela Imprensa da Universidade em 1901 por ocasião das atividades da Exposição Universal de 1900, em Paris, e que chegava à 2ª edição em 1925⁶¹⁵. A obra versa sobre História da Matemática em Portugal desde o século XVI, com um apanhado bibliográfico das produções portuguesas de todo século XIX.

Não se pode esquecer que, de uma maneira precursora, Joaquim de Carvalho também foi um historiador das ciências, ramo que considerava indissociável do campo vasto, mas plural, da História da Cultura, e cujo desenvolvimento e divulgação seria fundamental não só para cativar as novas gerações para as práticas científicas, mas também para dar a conhecer –

613 *Ibidem*.

614 SILVA, Luciano Pereira da. *Regra geral das festas mudáveis de Gonçalo Trancoso*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. Gonçalo Fernandes Trancoso (1520-1596) foi um contista português que ganhou notoriedade em sua época. Foi autor de *Contos de proveito e exemplo*.

615 GUIMARÃES, Rodolpho. *Les mathématiques en Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925. O livro identifica o autor como tenente de engenharia, membro da Academia de Ciências de Lisboa e de várias sociedades científicas.

tanto a portugueses, como a estrangeiros – que a Ciência Moderna não esteve tão ausente em Portugal como as ideias feitas sobre a matéria faziam crer.

Na seleção dos autores e obras, compreende-se que a sua ação como editor espelhasse seus posicionamentos como professor e intelectual. Desarte, não surpreende que a propensão enciclopédica do seu saber se tenha plasmado no plano editorial que foi gizando para a Imprensa, à luz deste seu pressuposto epistémico fundamental: a pluralidade dos saberes científicos traduzia a unidade da ciência, que nenhum deles esgotava. E, numa editora como a Imprensa, só esta ótica permitiria que a Universidade se realizasse como *uni-diversidade*. Consequentemente, o postulado não podia validar a tendência em crescimento, que apontava para a defesa da existência de “duas culturas”⁶¹⁶, isto é, de uma separação radical entre as ciências da natureza e as ciências do espírito.

Do catálogo em análise constam ainda: dois livros editados pela Imprensa do então professor de direito António Oliveira Salazar⁶¹⁷; uma obra do ex-presidente republicano Bernardino Machado, não como político, mas como professor de antropologia⁶¹⁸; os trabalhos eruditos de Carolina Michaëlis; obras de heurística e história de António Ferrão; trabalho de história de António Vasconcelos; estudo do Renascimento em Portugal por Gonçalves Cerejeira⁶¹⁹, colega de Carvalho na Faculdade de Letras. E, não será preciso chamar a terreiro o que posteriormente acontecerá, para se reconhecer nesta amostragem a presença de uma assumida linha editorial pautada por preocupações de pluralidade científica e mesmo ideológica.

Compreensivelmente, também não faltam as obras escritas por talentos emergentes, como o expresso no livro *Paço do milhafre* (1924) de autoria do jovem Vitorino Nemésio, assim como algumas de autores com mais afinidades com as áreas de investigação de Joaquim de Carvalho, como são os casos de Antero de Quental, Camões, Padre António Vieira, Camilo Castelo Branco, Ribeiro Sanches, Oróbio de Castro, entre outros. As fronteiras das seções confirmam o caráter interdisciplinar, mesmo em obras de crítica literária: a biografia de Eugénio de Castro é escrita por Manuel da Silva Gaio; Rodrigues Lobo é visto pelas lentes do

616 Referência a SNOW, Charles Percy. *The Two Cultures*. London: Cambridge University Press, 1959.

617 As obras constam na seção de Legislação, Direito, Economia Política. Assuntos Coloniais. SALAZAR, António de Oliveira. *O ágio do ouro. Sua natureza e suas causas (1891-1915)*. *Op.Cit.*, e *Questão cerealífica. O trigo*, vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1916.

618 Na seção Ciências Físico-Químicas e Histórico-Naturais: MACHADO, Bernardino. *Aula de antropologia da Universidade de Coimbra*, vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1904. Há ainda outro livro de Bernardino Machado editado um ano antes e incluído no catálogo na seção de Filologia, Literatura, História e Crítica Literária: *Homenagens* (1903).

619 CEREJEIRA, M. Gonçalves. *O Renascimento em Portugal. Clenardo* vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917. *Idem, O Renascimento em Portugal. Clenardo* vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

médico Ricardo Jorge na coleção “Biblioteca de escritores portugueses”; no âmbito da Biografia, História e Geografia de Portugal, o poeta português Brás Garcia Mascarenhas é estudado por António de Vasconcelos, e na seção História da Arte e Estética foi incluída a obra *Rafael Bordalo Pinheiro, moralizador político e social*, escrita por Magalhães Lima e Cruz Magalhães.

Os descobrimentos e conquistas são tema da coleção *Scriptores rerum Lvsitarvm*, com estudos e publicação de fontes, como a *Crônica do Felicíssimo Rei D. Manuel* por Damião de Góis (organizadas em 1926) e a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda (edição de 1924). A seção de Bibliografia está dedicada à História do Livro e da Tipografia portuguesa, em obras como *Os Arquivos e as Bibliotecas de Portugal* (António Ferrão, 1920), *A tipografia hebraica em Portugal* (Moses Bensabat Amzalak, 1922), *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI* (Sousa Viterbo, 1924).

O Brasil, um caminho editorial de duplo sentido

Como assinalámos, são características fortes do circuito do livro as etapas ligadas à produção, distribuição e leitura do impresso. E se, no que tange à geografia dos livros editados pela IUC, esta tinha um circuito predominantemente nacional, o certo é que ela não descuroou a sua internacionalização. Prova-o os Catálogos e a sua presença em feiras internacionais, assim como a crescente atenção que foi dando ao quase inexistente intercâmbio intelectual e livreiro entre Portugal e o Brasil, em particular, ao universitário.

Na verdade, ainda no ano de 1924, o médico e historiador brasileiro Afrânio Peixoto⁶²⁰, então presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), levantou questões em torno desse tema em carta a Joaquim de Carvalho⁶²¹, quando lhe respondeu acerca da

620 Descendente de portugueses, Júlio Afrânio Peixoto (1924-1930) nasceu em Lençóis (Bahia), realizando sua formação escolar em Salvador, onde concluiu a Faculdade de Medicina (1897) com a laureada tese inaugural “Epilepsia e crime”. Após mudar-se para o Rio de Janeiro (1902), ocupou cargos públicos e, por concurso, tornou-se professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907). Médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1910, tornando-se presidente da entidade em 1923. No ano seguinte, foi eleito sócio honorário no Instituto de Coimbra. Foi ainda sócio correspondente estrangeiro, na “classe de letras” da Academia das Ciências de Lisboa (1919) e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras instituições. É autor dos estudos camonianos: *Camões e o Brasil*. Paris/Lisboa: Aillaud/Bertrand, s/a; *Medicina d’Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Casa de Paulo de Azevedo & Cia: 1924; *A Camonologia ou os estudos camonianos: iniciativa da criação de uma cadeira de Camões na Universidade de Lisboa*. Rio de Janeiro: Livraria F. Alves, 1924; em co-autoria com Pedro A. Pinto, publicou *Dicionário d’Os Lusíadas de Luis de Camões*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/Casa de Paulo de Azevedo & Cia, 1924. Cf. MENEZES, Raimundo de. “Afrânio Peixoto”. In: *Dicionário Literário Brasileiro Ilustrado*. São Paulo: Ed. Saraiva, 1959; Academia Brasileira de Letras/Acadêmicos [em rede: www.academia.org.br].

621 AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.2. Carta de Afrânio Peixoto a

pertinência da reedição dos escritos do cronista português Pero de Magalhães Gândavo (1540-1580)⁶²², projeto que tanto Carvalho, como o hispanófilo francês Robert Ricard, pretendiam concretizar em Portugal, mas que o interlocutor brasileiro também tinha, não só entre mãos, mas já no prelo.

No entanto, e para o que mais aqui interessa, o historiador baiano aproveitou a oportunidade para estreitar o contato com a Imprensa da Universidade e seu diretor ao manifestar interesse pelos estudos deste, em especial o respeitante a *Leão Hebreu, filósofo*, que conhecia por citações lidas em Carolina Michaëlis. Mas, Peixoto esbarrava com uma dificuldade: “Onde obter? Nos catálogos portugueses não vejo alusão. Aliás as suas utilíssimas publicações, da Universidade, porque não as envia ao Brasil?”⁶²³. Para isso, sugeria Carvalho que procurasse “a Casa ‘Anuário do Brasil’, r. Dom Manoel, 62, de propriedade do sr. Alvaro Pinto (português, letrado, e um dos fundadores da “Renascença” do Porto)”, onde poderia encontrar interesse na importação e venda das publicações da Imprensa da Universidade no “mercado literário” brasileiro. À indicação, seguia-se um diagnóstico:

Porque não escreve a ele? Seria interesse e vantagem das letras, tanto são curiosas as suas publicações aqui completamente desconhecidas: O Brasil ainda não descobriu Portugal⁶²⁴.

Não foi possível confirmar se Joaquim de Carvalho seguiu a recomendação de Afrânio Peixoto. Mas é patente a aproximação entre ambos desde então, cordialidade depois manifesta na edição, pela Imprensa da UC, de estudos do literato brasileiro, *Camões humorista* (1928), e *Ensaios Camonianos* (1932)⁶²⁵. Por outro lado, o diálogo entre ambos, em parte revelado na correspondência de Afrânio Peixoto localizada no espólio da Figueira da Foz⁶²⁶, demonstra uma relação formada tanto em torno da publicação, em Portugal, de textos seus, como da circulação de livros portugueses no Brasil. E a abertura do diretor da IUC à publicação, difusão e promoção dos títulos, fez com que, já em 1932, o agora amigo, em tom de gracejo, o caracterizasse como “padrinho e parteira do livro”⁶²⁷.

Joaquim de Carvalho, Rio de Janeiro, 28/3/1924.

622 Tratava-se do livro de Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado da terra do Brasil: história da província de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.

623 AHMFF. Carta de Afrânio Peixoto a Joaquim de Carvalho, Rio de Janeiro, 28/3/1924.

624 AHMFF. Carta de Afrânio Peixoto a Joaquim de Carvalho, Rio de Janeiro, 28/3/1924.

625 Cf. PEIXOTO, Afrânio. *Camões Humorista*. Sep. da revista de “O Instituto”. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928; e *Ensaios camonianos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

626 Foram localizadas cópias de 10 cartas de Afrânio Peixoto a Joaquim de Carvalho, entre 1924 e 1934, todas relativas ao envio de livros entre os correspondentes e os projetos de edição de interesse mútuo. Cf. AHMFF. Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho, caixa n.º 31.2.

627 AHMFF. Carta de Afrânio Peixoto a Joaquim de Carvalho, Rio de Janeiro, 21/12/1932. Nesta missiva,

Encontrámos, ainda, outros indícios que mostram que o quase completo desconhecimento das obras da Imprensa da Universidade nos meios literários brasileiros se foi alterando, em boa parte na sequência dos esforços de Carvalho que o levarão a “redescobrir” o Brasil. Na verdade, foi-nos possível detectar vários desses títulos com a chancela da editora universitária de Coimbra em acervos brasileiros, alguns, à primeira vista improváveis. Exemplo: na Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMA) – São Paulo –, encontra-se uma relação significativa desses títulos. É certo que alguns foram adquiridos pela instituição já depois de 1934⁶²⁸. Mas é a presença de muitos desses livros vindos de espólios privados – como o do bibliófilo Félix Pacheco, adquirido pela BMA em 1937⁶²⁹, assim como o do bibliófilo José Pereira de Mattos⁶³⁰ ou o do colecionador e escritor Carvalho Franco⁶³¹ –

Peixoto agradece a edição dos *Ensaios Camonianos*, bem como solicita, caso Carvalho ainda não tenha mandado, livros para distribuição na livraria Aillaud, de Lisboa (100 exemplares “e mais se o pedirem”, pois eram “bons clientes” dos editores dele no Rio de Janeiro, Paulo de Azevedo & Cia da Livraria Alves). O brasileiro indagava sobre o pedido que havia feito para o diretor da Imprensa fazer uma distribuição profusa do livro à sua lista de “críticos, escritores e sábios lusitanos”, ou seja, nomes que eram do seu interesse que repercutissem seu texto em Portugal. Para o Brasil, disse que só indicou dois nomes, sem revelar quais, acrescentando: “Aos indicados por mim, poderá você juntar os seus, como padrinho, que é, do livro. Padrinho e... parteira... Meu caro Amigo, blague á parte, não sei como lhe dizer meu agradecimento”.

628 Recorde-se que, de 1935 a 1943, o bibliófilo Rubens Borba de Moraes foi o diretor da BMA, criando a seção de Obras Raras (aberta ao público em 1945). Fato é que alguns dos exemplares consultados do período trazem inscrições, a lápis, com informações sobre sua aquisição: valores, datas e locais de venda, como a Livraria Martins, a Livraria Técnica F. W. Penna e a Brasiliense, todas localizadas na capital paulista. Somente no setor de Obras Raras da BMA, foram localizados 37 títulos da IUC, entre estes: VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *O cancionero Fernandes Tomás: índices, nótuas e textos inéditos* (1922); AZEVEDO, João Lúcio de. *O Padre Antonio Vieira julgado em documentos franceses* (1925), exemplar com dedicatória do autor a Paulo Prado; SIMÕES, João Gaspar. *O mistério da poesia: ensaios de interpretação da génese poética* (1931).

629 Entre os livros da Imprensa da UC, constam com o *ex-libris* de Félix Pacheco na BMA: FERRÃO, António. *A reforma pombalina da Universidade de Coimbra e a sua apreciação por alguns eruditos espanhóis* (1926); COSTA, João Carlos Rodrigues da. *João Baptista: gravador português do XVII (1628-1680); contribuição para a historia da gravura em Portugal* (1925); CORREIA, Vergílio. *Pintores portugueses dos séculos XV e XVI* (1928); e, entre os classificados como raridades, constam: *Catálogo da importante livraria que pertenceu aos falecidos jornalista Joaquim Martins de Carvalho e General Francisco Augusto Martins de Carvalho*, com um prefácio de Henrique de Campos Ferreira Lima (1923); *Castilho e Camilo: correspondência trocada entre os dois escritores*, com prefácio e notas de João Costa (1924); *Dispersos de Camilo*, compilação e notas de Júlio Dias da Costa (1924); PRESTAGE, Edgard. *Portugal, Brasil e Grã-Bretanha: lição inaugural realizada no King's College* (1925); MIRANDA, João Cardoso de. *Prodigiosa lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta Relação se expõem*, reimpressão deste raríssimo opúsculo precedida por um estudo biobibliográfico sobre a obra e o seu autor pelo Dr. Augusto da Silva Carvalho (1925); GUERREIRO, Fernão. *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões do Japão, China, Cataio, [...] Cabo Verde e Brasil nos anos de 1600 a 1609 [...]*. Nova ed. dirigida e prefaciada por Artur Viegas (1930); PEIXOTO, Júlio Afrânio. *Ensaios camonianos* (1932),

630 Entre as Obras Raras da BMA, possuem o *ex-libris* de José Pereira de Mattos, os livros da Imprensa da UC: CUNHA, José Anastácio da. *A obra poética do Dr. José Anastácio da Cunha*, coligida por João Baptista Vieira Godinho, com um estudo sobre o Anglo-germanismo nos proto-românticos portugueses por Hernâni Cidade (1930); BASTO, Artur de Magalhães. *O pôrto do romantismo* (1932).

631 No espólio de Carvalho Franco, na BMA, constam da Imprensa da UC: FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da sala de Sintra*. 2.ed. (1921); FERRÃO, António. *A teoria da história e os progressos da historiografia científica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922; BELL, Aubrey F. G. *A literatura portuguesa: história e crítica*, tradução do inglês por Agostinho de Campos e J. G. de Barros e Cunha

que nos provam o aumento da circulação, no Brasil, desses títulos, especialmente por bibliotecas privadas deste país.

Ainda nesse sentido, agora em Portugal, encontrámos na correspondência recebida pela Imprensa da Universidade, em fins da década de 1920, um recorrente diálogo com solicitantes brasileiros. Como as cartas de Álvaro Jorge, representando a Livraria Lealdade, de São Paulo, incluindo a que pedia duas brochuras do catálogo da editora, em 4/8/1928; ou aquela outra, que dava conta do cheque enviado para pagar dois volumes da obra *Cantiga de Amigo*, em 27/2/1929⁶³². Nesse mesmo ano, o leitor Alberto Wanderley, de Ouro Preto (Minas Gerais), escreveu à Imprensa para perguntar como podia adquirir três livros de Antero de Quental (*Prosas, Cartas e Raios de Extinta Luz*) por via postal⁶³³. Ou ainda, a carta de Pedro Gonçalves de Almeida, de Salvador (Bahia), com uma lista de pedidos de envios de livros, em 11/4/1929, incluindo as *Cartas do Padre António Vieira* (1925-1928), as *Memórias de Castilho* (1929), e as *Canções da Beira* (1923)⁶³⁴. A análise é somente uma pequena amostra da procura, por alguns leitores no Brasil, de livros lançados pela editora universitária portuguesa.

Por outra correspondência, encontrámos de modo mais explícito a intenção do editor em difundir, no Brasil, livros da Imprensa, sobretudo através da bibliografia aconselhada nos cursos superiores, intento bem expresso no conselho que, em 1932, Carvalho deu a um autor recém-ingresso no catálogo da casa, o universitário Marcello Caetano, interessado de ver editada a sua tese de doutorado em vésperas de prestar provas para professor da Faculdade de Direito de Lisboa⁶³⁵. Sobre um dos destinos da tese quando livro, Carvalho sugeriu que

(1931),

632AUC. Fundo da Imprensa da Universidade (VI-1ªD -1-2-3), Correspondência Particular Recebida 1928-1929, avulsos. Ofícios da Livraria Lealdade ao Administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, São Paulo, 4/8/1928 e 27/2/1929.

633AUC. Fundo da Imprensa da Universidade (VI-1ªD -1-2-3), Correspondência Particular Recebida 1928-1929, avulsos. Carta de Alberto Wanderley ao Redator da Imprensa da Universidade de Coimbra, Ouro Preto, 9/3/1929.

634AUC. Fundo da Imprensa da Universidade (VI-1ªD -1-2-3), Correspondência Particular Recebida 1928-1929, avulsos. Carta de Pedro Gonçalves de Almeida ao Administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, Salvador, 11/4/1929.

635 A colaboração iniciou-se com um pedido de João de Barros para edição, na Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1932, da tese do seu genro, o então ainda jovem aspirante a professor na Faculdade de Direito de Lisboa, Marcello Caetano. Em outra carta ao amigo figueirense, Carvalho considerou a obra *Do poder disciplinar no direito administrativo português* (1932) viável economicamente porque tinha “público pelo assunto”. Demais, o reconhecimento do mérito permitiria conjugar “a amizade com o dever”, indo ao encontro da necessidade de se suprir a carência de bibliografia jurídica no catálogo da editora (Carta de Joaquim de Carvalho a João de Barros, Coimbra, 29/10/1933. In AZEVEDO, Manuela de (seleção, prefácio e notas). *Cartas políticas a João de Barros*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982, pp. 397-404, p. 401). Nesse contexto, em 18/8/1932, Carvalho escreveu para orientar Caetano sobre a edição, iniciando um diálogo epistolar que, conquanto não muito frequente, chegará, pelo menos, a 1955. Foram consultadas 14 cartas de Joaquim de Carvalho a Marcello Caetano, entre 1932 e 1955. ANTT. Arquivo Marcello

guardasse exemplares para oferecer a professores brasileiros de direito administrativo, lembrando-lhe que já tinha conseguido que “livros científicos” da Imprensa fossem “adotados no Brasil”⁶³⁶. Como se vê, não se esqueceu da circulação internacional possível, e também não deixou de sopesar, mesmo a montante, o lugar do leitor, pelo menos o daqueles que se situavam no seu público-alvo, com destaque para o mundo acadêmico.

Facilmente se percebe que o fechamento da IUC pelo Estado Novo cortou a possibilidade de este intercâmbio vir a traduzir-se – como se previa – na edição de traduções e de textos de referência (lusitanos e europeus, destinados ao mercado português e ao brasileiro). No entanto, este projeto do diretor da Imprensa, apesar de movido pela intenção de reforçar a presença – em queda a favor de outras influências (a americana, por exemplo) – do livro português (e europeu) no Brasil, encontrou mais obstáculos do que entusiasmos e apoios oficiais. Daí que, em 1934, e em termos de balanço, lastimasse (a Alfredo Pimenta) que, a este nível, o desiderato não tivesse alcançado “grande realização”, mormente no tocante à

a incorporação na nossa língua das grandes obras científicas de hoje e das obras filosóficas de sempre. Pedi, insisti, para que me dessem dinheiro para pagar *aliud*: nada. Por isso, a obra teve feição histórico-literária, e lamento o facto duplamente: primeiro porque urge dar um banho de exactidão científica à nossa palavrosa – e excessivamente erudita – cultura; segundo, porque só mediante esta europeização poderemos reconquistar a mentalidade brasileira [...] ⁶³⁷.

O plano e os seus objetivos foram pensados com os olhos postos no exemplo que vinha da orteguiana *Revista de Occidente* (Madrid), então apostada na “reconquista” da “inteligência” sul americana. Mas, ele também queria alterar uma realidade em decadência, em boa parte criada pela superficialidade literária e crítica de muitas das publicações portuguesas que circulavam no Brasil, principais responsáveis pelo decréscimo do interesse brasileiro pela cultura portuguesa. Perante tal estado de coisas, Carvalho tinha concluído que não era “a perfumaria do J[úlio]. Dantas nem as observações médias, e às vezes sumativas do A[gostinho]. de Campos, que trarão ao redil o brasileiro”. De modo contundente, reafirmava o compromisso de continuar a empenhar-se, enquanto universitário e editor, para que o Brasil *(re)descobrisse* Portugal. E a tarefa era urgente, pois, de acordo com o seu diagnóstico, “ou

Caetano. *Correspondência*. “Joaquim de Carvalho”. Cx.21, n.º1-14.

636 ANTT. *Arquivo Professor Doutor Marcello Caetano*. PT/TT/PS/AMC/12-300: Correspondência / Carvalho, Joaquim, cx. 21, documentos 1 a 14. Carta de Joaquim de Carvalho a Marcello Caetano, Figueira da Foz, 18/8/1932, fl. 2.

637 Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Carta de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta, Praia de Buarcos, 10/9/1934, cota 10; 29-4-4-157, fls. 1 e 2. Cf. CARVALHO, Paulo Archer de. (org., introd., notas). *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta 1922-1936. (seguidas de quatro cartas a António Sardinha, 1923-24)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016, pp. 251-252.

fazemos isto ou o Brasil definitivamente nos esquecerá”. O encerramento da Imprensa foi a sua primeira batalha perdida neste campo. Mas, quase duas décadas depois, levantar-se-á para prosseguir o mesmo combate, como mais à frente se verá.

Em suma, nos inícios da década de 1930, já tinha entendido a importância do desafio. Por isso, pode-se dizer que, ao contrário de muitos dos “intelectuais orgânicos” do Estado Novo, não esteve à espera do Acordo Cultural celebrado, em 1941⁶³⁸, entre os regimes de Salazar e de Getúlio Vargas, sob os auspícios do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por Antônio Ferro e, no Brasil, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a orientação de Lourival Fontes – para o abraçar. Mas, na conjuntura em pauta, como é que ele poderia ter ido mais longe se a ditadura portuguesa sempre viu na autonomia da Imprensa uma ameaça à imposição da “política de espírito” que propugnava?

Um coerente pluralismo editorial

Partindo dos princípios morais e intelectuais de fundo kantiano perfilhados por Carvalho, assim como das exigências próprias de uma editora universitária, com a sua função predominantemente erudita e especializada, não deve admirar que a orientação da IUC pretendesse respeitar a liberdade de pensamento e de expressão, em nome do valor emancipatório da cultura face aos poderes políticos e religiosos. Por isso, a sua natureza pública não podia desembocar na governamentalização da sua prática, nem ser posta ao serviço de interesses pessoais ou de facção. Tal como Herculano, seu mestre, um

638 O Acordo Luso-Brasileiro de 1941 se pautava na colaboração cultural mais efetiva com vistas à difusão de suas culturas, o que destacava as iniciativas de difusão e promoção do livro entre os dois países. Isto é, os organismos oficiais de propaganda, do Brasil e de Portugal, ficaram encarregados de “assegurar e promover” a difusão da cultura ao propiciarem “o intercâmbio e publicação de artigos inéditos de escritores e jornalistas brasileiros e portugueses na imprensa dos dois países”. Para a prossecução deste objetivo, o documento também previa o lançamento de um periódico luso-brasileiro, como efetivamente veio a ocorrer com a saída da revista *Atlântico* (1942-1950), pensada para “orientar” a moral das elites intelectuais de ambos os países. Quanto as linhas gerais do acordo, Carmem Schiavon assinala que, na prática, “estas seções atuaram muito mais no sentido de limitar manifestações contrárias ao Estado Novo português e brasileiro, além de difundirem o ideal estadonovista luso-brasileiro”. Ao analisar a correspondência trocada entre o Consulado de Portugal, em São Paulo, e o diretor do SPN, Antônio Ferro, a autora infere que “a difusão do livro português no Brasil, além de constituir um espaço para a sua comercialização e, portanto, uma oportunidade de ampliação do mercado consumidor deste produto, visava, também, “contrabalançar a influência da cultura norteamericana”, a qual se encontrava cada vez mais presente e atuante no país”. O Acordo de 1941 é visto por Gisella Serrano como um desdobramento da “Política do Atlântico”, organizada no interior da estratégia de propaganda e afirmação nacional do governo de Salazar, a partir de uma concepção política “panlusitanista”. Sob o imperativo do Acordo Cultural, foram planejadas e publicadas Revistas, livros e coleções. Cf. SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. “O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período”. In *IX Encontro Estadual de História*. Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul (Anpuh-RS), 2008. [Em rede: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf (último acesso 7/1/2017)]; SERRANO, Gisella de Amorim. *Caravelas de Papel. A Política Editorial do Acordo Cultural de 1941 e o Pan-lusitanismo (1941-1949)*. Lisboa: Instituto Camões, 2014.

“liberdadeiro” como Carvalho nunca o consentiria, mesmo que a I República não tivesse caído em 28 de maio de 1926. Deste modo, é lógico que os seus critérios editoriais tenham procurado evitar a mistura entre os méritos literários ou científicos dos autores a publicar e as suas opções político-ideológicas, escolha que incomodou não só os novos prosélitos do pensamento oficial e único, mas também alguns dos nostálgicos da hegemonia “jacobina”, onde contava amigos e correligionários.

O reconhecimento positivo da prática de um pluralismo editorial na Casa foi quase unânime, mesmo por parte daqueles que, à direita e à esquerda, o achavam excessivo. Na verdade, até ao fechamento da editora, em 1934, conviveram no prelo nomes ligados quer ao campo integralista e conservador (João Ameal⁶³⁹, Alfredo Pimenta, Joaquim Bensaúde, Marcello Caetano), quer ao *seareiro* – como António Sérgio, com as traduções e prefácios; Hernâni Cidade, com o seu *Ensaio sobre a Crise mental do século XVIII* (1929), *A obra poética do Dr. José Anastácio da Cunha* (1930), Afonso Duarte, com *Os desenhos animistas de uma criança de 7 anos* (1933)) – quer ao *presencista*, como Adolfo Casais Monteiro e seu livro de estreia *Considerações Pessoais* (1933); João Gaspar Simões, com *O Mistério da Poesia* (1931); Branquinho da Fonseca, com *Zonas: contos* (1931) e *Mar coalhado* (1932). Nesta vertente progressista poderá ainda ser integrada a publicação de Newton de Macedo, *A luta pela liberdade no pensamento europeu: A alvorada helénica* (1930), ou o estudo de Rodrigues Lapa (futuro exilado no Brasil), intitulado *La “Demanda do Santo Graal”: priorité du texte portugais par rapport au teste castillan* (1931), entre outros.

Esta característica encontra-se igualmente bem confirmada na correspondência recebida pelas duas principais figuras que estavam à frente da Imprensa, ou seja, Joaquim de Carvalho e Cândido Nazaré. Com efeito, as “arraigadas convicções” de republicano histórico⁶⁴⁰ e de democrata com feições anticlericais deste último não o impediram de manter relações estreitas e até certo ponto afetuosas com personalidades politicamente situadas em campos opostos ao seu, a exemplo do vínculo estabelecido com o conservador Joaquim Bensaúde, engenheiro e estudioso dos descobrimentos portugueses⁶⁴¹. No entanto, nos anos

639 De João Ameal, a Imprensa da Universidade publicou *No limiar da idade-nova: ensaios contemporâneos* (1934). Ensaio distinguido com o prêmio Ramalho Ortigão, do Secretariado de Propaganda Nacional, em 1935, cujo júri era formado por António Pereira Forjaz, João da Providência da Costa, Alfredo Pimenta e Manuel Múrias. Cf. LOPES, Fátima (coord.). *Espólio de João Ameal: roteiro*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

640 Expressão utilizada por Octaviano Sá sobre Cândido Nazaré: “toda a sua vida, fora da família, andou à volta de dois grandes enlevos espirituais – os livros e as arraigadas convicções políticas”. SÁ, Octaviano. “Prefácio”. *Op.Cit.*, s/p.

641 O conjunto de 82 cartas trocadas entre os dois, de 1921 a 1931, foi depositado na Biblioteca Municipal de Coimbra e publicado em 1980. No caso, o epistolário é motivado pela edição de livros, quer de Bensaúde e sob a responsabilidade de Cândido, quer de outras obras saídas na Imprensa que interessavam ao historiador,

de recrudescimento do novo regime, sabe-se que Cândido radicalizou a sua ação de oposicionista (foi um dos responsáveis pelo jornal clandestino *A Verdade* nas edições em Coimbra, em 1933)⁶⁴², chegando mesmo a criticar esse pluralismo editorial, uma vez que incluíam representantes do pensamento antirrepublicano⁶⁴³.

De modo diferente, Joaquim de Carvalho vai cultivar uma atitude de abertura até o fim da IUC, reconhecida mesmo por monárquicos e defensores da Ditadura, como foi o caso de Alfredo Pimenta (antigo anarquista e republicano-evolucionista, depois, monarquista próximo do integralismo e, mais tarde, salazarista). A convivência entre ambos⁶⁴⁴ denota respeito e um contínuo debate de ideias.

Após o fechamento da IUC, Pimenta declarou que, embora Joaquim de Carvalho fosse seu “antípoda político, filosófico e confessional”, tal fato não o impediu de editar o livro de sua autoria *Estudos Filosóficos e Críticos*, no ano de 1930. Como destacou: se ele “não se importou com a minha posição filosófica, nem com as doutrinas expendidas na obra”, também “não se importou com a opinião dos meus antípodas – um Hernâni Cidade, um Newton de Macedo, um Caetano Gonçalves, etc., que editou igualmente⁶⁴⁵”.

Não temos dúvidas de que esta estratégia foi devidamente pensada por Carvalho e compartilhada com os seus principais colaboradores. E, se ela vinha ao encontro de princípios filosóficos e políticos, o certo é que também foi gizada para ser uma espécie de escudo e mesmo de imunização da própria instituição, num tempo em que a nova ditadura arremetia

mas não deixam de revelar amabilidade e deferência pessoais. Questões de saúde, planos de viagem, a convivência familiar de Bensaúde são pontos da correspondência que confirmam a relação pessoal, não apenas profissional, alimentada pelas cartas. Cf. PEIXOTO, Jorge (org.). *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré*. *Op.Cit.*, p. 7-34.

642 O caso do jornal clandestino e antissalazarista *A Verdade*, editado em Coimbra, é inserido no contexto de fechamento da Imprensa da Universidade por ter entre os seus principais envolvidos nas edições impressas naquela cidade, o chefe das oficinas da IUC, Cândido Nazaré. Editado de julho de 1933 a fevereiro de 1934, tendo à frente o ex-diretor da Agência Geral das Colónias, Armando Cortesão, o jornal chegou a ter impacto no País, com a colaboração explícita de oposicionistas exilados como Afonso Costa, Jaime Cortesão, Bernardino Machado. Em outubro de 1933, a tipografia que imprimia o jornal na rua da Sofia foi desmantelada por ação policial. Cândido Nazaré fugiu (retornando somente em 1934, condenado a pagar uma multa e com os direitos políticos e administrativos suspensos) e, assim, iniciou-se o boato de que a iniciativa teria se utilizado de apoios da própria Imprensa da Universidade (como no uso de tipos tipográficos). Cf. VILAÇA, Alberto. *Resistências Culturais e Políticas nos primórdios do Salazarismo*. Porto, Campo das Letras, 2003, pp. 179-200.

643 Alberto Vilaça faz referências a tais críticas ao consultar cartas de Cândido Nazaré a Manuel Monteiro, nessa conjuntura. O chefe da tipografia da Imprensa da Universidade queixava-se de ver impressas na casa obras de Alfredo Pimenta e outros antirrepublicanos. VILAÇA, Alberto. *Op.Cit.*, p.186.

644 Cf. AZENHA, Maria do Rosário; FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha (orgs.). *Cartas de Alfredo Pimenta*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 9. Coimbra: Faculdade de Letras, 1987; CARVALHO, Paulo Archer de. *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta: 1922-36*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016.

645 PIMENTA, Alfredo. *Diário de Notícias*, 8/9/1934, *apud Imprensa da Universidade de Coimbra: a história, os homens e os livros*, p. 27. De Caetano Gonçalves, a Imprensa da Universidade publicou *Portugal colonial na Sociedade das Nações* (1931) e *O estado democrático e o pragmatismo* (1933).

contra tudo o que pudesse dar sobrevida a heranças demoliberais, mais a mais quando o alvo estava sob a tutela do poder político. E uma boa prova para sustentar esta tese encontra-se em João Gaspar Simões – um dos revisores da Imprensa nos finais dos anos 1920 e inícios da nova década, e que virá a ser um dos principais críticos literários portugueses. Em 1959, lançado um olhar retrospectivo sobre o período, definiu, assim, os objetivos que a política editorial de Carvalho pretendia alcançar:

Empenhando-se numa obra de indiscutível critério objectivo e fazendo esforços para chamar a si obras de escritores que não parecessem da sua parcialidade e simpatia política, *verbi gratia* publicando as obras de Alfredo Pimenta, então dos mais facses de mentalidade intolerante, o director da Imprensa Nacional [sic] julgava imunizar aquele reduto cultural, sem equivalente no país, de qualquer decisão cominativa. Não partilhavam desse optimismo muito de seus colaboradores mais directamente ameaçados. E tinham razão⁶⁴⁶.

Num tempo de ditadura, dir-se-ia que este reduto de autonomia dava um mau exemplo, pois podia ser lido como uma atitude de resistência, o que desagrava aos mais radicais defensores do regime. Daí que, na instituição, os menos crédulos do que Joaquim de Carvalho pensassem que a sua estratégia iria ser sol de pouca dura.

Ora, a concretização desta também suscitou remosques em alguns setores oposicionistas, que não entendiam como é que um republicano demoliberal como Carvalho aceitava publicar autores situacionistas, como se a Imprensa da Universidade fosse, apesar de pública, propriedade pessoal ou de um grupo. O melhor exemplo deste tipo de juízos encontra-se no volume 8º do *Diário*, ainda inédito⁶⁴⁷, de Belisário Pimenta (1879-1969)⁶⁴⁸.

No desenrolar de uma conversa de salão, em 1932, com um grupo de amigos, “todos conhecedores do que vale o ilustre professor”, Belisário conta que Joaquim de Carvalho foi

646 SIMÕES, João Gaspar. “Joaquim de Carvalho e a solidão dos intelectuais”. In *Jornal de Notícias*, Lisboa, 8/3/1959, pp. 1 e 16, p. 16.

647 Em agosto de 1970, Belisário Pimenta legou à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra a sua Livraria e o seu Arquivo pessoal, deixando disposto em testamento que somente em novembro de 1989 os documentos fossem abertos e a partir de 1993 pudessem ser disponibilizados ao público. Deste fundo, destacam-se 26 volumes de “Memórias”. Colecção de originais autógrafos, produzida entre 1904 e 1963, que incluem a autobiografia em forma de diário, a transcrição de correspondência e documentos relacionados com a actividade maçónica, a descrição de viagens, e estudos históricos e literários. O fundo iconográfico compreende uma colecção de negativos em vidro de fotografias com representações da vida militar e académica, fotografias paisagísticas, retratos de tipos populares e retratos de Belisário Pimenta e familiares. O acervo digitalizado está disponível em <https://digitalis.uc.pt>.

648 O publicista Belisário Maria Bustorf da Silva Pinto Pimenta seguiu a carreira militar, passando à reserva em 1939, com o posto de Coronel. Além da Escola do Exército, frequentou o 2.º ano da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. Republicano, membro da maçonaria e anticlerical, participou ativamente na conspiração republicana. Autor de trabalhos de história militar, foi preletor na Universidade Livre de Coimbra. Cf. OLIVEIRA, António de. “Belisário Pimenta, historiador”. In *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 2001-2002.

“muito censurado” por publicar “a obra atual de todos os reacionários em edições da Imprensa da Universidade”, não colhendo a justificação que corria: essa abertura seria fruto do intento de deixar “testemunhos de todas as atitudes mentais do momento”. Porém, para um dos presentes, isso somente significava dar visibilidade a “todas as atitudes mentais dos reacionários, mas só as dos reacionários...”⁶⁴⁹. Depois, o diálogo deslizou para queixas sobre “a falta de cooperação que ele (Joaquim de Carvalho) tem dado a qualquer iniciativa liberal”, devido, na opinião de um dos presentes, a razões mercantis: “Ele agora não faz nada que não seja para ganhar dinheiro. É escusado ir ter com ele sem primeiro ajustar preço”⁶⁵⁰. Mesmo considerando o diretor da Imprensa um anti-situacionista, verifica-se que a tertúlia não contemporizava com o pluralismo da Imprensa:

E aqui está como são os homens de pensamento entre nós. Pode haver certo exagero no que aí fica, mas ha muito de verdade. O dr. Joaquim de Carvalho é suspeito á actual situação política e procura aguentar-se com os tagatés aos reacionários sem esquecer o necessario mercantilismo... É a dureza da vida de hoje com todas as suas brutalidades⁶⁵¹.

Convém frisar que tais críticas são lançadas num meio “revilharista” e na sequência de falhadas revoltas civis e militares contra a Ditadura Militar e da ascensão de Salazar. Por isso, estava-se numa conjuntura quente, onde as lealdades políticas eram cobradas, por vezes de modo incisivo, frente a mudanças de cariz autoritário e conservador e ao crescimento das incertezas acerca do futuro. E o *Diário* de Belisário Pimenta oferece-nos muitos exemplos sobre o avanço gradual dos setores reacionários no seio da Ditadura Militar. Ele próprio, como militar, tinha sido afastado do ativo após o golpe de 1926.

Através de um outro episódio narrado, ocorrido no ano de 1929, ficamos a saber mais acerca da maneira como, na intimidade, ele caracterizava a psicologia de Carvalho, pelo menos na fase em pauta, recorrendo a ocorrências como esta. O professor da FLUC foi chamado como mediador numa querela entre o Conselho de Arte e Arqueologia de Coimbra, presidido pelo militar, e a comissão de culto da Junta de Santa Cruz, a propósito da seleção e envio de ornamentos religiosos⁶⁵² de comprovado valor artístico para o Museu Machado de

649 Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), *Manuscritos*, cota Ms.3363-12. Diário de Belisário Pimenta. “Memórias: Diário ao correr da pena, vol. 8 (1928-1932)”, 22/8/1932, p. 338.

650 *Ibidem*.

651 *Ibidem*.

652 Trata-se da disputa sobre a recolha de obras religiosas existentes no museu da Junta de Freguesia de Santa Cruz, de comprovado valor artístico, histórico ou arqueológico, acerca da sua integração no Museu Machado de Castro, com base em portaria n.º 5742, de 17/11/1928, no *Diário do Governo*, 20/11/1928. Belisário Pimenta, como presidente do Conselho de Arte e Arqueologia da circunscrição, deu parecer favorável à medida. O bispo auxiliar, D. António Antunes, recorreu ao chefe de gabinete do Ministério da Instrução,

Castro⁶⁵³. Ciente de que as divergências e a personalidade dos protagonistas podiam conduzir a mais um episódio da velha questão religiosa, Carvalho terá aceitado desempenhar o papel de mediador, disponibilidade “manhosa” e, segundo Belisário, típica de uma personalidade medrosa e sempre pronta para servir de ponte. No entanto, infere-se da narrativa que ele somente quis recordar a Belisário os riscos que corria com a radicalização de divergências daquele jaez numa era de autoritária recatolicização do país:

O dr. Joaquim de Carvalho contou-me isto, mostrou-se apreensivo, num encontro que teve comigo em 19 deste mês e aconselhou-me vagamente, com a maneira subtil que usa em tais casos, um pouco de transigência, a possível transigência.
Eu ri-me para dentro. Conheço as subtilezas, para não dizer manhas, do dr. Joaquim de Carvalho⁶⁵⁴.

Mais à frente, ainda sobre o caso, completou: “Este professor, incontestavelmente ilustre e de largo futuro, tem muito medo e preocupa-se sempre em procurar nadar em duas águas”⁶⁵⁵. A retaliação prometida (e temida por Carvalho) não tardou e o coronel Belisário Pimenta foi destituído do cargo que ocupava pelo Ministério da Instrução, no dia 22 de janeiro, punição em favor do clero e como prova de autoridade da nova ordem. O escritor Tomás da Fonseca, que também figurava no mesmo Conselho, informou que Joaquim de Carvalho defendeu que os outros membros deveriam se “demitir dessa função para responder à violência”, o que não se chegou a realizar⁶⁵⁶.

Estes não seriam os únicos nem os últimos exemplos das cautelas patenteadas por Carvalho. No entanto, este tipo de comportamento não o impediu de participar, em 1930 –

Ferrand de Almeida, também professor da Faculdade de Letras, para que a decisão fosse revista. Nesse contexto, Ferrand procurou Joaquim de Carvalho para, segundo Pimenta, “sondar e ver se este seria capaz de entrar a minha acção; através da conversa, o Ferrand deixou claramente expressa a opinião de que se o Conselho não cedesse iria para violencia de que eles (Ministro e Ferrand) não queriam usar!..”. BGUC. *Manuscritos*, cota Ms.3363-12. Diário de Belisário Pimenta. “Memorias: Diário ao correr da pena, vol. 8 (1928-1932)”, 22/1/1929, pp. 46-47. A íntegra do decreto, que deu origem a diferentes interpretações, pode ser lida em <https://dre.pt/application/file/604337> (último acesso em 17/9/2015).

653 Cf. FREITAS, Duarte Manuel Roque de. “Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)”. *Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: [s.n.], 2015. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/26434>.

654 BGUC. *Manuscritos*, cota Ms.3363-12. Diário de Belisário Pimenta. “Memorias: Diário ao correr da pena, vol. 8 (1928-1932)”, 22/1/1929, pp. 46-47.

655 *Ibidem*, p. 48.

656 *Ibidem*, p. 51. Essa não seria a única intriga em torno do Museu. Em 28 de março de 1929, Joaquim de Carvalho procurou Belisário Pimenta “muito exaltado” para desmentir informação de que no Ministério da Instrução se falava nele como futuro diretor do museu Machado de Castro. O então diretor da Imprensa da Universidade garantiu que não queria esse lugar e que seu voto seria para Vergílio Correia, esclarecendo ainda que “José de Figueiredo plantou a notícia para impedir que Virgílio Correia, seu inimigo, fosse nomeado para direção do Museu”.

isto é, logo após as falhadas revoltas contra a Ditadura Militar de 1927 e 1929 –, num ciclo de conferências subordinado ao título genérico, arrojado em tempo de ditaduras, “Fundamentos da Democracia”, e promovido pelo Centro Republicano Académico, de Coimbra. Belisário Pimenta, que aceitou presidir ao evento com algum pudor⁶⁵⁷, consignou no seu *Diário* a ameaça que então ouviu de um elemento do exército, no ativo, sobre os riscos da iniciativa:

Hoje, de tarde, disse-me um oficial que no Quartel-General da Região se discutiu se se devia ou não deixar o dr. Joaquim de Carvalho fazer a sua conferencia de hoje. Um dos oficiais da discussão teve esta frase:
– Falar de Democracia nestes tempos! A Democracia lhes dava eu!⁶⁵⁸

A verdade é que o universitário não fugiu ao compromisso e inaugurou o ciclo (no dia 15 de março), com o tema “Democracia, seu fundamento e valor”. Voltaria a falar no dia 21. Porém, a intervenção foi cancelada à última hora e suspensa a autorização para uso do clube. O tema do professor seria “Individualismo e Pessoa”, assunto igualmente desafiante na hora da vitória das concepções orgânico-corporativas. Entre os responsáveis da decisão, Belisário indicou o nome do tenente Amadeu da Paz Olimpio, da Guarda Nacional Republicana, “que é creatura absolutamente dedicada à actual situação política. Tudo assim se explica”⁶⁵⁹.

Em relação ao que acaba de ser exposto, ter-se-á de concluir que os juízos de valor emitidos por Belisário estão recheados de contrastes, pois se, por um lado, alguns confirmam a existência de um convívio frequente, assim como de um respeito intelectual face ao professor e de gratidão pelo empenho do diretor da IUC na publicação de algumas de suas obras⁶⁶⁰, o mesmo não acontecia em relação a imagem póstuma que o coronel na reserva

657 Ao *Diário*, ele comenta: “Puz muitas duvidas por se tratar de um professor de capelo e borla; não quisesse o Diabo que ele próprio (Dr. Carvalho) leve a mal tal convite. Aconselhei os rapazes a irem sonda-lo: e se vissem que ele aceitava de boa vontade o meu nome, então iria com mto. boa vontade”. *Ibidem*, 12/3/1930, p. 160-161.

658 *Ibidem*, 14/3/1930, p. 167. A conferência, que se realizou na sala Sport Club Conimbricense e foi secretariada pelos professores universitários Adriano Vaz Serra, de Direito, e Sílvio Lima, de Letras. Sobre estes, Belisário diz com malícia: “não sei se gostaram da posição subalterna, mas lá estiveram muito firmes nos seus lugares”. *Ibidem*, p. 162.

659 De acordo com os comentários que Belisário Pimenta ouviu na baixa de Coimbra, a segunda conferência foi adiada porque a direção do Sport Club suspendeu autorização. “Pelas conversas vim a saber que alguns oficiais que pertenciam á direção do “Club” foram os causadores da suspensão. Entre eles está o tenente Amadeu da Paz Olimpio, da Guarda N. Republicana, que é creatura absolutamente dedicada à actual situação política. Tudo assim se explica”. *Ibidem*, p. 163.

660 Na sua bibliografia, Belisário Pimenta indica duas obras diretamente publicadas pela intervenção de Joaquim de Carvalho: *Camões e “Artes bélicas”*, de 1942, texto saído na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XV, 1945, e o estudo *Marechal Sandanha, sua vida militar, suas ideias e métodos*, publicado na mesma revista (n.º 18, em 1957). Escrito este que afirma estar na gaveta antes de Joaquim de Carvalho oferecer a *Revista da Universidade*. No entanto, registra uma queixa que remonta ao ano de 1921: *As Cartas do Infante D. Pedro á Camara de Coimbra (1429-1448)*, trabalho começado em 1921 “a pedido do Dr. Joaquim de

desenhava no seu diário⁶⁶¹. Por exemplo, a par da tendência de Carvalho para a moderação, em maio de 1931, retratou-o ainda como alguém que estaria quase sempre a mudar de opinião, em particular no tocante a projetos de investigação e de edição.

No caso, convocou o que se passou com ele. Num dia em que foi à Imprensa comprar livros – como se vê, no circuito do impresso, este estabelecimento também funcionava como livraria –, encontrou o diretor da instituição. No decorrer da conversa que mantiveram, este convidou-o para ser um dos organizadores da edição dos *Papéis relativos à Guerra da Restauração e Independência de Portugal*, a sair no contexto das comemorações do 3º centenário de 1640. Cético face à concretização de mais um dos múltiplos planos que o editor tinha sempre em mente, o diarista registrou deste modo a proposta no seu caderno: “Já em tempos me falára no assunto, mas como é pessoa que pensa tres vezes ao dia e se esquece ou muda de opinião outras tantas vezes, eu não mais me importei com o caso. Agora será a serio?”⁶⁶².

Diga-se, porém, que este tipo de contundência não obstou a que Belisário também reconhecesse em Carvalho o autor de lições “notáveis e brilhantes”, bem como um permanente impulsionador do trabalho de investigação e escrita, como aconteceu, em relação a si, com o desafio que lhe lançou para a elaboração de uma história militar, onde o coronel-historiador faria equipa com Duarte Leite e Hernâni Cidade.

Por sua vez, num eco concreto das multímodas participações diretas do diretor da IUC no circuito do livro, Belisário chamou igualmente à colação os seus esforços para conseguir uma justa remuneração do trabalho autoral, como a querer dizer que o reivindicado por si também devia ser estendido aos outros. Mas fê-lo com alguma acrimónia, pondo em contraste estas preocupações materiais com a imagem que transmitiu sobre si mesmo, ao

Carvalho para o Arquivo de História e Bibliografia, que intentava publicar como órgão da Imprensa da Universidade”. A publicação não saiu, mas o texto foi editado como separata, com data de 1924. Tais relatos estão em PIMENTA, Belisário. *Bibliografia de Belisário Pimenta*. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Vol. XXXI. Coimbra: 1974. Do mesmo autor, também saiu *O padroado da igreja de Mirando do Corvo nos mss. da Biblioteca da Universidade*, publicado no *Boletim da Biblioteca da Universidade*, vol. 7, n.º 1 a 11 (1925).

661 Ressalve-se que esse, como outros escritos do *Diário*, foram deixados por Belisário Pimenta, em testamento, à Universidade de Coimbra, e que somente após 23 anos foram facultados à consulta pública. Também pelo estilo e recursos do manuscrito, em boa caligrafia, com páginas numeradas, títulos, índices por ano e até índice onomástico de personalidades citadas, trata-se de um registro que foi explicitamente pensado para posteridade. Destinava-se a formar uma criteriosa seleção de suas Memórias a ser divulgada quando não só o autor, mas a maioria dos interlocutores citados, não estivessem vivos. Tal trabalho monumental, que vai de 1907 a 1963, narra a crônica de diversos episódios da história contemporânea portuguesa, envolvendo algumas das mais atuantes personalidades políticas, militares, académicas e intelectuais do País. E, como é natural no gênero, a escrita íntima diarista revela opiniões, pensamentos e queixas que nem sempre ficam demonstrados.

662 BGUC. *Manuscritos*, cota Ms.3363-12. Diário de Belisário Pimenta. “Memórias: Diário ao correr da pena, vol. 8 (1928-1932)”, 5/11/31, pp. 231-232.

apresentar-se como um estudioso desinteressado, que, ao contrário de outros, não tem “trabalhado por dinheiro”⁶⁶³.

A “crise é, só por si, sinónimo de Vida, e de abundância de problemas que acarreta a necessidade vital de a resolver”

Devido ao peso dos preconceitos e às pequenas disputas que davam vida tanto ao combate político, como à “República das Letras” – ou, simultaneamente, aos dois campos –, se, em alguns aspetos, Belisário caracterizou bem Joaquim de Carvalho (pai a caminho dos dez filhos), noutros, porém, parece carecer de sensibilidade para compreender os fundamentos e os objetivos últimos que estribavam a estratégia editorial daquele na conjuntura em que a Ditadura Militar foi sendo transformada em Estado Novo. Neste processo, como em outros momentos da história, o papel do editor passa a estar condicionado, em parte, e como escrevia em 1930, por uma “reação às conjunturas adversas” e “contra a torpeza e a insignificância das ideias e dos valores reinantes na hora actual”⁶⁶⁴. O que o levou a um “exame de consciência” do qual resultou a decisão de afugentar a

pura erudição em q. tenho vivido, não por me sentir outro, mas por verificar a necessidade, quase visceral, de reagir contra a torpeza e a insignificância das ideias e dos valores reinantes na hora atual. Resolvi, pois, discretamente, silenciosamente, sem nomes, mas tenazmente, reagir, lançando uma biblioteca filosófica⁶⁶⁵.

Com o idealismo próprio dos crentes no valor emancipatório da cultura, acreditava, como os seus amigos *seareiros*, que a cultura viva, ao “educar os educadores” para o exercício do espírito crítico, podia contribuir para o bloqueamento da ofensiva autoritária e de cariz anti-iluminista que estava em curso em Portugal (e na Europa). E propendemos mesmo em crer que foi este propósito que fez mover o ativismo editorial que gerou o momento mais alto da vida da IUC durante a sua governação por Carvalho, acume que o bem informado João Gaspar Simões corretamente lembrou aquando da morte do seu antigo diretor. Com efeito, no artigo “Joaquim de Carvalho e a solidão dos intelectuais”, saído no *Diário de Notícias*, o antigo revisor da Casa sustentou que o período de 1927 a 1932 foram os “anos áureos da Imprensa da Universidade de Coimbra”. Aí se publicava “tudo quanto havia de notável no

663 BGUC. *Manuscritos*, cota Ms.3363-13. Diário de Belisário Pimenta. “Memórias: Diário ao correr da pena, vol. 9 (1933-1937), em 21/8/1934, p. 210-212.

664 Joaquim de Carvalho a João de Barros, 1/1/1930. In AZEVEDO, Manuela de (seleção, prefácio e notas). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1972, pp. 242-251, p. 243.

665 *Idem, ibidem*.

nosso passado literário e tudo quanto no presente se lhe afigurava em plano inacessível à competição dos prelos particulares”⁶⁶⁶, num clima de participação e debate, mas onde, num contexto em que as revoltas de 1927 e de 1929 contra a Ditadura tinham falhado, os receios políticos pairavam como nuvens ameaçadoras. Daí que Simões recordasse a imagem de Carvalho, “ao mesmo tempo sedutora e ingénua”, como um grande intelectual

que, como a maior parte dos homens que vivem entregues às especulações do espírito, perdem quase todo o sentido das ignóbeis realidades. Todos os dias, à hora em que os revisores se entregavam ao seu trabalho metucioso, no gabinete da asa leste do edifício setecentista com janela para a Rua do Norte e comunicando com a Biblioteca privativa da Imprensa instalada numa sala devorada pelo caruncho, Joaquim de Carvalho vinha encostar-se um momento ao parapeito da referida janela e ali ficava a conversar com os seus colaboradores, quase sempre estudantes em quem descobria virtudes intelectuais e a quem desejava ajudar. A sua conversa girava à volta dos assuntos mais diversos, mas vinha sempre recair nas preocupações do momento.

E então assistíamos maravilhados à prodigiosa articulação do pensamento do homem que, habituado ao convívio de Espinosa e de Kant, de Descartes e de Renouvier, aplicava aos homens e à vida política nacional e internacional, aos problemas do mundo em transformação, os conceitos e os métodos dos grandes sistemas filosóficos⁶⁶⁷.

Chegados aqui, será útil frisar que este assomo editorial irrompeu numa conjuntura em que as forças mais fiéis à memória da I República ainda ousavam, debalde, lutar na rua (1927; outubro de 1929)⁶⁶⁸ contra a ditadura, combate onde estiveram envolvidas algumas das figuras com quem tinha mais afinidades intelectuais e de amizade. Concretamente, na sequência da revolta de 3 de fevereiro de 1927 foram forçadas ao exílio personalidades como Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, Raúl Proença. Também perseguido, o ensaísta António Sérgio, envolvido na campanha contra o empréstimo que Portugal, junto da Sociedade das Nações, fixou-se em Paris, depois de passar por Espanha.

No registro próprio do campo onde se situava, e na sequência do modo de pensar e de ser de Joaquim de Carvalho, compreende-se agora melhor o sentido da estratégia que este gizou para “imunizar” a editora da quase inevitável ação repressiva, ao mesmo tempo que o otimismo iluminista que a animava o impedia de ver, quer os limites dos efeitos da sua ação,

666 SIMÕES, João Gaspar. “Joaquim de Carvalho e a solidão dos intelectuais”. In *Jornal de Notícias*, Lisboa, 8/3/1959, pp. 1 e 16, p. 16.

667 *Idem, ibidem*.

668 Segundo dados recolhidos por Luís Farinha, no período entre 1927 e 1931, houve cerca de 250 mortos e 1300 feridos nas revoltas e embates entre os defensores da Ditadura e os seus opositores, pejorativamente chamados por aqueles de “revirvalho”. Cf. FARINHA, Luís. *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 58, 102 e 195.

quer a força da “ignóbil realidade” que começava a sitiá-la a liberdade de pensamento e de expressão. Daí que, quando correram os boatos de que ele poderia estar envolvido no caso do jornal clandestino *A Verdade* (1933), juntamente com Cândido Nazaré, se indignou: “que alguém pensasse que eu, que tenho coragem das minhas opiniões, que as subscrevo, poderia ser um colaborador e patrocinador de coisas anónimas, mormente num estabelecimento público, que eu devotadamente quero, pela obra cultural que me permite realizar”⁶⁶⁹.

Seja como for, a conjuntura política e o sub-reptício intento de lhe opor resistência cultural conduziram ao renovamento da linha editorial e a uma produção de obras mais plurais e diversificadas. Assim, num tempo em que era raro o investimento das editoras particulares em traduções e edições de textos mais filosofantes e de autores menos conhecidos, portanto, com menor mercado, a IUC lançou-se na publicação de obras de venda muito restrita, como eram os trabalhos de erudição, os estudos críticos, os ensaios ou as traduções dos filósofos e pensadores estrangeiros⁶⁷⁰. Mas, segundo a avaliação de Gaspar Simões, onde a visão de Joaquim de Carvalho se mostrou “desde logo larga e corajosa foi na biblioteca de obras contemporâneas que procurou abrir a consagrados e a jovens, a intelectuais de esquerdas e de direitas”. Nessa coleção, incluiu os *Estudos Filosóficos e Críticos*, do jurista Alfredo Pimenta, assim como os escritores em princípio da carreira literária, como Vitorino Nemésio, Castelo Branco Chaves, José Osório de Oliveira, Feliciano Ramos, Adolfo Casais Monteiro e o próprio Gaspar Simões⁶⁷¹.

Concomitantemente com tudo isto, quis visar, ainda, as elites intelectuais que a nova ordem autoritária queria conquistar, e seu idealismo iluminista fê-lo depositar grandes esperanças, sobretudo, no lançamento de obras com um cunho mais filosófico, anelo que deu corpo à saída, não por acaso em 1930, da Coleção Filósofos e Moralistas.

No anúncio privado desta última iniciativa, a tática da cautela e do silêncio está

669 Cf. Carta de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta, Coimbra, 25/10/1933 apud CARVALHO, Paulo Archer de. (org., introd., notas). *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta 1922-1936...*, p. 227. Sobre o envolvimento de Cândido Nazaré com o jornal antissalazarista *A Verdade* (e sua posterior fuga em 1933 para evitar a prisão), Joaquim de Carvalho escreveu a Alfredo Pimenta garantindo que “a Imprensa da Universidade não tem responsabilidade material nem moral no caso”. De acordo com o diretor, ele soube da fuga do seu braço direito na Imprensa quando regressou da Figueira, em 3 de outubro, chegando a fazer um inquérito próprio sobre o caso. Confirmava que jornal foi feito numa tipografia da rua da Sofia – “onde a polícia apreendeu as fôrmas – e que, possivelmente, o Nazareth iria provar. Pelo menos creio ser esta a sua responsabilidade”.

670 SIMÕES, João Gaspar. “Joaquim de Carvalho e a solidão dos intelectuais”. *Art. Cit.*, p. 16. O autor destacou que Joaquim de Carvalho chamou a si a edição de monumentos da literatura clássica, como: as *Obras de Bernardino Ribeiro* e de *Cristóvão Falcão*, conforme a edição de Ferrara, editadas e revistas por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciadas por Carolina de Michaëlis; as *Cantigas d’Amigo* e as *Cantigas de Amor dos Trovadores Portugueses* em edições críticas de José Joaquim Nunes; o *Itinerário da Terra Santa*, de Frei Pantaleão de Aveiro; as *Eclogas*, de Rodrigues Lobo; a *Obra Poética*, de José Anastácio da Cunha; e do século XIX, as *Obras* de Antero, incluindo o volume da sua valiosa *Correspondência*.

671 *Idem, ibidem*.

igualmente presente, como mostra o teor da carta que, a propósito, enviou a João de Barros em 1/1/1930. Especificamente, confessava ao amigo que, para alcançar os seus objetivos, o caminho devia ser percorrido sem grandes alaridos. Daí que, nesta matéria, preferisse o exemplo resistente do pensador e pedagogo espanhol Francisco Giner de los Rios⁶⁷², do que os excessos de publicidade e de protagonismo pessoal, muito comuns em políticos portugueses e, particularmente, em Bernardino Machado⁶⁷³, então dirigente da oposição democrática no exílio, e de quem era próximo.

Quero q. esta B.teca seja um acontecimento em 1930 — e acontecimento anónimo, porq. cada vez mais sinto radicado o meu velho sentimento — hoje idea clara — de que é necessário q. as coisas apareçam feitas sem se saber como, nem por quem. Guerra à publicidade, no q. ela pode ter de relevo pessoal! Penso q foi este o mérito inegável de Giner de los Rios, e sinto ter sido o contrário defeito maximo de B. Machado. Já uma vez lho disse, e as razões com que em vão me pretendeu justificar a sua vida não me convenceram⁶⁷⁴.

De fato, começaram a sair obras que, no conjunto da coleção, funcionariam como uma espécie de iniciação ao pensamento crítico. Se não, vejamos: a Imprensa publicou, a partir de 1930, não só as *Meditações Metafísicas* de Descartes⁶⁷⁵, a *Metafísica dos Costumes*, de Kant (traduzida do alemão), mas também uma obra do neokantiano e republicano francês Charles Renouvier⁶⁷⁶, e os *Ensaio Políticos* do filósofo agnóstico e liberal inglês Spencer (traduzidos do inglês). Por outro lado, não deixa de ser significativo que tenha igualmente vindo ao lume uma biografia de Espinosa – um dos paladinos da liberdade de pensar da

672 Francisco Giner de los Ríos (1839 - 1915) foi um intelectual, pensador, educador e crítico de arte espanhol nascido em Ronda, Málaga, líder da corrente pedagógica liberal conhecida como krausismo. Nomeado professor da cátedra de Filosofía del Derecho y Derecho Internacional da Universidad de Madri (1866), investiu contra à ingerência do clero na educação e, por isso, foi demitido e preso (1867). Em 1876, fundou a Institución Libre de Enseñanza, para a qual elaborou um sistema educacional independente da igreja e do estado. Cf. Universidade de Huelva: www.uhu.es/cine.educacion/figuraspedagogia/0_ginerdelosrios.htm.

673 Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), professor universitário e político, inicialmente monárquico, grão-mestre da maçonaria, aderiu depois ao republicanismo. Durante a I República Portuguesa, foi eleito presidente por duas vezes, sem ter completado nenhum dos mandatos. No primeiro, de 6/8/1915 a 5/12/1917, foi destituído pela junta militar liderada por Sidónio Pais. Na segunda eleição, de 11/12/1925 a 31/5/1926, teve de renunciar à Presidência da República por pressão do Movimento do 26 de Maio, que irá instituir a Ditadura Militar em Portugal. No ano em que Joaquim de Carvalho escreve a carta, era dirigente da oposição democrática no exílio.

674 Joaquim de Carvalho a João de Barros, 1/1/1930. In AZEVEDO, Manuela de (seleção, prefácio e notas). *Op.Cit.*, pp. 242-251, pp. 243-244.

675 Na carta a João de Barros, Joaquim de Carvalho anuncia o lançamento de *Discurso do Método*, de René Descartes (1596-1650). No entanto, foram efetivamente lançadas as *Meditações Metafísicas*, do mesmo autor, com tradução de António Sérgio, na Coleção Filósofos e Moralistas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

676 Indicação sobre o livro *As últimas conversações*, do filósofo francês Charles Renouvier (1815-1903), coligidas por Luís Prat e traduzidas por António Sérgio, n.º 2 da Coleção Filósofos e Moralistas. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

Modernidade – e que o próprio Joaquim de Carvalho estivesse a traduzir a “Ética” do mesmo filósofo.

Ora, se outros indicadores não existissem acerca das conexões existentes entre a conjuntura política e os objetivos editoriais em última análise, visados pela orientação editorial que Carvalho imprimiu à Coleção Filósofos e Moralistas, basta lembrar que não teve receio de recorrer à colaboração de António Sérgio, então exilado em Paris⁶⁷⁷ e cuja competência em matéria filosófica era unanimemente reconhecida. No diálogo mantido entre ambos, os papéis de editor e tradutor ganham densidade intelectual, vista tanto no desenho da biblioteca filosófica, como nas notas de tradução, ou na fixação de um vocabulário filosófico em língua portuguesa, onde palavras deviam ser criadas, se necessário, para melhor expressar em português as ideias em questão. Como exemplo, na tradução das *Últimas Conversações*, de Renouvier, António Sérgio criou a palavra perceber, tradução de *percevoir*, para significar o “ter percepção”. O tradutor considera que a palavra “perceber” tem um sentido vulgar bem diferente. Joaquim de Carvalho, nesse espírito, também avançou com outro vocábulo que se fixou no português erudito contemporâneo: “mundividência”, do alemão *Weltanschauung*.

A par do interesse intelectual, estava, portanto, um modo indireto de auxílio às dificuldades enfrentadas pelo amigo e, até certo ponto, correligionário. Como o próprio António Sérgio revela em algumas cartas, desde 1929, tinham aumentado as agruras de sua situação financeira:

Remeto por êste correio a tradução das *Últimas Conversações* do Renouvier. Ficar-lhe-ia muito grato se me encarregasse de mais trabalhos dêste género. A minha situação financeira é neste momento difícilíssima⁶⁷⁸.

E, em outras missivas, é explícito o agradecimento ao apoio recebido, bem como o aviso acerca dos problemas políticos que, naquele tempo vigiado, o gesto poderia trazer a Carvalho:

O conto de reis pelas *Últimas Conversações* é de um mecenismo magnificante: nunca esperei tanto. Tenha cautela e não se alargue mais do que seria prudente!⁶⁷⁹.

677 Cf. FARINHA, Luís. *O Revirvalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

678 Carta de António Sérgio a Joaquim de Carvalho, 13/12/1929. SÉRGIO, António. “António Sérgio: Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933)”. Introdução e notas CATROGA, Fernando. VELOSO, Aurélio (orgs). In *Revista de História das Ideias*, n.º 5. Coimbra: Faculdade de Letras / Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 951-1022, p. 963.

679 Carta de António Sérgio a Joaquim de Carvalho, 28/2/1930. SÉRGIO, António. “António Sérgio: Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933)”. Introdução e notas CATROGA, Fernando. VELOSO, Aurélio (orgs). In *Revista de História das Ideias*, n.º 5. Coimbra: Faculdade de Letras / Instituto de História e Teoria

Nesse epistolário, entre 1927 e 1933, a política mantinha-se como pano de fundo, com a filosofia a ocupar o centro do debate em torno de projetos comuns. Como apontado por Catroga e Veloso, a correspondência trocada entre ambos também é uma boa ilustração das assinaladas “intenções iluministas que animavam a intelectualidade apostada em fazer contracorrente ideológica ao avanço do salazarismo”⁶⁸⁰.

Na relação dos livros editados pela Coleção Filósofos e Moralistas e seus tradutores, percebe-se que, além da figura presente de António Sérgio, estiveram envolvidos ainda outros nomes que Joaquim de Carvalho admirava: João Lúcio de Azevedo, Agostinho da Silva, Vitorino Nemésio e, em outro registro, o padre Luís Feliciano dos Santos, então professor de Filosofia no Colégio Franciscano em Tuy.

Atente-se no rol das obras, autores e tradutores que deram conteúdo a esta vertente editorial:

FILÓSOFOS E MORALISTAS (1930-1934)

Imprensa da Universidade de Coimbra

ANO	TÍTULO	AUTOR	TRADUTOR
1930	<i>As últimas conversações</i>	Carlos Renouvier	António Sérgio
1930	<i>A estética contemporânea</i>	Ernst Meumann (1862-1915)	Dr. Padre. Luís Feliciano dos Santos
1930	<i>Meditações metafísicas</i>	Renato Descartes	António Sérgio
1931	<i>Novos ensaios sobre o entendimento humano (Preâmbulo e livro Primeiro)</i>	G.W. Leibniz (1646-1716).	António Sérgio
1932	<i>Alguns problemas capitais da Metafísica com especial referência à crítica de Kant</i>	Dr. José Geysler	Dr. P. Luís Feliciano dos Santos
1933	<i>Três ensaios: do professorado, da educação das crianças, da arte de discutir</i>	Michel de Montaigne (1533-1592)	Agostinho da Silva
1933	<i>O que é vivo e o que é morto na filosofia de Hegel</i>	Benedetto Croce	Vitorino Nemésio.
1933	<i>As novas tendências da psicologia experimental: a teoria da forma</i>	Newton de Macedo (Professor da Universidade)	Original.
1934	<i>Vida de Bento Espinosa. Em</i>	João Colerus (predicante	Traduzida diretamente do

das Ideias da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 951-1022, p. 969.

680 CATROGA, Fernando. VELOSO, Aurélio (orgs). António Sérgio: Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933). *Op.Cit.*, pp. 951-1022, p. 952.

	<i>forma breve mas verdadeira, segundo documentos autênticos, e testemunho oral de pessoas ainda em vida</i>	alemão da comunidade luterana da Haia)	holandês por J. Lúcio Azevedo ⁶⁸¹
--	--	--	--

A extinção da Imprensa em 1934 significou a derrota da estratégia de Carvalho e, conseqüentemente, interrompeu, extinguiu a produção editorial. Se é verdade que, na mente de seu diretor foi forte a existência de um desfasamento entre o que sonhava e o que realizava, e se mudou de ideias muitas vezes, é igualmente verdade que, em relação a algumas delas, revelou uma persistência que importa salientar. E não estamos a referir-nos somente à fidelidade que cultivou face aos seus grandes temas de investigação, mas também a projetos como o das relações intelectuais com o Brasil – eles ressurgirão com força nos inícios da década 1950 –, ou como o da publicação de uma revista filosófica, ou o da edição de uma biblioteca que retomasse a linha da Coleção de Filósofos e Moralistas, como acontecerá 14 anos depois, agora sob a chancela de uma editora privada – a Atlântida, de Coimbra.

BIBLIOTECA FILOSÓFICA (1948-1960)

Atlântida Editora, Coimbra

ANO	TÍTULO	AUTOR	TRADUTOR
1948	Fédon – Diálogo sobre a imortalidade da alma	Platão	Traduzido do grego por Pe. Dias Palmeira, o.f.m; precedido de notícia histórico-filosófica por Joaquim de Carvalho
1948	Redução das Ciências à Teologia	S. Boaventura	Tradução do original latino, anotada e com uma introdução por Pe. Ilídio de Sousa Ribeiro (o.f.m. Professor de Filosofia)
1949	Os elementos metafísicos da física	Henry Margenau (Doutor em Filosofia e Física pela Universidade de Yale)	Tradução, prefácio e notas de Rodrigues Martins (Doutor em Ciências Físico-químicas pela Universidade de Coimbra)
1950	Ética demonstrada à maneira dos geómetras – Parte I – De Deus	Bento de Espinosa	Tradução, introdução e notas de Joaquim de Carvalho
1951	Metafísica – Volume	Aristóteles	Tradução direta do grego por

681 Uma segunda edição foi realizada em 2000 pelo patrocínio da Câmara Municipal de Vidigueira. COLERUS, João. *A vida de Bento de Espinosa*. Traduzida diretamente do Holandês por J. Lúcio de Azevedo e prefaciado por Joaquim de Carvalho. Vidigueira: Câmara Municipal, 2000.

	Primeiro (Livros I e II)		Vicenzo Cocco. Introdução e notas de Joaquim de Carvalho.
1952	A filosofia como ciência de rigor	Edmundo Husserl	Albin Beau. Prefácio de Joaquim de Carvalho
1960	Fundamentação da metafísica dos costumes	Kant	Traduzida do alemão por Paulo Quintela

Umbilicalmente ligado àquela que sentia ser a obra de suas obras, Carvalho sofreu estoicamente os efeitos da decisão do governo salazarista, com a consciência de que, se o ataque se inscrevia na onda repressiva mais geral que se abatia sobre o País e que estava a chegar às Universidade, ele também foi ditado por motivações de índole pessoal. Afinal, a medida era mais uma demonstração do tempo que se estava a viver. No entanto, e como afirmou, em 1932, numa entrevista que deu ao *Diário de Lisboa*⁶⁸², recusava-se a caracterizá-lo como “uma época de decadência”, porque estar-se-ia a viver “uma época de crise, o que é diferente. E crise é, só por si, sinónimo de Vida, e de abundância de problemas que acarreta a necessidade vital de a resolver⁶⁸³”. E, segundo o periodista, depois destas palavras “o semblante do Mestre, que tem o culto da sobriedade, inundou-se de um clarão de esperança”⁶⁸⁴. Mesmo nos momentos de sombra, um crente no valor da luz da razão continua a ser um otimista.

682 CARVALHO, Joaquim de. “Inquietações do nosso tempo. O Dr. Joaquim de Carvalho fala-nos do ensino universitário e das tendências da geração nova”. In *Diário de Lisboa*, n.º 3357, ano 11, 18/3/1932, p. 5.

683 *Idem, ibidem.*

684 *Idem, ibidem.*

CAPÍTULO VI

Um magistério como escritura e o *magister* como escritor

O que foi exposto até agora evidencia que a personalidade e o pensamento de Joaquim de Carvalho foram formados numa conjuntura em que o “modelo” moderno de intelectual estava enraizado na vida da cultura erudita das sociedades europeias da época. E, a precoce integração do figueirense no meio acadêmico irá proporcionar-lhe o exercício de um magistério mais sistêmico do que, por exemplo, o de publicista ou autodidata, ao mesmo tempo que lhe possibilitará a ampliação de contatos e de projetos com comunidades mais alargadas. Conjugando as práticas sociabilatórias – onde há forte presença do escrito e, mais ainda, do impresso – com o ideal de defesa da liberdade de pensar, Joaquim de Carvalho foi um intelectual de seu tempo, cedo seduzido pelo ideal republicano e gestado na longa tradição iluminista da “República das Letras”.

Joaquim de Carvalho teve no livro a referência modelar do seu trabalho, mesmo quando exercia o seu magistério ou agia como conferencista, onde escritura e oralidade não são compreendidas como termos opostos, mas se encontram vinculadas a uma historicidade convergente. Como frisou Michael de Certeau, se essas “unidades” são “o efeito de distinções recíprocas dentro de configurações históricas sucessivas e imbricadas”, elas não são porém “isoláveis dessas determinações históricas⁶⁸⁵”; ou seja, no caso em apreço, os nexos entre a escritura e a oralidade estavam, nos princípios do século XX, cada vez mais inseparáveis, devido ao aceleração da cultura escrita em curso desde os alvares da Modernidade⁶⁸⁶ (séculos XVII e XVIII).

Embora distintos, a oralidade não deixava de ser influenciada pela escrita e esta não prescindia da presença daquela. Na reflexão de Jack Goody, a chegada de um meio de comunicação, em regra, não substitui o anterior, mas acrescenta-lhe algo e altera-o. Assim, a

685 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 223-224.

O autor defende que “essas distinções, uma vez que se apresentam como a relação entre o estabelecimento de um campo (por exemplo, a língua) ou de um sistema (por exemplo, a escritura) e de outra parte aquilo que constitui como sua exterioridade ou seu resto (a palavra ou a oralidade), esses dois termos não são iguais ou comparáveis nem no que diz respeito a sua coerência (a definição de um pôe o outro como indefinido) nem no que diz respeito à sua operatividade (um produtivo, dominante e articulado, institui o outro numa posição de inércia, de dominado e de opaca resistência)”.

686 Sobre as grandes categorias da Modernidade, conferir: PEREIRA, Miguel Baptista. *Modernidade e Tempo. Para uma leitura do discurso moderno*. Coimbra: Minerva, 1990.

fala acrescentou “algo ao gesto, a escrita à fala, os meios eletrônicos à escrita”⁶⁸⁷. Na investigação sobre a transmissão oral em culturas letradas (*lecto-orais*), o antropólogo inglês percebeu que, em diferentes contextos, é comum a crença segundo a qual o conhecimento escrito não existe até ser internalizado, ou seja, até que atue como em culturas puramente orais, ou melhor, até que faça parte do corpo internamente. Da invenção da escrita aos dias de hoje, da recitação “de cor” de uma poesia ou de uma oração⁶⁸⁸, do saber uma língua ou o acumulado para um exame escolar, o conhecimento é, em grande parte, e em diferentes contextos, conectado com a memória e com a apresentação oral. E muito embora a existência da escrita possa ter diminuído a importância da tradição oral, “ela também às vezes encorajou a oralidade (*lecto-oral*) no contexto de uma tradição escrita ao continuar a considerar o conhecimento real como um conhecimento que, embora originalmente escrito, precisa ser reproduzido oralmente se requisitado⁶⁸⁹”.

Partindo destas premissas, um ponto deve ser salientado em relação ao professor da Fluc: se a escritura se torna fala – como nas conferências, palestras, lições escolares –, a voz não se mantém isenta de imperativos da prosa. Com base na memória do ex-aluno José Pires de Azevedo⁶⁹⁰, infere-se que a ordem da escrita estava sempre presente na atitude de Joaquim de Carvalho em sala de aula. Dir-se-ia que as suas lições também constituíam uma espécie de prosa falante.

Atento ao próprio discurso, o mestre ia saboreando a expressão pessoal conseguida; às vezes, achava-a tão curiosa, que lhe sorria; outras, se a reputava feliz, para apontá-la no próprio esquema da lição, que sempre trazia, suspendia a prelecção. Em tais recolhas o ajudavam alguns alunos, sobretudo raparigas, mais lestras no escrever, esforçadas no registro textual da aula: de quando em quando, o professor gostava de consultar essas formas escritas do seu pensamento, sempre em busca de moldes melhores⁶⁹¹.

687 GOODY, Jack. *O mito, o ritual e o oral*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p. 144.

688 Goody observa que, em culturas lecto-orais, mesmo que o advento da escrita elimine a necessidade de memorizar textos longos, esta prática é vista em diferentes contextos e até mesmo mais valorizada que em culturas puramente orais, seja no recitar de uma poesia ou de textos longos, como a Bíblia ou o Corão, muitas vezes memorizados deliberadamente por aqueles que aprenderam a ler e a escrever. A escrita congelou o texto, depois dela, há a possibilidade de rever um texto original e gravar na memória o seu conteúdo exato. Enquanto que em culturas puramente orais essas recitações de textos religiosos podem variar em cada apresentação, e reproduzir exatamente da mesma forma, sempre, não é necessariamente visto como realizável (e em alguns casos, mesmo como impossível). *Idem, ibidem*, p. 145.

689 *Idem, ibidem*, p. 146.

690 José Pires Lopes de Azevedo (1923-2007) foi professor da Escola Secundária Doutor Joaquim de Carvalho, na Figueira da Foz, colaborador do periódico figueirense *Mar Alto* e organizador da Exposição-Homenagem a Joaquim de Carvalho, em 1976, na Biblioteca Municipal daquela cidade.

691 AZEVEDO, José Pires Lopes de. *Mar Alto*, n.º 124, 30/10/1968 *apud* AZEVEDO, José Pires Lopes de. *Roteiro da Exposição-Homenagem ao professor Doutor Joaquim de Carvalho*. Figueira da Foz: Comissão Administrativa da Câmara Municipal, 1976, p. 62.

Escrever para gravar o dito, saborear a expressão pensada, apontá-la no papel ao reconhecer-lhe valor, interromper a fala, registrar o texto da aula, consultar as formas escritas do pensamento como via de torná-lo melhor. Na sala de aula, sob o olhar dos colegas, as mulheres eram não só as mais ágeis na escrita, mas as mais dispostas a assumirem tarefas auxiliares, memória que revela as desigualdades de gênero. Com efeito, foram sobretudo as alunas que se ocupavam da fixação no papel daquilo que o professor elencava como se a sua oralidade apelasse à escrita. Na busca de uma página em branco para suas lições, “o maior inimigo das aulas era o ruído, o barulho, viesse ele de onde viesse⁶⁹²”, lembra um ex-aluno. No silêncio da sala, tal como na escrita em gabinete, construía-se “um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado⁶⁹³”, seguindo a definição de Certeau.

A narração do antigo estudante sobre o exercício docente de Joaquim de Carvalho nos convida a relativizar-se as destrições – teorizadas por Roland Barthes – entre o professor (“que está do lado da fala”), o escritor (“operador da linguagem que está do lado da escrita”) e o intelectual, situado no meio dessas duas figuras como aquele que “imprime e publica sua fala⁶⁹⁴”, porque exemplifica bem como tais fronteiras são frágeis abstrações. A prática da docência de Carvalho, fugindo à retórica, materializava-se numa oralidade influenciada pela racionalidade do escrito, se melhor, pelo paradigma do livro. E não admira que assim fosse, porque ele foi um homem “rodeado de livros”.

Um historiador do livro e da leitura

Embora com peculiar autenticidade, não é de estranhar que as questões em torno do livro (manuscrito e impresso) fossem alvo do interesse de Joaquim de Carvalho, mesmo que se adote apenas uma perspectiva diacrônica sobre a sua obra e atividade, a começar no seu primeiro trabalho publicado, *António Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*⁶⁹⁵, sua dissertação de doutoramento, escrita em 1916, que, no ano seguinte, aos 25 anos, apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Secção Filosofia. Ao tratar das correntes de emancipação intelectual que se formaram na Idade Média e se expandiram no século XV, Joaquim de Carvalho invocou, logo na Introdução, a difusão da imprensa como fator que influenciou o surgimento de uma nova ordem:

Roma e Paris, sobretudo, perdem a hegemonia da cultura ocidental e a

692 *Idem, ibidem*, p. 61.

693 CERTEAU, Michel de. *Op.Cit.*, p. 225.

694 BARTHES, Roland. *Escritores, Intelectuais, Professores e outros ensaios*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

695 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. I, pp. 1-116.

filosofia, como toda a actividade literária, dentre outras causas, pela difusão da imprensa, desenvolve-se tão livremente que perde esse carácter escolástico, para não dizer de casta, que até então tivera⁶⁹⁶.

Quer isto dizer que, desde o início da sua formação, os seus escritos deram uma particular atenção às formas materiais de transmissão das ideias e da construção de mundividências, registrando a invenção da Imprensa no Ocidente como episódio a ser valorizado e vendo no livro a ferramenta e o meio de difusão cultural por excelência da nova era. Por isso, já na maturidade dos anos de 1950, enfatizou a medida do rei português D. Afonso V que, em 19 de janeiro de 1483, concedeu isenção de impostos a três livreiros que queriam importar e vender livros em Lisboa, porque, escreveu o monarca, convinha “em nossos regnos aver muitos livros” já que se tratava de uma atividade fundamental para o “bem comum”. Para Joaquim de Carvalho, estas disposições significaram “a consagração oficial da maravilhosa invenção da imprensa e do valor do livro como instrumento e veículo da cultura⁶⁹⁷”.

Já tinha manifestado esta sensibilidade em 1918, na sua dissertação de concurso para assistente da Faculdade de Letras (IV Grupo, Filosofia), *Leão Hebreu, Filósofo*, onde pretendeu comprovar a crescente difusão que o livro póstumo daquele escritor, *Diálogos de Amor* (1535), teve no seu tempo, numa circulação excepcional para a cultura quinhentista⁶⁹⁸. Consultando bibliógrafos e biógrafos, elaborou uma lista original sobre as obras que o recepcionaram em que revela atenção às características tipográficas, à raridade dos exemplares e, quando possível, ao contexto de impressão (como a influência posterior do *Index Librorum prohibitorum*), para chegar a esta importante conclusão: “Raros conhecem hoje os *Diálogos de Amor*, tão distanciados da nossa cultura pelo gosto e assunto; mas na sua época poucas obras tiveram uma tão grande fortuna, sucedendo-se as edições e traduções num grande acolhimento”⁶⁹⁹.

A análise das edições, na sua história e materialidade, inseria-se no projeto mais

696 *Idem, ibidem*, p. 9.

697 *Idem*, “Prefácio”. In *Livros de D. Manuel II – Manuscritos, Incunábulos, Edições quinhentistas, Camoniana e Estudos de consulta, seleccionados e apresentados por Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Atlântida, 1950. Cf. *Idem, O.C.*, vol. IV, pp. 425-532, p. 429.

698 O autor cita as edições em que os *Versos hebraicos*, outra obra de Leão Hebreu, são publicados como introdução “às obras de seu pai”. Mas Joaquim de Carvalho se dedicou, especialmente, à análise das edições e traduções de *Dialoghi d’Amore*, descrevendo, quando possível, a composição tipográfica, a localização de exemplares conhecidos e indicando as fontes. Ao todo, são listadas cinco edições italianas conhecidas (1535, 1541, 1545, 1565, 1572), com a indicação de que poderiam haver outras oito de diferentes datas, como também cinco traduções espanholas (1568, 1582, 1590, s/d, s/d), duas francesas (1559, 1595), duas latinas (1587, 1563) uma hebraica (1771), uma alemã (1888). *Idem, Leão Hebreu, Filósofo. (Para a História do Platonismo no renascimento)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, pp. 31-37.

699 *Idem, ibidem*, p. 31.

amplo que visava estudar o platonismo na Renascença. Nessa construção histórico-filosófica, interessava-lhe a biografia de Leão Hebreu, conjugando-a, porém, com a sua obra e com os significados desta no seu tempo, mormente com a difusão editorial dos *Diálogos de Amor*⁷⁰⁰. Após examinar o enredo da obra⁷⁰¹, Carvalho explicitou os conceitos e métodos que Leão Hebreu mobilizou naquele livro, comparando-os com os de outros pensadores anteriores e contemporâneos, a fim de fixar na galeria da “riquíssima literatura dum erotismo mais ou menos platónico e místico que se lhe seguiu”, e que passava por Luis Vives, Francesco Patrizzi, Giovano Bruno, Francis Bacon e Baruch Espinosa, que “fecha o ciclo dos grandes leitores dos *Diálogos*⁷⁰²”. No fundo, descreveu um itinerário que sintetizou deste modo: “De todos os filósofos até agora examinados só por induções se pode determinar se conheceram ou não a sua obra; mas de Spinoza (1632-1677) não pode haver a menor dúvida, porquanto guardava na sua biblioteca um exemplar⁷⁰³”. Mas, sintomaticamente, não se esqueceu do posicionamento de Leão Hebreu também como leitor.

Joaquim de Carvalho indagou sobre as leituras que Leão Hebreu realizou, citadas explicitamente nos seus escritos, ou inferidas a partir das disposições da reflexão de um judeu heterodoxo, influenciado pelos filósofos helênicos, árabes e judaicos⁷⁰⁴. Diretamente convocados nos *Diálogos de amor*, estão pensadores como Platão, Aristóteles, Ptolomeu, Homero, Pronapides, Pitágoras, Eurípedes, os epicuristas, os estoicos, Cícero e Sêneca, assim como os pensadores árabes (Alfarabi, Alvicena, Algazel, Averroes), além de hebreus e cabalistas, o que o levou a colocar problemas como estes: “O que (Leão Hebreu) aproveitou destas leituras, e em que estima teve esses filósofos?”. Já em relação aos livros citados nos *Diálogos*, em menor número que os autores, esclarece que “sem dúvida nenhuma a sua biblioteca era maior⁷⁰⁵” do que o quantitativo dessa listagem.

A dissertação sobre Leão Hebreu, de 1918, embora não estivesse centrada nos temas

700 Os *Diálogos do Amor*, que celebrizam Leão Hebreu, foram integrados por Carvalho no platonismo “tão característico da Renascença e dando-lhe lugar de realce na evolução da literatura amorosa e dialogada”. *Idem, ibidem*, p. 29.

701 Ao descrever a obra, Joaquim de Carvalho explica que Sofia é amada não apenas espiritualmente por Filon. Pela ascendência que conquista, prolonga por três dias as palestras em que Filon a esclarece sobre o tema fundamental, o amor. Em torno deste, “as necessidades do diálogo ou a curiosidade de Sofia enxertam vários problemas”. Baseado nesses três dias, o livro se divide em três diálogos, nos quais trata sucessivamente I) da natureza do amor, II) da sua universalidade e III) da sua origem. *Idem, ibidem*, p. 30.

702 *Idem, ibidem*, p. 149.

703 *Idem, ibidem*.

704 Carvalho comenta que, pela época e formação, sob influência dos filósofos árabes e judaicos, Leão Hebreu não adotava como método e atitude filosófica a meditação pessoal interior, mas o comentário, que desenvolvia um ponto de partida que o texto fornecia. *Idem, ibidem*, p. 41.

705 O professor de Coimbra explica que, em textos desse período, “o nome do autor supre a citação da obra”, e conquanto Leão Hebreu “não conhecesse toda a bibliografia dos autores citados, é indiscutível que duma ou outra obra não citada apropriou algumas ideias”. *Idem, ibidem*, p. 44.

do que hoje se entende por História do Livro, demonstra que Joaquim de Carvalho estava atento a esses “ingredientes do acontecimento⁷⁰⁶”, integrando-os precocemente e de modo natural na sua estratégia de investigação. Mas, esta característica não basta para avaliar o seu interesse pelo livro e pela leitura, uma vez que este também foi condicionado pelas conjunturas e pela própria experiência que recolheu do seu contato físico com o labor e o convívio diário com o manuscrito, o impresso e o até com a gestão editorial e bibliotecária, onde, entre pergaminhos e obras tipografadas, o livro foi sempre compreendido como fonte e como objeto da inquirição do investigador. Visto sob a lente de Historiador da Cultura, do Livro e da Leitura, Joaquim de Carvalho tem uma obra dentro da sua Obra, incluindo nesta as suas relações mais diretas com “o mundo do livro” em todas as suas vertentes.

Histórias de livros, bibliotecas, leitores e leituras

Recorde-se: “Uma livraria é sempre, pelo menos, o espelho das curiosidades de espírito de quem a organiza e dispõe⁷⁰⁷”. A frase foi escrita por Joaquim de Carvalho, não sobre si, nem sobre a construção de sua biblioteca, mas a propósito de um outro leitor extraordinário – Frei Diogo de Murça, um letrado do século XVI. O prefácio que escreveu para o catálogo de livros do frade foi publicado pela primeira vez em 1927. Naquele ano, já diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra, Carvalho passou a ocupar, além das funções de docente, de pesquisador e de diretor da *Revista da Universidade*, também o cargo de Diretor da Biblioteca Geral da mesma instituição (e editor do seu boletim) que exercerá até 1931. Assim sendo, pode-se dizer que a mencionada obra saiu numa conjuntura em que os problemas do livro mais o assoberbavam física e intelectualmente.

Ao apresentar o rol de títulos da livraria do frade, Joaquim de Carvalho aproveitou a ocasião para destacar os múltiplos caminhos de pesquisa que o documento oferecia, fosse para a história pedagógica, fosse para a da própria livraria. Como investigador, indicou o seu: o de salientar o significado histórico-cultural da biblioteca, especialmente no que concerne à controvérsia anti-luterana e ao erasmismo. Com essa perspectiva, mostrou como, a partir da microanálise das obras de uma biblioteca, quer os livros, quer a sua organização bibliotecária

706 Expressão do historiador Robert Darnton, ao apresentar as discussões sobre o papel que a tipografia desempenhou na Revolução Francesa. Partiu da ideia de que, em geral, os historiadores tratam a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. DARNTON, Robert. Introdução. In *Idem*; ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

707 CARVALHO, Joaquim de. “A livraria de um letrado do século XVI – Fr. Diogo de Murça”. In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: 1927. Republicado em “Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI”, vol. II. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1948, pp. 111-199, e em *O.C.*, vol. III, pp. 569-638.

podem dar ao historiador significativos indícios acerca do pensamento de quem os adquiriu e acumulou e, mais ainda, sobre a mentalidade de uma época⁷⁰⁸. Se Frei Diogo de Murça, embora doutor, não deixou textos sobre a posição teológica que assumiu, os catálogos “constituem valioso indício da sua formação intelectual e das suas tendências doutrinárias⁷⁰⁹”.

Ao longo da vasta obra de Joaquim de Carvalho, especialmente escrita nos anos de 1922 à década de 1950, matérias inseríveis nas temáticas que atualmente demarcam o campo da História do Livro e da Leitura estão presentes, mas de um modo mais aplicado, em investigação, do que teórico e sistêmico. Para Carvalho, tudo o que se ligava ao livro – desde a produção (material e imaterial), circulação, leitura e recepção, conservação – fazia parte do grande continente da História da Cultura (erudita). Por outro lado, recorde-se que, enquanto campo disciplinar autônomo, mas em diálogo com a história, a sociologia, a antropologia e as ciências da linguagem e da informação, a obra *L'apparition du livre*, de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre, lançada em 1958 é comumente apresentada como momento inaugural da nova área, embora muitos outros autores reconheçam que os estudos sobre o livro e a leitura remontam a uma cultura acadêmica de longa duração⁷¹⁰. Importa ainda lembrar que a designação não estava consagrada até finais da década de 1970⁷¹¹, o que explica que Melot chame atenção para o fato de os estudos sobre a materialidade impressa só terem ganho uma maior relevância precisamente quando esta se viu ameaçada pelo galopante surto dos formatos digitais e, de modo particular, das telas: “Enquanto o reino do papel não tinha concorrentes, era difícil *ver* o objeto sob o conceito”⁷¹². Deste modo, dizer que Joaquim de Carvalho foi um precoce historiador do livro somente pretende sublinhar que, na sua investigação e reflexão, ele abordou questões que posteriormente virão a definir a especificidade daquele domínio historiográfico. Na definição de Robert Darnton, este visa “compreender como as ideias foram transmitidas através da imprensa e como a exposição à palavra impressa afetou o pensamento e o comportamento da humanidade durante os últimos

708 Segundo Pina Martins, Joaquim de Carvalho, a partir da análise das obras desta biblioteca, reintegrou “aspectos fundamentais da mentalidade humanista que teve uma função de relevo na Universidade portuguesa no Renascimento”. MARTINS, Pina. “Joaquim de Carvalho Historiador da Cultura Portuguesa” In *O.C.*, vol. III, p. XI.

709 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. II, p. 576.

710 Sobre a consolidação desse campo de pesquisa, leia-se DARNTON, Robert. “O que é a história dos livros?” In *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131. Artigo reescrito e atualizado em, do mesmo autor, *A questão dos livros: Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 189-219; CHARTIER, Roger. “Escutar os mortos com os olhos” In *Revista Estudos Avançados*, vol. 24, n.º 69. São Paulo: 2010, pp. 7-30.

711 DARNTON, Robert. *A questão dos livros...*, pp. 189-219.

712 MELOT, Michel. *Livro...* p. 24. Um interessante debate em torno da relação entre a materialidade do papel e a emergência dos formatos digitais, ainda no fim dos anos 1990, pode ser lido em DOCTORS, Márcio (org.). *A cultura do papel*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Fundação Eva Klabin Rapaport, 1999.

quinhentos anos”, muito embora acrescente que as investigações nessa área possam ser alargadas ao período anterior à invenção da tipografia e a outros suportes para além do livro⁷¹³.

Nesse sentido, os textos de Carvalho serão (e têm sido) tomados como exemplos do que se acaba de sugerir, com destaque para os respeitantes ao estudo acerca das instituições da cultura portuguesa nos séculos XIV e XV. É o caso das suas investigações, de 1932, acerca do modo como a livraria de D. João I indicia bem as mudanças ocorridas no horizonte intelectual do período, particularmente quando o acervo passou da sua caracterização como “livraria do rei” a de “livraria da Coroa”, estatuto mantido e aumentado pelos seus sucessores D. Duarte, D. Afonso V e D. Manuel⁷¹⁴.

Para recompor a lista de obras que a formavam, assim como o rol de códices manuscritos, Joaquim de Carvalho detectou a confluência de vários ramos do conhecimento: obras jurídicas, políticas, religiosas, literárias, históricas, escritos de padres (Santo Agostinho, Beda) e doutores da Igreja (como São Bernardo); livros de gramática, retórica e filosofia, (“isto é, de Aristóteles”); de astronomia (Ptolomeu, os árabes Albenazar e Ali ben Ragel), o *Livro de Mágica que compoz Juan Gil de Burgos*. Como se vê, estamos perante uma pluralidade que o historiador explicou ser o resultado, não da curiosidade de reis eruditos, mas um sinal da emergência de uma nova ordem política e de um empenhamento na criação de uma infraestrutura cultural que irá dar frutos com a grande empresa dos descobrimentos:

Todas as ciências se encontram, assim, representadas na livraria real, sendo de notar particularmente a astronomia, confundida ainda com a astrologia. É que a livraria não servia apenas de regalo ou satisfação de curiosidades intelectuais: era como que a condição teórica da grande empresa de expansão ultramarina, da formação e estudo dos descobrimentos, cuja calma segurança não se compadecia com o cego espírito de aventura⁷¹⁵.

O sucessor, D. Afonso V, ampliou esse acervo, adquirindo mais códices, mas também o abriu à consulta externa, cuidou das suas instalações, contratou escrivães e iluminadores, e confiou a sua guarda e conservação ao historiador Gomes Eanes de Zurara⁷¹⁶. E todas estas medidas levaram Joaquim de Carvalho a concluir – em oposição à ideia-feita acerca do vazio cultural no Renascimento português: “Tudo o que no século XV teve renome

713 DARNTON, Robert. *Op.Cit.*, p. 190.

714 CARVALHO, Joaquim de. “Instituições de Cultura (Séculos XIV e XVI)”. In PERES, Damião (Coord.). *História de Portugal*, edição Monumental, vol. IV. Barcelos: Portucalense Editora, 1932, pp. 241-277. Cf. *Idem, O.C.*, vol. VI, pp. 1-53, p. 52.

715 *Idem, ibidem*.

716 Guardião da livraria real desde pelo menos 1451, Gomes Eanes de Zurara terminou no local a escrita da sua *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné* e “colheu a vasta erudição histórica e moralizante que peja e caracteriza os seus escritos”. *Idem, ibidem*.

européu, na literatura, clássica ou contemporânea, na história e na ciência, encontrou um eco de simpatia em Portugal⁷¹⁷”.

Como se sabe, esta situação será alterada com a instituição do Tribunal do Santo Ofício em Portugal no século XVI, alastrando-se crescentemente no século XVII⁷¹⁸, “época em que a tolerância havia sucumbido à atrocidade de leis, que perseguiam e faziam expiar a fé jurada e a constância dos mais respeitáveis sentimentos como crimes monstruosos com a Inquisição”. Esta afirmação pode ser lida no seu estudo *Oróbio de Castro e o espinosismo*, publicado pela primeira vez na revista *Seara Nova* (de 1935 a 1940)⁷¹⁹, mais uma obra que se integra nas suas preocupações sobre os nexos existentes entre a cultura portuguesa (e ibérica) e os influxos que esta recebeu da cultura de matriz judaica.

Nessa lista de objetos de investigação, junto a Oróbio de Castro⁷²⁰ e ao próprio Espinosa, estão nomes de filósofos, cientistas, humanistas e estudiosos como Leão Hebreu, Abraham Zacuto, Isaac Abravanel, Uriel da Costa, Pedro Nunes, Jacob de Castro Sarmiento, Ribeiro Sanches. Joaquim de Carvalho estudou-os sob óticas inovadoras para a época, como tem sido reconhecido por análises contemporâneas que, tanto em Portugal, quando no Brasil⁷²¹, têm equacionado o significado e a importância da sua obra do ponto de vista, entre outros, da filosofia, da história das ideias, da história das ciências e da história da educação.

Em relação à história do livro em Portugal, centrada nos séculos XV a XIX, Ramada Curto fez uma breve referência ao impacto de Joaquim de Carvalho na História da Cultura, enquanto expressão das “renovadas manifestações de interesse pelo livro e pela bibliografia”

717 *Idem, ibidem.*

718 A Inquisição só é oficialmente extinta em 1821, embora entre em declínio ao longo do século XVIII. Cf. MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013; DIAS, J. S. da Silva. “O primeiro Rol de Livros Proibidos”. In *Separata de Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Coimbra, vol. XXXIX, 1963.

719 CARVALHO, Joaquim de. “Oróbio de Castro e o espinosismo”. In *Memória da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, tomo II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1936. Também publicado em *Seara Nova*, Lisboa, ano 14, n.º 459 (5/12/1935), n.º 461 (19/12/1935), n.º 462 (26/12/1935), n.º 464 (9/1/1936), n.º 516 (3/7/1937), n.º 636 (21/10/1939), n.º 637 (28/10/1940). Em 1940, foi publicado no livro CARVALHO, Joaquim de. *Oróbio de Castro e o Espinosismo*. Lisboa: Seara Nova, 1940. Cf. *Idem, O.C.*, vol. II, pp. 31-108.

720 Famoso controversista nascido por volta de 1620, Oróbio de Castro foi um cristão-novo português com formação em filosofia e medicina em Salamanca, preso pela Inquisição em Sevilha como “judaizante”. Fugiu para a França e, depois, refugiou-se na Holanda, onde ganhou notoriedade como erudito.

721 O primeiro estudo sistemático da obra de Joaquim de Carvalho, com perspectiva na História da Filosofia, foi editado no Brasil: CARVALHO, José Maurício de. *História da Filosofia e Tradições Culturais. Um Diálogo com Joaquim de Carvalho*. Porto Alegre: Edipucrs 2001. Cf. CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão... Op.Cit.*, 2015; DORNAS, Danilo Santos. “A leitura de Joaquim de Carvalho sobre Spinoza”. In *Paradigmas: Revista de Filosofia brasileira*, vol.1, n.º 1, (set. 1997). Londrina: Centro de Estudos Filosóficos, pp. 159-165; FELGUEIRAS, Margarida Louro. “O ensino universitário da História da Educação nas Faculdades de Letras de Porto e Coimbra da Monarquia à República: o magistério de Joaquim de Carvalho”. In BRÁS, José Viegas; GONÇALVES, Maria Neves (orgs.). *O Imperativo republicano em debate*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2011.

na Universidade de Coimbra⁷²², comparando as investigações eruditas do professor coimbrão às do brasileiro Sérgio Buarque de Holanda e a capacidade de ambos para porem em diálogo a história geral com a da cultura e com a da literatura⁷²³.

Já Henrique Leitão, em estudo sobre a obra de Pedro Nunes (1502 - 1578), destacou os trabalhos de Joaquim de Carvalho como investigador do tema e como organizador das *Obras Completas* do cosmógrafo, sublinhando ainda o seu contributo na revelação de informações sobre a biblioteca pessoal do “mais importante matemático da história portuguesa”⁷²⁴.

Quanto a este aspecto, de fato, Carvalho, depois de relatar “as penosas circunstâncias” em que se deu a dispersão da “biblioteca pessoal e todos os papéis” por parte dos familiares, e revelando a consciência de que uma biblioteca é em si mesma uma fonte histórica, comentou que o fundo da livraria com que Pedro Nunes trabalhou poderia ser reconstituído a partir das citações que incluiu nos seus escritos, o que permitiria aprofundar a compreensão do espírito do matemático e a sua atualização científica para a época⁷²⁵. Ora, se tinha o projeto de fazer essa reconstituição, o certo é que acabou por não o concretizar, o que, na opinião de Henrique Leitão nos privou de “páginas fundamentais para o conhecimento da mentalidade e formação do grande cosmógrafo português”, ressaltando, porém, que o professor deixou observações sobre o grande matemático no verbete para a *Enciclopédia Luso-Brasileira*, “que é um dos

722 Ramada Curto cita a influência de Joaquim de Carvalho, ao lado da do também professor coimbrão Manuel Lopes de Almeida, nos esforços empreendidos posteriormente por historiadores da literatura da Universidade de Coimbra, como Aníbal Pinto de Castro, Vítor Aguiar e Silva, Américo da Costa Ramalho, Jorge Alves Osório e José Oliveira Barata. CURTO, Diogo Ramada. “Da tradição bibliográfica à história do livro em Portugal”. In *Idem* (coord.). *Bibliografia da História do Livro em Portugal: século XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003, pp. 9-49, p. 18.

723 Segundo o autor, um mapa das diversas configurações de estudiosos da história do livro e da literatura terá que incluir “as excelentes abordagens de autores brasileiros”, de Sérgio Buarque de Holanda a Antônio Cândido, de João Adolfo Hansen a Alcir Pécola ou Ivan Teixeira”. Nesse sentido, considera que, em Portugal, somente as investigações eruditas de Joaquim de Carvalho e o ensaísmo de António Sérgio “alcançaram a mesma conjugação de interesses” (a história geral, a da cultura e a da literatura) que Sérgio Buarque de Holanda e “que a investigação académica acabou por diferenciar”. *Idem, ibidem*. Cf. PRADO, Antonio Arnoni. “Nota breve sobre Sérgio crítico”. In *Idem. Cenários com retratos: Esboços e Perfis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

724 LEITÃO, Henrique de Sousa. “Introdução”. In *Idem* (comissário científ.); MARTINS, Lúcia de Azevedo (coord.). *Pedro Nunes 1502-1578. Novas terras, novos mares e o que mays he: novo ceo e novas estrellas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002, pp. 15-28, pp. 15 e 23.

725 CARVALHO, Joaquim de. “Introdução. Sobre as vicissitudes do manuscrito e a autenticidade desta obra”. In NUNES, Pedro. *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a Arte de Navegar*. Coleção *Inedita ac Rediviva*, vol. IV. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952, pp. III-XXXII, p. XVIII. Baseado na sua investigação sobre o destino da livraria pessoal de Pedro Nunes, Joaquim de Carvalho concluiu que os herdeiros do matemático, “que viveram no campo de Coimbra”, se ocuparam “principalmente, senão exclusivamente, com a administração da sua casa agrícola, sem o mínimo de incentivos intelectuais que lhes estimulasse o apreço e o zelo da conservação do espólio literário que lhes veio ter às mãos”. No que lamenta os livros e os papéis terem sido metidos em dois caixões, desfalcados pouco a pouco como dádivas às pessoas que os pediam.

melhores resumos da vida e obra de Pedro Nunes alguma vez já escritos”⁷²⁶.

Joaquim de Carvalho teceu aquelas considerações no contexto da descoberta de um manuscrito de Pedro Nunes depositado na Biblioteca Nacional de Florença. No seu texto introdutório, intitulado “Sobre as vicissitudes do manuscrito e a autenticidade desta obra”, ou seja, da *Defensão do tratado da rumação do globo para a arte de navegar*, o especialista noniano também descobriu, a partir de fontes localizadas em Florença (relatos de viagem, catálogos de coleções e outros documentos), a trama que desemboca na viagem daquela obra para Itália. O enredo se inicia com a chegada a Portugal do príncipe herdeiro da Toscana, Cosme de Médicis (1624-1723), no ano de 1669, numa “viagem de distração, ou talvez, mais propriamente, de libertação de desacordos conjugais”⁷²⁷. Como pano de fundo, está o recém reconhecimento da Independência de Portugal pelo Governo de Espanha e a observação *in loco* do futuro Grão-Duque daquele país. A história envolveu ainda o envio de coleções entre Portugal e Itália, a incorporação de um manuscrito valioso numa biblioteca real e a doação dessa livraria ao patrimônio público toscano, tornando possível a descoberta do livro inédito do matemático português quinhentista na década de 1950⁷²⁸.

Do Cavaleiro de Oliveira à livraria de Colombo, o livro é personagem central

No entanto, menos atenção têm recebido as abordagens de Carvalho no que toca à perseguição e censura de livros e de escritores em Portugal. Exemplo do seu interesse por esta vertente é a publicação em *fac-símile* do livro *Discours Pathétique*, do Cavaleiro de Oliveira, organizada por ele e acompanhada por uma notícia bibliográfica de sua autoria datada de 1922⁷²⁹. Um ano após de assumir a direção da Imprensa da Universidade de Coimbra, Carvalho organizou e republicou esta edição, cujo autor tinha sido condenado por heresia pela

726 Refere-se ao verbete “Nunes, Pedro”. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 19. Lisboa: Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1935, pp. 53-65. LEITÃO, Henrique de Sousa. *Op.Cit.*, p. 23.

727 CARVALHO, Joaquim de. “Introdução. Sobre as vicissitudes do manuscrito e a autenticidade desta obra”. In NUNES, Pedro. *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a Arte de Navegar...*, p. V.

728 Em um brevíssimo resumo, Joaquim de Carvalho narra as andanças do príncipe toscano por Portugal, viagem registrada por escrito e por imagem pelos integrantes da comitiva Lourenço Magalotti e Pier Maria Baldi, respectivamente escritor e pintor. Durante um serão em Lisboa, Cosme de Médicis conheceu o cosmógrafo-mor e engenheiro-mor português, Luís Serrão Pimentel, com quem estabeleceu “relações de mútuo apreço e, porventura, de reconhecimento”. É este português quem enviará a Cosme III, já regressado à Itália, o manuscrito de Pedro Nunes. A dúvida que Joaquim de Carvalho lança é se o manuscrito foi remetido em separado ou em conjunto com outras ofertas, em uma “selecta livraria” enviada de Lisboa. Seja de que modo for, o livro foi incorporado na livraria granducal, herdada por Ana Maria de Médici e, depois, doada ao Estado italiano tornada de utilidade pública, junto com “galerias, quadros, estátuas, bibliotecas, jóias e outras coisas preciosas”, sob condição de não ser levado para fora do grand-duc. “É por esta razão que o manuscrito se conserva actualmente na Biblioteca Nacional de Florença, onde tem a designação de Codice palatino n.º 825”. *Idem, ibidem*, p. V-VII.

729 CARVALHO, Joaquim de. “Notícia Bibliográfica”. In *Discours Pathétique do Cavaleiro de Oliveira*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1922, pp.101-118. Cf. *Idem, O.C.*, vol. III, pp. 1-16.

Inquisição portuguesa na sequência dos acontecimentos que ocorreram após o terremoto de 1755 em Lisboa. A raridade bibliográfica da edição, quase que inacessível e pouco difundida em Portugal⁷³⁰, justificava, em parte, a publicação, exatamente por aliar o seu mérito ao fato de também ser “fonte para o estudo da cultura portuguesa de setecentos e das reflexões, correntes de ideias e sentimentos que o terramoto de 1755 suscitou⁷³¹”. Como outros que escreveram sob o impacto do terremoto em Lisboa, “que tão vários sentimentos despertou e tantas ideias sugeriu na política, na ciência e na filosofia, ocupando ainda um momento do pensamento de Kant⁷³²”, o Cavaleiro Oliveira também emitiu sua opinião, mas “ao arrepio da papelada devota que inundava Portugal”⁷³³.

Natural de Lisboa, o cavaleiro da Ordem de Cristo Francisco Xavier Oliveira (1702-1783) foi *relaxado*, isto é, queimado em estátua pela Inquisição portuguesa em 1761 por ter publicado aquele livro, escrito em francês e impresso em 1756, em Londres, com uma simultânea tradução inglesa. Joaquim de Carvalho se preocupou em reproduzir “linha a linha”, como diz, a edição *fac-símile* de 1893, a que teve acesso por amabilidade do bibliófilo de Coimbra, Francisco Augusto Martins de Carvalho⁷³⁴. Além de optar pelo mesmo formato (cerca de 16 cm por 11 cm) e pela mesma mancha tipográfica, apontou na parte final os erros tipográficos que identificou, com um índice onomástico por ele elaborado. “Impresso o original em Londres, não surpreende que contenha vários erros tipográficos”, comentou⁷³⁵.

Mal o impresso em francês chegou a Lisboa, em 1756, um membro da Academia Real da História Portuguesa, o estudioso Joaquim Pereira da Silva Leal, denunciou o livro à Inquisição “por descargo de consciência”. Para o leitor-delator, a obra “se opunha a religião catholica Romana, aos bons costumes” e era satírica⁷³⁶. A mesa do Santo Ofício, prevenida,

730 Edição cópia da edição em fac-símile que o bibliógrafo Joaquim de Araújo fez imprimir no Porto, em 1893, na Tipografia Ocidental, com apenas 36 exemplares distribuídos entre amigos. Por meio de Joaquim de Araújo, estudioso da obra do Cavaleiro Oliveira, o autor cita mais três exemplares conhecidos. *Idem, ibidem*, p. 101.

731 *Idem, ibidem*, pp. 1-16, p. 4.

732 *Idem, ibidem*, p. 4.

733 *Idem*, “Notícia Bibliográfica”. In *Discours Pathétique... Op.Cit.*, p. 104. Uma análise das publicações cristãs saídas em Portugal nos séculos XVII e XVIII, centrada nos livros que falam da morte e ensinam a bem morrer, foi quantitativa e qualitativamente realizada por Ana Cristina Araújo, que atesta um surto dessas obras entre 1725 e 1749. Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.

734 O general Martins de Carvalho (1844-1921) é filho do jornalista Joaquim Martins de Carvalho, que esteve à frente do periódico *O Conimbricense*. Joaquim de Carvalho presta reconhecimento ao recém-falecido bibliófilo à época da publicação dos *Discours*, e indica como leitura o livro do general, *Algumas horas na minha livraria* (Coimbra, 1910). *Idem*, “Notícia Bibliográfica”. In *Op.Cit.*, p. 101.

735 CARVALHO, Joaquim de. “Errata”. In *Discours Pathétique do Cavaleiro de Oliveira*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1922, p. 95. A “Errata” e o “Índice Onomástico” não estão incluídas nas Obras Completas.

736 CARVALHO, Joaquim de. “Notícia Bibliográfica”. *Op.Cit.*, p. 105.

propôs como medida imediata, em julho de 1756, a publicação de um edital proibindo a sua leitura e delegando a obrigação de o denunciar “antes que com o tempo faça menor impressão nos animos dos Portuguezes, este atrivimento, que sugerio o Demonio para arruinar a religião neste Reyno⁷³⁷”

Concluído o processo, o Cavaleiro Oliveira foi condenado por “convicto no crime de heresia, e apostasia”, tido como herege, excomungado e com ordem de confisco de todos os seus bens em Portugal, com estátua queimada em praça pública na impossibilidade de a pena ser aplicada ao seu corpo físico⁷³⁸. Exilado em Inglaterra, “a coberto portanto das justiças portuguesas”, como informa Joaquim de Carvalho, o Cavaleiro Oliveira não se acouou aos castigos da Inquisição e respondeu-lhe com uma nova edição do *Discours pathétique* (1762) e com um outro opúsculo, este não localizado.

No original estudo sobre esta edição, correlacionando fontes em torno da história do livro e do autor – incluindo documentos inéditos, como o manuscrito do Conselho Geral do Santo Officio e a carta-denúncia de Frei Domingos da Encarnação – Joaquim de Carvalho valorizou o texto por se tratar de um marco da luta contra a restrição da liberdade de pensamento (e de edição) em Portugal e de um bom testemunho do cariz repressivo da mentalidade contrarreformista dominante no século XVIII, como analisa o historiador:

Que o *Discours* era absolutamente contrário à mediana mentalidade e cultura do séc. XVIII em Portugal, não é para surpreender. Desde o sentimento religioso, exacerbado com o terramoto, às ideias políticas que orientavam o Estado; desde a estrutura mental e moral da época, cimentada numa tradição de intolerância e purificação, ao tom, por vezes jocoso ou irreverente, e quase sempre panfletário do *Discours* tudo concorria para a repulsa com que foi recebido e para a conspiração de silêncio, verdadeiramente tumular, que em seu torno se fez⁷³⁹.

A reedição do *Discours pathétique* pelo administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra pode ser vista em função do que concorria para sua repulsa: o tom jocoso, irreverente, panfletário. De todo modo, ainda que indiretamente, a iniciativa também era coerente com a ação intelectual e editorial de Joaquim de Carvalho, aportada em associar a história do livro à compreensão das ideias e mentalidades em Portugal. Tal preocupação, manifesta de diferentes maneiras na sua trajetória, está na origem da missão de estudos que realizou a Sevilha para examinar a Biblioteca Columbina sob o “ponto de vista da cultura

737 *Idem, ibidem.*

738 De acordo com o processo, reproduzido em trechos por Joaquim de Carvalho, a obra que Oliveira “deu ao prelo” é “heretica, scismatica, sedicioza, erronea, injurioza á Igreja Catholica Romana, e contraria os Dogmas de nossa Santa Fé que pretende arruinar”. *Idem, O.C.*, vol. III, pp. 1-16, p. 15.

739 *Idem, ibidem*, pp.1-16, p.16.

nacional” portuguesa, viagem entre 17 de maio e 6 de junho de 1924, planejada desde julho de 1923⁷⁴⁰.

Na verdade, a investigação empreendida por Carvalho à biblioteca do ilustrado espanhol Fernando Colombo⁷⁴¹, filho natural do navegador Cristóvão Colombo e de Beatriz Enriques, teve como objetivo principal o levantamento de códices, incunábulos e livros impressos que lhe interessavam numa biblioteca considerada, já no século XVI, a “maior livraria que um particular até então organizou”, pois contava, pelo menos, com 15.370 volumes, entre impressos e manuscritos, dos quais somente tinham sobrevivido 4.231 títulos, com “alguns dos mais raros exemplares da bibliografia filosófica da Renascença”⁷⁴².

Para o investigador português, a confiança e amizade que Fernando manteve com o Rei Carlos V, bem como os seus escritos, documentam sua influência, saber e valor intelectual. No entanto, “foi a bibliofilia, larga, generosa e nobremente praticada, que imortalizou o seu nome⁷⁴³”. E, tal empreendimento foi possível porque o seu artífice tinha sido um homem “culto, rico, dispondo das facilidades de uma elevada posição social”, mas também porque foi “estimulado por preocupações intelectuais e eruditas, relacionado com humanistas e sábios da época”⁷⁴⁴. A livraria foi constituída com o fito de “dotar a sua pátria com um centro de estudo e peregrinação cosmopolita”, com a reunião de livros e manuscritos adquiridos em Espanha, França, Itália, Flandres, Alemanha, Inglaterra. No juízo do professor de Coimbra, Fernando Colombo não foi apenas “um simples comprador de livro”, dado que os títulos foram escolhidos segundo critérios de um estudioso, ou seja, “mais pelo seu valor intrínseco, literário ou científico, que pelo aspeto tipográfico ou sumptuosidade ornamental⁷⁴⁵”. Demais, terá sido o desejo de os salvar, aliado ao prazer de bibliófilo,

740 A viagem foi solicitada e aprovada pelo Ministro da Instrução Pública, na época João Camoêças. CARVALHO, Joaquim de. “Excepta bibliographica ex Bibliotheca Columbina”. In *Arquivo de História e Bibliografia*, vol. I. (1923-1926). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, p.511-544. Cf. *Idem*, *O.C.*, vol. VIII, pp. 257-320, p. 257.

741 Segundo o autor informa, Fernando Colombo (15/8/1488-12/6/1539) “não desfrutou apenas os benefícios do glorioso nome paterno, antes o ilustrou pelo saber, cultivando a história, a ciência náutica e acompanhando com esclarecido interesse a maravilha do século: os descobrimentos”. *Idem*, *O.C.*, vol. VIII, p. 258.

742 *Idem*, *ibidem*, p. 515.

743 *Idem*, *ibidem*, p. 512.

744 Joaquim de Carvalho cita sábios renascentistas como Erasmo, André de Resende, Nicolau Clenardo e João Vaseu atraídos pela Península Ibérica por meio da ação de Fernando Colombo. *Idem*, *ibidem*, pp. 257-320, p. 258.

745 Essa missão de estudos teve como produção final o catálogo “Excepta bibliographica ex Bibliotheca Columbina”, que acompanha o estudo “Uma epístola (desconhecida) de Nicolau Clenardo a Fernando Colombo”. Mas também era interesse de Joaquim de Carvalho a publicação do tratado inédito de Abraão Zacuto *De la influencia del Cielo*, e de monografias sobre os filósofos portugueses Gomes Hispano e Pedro Margalho, realizadas nos anos posteriores. O catálogo foi dividido em duas secções: Manuscritos e Impressos, “sendo numeradas seguidamente todas as espécies citadas, sem prejuízo da relativa independência de alguns estudos, que levam título próprio”. *Idem*, *ibidem*, p. 260.

que presidiu à catalogação da livraria escrita por Fernando Colombo, o que permitiu a Joaquim de Carvalho dimensionar as partes que foram alvo dos desfalques que a biblioteca sofreu ao longo dos séculos, empobrecendo o patrimônio intelectual da Espanha.

Os vinte dias de trabalho contínuo, embora limitado às quatro horas em que a biblioteca estava aberta à leitura pública, não foram suficientes para o investigador esgotar as possibilidades de informação oferecidas pelos catálogos, pelos manuscritos e impressos, e, sobretudo, pelo “inventário exaustivo de livros portugueses ou *de re lusitana*”, tarefa que, segundo Joaquim de Carvalho, exigiria uma longa permanência em Sevilha. Procurou, então, colher informações de acordo com os interesses ligados aos estudos que realizava na Universidade, “pois vimos alguns dos mais raros exemplares da bibliografia filosófica da Renascença”⁷⁴⁶, recolha que estará na base de três publicações e da acumulação de material para outros dois estudos⁷⁴⁷. No entanto, o seu ensaio sobre a Biblioteca Columbina é tido como um escrito incompleto. À época, saiu como separata de circulação reduzida, somente reeditada em 1973⁷⁴⁸.

É relevante sublinhar que Joaquim de Carvalho sintetizou, autonomamente, o conteúdo de 11 manuscritos e 28 impressos que sua pesquisa privilegiou. São sínteses com juízos histórico-culturais, mas que também apontam ao potencial de cada exemplar para futuras investigações. Como o próprio afirmou, ao chamar atenção para o valor de algumas fontes para o estudo das relações entre a cultura portuguesa e o averroísmo da escola de Pádua:

O estudo da cultura portuguesa quatrocentista e quinhentista nas suas relações com a cultura italiana tem sido feito principalmente no ponto de vista histórico-literário; mas sua complexidade oferece um campo vastíssimo, já em explorações do pormenor, já, e sobretudo, no estabelecimento de problemas ainda não formulados⁷⁴⁹.

As notas bibliográficas ganham densidade na elaboração do estudioso, que correlaciona a história da confecção e circulação do livro, e a sua disponibilidade atual, com

746 *Idem, ibidem*, p. 261.

747 A estadia em Sevilla teve como desdobramentos, além dos *Excerpta Bibliographica ex Bibliotheca*, os estudos *Uma epístola (desconhecida) de Nicolau Clenardo a Fernando Colombo*, a publicação do tratado inédito de Abraão Zacuto, *De la influencia del Cielo*, e material para trabalhos sobre Gomes Hispano e Pedro Margalho. *Idem, ibidem*, p. 257.

748 Segundo informações de Jorge Peixoto, esse texto foi escrito por Joaquim de Carvalho para integrar o *Arquivo de História e Bibliografia*, que seria a revista da Imprensa da Universidade, mas que nunca chegou a sair. O artigo sobre a biblioteca sevillhana também não chegou a ser concluído. O único exemplar da separata que foi localizada entre os papéis da extinta Imprensa da Universidade, localizados na Imprensa Nacional, trazia a indicação de que o estudo estava incompleto. Peixoto não encontrou uma explicação definitiva, mas sugeriu para o fato o encerramento da Imprensa da Universidade. PEIXOTO, Jorge. “Sobre a acção de Joaquim de Carvalho na Imprensa da Universidade”, *Op.Cit.*, p. LIV-LX.

749 CARVALHO, Joaquim de. “*Excerpta bibliographica ex Bibliotheca Columbina*”, *O.C.*, vol. VIII, p. 277.

contextualizações convocadas para explicar a influência filosófica ou cultural que as condicionou. Entre os manuscritos, por exemplo, analisa o inédito *Tratado breue en las influencias del cielo*, do astrônomo judeu Abraão Zacuto, sem se esquecer da descrição material do documento: as suas dimensões, a qualidade do papel e de conteúdo, a seleção de trechos, a justificação do assunto e os motivos por que foi escrito. Além dos inéditos, destacou obras desaparecidas, ignoradas por estudos correntes, como é o caso do *Secreto de los secretos de astrologia*, obra do Infante D. Henrique de Portugal, cuja existência é atestada por uma descrição de Fernando Colombo, que suscitou no investigador português esta questão: o livro “terá sido consumido pelo tempo, ou deslocado para uma desconhecida biblioteca pública, conventual ou particular? Existirá, sequer ao menos, uma cópia?”⁷⁵⁰. O professor de Coimbra deu igualmente conta do desaparecimento de uma outra versão, que terá pertencido ao erudito historiador e poeta sevilhano Gonzalo Argote de Molina, realidade que o não surpreendeu, pois sabia que esta livraria tinha sido dispersa. Frente às parcas informações, além das fornecidas pelas descrições dos catálogos, ousou especular sobre o seu possível conteúdo, mas sem nunca ultrapassar os limites da hipótese: “seria um tratado de astronomia, misto de ciência e dessas horríveis ingenuidades astrológicas, como tudo leva a crer? Seria uma compilação inspirada no *De secretis secretorum*, atribuído falsamente a Aristóteles?”⁷⁵¹.

O amor ao livro e a compleição portuguesa

Desse conjunto aparentemente fragmentado de estudos, pode-se comprovar a existência, mesmo que não sistematizada, de um conjunto de reflexões que hoje caem no campo designado por História do Livro e da Leitura. Se, como ficou sugerido, esta hipótese pode ser confirmada em inúmeros passos da obra de Carvalho, um título sobre a história das bibliotecas reais portuguesas merece especial atenção. Trata-se do prólogo a *Livros de D. Manuel II. Manuscritos, incunábulo, edições quinhentistas, camoniana e estudos de consulta selecionados e apresentados por Joaquim de Carvalho* (1950)⁷⁵².

Deixando claro seu acento na valorização do trabalho intelectual como topo da hierarquia das atividades humanas, o historiador aproveitou o tema para mostrar como os livros (e a sua conservação e transmissibilidade) sofrem transformações através dos séculos, ao mesmo tempo que também são participantes dessas transformações. A esta luz, ao

750 *Idem, ibidem*, p. 262-263. O professor coimbrão procura informar nos comentários aos livros se o exemplar foi conservado e pode ser consultado na Columbina, é conhecido somente em outras bibliotecas ou até então desconhecido, cuja existência é demonstrada pelas descrições de Fernando Colombo sobre o tomo que possuiu.

751 *Idem, ibidem*, p. 263.

752 *Idem*. “Livros de D. Manuel II...”. In *O.C.*, vol. IV, p. 425.

considerar o caso português, não dispensou considerandos de carácter geral que importam sublinhar:

São de sempre, na nossa gente, os testemunhos do amor do livro e da consideração por quem os escreve, os aprecia, os ajunta e conserva. Espontâneos ou reflectidos, de ignorantes ou de letrados, eles denotam a disposição moral para se atribuir à civilização um sentido de hierarquia espiritual e dão a conhecer uma faceta da nossa compleição, que através das mutações políticas, da transformação das condições de existência e das inovações e dos recursos técnicos jamais deixou de prezar o trabalho intelectual como a aplicação mais alta da actividade humana, mormente se desinteressado e de honradas intenções.

Sendo de sempre, e portanto constantes, nem por isso os testemunhos do amor do livro têm sido unilineares e por igual provenientes de todas as camadas e maneiras de ser que compõe a sociedade portuguesa, pois a amplitude crescente das suas manifestações está em correlação directa com a generalidade do acesso ao prazer da leitura⁷⁵³.

Publicado no começo dos anos de 1950, o escrito denota a permanência das suas reflexões sobre uma temática já em parte abordada em 1932 no estudo “Instituições de Cultura (séculos XVI-XVI)”, publicado na *História de Portugal* de Barcelos⁷⁵⁴. Daí que, no trabalho de 1950, ouse avançar com uma densa retrospectiva de média duração sobre as livrarias reais que, aqui, nos limitaremos a sintetizar: se, no alvorecer do Estado medieval português, no século XII, somente as entidades e corporações religiosas reuniam as condições para adquirir e apreciar livros, o avanço da cultura secular levou-os primeiramente ao paço real, mais tarde à Universidade e, já com o comércio livreiro propulsado pelo uso do papel e, sobretudo, pela invenção da tipografia, ele estava a entrar mais amiudamente nas casas tanto de nobres como de burgueses.

Segundo Carvalho, uma série de consequências decorreram do advento da Imprensa, quer quanto ao desenvolvimento das livrarias particulares, da especialização do saber, do alargamento do acesso e da maior fruição do ato de ler, quer no tocante ao aperfeiçoamento de funções bibliotécnicas como a dos catalogadores e dos bibliotecários, lugares de conservação de memória que, no entanto, não conseguiram vencer, por inteiro, a constante ameaça da erosão do património bibliográfico, fenómeno que, em Portugal, tem na memória do terrível terremoto de 1755 a sua maior provação:

Com a invenção de Gutemberg, a livraria real perdeu muito do antigo alcance e préstimo que tivera no derradeiro século da Meia Idade; o livro

753 *Idem, ibidem*, p. 425.

754 *Idem*, “Instituições de Cultura (Séculos XIV e XVI)”. In *O.C.*, vol. VI, pp. 1-53, p. 52.

tornou-se a um tempo objeto de leitura mais atraente, de divulgação mais fácil e de aquisição mais acessível. De pertença cara e rara que havia sido na época dos calígrafos e iluminadores, o livro apresentava-se agora como mercadoria relativamente módica na nova era dos impressores e calcógrafos. Daí, o multiplicarem-se as livrarias particulares, quase sempre de índole restrita, de harmonia com as predileções do possuidor e com o ditame da especialização dos saberes. A própria casa real não se furtou ao que foi e é, a um tempo, condição do progresso científico, que depende vitalmente da especialização que sabe confinar-se, e limitação do horizonte individual da Cultura, que se encurta e apouca sem as perspectivas das ideias gerais. Assim, D. João IV, tornou famoso o seu afã de musicógrafo insigne reunindo uma preciosíssima livraria de Música, e D. João V, de cujo mecenato bibliográfico não estamos suficientemente informados, é crível que tivesse acumulado valores em proporção jamais vista, a avaliar pela categoria intelectual e pelo número dos seus bibliotecários e catalogadores especializados.

O terramoto de 1755 reduziu a cinzas a maior parte dos tesouros da livraria real, advertindo-nos com terrível lição dos perigos inerentes à excessiva concentração de valores artísticos e bibliográficos em zonas que têm sido abaladas por sismos⁷⁵⁵.

A declaração de “amor aos livros” – expressão utilizada por Carvalho – é uma constante nos seus textos, ainda que fincada na herança baconiana e comtiana segundo a qual o “saber é poder”. De todo modo, na cultura portuguesa e nos publicistas republicanos cedo aprendeu que “Ser livre é saber”, como em Bernardino Machado em 1883⁷⁵⁶, ou que “A instrução emancipa”, em Magalhães Lima, em 1894⁷⁵⁷. E estas perspectivas estão patentes nos diferentes estudos do Mestre de Coimbra que abordaram o Livro e a Leitura: seja ao tratar de um rei bibliógrafo e bibliólogo do século XX e de sua biblioteca fundamental para os estudos sobre Portugal no século XVI – como visto em *Monumentos de Cultura e da Arte Tipográfica Portuguesa do século XVI existentes na Biblioteca de D. Manuel II* (1948)⁷⁵⁸ –, seja ao prefaciá-lo e reeditar o livro de um cavaleiro condenado pela Inquisição portuguesa no século XVIII – o *Discours Pathétique* (1922), como vimos⁷⁵⁹ –, seja ao dar conhecimento de um frade cuja biblioteca se confundia entre o público e o privado na construção do pensamento humanista no século XVI, como fez em *A livraria de um letrado do século XVI – Fr. Diogo*

755 *Idem*, “Prefácio”. In “Livros de D. Manuel II...”. In *Idem*, O.C., Vol. IV, p. 425.

756 MACHADO, Bernardino. “Discurso Proferido na Cidade do Porto no Dia 9 de Julho de 1883”. In *Homenagens. Bernardino Machado*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1902.

757 Ideia vista em LIMA, S. de Magalhães. *O Primeiro de Maio*. Lisboa: Typ. da Companhia Nacional Editora, 1894.

758 CARVALHO, Joaquim de. “Prólogo”. In *Monumentos de Cultura e da Arte Tipográfica Portuguesa do século XVI existentes na Biblioteca de D. Manuel II*. Catálogo da Exposição no Secretariado Nacional da Informação, Palácio da Foz. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1948. A Biblioteca de D. Manuel II também é abordada no já citado Prefácio do catálogo *Livros de D. Manuel II...*

759 *Idem*, “Notícia Bibliográfica”. In *Discours Pathétique... Op. Cit.*, 1922.

de Murça (1927)⁷⁶⁰. Acrescente-se ainda que não se esqueceu da importância das livrarias monásticas, episcopais, capitulares e régias na vida intelectual portuguesa da Idade Média, visto no estudo *Instituições de Cultura – Período Medieval* (1932)⁷⁶¹.

Nessa relação, é relevante *O Livro Contra os Juizos dos Astrólogos de Frei António de Beja e as suas Fontes Italianas* (1943)⁷⁶², escrito em que o historiador não só evidenciou o impacto de um Almanaque astrológico editado em 1499, mas também as origens de um gênero fecundo tanto em Portugal, quanto no Brasil, que atravessou séculos e que, por causa do seu conteúdo e da sua recepção, chegou a ser chamado “enciclopédia dos humildes”. Sobre a história dos Almanques, a partir das *Ephemerides* de Regiomontano (1492 a 1506) e do *Almanach nova plurimis annis venturis inseruientia* (para os anos de 1499-1532), Joaquim de Carvalho escreveu:

Com estes dois livrinhos iniciava-se um gênero de escritos da mais ampla e tenaz fortuna, designadamente entre nós, e a que, não sem razão, se tem chamado a enciclopédia dos humildes, pelos conhecimentos que ministrava –, ao devoto, a folhinha e o cômputo eclesiástico, ao marinheiro, a nota das marés e alguns informes astronómicos, ao viajante, a indicação das fases da Lua, ao agricultor, a meteorologia rústica, e a todos, as informações úteis do calendário. A crítica e o progresso científico depuraram e alargaram no decurso de alguns decénios o âmbito desses livros, como testemunha a *Chronographia. Reportório dos Tempos, de Manuel de Figueiredo* (Lisboa, 1603), mas os primeiros, quase sempre de astrólogos, por singular paradoxo, ao mesmo tempo que dissipavam o terror dos eclipses, apresentando-os como inofensivos fenómenos naturais, geravam por vezes novos terrores com vaticínios e prognósticos aziagos⁷⁶³.

O *Almanach nova plurimis annis venturis inseruientia*, obra do respeitado professor de matemática João Stöffler (1452-1531), de Tübingen (Alemanha), motivou um significativo conjunto de livros de refutação desde o século XVI, quer em Itália, Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Polónia, Espanha, mas também em Portugal. Tais edições eram respostas ao grande impacto do livro, uma vez que “a autoridade que Stöffler desfrutava, robustecendo a credulidade astrológica então assaz espalhada e vigorosa, conferiu ao seu prognóstico foros de acontecimento sensacional”⁷⁶⁴. No caso português, Joaquim de Carvalho salientou o fato de a polémica ter condicionado a edição de *Contra os Juizos dos Astrólogos*, publicado pelo Frei

760 *Idem*, “A livraria de um letrado do século XVI...”, *Op.Cit.*, 1927.

761 *Idem*, “Instituições de Cultura – Período Medieval”. In PERES, Damião (Coord.). *Op.Cit.*, 1932.

762 *Idem*, “O Livro *Contra os Juizos dos Astrólogos* de Frei António de Beja e as suas Fontes Italianas”. In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, Vol. XVI. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1943. Republicado em CARVALHO, Joaquim de. *Estudos da Cultura Portuguesa do Século XVI*, vol. I. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1947, pp. 185-212. Cf. *Idem*, *O.C.*, vol. III, pp. 385-403.

763 *Idem*, *ibidem*, p. 385.

764 *Idem*, *ibidem*, p. 386.

António de Beja a mando da Rainha Dona Leonor. Para ele, o mérito capital deste livro português, essencialmente teológico, reside no fornecimento de elementos que ajudaram a conhecer melhor o ambiente intelectual e religioso da corte da Rainha velha, ilustrando ainda uma fase da atividade de Gil Vicente, “cujas concepções teocêntricas, de apologeta e predicador medieval, e atitudes antiastrológicas se compaginam com as da obrinha de Fr. António de Beja no combate à superstição e no anelo da reforma pela instauração dos mandamentos de Cristo”⁷⁶⁵.

Em todos esses casos elencados existe esta característica comum: o fato do livro ser apresentado como “força histórica”, e não apenas por ser uma raridade bibliófila com um mero interesse erudito. Em sua opinião, o mundo dos livros se mistura com a vida, com as suas tensões, contrastes e ambiguidades, envolvendo a própria vida do leitor: “o mundo que os livros despertam, como aliás todo o fluir vivencial da existência, está sulcado de coordenadas intelectuais e afetivas, de preferências e de repulsas, de travos e doçuras”⁷⁶⁶.

Outro aspecto significativo para esta investigação é que o “amor aos livros”, que nem sempre é sinônimo de “amor das letras”⁷⁶⁷, traduziu-se numa conjugação que não consentia cisuras entre a forma e o conteúdo. Ou seja, Carvalho relevou não só o conteúdo, mas também os dispositivos próprios da materialidade do escrito: o desenho do texto na página, a qualidade do papel, o formato do livro, a presença ou ausência de imagens, a mancha tipográfica, a qualidade da encadernação, vertentes bem explicitadas na sua apreciação da biblioteca reunida por D. Manuel II⁷⁶⁸.

Questões de método

Como se sabe, Joaquim de Carvalho realizou a sua investigação teórica sob a exigência do método “genético”, ou “histórico-evolutivo”⁷⁶⁹, isto é, situando os elementos da sua narrativa “na temporalidade em que nasceram e na sucessão em que se oferecem”⁷⁷⁰, ao mesmo tempo em que deixou inscritas informações e sugestões que o hermeneuta da sua obra pode explorar. Indo um pouco mais longe, não forçará a nota defender-se que, combinando

765 *Idem, ibidem*, p. 396.

766 *Idem, O.C.*, vol. IV, pp. 425-532, p. 431.

767 *Idem, O.C.*, vol. III, p. 641.

768 *Idem, ibidem*.

769 Cf. CATROGA, Fernando. *Joaquim de Carvalho e a História...*, p. 13.

770 A defesa do método histórico-evolutivo em relação a outros métodos, como os expressionais, de matriz histórico-literário, ou vivenciais, de “compenetração psicológica”, é feita por Joaquim de Carvalho em estudo sobre o poeta Antero de Quental. CARVALHO, Joaquim de. “Evolução Espiritual de Antero”. In *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XIX*, vol. I, *Anteriana*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1955, pp. 1-246. Cf. *Idem, O.C.*, Vol. IV, pp. 545-695, p. 547.

erudição com hermenêutica, Joaquim de Carvalho cedo intuiu que a veracidade perseguida pelo investigador assenta, em última análise, na lição há muito oferecida pelo uso humanístico do célebre método “histórico-filológico”. Esse método adequava-se à valorização do peso da historicidade nas produções e recepções culturais incluindo as do livro e da leitura.

Nesse sentido, o prefácio que escreveu para o catálogo *Manuscritos de Filosofia do Século XVI existentes em Lisboa* (1951), pesquisa da sua ex-aluna, Mariana Amélia Machado Santos⁷⁷¹, é esclarecedor sobre a metodologia que adota e que aconselha para os estudos de História da Filosofia. Se esta pressupõe a historicização do pensamento filosófico, tal requisito remete, desde logo, para a defesa que os textos que exprimem o filosofar tem que pressupor a História da Filosofia, ou melhor, “um conjunto de investigações preliminares relativas ao estabelecimento dos textos e às circunstâncias em que eles foram produzidos⁷⁷²”. Assim, para Joaquim de Carvalho, na construção do saber, estão presentes duas operações diversas e relativamente independentes.

A primeira tem por objetivo principal a individualidade dos filósofos e os escritos que produziram, pelo que “é acentuadamente biográfica, bibliográfica e, por vezes, filológica”, de modo a proporcionar “o acesso às fontes vivas do pensamento”, e onde os escritores filósofos devem ser repensados em função da conexão e das circunstâncias em que produziram as suas ideias, ou seja, sem se abdicar da perspectiva histórico-cultural das suas produções. Nesse sentido, a análise situa-se, sobretudo, no domínio da História da Cultura.

Todavia, esta não esgotava “o trabalho próprio do historiador filósofo”, porque este teria que considerar os pensamentos filosóficos “na originalidade da consciência reflexiva em que se geraram”. É que:

A história filosófica está para além das operações mentais que conduzem ao conhecimento dos textos e das respetivas circunstâncias biográficas e culturais. Ela começa, a bem dizer, quando se descobrem dois aspetos nem sempre claros e confessados na expressão do pensamento filosófico: o aspeto positivo, ou seja apreensão da conceção ou das ideias que o filósofo apresenta como sua criação, interpretação ou criação pessoal, e o aspeto negativo, ou seja, a repulsa, refutação ou substituição da conceção ou das ideias em relação às quais toma posição com a sua conceção ou ideias

771 O levantamento das obras quinhentistas depositadas nas bibliotecas da Ajuda, da Academia das Ciências de Lisboa, na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo inclui a catalogação e sumário de 239 peças em 110 códices, dos quais 34 são códices filosóficos. Em maioria, pertenceram a religiosos da Companhia de Jesus, carmelitas, trinitários, franciscanos e dominicanos. SANTOS, Mariana Amélia Machado. *Manuscritos de Filosofia do século XVI existentes em Lisboa (Catálogo)*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951, pp. 1-3.

772 CARVALHO, Joaquim de. “Prefácio”. In SANTOS, Mariana Amélia Machado. *Op.Cit.*, p. X. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. VIII, pp. 237-240.

peçoais⁷⁷³.

Para isso, é exigido ao historiador da filosofia capacidade para *repensar o pensamento de outrem*, em ordem a apreender-lhe os sentidos originais e estabelecer as suas correlações e significados. Por meio dessas duas operações, que incluem uma estreita conexão entre um saber estritamente filosófico e a análise histórico-cultural dos textos que exprimem esse pensamento, o investigador chegaria ao seu objeto final, definido por Carvalho como a apreensão das “concepções acerca do Mundo, da vida e da existência humana⁷⁷⁴”.

De diferente modo, no caso dos estudos de História da Educação, aquelas duas dimensões tinham que dar maior relevo a condicionantes sociais e culturais, nomeadamente “a existência de *processos*, de *instituições* e de *doutrinas* ou *ideais* educativos⁷⁷⁵. No seu *Esboço de uma história da Educação*, escrito dos anos 1950 e interrompido pela doença e morte do autor⁷⁷⁶, confessou que o projeto intentava estudar a “evolução das instituições, dos métodos e dos ideais educativos”. Aplicou o “critério histórico”, mas, devido à dimensão demopédica do tema, tratava-se de um campo em que estava mais patente o diálogo que sempre existe entre as preocupações do presente e o questionamento dos traços deixados pelo passado. Por outro lado, nunca quis que o investigador que era “matasse” o pedagogo que sempre foi em tudo o que escreveu. De onde confessar que se lançou na redação de uma História da Educação com olhos postos na “formação do pedagogo atual”⁷⁷⁷, partindo da matriz da paideia ocidental – Grécia Antiga. Por sua vez, é natural que, nesta área, as temáticas do livro e da biblioteca estejam sempre subjacentes ao seu labor, como acontece quando, ao referir-se à Educação Clássica, sublinhou a incontornável necessidade de o historiador passar pela biblioteca de Alexandria, ou melhor, pelo Museu que a precedeu e no qual aquela se integrava. Como informa ao leitor,

773 *Idem, ibidem*, p. XI.

774 *Idem, ibidem*, p. IX.

775 *Idem*, “Esboço de uma história da Educação”. In *O.C.*, vol. VI, pp. 295-519, p. 297. Cf. FELGUEIRAS, Margarida Louro. *Op.Cit.*

776 Pina Martins sublinhou que este estudo foi considerado como incompleto pelo próprio Joaquim de Carvalho, uma vez que foi interrompido pelo seu estado de saúde e conseqüente falecimento. No entanto, não deixou de salientar que, embora o autor lhe chamasse “esboço”, “são duzentas e vinte e seis páginas cheias, admiravelmente escritas porque cristalinamente pensadas, e recheadas não só de uma riquíssima erudição, mas de ideias modernas e com uma informação bibliográfica opulenta e atualizadíssima. É, julgamos, o canto de cisne do grande educador intelectual”. O organizador refere que o texto original foi publicado em *Apontamentos de História da Educação*, sem editora, local ou ano indicados. MARTINS, José V. de Pina. “Joaquim de Carvalho, historiador das instituições e pensador das ideias políticas”. In CARVALHO, Joaquim de. *O.C.* vol. VI, pp. VII-XXVIII, p. VIII.

777 CARVALHO, Joaquim de. “Esboço de uma História da Educação”. In *O.C.* vol. VI, p. 298. Seguindo seu propósito pedagógico, Joaquim de Carvalho começou esse estudo demarcando o que, para ele, não é Educação. “O ente humano é o único a ser educável: a planta pode ser cultivada e o animal domesticado e adestrado, mas cultivo, domesticação, adestramento e treino não são educação”.

O ensino superior teve por locais as escolas de Retórica e de Filosofia e as instituições de formação e de investigação científica, de que foi tipo o Museu de Alexandria. Esta instituição, a mais alta e representativa do ideal científico e formativo da época helenística, foi fundada em 322 a.C. por Ptolomeu Filadelfo; congregava numerosos sábios, que nela tinham moradia e abundantes recursos de trabalho, como livros – tornou-se famosa a Biblioteca, pela coleção de livros gregos e orientais –, horto botânico, parque zoológico, instrumental astronómico e físico, etc., além de um serviço de copistas⁷⁷⁸.

Noutro plano, como leitor infatigável, não podia ter ficado indiferente ao problema da recepção, como bem atestam, entre outros, os seus estudos sobre “As leituras filosóficas de Camões (1925)⁷⁷⁹” – onde pergunta: “Leu Camões o Fédon de Platão?” – ou sobre Antero de Quental:

Antero foi um grande leitor, dispersivo, que não sistemático; atesta-o o *Catálogo da Livraria de Antero de Quental, legada à Biblioteca Pública de Ponta Delgada* e confirmá-lo-á mais copiosamente o inventário das fontes intelectuais da sua obra. A sua curiosidade, insaciável e volúvel, associada por demais em certos períodos ao desejo de fundamentar alguns escritos de filosofia da História ou de pura especulação, levava-o ao contato, quase sempre superficial, com as atitudes e com as ideias que mais vigorosamente se perfilam na história do pensamento⁷⁸⁰.

Melhor do que ninguém, Carvalho sabia que todo escritor é um leitor, e não esqueceu de o lembrar, como quando se refere ao seu estudo *Teófilo Braga*, que escreveu a convite de João Gaspar Simões para a coleção *Perspectiva da Literatura Portuguesa do século XIX* (1948). O professor de Coimbra aceitou a proposta do antigo estudante e ex-revisor da Imprensa da Universidade, agora crítico, tradutor e editor, para lançar um olhar pessoal, a partir da sua sensibilidade e do seu modo de pensar⁷⁸¹ sobre Teófilo – historiador, político,

778 *Idem, ibidem*, p. 336.

779 *Idem*. “Estudos sobre as leituras filosóficas de Camões”. In *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, vol. 2, fascículos 5-6. Lisboa: 1925, pp. 215-253. Cf. *Idem, O.C.*, vol. I, pp. 299-335.

780 CARVALHO, Joaquim de. *Sobre a origem da concepção da inconsciência de Deus em Antero de Quental*. Separata Biblos, n.º 20. Coimbra: s/e, 1945. Cf. *Idem, O.C.*, vol. II, pp. 109-119, p. 114.

781 Segundo João Gaspar Simões, a opção pela palavra *Perspectiva*, e não *Panorama* da Literatura, foi intencional por aquela implicar distância temporal entre quem escreve e o assunto sobre o que se escreve. O projeto propunha fazer um balanço literário do século XIX por estudiosos no século XX, com independência de espírito e originalidade, como explicita: “é um ponto de vista de hoje, é um ponto de vista pessoal, é um ponto de vista referido a mentalidades, a sensibilidades, a ideologias, a doutrinas, a estéticas que não são, de modo algum, contemporâneas das mentalidades, das sensibilidades, das ideologias, das doutrinas, das estéticas do século XIX”. SIMÕES, João Gaspar. “Prefácio”. In *Idem* (dir.). *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, vol. I. Lisboa: Edições Atica, 1947, pp. 9-13, p. 10. Além de Joaquim de Carvalho, colaboraram nos dois volumes da obra nomes como Delfim Santos, Vitorino Nemésio, Hernâni Cidade, Vieira de Almeida, João de Barros, Fidelino de Figueiredo, José Régio, Jorge de Sena, Rocha Martins, Fernando Namora, Irene Lisboa, Luís da Camara Reys, Branquinho da Fonseca, Manuela Porto,

“pontífice da religião republicana”, autor de “montanhas de escritos”, mais estimulado pelas opiniões alheias que pela reflexão ponderada.

Com uma crítica precisa e com uma fina ironia, assentes numa apurada pesquisa biobibliográfica e na atenção aos antagonismos de uma personagem complexa, Joaquim de Carvalho defendeu que Teófilo – que o tinha entusiasmado na juventude – “escreveu sem parar num estilo desleixado até ao desalinho e às vezes pouco claro – ‘escuro como um prólogo de Teófilo Braga’, chegou a dizer-se”⁷⁸². E, sintomaticamente, não deixou de dar relevo aos malefícios que pode trazer uma má conjugação da escrita com a leitura eclética e sem critério. Se este método procriou uma obra vasta e polimorfa, ele também impediu o investigador de se recolher no isolamento meditativo (valorizado por Carvalho nos escritos de Gama Barros), pois era muito forte o desejo do seu cultor permanentemente se expor na praça pública movido pelo calor das ideologias. Daí que Teófilo, enquanto leitor e autor, tenha sido ajuizado nesta perspectiva:

Precoce, foi ávido de saber, e leitor insaciável, quase rato de biblioteca, nutriu-se principalmente de saber livresco, colhendo mais alento e estímulo nas opiniões alheias que na observação direta ou reiterada meditação –, o que o levou – honra lhe seja! – a passar a segunda metade da vida a tapar buracos e a corrigir disparates que pusera a correr na primeira metade⁷⁸³.

Além de traçar o perfil do prolífero publicista enquanto escritor-leitor, Joaquim de Carvalho comentou as diferentes feições na recepção. Para o leitor de espírito científico (o estudioso), Teófilo parece um “obstinado no teorizar e pouco escrupuloso nos fatos concretos”, e como um “historiador panfletário”. Já o leitor de jornais, o homem médio “que trata da vida”, tendeu a vê-lo como “um ser raro que se não cansava de escrever e de afirmar a consciência irredutível de Portugal e as malfeitorias dos altos Poderes da Monarquia e da Religião Oficial”⁷⁸⁴. Para o “homem de rua”, tais escritos e falas soavam como manifestos e profecias, convicção reforçada por uma falange de prosélitos, “apologistas e fiéis *in ecclesia theophiliana*”⁷⁸⁵.

Mas quem escreve confessou ter sido um dos seduzidos pela obra teofiliana. Assim, ao mesmo tempo que reivindicava objetividade na análise sobre a atitude metodológica de Teófilo Braga e das ideias gerais orientadoras do “gigante da *História da Literatura*

António José Saraiva, Costa Pimpão, Carlos Sormenho, Adolfo Casais Monteiro, entre outros.

782 CARVALHO, Joaquim de. “Teófilo Braga”. In SIMÕES, João Gaspar (dir.). *Op.Cit.*, p. 15.

783 *Idem, ibidem*, p. 16.

784 *Idem, ibidem*, p. 18.

785 *Idem, ibidem*.

Portuguesa”, assumiu-se como “antigo leitor” que foi e como “consulente” que então era, ao relatar, assim, a sua adesão juvenil ao apostolado positivista do autor da *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Esteve a escrever

com ânimo isento, mas não indiferente, por haver feito a minha educação histórico-literária no cercado dos seus livros, superado o contraste que na juventude venerou em Teófilo o Mestre eleito, que me alentou o ingénito republicanismo e decidiu, na quadra em que se ergue o estandarte das convicções e das ambições, a fitar a história da cultura pátria como objetivo dominante do estudo, e no advento da maturidade, à medida que a experiência ensinava só haver uma maneira de fazer as coisas, que é fazê-las bem feitas, me levou a detestá-lo como encarnação diabólica do sectarismo e do desvario teorizador, relendo-lhe então as páginas que as incidências do estudo aconselhavam, quer para me instruir da fecundidade admirável de certas concepções, quer para me precaver contra os precipícios da imaginação delirante e da opinião preconcebida⁷⁸⁶.

Seguindo seu método, Carvalho criticou os livros teofilianos quanto à análise textual e à relação com as ideias e autores em voga no tempo em que a obra foi escrita, para então indagar que influência deles persiste nos dias correntes, alimentando pensamentos e nutrindo ações. Buscou uma resposta em outros exemplos de autores célebres: Espinosa, Kant, Aristóteles e Comte, esse pensador francês tão difundido e celebrado por Teófilo Braga, para encontrar neste um autor que, depois de glorificações várias, incluindo a sua panteonização, era pouco lido na década de 1940 e já sem discípulos talvez “pela lição silenciosa dos livros, dada a carga de temporalidade e até de circunstância que eles suportam”⁷⁸⁷. Para Carvalho, o método e as ideias de Teófilo tornaram-se rapidamente anacrônicos. Porém, muito embora censurasse a obra, não deixava de admirar o espírito de quem a escreveu, incitando a revisitação do seu legado para o confrontar com esta lição hermenêutica fundamental: “Ser atual significa sempre contemporaneidade do valer”⁷⁸⁸.

786 *Idem, ibidem*, p. 19.

787 *Idem, ibidem*, p. 51.

788 *Idem, ibidem*, p. 50.

SEGUNDA PARTE
Joaquim de Carvalho e o Brasil

CAPÍTULO VII

A correspondência como escritura da vida

O próprio gênero “memórias” é uma atitude: o memorando pinta-se ali como quer ser visto pelos pósteros – até Rousseau fez assim – até Casanova. Mas cartas não... Carta é conversa com um amigo, é um duo – e é nos duos que está o mínimo de mentira humana.
Monteiro Lobato, 1944⁷⁸⁹.

Foi intensa a relação de Joaquim de Carvalho com a correspondência (sua e a de outros). E esta sensibilidade é uma muito significativa demonstração da certeza que tinha acerca tanto do valor comunicativo e sociabilitário deste meio de comunicação, como da sua importância como fonte histórica, consciência também aplicável àquela que lhe dizia respeito. Trata-se de um gênero de escrita que ele nunca teorizou sistemicamente, embora o que deixou registrado, esparsamente ou em estudos concretos sobre o tema, mereça uma atenção particular, mormente porque a que ele próprio produziu constitui uma base documental decisiva para a compreensão da sua vida e da sua obra, da dos correspondentes, tal como das conjunturas políticas, sociais e culturais que nelas ecoam. É que, fosse como fonte histórica, fosse como objeto de reflexão e de valor editorial, fosse como leitura aprazível, ou fosse como meio de comunicação, a correspondência foi para ele escritura de vida.

A correspondência como fonte histórica

Como primeira nota, será útil sublinhar que o valor histórico da correspondência de outros cedo o impeliu a escolhas editoriais não estranhas aos seus interesses como investigador e como cidadão. Prova-o o seu apoio, em 1921, à edição das *Cartas* de Antero de Quental⁷⁹⁰, iniciativa que se deveu à Imprensa da Universidade e à “diligência e devoção” do bibliófilo e impressor Cândido Nazareth⁷⁹¹. Significativamente, tal ocorreu no mesmo ano em que Carvalho substituiu Teixeira de Carvalho na administração da Casa. Para o mesmo sentido, aponta a edição, em 1931 e no mesmo local, das *Cartas inéditas de Antero de*

789 LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. (1ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944). São Paulo: Editora Globo, 2010, pp. 17-19.

790 QUENTAL, Antero de. *Cartas*. Com um prólogo de Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

791 CARVALHO, Joaquim de. “Prólogo”. In QUENTAL, Antero; MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira (ed. lit.). *Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. Cf. *O.C.*, vol. V, pp. 49-52, p. 50.

Quental a Oliveira Martins.

Em função da importância histórica do gênero, não espanta que, sob sua direção, a editora da Universidade tenha publicado correspondências de outros escritores oitocentistas, como a de Teófilo Braga ao bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva (1928)⁷⁹²; a trocada entre Camilo Castelo Branco e António Feliciano de Castilho (1924)⁷⁹³; a mandada por Camilo a Castilho e ao filho deste, Júlio (1930)⁷⁹⁴, entre outros títulos⁷⁹⁵.

Neste movimento – ainda que na vertente da História da Ciência – deve ser incluída a iniciativa que teve, já fora da Imprensa da Universidade, de publicar, na *Revista Filosófica* (1951), parte da correspondência científica dirigida ao português João Jacinto de Magalhães (1769-1789). Trata-se de um físico, químico e projetista de instrumentos que, nos últimos vinte anos de vida, colaborou nos trabalhos da Sociedade Real de Londres⁷⁹⁶, e que, pelo seu modo de pensar e lugar no mundo científico da sua época, tem sido qualificado como “iluminista”.

No caso da edição em análise, o objetivo de Carvalho tem de ser explicado à luz dos esforços que há muito fazia para resgatar os grandes cientistas portugueses do passado, mergulhados no esquecimento. No seu modo de ver, as cartas que deu a conhecer continham um “manancial de informes de primeira água” acerca da cronologia e da história das invenções, assim como das concepções científicas do último quartel do século XVIII.

Especialmente depois de ingressar na Royal Society, Jacinto de Magalhães passou a ser um correspondente muito solicitado por numerosos sábios e sociedades científicas, operando como um elo de aproximação entre cientistas e de circulação de informações sobre as mais recentes descobertas científicas e técnicas. Com a chamada de atenção e divulgação

792 BRAGA, Teófilo. *Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva: correspondência trocada entre o historiador e o bibliógrafo da literatura portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

793 COSTA, João (org., prefácio e notas). *Castilho e Caminho. Correspondência trocada entre os dois escritores*. Coleção Inéditos do Arquivo Nacional da Torres do Tombo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

794 CASTELO BRANCO, Camilo; TRANCOSO, Miguel (editor literário); BAIÃO, António (introdução). *Camilo e Castilho: correspondência do primeiro dirigida ao segundo*. Coleção Inéditos do Arquivo Nacional da Torres do Tombo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

795 Cite-se ainda: *Cartas dos grandes do mundo*, coligidas por Francisco Rodrigues Lôbo (1612). Tradução, pref. e notas por Ricardo Jorge. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934; VIEIRA, António; AZEVEDO, J. Lúcio de (ed. literário). *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925-1928; BARREIROS, Fortunato José. *Cartas que a el-rei D. Pedro V dirigiu de Inglaterra, Bélgica, Prússia, Áustria, Sardenha, e França o general de artilharia Fortunato José Barreiros durante a missão científico-militar que por ordem do mesmo Rey foi desempenhada naquelas nações nos anos de 1856 e 1857*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

796 CARVALHO, Joaquim de. “Estado actual do conhecimento da correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães”. In *Revista Filosófica*, n.º 1. Coimbra: Atlântida, 1951, pp. 65-70, p. 65. Cf. *O.C.*, vol. V, pp. 681-687.

deste epistolário⁷⁹⁷, Carvalho também pretendia incitar à pesquisa e à publicação de outras partes da correspondência – de e para Magalhães – que se presumia estar em Inglaterra, França, Holanda, Itália, Alemanha, Rússia.

Fenómeno quase contemporâneo do aparecimento da escrita, pode-se afirmar que o uso da correspondência cresceu com o advento da Modernidade, apesar da aparição e desenvolvimento do impresso. E esta tendência revela duas faces só aparentemente contraditórias, a saber: se, por um lado, ela expressa uma maior afirmação da subjetividade, privatização e burocratização da vida, por outro lado, ela também é uma consequência do aumento da comunicabilidade no intercâmbio, quer no campo da partilha de sentimentos, quer no das ideias e negócios políticos e econômicos.

Quanto aos estudos de Carvalho que a elegeram como fonte histórica, verifica-se que, regra geral, eles reconhecem a sua grande importância para a apreensão da biografia e psicologia de quem escreve, mas também a sua importância como fontes mais espontâneas, logo, como testemunhos fundamentais para a compreensão dos grandes problemas da época em que foram escritas. Disse-o em 1922, mais uma vez a pretexto de um caso concreto – a correspondência do diplomata José da Cunha Brochado (1651- 1733) –, quando sublinhou que as cartas são, quase sempre, “valiosos documentos biográficos”. No entanto, para além “desta circunstância, a impô-las ainda à nossa atenção, estão os numerosos factos e testemunhos que o historiador nelas colhe”⁷⁹⁸.

Esta ilação de cariz geral é aplicável ao valor histórico-cultural da correspondência dos séculos XVIII e XIX, assim como à de épocas anteriores, como não deixou de constatar no estudo *Carlos Magno. A difusão do ensino como elemento de unificação religiosa e política*⁷⁹⁹, ou no fato de Santo Isidoro (570-636), no exercício do seu magistério, ter recorrido à correspondência para alargar o alcance da sua doutrinação, como as cartas que dirigiu a São Bráulio, de Saragoça⁸⁰⁰, comprovam. E outros exemplos sobre os usos, significados e interesses do epistolário como fonte abundam na obra do grande pioneiro da história da cultura em Portugal. Porém, aqui, não os podemos pormenorizar⁸⁰¹.

797 No ano seguinte, saiu pela editora Atlântida o estudo do epistolário deste, seguido das cartas que Carvalho possuía em cópia. CARVALHO, Joaquim de (editor literário). *Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães (1769-1789): contribuição para o seu epistolário*. Coleção *Inedita ac Rediviva*: subsídios para a História da Filosofia e da Ciência em Portugal Coimbra: Atlantida, 1952. Cf. *O.C.*, vol. V, pp. 689-709.

798 CARVALHO, Joaquim de. “Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710)”. In *O Instituto*, n.º 69. Coimbra: 1922. Cf. *Idem, O.C.*, vol. VIII, p. 173.

799 Na correspondência de Carlos Magno e Alcuíno, encontrou as referências que mais importantes para a reconstituição dos interesses teológicos e científicos do imperador. Cf. *O.C.*, vol. VI, pp. 386-402.

800 *Idem, ibidem*, pp. 379-386, p. 384.

801 Como editor, é preciso lembrar ainda que Joaquim de Carvalho publicou “Uma epístola de Nicolau Clenardo

A atenção que deu à importância historiográfica da correspondência não se refletiu somente no seu empenhamento em publicar e estudar a que estava inédita. Interessou-se, igualmente, pela que foi publicada por outros, sinal de que, por prazer e por motivações acadêmicas, também foi um grande leitor de cartas. Esta faceta ressalta imediatamente quando se olha para as lombadas dos livros da sua biblioteca, tal como hoje estão depositados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra⁸⁰². E se, por exemplo, numa das prateleiras

a Fernando Colombo” em *O Instituto* (1926) e “Uma epístola de Isaac Abarbanel” na *Revista de Estudos Hebraicos* (1928), ambas republicadas. Como autor, realizou o estudo “Teixeira de Pascoais e Miguel de Unamuno no seu epistolário”, publicado como prefácio ao livro *Epistolário Ibérico. Cartas de Pascoais e Unamuno*. Nova Lisboa: Câmara Municipal, 1957. Ainda como investigador, em “Leibniz e a cultura portuguesa” (estudo publicado, em 1929, como separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*), recompôs, por meio da sua correspondência com Bossuet, a cronologia e o acesso de leituras realizadas pelo filósofo. As cartas também podem trazer novas informações biográficas, como aponta Carvalho, de modo breve, no texto “Goesiana. Subsídios para o estudo das relações de Damião de Góis com Pierre Nannink e Oláh Miklos”, em *O Instituto* (1928).

802 São exemplos os muitos livros sobre correspondência na Biblioteca Joaquim de Carvalho: FIGUEIREDO, António Pereira de. *Carta de hum amigo a outro amigo, na qual se defendem os equívocos contra o indiscreto Juízo, que delles faz o moderno critico Author da obra intitulado: Verdadeiro Metodo de estudar...* Paris: s/n., 1751; DIDEROT, Denis. *Mémoires: correspondance et ouvrages inédits de Diderot*. Paris: Garnier Frères, 1841; BLAMPIGNON, Emile Anoiné. *Étude sur Malebranche: d'après des documents manuscrits, suivie d'une correspondance inédite*. Paris: C. Douniol, 1862; ANTIOCHE, Adhémar de. *Deux diplomates: le comte Raczyński et Donoso Cortes, Marquis de Valdegamas, dépêches et correspondance politique (1848-1853)*. Paris: E. Plon, 1880; CARVALHO, Coelho de. *Viagens: Madrid, Barcelona, Nice, Mônaco: cartas e notas destinadas a Cesário Verde em 1884*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1888; ALCOFORADO, Mariana. *Cartas d'uma religiosa portuguesa*. Coimbra: Augusto d'Oliveira/Livraria Moderna, 1896; GARRETT, Almeida; BRAGA, Teófilo (ed. lit.). *Política: reflexões e opúsculos. Correspondência diplomática*. Ed. Ilustrada, 2 vols. Lisboa: Empresa da História de Portugal, 1904; VOLTA, Alessandro. *La correspondance de A. Volta et M. van Marum*. Leiden: A. W. Sijthoff, 1905; *Correspondence diplomatique relative à la Guerre de 1914-1915*. Paris: Hachette, 1915; LAMAS, Artur. *A Rua de Junqueira: cartas compiladas e anotadas pelo autor de algumas delas*. Lisboa: Edição do Autor/Tipografia do Comercio, 1922; GILLOT, Hubert. *Balzac d'après sa correspondance avec l'Étrangère*. Grenoble: Imprimerie Typographique J. Aubert, 1924; CABRAL, António. Camillo e Eça de Queiroz: cartas inéditas de Camillo. Coimbra: Coimbra Editora, 1924; VIEIRA, António; AZEVEDO, J. Lúcio de (ed. lit.). *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1925-1928; RENAUDET, Augustin. *Erasmus: sa pensée religieuse et son action d'après sa correspondance (1518-152)*. Paris: Alcan, 1926; MARTINS, J. P. Oliveira. *Correspondência*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1926; ESPANCA, Florbela. *Cartas de Florbela Espanca a Dona Julia Alves e a Guido Battelli*. Coimbra: Liv. Gonçalves, 1931; PÉREZ BUSTAMANTE, Ciriaco. *El nuncio Camilo Caetano en el último año del reinado de Felipe II: notas de su correspondencia diplomática*. Santiago: Tip. de “El Eco Franciscano”, 1932; MARCO, 1º visconde do (ed. lit.). *Cartas inéditas de Camilo e de D. Ana Plácido*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, 1933; BAIÃO, António (editor literário). *A infância da Academia (1788-1794). Visita aos arquivos do Reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.* Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1934; SOUSA, Luís de. *Relações com a Curia Romana (Correspondência do embaixador em Roma D. Luiz de Sousa)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1936; BARROS, Brás de; BRANDÃO, Mário (ed. lit.). *Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Académica, 1937; SÉVIGNÉ, Madame de. *Cartas*. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1939; CLENARDO, Nicolau; ROERSCH, Alphonse (ed. lit.). *Correspondance de Nicolas Clénard*. Bruxelles: Palais des Académies, 1940-1941; *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*, 6 vols. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1944-1956; FERREIRA, J. A. Pinto (editor literário). *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança, rainha da Espanha (1746-1747)*. Porto: Tip. Progresso, 1944; MERSENNE, Marin. *Correspondance du P. Marin Mersenne: Religieux Minime*. Paris: Presses Universitaires de France, 1945; HUBNER, Emílio. *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmiento: arqueologia e epigrafia, 1879-1899*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 1947; MALEBRANCHE, Nicolas de. *Correspondence avec J.-J.*

podemos encontrar o epistolário não correspondido de Mariana Alcoforado, noutras depararemos com correspondentes que partilharam confidências e cumplicidades, ou veicularam frivolidades de e para reis, rainhas, diplomatas. Mas não apenas os grandes e adornados volumes importam: uma das pastas temáticas ali depositadas⁸⁰³ guarda papéis menores e separatas que têm a ver com o tema⁸⁰⁴. Mas, também lá jazem obras que tratam da correspondência trocada entre filósofos, humanistas, cientistas, arqueólogos, religiosos, intelectuais de renome (entre outros, Diderot, Nicolas Clénard, Lavoisier, Karl Vossler, Benedetto Croce, Francisco Martins Sarmiento, Emil Hübner, Padre António Vieira, Manuel do Cenáculo, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Florbela Espanca). Ora, muito deste acervo é igualmente um bom indicador, não só de relacionamentos pessoais, mas também do peso comunicativo que a carta atingiu na vida da “República das Letras”. Com efeito, sabe-se que, do século XVII para diante, a participação numa rede de contatos passou a ser condição necessária para a inserção do intelectual no mundo nacional e transnacional da cultura⁸⁰⁵.

Neste domínio, Joaquim de Carvalho também se esforçou – sobretudo a partir dos inícios da década de 1950⁸⁰⁶ – para reforçar contatos e saber mais acerca do universo cultural

Dortous de Marin. Paris: J. Vrin, 1947; LEWIS, Geneviève (ed. lit.). *Lettres de Leibniz à Arnauld d'après un manuscrit inédit*. Paris: Presses universitaires de France, 1952; BEAU, Albin Eduard. *B. Croce e K. Vossler na sua correspondência*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954; DIDEROT, Denis. *Correspondence*. Paris: Éditions de Minuit, 1955; LAVOISIER, Antoine Laurent. *Oeuvres de Lavoisier: correspondance*. 2 vol. Paris: Albin Michel, 1955-1957; FRIC, René. *Catalogue préliminaire de la correspondance de Lavoisier*. Paris: Union Internationale d'Histoire de Sciences, s/a; DIDEROT, Denis. *Denis Diderot: philosophie, romans et contes, théâtre, critique d'art, les salons, correspondance*. Paris: Louis Michaud, s/a; HERCULANO, Alexandre. *Cartas de A. Herculano*. 2 vol. Lisboa: Aillaud, Alves, Bastos & C^a, s/a.

803 Na Sala Joaquim de Carvalho, há pastas organizadas pelo próprio Carvalho com pequenas brochuras e papéis avulsos sobre os temas: Epistolários, Joaquim de Vasconcelos, IV Centenário de São Paulo.

804 Entre as brochuras, estão as *Cartas de João Pedro Ribeiro ao Arcebispo Cenáculo* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1880); *Cartas do Padre Bartholomeu do Quental fundador da Congregação do Oratório existentes na Bibliotheca da Sociedade Martins Sarmiento de Guimarães* (Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1900); *Trinta e duas cartas inéditas do Cardial Saraiva, como Guarda-mór da Torre do Tombo*, por António Baião (Porto: Imprensa Civilização, s/a); *Cartas do Conde de Galway ao 2^a Conde de Assumar*, prefaciadas e anotadas por Gastão de Melo de Matos (Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior, 1932); *Catálogo da Coleção de Cartas de “Jardim de Vilhena” do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra*, por António Gomes da Rocha Madahil (Coimbra: Coimbra editora, 1932). Em livro, nessa coleção, estão as *Cartas de Luiz Antonio Verney e Antonio Pereira de Figueiredo aos padres da Congregação do Oratório de Goa* (Nova-Goa: Imprensa Nacional, 1858).

805 Para um caso concreto ver Ângela de Castro Gomes quando estudou a correspondência trocada por Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Cf. GOMES, Ângela de Castro. “Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre”. In *Idem* (org.), *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 51-75, p. 51.

806 Em estudo sobre tema, Sueli Cassal defendeu que a epistolografia brasileira ganhou impulso com a publicação de *A Barca de Gleyre* (1944), editado por Lobato com as cartas que este enviou para Godofredo Rangel. Antes, ressalve-se, a Monteiro Lobato & Cia havia publicado o livro Machado de Assis e Joaquim Nabuco, organizado por Graça Aranha (1923), como também já tinham sido editadas as *Cartas Políticas e Literárias* (1919), de Rui Barbosa, impressas na Bahia (Livreria Catilina), o livro *Correspondência de Machado de Assis com Joaquim Nabuco, José Verissimo, Lucio de Mendonça, Mario de Alencar e Outros, Seguida das Respostas dos Destinatários* (1932). Coligida e anotada por Fernando Nery. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica/Americo Bedeschi, 1932; bem como algumas cartas de Aluísio de Azevedo

brasileiro. Daí que encontremos na sua Livraria obras como a *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto* (1955), ou como os três grossos volumes da *Correspondência de Capistrano de Abreu* (1954-1956). No primeiro exemplar⁸⁰⁷, o professor pôde entrar nos bastidores e particularidades da vida literária do Rio de Janeiro e São Paulo durante boa parte da primeira república brasileira, período que já foi definido como “o último império das letras”⁸⁰⁸ no País. Mas, além desse diálogo, o livro também insere, como apêndice, o estudo-testemunho de Edgard Cavalheiro sobre a publicação de *A Barca de Gleyre*, epistolário entre Monteiro Lobato e o seu “amigo escrito”⁸⁰⁹ Godofredo Rangel⁸¹⁰.

Já em Capistrano de Abreu, na extensa relação de correspondentes com quem o historiador cearense trocou missivas, surge um nome que era especialmente caro a Joaquim de Carvalho: o português João Lúcio de Azevedo (1855-1933)⁸¹¹. Segundo José Honório Rodrigues, este terá sido primeiro a chamar a atenção para a grande relevância de toda a documentação ligada a Capistrano e devia ser louvado pelo fato de, coerentemente, ter doado, à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e ainda em vida, as cartas que recebeu do historiador

incluídas em *Touro Negro* (1938). Cf. CASSAL, Sueli Tomazini Barros. *Amigos Escritos*. São Paulo: Imprensa Oficial/ Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2002, p. 15. Da vasta bibliografia sobre o tema, destaque-se ainda as publicações consultadas neste estudo: ANGELIDES, Sophia. *Carta e literatura: correspondência entre Tchêkhov e Górkí*. São Paulo: Edusp, 2001; BAKOS, Margaret Marchiori. (Org.). *Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história*. Porto Alegre: Palier, 2008; BOSI, Alfredo. “A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere”. In: *Revista do Livro*, n.º 44, ano 14, jan. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do livro, 2002; MORAES, Marco Antonio de. (Org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP/IEB, 2000; PERES, Fernando da Rocha. (Org.) *Mário de Andrade: correspondente contumaz: cartas a Pedro Nava 1925-1944*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982; VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996; CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Circulação de ideias entre autores europeus e latino-americanos”. In: Rosângela Patriota; Chiara Vangelista; Alcides Freire Ramos. (Org.). *Circularidades Políticas e Culturais: Percursos Investigativos*. São Paulo (SP): Editora Hucitec, 2012, pp. 131-148; ROCHA, André. *A epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

807 CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/Ministério da Educação e Cultura, 1955.

808 Conforme atentou Francisco Foot Hardman, é essa a leitura que se consagrou na interpretação daquele período, ao apontar que a literatura foi “um dos principais veículos, se não o principal, da ideologia dominante”. HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 248.

809 Frase de Lobato, inserta no prefácio do livro de contos *Os humildes*, de Godofredo Rangel.

810 Cf. ATHANÁZIO, Enéas. *O amigo escrito*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte/Casa Civil, 1988.

811 A correspondência entre João Lúcio de Azevedo e Capistrano foi estudada por Paula Virgínia Batista também em relação à rede de sociabilidades que se formou em torno de trocas e práticas de leitura, durante as primeiras décadas do século XX. Cf. BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. “Livro vai – Livro vem: intercâmbios de uma comunidade de leitores na correspondência de Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (1916-1927)”. In *Revista História*, vol. 30, n.º 2. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, ago/dez 2011, pp. 29-50. Ver ainda: GONTIJO, Rebeca. “A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927)”. In *Trajetos, Revista de História da UFC*, vol. 3, n.º 5. Fortaleza: 2004; CORRÊA FILHO, Virgílio. “João Lúcio de Azevedo. Historiador luso-brasileiro”. In *Revista de História*, vol. 11, n.º 24. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1955, pp. 425-431.

cearense⁸¹². (No ano de lançamento da edição deste espólio, João Cruz Costa, em artigo publicado a propósito na *Revista de História* da USP, ajuizou ter sido Lúcio de Azevedo o interlocutor “a quem Capristano de Abreu escreveu as cartas mais vivas e cheias de humor”⁸¹³).

Neste contexto, não será despropositado recordar que João Lúcio de Azevedo traduziu, “directamente do holandês”, a *Vida de Bento Espinosa* (1934), escrita por João Colerus. Quando a Imprensa da Universidade lançou a obra em 1934 (ano seguinte ao falecimento do tradutor), Joaquim de Carvalho, que o tinha desafiado para este projeto, homenageou-o, seguindo uma via análoga àquela que Lúcio tinha proposto em relação a Capristano: publicou, em apêndice, as cartas que recebeu do amigo durante o processo de escolha e edição do título⁸¹⁴. E é revelador que, para qualificar a admiração que lhe devotava, tenha convocado o paradigma da “República das Letras” como instância julgadora e pátria da meritocracia: “Na nossa República das Letras, à data do passamento, ele era reputado sem discrepância o mais famoso historiador, sumamente erudito e circunspecto”⁸¹⁵.

A correspondência escrita e recebida

Além de leitor do gênero, Joaquim de Carvalho foi um grande produtor de correspondências várias. Infelizmente, o fato de o núcleo mais forte destas não ter transitado para a Faculdade de Letras, aquando da compra da sua biblioteca em finais de 1979 (encontrasse na posse dos herdeiros), bem como a exígua publicação de acervos dos principais destinatários, impede quantificações, embora se tenha por seguro que sobreviveram largas centenas de cartas. E basta atentar neste dado para tornar credível esta hipótese. Com efeito, em 1959, alguém que conheceu bem o espólio mensurou alguns dos seus núcleos mais expressivos, pondo à cabeça o constituído pelas cartas de Antônio Sérgio e, logo a seguir, as de Afonso Lopes Vieira (150), Hernâni Cidade, Alfredo Pimenta, Fidelino de Figueiredo e de Edgar Prestage, ao mesmo tempo que também dava a conhecer que, “nos últimos anos de vida”, Joaquim de Carvalho “teve uma larga correspondência com o Prof. de Filosofia da

812 RODRIGUES, José Honório. “Prefácio”. In *Idem* (org.), *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1954, p. IX.

813 COSTA, João Cruz. “Correspondência de Capistrano de Abreu”. In *Revista de História*, vol.10, n.º 21-22. São Paulo: USP, 1955, pp. 541-543, p. 541.

814 Joaquim de Carvalho conta que a carta de João Lúcio de Azevedo, na qual este pedia informações sobre o livro *Spinoza Mercador & Autodidactus*, suscitou a ideia de editar tradução do livro de João Colerus, cujo original está em holandês. Na resposta, Carvalho sugeriu ao amigo que o traduzisse para português, dando início a colaboração entre ambos. CARVALHO, Joaquim de. “Leitor” (introdução). In COLERUS, João. *Vida de Bento de Espinosa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

815 *Idem*, *ibidem*.

Universidade de São Paulo, João Cruz Costa” que tinha atingido “as centenas de cartas”⁸¹⁶.

Por sua vez, nunca ninguém pôs em causa o alto valor histórico-cultural deste fundo, embora a publicitação da gigantesca correspondência ativa de Joaquim de Carvalho só tenha começado muito tardiamente, dentro do epistolário de João de Barros nos anos 1970 e, posteriormente, do acervo de Rodrigues Lapa (1997) e de Alfredo Pimenta e António Sardinha (2016)⁸¹⁷. Mesmo a passiva, excetuam-se algumas iniciativas de mérito acadêmico, como a saída de cartas enviadas por António Sérgio⁸¹⁸, Alfredo Pimenta⁸¹⁹, Luciano Pereira da Silva⁸²⁰, Edmundo Curvelo⁸²¹, entre outros⁸²².

816 MALPIQUE, Cruz. “Perfil intelectual e moral do Prof. Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 2, 1959, pp. 109-143, p. 114.

817 AZEVEDO, Manuela de (seleção, prefácio e notas). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1972, pp. 242-251. Em 1982, Manuela de Azevedo organizou o livro *Cartas políticas a João de Barros*, com mais duas missivas do professor de Coimbra em 1931 e 1933. Antes disso, três cartas de Joaquim de Carvalho de 1933 e 1934, enviadas ao ex-aluno de direito Jaime Lopes Dias, foram divulgadas por este, numa edição de autor em tipografia de Castelo Branco, em 1968, com o título *Para a história da barragem da Campina de Idanha-a-Nova, e da sua gente. A política do campo, rumo indispensável à vida nacional! (Cartas do professor e filósofo dr. Joaquim de Carvalho)*. Na seleção da correspondência de Rodrigues Lapa, foram publicadas 14 cartas escritas por Joaquim de Carvalho e destinadas ao filólogo português, de 1930 a 1954. Cf. MARQUES, Maria Alegria (seleção); Et al. (org). *Correspondência de Rodrigues Lapa. Seleção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva, 1997. Cartas de Carvalho são ainda localizadas em SANTOS, Delfim. *Obras Completas*, vol. IV, Correspondência. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. Recentemente, foi lançada a outra face das missivas com Alfredo Pimenta juntamente com quatro cartas vindas do espólio de António Sardinha: CARVALHO, Paulo Archer de (org.) *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta 1922-1936. (seguidas de quatro cartas a António Sardinha, 1923-24)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016. Já o Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa publicou, em formato digital, a transcrição e a imagem de três cartas de Joaquim de Carvalho (duas de 1957 e uma 1958) localizadas no espólio Alexandre Fradique Morujão [em rede: <http://cefi.fch.lisboa.ucp.pt/pt/correspondencia/77-joaquim-de-carvalho.html>] (último acesso em 14/9/2016)]. Cite-se ainda a reprodução, no vol. VIII da *Obra Completa*, de algumas cartas de Carvalho que já haviam sido publicadas até 1996, cujos interlocutores eram João de Barros (5 cartas), Alfredo Pimenta, Manuel Ramos de Oliveira, João Lopes Dias, Carlos Alberto da Costa Soares, Cristóvão Moreira de Figueira, Rafael Salinas Calado. No mesmo volume, há a reprodução de uma carta de Carvalho a Pina Martins, de 1951, que é apresentada como amostra, entre outras, que este informou possuir. Cf. *O.C.*, vol. VIII, pp. 131-157.

818 SÉRGIO, António. “António Sérgio: Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933)”. *Op.Cit.*, pp. 951-1022.

819 Um conjunto de 82 cartas, redigidas por Alfredo Pimenta e enviadas a Joaquim de Carvalho, entre 1925 a 1935, foi publicado na *Revista de História das Ideias*, em 1987. AZENHA, Maria do Rosário (org.); FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha (org.). *Cartas de Alfredo Pimenta*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 9. Coimbra: Faculdade de Letras, 1987.

820 Um conjunto de 23 cartas que Luciano Pereira da Silva dirigiu a Carvalho, então diretor da Imprensa da Universidade, entre 1922 até 10 dias antes do assassinato daquele em 1926 é vista em BARBOSA, José (introd. e notas). “Correspondência de Luciano Pereira da Silva para Joaquim de Carvalho”. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 39. Coimbra: Coimbra Editora, 1984, pp. 41-90.

821 OLIVEIRA, Augusto J. Franco de. (edição e introdução). *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho (1947-1953) e outros inéditos*. Cadernos de Filosofia das Ciências, n.º 1. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa (CFCUL), 2005.

822 Cf. SANTOS, João Marinho; SILVA, José Manuel Azevedo e. *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004. Dez cartas enviadas por Sílvia Lima a Joaquim de Carvalho são reproduzidas em CARVALHO, Paulo Archer de. *Sílvia Lima: um místico da razão crítica: da incondicionalidade do amor intellectuellis*. Tese de doutoramento em História Contemporânea (História da Cultura), apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2009, pp. 633-638. Registre-se ainda a divulgação de cartas de Bernardino Machado, Egas Moniz, Jaime Cortesão e

Porém, diferentes fundos relevantes aguardam edição⁸²³. E, como se irá provar, o mesmo se pode sustentar acerca da sua correspondência com intelectuais brasileiros (Amaro Quintas, Gilberto Freyre, Laerte Ramos de Carvalho, Ribeiro Couto, Cyro dos Anjos, Paulo Duarte, Américo Jacobina Lacombe, Thiers Martins, Lineu Camargo Schültzer, Wilson Martins, Florestan Fernandes)⁸²⁴, conjunto onde avulta o carteamo à volta da colaboração brasileira na *Revista Filosófica* (que Carvalho dirigia) e, sobretudo, com João Cruz Costa⁸²⁵.

Ora, tratando-se de alguém que valorizava e utilizava a epistolografia como fonte histórica, qual foi o seu posicionamento face à posteridade das missivas que escreveu (e recebeu)? Antes de responder, será útil frisar que a publicitação de uma correspondência exige que o destinatário decida, independentemente da vontade do autor, dar a lume o que conservou – todavia, existem casos, como o de Monteiro Lobato, que, na sua primeira carta para Lima Barreto, pediu ao destinatário que a devolvesse depois de a ler⁸²⁶ –, ou que o remetente o faça por iniciativa própria. Porém, não raro, a preservação almejava a edição, o que não impede que encontremos exemplos em que um dos parceiros do diálogo epistolográfico decide divulgá-lo ainda em vida. A este respeito, pode-se voltar a citar Monteiro Lobato, intelectual que, mesmo sem reconhecer publicamente valor literário ao gênero⁸²⁷, editou ele mesmo a correspondência que, durante quarenta anos, manteve com Godofredo Rangel.

A atitude de Carvalho pouco teve a ver com opções deste tipo. Como reconhecedor e usufrutuário do valor histórico da correspondência, seria contraditório que não zelasse pela

Aquilino Ribeiro a Joaquim de Carvalho, em posse da família e disponibilizadas no portal Joaquim de Carvalho [em rede: www.joaquimdecarvalho.org/documentacao/cartas (último acesso em 14/9/2016)].

823 Disponível para consulta, o acervo da Figueira da Foz possui cartas de familiares, de colegas e de amigos como Miguelina Pascoais, José Régio, José Alberto dos Reis, Victor de Sá, Jaime Cortesão, entre outros, além de cópias de cartas de Bernardino Machado e Egas Moniz. O espólio com 76 cartas escritas por António Baião, então diretor da Torre do Tombo, e Laranjo Coelho, paleógrafo da mesma instituição, e dirigidas a Joaquim de Carvalho entre 1921 e 1955 foi apresentado em artigo por Carla Sofia Fernandes Marques, que fez o sumário das missivas doadas ao Arquivo da Universidade de Coimbra, ainda não publicadas. Cf. MARQUES, Carla Sofia Fernandes. “Coleção de cartas recebidas pelo Doutor Joaquim de Carvalho: catálogo”. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 81-107 [em rede: <http://iduc.uc.pt/index.php/boletimauc/article/view/1504> (último acesso em 14/9/2016)]. Ainda sobre a correspondência passiva, há de se destacar o grande número de cartas que recebeu como diretor da Imprensa da Universidade e que estão, atualmente, aguardando catalogação no AUC.

824 Tais epistolários, mesmo quando não localizados, são registrados em memórias por Joaquim de Carvalho ou seus correspondentes. Não há referências, porém, sobre as possíveis cartas trocadas com Miguel Reale ou com o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). Ao consultar o senhor Rubens Peres, da Fundação Nuce e Miguel Reale (São Paulo), este informou que não foram localizadas cartas de Joaquim de Carvalho no espólio do jurista brasileiro, embora não exclua a possibilidade de alguma ter sido extraviada junto com outros documentos durante mudanças do espólio.

825 Estamos a preparar a edição crítica das duas faces desta correspondência.

826 CAVALHEIRO, Edgard. *Op.Cit.* p. 14.

827 LOBATO, Monteiro. “Escusatória”. *Op.Cit.*, p. 18.

transmissão de um testemunho tão importante sobre a sua vida e o seu tempo, e que não esperasse que os seus interlocutores fizessem o mesmo em relação ao que tinha escrito. Ora, no que respeita à correspondência passiva em sua posse, sabemos que a guardava em várias caixas, não sendo precipitado acatar testemunho do próprio segundo o qual a partir de um certo momento, tenha começado a organizá-la (com a colaboração de um dos filhos). E, nesta empresa, a prioridade que a de origem brasileira recebeu prova a importância que atribuía a este núcleo. Na verdade, em carta de 1954, informava Cruz Costa que o seu filho Joaquim Montezuma de Carvalho tinha começado a agrupá-lo:

Do Brasil, tenho cartas: de Afranio Peixoto (mtas)
- de Vicente Licínio Cardoso (algumas)
- do Cte. Eugenio de Castro.
Há ainda mtas cartas p^a seleccionar. Só indico as dos falecidos⁸²⁸.

Daqui se infere que a guarda da correspondência também exigia a atitude bibliotecária e arquivística tida para com outros tipos de manuscritos, com esta diferença: naquele “mundo de livros”, o destino das cartas mais testemunhais seria transformarem-se em livros. E, se deu ao prelo algumas delas (de João Lúcio de Azevedo, no referido posfácio da edição de *Vida de Bento de Espinosa*), propendemos a crer que o grosso do arquivado ficou à espera do seu editor póstumo.

Em suma, numa aprendizagem muito ligada à investigação, Carvalho sabia, pelo menos desde o seu contato mais aprofundado com a correspondência de Antero, que as cartas podem ser fontes históricas totalizadoras porque, se, direta ou indiretamente, nos dizem muito sobre a psicologia e a biografia de quem as escreve e recebe, também transmitem indícios sobre a vida social e política do período em que foram redigidas. Levando isso em conta, pergunta-se: o fato de as permutadas entre intelectuais – o âmbito aqui em análise – estarem imbuídas de vocação póstuma não conduz a uma “pose”, ou melhor, ao exercício de um certo controle e, portanto, de uma, mesmo que semiconsciente, autocensura do que se escreve, matando o caráter espontâneo de diálogos confissionais próprio da confidencialidade?

A questão é pertinente e as cautelas epistêmicas aconselham o hermeneuta a não encarar ingenuamente a carta e a nunca prescindir da sua vigilância crítica porque, como salientou José Murilo de Carvalho a propósito da correspondência entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco, as intimidades que se encontram nos epistolários estão condicionadas pelo temperamento dos missivistas e pela consciência que estes têm, em particular quando gozam

828 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 15/9/1954, fl. 2 (verso).

de fama pública, de que, cedo ou tarde, o interesse pela publicitação da sua correspondência ultrapassará a esfera privada. E a “possível publicação póstuma, certamente admitida, se não contemplada, por todos, era um freio às confidências e inconfidências, além de ser um incentivo à busca da qualidade literária do texto”⁸²⁹. É que, por determinação de um ou dos dois intervenientes no intercâmbio (quando os autores decidem editar o epistolário), ou por iniciativa de terceiros, geralmente pósteros, a ameaça de transformar a carta em testemunho (e em fonte, através do olhar historiográfico) existe desde que ela foi escrita⁸³⁰.

Sendo assim, como na operação historiográfica que eleva o manuscrito a fonte, também aqui é aconselhável a aplicação das clássicas regras do método histórico-filológico. A suposição da existência de autocontrole do que se escreve tem razão de ser e ainda o tem mais quando a esta atitude se junta a atuação política da censura externa, como aconteceu em grande parte do período em que o movimento epistolar de Carvalho ocorreu. O receio do desrespeito do princípio da inviolabilidade da correspondência constitui, nestas conjunturas, um entrave maior à expressão da espontaneidade do sentir e do informar. E, em algumas das cartas analisadas, encontramos sinais claros das incidências desta vigilância, como bem atesta as que escreveu com o ousado propósito de deixar memória futura acerca dos atentados que o Estado Novo cometia contra um dos direitos fundamentais do homem e do cidadão.

Por exemplo, no espólio de Ferreira de Castro, encontram-se duas missivas do professor de Coimbra (ambas de 1935) que ilustram o que afirmamos. Uma delas dá informações concretas respeitantes à rejeição, pela Comissão de Censura, de um artigo que, enquanto seu anunciado colaborador, Carvalho mandou para *O Diabo* (fundado em 1934)⁸³¹, semanário então dirigido por Ferreira de Castro⁸³². Não se conhece o conteúdo do texto riscado, mas de uma das cartas infere-se que se tratava da comemoração da passagem do 25º aniversário da implantação da República e que o autor tê-lo-á escrito para, face à herança da I

829 CARVALHO, José Murilo de. “As Duas Repúblicas”. In ARANHA, Graça (org., introdução e notas). *Machado de Assis & Joaquim Nabuco: Correspondência*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Top Books, 2008, p. 11-12.

830 Cf. HARTOG, François. “A testemunha e o historiador”. In PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, pp. 11-41.

831 *O Diabo* apresentava Joaquim de Carvalho entre os colaboradores, numa relação que também incluía figuras como Ary dos Santos, Albino Forjaz de Sampaio, Carvalhão Duarte, Jaime Brasil, Julião Quintinha, Ricardo Jorge, Teixeira Gomes, Teixeira de Pascoais, entre outros. No entanto, não há artigo assinado por Carvalho nas edições de 1935. Edições da imprensa periódica deste período podem ser consultadas na hemeroteca do Museu do Neorealismo, em Vila Franca de Xira [em rede: <http://www.museudoneorealismo.pt/>].

832 Ferreira de Castro foi diretor do jornal *O Diabo*, grande semanário de literatura e crítica de 8 de setembro a 10 de novembro de 1935, sendo substituído por Rodrigues Lapa. Sobre sua correspondência, ver ainda: ALVES, Ricardo António Alves (seleção, apresentação e notas). *100 Cartas a Ferreira de Castro*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra/ Gabinete de Estudos Históricos e Documentais/ Museu Ferreira de Castro, 1992.

República, demarcar a sua posição de democrata e liberal da dos socialistas⁸³³. Apesar de se tratar de uma intenção que não visava diretamente a ordem estabelecida, a colaboração foi mutilada pelo lápis do censor, ato que indignou Carvalho a um ponto tal que quis deixar prova documental do arbítrio. Para isso, copiou as provas censuradas “para guardar na gaveta um testemunho da censura”, atitude que não era inédita, pois, como confessava a Ferreira de Castro, tinha “já alguns; nenhum, porém, me impressionou tanto como este, dada a feição pacífica da prosa. Coisas que acontecem!”⁸³⁴.

A correspondência de Carvalho e seus “tipos”

Facilmente se aceita que a prática epistolar implica a existência de um remetente e de um destinatário, dialogantes que reciprocamente se posicionam, em nome individual ou coletivo, numa relação ou correlação comunicativas não necessariamente homólogas. Porém, se este postulado deve ser o alicerce do estudo historiográfico da correspondência, este também terá de sopesar outras concomitantes características, de cuja conjugação resultam não só vários “tipos”, mas também as especificidades decorrentes de outras mediações que as atravessam. Entre estas, encontram-se: o estilo da escrita (formal, confessional, amistoso, abstrato, fatualista, sério, irônico); a importância do *objeto* e do *objetivo* que o cartear visa; a materialidade do meio de comunicação usado (carta, postal, mensagem, telegrama, etc.); os sinais (qualidade do envelope e do papel, selo, timbre, lacre, a caneta, a tinta) do *quando* (datação do envio) e do *como* se processou a sua recepção (há a carta que se espera periodicamente, a de circunstância, a ocasional, a atrasada): a leitura das missivas (isolada, grupal). E, sem o equacionamento de todas estas vertentes, será difícil ao historiador compreender tanto o conteúdo (escrito ou sugerido) e os graus de maior ou menor intimidade que perpassam na escrita, como as condicionantes sociais que impulsionaram a sua produção e os seus reflexos, diretos ou indiretos, no conteúdo e no próprio estilo que as enformou.

Numa epistolografia tão vasta como foi a de Joaquim de Carvalho, as tipificações são difíceis de fixar como compartimentos estanques, mais a mais quando se desconhece boa parte do seu acervo, nomeadamente o de âmbito mais íntimo. No entanto, a partir dos núcleos já publicados, e daquele que conseguimos localizar no Brasil e em Portugal, verificamos que, na sua prosa epistolar, os fatores atrás resumidos se cruzam, inclusive quando o assunto versa sobre temas históricos e filosóficos.

833 Museu Ferreira de Castro (MFC). *Arquivo Histórico*. Correspondência, Joaquim de Carvalho. Cota: MFC/C/22.403. Carta de Joaquim de Carvalho a Ferreira de Castro, 26/9/1935.

834 MFC. Carta de Joaquim de Carvalho a Ferreira de Castro, 10/10/1935.

É certo que a moderna “República das Letras” deu curso ao que podemos designar por *correspondência ideativa*, devido à sua impessoalidade e a um conteúdo quase circunscrito ao debate de ideais. O próprio professor coimbrão, sem usar esta terminologia, convocou tal modalidade a propósito do seu muito admirado Espinosa, para sublinhar que, se este teve amigos, “a nenhum franqueou a intimidade, e a todos acolheu como cidadãos da república dos espíritos”. Por isso, na correspondência, o autor da *Ética* “expõe apenas ideias e quando muito menciona uma ou outra deslocação ou quebranto de saúde. Não faz confidências, não transmite mágoas ou alegrias, não solicita conselhos nem consolações: é uma razão que se dirige exclusivamente à razão dos outros, assim no comércio epistolar, como no trato pessoal (...). Nem os contemporâneos nem os pósteros penetraram na intimidade deste solitário, que nas ocorrências da vida se encontrou apenas consigo próprio e com a ideia de um Deus, incapaz de distinguir os amigos dos inimigos, de ouvir implorações, dispensar lenitivos e vingar ultrajes”⁸³⁵.

Não obstante ser possível encontrar, em alguma correspondência que permutou com pensadores seus contemporâneos, esta faceta ideativa – como se pode ver na de Edmundo Curvelo ou na que manteve com António Sérgio e com, mais fugazmente, Delfim Santos –, tal modo de relacionamento estava bem longe da idiosincrasia e vocação de Joaquim de Carvalho. Por isso, em coerência com o método histórico-genético que usava nas suas investigações, sempre salientou o valor historiográfico da *correspondência biográfica* porque não secundarizava nem a intersubjetividade, nem as circunstâncias. A sua expressão modelar desta combinatória encontrou-a nas cartas de Antero, pois nada “lhes falta, desde o informe biográfico até a vivência dos seus mais puros sentimentos, desde o transporte das inquietações sociais e políticas de um ser ativo, até a perspicácia do ideal e às agonias lentas de taciturnas meditações solitárias”⁸³⁶.

O valor testemunhal de outros gêneros também decorre da riqueza *informativa* dos fatos e das circunstâncias que, direta ou indiretamente, as cartas veiculam, vertente que se torna mais impessoal e exclusiva quando se está perante uma *correspondência institucional e burocrática*.

No caso em estudo, não se pode esquecer que, para além de filósofo, historiador e professor universitário, Joaquim de Carvalho também foi um “burocrata”, ou melhor, desempenhou funções como diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da Imprensa da Universidade, de uma coleção e de uma revista filosófica. Daqui resultaram

835 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. II, pp. 55-69, p. 57.

836 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. V, pp. 49-52, p. 50.

espólios e epistolários que, para além de implicarem a pessoa, ultrapassam-na, dimensão que não desvaloriza (bem pelo contrário) a sua grande importância para a História da Cultura e, sobretudo, para o campo da História do Livro e da Leitura sob o Estado Novo.

À luz destes considerandos, compreende-se que tudo o diga respeito ao epistolário, ativo e passivo, de Joaquim de Carvalho, e que pudemos conhecer, não podia ser indiferente a esta investigação. De onde não só o frequente recurso à correspondência já presente nos capítulos anteriores, mas também o aumento dessa prática nos seguintes. É que, como o seu objeto tem agora a ver com as relações do pensador figueirense com o mundo intelectual e académico brasileiro, muitas delas foram exclusivamente traduzidas em conversas epistolares. Recorde-se, porém, que o levantamento desta rede é ainda disperso e sabe-se que há correspondência a aguardar publicação, ao mesmo tempo que se vai descobrindo a existência de interlocutores ocasionais, descontínuos. De qualquer modo, temos provas bastantes para enfatizar a importância cultural desse núcleo epistolográfico e, dentro dele, o que diz respeito à correspondência trocada entre Joaquim de Carvalho e o uspiano João Cruz Costa.

João Cruz Costa e Joaquim de Carvalho: a história de uma amizade

Antes de respondermos a questões que ajudem a conhecer melhor a personalidade deste académico da USP, bem como a história da formação de uma sólida amizade e a extensão e o conteúdo das cartas que, de certo modo, a geraram e cimentaram, ter-se-á de precisar em que “tipo”, ou em que mescla de “tipos”, elas se enquadram. E o fato de se tratar de um diálogo entre personalidades ligadas ao ensino da filosofia pode conduzir à convicção de que, predominantemente, aquele gerou uma *correspondência ideativa*, como se a personalidade dos comunicantes e os motivos que os impeliram à prática de uma escrita continuada não fossem fatores decisivos na configuração da sua epistolografia.

Já em 1959, o bem informado Cruz Malpique esclarecia que as cartas constituíam “uma espécie de memória da vida portuguesa do seu tempo e da vida universitária portuguesa”⁸³⁷, afirmação que corroboramos, acrescentando que um juízo análogo deve ser feito para a atitude de Cruz Costa face ao Brasil, e recordando que elas também narram o nascimento de uma grande amizade. Com efeito, basta uma leitura diacrônica das faces positivas e negativas do acervo para se ver que, se existem cartas mais filosofantes, ou, nas que tratam de assuntos menos intelectuais, de passos de igual jaez, o tom dominante nas missivas tem muito a ver com a confessionalidade própria da correspondência biográfica,

837 MALPIQUE, Cruz. *Art. Cit.*, p. 114.

crecientemente afetiva e familiar, mas também com o cariz informativo e quase cronista (mais saliente e irônico em Cruz Cruz) que motivou a intensidade do intercâmbio.

Face a referência de Cruz Malpique sobre as “centenas de cartas” de Joaquim de Carvalho para Cruz Costa, quais foram as conclusões que apurámos nesta matéria? Em primeiro lugar, será necessário registrar que as cartas do professor português se encontram, hoje, depositadas no arquivo pessoal de João Cruz Costa, depositado na Biblioteca Florestan Fernandes, da USP. Somam um total de 148, enviadas de 1950 a 1958⁸³⁸.

Por sua vez, as enviadas do Brasil estão na posse dos herdeiros. Amavelmente, estes puseram ao dispor desta investigação 183. Com exceção de uma única do ano de 1937, as demais foram trocadas entre 1950 e 1958. Localizámos ainda outras duas cartas desse período no Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz⁸³⁹ e na Sala que leva seu nome na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, junto a um maço de papéis avulsos⁸⁴⁰. Acrescentámos a essa relação, as cartas de Cruz Costa copiadas pela polícia política e que foram parar aos arquivos da PIDE, em Lisboa⁸⁴¹.

Balanco da correspondência entre Joaquim de Carvalho e João Cruz Costa

lAno	Envios de Joaquim de Carvalho	Envios de João Cruz Costa
1937	-	1 carta
1950	3 cartas	1 carta
1951	10 cartas	7 cartas
1952	12 cartas	16 cartas
1953	20 cartas	27 cartas
1954	21 cartas	39 cartas
1955	24 cartas	32 cartas
1956	22 cartas	27 cartas
1957	22 cartas	20 cartas
1958	14 cartas	13 cartas

Tudo somado, o número das que conseguimos consultar ascende a 331, mas, a discrepância que detetámos nos dois pratos da balança apresenta um saldo desfavorável ao fundo de Carvalho da ordem das 35 unidades. As mudanças de localização, o impacto da venda da biblioteca, mas também o estilo mais confidente e menos autocontrolado do uspiano,

838 FFLCH-USP. Biblioteca Florestan Fernandes (BFF). Espólio do professor João Cruz Costa.

839 AHMFF. Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho, caixa n.º 31.2. Carta de Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 28/8/59.

840 SJC-FLUC. Carta Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 18/3/1958 e 7/8/1954.

841 ANTT. *Arquivo da PIDE/DGS*, Joaquim de Carvalho, Del. Coimbra, Processo Individual n.º 646, NT10390. Depósito no Arquivo Nacional Torre do Tombo. No mesmo acervo, foi consultado ainda o Boletim 236594, NT8166, com informações pessoais do referido professor.

assim como a vigilância mais apertada da parte da polícia política portuguesa do que da brasileira (essa era a opinião de Cruz Costa), talvez expliquem a contabilidade detectada.

Por sua vez, no que toca a algumas das suas características materiais e estilísticas, a análise mostra que Cruz Costa datilografava a grande maioria das suas cartas e que estas eram mais extensas do que as do amigo. Este escrevia-as à mão e, de modo geral, usava um tom mais conciso, fazia mais perguntas e pedidos. Demais, é um fato que a extensão das cartas aparece condicionada pela própria forma de envio: elas são mais sucintas se esta foi a via aérea, mais longas e com apêndices se seguiram por via marítima. Porém, o estilo carvalheano não tornava a sua linguagem menos afetiva ou menos interessada em colher ou dar informações sobre as conjunturas políticas tanto em Portugal, como no Brasil e no mundo, como o trecho de uma sua missiva, datada de 1/3/1951, comprova: “Gratissimo pela sua carta, e grato sobretudo pelos seus desabaços, que eu compreendo e sinto pois vejo q. brotam de ideias, de aspirações que em grande parte nos são comuns. Que o caudilhismo se não estabeleça no Brasil!”⁸⁴²

Quem foi João Cruz Costa?

Filho de pai português – com raízes na Figueira da Foz – e de mãe italiana, Cruz Costa nasceu em 1904, em São Paulo. A família tinha recursos e não regateou para lhe oferecer uma educação privilegiada. Quando chegou a hora de escolher caminhos, o jovem optou por ser médico psiquiatra. Para tal, viajou para Paris em 1923 e frequentou os preparatórios que davam acesso à Faculdade de Medicina de Paris⁸⁴³. Entretanto, o contato com um novo meio despertou-lhe outras vocações. Por orientação do professor Georges Dumas – então porta-voz do Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l’Amérique Latine (1907-1940) –, voltou-se para temas filosóficos e sociológicos. Na sequência desta mutação, inscreveu-se na Sorbonne, como ouvinte, nos cursos afamados de Léon Brunschvicg e de André Lalande, e, no Colégio de França, do velho

842 ANTT. PIDE-DGS. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 1/3/51.

843 Aos 18 anos, pretendendo estudar Ciências Sociais, Matemática e Medicina na Universidade de Iena (Alemanha), João Cruz Costa partiu para a Europa. Não obtendo visto no consulado alemão, ficou em Paris e iniciou sua preparação para a Faculdade de Medicina. Sobre a sua trajetória, leia-se: COSTA, João Cruz. “Entrevista com João Cruz Costa”. In *Revista Trans/Form/Ação*, vol. 2. Marília: Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, 1975, pp. 87-94. Republicada em *Trans/Form/Ação*, v. 34, edição especial. Marília: Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, 2011, pp. 107-115 [em rede: www.scielo.br/pdf/trans/v34nspe/a05v34nspe.pdf]; COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. “Resgatando a memória dos pioneiros: João Cruz Costa”. In *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, ano XXVIII, n.º 02/08: 149-157, pp. 149-157; OLIVEIRA, Francini Venancio de. “Fantasmas da tradição: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação”. *Tese de Doutorado apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP*. São Paulo: 2012.

Pierre Janet, sinal dos seus interesses pela psicologia. Simultaneamente, o meio intelectual parisiense também lhe proporcionou, como confessou numa retrospectiva que fez quando tinha 71 anos, o “encontro” com dois autores que muito o impressionaram, “ambos preocupados com o destino (digamos assim) do homem”: Freud e Marx⁸⁴⁴.

Na sua memória dos anos vinte, relevou o tempo que mergulhou avidamente na leitura quer de autores portugueses (todo o Eça de Queiroz, Fialho de Almeida) – prática que, segundo Antônio Cândido, era então frequente nas famílias brasileiras mais alfabetizadas⁸⁴⁵ –, quer de Machado de Assis, quer de Honoré de Balzac e de Anatole France⁸⁴⁶.

Ao retornar ao Brasil, Cruz Costa matriculou-se na Faculdade de Medicina de São Paulo, que cursou durante quatro semestres (1925-1926). Mas, a criação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) trouxe novas oportunidades aos que aspiravam ter uma educação superior no domínio dos estudos filosóficos e humanísticos, numa conjuntura em que, mesmo em termos políticos, “uns seguiram pela direita, outros pela esquerda. Mas tudo isso de modo confuso para uns e outros”⁸⁴⁷.

A entrada nos decênios que foram palco de uma intensa polarização política – anos de 1930 e de 1940 – que teve “o fascismo numa ponta e o comunismo na outra”, a nova geração paulista intelectualmente mais empenhada descobriu a nova literatura social brasileira (Raquel de Queiroz, Jorge Amado, José Lins do Rego e outros) e deu impulso à força renovadora aberta pela Semana de 1922. No entanto, e como salientou Antônio Cândido (um dos seus protagonistas) também mergulhou “no passado atuante da literatura portuguesa. Uma curiosa conjunção de momentos históricos diferentes”⁸⁴⁸.

Além da Revolução Constitucionalista de 1932, esses também foram os anos da emergência de Getúlio e do crescimento de partidos de extrema-direita. Já desde os inícios da década de vinte que ganhava relevo “um conjunto de imagens e personagens que anunciavam os primeiros passos do movimento fascista na Europa e no Brasil, em especial no Estado de

844 COSTA, João Cruz. “Entrevista com João Cruz Costa”, *Revista Trans/For/Ação*, n.º cit., p. 108.

845 Assim como Cruz Costa, ao rememorar as suas próprias leituras de juventude, o crítico literário Antônio Cândido avaliou a grande proporção de autores portugueses, bons e maus, para a sua geração. Pessoalmente, citou o impacto da recepção de Alexandre Herculano e das traduções do *Fausto*, por Antônio Feliciano de Castilho, como também Camilo Castelo Branco, Latino Coelho, Antero de Figueiredo. Mas, para Cândido, a “geração de 70” teve o efeito peculiar de formar um *corpus* ideológico “adequado à atmosfera mental do Brasil no decênio de 1930, depois do movimento armado de outubro daquele ano”. Algumas leituras atuaram como estímulo ao inconformismo e a crítica social, exemplo de Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão. No que considerou que ainda está por ser feito um estudo sobre a influência que teve Fialho de Almeida “no jornalismo contudente” de Oswald de Andrade. CÂNDIDO, Antônio. *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 63-71, p. 66.

846 COSTA, João Cruz. “Entrevista com João Cruz Costa”, *Revista Trans/For/Ação*, n.º cit., p. 108.

847 *Idem*, *ibidem*.

848 CÂNDIDO, Antônio. *Op.Cit.*, p. 66.

São Paulo”⁸⁴⁹. A imprensa italiana e brasileira reportava com certa admiração as conquistas de Mussolini na Itália, a partir de 1922, apresentadas como “novidades da modernidade”. Até 1945, tais ideias irromperam em vários pontos do País por iniciativa de diferentes núcleos, localizados quer no Estado, quer em segmentos conservadores da Igreja Católica ou da imprensa, quer em parcelas das comunidades de emigrantes italianos, ítalo-brasileiros, alemães, teuto-brasileiros. Nesse campo, a Aliança Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, em 1932, foi a organização que, em certo momento, conseguiu criar o primeiro grande movimento de massas no Brasil de inspiração fascista⁸⁵⁰. De caráter ultranacionalista, com uma linha antissemítica capitaneada por Gustavo Barroso, propunha-se liderar o combate ao comunismo e aos grupos de espectro socialista e anarquista⁸⁵¹.

O primeiro aluno do curso de Filosofia da USP

Nesse caldo político-cultural, Cruz Costa aparece, em 1934, como o aluno n.º 1 inscrito na primeira turma de Filosofia da USP, sinal da sua velha inclinação pelas humanidades e do seu empenhamento no debate que, no contexto da criação da USP, se levantou acerca da orientação científica que deveria nortear a instituição, particularmente o promovido pela Sociedade de Philosophia e Letras de São Paulo, grêmio a que pertencia e onde tinha sido relator da sua assembleia constituinte (1930)⁸⁵². (Curiosamente, nas atas, o único marcado como “convidado” entre os presentes foi Miguel Reale⁸⁵³).

A associação, cuja ação foi descrita por Ernesto de Souza Campos como “necessária”, especialmente “no seio da mocidade acadêmica que disse ser a classe dirigente de amanhã”⁸⁵⁴, procurava sensibilizar o público para a importância da cultura clássica, filosófica e histórica, e mobilizá-lo para o apoio à instalação de uma universidade em São Paulo (o que somente ocorrerá em 25 de janeiro de 1934) e, dentro desta, de uma Faculdade de Filosofia e Letras.

849 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Fascistas à brasileira. Encontros e confrontos”. In *Idem*; CROCI, Federico (orgs.). *Tempos de fascismos: Ideologia – Intolerância – Imaginário*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010, pp. 433-464, p. 433.

850 *Idem, ibidem*.

851 Cf. GOMES, Ângela de Castro. “Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo”. In *Revista Estudos Históricos*, vol. 6, n.º 11. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), 1993.

852 Em 27/11/1930, a fundação da Sociedade de Philosophia e Letras ocorreu no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004, p. 421.

853 Constam entre os presentes: Ernesto de Souza Campos, Arthur Bittencout, Horacio Lafer, A. de Novaes Mourão, João Cruz Costa, Licurgo Marone, Miguel Reale (convidado), Francisco Isoldi, Fausto Guerner, Alberto Conte (vindo especialmente de S. Carlos), Luiz Gonzaga Fleury, M. A. Chiarappia, André Dreyfus, Henrique Greenen, Benedito Salgado, Plínio de Barros Monteiro, Dante Isoldi e José Rodrigues Santos. *Idem, ibidem*.

854 Transcrição da Acta da 1ª Assembléa Geral da Sociedade de Philosophia e Letras de S. Paulo, 27/11/1930 *apud* CAMPOS, Ernesto de Souza, *Op. Cit.*, p. 422.

Sem isso, continuaria deficiente a formação de quadros e, especialmente, de professores do ensino superior e secundário⁸⁵⁵. E os argumentos esgrimidos inspiravam-se, em boa parte, nas recomendações contidas no *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo*, organizado por Fernando de Azevedo, a pedido de Júlio de Mesquita Filho, e publicado na íntegra no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1926.

Pelas suas ideias e escolhas, pode-se sustentar que Cruz Costa foi um uspiano pioneiro, mais a mais com um percurso de vida que será na “casa” de que foi o primeiro aluno. Com efeito, depois de licenciado, entrou para seu professor, começando como assistente (entre 1937 e 1945) do docente francês Jean Maugüé (1904-1990)⁸⁵⁶. E, em 1942⁸⁵⁷, nela elaborou a tese intitulada *Ensaio sobre a vida e a obra do filósofo Francisco Sanchez*, orientada por Maugüé.

Quem foi esta personagem, hoje muito esquecida em França, mas lembrada quando, no Brasil, se estuda o impacto das célebres “missões francesas” contratadas para ensinar na novel Universidade paulista? Fez parte da primeira missão e, segundo o seu assistente, “O Prof. Maugüé nos dava aulas de Psicologia, de Lógica, de História da Filosofia – fez um notável curso sobre Spinoza – e de Ética”⁸⁵⁸. É ainda apontado por alguns outros discentes como, dos franceses, a figura que mais os entusiasmou, conforme recordaram Antônio Cândido e Gilda de Mello e Souza, ex-alunos que também se tornaram professores da Instituição⁸⁵⁹. Não nos legou, porém, grande obra escrita⁸⁶⁰ e a vida acadêmica pouco o

855 O próprio Cruz Costa registrava em ata que o diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, Ernesto de Souza Campos, presidindo a assembleia de fundação da Sociedade, insistiu sobre a urgência da fundação em São Paulo de uma Faculdade de Filosofia, “não só para que se possa estabelecer nesta Capital uma Universidade, mas ainda para o preparo conveniente do professorado normal e gymnasial, único meio de se erguer ao devido nível, os estudos nos estabelecimentos de ensino normal e secundário”. *Idem, ibidem*.

856 O francês Jean Maugüé foi professor e chefe da cadeira de Psicologia do curso de Filosofia da FFCL-USP entre 1935 e 1944.

857 COSTA, João Cruz. *Ensaio sobre a vida e a obra do filósofo Francisco Sanchez*. Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras n.º 29. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1942.

858 COSTA, João Cruz. “Entrevista com João Cruz Costa”, *Art.cit.*, p. 108.

859 Além dos dois e de outros integrantes do grupo da revista *Clima* (1941-1944), como Ruy Coelho, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes e Lourival Gomes Machado, a influência de Jean Maugüé alargou-se a outros ex-alunos e consagrados docentes, como Azis Simão, Egon Schaden, Florestan Fernandes. Cf. PONTES, Heloísa. “Entrevista com Antonio Cândido”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), vol. 16, n.º 47 (outubro). São Paulo: Anpocs, 2001, pp. 5-177, pp. 15-16; MELLO e SOUZA, Gilda de. “A Estética Rica e a Estética Pobre dos Professores Franceses”. In *Idem, Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, pp. 9-34; “Depoimentos”. In *Revista Língua e Literatura*, ano X, n.ºs. 10-13. São Paulo: FFLCH-USP, 1984; GALVÃO, Waldelice Nogueira. “Gilda de Mello e Souza, um percurso intelectual”. In *Revista USP*, n.º 69 (março/maio). São Paulo: Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP, 2006, pp. 106-116.

860 Três anos antes de falecer, Maugüé publicou a autobiografia *Les dents agacées*, livro tido como o seu único trabalho de vulto, mas cuja recepção no Brasil foi controversa. No período brasileiro, publicou “O ensino da filosofia: suas diretrizes” (1937); “A pintura moderna” (1940); e “Os problemas da pintura moderna” (1940), além de um artigo em *O Estado de São Paulo* aquando da morte de Freud, como informou MELLO e

interessava. No entanto, foi descrito por Cândido como sendo um “espírito livre”⁸⁶¹, homem de palavra, gesto e presença, possuidor de uma grande cultura, que encarava como suporte fundamental para o filosofar. Por isso, nos inícios das aulas, falava de literatura, arte, política, cinema, música, o que fazia das suas reflexões “uma verdadeira iniciação ao entendimento da vida e da cultura”, apesar da formação média dos estudantes impedir, em alguns, a captação total do que ouviam.⁸⁶²

O mestre de Cruz Costa foi, sobretudo, um grande leitor e um professor que ensinava a filosofar seguindo a lição kantiana, na descrição de Antônio Cândido. E este ex-aluno nunca mais se esqueceu da advertência que Maugüé lançou na sua primeira aula e que surpreendeu a classe: “Quem não leu *Hamlet*, de Shakespeare, e *Crime e castigo*, de Dostoievski, não deve seguir este curso”⁸⁶³. As suas lições incidiam sobre um repertório amplo, com cursos sobre o pensamento de Platão, Descartes, Spinoza, William James, Jean Wahl, Augusto Comte, Pascal, Kant e Schopenhauer, Freud e Pierre Janet, Nietzsche, Max Scheler (*Natureza e formas de simpatia*). Por exemplo, o ano de 1941 foi consagrado a Hegel, tendo recomendado, além de obras deste pensador, a leitura de Marx⁸⁶⁴ nos dezesseis volumes de *O Capital*, da Éditions Costes, assim como os *Cadernos sobre a dialética de Hegel*, de Lenine, e a obra de Jean Wahl sobre a “consciência infeliz”⁸⁶⁵.

Nos corredores da universidade, vinha frequentemente acompanhado de seu assistente e amigo João Cruz Costa e, para além dos alunos inscritos, era comum ter na audiência ex-discípulos e curiosos. Assim, para Antônio Cândido, Maugüé “era um gênio didático, um expositor elegante, expressivo e penetrante, tinha uma inteligência original, pronta e luminosa, completada pela imaginação fora do comum e o mais incrível senso do auditório”⁸⁶⁶.

Regressou a França em 1943, não para fazer carreira, mas para, por um imperativo de consciência cívica, se alistar nas tropas da França Livre, no Norte da África⁸⁶⁷. Quem o

SOUZA, Gilda de, *op. cit.* Cf. RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. “Da importância de não ser filósofo - Um certo “Clima” e a docência de Jean Maugüé”. In *Mnemosine*, vol. 8, n.º 1. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ, 2012, pp. 265-275; MAUGÜÉ, Jean. *Les dents agacées*. Paris: Buchet/Chastel, 1982.

861 CÂNDIDO, Antônio. “Entrevistas sobre o trabalho teórico”. In *Revista Trans/Form/Ação*, vol.1. Marília: Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, 1974, pp. 9-23, p. 14.

862 CÂNDIDO, Antônio. *Apud* PONTES, Heloisa. “Entrevista com Antonio Cândido”, *Op.Cit.* pp. 15-16.

863 *Idem, ibidem*.

864 Antônio Cândido definiu-o como um marxista “aberto e flexível, raro em tempos de stalinismo, mas ortodoxo politicamente”. *Idem, ibidem*.

865 Antônio Cândido devia estar a referir-se à influente obra de Jean Wahl, *Le malheur de la conscience dans la philosophie de Hegel*, publicada em 1929.

866 *Idem, ibidem*.

867 Após fazer a campanha de África e de integrar as forças de ocupação na Alemanha, recebeu condecorações.

conheceu neste período não tinha dúvidas: não seguiu a vida universitária em França “em grande parte porque não quis (...). Não respeitava as convenções acadêmicas, era irreverente, meio preguiçoso, e apesar disso era admirado pelos colegas, não apenas por nós. Certa vez, muito mais tarde, o professor Cruz Costa, estando em Paris, foi visitar Maurice Merleau-Ponty, amigo de Maugüé, que lhe disse mais ou menos: “O Maugüé é professor de liceu, não fez nem fará o doutorado, mas quero ver se, assim mesmo, arranjo uma nomeação para ele no Collège de France, pois quero que as pessoas o escutem”, desejo que não foi avante⁸⁶⁸.

Com a saída do mestre, Cruz Costa foi encarregado, juntamente com Lívio Teixeira, de lecionar a cadeira de Filosofia, agora dividida em História da Filosofia, ministrada por este, e Filosofia (Psicologia, Lógica e Ética), da responsabilidade do primeiro.

O percurso escolar e docente de Cruz Costa foi revelando e fixando o modo como os outros viam a sua personalidade. E, se teve adversários, a verdade é que foi conquistando muitos admiradores⁸⁶⁹, quer pelo saber que discretamente a modelava, quer pela maneira cordial como ela se manifestava. Fernando de Azevedo, que o conheceu muito bem, caracterizou-o como “um homem tímido e retraído, céptico e motejador, mais inclinado a ouvir do que a falar, embora amigo de anedotas (sempre tem uma para contar), capaz de acompanhar debates com atenção vigilante, mas pouco disposto a participar deles e gostando, como poucos, dos longos serões no abandono da intimidade. Com seu ar de brincalhão, de que lhe vem o amável privilégio de fazer alegremente coisas sérias, atingiu, quase sem esforço, como lhe fosse natural, essa sabedoria que se manifesta no sentido extremamente vivo da realidade das coisas e na atitude de ironia e de piedade em face dos homens, dos acontecimentos e da vida”⁸⁷⁰. Quanto à ironia, lembrava que a sua prática era lição socrática.

Das conflitualidades universitárias à repressão da ditadura militar

Quando chegou a hora de ir a concursos, Cruz Costa sentiu a força da frequente conflitualidade “catedrática” e das incidências políticas na vida universitária. Sendo encarado como “candidato natural”, por ser há anos o interino na cadeira de Filosofia da FFCL-USP, Cruz Costa preparou a tese *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a*

Finda a guerra, solicitou admissão no corpo diplomático. É ainda Antônio Cândido que nos informa que, depois de ter sido um professor, “que não gostava da vida universitária”, também foi um “diplomata pouco diplomático”. Por causa disso, após incidente na Embaixada da França no Canadá, terminou por ser excluído das suas funções, tendo regressado ao ensino secundário.

868 CÂNDIDO, Antônio. *Apud* PONTES, Heloísa. “Entrevista com Antonio Cândido”, *Op.Cit.* pp. 15-16.

869 A memória da relação de proximidade com os estudantes ficou marcada na homenagem de nomeação do Centro Acadêmico de Filosofia João Cruz Costa, na USP.

870 AZEVEDO, Fernando de. “Como um barco na praia... (Estudo sobre Cruz Costa)”. In *Idem, Figuras de meu convívio. Obras Completas Volume XVII*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1961, pp.157-163, p.160.

*evolução histórica nacional*⁸⁷¹, para se candidatar à vaga, aberta, em 1951, para essa área. Este foi o momento em que seus problemas com o grupo do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), capitaneado pelo agora reitor da USP, Miguel Reale (1949-1950), se agudizaram, numa disputa que demorará até 1954 para ser solucionada⁸⁷². (A correspondência de Cruz Costa para Joaquim de Carvalho, então já alimentada por uma amizade cúmplice, transmite informações úteis para se conhecer os bastidores desta “batalha”). Como pano de fundo da discórdia, estavam divergências acadêmicas e políticas. Cruz Costa, sob a influência da sua primeira viagem à Europa, situou-se numa esquerda de pendor socialista, posição que evoluiu para um democratismo que se opunha, abertamente, a todas as soluções autoritárias, incluindo as propagandeadas pelo integralismo professado por Plínio Salgado e Miguel Reale, líder e um dos ideólogos da AIB até a sua extinção, por Vargas, em 1945.

Também eram divergentes as concepções sobre o ensino da filosofia praticado FFCL-USP, o defendido pela Faculdade de Direito e, desde 1949, pelo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). Como bem sublinhou Bruno Bontempi Jr., as divergências eram políticas e

871 COSTA, João Cruz. *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*. São Paulo: s/e, 1950.

872 A cadeira em questão foi posta a concurso em 1951, obedecendo ao Decreto 19.851/31, que dispunha que a primeira nomeação de um catedrático seria por dez anos, ao fim dos quais poderia ser reconduzido mediante aprovação em concurso de títulos igual ao prescrito para a primeira nomeação. Cruz Costa, que já a ocupava, era o seu “candidato natural”. No entanto, para além de Costa, inscreveram-se diversos candidatos no concurso, com destaque para bacharéis da Faculdade de Direito. A Lei n.º 851 de 07/10/49 determinou que as Congregações com menos de 2/3 de professores efetivos fossem completadas com “professores universitários de estabelecimentos congêneres desde que fossem de Notório Saber, com atividades e obras publicadas na especialidade da Cadeira em concurso”, assegurando a autonomia da Faculdade para fins de concurso. A Faculdade de Filosofia, seguindo a nova lei, recebeu condicionalmente a inscrição de dois candidatos que não tinham diploma de curso superior. O Conselho Técnico Administrativo, seguindo a orientação do decreto-lei 13.426, de 23/06/45, aceitou a inscrição desses candidatos e encaminhou o processo para a Reitoria da Universidade, a qual, por sua vez, o submeteu à Comissão de Legislação e Recursos, que confirmou a inscrição dos candidatos. A reação da Faculdade de Filosofia contra esta decisão foi imediata. Fernando de Azevedo solicitou que Miguel Reale elucidasse, como juriconsulto, a pendência, no que este manteve seu ponto de vista. A Faculdade de Filosofia protestou e enviou recurso para o Ministro da Educação e Saúde Pública e ao egrégio Conselho Nacional de Educação. Por unanimidade de votos, foi aprovado favoravelmente o recurso em pauta e a Congregação da Faculdade considerou inscrito apenas João Cruz Costa. No entanto, novo recurso foi feito pelos candidatos formados em Direito, agora contra a decisão da Congregação da Faculdade de Filosofia. Novamente o Conselho Universitário acolheu o recurso e deu provimento favorável no sentido de serem aceitas suas inscrições. Questionou-se se a Filosofia do Direito atendia os reclamos da lei para garantir aos bacharéis de Direito inscrição no concurso de Filosofia da FFCL-USP. Para esse esclarecimento, foram convocados Miguel Reale e o Leonardo Van Acker, que opinaram a favor do ponto de vista do Conselho Universitário. Novamente, a Congregação da Faculdade de Filosofia contestou a equivalência das Cadeiras de Filosofia e de Filosofia do Direito, mas o Conselho Universitário, após debate, renovou o voto a favor dos bacharéis de Direito. O diretor da FFCL, Eurípedes Simões de Paula e a Congregação da Faculdade encaminharam recurso para o Ministro da Educação, que será aprovado. Finalmente, a Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras podia realizar, em 1954, o concurso em causa segundo suas normas. Cf. COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. “Resgatando a memória dos pioneiros: João Cruz Costa”. *Op.Cit.*, pp. 150-153. Sobre o sistema de cátedra em vigor na USP durante o período, conferir BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. “A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa”. *Op.Cit.*, pp. 74-81.

filosóficas e, nesse campo, fundavam-se no dissenso em torno da existência de uma “filosofia nacional”, querela “tremendamente aguçada pela rivalidade entre as instituições a que se filiavam, as quais travavam disputa pela legitimidade do exercício da filosofia no panorama cultural paulistano”⁸⁷³.

Se a disputa com o IBF arrefeceu após o desfecho positivo do concurso para catedrático de História da Filosofia, outras batalhas políticas aguardavam Cruz Costa, tanto durante o governo de Jânio Quadros (1955-1958), em São Paulo, como, em termos mais devastadores, na ditadura instaurada pelo golpe militar de 1964, altura em que, após ter sido denunciado por colegas ligados ao novo regime, foi compulsivamente aposentado da USP em 1965. Com esta medida arbitrária, a “seriedade uniformizada que tomou conta do país” e os “dedos duros da Universidade” colocaram sob suspeição alguém que, no testemunho de José Arthur Gianotti, tinha dedicado “tempo integral ao estudo das coisas nossas, metido o dia inteiro em sua riquíssima biblioteca”⁸⁷⁴. Trataram-no “como se estivesse ao serviço de potências estrangeiras”, e sabe-se que foi um dos primeiros a ser visado pela atuação, no interior da USP, da “aliança entre os velhos professores rinocerontes e os militares de repressão”. Aquando do interrogatório que lhe fizeram no âmbito dos famosos Inquéritos Policiais-Militares (IPM), os inquiridores, como se o seu patriotismo fosse duvidoso, queriam obrigá-lo a cantar o Hino Nacional, exigência que negou com esta resposta irônica e fulminante: ‘sem música, eu não sei cantá-lo’”. Privado da sua cátedra e do meio em que viveu durante décadas, e que tinha ajudado a criar, triste com o destino brasileiro, não surpreende que os seus últimos anos tenham sido “amargurados”⁸⁷⁵. A sua biblioteca, estimada em cerca de 9 mil títulos, foi doada pela família, já nos anos 2000, para a Biblioteca Florestan Fernandes da FFCL-USP.

Do intercâmbio epistolar ao conhecimento pessoal

Tanto quanto pudemos apurar, o começo do epistolário entre Costa e Joaquim de Carvalho partiu do brasileiro, em uma carta de ocasião, mas onde se revela a descoberta de afinidades intelectuais no âmbito da história da filosofia. Em 26 de maio de 1937, o recém-licenciado pela USP escreveu ao segundo, apresentando-se como “Assistente de Philosophia na Universidade”, estatuto que o papel de carta com timbre da USP e o cartão pessoal

873 BONTEMPI JR., Bruno. “Rivalidade, parricídio intelectual e invasão de fronteiras na trajetória de Cruz Costa”. In *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 16, n.º 29, julho. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2009, p. 155-181.

874 GIANNOTTI, José Arthur. “João Cruz Costa”. In *Revista Estudos Avançados*, vol.8, n.º 22, set./dez. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1994, pp. 237-239, p. 238. Giannotti era então Professor do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

875 *Idem*, *ibidem*.

impresso, anexado e com o endereço da residência do remetente manuscrito, reforçavam. Cruz Costa não conhecia fisicamente o destinatário, como talvez não devia saber que do outro lado do Atlântico a sua mensagem ia ser lida por uma pessoa com mais 12 anos de idade, com um temperamento bem distinto daquele que Fernando de Azevedo descreveu sobre o professor da USP. O português caracterizava-se pela discrição, pelo apego à vida familiar (chegou a contar com dez filhos), aos amigos e a uma atividade profissional que se materializou na docência, mas também na gestão de instituições universitárias e de iniciativas editoriais. Por outro lado, estava dotado de um estilo menos adjectivante e mais sintético, e, se consentia o tom irônico, a regra era a parcimônia e a busca de compreensão face ao outro, desde que este não se situasse nos campos das conviências com a opressão e a arbitrariedade⁸⁷⁶.

A carta foi entregue em Coimbra por mão. Quanto ao conteúdo, Costa confessava ter sabido da existência do interlocutor ainda estudante, através da leitura de dois dos seus trabalhos – “o artigo sobre Suárez, publicado na Revista da Universidade (n.º 6) e o seu discurso sobre O desenvolvimento da Philosophia em Portugal durante a Edade Média [sic]”. Agora, pretendia ler outros, de que tinha notícia, mas não acesso. Aproveitava ainda a mensagem para se dar a conhecer como filho de português. Porque consideramos essa missiva um marco fundacional de uma relação que virá a ser muito frutífera passamos a transcrevê-la na íntegra:

Universidade de São Paulo
Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras

São Paulo (Brasil) 26 de Maio, 1937

Exmo. Srn. Dr. Joaquim de Carvalho,
attenciosas saudações,

Embora eu não tenha o prazer de o conhecer pessoalmente, conheço todavia alguns trabalhos de V. Excia e é por isso que tomo a liberdade de apresentar-lhe o académico Edgard Radesca, membro da delegação universitária “XI de agosto”, que vai levar à velha Universidade da Terra de meu pai, as homenagens da jovem universidade em minha terra.

Eu bem desejo ter ocasião de conhecer, e de conversar, com V. Excia e pedir-lhe, - sendo possível - algumas das suas obras. Já aqui tento procurar os seus trabalhos, já tenho escrito aos livreiros portugueses, mas tudo inutilmente.

876 A caracterização de Joaquim de Carvalho está bem plasmada em obras como: FERNANDES, Barahona. “Joaquim de Carvalho – Pessoa e atitude espiritual”. In *Miscelânea* n.º 9. Figueira da Foz, 1963, pp. 889-915; MALPIQUE, Cruz. “Perfil intelectual e moral do professor Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea* n.º 2. Figueira da Foz, 1959, pp. 196-197; CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão...*

Só possuo, da sua lavra, o artigo sobre Suárez, publicado na Revista da Universidade (nº6)⁸⁷⁷ e o seu discurso sobre “O desenvolvimento da Philosophia em Portugal durante a Idade Média”. (1927)⁸⁷⁸

Eu teria muito gosto em obter de V.Excia o seu estudo sobre “Espinosa e o Empirismo perante a cultura portuguesa”⁸⁷⁹. Ficar-lhe-ia grato se pudesse atender ao meu pedido.

Receba V. Excia a expressão da minha
admiração e da minha estima

Cruz Costa

Assistente de Philosophia na Universidade⁸⁸⁰.

Em 1956, o próprio Cruz Costa fez a história da paulatina “descoberta” do professor de Coimbra e deu informes acerca do modo como a obra deste se foi cruzando com a sua. Ainda estudante, foi no Rio que, pela primeira vez e por mero acaso, ele viu exposto, na montra de uma livraria, um folheto sobre um assunto que lhe interessava, da autoria “de um professor que não conhecia”⁸⁸¹ e a um preço convidativo. Com a leitura logo iniciada no trem de regresso a São Paulo, iniciou-se um intercâmbio rico de significado humano e cultural e que teve como principal veículo “uma longa – e nem sempre ortodoxa” correspondência. Vinte anos depois, Cruz Costa assim narrou a gênese do seu contato com os escritos do professor de Coimbra. Depois da compra carioca, passados alguns anos, leu a colaboração deste inserta na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres e, depois de mais algum tempo, pousado em cima da mesa de trabalho do seu colega Fernando de Azevedo, deparou “com um exemplar da edição da primeira parte da *Ética*, de tradução e com notas do Dr. Joaquim de Carvalho. Vendo o interesse que eu mostrava pelo livro, o dr. Fernando de Azevedo emprestou-mo. Li com interesse o novo trabalho e, como estivesse a terminar a minha tese, logo que a mesma saiu do prelo, mandei-a ao Prof. Joaquim de Carvalho. A ele e a António Sérgio enviei os primeiros exemplares de minha tese que seguiram para o estrangeiro. Foi assim que teve início a longa – e nem sempre ortodoxa – correspondência que

877 Trata-se do artigo de Joaquim de Carvalho “A teoria da verdade e do êrro nas 'Disputationes Metaphysicae' de Francisco Suárez”. In *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 6, n.º 1-2 (Jan.-Jun.). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917, pp. 42-69.

878 Refere-se ao artigo “Desenvolvimento da filosofia em Portugal durante a Idade Média”. In *O Instituto*. Coimbra, vol. 75, n.º 1 (1928), pp. 68-89.

879 Refere-se ao artigo “Espinosa perante a consciência Portuguesa contemporânea”. In *Chronicon Spinozanum*. Haia, vol. 5 (1927).

880 AFJC. Carta de Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 26/5/37, fl.1. Não há timbre ou carimbo dos correios no envelope, tão só a indicação “p. e. obsequioso do academico Edgard Radesca”, daí se inferir que Joaquim de Carvalho recebeu a carta do então estudante de Direito.

881 Tratava-se da brochura *Desenvolvimento da Filosofia em Portugal durante a Idade Média*, com a indicação de que o autor era professor da Universidade de Coimbra, sócio-correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. COSTA, João Cruz. “Professor Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Joaquim de Carvalho no Brasil, juizos e depoimentos*. Coimbra: Atlântida, 1958, pp. 57-63, p. 58.

temos mantido”⁸⁸². De tudo isto se conclui que, depois da carta de 1937, a correspondência só verdadeiramente se reiniciou nos inícios em 1950, data da primeira edição daquela obra para português. Explica-se, assim, que a primeira carta de Joaquim de Carvalho que consta no acervo de Cruz Costa, hoje depositado na Biblioteca Forestan Fernandes, à guarda da USP, tenha a data de 6 de outubro de 1950.

Sinal dos tempos, se a leitura de obras e, a partir desta conjuntura, a correspondência foram criando pilares sólidos de uma comunicação que se irá intensificar nos anos seguintes, o conhecimento pessoal dos dois correspondentes somente aconteceu catorze anos depois da primeira carta que, vinda de Cruz Costa, atravessou o Atlântico. Esse encontro ocorreu, não em São Paulo ou em Coimbra, mas na França, em junho de 1951, aquando da celebração do IV Centenário de Francisco Sanchez, organizada pela Universidade de Toulouse, areópago onde Joaquim de Carvalho proferiu a palestra de encerramento⁸⁸³.

Curiosamente, a oportunidade do encontro foi aberta por uma missiva, que este escreveu em 1/3/51 a pedir a Cruz Costa um artigo para a *Revista Filosófica* sobre Sanchez, e onde, depois de traçar o itinerário que seguiria em Espanha e França, oferecia-se para enviar para o Brasil alguma encomenda do que interessasse ao amigo⁸⁸⁴. No mês seguinte, em 20/4/51, o paulista comunicava que também iria a Toulouse, confessando que a vontade de fazer essa “inesperada viagem”⁸⁸⁵ foi suscitada pela carta vinda de Coimbra.

Cruz Costa já tinha na memória uma ideia da fisionomia de Carvalho, fixada a partir de um retrato reproduzido num folheto que publicitava a *Revista Filosófica*, que aquele dirigia e que circulou em 1951. Essa imagem facilitaria o reconhecimento em Toulouse⁸⁸⁶, tanto mais que combinaram instalar-se no mesmo hotel⁸⁸⁷. Joaquim de Carvalho viajaria acompanhado

882 *Idem, ibidem*.

883 De acordo com o próprio Joaquim de Carvalho, a Universidade de Toulouse, associada à comissão organizadora das Journées Médicales Toulousaines, a Municipalidade de Braga, com a colaboração da Faculdade Pontifícia de Filosofia, da mesma cidade, e a Academia das Ciências de Lisboa, levaram a cabo solenidades e sessões comemorativas do quarto centenário do nascimento do filósofo e médico Francisco Sanchez. O professor de Coimbra se associou aos eventos com três diferentes discursos proferidos e depois publicados na *Revista Filosófica* de dezembro de 1951: o primeiro, em francês, na Faculdade de Medicina de Toulouse, em 23/6/1951; o segundo no salão de conferências da Biblioteca Pública de Braga, em 10/11/1951; e o último na sessão plenária da Academia das Ciências de Lisboa, em 13/12/1951. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. II, pp. 425-455.

884 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 1/3/51, fls. 1 e 2.

885 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 20/4/1951, fl. 1.

886 *Idem, ibidem*.

887 O professor de Coimbra indicou: “Por todos os motivos, ser-me-ia mto. agradável que fixássemos no mesmo hotel e por isso permito-me pedir-lhe que escreva ao Dr. J. Verissimo Serrão, Leitor de Português, Faculdade de Letras, Toulouse, para lhe pedir que ele arranje alojamento no mesmo hotel em que eu ficarei alojado. Terei ainda o facto de estar comigo mais tempo, pois é de crer que a hidro- nefrose me obrigue a ficar mto. tempo em casa – além de que a minha filha poderia ser companheira de sua Esposa”. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 24/4/51, s/n.º, fls.1 e 2.

da filha Júlia, de 20 anos, e o brasileiro, então com “um filho e uma filha, todos pequenitos”⁸⁸⁸, pela esposa Odete, em sua primeira viagem ao “velho continente”. Ainda por carta, os dois interlocutores gizaram um programa alternativo que, a par da sua vertente turística, iria cimentar as mútuas relações entre ambos. De onde esta convicção do professor da USP: “Creio que farão boa camaradagem, pois, minha mulher é simples, não tem “chiquês” e é terrível para conhecer cidades. Não deixa de ir ver o que existe, aproveita todo o tempo. Já eu contento-me em vêr, principalmente, o povo”⁸⁸⁹.

Talvez o correspondente português também já tivesse procurado alguma imagem do professor da USP, pois o reconheceu primeiro, momento que Costa narrou deste modo: “Vínhamos de volta ao hotel, em Toulouse, minha mulher e eu, quando um senhor gordo, alto e simpático, abordou-me e perguntou-me se eu era o Cruz Costa. E só então conheci pessoalmente o autor do folheto que, há vinte anos, eu comprara no Rio”⁸⁹⁰. As afinidades foram confirmadas ao ponto de o casal de brasileiros ter passado por Coimbra antes do retorno a São Paulo. Ali, puderam conhecer “a família tão simpática” do amigo, mas também “seus livros”, e compreender melhor a sua grande vontade de conhecer o Brasil⁸⁹¹. As fotos desse encontro foram depois enviadas de São Paulo e recebidas com alegria.

Naturalmente, o encontro presencial trouxe novo impulso à relação epistolar, agora com gestos mais nítidos, vozes, entonação, impressões captadas pela convivência, cumplicidades reforçadas por conversas imersas em outra relação de tempo e espaço. Voltariam a se rever no ano seguinte, em 1952, quando Cruz Costa foi visitá-lo na Figueira da Foz, e, depois, em 1953, quando Joaquim de Carvalho fez, finalmente, a sua primeira (e única) viagem ao Brasil, em boa parte devido ao empenhamento do amigo. Nesses intervalos, a conversa não cessou e, por vezes, escreveram mais do que uma carta na mesma semana. As questões eruditas e bibliográficas, bem como as considerações sobre as conjunturas e conflitualidades universitárias e políticas, serão cada vez mais mescladas com notícias e provas de afeto que envolviam as duas famílias e que chegaram a ser manifestadas através do envio de cartões natalinos e, vez por outra, de cartas trocadas entre as filhas de Joaquim de Carvalho, Dulce e Júlia, e a esposa do universitário paulista.

888 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/1/1951, fl. 1.

889 BFF-USP. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 7/5/1951, fl. 1.

890 COSTA, João Cruz. “Professor Joaquim de Carvalho”, *Op. Cit.*, p. 59.

891 *Idem, ibidem.*

CAPÍTULO VIII

Uma longa conversa que só a morte interrompeu

Chegou o momento de trazer a terreiro o que escrevemos a propósito dos “tipos” de correspondência e das suas concretizações híbridas, para destacar que são estas últimas que mais encontramos em boa parte da correspondência entre João Cruz Costa e Joaquim de Carvalho. Embora sejam cartas escritas por protagonistas que ensinavam filosofia, convém lembrar que ambos foram, sobretudo, historiadores da cultura e que as suas idiossincrasias condicionaram o conteúdo e a forma do que escreveram.

É certo que das suas canetas saíram alguns fragmentos de cartas onde permutaram e discutiram temas mais abstratos e integráveis no que designámos por *correspondência ideativa*. Todavia, comumente, esta faceta emergiu no contexto do envio de informações de carácter erudito e, principalmente, de cariz bibliográfico, incluindo matérias que podemos inserir na área do livro e da leitura. (É preciso ter sempre presente que os dois possuíam “magníficas” bibliotecas). Em simultâneo, também é possível surpreender o grande peso de assuntos conectados, não só com o meio universitário e cultural de Portugal e do Brasil, mas também com inquietações e expetativas sobre a situação política e social de ambos os países, governados por ditaduras durante quase todo o tempo em que decorreu o intercâmbio. Por outro lado, e num crescimento acentuado após 1951, as missivas ganharam uma tonalidade cada vez mais biográfica, familiar e afetiva, o que também faz delas uma boa fonte para o estudo de percursos de vida nos meios universitários brasileiros.

A face biográfica e familiar da correspondência

O conhecimento pessoal em 1951 e a viagem de Carvalho ao Brasil em 1953 foram os momentos fortes que aceleraram a sua comunicação epistolar e cimentaram uma afetividade logo traduzida no estilo das missivas e em várias compartilhas. Desde 1951, os dois correspondentes deixaram de ser realidades imaginadas. Passaram a ter fisionomia e voz empiricamente reconhecíveis e que só a distância poderia esbater e desfocar. E a intimidade conquistada chegou a tal ponto que o comportamento sempre mais contido do português não o impediu de, em 1955, enviar ao amigo um seu retratado, gesto que a divulgação da fotografia nas últimas décadas do século XIX fez entrar nas práticas epistolares, quando o envio de uma fotografia com dedicatória também era prova de admiração e de amizade. Foi este o caso, pois

há notícia de que o professor brasileiro colocou o retrato no seu espaço de trabalho, ao lado de outra presença igualmente muito querida do seu olimpo – René Descartes. Poderia-se dizer que os autores apreciados saíam das prateleiras do templo bibliotecário para ganharem uma representação “panteónica” com rosto. Atente-se na resposta do professor da USP. “Recebi hoje – e muito lhe agradeço o seu retrato. Vai ser encaixilhado e posto aqui, ao lado do meu Descartes. Como vê, fica em boa companhia”⁸⁹².

Os cabeçalhos das missivas também plasmam a evolução desta intimidade. Como é natural, nos seus primórdios, reinou a formalidade. “Exmo. Srn. Dr. Joaquim de Carvalho” foram os termos escolhidos por Cruz Costa para iniciar o contato com o professor de Coimbra, e quando ele foi retomado em 1950, ainda sob o signo dos interesses científicos e bibliográficos comuns, a etiqueta manteve-se, mas para rapidamente evoluir para expressões conotativamente mais afetuosas, como “Meu ilustre e prezado confrade” (1950), por parte de Carvalho, e “Exmº e Prezado amigo” (1951), por parte do paulista. Finalmente, em 1952, surpreende-se o “meu prezado Amigo e colega”⁸⁹³, “Meu caro amigo”⁸⁹⁴ e despedidas como esta: “abraça-o afectiva e gratamente o seu amigo, colega e admirador”⁸⁹⁵, “do muito seu amigo e admirador”⁸⁹⁶. Por sua vez, em 1953, isto é, depois da viagem de Carvalho ao Brasil, ganhou força o sintagma “querido amigo”, expressão recorrente nos anos seguintes, quando os abraços *ex corde*, objetivados em formas de tratamento como “grata e afetivamente”, “grata e cordialmente”, se tornaram mais usuais por Carvalho. Além de “um cordial abraço e cumprimentos aos seus”, há cartas em que Cruz Costa se despede como o “amigo de sempre”⁸⁹⁷.

Demais, com o encontro em Toulouse e em Portugal, o relacionamento entre ambos se alargou, como vimos, às próprias famílias, ao mesmo tempo que a dimensão confessional e a manifestação de angústias (nomeadamente sobre a saúde própria), assim como os problemas e os sucessos dos filhos ocuparam mais espaço na narrativa. Entre outras, uma efeméride pode ser evocada como sinal deste novo estádio: o envio pela família de Carvalho à de Cruz Costa, através de um portador, de 10 quilos de frutas secas, um queijo e castanhas, com estes votos: “Oxalá tudo aí chegue bem. Diga-me o q mais lhe agrada, bem como à D. Odete e ao seu ranchinho”⁸⁹⁸. Por culpa da alfândega, a entrega do “presente” atrasou-se, o que fez com que

892 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 15/2/1955, fl. 1.

893 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 6/1/52, fl. 1.

894 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 30/12/1952, fl. 1.

895 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 6/1/52, fl. 1.

896 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 29/1/1952, fl. 1.

897 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/3/1955, fl. 1.

898 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 1/12/53, fl. 1.

o gesto quase tenha ficado pela intenção. “Foi pena”, lastimava Cruz Costa, para acrescentar: “Creio que o queijo deu cabo de quase tudo, salvo das nozes e das castanhas. O queijo, o calor, o tempo que levou a ser entregue o pacote... Foi pena”⁸⁹⁹.

Merecem destaque, ainda, os vários despachos pela família paulista, via *Serpa Pinto*, *Vera Cruz*, *Santa Maria*, de coleções de discos (escolhidos por Cruz Costa e Dona Odete), de suportes de música, de livros, de revistas e de outros objetos. Os livros ocupavam uma posição importante, mas a resistência dos registos discográficos – sempre muito aguardados, porque os serões da sua audição faziam a “delícia” dos Carvalhos – não era suficientemente forte para evitar destruições, como aconteceu aos que, em abril de 1954, chegaram quase todos “em frangalhos”⁹⁰⁰.

Este clima de intimidade amiga refletiu-se, ainda, nas missivas que trouxeram votos de aniversários, renovados a cada ano, ou nas que noticiavam acontecimentos de ordem familiar, seja o anúncio (1954) do casamento da filha de Carvalho, Julinha, seja a conclusão dos estudos liceais do filho Júlio, seja a obtenção do “canudo” em Direito pelo Joaquim, seja o sucesso do futuro médico Pascoal, quando alcançou 16 valores (“distinção”) na cadeira de Anatomia. Também compartilhou os planos do filho jurista para emigrar para Angola, assim como tristezas, como a provocada pelo falecimento da sogra, pessoa que “estimava de-veras”, por suas qualidades e por haver ajudado a esposa na criação “de alguns dos meus filhos”⁹⁰¹. Mas, os temas da doença e da saúde também eram recorrentes.

De 1951 a 1958, atos e gestos comuns aos mais chegados se realizam pelas cartas, onde discutem os problemas familiares, de saúde e os aborrecimentos cotidianos, com exames, aulas, alunos. Nas duas pontas, há um cotidiano com traços em comum e singularidades estabelecidas, integrando a rotina da escrita missivista, também afeita a preocupações suscitadas pela voz do sentimento. No plano da saúde, encontramos, em 1951, Cruz Costa a informar que foi operado às amídalas e, mais tarde a dar notícias não só acerca das suspeitas de que padecia de uma labirintite, como, em 1954, dos tratamentos às tonturas que estava a fazer numa estância de águas situadas no Prata. A confiança se transformou em confiança ainda mais pessoal, quando, em 1955, relatou o agravamento da saúde do filho, com este estado de ânimo: “Tudo isto tem deprimido muito o meu espirito e sinto que a minha saúde ressentiu-se com aquela moléstia do menino”⁹⁰². Problemas que, por vezes, ditavam a temática de livros enviados, como expresso na carta de 11/4/1952: “Quero aqui agradecer-lhe

899 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 28/1/1954, fl. 1.

900 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 12/4/54, fl. 1.

901 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 6/1/52, fl. 1.

902 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 6/6/1955, fl. 1.

muito o livro que me mandou sobre a fala dos tatibitates. É para meu filho que tem grandes dificuldades de linguagem”⁹⁰³.

Por sua vez, Joaquim de Carvalho compartilhava os seus crescentes problemas de visão, principalmente quando, em 1952, sofreu um deslocamento de retina cuja terapia o impediu de escrever e ler durante algumas semanas. No entanto, a moléstia não cortou o fio da correspondência, porque passou a ditar as cartas à sua filha Julinha. No limite, foi esta quem evitou o silêncio, ao informar Cruz Costa que o pai iria permanecer “durante bastante tempo com os olhos vendados” e que, nos três ou quatro meses subsequente, somente poderia utilizar parte da visão, o que tornava “bastante penoso para o Papá estar sem vista, mas Deus dar-lhe-á paciência para suportar todo este tempo”⁹⁰⁴. O silêncio inicial causou preocupação em São Paulo, como revela o postal enviado por Costa em 21/8/1953: “Até hoje, 21 de agosto, não recebi notícias suas. Como vai de saúde? Recomendamo-nos aos seus”⁹⁰⁵.

Em 1956, Carvalho reportou uma outra cirurgia a que foi sujeito para lhe retirarem pólipos, operação que lhe pareceu ter sido bem-sucedida. No entanto, pelo mesmo motivo, foi novamente operado em 1958. Devido ao seu estado, solicitou ao filho que respondesse à última carta de Cruz Costa. E, por ela, o assíduo correspondente, soube que o companheiro do percurso epistolar estava internado no hospital a aguardar intervenção cirúrgica. Segundo o filho, sentia dores e estava triste. Mas, mesmo acamado, se ocupava com o envio de livros para São Paulo. Não de qualquer título, mas de escolhas que lhe pareciam importantes do ponto de vista editorial e que fossem ao encontro dos interesses intelectuais do amigo. Perante isto, Joaquim Montezuma de Carvalho acrescentava: “É uma tristeza. Oxalá se livre de tudo isto que nos traz a todos apreensivos. Ele fez-me enviar-lhe (e já o fiz) o último livro do Vieira de Almeida da Coleção Filosófica e um livro sobre Ferreira de Castro e o Brasil”⁹⁰⁶.

Em agosto, dois meses antes de Joaquim de Carvalho falecer, o seu estado tinha piorado, mas continuava a comunicar com os amigos e a querer notícias sobre coisas que lhe interessavam. Assim, por exemplo, pedia que lhe lessem em voz alta a revista *Manchete*, sinal de que não tinha esmorecido a sua atenção à atualidade brasileira. Para Cruz Costa, o filho descrevia uma situação que se agravava, mas também frisava que o doente não tinha perdido o seu otimismo e lucidez de espírito, convicto de “que dentro de dois meses já começará a convalescer” e de que, então, teria tempo para retomar investigações suspensas, incluindo um

903 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 11/4/1952, fl. 2.

904 BFF-USP. Carta de Júlia de Carvalho a João Cruz Costa, 23/6/52.

905 AFJC. Cartão postal de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 21/8/1953, fl.1 (verso). Frente com a foto do Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

906 BFF-USP. Carta de Joaquim Montezuma de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 28/8/1958.

prometido estudo sobre o Padre Antônio Vieira. Por sua vez, não se esquecia das manobras que selecionavam e controlavam intercâmbio universitário luso-brasileiro oficial, onde se sentiu mais vítima do que usufrutuário. Daí que, pela pena de Joaquim Montezuma, mandasse pedir que o amigo paulista lhe contasse tudo sobre o desfecho da polémica que, em São Paulo, tinha sido travada, uns anos antes, entre o democrata e jornalista brasileiro Paulo Duarte e o medievalista da FLUC Torquato de Sousa Soares. Tinha uma ideia dela, mas desejava “melhores informes”. De onde a conclusão aquietadora do filho: “Como se vê, sempre lúcido e ainda bem (...) O pai envia afetuoso abraço”⁹⁰⁷.

Em artigo inserto no *Diário de Notícias*, em 17/5/1979, João Gaspar Simões, ao apreciar os primeiros volumes da recém-lançada *Obra Completa de Joaquim de Carvalho*, escreveu que a atividade intelectual do seu antigo professor cessara desde 1955⁹⁰⁸. No entanto, esse diálogo mostra uma mente lúcida ainda em ação, fiel a quem gostava e esperançoso de que o regresso da saúde possibilitasse a realização dos múltiplos projetos em que, como em todas as fases da sua vida, esteve envolvido.

Uma correspondência situada e politicamente vigiada

Depois do que ficou exposto, tem sentido voltar a citar o que Joaquim de Carvalho escreveu sobre as cartas de Antero de Quental: nada “lhes falta, desde o informe biográfico até a vivência dos seus mais puros sentimentos, desde o transporte das inquietações sociais e políticas de um ser ativo, até a perspicácia do ideal e às agonias lentas de taciturnas meditações solitárias”⁹⁰⁹. Descontando as diferenças de estilo e de densidade, não será forçado defender que o seu conteúdo é igualmente aplicável ao autor, em particular no que toca ao epistolário em que os informes biográficos e as expressões de sentimentos aparecem geminados com inquietações sociais e políticas próprias de seres intelectualmente ativos.

Não surpreende, em função das opções cívicas de Costa e de Carvalho e de o seu diálogo ter em boa parte ocorrido num tempo de ditadura em Portugal e numa época de instabilidade política no Brasil. Por outro lado, se a repressão só se abateu mais implacavelmente sobre o primeiro em 1964, o segundo, quando recebeu a carta inaugural da correspondência, em 1937, já tinha sido demitido de diretor da Biblioteca da Universidade de

907 AFJC. Carta de Joaquim Montezuma de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 7/7/58, fl. 1.

908 João Gaspar Simões tem como referência o último volume dos *Estudos sobre a Cultura Portuguesa*, em 1955. SIMÕES, João Gaspar. “Joaquim de Carvalho e a filosofia portuguesa”. In *Diário de Notícias*, Lisboa, 17/5/1979, 2º Caderno.

909 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. V, p. 50.

Coimbra (1931)⁹¹⁰ e sofrido a extinção da Imprensa da mesma instituição (1934). E a ameaça de outros arbítrios pairou sempre como um fantasma na mente dos correspondentes, tanto mais que a sentiam na vida universitária e na vigilância e violação da correspondência.

“O que é preciso é cuidado com o que se diz”

O trânsito atlântico de envelopes, pacotes de livros, jornais, revistas, discos, informações não passou despercebido, pelo menos, à polícia política portuguesa, ação que aumentou após a viagem de Carvalho ao Brasil, em 1953, quando a frequência dos extravios despertou a atenção dos missivistas. Por exemplo, numa epístola de setembro daquele ano, Cruz Costa estranhava a falta de notícias e informava que, ultimamente, de Portugal, somente tinha recebido jornais, de onde sibilamente concluía: “Extraviaram-se as cartas, como é costume”⁹¹¹. O número estava a ser significativo, pois o remetente português garantia ter escrito, “pelo menos, 3 cartas: 2, de avião, e 1, pelo correio marítimo, e digo pelo menos por q tenho a impressão de haver escrito uma 4^a”⁹¹². Algumas delas continham dinheiro, enviado para custear a compra de livros no Brasil e o respetivo despacho. Cédulas de cruzeiros que nunca chegaram ao seu destino.

Como medida cautelar, Carvalho propôs envolver sua filha Júlia e a esposa de Cruz Costa na seguinte manobra: as cartas mais sensíveis seguiriam dirigidas “à Sra. D. Odete, para se contraprovar certa suspeita de interferências... Amanhã também lhe escreverá Julinha, e depois escreverei de novo com mais vagar”⁹¹³. A desconfiança foi confirmada com os envelopes violados, mas existiam dúvidas acerca da sede do transvio: no Brasil ou em Portugal? O pensador figueirense estava convencido de que as violações ocorreram “aí, e não

910 Em 1931, o Ministério da Instrução Pública publicou o Decreto n.º 20.180, de 7 de agosto, no qual extinguiu o cargo de diretor efetivo da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A partir de então, o cargo de diretor passaria a ser exercido “em comissão, pelo prazo de dois anos, por um professor catedrático da Faculdade de Letras, nomeado pelo Ministro da Instrução Pública de entre os candidatos votados, em lista dúplice, pelo conselho escolar da referida Faculdade”. O professor catedrático nomeado poderia ser reeleito uma vez, não podendo voltar a ser incluído na respectiva lista num prazo de dois anos. A justificativa para a mudança foi de “manter entre a direção de tam importante estabelecimento científico e o corpo docente da Universidade uma estreita ligação, adotando as mesmas normas já estabelecidas para o provimento dos cargos de bibliotecários das diversas faculdades e escolas”. Na prática, Joaquim de Carvalho seria substituído por João da Providência e Costa (1932-1940) e Damião Peres (1940-1944). Dado o caráter direcionado do decreto, num contexto de reações a políticas do regime (com greve de estudantes em Lisboa e Porto, e agitações estudantis em Coimbra no mesmo ano), esta medida é enquadrada como consequência do reforço do controle da Universidade por parte da Ditadura Militar. Cf. Decreto n.º 20180. Diário do Governo n.º 182/1931, Série I de 7/8/1931 [em rede: <https://dre.pt>].

911 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 2/9/53, fl. 1. Estas interferências estavam a provocar prejuízos imediatos. Uma das cartas extraviadas continha 100 cruzeiros e outra, de avião, o requerimento de João Montezuma de Carvalho relativo ao concurso de uma bolsa de estudos.

912 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 2/9/1953, fl.2 (verso).

913 *Ibidem*.

em Portugal; em todo o caso, atente bem na data dos carimbos, por q pode dar o caminho”. E afirmou ter tido informações locais, por parte de conhecedores dos procedimentos policiais, que lhe terão garantido que, em Portugal, não seria, e se o fosse, “teria sido abate na presença do destinatario. Claro, q é de duvidar, por q a censura não tem escrupulos; no entanto, inclino-me mais a crer q a proeza foi cometida aí”⁹¹⁴.

O amigo brasileiro não concordava com a hipótese, mormente porque também tinham desaparecido cartas que não transportavam dinheiro, incluindo uma que seguiu para Costa contendo uma carta de Rodrigues Lapa⁹¹⁵ e que, passado algum tempo, foi devolvida a Carvalho, sem aquela e sem o envelope original. Daí que o professor da USP perguntasse: se tivesse havido um transvio no Brasil “que interesse podia ter o tipo que teria aberto em mandar-lha? É muita cordialidade...! E como eu não acredito muito na cordialidade do brasileiro, apesar das afirmações do Ribeiro Couto... Mas, enfim, esperemos o que me diz”⁹¹⁶. A responsabilidade brasileira parecia-lhe inverosímil porque “se aqui tivesse sido a carta violada, não creio que ela lhe seria mandada pelo violador. Não perderia tempo com isso. Recebeu o Snr. o conteúdo do envelope? Onde anda ele? É o que me leva a pensar assim. Isso não significa defesa da pouca-vergonha do correio daqui, pois bem sei que há muita roubalheira, muita desordem cá nos Correios. Mas, enfim, tudo isso já passou. O que é preciso é ter cuidado com o que se diz”⁹¹⁷. Desde então, para alguns conteúdos, tiveram como destinatários e remetentes de “fachada” das epístolas a mulher de Cruz Costa e uma das filhas de Carvalho.

Esta argumentação convenceu Carvalho de que “o extravio se deu neste paiz à beiramar plantando, e não no seu... Começo a crer q o melhor será escrever-lhe p^a a Fac.”⁹¹⁸. Na sua primeira hipótese, o português não associava o caso a outras razões. É que, por mais inofensivas que fossem as trocas de ideias e de informações, a verdade é que, na conversa, também se falava de pessoas, algumas das quais exiladas, que militavam nos círculos de oposição a Salazar sediados no Brasil, com relevo para o Rio de Janeiro e, sobretudo, para São Paulo e para o núcleo que, nos inícios da década de cinquenta, tinha alguma influência junto a redação do diário *Estado de São Paulo* e do seu diretor Júlio de Mesquita.

914 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 26/11/1953, fl. 1.

915 Em princípios de setembro, Joaquim de Carvalho informava ter recebido “uma carta do Rodrigo Lapa, q confidencialmente lhe mandarei: justifica a conversa que tivemos em casa do Julio de Mesquita. Lembra-se?”. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 5/9/1953, fl.1. Depois, em 11/9/53, dizia: “Mando-lhe inclusa a carta (fl.1 verso) do Rod Lapa; é confidencial e rogo-lhe a devolução”.

916 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 8/12/1953, fl. 1.

917 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 17/12/1953, fl. 1.

918 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 22/9/1953, fl. 1.

Em finais de 1955, as dúvidas reapareceram quando uma carta vinda do Brasil foi entregue com sinais de que o seu envelope tinha sido violado. Joaquim de Carvalho parece admitir vigilância das polícias de ambos os países, pois, noticiou assim o caso ao remetente: “Recebi ontem sua carta de 20 de junho com o envelope, q vai junto e que todo lo dice... A obra deve ter sido feita aí, como suponho, e os arreios portugueses declaram, mas não estou seguro, absolutamente⁹¹⁹”. Na resposta, Cruz Costa, sem deixar de considerar a hipótese de o ato ter sido cometido nos dois países, sustentava que, naquela conjuntura, o regime político português tinha mais capacidade e interesse na matéria: “Quanto aquela cousa da sobrecarta, talvez estranhem tanta correspondência... E, é possível, também que a cousa tenha sido aberta aqui... Cá e lá... Mas sempre é mais fácil supôr que as ditaduras...”⁹²⁰.

As dúvidas são claramente resolvidas quando se conhece as cópias das cartas de Cruz Costa a Joaquim de Carvalho localizadas no arquivo da PIDE⁹²¹: a correspondência tocada entre ambos era vigiada em Portugal. Naquele espólio, atualmente, estão depositadas quatro cartas transcritas do professor da USP (uma de 1956 e três de 1957), mas há notas nos documentos que indicam que a correspondência também foi fotografada⁹²². Um agente (n.º 212/88) apontou ainda que o serviço estava atento a toda a correspondência que professor de Coimbra recebia, como anota numa carta datada de 6/11/1956: “Para conhecimento de V. Ex^a, tenho a honra de transcrever uma carta recebido [sic] hoje, dia 11 do corrente, pelo Dr. Joaquim de Carvalho”⁹²³.

Não está explícito no arquivo da PIDE quantas outras cartas foram fotografadas do epistolário aqui em causa, mas as transcrições revelam os temas que os agentes prestaram mais atenção. Por exemplo, em 11/11/1956, selecionaram o passo em que Cruz Costa se pronunciou sobre o conflito do Suez, a situação política no Brasil após-Vargas que envolvia o general Lott, Carlos Lacerda e João Goulart, sua viagem a Porto Rico, México e Peru. Sobre Portugal, retiveram as informações do uspiano sobre o novo embaixador brasileiro, Álvaro Lins, embora o remetente quase somente se limitasse a falar da sua fama – “não é mau sujeito, mas nos últimos anos ganhou muita antipatia” – e da sua ligação à literatura (era “autor de uma antologia luso-brasileira”). E o mesmo fez em relação a Josué Montelo, nomeada para o Instituto Cultural Josué Montelo e apresentado como “membro, como o novo embaixador, da

919 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 10/8/1955, fl. 1.

920 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/9/1955, fl. 1.

921 ANTT. PIDE/DGS, Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 464.

922 Por exemplo, a nota de 11/11/56: “Esta carta foi fotografada. Ver película n.º H/56”. ANTT. PIDE/DGS, Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 464, fl. 84.

923 *Ibidem*. Além de transcrever, acrescenta minuciosa descrição, mas não faz análise do conteúdo: “Informo a V. Ex^a. que esta carta era dactilografada em papel de carta de avião. Sobre os selos tinham um carimbo a óleo ilegível”.

tal Academia Brasileira, aquela que tem o Machado de Assis na porta.” E a tudo isto acrescentava um remoque de teor regionalista “O Alvaro é pernambucano, de Caruarú, e o outro, da famosa ex-Atenas Brasileira (S. Luiz). Como sabe, “talento é no Nooóрте”⁹²⁴.

Se estes registros policiais parecem atos burocráticos, o mesmo não se pode afirmar do tratamento que mereceu uma carta em que Cruz Costa recomendava ao destinatário que lesse “o que Miguel Torga diz, no Diário (VII), sobre o Brasil. Está inteligente. Hoje mesmo acabei de comprar – e de lêr – a obra do feissimo Torga”⁹²⁵.

As cartas transcritas pela PIDE também deram importância ao que Cruz Costa escreveu, em abril e maio de 1957, em torno da visita do general Craveiro Lopes ao Brasil. Numa delas, o remetente dava conta das movimentações havidas na USP, a propósito da atribuição do título de *Doutor Honoris Causa* ao presidente Craveiro Lopes pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, iniciativa que não tinha caído bem em alguns meios anti-estadonovistas. Cruz Costa justificou nestes termos as razões do seu apoio: “Esta história foi proposta pelo Saldanha da Gama – amigo de perto de P. Duarte. Eu também assinei, pois a homenagem é a Portugal assim como D.H.C. será o Presidente Gronchi, que vem ao Brasil logo depois. Mas... Bem! isto de D. H. C. devia ser para outros mas. [sic]”⁹²⁶. Numa outra carta, de 23/5/1957, copiada pelo agente em 30/5/1957, o relato informava que alguns intelectuais paulistas preparavam um protesto, durante a visita do presidente português. Costa questionava o pretexto escolhido: “pedir liberdade de imprensa” naquela ocasião “não será, como cá se diz, ser amigo da onça?”⁹²⁷.

Nessa mesma missiva, o autor também estranhava não ter chegado às mãos de Carvalho quer o número da revista *Anhembi*, onde o diretor Paulo Duarte, explorando o contexto, denunciava a censura em Portugal, quer um livro sobre o Rio Grande do Sul. Esse e outros casos do confisco de jornais e de outros números da *Anhembi* indiciam que, além das cartas, outros tipos de publicação não passaram pelas malhas da polícia política.

Ecoss e reflexões sobre os destinos políticos do Brasil e de Portugal

Nesse ponto, a análise dos dois correspondentes tinha como pano de fundo a

924 ANTT. PIDE/DGS. Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 464, fl. 84 e 85. O mesmo conteúdo é visto em AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 6/11/1956, fl. 1.

925 *Ibidem*.

926 ANTT. PIDE/DGS, Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 464., fl. 60. No acervo de Joaquim de Carvalho, não consta nenhuma missiva que trate desta matéria, ficando por saber se o professor de Coimbra chegou a receber essa carta enviada de São Paulo em 26/4/1957.

927 ANTT. PIDE/DGS. Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 464. fl. 65. Há indicação que esta carta foi também fotografada, “películas, 11 e 12 do rolo 8/57”. O mesmo conteúdo é visto em AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 23/5/1957, fl. 1.

constatação das grandes mudanças que tinham acontecido nestes dois países, agora sujeitos ao sentido do desfecho da Segunda Guerra Mundial, de onde emergiram os Estados Unidos e a União Soviética como as potências e um movimento descolonizador que, com o apoio de uma nova organização de porte internacional – a ONU, fundada em 24 de outubro de 1945 –, prometia extinguir os impérios coloniais ainda existentes.

No entanto, esta nova realidade deu igualmente a uma guerra fria, com fronteiras político-ideológicas demarcadas pelos vencedores e de escala global, o que criava a convicção de que, tarde ou cedo, implodiria um confronto entre o Ocidente e o Oriente, agora na era do nuclear. No Brasil, reinava o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), em crise, enquanto o Estado Novo português tinha respirado fundo com a sua sobrevivência, em boa parte garantida por um Ocidente temeroso do crescimento da influência comunista, condicionante que também possibilitou a continuidade imediata de um império que não tinha sofrido mutilação territorial desde a independência brasileira em 1822. No entanto, os interlocutores tinham a consciência de que estavam a viver numa época em que a história se tinha acelerado muito. Cruz Costa registou na correspondência o aumento da influência do modelo americano na América Latina. Para ele, essa americanização era compreensível, pois “cada vez mais, estes povos começam a ter consciencia historia [sic], historia viva. O desenvolvimento tecnico leva-as todas para o mundo novo que está marcado pelo cunho norte-americano. As cidades, como verá por um jornal que lhe mando, tomam a feição das cidades americanas”⁹²⁸. Para o uspiano, a face negativa desta tendência estava no fato de as novas gerações já não falarem “senão o inglês, esquecidas do latim, do francês da minha geração, e do alemão, das gerações mais novas. E, muitas vezes, falam e escrevem mal até o português, o que é muito mau! Haja vista o que eu mesmo escrevo”. Neste horizonte, receava que se caminhasse para um rompimento cultural com a Europa, região que o filho de um português e de uma italiana considerava “uma preciosissima herança, para nós, para os ibero-americanos, para os norte-americanos e para os canadenses”⁹²⁹.

Por outro lado, com as migrações dos finais do século XIX e inícios de Novecentos, a sociedade tinha-se transformado numa realidade ainda mais multicultural – especialmente em São Paulo –, ao mesmo tempo em que cresceu o dualismo entre modernidade e tradição, ou melhor, entre a cidade e o campo. Por palavras de Cruz Costa, que muito marcaram a Joaquim de Carvalho⁹³⁰, “a vida, no Brasil, toma formas mais modernas e mais complicadas.

928 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/1/1951, fl. 2.

929 *Ibidem*.

930 Uma vez que é possível encontrar ecos, ou pelo menos a confirmação de alguns desses juízos em

Mas isso é só nas cidades, pois, cá por dentro, encontramos as vilas da Idade Média, as aldeias do século XVII e as cidades do século XVIII (Ouro-Preto, por exemplo). E, ao lado disso, as novas cidades, como o Rio, S. Paulo, o Recife, Porto Alegre, que já nada mais apresentam daquilo que eu vi na minha infância e na minha mocidade”. Porém, esta transformação não aniquilava totalmente a herança porque, segundo a sua opinião, “felizmente o brasileiro ainda não perdeu, de todo, aquele bom traço de aventureiro português. E os estrangeiros que nos chegaram, também adquiriram aqueles bons traços da indole português. É uma beleza, Dr. Carvalho, a gente ouvir nos onibus e nos bonds, as conversas dos sirios, dos alemães, dos italianos. Todas elas entremeadas de expressões portuguesas... E os filhos, então, já não falam senão com o nosso açucarado sotaque!”⁹³¹.

Por sua vez, na mesma conjuntura, Joaquim de Carvalho comunicava um estado de ânimo que revelava grande preocupação pelos destinos do mundo. A Guerra fria traduziu-se imediatamente na crise da Coreia (1950-1953), mas a aparente distância não o aquietava porque estava convicto de que seria “na Europa q se perde ou ganha a Guerra do Oriente, que não pode continuar a corrida a armamentos e que a politica Russa do bastião do Comunismo e do Cavalo de Troia tem de ter uma barreira e um desfecho”. Perante esta situação, pressentia “maus dias, tragicos e revoltos, porq à guerra externa se juntaria na Europa a guerrilha interna”⁹³². Por aqui se percebe a sua reação ao novo clima de insegurança mundial, e a certeza de que ela iria criar uma corrida desenfreada aos armamentos nucleares e a ações da Rússia nas zonas de sua influência. No entanto, mais cauteloso do que o amigo a tratar da realidade brasileira, Carvalho foi sempre muito conciso no modo o informava sobre a vida política em Portugal e os movimentos da oposição ao Estado Novo, ou melhor, ao regime que confidencialmente apelidava “dentadura política”⁹³³, chamando a Salazar, numa outra carta e com ironia, “Chefe providencial”.

A repressão de que foi alvo, o pressentimento de que o pior ainda podia acontecer, e o conhecimento de expulsões da função pública, de prisões e de exílios, mostravam-lhe que a ditadura não era passageira porque se tinha transformado num regime que se julgava definitivo. E, tudo isto, bem como a numerosa família que tinha para sustentar, reforçou a sua temperamental prudência, sem beliscar as convicções cívicas que adquiriu na juventude. Por isso, os juízos de valor mais explicitamente políticos que enviou a Cruz Costa, ou têm a ver com a reafirmação das suas ideais demoliberais, antiautoritárias e anticomunistas, ou dizem

CARVALHO, Joaquim de. *Compleição do Patriotismo Português*. Coimbra: Atlântida, 1954.

931 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/1/1951, fl. 2.

932 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 16/12/50, fl.2 e verso fl. 2, manuscrita.

933 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/6/1952, fl. 2 (frente e verso).

respeito a críticas de incidência cultural e universitária. Um bom exemplo desta última encontra-se nesta informação, transmitida ao correspondente paulista: “Disse-me Cabral Moncada que o Governo quer estreitar as relações interculturais com o Brasil e q está na forja um acordo cultural. Como é de se supor, deve tratar-se de qualquer coisa que dê ampliação ao aparelho, aos aparelhados e aos aparelháveis⁹³⁴.”

No entanto, em outras conjunturas foi um pouco mais longe e ousou mesmo falar de algumas movimentações de oposição ao Estado Novo em conjunturas eleitorais, períodos em que, simulando respeitar a Constituição de 1933, o regime abria, mas sob seu controlo e vigilância repressiva, possibilidades de participação cívica⁹³⁵. Foi o que ocorreu em 1953, ao narrar o sucesso, em Lisboa, das comemorações do 5 de outubro, e ao confessar que, “de seguro”, sabia que “o partido republicano não disputa, como tal, as eleições, para não justificar com a sua intervenção burlas e outras coisas”⁹³⁶. Esta notícia não se confirmou, sinal de que, apesar de atento, Carvalho não estava diretamente comprometido com a ação. É assim que, após a votação, aproveitava não só para ironizar “com a victoria retumbante do Governo q nos guia, ilumina e protege”, mas também para assinalar uma novidade: “a oposição republicana sempre foi às urnas, em 3 circulos, após 27 anos de abstenção e de combate de espirito revolucionário; fe-lo, para se separar inteiramente dos comunistas e para fortalecer com nova tactica o espirito cívico”. Todavia, a sua opinião acerca da escolha não indica uma aprovação total, já que, se, “internamente, foi bem”, externamente, ela dava “a sensação de que veremos um Governo não totalitário, ou antes disfarçadamente totalitário”⁹³⁷. Sabendo-se que as eleições se desenrolavam sob coações várias e nada democráticas, muitos achavam que elas só valiam como uma oportunidade de agitação, enquanto outros sustentavam ser necessário explorar a estreita abertura para doutrinar as massas e para, apesar dos riscos, desmistificar, na prática, o cariz autoritário do regime. No entanto, todos tinham consciência de que, aos olhos de quem não conhecia a realidade portuguesa, a ida às urnas podia funcionar como uma espécie de legitimação de uma ordem que Carvalho considerava totalitária.

O professor coimbrão também não podia ficar indiferente ao problema colonial, então já muito agitado no seio da ONU e depois agudizado, logo em 1950, com as

934 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 25/4/1952, fl. 1.

935 Como Luís Reis Torgal sublinha, foi na década de cinquenta que nasceu um “autêntico movimento de candidaturas de deputados de oposição, embora se revelem também conflitos entre os vários setores, nomeadamente a linha comunista e a linha mais liberal ou socialdemocrata, situação conflitual que vai caracterizar, de uma forma ou de outra, de modo mais evidente ou disfarçado, o movimento eleitoral até 1973”. Cf. TORRAL, Luís Reis. “A eleições dos anos cinquenta”. In LEMOS, Mário Matos e. TORRAL, Luís Reis (coord.). *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República, 2012, pp. 40-41.

936 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 8/10/1953 fl. 1.

937 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 9/11/1953, fl. 2 (verso).

reivindicações da União Indiana face a Goa, Damão e Diu. No seu modo de ver, a Índia era um caso sério e, dentro dos horizontes hegemonicamente inculcados na consciência histórica dos portugueses, não só pela Monarquia Constitucional e pela República, mas também, e com mais ênfase, pelo Estado Novo, o seu posicionamento situava-se dentro de uma herança que era transversal às várias famílias político-ideológicas, incluindo quase toda a oposição portuguesa até ao final da década em pauta. (Recorde-se que o seu candidato unitário às eleições presidenciais de 1958 – Humberto Delgado – ainda não colocava abertamente a questão). Quando muito, e dentro da linha da prática republicana (Norton de Matos), advogava-se a descentralização e a concessão de uma maior autonomia às colónias, regiões que, sintomaticamente, foram todas rebatizadas com a designação de “províncias ultramarinas” a partir de 1951.

Neste contexto, compreende-se que Carvalho achasse que “o governo fez bem em tomar as medidas militares convenientes e em afirmar rotundamente que não tolerava discussões sobre a soberania do Estado da Índia. Fez mal, porém, em criar no Paiz um estado psíquico de nervosismo conquistador, além do ridículo das procissões de desagravo e de penitencia. Singular associação da espada e da cruz, aliás compreensível”⁹³⁸. Por outro lado, como entendia que a *questão* era um assunto político e não militar, concluía que tudo o que ultrapassasse a estratégia de ganhar tempo para se negociar seria errado

por q a pressão não se resolve militarmente. Dadrá e Nagar-Aveli, q foram ocupadas, não são militarmente defensáveis, mas Goa é inexpugnável pelas armas, quaisquer que sejam, e pode resistir mto. tempo. É, porém, difícil a situação por 2 razões: 1ª – o território não se basta economicamente e as fronteiras estão completamente cerradas com a Índia. Os indianos vão forçar – e sabe-se lá por quanto tempo, ao abastecimento pelo mar, e basta isso para q o meu querido Cruz Costa veja a dificuldade da situação económico-social. 2ª – Os goezes estão descontentes pelo actual governo lhes ter diminuído algumas regalias do Estado da Índia⁹³⁹.

E será interessante notar que as suas cautelas teóricas concernentes à capacidade que o saber histórico teria para prognosticar o porvir culminassem na invocação da analogia, não por acaso aplicada a acontecimentos ocorridos no Brasil e que foram o prenúncio da independência desta antiga colônia. Daí que perguntasse:” Gerar-se-á uma situação análoga á dos inconfidentes de Minas?”, para responder: “O futuro o dirá”⁹⁴⁰.

À luz do quadro exposto, importa salientar que o descontentamento das oposições

938 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 7/9/1954, fl. 1 (verso).

939 *Ibidem*.

940 *Ibidem*.

portuguesas face à política colonial ainda somente apresentava como alternativa, talvez com receio de contribuir para o alargamento da base do regime (a população portuguesa estava há muito doutrinada pelo sonho imperial), a reforma do sistema e não soluções imediatamente independentistas. E a opção de Carvalho afinava pelo mesmo diapasão. Prova-o a reação que manifestou ao posicionamento do seu amigo paulista Paulo Duarte face à querela e que relatou a Cruz Costa nestes termos: “me disse aqui o Nuno Simões, há dias, quando me veio visitar, q o Paulo Duarte discreteia disparatadamente sobre o caso da Índia. Ao q depreendi, pensa com o Nehru, - o q é coisa penosa p^a todos os portugueses q o estimam e lhe admiram a independência de carácter. Podem discordar da atitude do Governo, mas todos estamos de acordo em q Gôa não é colônia e a pretensão indiana não é luta contra o colonialismo”⁹⁴¹. Compreende-se a decepção, pois Carvalho, embora reconhecesse a necessidade de se abrirem “conversações com Nehru”, almejava que elas tivesse “como resultado a integração da nova Índia na soberania portuguesa com novas bases”, ao mesmo tempo que desejava que, devido ao centenário legado do Padroado Português do Oriente – que começou a ser restringida por Roma nos meados do século XIX – o Patriarca das Índias voltasse “a ter, pelo menos em parte, a soberania espiritual q a revogação do padroado port. no Oriente, ou a outra Graça do Vaticano, ao qual o governo se prostrou com grave prejuízo, como se está vendo”⁹⁴².

O desfecho trágico do getulismo

Mais do que Salazar – muito raramente nomeado –, Getúlio e o getulismo no seu trágico estertor são personagens importantes da correspondência trocada em 1953 e 1956, com destaque para a que saiu da pena de Cruz Costa. Não que o fantasma do ditador português estivesse ausente da escrita de Carvalho, mas, a consciência que tinha de ser um homem vigiado – sabia que, amiúde, um vulto rondava a sua casa (talvez o informador “Inácio”, tão mencionado na documentação depositada nos arquivos da PIDE/DGS) – aconselhava cautelas, atitude que encontrou no seu estilo mais conciso e frio a adequada forma de expressão. Ao invés, a personalidade mais extrovertida e irónica (ou melhor, sarcástica) do amigo brasileiro plasmou-se num epistolário rico de informações políticas, no seio do qual se encontram algumas missivas que retratam bem o fim do poder de Getúlio e o impacto do desfecho trágico da aventura política do presidente.

Cruz Costa não poupou avisos ao amigo de Coimbra que, nos inícios de 1953,

941 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 28/11/1955, fl. 1.

942 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 7/9/1954, fl. 1 (frente e verso) e fl. 2 (frente e verso). Grifos em negrito acrescentados ao original.

quando se preparava para, finalmente, visitar o Brasil, recebeu esta carta:

Se o amigo chegar ao Rio no dia 19 de abril, poderemos ir saudar o nosso ilustre Gegê, que completa muitos anos naquele dia. O pobre já está completamente gagá, segundo dizem... Outros dizem que ele se faz de trouxa mas que espera ainda dar o bote. As cousas por cá vão mal, muito mal. O povo inquieto e os alimentos populares caríssimos. Se isto durar... Não sei. Há dias, num cinema, passaram uma fita, na qual o ilustre Gegê (Getúlio) fazia de conta que falava aos operários. Era um cinema de bairro e bairro popular. Foi quando o homem começou a cossa, foi tal a vaia que nada se ouviu. É esta, hoje a ‘popularidade’ do homenzinho. Mas havemos de conversar muito aqui e o senhor há de lêr os jornais e de vêr⁹⁴³.

A partir dos inícios de abril até julho, Joaquim de Carvalho pôde verificar *in loco* a situação brasileira e dialogar muito sobre ela com Cruz Costa e com outros intelectuais brasileiros.

Nos meses seguintes, o cenário não se alterou e aumentaram os sinais de que Getúlio não o poderia controlar, mais a mais numa conjuntura em que o uso de um autoritarismo mais duro tinha perdido adeptos – os próprios americanos não estariam interessados em soluções de tipo “peronista” – e muita base de apoio. Em setembro do mesmo ano, a apreciação de Cruz Costa continuava a ser de teor pessimista. Nela, relatava que a ida de Osvaldo Aranha para ministro da Fazenda era obra da pressão dos Estados Unidos, falava na positiva obra de Jânio Quadros na Prefeitura de São Paulo, embora não gostasse dos seus “ares ditatoriais perigosos”. E, quanto ao plano federal, era taxativo: Getúlio estava “completamente desmoralizado”, destacando-se na campanha contra ele a conservadora União Democrática Nacional e o seu principal plumitivo, Carlos Lacerda. Perante os escritos cada vez mais virulentos deste jornalista, Cruz Costa, em setembro de 1953, avançou com um prognóstico que, uns meses depois, esteve quase a confirmar-se. De fato, em setembro de 1953, afirmava a Carvalho que muita coisa tinha mudado desde a sua partida, ao mesmo tempo que prometia enviar-lhe um número da revista *Manchete* onde poderia ficar a saber “em que altura vai a história do Lacerda. Tenho receio que, um dia acabem com ele”⁹⁴⁴. Por sua vez, para explicar a continuidade e aprofundamento da crise, dava relevo à agudização da situação econômica e social:

Lá se foi, por agua abaixo, o “mito”! Era uma vez... Na vida economica, nada de melhoria. Mais transportes, - já é alguma coisa... Mas... o dollar a 38,50, mas a crise de energia eletrica continua séria. Os “profetas” (Quartim)

943AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 11/3/53, fl. 2.

944 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 9/9/53, fl. 2.

falam em crise muito séria em 54. Aranha, diz que tudo vai mal e que o antigo ministro (Lafer) era apenas um “bailarino”. Em todo caso, apregôa que já para o findar do ano, as cousas melhorarão. Veremos. Enquanto isso, Plínio Salgado faz conferências no Gremio Jackson de Figueiredo, da Faculdade Católica de Direito⁹⁴⁵.

De fato, os pedidos para que Vargas renunciasse ao poder cresceram tanto na sociedade civil como em alguns meios militares. No desespero, a busca da popularidade perdida levou o ministro do Trabalho, João Goulart, a propor o aumento do salário mínimo em 100%, medida que suscitou desagrado entre os setores mais conservadores. Perante isso, Vargas demitiu Jango, não para bloquear avanços trabalhistas, mas para ser ele a colher os louros da ideia, ato que deu força aos que já não temiam exigir a sua demissão. E foram momentos fortes desta campanha a publicitação de posições como a do “Memorial dos Coronéis” (21/1/1954) e a do “Manifesto dos Generais”, bem como o combate da conservadora União Democrática Nacional.

Esta última campanha teve no jornalista Carlos de Lacerda o seu maior agitador e no atentado que, em Copacabana, contra ele foi organizado em 5 de agosto o seu momento mais espetacular, pois, se o alvo se salvou, um acompanhante (o major Rubens Vaz) foi morto. E as primeiras investigações apontavam para um responsável: o chefe da segurança pessoal de Vargas. Ora, a toda esta agitação juntou-se o aumento da pressão militar, consubstanciado no “Manifesto dos Generais” (22 de agosto), documento que reclamava a renúncia de Getúlio. Este rejeitou-a sempre, mas respondeu a todos e à posteridade com uma opção que ainda hoje interpela a sociedade brasileira. A 24 do mesmo mês suicidou-se. Com este ato quis “sair da vida para entrar na história”⁹⁴⁶.

Cruz Costa correu para a secretária para manter o seu interlocutor conimbricense o mais bem informado possível acerca deste grande acontecimento e sobre os (contraditórios) sentimentos e inquietações que o atravessavam naquele momento trágico. Em 24 de agosto de 1954 noticiava-lhe:

945 *Ibidem*.

946 Segundo relato oficial divulgado após o suicídio do presidente, ao lado do corpo de Getúlio Vargas foi encontrada uma carta, com sua assinatura, dirigida ao povo brasileiro. Muitas controvérsias cercaram esta chamada Carta-testamento, ao ponto de sua autoria a ser atribuída ao jornalista José Soares Maciel Filho, redator de grande parte dos discursos dopresidente. No arquivo depositado no CPDOC, encontram-se, de fato, duas cartas: uma datilografada, com o texto transmitido do Catete, por telefone, à Rádio Nacional, horas após o suicídio; e uma cópia manuscrita, de um texto mais conciso. Mas, ambas mencionam os poderosos interesses que se opunham aos interesses nacionais e exploravam o povo. Cf. HEYMANN, Luciana Quillet. “A Carta-testamento e o legado de Vargas”. In *Vargas 1951-1954*, CPDOC-FGV [em rede: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/AlemDaVida/CartaTestamento> (último acesso em 21/9/2016)].

aqui lhe envio dois jornais que assinalam um acontecimento, uma página sangrenta – talvez um símbolo de uma fase histórica de minha terra. Termina, assim uma revolução que durou 24 anos... termina? Ou vai começar nova página? Ninguém poderá prever a extensão que irá tomar os acontecimentos. Getúlio deixa ao morrer uma situação bem difícil e deixou uma carta (se é que ela é verdadeira e não manobra dos corvos imundos do Partido Trabalhista Brasileiro e dos Integralistas) que é um estopim, um apelo à revolta desordenada das massas⁹⁴⁷.

Continuando a indiciar um visível estado de estupefação, logo no dia seguinte escreveu uma outra missiva, tendo-lhe metido dentro um jornal que transcrevia a carta do presidente-suicida – “um testamento terrível que hontem este homem deixou”. Mas, em simultâneo confessava: “foi dolorosa, no entanto, a sua morte. Agora veremos o que vai acontecer. Nunca previ, porém, tal desfecho”⁹⁴⁸.

Começavam, em todo o Brasil, os juízos de valor sobre o homem e a obra, sob um clima de forte comoção nacional. Para Costa, Getúlio, se “estadista ele foi, e hábil”, também criou “à sua volta” o seu “vazio”, dado que “não soube se rodear de homens grandes e decentes e aí está para ser julgado”⁹⁴⁹. O professor da USP sentia necessidade psicológica de compartilhar os seus temores e avaliava a situação como ambígua e frágil, pois, se por um lado, julgava que o advento de uma nova ditadura estava afastado, mesmo que a situação financeira, social e moral do País fosse “muito séria”, por outro lado, intuía que tudo poderia mudar “de uma hora para outra”. É que, neste contexto de quase vazio de poder, “as ambições poderão se fazer sentir”, mas isso só aconteceria se, naquela hora decisiva e trágica, “o patriotismo fraquejar”. No entanto, para todos seria evidente o “suspense que estamos vivendo”⁹⁵⁰.

Embora a quente, a sua escrita alargou-se numa espécie de balanço sobre a obra de Getúlio. E, em Costa, tal como em outros brasileiros, incluindo os que nunca apoiaram as suas antigas práticas ditatoriais, o impacto da tragédia teve como efeito imediato a desculpabilização do suicida, logo visto mais como vítima do que como o principal responsável pelo seu próprio destino. É certo que, na primeira carta que, sobre o caso, escreveu a Carvalho, salientou que “o Getúlio fazia a sua política com magnatas indecentes, tais como Jafet, Lafer e outros”, e que alguns deles tinham sido ministros ou pessoas de sua “confiança”⁹⁵¹. Porém, no dia seguinte, a sua apreciação surgiu mais global e tentava

947 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 24/8/54, fl. 1.

948 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 25/8/54, fl. 1.

949 AFJC. Carta de João Cruz a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 24/8/1954, fl. 1.

950 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho. 25/8/1954, fl. 1.

951 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho. São Paulo. 24/8/1954, fl. 1.

periodizar e relativizar as responsabilidades de Vargas.

Na verdade, Cruz Costa, ao fazer a síntese das suas afinidades e divergências com o político gaúcho, reconhecia que ele foi um “grande estadista”, por quem sempre nutriu uma “certa simpatia”, particularmente na vertente que também era cara a um democrata com preocupações sociais, como era o seu caso. Por isso, invocando a sua arrancada para o poder, recordava a Joaquim de Carvalho, num estilo autobiográfico, que

ele representou em 1930 (tinha eu 26 anos) um novo momento da historia politica do Brasil. Suas ideias esquerdizantes (nada estruturadas, confusas mesmo) eram da minha simpatia. Em 1932 estive com êle mas, em 1937, sofri a primeira desilusão. Agora, que o homem se foi, digo-lhe que, até mesmo em 1937-1939, ele muita coisa fez. Tinha a seu lado boa gente e trabalhou pela emancipação nacional e pelo progresso das classes proletárias. Depois, com a guerra, com o advento dos turcos e os demais salafrios da grande industria e da grossa finança, nada mais fez... Fingia-se de esquerda mas não agia contra a voracidade dos tubarões. O seu suicídio sintetiza bem muitos aspectos contraditórios de sua vida... Era a saída que lhe restava. Em todo o caso, foi nestes vinte e quatro anos que figurou como figura principal no cenario brasileiro, um estadista. O seu mal foi ligar-se a individuos mediocres e liquidar os que poderiam fazer alguma coisa pelo país. Isso marca-o lamentavelmente na nossa história. Ao lado disso, fez, sem duvida, grandes cousas e as circunstancias historicas o ajudaram⁹⁵².

A carta oferece um diagnóstico de cariz historiográfico, mormente quando Costa procurou extrair da espuma dos fatos ilações de caráter geral. Nesta ótica, se viu o suicídio de Vargas – a saída que lhe restava perante tantas dificuldades – como uma síntese dos “aspectos contraditórios de sua vida”, perspectivou-o, igualmente, como expressão de um modo de ser coletivo. De onde o *grande acontecimento* que a sua morte provocou representar “mais um aspecto, verdadeiramente apaixonante, da reflexão sobre a história deste país. Mais um aspecto dos contrastes e contradições deste país, difícil de ser observado e mais ainda de ser compreendido”⁹⁵³.

O atribulado caminho de JK para o poder

Após o choque provocado pela trágica escolha do “pai dos pobres”, as inquietações centraram-se no que iria acontecer. Se alguns setores achavam que, em caso de vazio do poder, as forças armadas avançariam, outros acreditavam haver apoio suficiente para que as soluções fossem encontradas em harmonia com os ditames constitucionais. E assim aconteceu, mas

952 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho. 25/8/1954, fl. 1

953 *Ibidem*.

através de um percurso que teve de vencer muitos escolhos⁹⁵⁴.

Café Filho – o Vice-Presidente de Getúlio – que tinha dado alguns sinais de distanciamento nos dias anteriores a 24 de agosto – ascendeu à presidência (2 de setembro de 1954), como estava previsto na Constituição. Formou um governo cuja composição procurava afastar-se do getulismo e que devia preparar as novas eleições presidenciais. Logo se perfilaram não só vários partidos e candidaturas, como surgiu uma proposta, às vésperas do ato eleitoral, suportada pela UDN e por outros meios conservadores, para se proceder a uma revisão constitucional que impusesse a quota dos 50% para que uma candidatura fosse considerada diretamente eleita. Caso isso não acontecesse, a Presidência seria votada pelos deputados e senadores. E, como justificação, os apaniguados desta tese esgremiam este argumento: só por esta via poderia chegar-se à formação de um governo de unidade nacional, que a profunda crise do País tornava urgente.

A ideia não teve acolhimento e, no seio de algumas organizações que já vinham do tempo de Vargas, conseguiram impor-se, no Partido Social Democrata, as candidaturas fortes do mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira (o JK), e a do ex-ministro João Goulart, no Partido Trabalhista Brasileiro. O ato eleitoral ocorreu em 3 de outubro de 1955 e teve como vencedora a chapa PSD/PTB. JK seria o novo Presidente da República e João Goulart – que, na campanha, havia recebido o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – o seu vice. No entanto, o pendor reformista dos programas apresentados pelos vencedores fez crescer a reação dos derrotados, que tudo irão fazer para, escudados em núcleos militares conservadores e em campanhas jornalísticas e de bastidores (como as de Carlos Lacerda), impedir a subida ao poder dos eleitos. E, sintoma de que certas alas das forças armadas alinhavam nestas manobras irrompeu, em 1 de novembro, a declaração onde um coronel (Jurandir Mamede) ousava pedir, em cerimônia pública, o impedimento da tomada de posse.

Diga-se que existem sinais da hesitação de Café Filho acerca do empossamento da dupla JK-Jango. E, sob os efeitos das tensões que urdiam a conjuntura, a 3 de novembro de 1955, o sucessor de Getúlio sofreu um distúrbio cardiovascular, acidente que o levou ao internamento e que ditou o seu afastamento das atividades políticas. De acordo com a legalidade constitucional, substituiu-o Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados e figura que, apesar de ter sido eleita pelo PSD, estava próxima da UDN na matéria em pauta.

Entretanto, a citada intervenção pública do coronel Mamede mereceu uma imediata

954 CARLONI, Karla G. “A esquerda militar no Brasil (1955-1964)”. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

resposta por parte do governante que, naquela conjuntura, era visto como o mais importante sustentáculo da ordem constitucional: o ministro da Defesa, Henrique Lott. Tendo imediatamente levantado o respetivo processo ao seu subalterno, e perante a previsão de um parecer negativo da instância interna que julgaria o caso, o marechal recorreu ao Presidente da República que tinha poderes para autorizar a punição. A decisão coube a Carlos Luz, que a negou.

Em face desta resposta, o ministro não só pediu a demissão, como se tornou na principal bandeira dos que pretendiam bloquear o desrespeito da vontade expressa nas urnas. De fato, à favor de Lott movimentaram-se tropas que cercaram posições estratégicas no Rio, posição de força que provocou a fuga de Carlos Luz para o cruzador Tamandaré, bem como o pedido ao Congresso, reunido extraordinariamente, para o destituir (ter-se-ia ausentado sem autorização do poder legislativo), solicitação que foi aprovada em 11 de novembro. Com isto, terminava uma governação que tinha começado a 7 do mesmo mês e consumava-se uma movimentação político-militar – o “11 de novembro” – logo qualificada como um “contragolpe” ou como um “golpe preventivo” em defesa da Constituição⁹⁵⁵.

Porém, as atribuições do processo conducente à passagem dos poderes presidenciais para a dupla JK/Jango não tinham terminado. Cumprindo o preceituado na Lei Fundamental, na ordem de sucessão, subiu à mais alta Magistratura do País, naquele mesmo dia, o presidente do Senado em exercício, neste caso o senador Nereu Ramos. Dois dias depois, este visitou o convalescente Café Filho e ter-lhe-á prometido que deixaria o cargo logo que o convalescente recebesse alta hospitalar. No entanto, nesta mesma fase, o marechal Lott e outros militares decidiram vetar o possível regresso à presidência de Café Filho, considerando-o um dos responsáveis pelas tentativas de travagem da aplicação dos resultados eleitorais.

Ora, isso não impediu que este, a 21 de novembro, não tivesse enviado cartas a Nereu Ramos, aos presidentes da Câmara e do Senado, e ao Supremo Tribunal Federal, a declarar que pretendia reassumir a Presidência. Perante tal pretensão, Lott – que tinha regressado a ministro da Defesa com Nereu Ramos – movimentou tropas fiéis, enquanto a maioria dos deputados e senadores aprovava (a 22 de novembro) o impedimento presidencial de Café Filho, ao mesmo tempo que confirmava Nereu Ramos como Presidente e decretava (a 24 e por trinta dias) o Estado de Sítio, tendo em vista criar as condições definitivamente completar o processo eleitoral. Este, contudo, só veio a terminar a 31 de janeiro de 1956,

955 Cf. CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Niterói: PPGH/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 2005.

porque houve a necessidade de concretizar etapas que tinham estado congeladas, em particular a aprovação dos resultados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o que só veio a acontecer no dia 7 de janeiro. Como é que Cruz Costa viveu e relatou ao amigo português este atribulado prolongamento da crise?

Atestando o valor de fonte histórica que a correspondência pode ganhar, iremos analisar uma das mais significativas e relevantes cartas que então escreveu e onde os principais acontecimentos e protagonistas aparecem traçados sob uma perspectiva satírica, criação atribuída por Costa, como bom paulista que era, ao anedotário carioca. Vejamos o teor das piadas que, então, caricaturaram a crise brasileira.

Em 14/12/55, isto é, com o fim do Estado de Sítio e com o do drama político à vista, aquele desabafava: “Enfim, – esperamos que a 25 termine esta porcaria de estado de sitio e esperamos também que se dê posse dos J.J. em 31 de janeiro”. E, referindo-se ao destituído e controlado sucessor de Vargas, informava. “Hoje – o Supremo Tribunal deverá tratar do “habeas-corpus” do Café⁹⁵⁶. Não tenho esperança em alguma solução positiva. Os nossos juriconsultos virão, como sempre, com aquela cousa do “dispõe o artº. Tal”, mas diz o iminente juriconsultor Pafundes von Bretoeja, etc e tal... e, assim, o Café continuará na sua função, como diz o carioca, de “cuco do posto 6” (põe a cabeça à janela, em sua residencia – o posto 6 – a horas certas)”⁹⁵⁷.

Qual estaria a ser a posição do povo perante tantas jogadas e contra jogadas políticas? Para Cruz Costa, o povo, “incapaz de levar tudo isto a sério (e isso é que é praxe) faz anedotas, muitas, muitas. Aí vão algumas”. A primeira diz respeito à coexistência de vários presidentes, mas com estatutos diferentes: “um, decomposto (Getulio); outro, indisposto (Café); outro deposto (Luz); outro, proposto (Nereu); outro, suposto (Lott); outro disposto (Kubitschek)”⁹⁵⁸. A segunda diz respeito à sucessão presidencial e à liderança da Câmara dos Deputados, representando deste modo a situação em que se encontravam alguns dos protagonistas: Café (Filho) “na cama”; Carlos Luz “na rua”; o Presidente em exercício, Nereu Ramos no “catete”; e o seu vice, Flores da Cunha⁹⁵⁹ “na Camara”. Por sua vez, numa alusão à vida privada do herói do “11 de novembro” e ao estado de coisas que saiu desta ação, também se dizia: “De Lott em Lott, faz-se um sítio (sitio = pequena fazenda)”. Uma outra, quase brejeira, foi assim

956 Presidente deposto, Café Filho entregou um *habeas-corpus* junto do Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de, por via judicial, ser retirada a tropa que rondava a sua resistência e que estaria a perturbar a sua livre circulação e a da sua família. No entanto, o STF decidiu a 21 de dezembro, por maioria, dar o pedido “por prejudicado”.

957 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 15/12/1955, fl. 2 (frente e verso).

958 *Ibidem*.

959 Trata-se de José Antônio Flores da Cunha, político que, no exercício da presidência da Câmara dos Deputados, assumiu a vice-presidência da República de 8 de novembro a 31 de janeiro de 1956.

apresentada: “E esta que é forte: – Qual a semelhança do Carlos Lacerda com as calcinhas de mulher? Ambos desaparecem quando o “pau vai comer” (duplo sentido, como bem vê...)”⁹⁶⁰. (Recorde-se que, aquando do caso Carlos Luz, aquele jornalista se refugiou na embaixada de Cuba – ainda governada por Batista – e que depois seguiu para esta Ilha). Em suma, Costa narra a Carvalho que, quanto a anedotas, no Brasil, circulava “um mundo delas”, produção crítica que pensava ser herança do Estado Novo varguista, porque “estes estados dão ensejo a estas historietas. E é cousa do Rio porque nós, cá da terra, não temos gosto por isso”⁹⁶¹.

No seu modo irônico de dizer coisas sérias, importa frisar que, nesta conjuntura, Cruz Costa não se encontrava entusiasmado com o futuro imediato que esperava o Brasil. É que, por um lado, não deixava de assinalar este fato importante: a defesa da constitucionalidade feita “pelo salvador Lott” acabou por gerar um “fermento de odiosidade”. Por outro lado, mostrava reservas face à personalidade de JK, a quem chama (ou chamavam), devido aos seus olhos, “o Peixe Vivo”. Na ótica do professor da USP, o novo Presidente iria “ter trabalho e não há de ser com politiquices que arrumará as cousas. Emfim, veremos”⁹⁶².

Joaquim de Carvalho perante o impacto do suicídio de Getúlio Vargas

Regressado a Portugal em junho de 1953, com um conhecimento mais concreto da sociedade e da vida intelectual e política brasileira, será com grande atenção que Joaquim de Carvalho acompanhará o desenvolvimento da crise que desembocou no suicídio de Getúlio, assim como o seu prolongamento nos dois anos seguintes. E fê-lo por um sentido de pertença, mas também com a esperança de que a superação aqui seguida fosse um estímulo que ajudasse a acelerar a queda da ditadura em Portugal.

Mas, qual foi, no essencial, o teor da resposta que Carvalho deu à interpretação da vida e do suicídio de Getúlio transmitida por Cruz Costa ainda no próprio dia 24 de agosto de 1954? Seria natural que Carvalho já conhecesse o essencial dos fatos através da imprensa e da rádio portuguesas. Na sua resposta foi sintético, mas claro em relação a carta-testamento de Vargas. Apesar de, quanto ao conteúdo, lhe “reconhecer alguma elevação” e que o texto “não se lê sem comoção”, considerou que, em termos políticos, o seu estilo vazava “um ódio anti-americano incompatível com a dignidade de um verdadeiro dirigente responsável”⁹⁶³, maneira hábil de contraditar a caracterização de Getúlio como um grande estadista.

960 *Ibidem*.

961 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 15/12/1955, fl. 2 (frente e verso).

962 *Ibidem*.

963 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 10/9/1954 fl. 1 (frente e verso) e fl. 2.

No que respeita às simpatias que o seu correspondente manifestou para com o getulismo da fase inicial, disse-lhe que só as compreendia à luz da idade em que tal ocorreu, embora tivesse ficado surpreendido: “O meu caro Cruz Costa é, felizmente, mais novo do q eu e cresceu e fez-se homem em e sob regimes de tezura e mão forte; por isso compreendo a sua discreta atenção pelo Getúlio”⁹⁶⁴. Mas, Carvalho, em função do seu ideário liberal e democrático, e de uma vida que assistiu e foi vítima da ascensão e consolidação de uma ditadura, não tinha dúvidas. De Portugal, e a partir da sua “formação de liberal (e de liberdadeiro, como dizia o Herculano)”, “o suicídio do Presidente representa o termo final da carreira de um ditador”⁹⁶⁵, remate que, ironicamente, podia ter efeitos benéficos para o Brasil. É que, “colocado perante o facto de ter de usar a maneira forte (ou de usurpar funções, não sei) ou ter de se submeter a uma máquina política q o estorvara, não hesitou, e dando-se a morte, prestou ao Brasil o grande serviço de o poupar a convulsões”⁹⁶⁶.

Por sua vez, também alinhava com aqueles que, não desconhecendo a existência de tendências conservadores nas forças armadas, porém, não acreditavam no advento de uma nova ditadura, pois, aquando da sua viagem, a comparação permanente do Estado Novo português com a realidade brasileira convenceu-o de que, embora no Brasil, “que agora também é afectivamente meu”, houvesse “mais notória do q aqui, o estadear da corrupção administrativa”, havia “uma decência constitucional e o aprumo de um Exercito, de que aqui se perdeu o senso e a memória”⁹⁶⁷.

A esta luz, ganha sentido a saudação que fez (em 10/9/54) à tomada de posse de Café Filho como Presidente da República. Teria sido a primeira grande vitória da legalidade. Com esse ato, “a máquina constitucional reestabeleceu-se, em termos q uma vez mais mostram a admirável elevação dos dirigentes, no mais alto da escala, patenteando com evidencia a glória política do Brasil: o horror ao caudilhismo e às sargenteadas”⁹⁶⁸. E foi com um sentimento de júbilo que, na pessoa do amigo Cruz Costa, enviou os seus mais ardentes votos para “que a liberdade restabeleça a ordem moral e material no querido Brasil !”⁹⁶⁹.

Não temos dúvidas de que continuou a ter um bem informado conhecimento dos passos que se seguiram, assim como das tensões que neles foram emergindo e onde a ameaça, quer de um golpe militar, quer de um contragolpe pró-constitucional, foi uma constante. Por

964 *Ibidem*.

965 *Ibidem*.

966 *Ibidem*.

967 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 8/10/1953, fl. 1.

968 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 10/9/1954, fl. 1 (frente e verso) e fl. 2

969 *Ibidem*.

outro lado, não foi sem apreensão que esperou pelos resultados das eleições presidenciais realizadas a 3 de outubro de 1955, conjuntura em que, sem ainda os conhecer, fez uma interessante reflexão acerca do seu posicionamento perante os perigos que podiam advir da reatualização da herança de Getúlio, encarnada no PTB de Jango. Se os seus temores face ao exército se traduziam em alertas contra o “caudilhismo”, a análise do getulismo e da sua sobrevivência foi convocada para salientar os perigos do ideal democrático degenerar nos seus antónimos: a demagogia e o populismo.

Mesmo quando, nos inícios de setembro de 1955, tudo ainda estava em aberto, manteve-se fiel à sua crença de que, da experiência histórica brasileira, “virão grandes novidades”, manifestando a confiança de que “o brasil dê ao mundo um espectáculo de democracia efectiva” e a Portugal, ou melhor, “a esta ‘bando do lado de cá’ uma lição salutar, desde o comportamento da tropa até ao respeito da lei. A ver vamos, mas estou ansioso por saber o desfecho”⁹⁷⁰. Compreende-se a expectativa, dado que a missiva tem a data de 29/9/55 e a 3 de outubro ocorreu o ato eleitoral para legitimar um novo Presidente. Como reagiu Carvalho?

Quando já tinha informações seguras sobre o modo como a consulta popular tinha decorrido (mas não do seu resultado), apressou-se a escrever a Cruz Costa com o evidente propósito de manifestar as suas preocupações com a aliança de JK com João Goulart. Neste contexto, louvava o fato de o Brasil ter dado ao mundo “uma lição de seriedade política e de dignidade cívica”, mas perguntava, estará “o eleitorado à altura? Não tenderá para a demagogia e para a persistência do ‘getulismo’?”⁹⁷¹. E, embora aceitasse, com reticências, que a vitória do mineiro Juscelino “talvez não fosse mal p^a o Brasil”, o mesmo não pensava acerca da sua aliança com o PTB. É que, com este consórcio, “a coisa torna-se inquietante para os que como eu, se encontram indefectivelmente ligados ao jogo das forças parlamentares e desconfiam do poder q assente na ‘massa’ da rua, por essência volúvel, sem outro ideal q não seja a satisfação imediata das necessidades e facilmente corruptível”. Em nome de uma velha lição política bebida nos clássicos greco-romanos das tipologias políticas⁹⁷² e na tradição liberal, democratizada, de Herculano, aproveitava a ocasião para

970 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. 28/9/1955, fl. 1.

971 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 10/10/1955, fls. 1 (verso) e 2 (frente e verso).

972 Tais tipologias de constituição política, vistas em pensadores gregos como Platão e Aristóteles, e cuja herança é continuada por pensadores romanos como Políbio e Cícero, compartilham da visão cíclica e corruptora do tempo e, portanto, do poder político. Assim, com variações, a Monarquia, Aristocracia e Regime Constitucional ou Democracia degeneraria, respectivamente, em Tirania, Oligarquia e Demagogia. Cf. CATROGA, Fernando. *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, pp. 39-40.

caraterizar melhor o legado de Getúlio Vargas, sublinhando que “Justiça social, é uma coisa, e demagogia de massa, é outra”. E o getulismo, se, por um lado, tinha olhado para “aquela e deu vento ao novo nacionalismo – o da economia – isto é, o da independência da vida econômica do Brasil”, por outro lado, “deslocou o poder p^a a rua e fez uma politica de corrupção que envilecem o ideal e o bem q praticou”. Apesar de tudo isto, não terminou as suas considerações sem voltar a comparar a situação brasileira com a portuguesa nestes termos: “seja como fôr, no Brasil é possível pôr os problemas políticos com alguma elevação; aqui, basta haver um providencial salvador que os pense e resolva”⁹⁷³.

O caudilhismo e a estulta espera pelo advento de homens providenciais em política também estiveram sempre na sua mira. Assim, com os olhos postos nos exemplos negativos que vinham da política sul-americana, e, num outro registo, com a experiência viva dos regeneracionismos militares que desaguaram em ditaduras, Carvalho julgou os acontecimentos na ótica da sua cultura política civilista, orientação que, no Brasil, tinha em Rui Barbosa um confessado modelo. Foi em função destes valores que, em agosto de 1955, numa conjuntura em que, na política brasileira, crescia o papel do ministro da defesa marechal Lott, relembrou a Cruz Costa – com a mente igualmente centrada em Portugal – a sua aversão ao caudilhismo e a homens providenciais. Por isso, se seguia “com apaixonado interesse a politica do seu - e meu – Brasil”, também não lhe esmorecia a “esperança veementíssima de que se livre de salvadores, q começando por levantar a espada acabam por impor a cruz, na mais terrível das alianças q hoje afligem alguns povos, mormente no que corre o slogan da defesa da civilização contra o comunismo”⁹⁷⁴.

Percebe-se. Quem acreditava no valor fundamental dos direitos do homem e na sua tradução como princípio de soberania nacional – cuja representação, centrada no pluralismo partidário e no parlamento, só seria genuína e legítima se delegada pelo voto livre do indivíduo-cidadão – , e quem sabia, pelas lições da história e da vida, que as crises e o desvio das forças armadas da sua função geravam, muitas vezes com o apoio das “massas”, o aparecimento de figuras carismáticas que comumente degeneravam no antônimo da democracia – a demagogia ou os “cesarismos” –, sentia o imperativo intelectual e cívico de alertar para o sempre iminente perigo de eclosão de “caudilhismos” e de “sargentadas”.

É fato que, não obstante esta posição de princípio, aceitou a ação do ministro da Defesa contra o Presidente interino Carlos Luz. Mas, isso deveu-se à orientação preventiva do

973 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 10/10/1955, fls. 1 (verso) e 2 (frente e verso).

974 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho para João Cruz Costa. Figueira da Foz, 4/8/1955, fol. 1.

movimento militar. Disse-o taxativamente ao colega da USP, a quem escreveu quatro dias depois do “11 de novembro”, para lhe confessar que via no “contra-golpe do Exército mais uma retumbante e significativa afirmação do anti-caudilhismo, q é um dos títulos de glória da política brasileira. Neste sentido, enviei ontem um cartão ao novo Ministro Macedo Soares (que tem sido gentilíssimo comigo)⁹⁷⁵, pois apesar de mt. reverente e temente à Sta. Madre a verdade é que figura num momento decisivo na equipe restauradora (ou preventiva) da Constituição e da decência eleitoral”. E, com medo de que o seu “querido Cruz Costa” achasse demasiadamente “lírico este discorrer”, recordava que vivia “num Pais em que a tropa é useira e vezeira em desembainhar a espada para se instalar no Poder e dele governar a toque de caixa – o exemplo do Brasil conforta e... anima, na esperança de contagiar a... outra banda”⁹⁷⁶.

Os velhos princípios civilistas do seu republicanismo demoliberal vinham à superfície na análise e nas esperanças projetadas no que estava a ocorrer na antiga colônia. Mas, não se pode dizer que olhava para o processo como para um laboratório politológico porque a sua atitude não era só racional, mas também emotiva. Seja como for, a *comparação* e a *analogia* também acabaram por aflorar no debate, pois Carvalho, sem escamotear o peso responsabilidades individuais e dos *événements* na desenvolvimento da crise, não se esqueceu de a filiar naquela que terá sido a sua causa maior e de encontrar nos seus contornos uma espécie de antevisão do desfecho da ditadura salazarista. Por palavras suas, datadas de julho de 1955:

Parece brava, realmente, a política brasileira. No âmago, vejo em tudo o que se passa no seu Brasil a consequência do Estado Novo, que como todas as ditaduras deixam mais largo séquito de ruínas q de construções reais na ordem civil. Destruindo e pulverizando os partidos políticos fazem cair a política na anarquia, quando não na valeta das ruas. É este, em parte, o espetáculo q o Brasil apresenta, de longe - e este será fatal e inexoravelmente, o espetáculo do meu Portugal quando um dia a puchada de um autoclismo remover para o seu destino natural a actual salvação e os salvadores... O q me mete medo é esse apelo p^a o homem forte, que veste calças; isso é sempre o preliminar do poder pessoal e, no caso do Brasil, o enterro do ideário de Rui, que continuo a amar como o ideal mais nobre e mais progressivo⁹⁷⁷.

Na constante comparação da realidade brasileira com a do Portugal salazarista, manteve os seus juízos de valor. O professor de Coimbra preferia a primeira, porque a crise

975 Este passo revela que Joaquim de Carvalho conhecia bem o novo ministro das Relações Exteriores do governo do Presidente interino Nereu Ramos.

976 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 15/11/1955, fl. 1.

977 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 14/7/1955, fl. 1.

pós-Getúlio não seria também o “espelho da vida real de uma democracia que atingiu a maturidade?”⁹⁷⁸. O perigo residiria no fato de, como em outras experiências históricas, “sob a capa da democracia”, os períodos de convulsão gerarem “os seus inimigos fatais; mas de longe, pelo menos, não parece q se escondam ditadores in herbis... Aqui temos também inquietudes, mas não pelo excesso da liberdade democrática. Pelo contrário”⁹⁷⁹.

Até ao fim do ciclo em análise, Carvalho continuou fiel à defesa da solução constitucional e viu no contra-golpe de Lott, feito em nome do respeito da Constituição, um bom exemplo para as forças armadas portuguesas se redimirem da inconstitucionalidade que cometeram em 28 de maio de 1926. Mas, também se conhecem as reservas que pôs à aliança JK/Jango. De qualquer modo, meio ano depois de os “JJ” terem tomado posse (em 31 de janeiro de 1956), voltava a comparar politicamente Portugal com o Brasil, para concluir: “no seu Brasil há vida cara, há incerteza, há instabilidade entre ‘o coronel e o bacharel’⁹⁸⁰, mas aqui há o hissope e o sabre, num conúbio que fede, entorpece e castra”⁹⁸¹.

Não devem surpreender estas palavras de Carvalho, pois elas correspondem ao crescimento, na confidencialidade das cartas, do uso de um estilo e de uma linguagem mais explicitamente crítica e desvalorizadora do Estado Novo português e dos seus sequazes, com destaque para os que atuavam no mundo universitário.

Uma correspondência à roda dos livros

A riqueza humana e política da correspondência travada entre Cruz Costa e Joaquim de Carvalho não pode fazer esquecer o motivo que lhe deu origem e que, mesclado com as características assinaladas, se manterá como uma constante até ao falecimento do professor coimbrão em 27 de outubro de 1958. Ou seja, a componente bibliográfica e académica veiculada pelas mais de três centenas de cartas do epistolário e que resulta da condição de universitários que ambos compartilhavam e de uma afinidade eletiva que girava à volta do livro enquanto bibliofilia e como instrumento de trabalho de investigação e de docência, plasmando-se, em simultâneo e nos dois casos, num colecionismo bibliotecário digno de nota.

Recorde-se que a primeira carta enviada por Cruz Costa data de 26/5/1937 e que foi

978 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Figueira da Foz, 25/8/1955, fl. 1.

979 *Ibidem*.

980 Para a afirmação, a evolução e o aparecimento de tensões entre as realidades políticas e sociais designadas por estes dois conceitos, veja-se SOUZA, Ricardo Luiz de. “Da crítica ao bacharel à construção do autoritarismo”. In *Mneme. Revista de Humanidades*, vol. 1, n.º 1, ago/set, 2000 [em rede: www.cerescaico.ufrn.mneme, último acesso em 19/9/2016].

981 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 1/6/1956, fl. 1.

escrita por um jovem assistente de Filosofia recém-licenciado em busca de obras de Carvalho que reputava úteis para o exercício de uma pesquisa e de um magistério que então davam os seus primeiros passos. Depois deste momento inaugural, existe um hiato na coleção, pois o carteamto só recomeça em 1/12/1950. E, mais uma vez, o seu conteúdo teve a ver com livros e com leituras. No entanto, emergiu esta diferença de monta: se, em 1937, o interlocutor brasileiro era um iniciado na carreira universitária à procura de ser autor, em 1950, ambos já podiam permutar os respectivos escritos, ato que logo alargaram a outras obras adequadas à esfera de seus interesses. Em suma: a correspondência nunca deixou de privilegiar a face informativa de cariz bibliográfica e, como se verá, tornou-se decisivo mediador do processo de circulação de livros não só entre Carvalho e Costa, mas também no seio de um grupo que poderemos designar por seção luso-brasileira da “República das Letras” em cujo círculo imaginado ambos os correspondentes se integraram e que, em certa medida, foram construindo.

Ambos se tornaram fiéis e atentos leitores um do outro. Assim sendo, não foi por acaso que as cartas dos inícios da década de 1950 indiciam não só as condicionantes políticas das conjunturas em que foram escritas, mas, também a estas ligadas, os seus reflexos nas políticas universitárias que atingiam os dois correspondentes, tanto mais que Cruz Costa estava a defrontar-se com dificuldades no concurso que o devia levar a catedrático.

Foi neste contexto que o professor da USP escreveu ao amigo para lhe dizer, entre outros assuntos, que estava a ler a tradução editada por Carvalho da obra de Locke *Ensaio filosófico sobre o entendimento humano*⁹⁸², emitindo esta opinião, pautada pelo seu interesse no estudo do passado filosófico que foi comum a portugueses e brasileiros:

É importante verificar que já por volta de 1731, as ideias inglesas iam tendo a sua influência em Portugal. É por essa época, não é? – que aquelas ideias começavam também a apontar em França. Não andávamos tão mal!
Cada vez mais, prezado amigo, eu me entusiasmo mais pelas nossas apaixonantes histórias e, quem dera, poder dedicar todo o meu tempo a esse estudo⁹⁸³.

O inverso também aconteceu: neste período, Carvalho não só leu os principais estudos do uspiano, como, sobre alguns deles, escreveu recensões⁹⁸⁴ para a *Revista Filosófica*,

982 O livro, enviado por Carvalho a Cruz Costa, no mesmo ano em que foi lançado, trata-se de LOCKE, John. *Ensaio filosófico sobre o entendimento humano*. Prefácio, edição e anexos de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Atlântida, 1950.

983 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 1/12/1950, fl. 1.

984 Na verdade, Carvalho escreveu sobre os seguintes livros de João Cruz Costa: *Augusto Comte e as origens do Positivismo*, 1 vol. São Paulo, 1951; e *Contribuição à História das Ideias no Brasil (O desenvolvimento da*

publicação que criou e dirigiu a partir de 1951, e que, já neste período, recebeu a imediata disponibilidade de Cruz Costa para ser colaborador e tudo fazer para que a publicação se tornasse conhecida no Brasil. Sobre a promessa, disse: “Esteja certo, porém, Dr. Joaquim de Carvalho, que tudo farei aqui no Brasil, para ajudar a Revista”. E, quanto à colaboração, sugeriu:

Como estou incumbido pela Bibliographie Philosophique e pelo Handbook of Latin American Studies, de fazer uma resenha ligeira dos livros filosóficos que por cá aparecem, – e eles são tão poucos – mandar-lhe-ei, para a Revista, uma cópia das minhas notas. Interessa-lhe? Mandar-lhe-ei também livros brasileiros, que possam interessar à revista.⁹⁸⁵

Cada vez mais, com o avançar da amizade, a conversa se despia de adornos e é como dois pares, integrantes de um campo político democrático, interessados em História, Filosofia e Cultura numa acepção ampla, e leitores e conhecedores do mundo dos livros, que os dois interlocutores cimentaram uma relação a que não faltou sequer, aqui e ali, o uso de uma gramática própria. Circulavam por leituras e edições, sabiam o que o outro estava interessado em ler, por vezes comentavam o lido, em geral de modo breve e sem prescindir de uma base pragmática (em torno da edição, circulação e acesso ao livro) e de fruição. Dimensões também presentes, quer na troca de notícias sobre a vida acadêmica ou no contar de casos e anedotas que a cumplicidade foi permitindo, quer no desenho de projetos em comum ou na crônica política de ambos países em estilos atrás caracterizados.

Nesta face bibliográfica da correspondência como fonte, o livro – editado, comentado, desejado, enviado, lido, censurado – ocupava um protagonismo transversal à relação epistolar, lugar explicável por razões de ofício, mas também pela circunstância da comunicação ser entre dois colegas e autores que amavam os livros e que tinham nas respectivas bibliotecas o centro do seu próprio lar. Ora, a leitura do epistolário também constitui um bom testemunho acerca do impacto que teve a consolidação da amizade entre Carvalho e Costa para o alargamento dos dois acervos, fenômeno que, no caso do professor de Coimbra, se irá concretizar na formação, dentro do todo enciclopédico da sua biblioteca pessoal, de um núcleo significativo e perante o qual achamos pertinente, como se procurará provar, o uso da consagrada expressão *Brasiliانا*.

A matriz acadêmica deste intercâmbio bibliográfico também fez com que suas expressões epistolares apareçam indissociáveis das vicissitudes das vidas universitárias em

Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional), Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956. 985 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 28/3/1951, fl. 2.

que se inscreviam e que, numa era que coartava a autonomia universitária, esta surja atravessada por conflitualidades e bloqueamentos que atingiram, entre outros, os dois interlocutores, e que chegaram a perturbar a livre circulação do impresso. Por outro lado, no que toca a uma convivialidade no terreno, a correspondência fornece igualmente boas informações respeitantes ao modo como o Estado Novo português manobrou para que o aprofundamento dos contatos e o aumento do prestígio de Carvalho não se propagassem mais na antiga colônia. Seja como for, este acabou por ser convidado pela FFCL-USP (recorde-se que esteve no Brasil de abril a julho de 1953) e, não obstante a brevidade da estadia, o seu impacto não passou despercebido. Por isso, a par de outros viajantes desenquadrados e da ação de exilados com renome intelectual, a sua passagem encontra-se registrada no rol a que se tem chamado “missão portuguesa”. Para que se possa compreender o alcance da expressão, sublinhe-se, que o termo “missão” é comumente aplicado aos grupos de docentes estrangeiros que foram ensinar, sobretudo na novel USP, ao abrigo de acordos oficiais.

Esta temática merece um tratamento autónomo. Em primeiro lugar, porque a correspondência patenteia algo que, à luz dos nossos objetivos, iremos destacar: os papéis de *mediadores culturais* desempenhados no campo do livro e da leitura pelos dois correspondentes. Com efeito, se Costa foi o “agente livreiro” de Carvalho no Brasil, este foi o principal informador e remetente de impressos portugueses para o professor da USP. E, podemos mesmo afirmar que as respectivas bibliotecas seriam outras se a sua amizade não tivesse acontecido.

Em segundo lugar, através do mesmo epistolário, não só se pode apreender a tradução biográfica das condicionantes políticas nas suas expressões institucionais, bem como a natureza e a intensidade das conflitualidades no seio destas últimas. Ao mesmo tempo, o epistolário permite ilustrar na escala de um “estudo de caso” a maneira como, num contexto de crescente isolamento internacional e em que a *questão colonial* ganhava relevância, o Estado Novo português procurou articular o intercâmbio cultural luso-brasileiro com a estratégia que pautava a sua política externa naqueles conturbados inícios da década de 1950.

CAPÍTULO IX

Os brasileiros e a *missão portuguesa* no Brasil

Trazendo de países diferentes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.

Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936⁹⁸⁶.

Em junho de 1953, Joaquim de Carvalho regressou a Portugal entusiasmado com a recepção calorosa que recebeu por onde andou, com amizades perenes e com a cabeça cheia de planos sobre futuros projetos editoriais luso-brasileiros. Se, antes, a sua biblioteca pessoal já contava com livros de e sobre o Brasil, as fontes revelam que ele aproveitou a ocasião para fortalecer essa *Brasiliana*, ao mesmo tempo que deixou as portas abertas para um mais intenso intercâmbio livreiro que a sua permanente atualização bibliográfica impunha. No entanto, antes de esmiuçar todas estas facetas, impõe-se expor os condicionantes desta deslocação, tanto mais que, nos seus antecedentes, se inseriu no movimento mais geral de recomposição do campo universitário e intelectual brasileiro e não ficou imune às controvérsias de políticas culturais condicionadas, em boa parte do período que será analisado, pela orientação dos governos de ambos os países.

A configuração do campo acadêmico brasileiro e as “missões culturais” estrangeiras

Os antecedentes da viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil em 1953 estão ligados às movimentações de intelectuais portugueses que também têm merecido – na esteira da nomenclatura aplicada a outros países – a designação de “missão”. Sublinhe-se que o uso desta expressão referencia um conjunto de práticas de intelectuais portugueses no outro lado do Atlântico em diferentes áreas, como as do Jornalismo, Artes Plásticas, Edição, Teatro, Política, Ensino Universitário de Letras, História, Filosofia, Matemática. Ela é assinalável desde o fim dos anos de 1930, teve um maior incremento na década de 1940 e atingiu seu ponto máximo nos anos de 1950 a 1960. O golpe político de 1964, que instituiu a ditadura civil-militar brasileira, marcou o declínio dessa participação.

Contemporâneo desta presença ainda como estudante e depois como professor da Universidade de São Paulo (USP), o crítico literário Antônio Cândido caracterizou-a como

986 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 27ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 35. Primeira edição da editora José Olympio de 1936.

uma ação “emanada de um conjunto não sistemático, nem cronologicamente concentrado de pessoas⁹⁸⁷” e que alcançou “boa parte do país”, ultrapassando os meios universitários, como um acontecimento que “trouxo contribuições culturais positivas e renovadoras, devidas a homens de pensamento e sensibilidade que representavam as nossas raízes históricas⁹⁸⁸”. Por isso, e recorrendo à terminologia comumente utilizada para qualificar as iniciativas mais oficiais, como a francesa, qualificou-a, igualmente, como *missão*.

Com efeito, muito desta circulação tem algo de comum com aquelas outras que estiveram diretamente ligadas às transformações no campo universitário brasileiro do período, incluindo suas disputas internas e externas, bem como seus respectivos condicionamentos políticos. Nesse sentido, foi muito significativa a influência das novas elites políticas em São Paulo no projeto de criação da USP e, depois, das universidades do interior paulista. Daí que o uso do próprio termo “missão portuguesa”, na formulação de Antônio Cândido, tenha o propósito claro de, perante a tendência para a esquecer quando se estuda esta temática, convidar a que se faça um paralelo, salvaguardando as especificidades de cada uma, com as chamadas *missões* de professores estrangeiros que, desde 1934, estiveram no processo de criação da USP, sendo a mais referida, devido ao destaque conquistado, em parte, pelo fascínio cultural francocêntrico da época, a *missão francesa*, composta por jovens professores, alguns dos quais, décadas depois, vieram a conquistar fama mundial.

Educadores brasileiros, missões estrangeiras e (des)encontros culturais na universidade

Na vasta bibliografia que discute o tema, é recorrente invocar-se as características da colonização portuguesa para explicar ou problematizar esta interpretação: embora o ensino superior no Brasil já existisse⁹⁸⁹, a instituição da Universidade foi tardia em relação a países de presença hispânica na América Latina⁹⁹⁰. Formal e oficialmente, a universidade brasileira

987 CÂNDIDO, Antônio. “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, pp. 15-20, p. 15.

988 *Idem*. “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. In GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.). *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2002, pp. 19-33, p. 30.

989 Quer se considere o ensino de escolas jesuítas no período colonial, ou somente a partir da criação de instituições de ensino superior influenciados pela transferência da Côrte ao Brasil em 1908.

990 Por estar fora dos objetivos de investigação, a análise desse tema refere-se a trabalhos que dialogam e apresentam abordagens sobre a questão. Entre outros: AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/ Editora da USP, 1971; CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1989*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989; VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Ver também NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim

foi obra do Estado republicano no século XX, com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ)⁹⁹¹. Em 1920, a instituição nasceu da reunião das escolas superiores existentes na Capital – a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito –, ideia filha da forte influência do positivismo nos republicanos cariocas. Se a Universidade de Coimbra foi vista como o modelo “identitário” mais próximo e mais conhecido dos projetos em discussão e disputa, coube à universidade francesa, sobretudo ao seu chamado “modelo napoleônico”, a influência maior na organização do ensino brasileiro universitário do período⁹⁹², voltado para o cultivo de profissões “úteis” à sociedade⁹⁹³.

Sem entrar na análise das questões em torno da iniciativa que levou à implantação da URJ, depois remodelada em Universidade do Brasil (UB), frise-se que, na década de 1920, o debate sobre o chamado “problema universitário” foi reavivado e intensificado. No que diz respeito às funções e ao papel da universidade, Maria de Lourdes Fávero aponta posições claras: a dos “que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram ser prioridade a formação profissional”⁹⁹⁴; além daquela outra decorrente da primeira, que defendia que a universidade, “para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova”⁹⁹⁵. Este postulado irá nortear a criação, em 1935, da Universidade do Distrito Federal (UDF), iniciativa de curta duração (menos de quatro anos) e que teve Anísio Teixeira, então Secretário Municipal de Educação, à sua frente⁹⁹⁶. No entanto,

Nabuco/Ed.Massangana, 2010; AZEVEDO Fernando de. *As Universidades no mundo do futuro*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1944 (posteriormente inserido no livro *A Educação entre dois mundos*, Edições Melhoramentos, 1958).

991 A URJ foi criada pelo Decreto 14.343, de 7/9/1920. Sem entrar nas controvérsias de origem, registre-se que foram criadas três universidades estaduais no país, de caráter livre: em 1909 (Amazonas), em 1911 (São Paulo) e em 1912 (Paraná). No entanto, não podiam emitir diplomas com validade oficial. Cf. ÉSTER, Angelo Brigato. “A Universidade Brasileira: Tensões, Contradições e Perspectivas em sua Trajetória”. In NETO, Vítor (coord.). *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010, pp. 165-182.

992 *Idem*, “Discursos e percursos identitários da Universidade brasileira na Primeira República (1889-1930)”. In *Revista de História das Ideias*, vol. 33. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias - FLUC, 2012, pp. 421-461, p. 424.

993 Uma análise dos modelos universitários europeus pode ser vista em CATROGA, Fernando. “A Universidade Portuguesa e as Universidades Europeias”. In NETO, Vítor (coord.), *Op.Cit.*, pp. 91-164. Ver também CATROGA, Fernando. “Os Modelos de universidade na Europa do século XIX”. In *Trajetos. Revista do Departamento de História da UFC*, vol. 5, n.º 9/10. Fortaleza: Departamento de História/UFC, 2007.

994 Para Maria de Lourdes Fávero, esse debate adquire expressão graças, sobretudo, à atuação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Entre as questões recorrentes destacam-se: a concepção de universidade; as funções que caberiam às universidades brasileiras; a autonomia universitária e o modelo de universidade a ser adotado no Brasil. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. “A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. In *Educar em Revista*, n.º 28. Curitiba: Editora UFPR, 2006, pp. 17-36, p. 22.

995 *Idem, ibidem*.

996 Fundada no Rio de Janeiro, pelo Decreto Municipal n.º 5.513/35, a UDF surge com uma vocação científica e estrutura totalmente diferente das universidades existentes no país, inclusive da USP, caracterizando-se como um empreendimento que procura materializar “as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à

ela é apontada como marco na história da universidade no país, “pela forma criadora e inovações com que a experiência se desenvolveu”⁹⁹⁷. Na inauguração da UDF, Anísio Teixeira destacou o caráter único da instituição universitária, na sua diferenciação com o papel do livro e da escola, por ser *locus* de investigação e de produção do conhecimento:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que as universidades⁹⁹⁸.

As alterações políticas que levarão ao confronto de Anísio Teixeira com grupos de intelectuais conservadores católicos e ao seu afastamento estão na base do próprio fechamento da UDF em 1939⁹⁹⁹, não obstante, ou talvez por isso, a instituição ter contado com a colaboração de nomes de referência na comunidade intelectual modernizante: Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Hollanda, Jorge de Lima, Álvaro Vieira Pinto, Josué de Castro, Afonso Arinos de Mello Franco, Gilberto Freyre, Lourenço Filho, Mário Casassanta, Mário de Andrade, Heitor Villalobos, Cândido Portinari, Arnaldo Estrela, entre outros. De 1935 a 1936, a UDF também procurou recrutar professores europeus para as áreas em que considerava não haver no Brasil profissionais suficientemente preparados. O primeiro reitor, Afrânio Peixoto – velho correspondente de Joaquim de Carvalho –, seguiu o caminho antes já percorrido pela recente USP: procurou em França professores de Filosofia, Linguística, História e Literatura¹⁰⁰⁰.

ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira de criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada”. Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sérgio. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989, pp. 188-226, p. 195.

997 FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Op.Cit.*, p. 25.

998 TEIXEIRA, Anísio. “Discurso de inauguração da UDF em 31/7/1935”. In *Idem, Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 35 *apud* FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Op.Cit.*, p. 25.

999 Depois de a UDF ser extinta, em 1939, seus cursos foram transferidos para a Universidade do Brasil (UB), por meio do Decreto n.º 1.063 de 20/1/1939. Para o conservadorismo católico, segundo Hermínia Almeida, “tratava-se de liquidar no nascedouro um projeto universitário leigo, estatizante, racionalista e perigosamente propenso à “contaminação marxista”. Ainda 1937, a reitoria da UDF, que já havia sido ocupada por Afrânio Peixoto e Afonso Pena Filho, foi entregue a Alceu Amoroso Lima que, segundo a autora, “se ocupou de preparar sua extinção”. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “Castelos de areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro”. In *Boletim informativo e bibliográfico (BIB)*, n.º 24. Rio de Janeiro: Grupo de Documentação em Ciências Sociais, 1987, pp. 41-60.

1000 Constam no elenco de professores estrangeiros, entre outros: Emile Brehier (Filosofia), Eugène Albertin (História), Henri Hauser (História), Henri Tronchon (História), Gaston Leduc (Linguística), Pierre Desfontaines (Geografia), Robert Garric (Literatura). *Idem, ibidem*, p. 46.

Educadores “profissionais” e o grupo de O Estado de São Paulo na fundação da USP

Para os propósitos desta investigação, destaque-se também como fruto dos debates travados na década de 1920, a criação da Universidade de Minas Gerais, em 1927, e, principalmente, o papel do grupo de educadores vinculados à Liga Nacionalista e ao jornal *O Estado de São Paulo*¹⁰⁰¹, na campanha pela criação de uma universidade na capital paulista nesse período. Fernando Limongi situa tal campanha como parte de uma pregação cívica e política maior, cuja centralidade radicava no papel atribuído à educação nacional, principalmente do seu escol, na aceleração do desenvolvimento do País. Isto é, o autor assinala um “deslizamento” da preocupação educacional da alfabetização para a universidade. Assim, segundo ele, não se devia colocar no centro do problema a educação básica, mas a formação de “elites desinteressadas” e de professores do ensino secundário. E estas também eram as ideias compartilhadas pelos educadores que doutrinavam nas páginas do jornal *O Estado de São Paulo* e que se foram afirmando como o principal grupo a lutar pela criação da USP¹⁰⁰².

Segundo Tânia de Luca, a posição de força relativa de que o chamado “grupo do Estado” dispunha como baluarte do “liberalismo” oligárquico é indissociável de sua condição de empresários culturais¹⁰⁰³. Os limites e ambiguidades da apregoada “independência” partidária do jornal tornam-se evidentes com a análise do seu percurso¹⁰⁰⁴. No entanto, o autoproclamado “desinteresse do paulista ilustrado pela política militante”¹⁰⁰⁵ conferiu à

1001 De acordo com Irene Cardoso, na década de 1920, enquanto Júlio de Mesquita era ainda diretor-presidente de *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho era secretário do jornal (cargo que assumiu em 1921) e Francisco Mesquita, seu irmão, gerente. Os redatores principais eram Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho. Armando de Salles Oliveira já era um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio Mesquita, pai. Com a morte deste, em 1927, Armando de Salles Oliveira tornou-se presidente da empresa e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo ingressou na redação em 1923, permanecendo até 1926. CARDOSO, Irene A. R. *A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982, p. 43. Cf. ROIZ, Diogo da Silva. “Entre memórias e histórias da Universidade de São Paulo: Histórias em construção”. In *Revista HISTEDBR On-Line*, n.º 21 (março). Campinas: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” da Faculdade de Educação da Unicamp, 2006, pp. 52-64. Ver também MOREIRA LEITE, Miriam L. “Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)”. *Revista Estudos Avançados*, n.º 22. São Paulo: USP, 1994, pp. 167-177.

1002 LIMONGI, Fernando. “Mentores e clientela da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989, pp. 111-187; Ver também NADAI, Elza. *Ideologia do Progresso e Ensino Superior. (São Paulo, 1891-1934)*. São Paulo: Loyola, 1987.

1003 LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 39.

1004 Cf. CAPELATO, Maria Helena; Maria Lígia C. Prado. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

1005 De acordo com Limongi, foi no contexto das desilusões acerca dos rumos da política paulista, frente a

plêiade de políticos e intelectuais aglutinados em torno do jornal características próprias que a transformavam em facção política independente. Pertencer ao corpo de colaboradores assíduos ou de editores oferecia uma “excelente porta de entrada na vida pública”¹⁰⁰⁶.

Vale lembrar que antes, em abril de 1916, o mesmo grupo já tinha lançado a *Revista do Brasil*, “mensário de alta cultura”, difundindo o contributo de escritores consagrados e de jovens promissores que ganharão lugar no estado-maior intelectual dos grupos dirigentes paulistas, de diferentes quadrantes ideológicos. Entre os mais assíduos, deve-se destacar Monteiro Lobato, Alberto Rangel, Paulo Prado, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Roquete Pinto, Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima, Carneiro Leão, Sérgio Milliet¹⁰⁰⁷. A *Revista* se propunha *educar os educadores*, ou melhor, visava formar a consciência da nova geração de intelectuais e de políticos que devia colocar a história do país no rumo certo. De onde o seu programa: “Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser a sua missão suprema: conduzir”¹⁰⁰⁸.

A *Revista do Brasil* começou sob direção de Júlio de Mesquita, Alfredo Pujol e Luís Pereira Barreto, participando da chefia de redação e gerência Plínio Barreto e Pinheiro Júnior, respetivamente. Do lançamento até 1918, quando foi vendida a Monteiro Lobato, a direção da sociedade anônima contava com a presidência do português emigrado Ricardo Severo.

Avançando na década de 1920, os educadores ligados a *O Estado de São Paulo*, muitos deles inspirados pelas teses do movimento *Escola Nova*, a par da sua luta pelo controle do aparelho de ensino paulista e da orientação geral definidora da política educacional, tiveram igualmente significativas relações com o mundo editorial. Com efeito, além da redação do jornal e das iniciativas do grupo de *O Estado*, houve outras alianças forjadas no mercado de trabalho onde os “educadores profissionais” se inseriam e que lhes conferiam

disputas entre facções oligárquicas e com a derrota dos candidatos vinculados à Liga Nacionalista, em 1922, que Júlio Mesquita Filho publicou o texto “A comunhão paulista”, primeiro em *O Estado de São Paulo*, depois reproduzido na *Revista do Brasil*. Nesse escrito, Mesquita Filho busca justificar o desinteresse do paulista ilustrado pela “política militante”, pautada pela completa falta de ideais a marcar a prática política. LIMONGI, Fernando. *Op.Cit.*, p. 118. Ver também PONTES, José Alfredo Vidigal. *Júlio de Mesquita Filho*. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

1006 MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 90. Miceli aponta que a introdução de uma série de inovações técnicas e comerciais, como aquisição de rotativas, novos modelos de composição, contratos com agências internacionais de notícias, expansão da rede de sucursais no interior do Estado e do país, entre outras, tornou *O Estado* num órgão de relevo na grande imprensa da época.

1007 Tânia de Luca destaca que listar os colaboradores da revista é “tarefa árdua” porque, durante os seus nove anos de existência, incluindo o período sob direção de Monteiro Lobato, “praticamente todas as figuras que desfrutaram de certa projeção nos meios literários e artísticos encontraram acolhida em suas páginas, seja através da publicação de textos especialmente produzidos para o periódico, seja por meio de transcrições”. LUCA, Tânia Regina de. *Op.Cit.* p. 53.

1008 *Idem, ibidem*, p. 47.

poder de vocalização de interesses, como na relação próxima mantida com a Companhia Editora Nacional¹⁰⁰⁹. Nesse âmbito, além dos livros, os especialistas em educação organizavam e legitimavam coleções, conhecido formato de sucesso editorial desde o século XIX, onde também introduziam novos modelos e referências para o pensamento pedagógico da época. São exemplos a *Biblioteca de Educação* (1926), organizada por Lourenço Filho (1897-1971) na Editora Melhoramentos¹⁰¹⁰, enquanto Fernando de Azevedo dirigiu por quinze anos a prestigiada *Biblioteca Pedagógica Brasileira* (1931) na Companhia Editora Nacional¹⁰¹¹.

A situação do grupo alterou-se decisivamente na passagem dos anos 1920 para 1930, com o fim da Primeira República (1889-1930) e a ascensão de Getúlio Vargas, intitulada com ressalvas pela historiografia como “Revolução de 30”. A reação não tardou, vinda de São Paulo, principal base política do regime da chamada República Velha, e onde se lançou um movimento, socialmente amplo, de enaltecimento dos valores regionais, liderado, sobretudo, por elites cafeeiras. Sob o lema “Tudo por São Paulo”, mesmo que muitos não soubessem bem o que estava sendo decidido¹⁰¹², uma legião de voluntários desencadeou a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁰¹³. A guerra civil, que durou de julho a outubro daquele ano, teve repercussões profundas como, entre outros campos, no impulso e fundação da USP.

Embora tenham perdido espaço na cena nacional, os “renovadores” paulistas ganharam significativo peso no panorama regional, assumindo a direção do aparelho de ensino até 1937. Isto é, com a derrota de São Paulo na Revolução Constitucionalista, Vargas abriu-se a uma nova composição política com os paulistas, nomeando interventor Armando de

1009 Elo referenciado por Fernando Limongi, invocando o contributo da colaboração dos educadores que trabalhavam na redação de *O Estado de São Paulo* para a conquista dos mercados rentáveis do livro infantil e didático. LIMONGI, Fernando. *Op.Cit.*, p. 120.

1010 Uma análise das propostas de Lourenço Filho nas publicações infantis da Companhia Editora Melhoramentos encontra-se em SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 345-374.

1011 TOLEDO, Maria Rita de Almeida. “O projeto político cultural da coleção Atualidades Pedagógicas”. In DUTRA, Eliana de Freitas (org.); MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Eupora e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Anna Blume, 2006, pp. 335-352. Cf. *Idem*; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo*. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). *Cinco estudos em História e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

1012 Cf. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

1013 CAPELATO, Maria Helena. *O Movimento de 1932. A Causa Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Sobre o período no Brasil e os diferentes matizes ideológicos em São Paulo, a partir da imprensa, veja-se CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista. 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989; *Idem*. “O Controle da Opinião e Os Limites da Liberdade. Imprensa Paulista (1920-1945)”. In *Revista Brasileira de História*, n.º 23/24. São Paulo: 1994, p. 65-75; *Idem*; PRADO, Maria Lúcia C. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

Sales Oliveira, um civil que tinha apoiado o movimento constitucionalista, engenheiro formado pela Escola Politécnica e um dos sócios do jornal *O Estado de S. Paulo*. Nesse governo – apostado na reorganização das elites políticas – o novo interventor se volta para reconstrução do aparelho administrativo de São Paulo e para o reescalonamento das dívidas dos agricultores. E, no campo da cultura, envolve-se com o seu cunhado, Júlio de Mesquita Filho (também proprietário daquele jornal) na criação da USP, cujo projeto contará com a participação ativa de outros dois nomes ligados ao periódico: Fernando de Azevedo e Paulo Duarte¹⁰¹⁴.

Os alunos “missionários” da FFCL: “depois do deslumbramento, alguma decepção”

Como já ficou assinalado, o recrutamento de professores estrangeiros para certos domínios do ensino foi uma das prioridades da novel instituição. Daí que os termos “missão francesa”, “missão italiana” e “missão alemã” surgiram da fundação da USP, em 1934, e serviram para identificar o “grupo de professores estrangeiros que vieram contratados para inaugurar o ensino de matérias até então inexistentes em nível superior, ou renovar o de outras que, no currículo das velhas escolas, estavam ligadas ao intuito prático de formar profissionais liberais”¹⁰¹⁵. Enquanto os italianos foram recrutados para disciplinas como matemática, física, mineralogia, geologia, grego e literatura italiana, aos alemães couberam a química e outros ramos das ciências naturais. Para as ciências humanas e a filosofia vieram os professores franceses¹⁰¹⁶.

No entanto, este grupo era o mais numeroso e funcionava como o carro-chefe de projeção da nova universidade. Fernanda Peixoto Massi viu a “missão francesa” como um desdobramento da vigorosa política cultural e científica empreendida pela França na América Latina, orientação que se intensificou, no Brasil, a partir de 1908, através da ação de Georges Dumas, porta-voz do Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l’Amérique Latine (1907-1940). Assim, as missões universitárias gaulesas dos anos 1930 devem ser igualmente inseridas no intercâmbio que se reforçou com a criação de liceus franceses no Brasil a partir de 1916 (no Rio de Janeiro). Os laços pessoais estabelecidos

1014 Cf. PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999; MATE, Cecília Hanna. *Tempos modernos na escola. Os anos 30 e a racionalização da educação brasileira*. Bauru: Edusc; Brasília: INEP, 2002; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. São Paulo: Ed. Autores Associados; Ed. Plano, 2004; FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. *História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

1015 CÂNDIDO, Antônio. “Prefácio”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *Op.Cit.*, p. 15.

1016 PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2000, p. 161.

entre Dumas e Júlio de Mesquita Filho, assim como a francofilia reinante entre os membros das elites ilustradas brasileiras, são outros fatores que ditaram a escolha de professores para formação do corpo docente no domínio das humanidades¹⁰¹⁷. Dumas e Teodoro Ramos, da Escola Politécnica, são apontados como os responsáveis pelo recrutamento dos integrantes dessa “missão francesa”, grupo que incluiu alguns nomes experientes de universidades e liceus em França, como Paul-Arbousse Bastide (sociologia) e Fernand Braudel, mas também jovens sem ou com pouca experiência no ensino superior e que só depois iriam se notabilizar, como Pierre Monbeig (geografia), Claude Lévi-Strauss (segunda cadeira de sociologia) e Jean Maugué (filosofia)¹⁰¹⁸.

Os professores estrangeiros contratados para iniciar as aulas na nova universidade iriam cumprir objetivos bem definidos. Porém, o confronto da sua ação com a realidade acabará por lhes dar novos significados face ao que foi idealizado. Como referido, após a derrota dos paulistas em 1932, o sonho universitário mobilizava as oligarquias estaduais e ganhou força como projeto político prioritário para dotar o Estado com instrumentos necessários para formar novas elites e para assumir a liderança da Federação¹⁰¹⁹. Nesse sentido, Irene Cardoso sublinhou com pertinência que, no conjunto da Universidade, a criação da FFCL-USP representou a condição da conquista, conservação e reprodução da “hegemonia cultural e política de São Paulo e da Comunhão (paulista), dentro da nacionalidade”¹⁰²⁰.

Tais significados políticos, no entanto, não coincidiam com as motivações que moviam muitos dos primeiros candidatos matriculados na FFCL, mais atraídos, na época,

1017 MASSI, Fernanda Peixoto. *Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)*. In MICELI, Sérgio (org.). *Op.Cit.*, p. 415-416.

1018 Esse recrutamento de professores franceses se desenvolveu em três fases distintas. Na primeira, em 1934, são contratados professores experientes em universidades e liceus franceses: Émile Coornaert (história), Pierre Deffontaines (geografia), Robert Garric (literatura francesa), Paul-Arbousse Bastide (sociologia), Étienne Borne (filosofia e psicologia) e Michel Berveiller (literatura greco-latina). Em 1935, o perfil se altera para jovens sem experiência no ensino superior, com exceção do professor de História Fernand Braudel: Pierre Hourcade (literatura francesa), Pierre Monbeig (geografia), Claude Lévi-Strauss (segunda cadeira de sociologia) e Jean Maugué (filosofia). A partir de 1938, Dumas decidiu convidar docentes mais velhos, grupo que inclui Roger Bastide (substituto de Lévi-Strauss), Jean Gagé (no lugar de Braudel), Alfred Bonzon (literatura francesa) e Paul Hugon (economia). MASSI, Fernanda Peixoto. “Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo”. *Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Unicamp*. Campinas: 1990, p. 13-14.

1019 Alfredo Bosi defende que a política fundada no poder das oligarquias estaduais, comovidas com os insucessos de 1932, funcionou a título de motivação grupal, mas que a Universidade assumiu outros propósitos após sua fundação: “se é fato que a grande reviravolta nacional desencadeada pela Revolução de 30 inspirou cuidados ao patriciado local, fazendo-o pensar seriamente na importância de formar novas elites bandeirantes, é também verdade que a fundação da USP em 1934 e, ao mesmo tempo, a criação de uma escola de Humanidades e Ciências Básicas – que foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – mudariam e superariam de muito o desígnio inicial”. BOSI, Alfredo. “Editorial”. In *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, n.º 22, set./dez, Especial 60 anos da USP. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994, s/p. Ver também QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Retrato da USP aos 50 anos*. São Paulo: CERU, 1986.

1020 CARDOSO, Irene A. R. *Op.Cit.*, p. 156.

pelos ares de inovação e formação profissional que o projeto parecia representar, do que pelo entendimento de seus fins, a exemplo dos relatos de Laerte Ramos de Carvalho, Paulo Sawaya, Cleonice Berardinelli¹⁰²¹. A frequente invocação da “distinção”, para descrever o público que assistia aos cursos estrangeiros mais concorridos, parece esquecer-se que essa atração marcava a presença de uma pequena burguesia “que procurava naqueles cursos uma espécie de alforria”, como aconteceria com “os professores primários comissionados, os filhos de fazendeiros arruinados pela crise recente, etc”¹⁰²². O objetivo da FFCL se constituir como alternativa às escolas existentes para formar “elites” tem sido desconstruído por análises historiográficas mais recentes que mostraram que os filhos dos mais ricos continuaram a se encaminhar para as mesmas faculdades dos pais, e que, para manter a existência dos cursos, os alunos foram recrutados em outras camadas sociais, exemplo da elevada participação de normalistas¹⁰²³.

O que não significa que, dentro da Universidade, eles não estivessem sujeitos às concepções difundidas na instituição, que os promoveu a “eleitos” e responsáveis pelo “início da revolução espiritual brasileira, base e pressuposto fundamental da revolução nacional pela educação”, como escreveu Laerte Ramos de Carvalho em artigo no jornal *O Estado de São Paulo*¹⁰²⁴. Prova-o o teor dos discursos da solenidade de formatura da primeira turma da FFCL-USP, em 1937: os novos formados sairiam dali com a missão de contribuir para a renovação pedagógica nacional¹⁰²⁵. Nessa linha, João Cruz Costa, filho de português da Figueira da Foz, e o primeiro inscrito na nova Faculdade, foi escolhido para falar em nome da

1021 BERARDINELLI, Cleonice. “Entrevista”. In FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993, pp. 115-141; SAWAYA, Paulo. “Aula inaugural de 1944”. In *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1939-1949)*, vol.1. São Paulo: Seção de Publicações da USP, 1953 *apud* BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. “A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa”. *Tese de doutoramento apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: PUC-SP, 2001, pp. 29-30.

1022 ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês no Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994, p. 69. O autor aponta que, “ao lado de profissionais liberais de projeção, funcionários graduados, alguns raros empresários esclarecidos e, sobretudo, destacamentos da oligarquia em excursão cultural (até Armando Sales e Júlio Mesquita costumavam aparecer)”, essa pequeno-burguesia pesaria a longo prazo no perfil dos estudantes da FFCL-USP.

1023 LIMONGI, Fernando. *Op.Cit.*, p. 166. A partir de levantamento empírico feito a partir das quatro primeiras turmas de formandos da FFCL e das turmas correspondentes da Escola Politécnica e da Faculdade de Direito, o autor detetou a existência de uma heterogeneidade no primeiro grupo e destacou a importância do financiamento de uma política de bolsas de estudo para atrair e manter alunos. Segundo Limongi, as bolsas eram as armas com que a FFCL contava para atrair alunos que, de outro modo, poderiam ter abandonado o curso ou sequer se interessado por ele. *Idem, ibidem*, p. 172

1024 CARVALHO, Laerte Ramos de. “O Brasil, a Cultura e a Universidade”. In *O Estado de São Paulo*, 13/7/1969 *apud* BONTEMPI JÚNIOR, Bruno, *Op.Cit.*, 2001, p. 29.

1025 Entre os formandos, estavam os também futuros professores da instituição: Lívio Teixeira (de História da Filosofia), Eurípedes Simões de Paula (História da Civilização Antiga e Medieval), como também o matemático Cândido da Silva Dias, o físico Marcelo Damy e o depois catedrático de história americana, Astrogildo Rodrigues Melo.

turma de licenciados de 1936, ao lado do paraninfo, Júlio de Mesquita Filho, do diretor da Faculdade, Antônio de Almeida Prado. Na sua prédica, foi claro acerca da estratégia que movia a USP: “a obra de criação do pensamento nacional. Dela hão de partir gerações mais felizes do que a nossa, às quais caberá edificar o Brasil intelectual e culto, que será o Brasil de amanhã”¹⁰²⁶.

As memórias de outro ex-aluno da FFCL-USP, Florestan Fernandes (1920-1995)¹⁰²⁷, têm um tom diferente. Autodidata, Florestan descendia de uma família de imigrantes portugueses que vieram para o Brasil “tangidos pela fome”, e ele próprio cresceu como trabalhador numa variedade de ocupações assumidas desde a infância. Pelas vias da experiência concreta na capital paulista das primeiras décadas do século XX, “no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade em uma cidade na qual não prevalecia a ordem das bicadas, mas a relação de presa, pela qual o homem se alimentava do homem”¹⁰²⁸, confessou, já na maturidade intelectual, que sua aprendizagem sociológica foi iniciada aos seis anos de idade, quando precisou ganhar a vida como se fosse um adulto, numa resistência que o fez remontar às suas raízes nas pequenas aldeias do norte de Portugal:

A criança estava perdida nesse mundo hostil e tinha de voltar-se para dentro de si mesma para procurar nas técnicas do corpo e nos ardis dos fracos os meios de autodefesa para a sobrevivência. Eu não estava sozinho. Havia a minha mãe. Porém a soma de duas fraquezas não compõe uma força. Éramos varridos pela tempestade da vida e o que nos salvou foi o nosso orgulho selvagem, que deitava raízes na concepção agreste do mundo rústico, imperante nas pequenas aldeias do norte de Portugal, onde as pessoas se

1026 COSTA, João Cruz. “Discurso pronunciado pelo orador da turma João Cruz Costa em 25/1/1937”. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1936*. São Paulo: USP, 1937, p. 191. Não por acaso, a solenidade foi realizada no 25 de janeiro, data de aniversário da cidade de São Paulo, que já havia sido escolhida para marcar a fundação da Universidade. Da análise dos discursos dessa formatura, Bruno Bontempi destacou as metáforas religiosas utilizadas pelos três, numa sucessão de “sagração do exercício do magistério”, “missão”, “vocação do sacerdote”, profissão de fé, “templo”, “religião da cultura paulista”. Como o autor afirmou: “O tom geral dos três discursos é de jubilo quase religioso”. BONTEMPI JÚNIOR, Bruno, *Op.Cit.*, 2001, p. 30-31.

1027 Matriculado na USP em 1941, Florestan Fernandes licenciou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1944. Iniciou sua carreira docente como segundo-assistente da cadeira de Sociologia II da Faculdade de FFCL da USP em 1945 e, em 1965, tornou-se catedrático da mesma Universidade. Por aplicação do Ato Institucional n.º 5, durante a ditadura civil-militar brasileira, Florestan Fernandes foi aposentado compulsoriamente. Durante o período de repressão política no Brasil, foi professor em universidades estrangeiras, nos Estados Unidos e Canadá. De retorno ao Brasil em fins de 1972, ingressou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde se tornou professor emérito em 1978. Entre os diversos prêmios e homenagens que recebeu, Florestan Fernandes foi o primeiro Doutor Honoris Causa em Sociologia da Universidade de Coimbra, em solenidade realizada em 1990. Cf. SANTOS, Boaventura de Souza. “Florestan: um sociólogo comprometido com o seu tempo”. In *Estudos Avançados*, n.º 10 (26). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1996, pp. 17-21; *Rememória. Semeando idéias e exemplos de vida. Florestan Fernandes e outros*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

1028 FERNANDES, Florestan. “Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante”. In *Estudos Avançados*, n.º 8 (22), 1994, pp. 123-138, p. 123.

mediam com o lobo e se defendiam a pau do animal ou de outro ser humano¹⁰²⁹.

Com a superação de uma vasta gama de dificuldades materiais, empecilhos para dar vazão a leituras e reunir condições de estudo, Florestan Fernandes ingressou na Universidade, inicialmente com o propósito de receber formação que o qualificasse para ser professor de escola secundária. Do contato com os professores franceses, sublinhou o descompasso entre a formação de base da maioria dos alunos, nas suas lacunas enciclopédicas, e os cursos monográficos ministrados em língua estrangeira, que passavam por cima de tais dificuldades. Em causa, e não sem tensões, estava um ensino voltado para especializações e não para aulas com uma orientação mais totalizante. Assim contou Florestan o caso do professor francês Paul Hugon, ridicularizado pelo colega Jean Mangüé pelo uso do manual em sala de aula:

As falhas de formação e de informação eram imensas, por assim dizer *enciclopédicas*, e claramente insanáveis. Os mestres estrangeiros, que davam suas aulas na própria língua, não tomavam tais deficiências em consideração e procediam como se nós dispuséssemos de uma base intelectual equivalente à que se poderia obter através do ensino médio francês, alemão ou italiano. Os cursos eram monográficos – só o professor Hugon, que me lembre, ficava no petit a, petit b, do ensino básico, e era, por isso, ridicularizado em público pelo professor Maugué. Os professores assistentes acompanhavam a toada, movendo uma guerra sem quartel aos manuais e ao ensino geral¹⁰³⁰.

Já conhecemos o perfil de Jean Maugué e o impacto do seu magistério junto dos estudantes mais empenhados, assim como a composição do primeiro grupo francês que chegou a USP em 1935. Naturalmente, houve um deslumbramento inicial, ao mesmo tempo que nem todos receberam apreciações consensuais. Florestan registrou na memória as leituras realizadas durante o percurso acadêmico, o seu contato com os clássicos, as novas referências bibliográficas na fundamentação dos juízos. Porém, também falou da rápida entrada na fase de “alguma decepção”:

Os professores estrangeiros, em sua maioria – não em sua totalidade – eram realmente grandes para nós. Vistos na escala de valores de seus próprios países – e nós tínhamos de chegar a ela e absorvê-la – se eles não eram medíocres, contavam entre as figuras de segunda ou terceira grandeza. Mesmo as apostilas de um homem tão famoso, atualmente, como Lévi-Strauss, nada tinham de impressionante. Livros elementares, como a pequena introdução de Cuvillier ou o breve tratado de Ginsberg, iam muito

1029 *Idem, ibidem.*

1030 FERNANDES, Florestan. *Art. cit.*, pp. 123-138. Ver também NOVAIS, Fernando. “Braudel e a Missão Francesa”. *Revista Estudos Avançados*, n.º 22. São Paulo: USP, 1994.

mais longe. O fato é que não se poderia ler os clássicos, antigos ou recentes – de Montesquieu e Rousseau a Comte, de Marx a Durkheim, Tönnies e Weber, ou de Mannheim, Mauss, Simiand, Cassirer, Dilthey, Giddings a Cooley, Ogburn, Park, Znaniecki, Laski, Sorokin e tantos outros – sem sofrer essa evolução paradoxal, que nos expunha a cruéis reflexões melancólicas. Além do mais, boa parte do brilho e da significação daquele ensino desembocava em um vazio pedagógico¹⁰³¹.

Menos referida e em menor número que o grupo de franceses, mas igualmente integrante desse movimento de contratação de professores estrangeiros por Teodoro Ramos, foi a participação pioneira de portugueses nos primeiros anos da FFCL-USP: Rebelo Gonçalves, para Filologia Portuguesa e Filologia Clássica (Língua e Literaturas Grega e Latina) entre 1935 e 1938; Fidelino Figueiredo para Literatura Luso-Brasileira, entre 1938 a 1951; e Urbano Canuto Soares que lecionou Língua e Literatura Latina a partir de 1939 a 1954. Não só por isso, a presença e influência desses intercâmbios luso-brasileiros na constituição e história da Universidade brasileira é ponto que merece ser melhor aquilatado, tanto mais que é, frequentemente, visto de modo discreto, embora haja informação importante a esse respeito, em particular a que nos foi legada por alunos filhos de imigrantes portugueses como, entre outros, João Cruz Costa e Florestan Fernandes, depois professores da USP.

A missão portuguesa no Brasil

Na emergência desta instituição, também foram convocados mitos de origem que remetiam para as raízes portuguesas, fosse o que entroncava na Universidade de Coimbra¹⁰³², fosse aquele que recebeu expressão ritualista através da “oferta da Colônia Portuguesa, sob os auspícios da Casa de Portugal”¹⁰³³, da pedra fundamental que, em 1954, marcou o início simbólico da construção da Cidade Universitária. Fora do eixo oficial, encontra-se, ainda, uma intensa rede de permutas culturais, que envolveram várias áreas do saber e cuja capilaridade ultrapassou a capital paulista, fruto do contributo da chamada *missão portuguesa* no Brasil. No ensino, mas também no mundo da edição, da literatura, das artes plásticas e da militância política, essa *missão* informal irradiou seu campo de ação, particularmente após a II Guerra Mundial, contextualização que merece ser aprofundada.

A esperança frustrada do pós-Guerra

1031 FERNANDES, Florestan. *Art. cit.*, pp. 123-138.

1032 Aproximação que é vista em CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1954.

1033 A pedra fundamental da Cidade Universitária, no bairro do Butantã, foi lançada a 23 de janeiro de 1954. *Idem, ibidem*.

Como se sabe, o fim do conflito em 1945, com os seus vencedores e vencidos, provocou uma nova configuração de forças no panorama internacional. Para enfrentar a crescente polarização entre Estados Unidos e União Soviética, Salazar invocou, face aos blocos em litígio e à luz da velha aliança com a Inglaterra, um posicionamento de “neutralidade”, ou melhor, de “neutralidade colaborante”, procurando esconder qualquer “simpatia” que tivesse com as ideias da Alemanha nazi¹⁰³⁴. A vitória dos Aliados foi entusiasticamente festejada pela população e as várias oposições acreditaram que a derrota das forças nazi-fascistas iria trazer a democratização do país. Tático e com os olhos postos nas pressões externas, o próprio Salazar, nas vésperas das legislativas de 18 de novembro de 1945, prometeu que as eleições iriam ser “absolutamente livres, tão livres como na livre Inglaterra”¹⁰³⁵, mas com uma reserva mental típica de quem logo percebeu que, perante o perigo comunista, a sua sobrevivência seria útil aos vencedores ocidentais e que tinha os meios necessários para o controle da situação¹⁰³⁶.

As iniciativas da oposição serão alvo, como anteriormente, de práticas repressivas¹⁰³⁷. Na memória de Victor de Sá¹⁰³⁸ – então, jovem ativista na cidade de Braga –, os tempos tornaram-se “áridos e vazios” no pós-guerra, pois, à frustração dos que esperavam que a vitória das forças Aliadas trouxesse a abertura democrática, seguiu-se uma ofensiva do regime que também o vitimou:

1034 Nesse sentido, Torgal lembra que Portugal colocou a bandeira a meia haste nos edifícios públicos por altura da morte de Hitler no *bunker* de Berlim. TORGAL, Luís Reis. “As primeiras eleições com oposição: as legislativas de 1945 (18 de novembro), e de 1949 (13 de novembro)”. In LEMOS, Mário Matos e. *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República, 2012, pp. 32-36, p. 32.

1035 Entrevista de Salazar ao *Diário de Notícias* e a *O Século*, 14 de novembro de 1945 *apud* TORGAL, Luís Reis. “As primeiras eleições com oposição...”, *Op.Cit.*, p. 34.

1036 TORGAL, Luís Reis. *Op.Cit.*, pp. 32-36.

1037 Para Fernando Rosas, a história das oposições ao regime pode considerar-se dividida em três períodos distintos. O primeiro a que o autor chama, a época dos fascismos, vai dos anos de 1930 ao fim da Segunda Guerra Mundial. O segundo período decorria do início da Guerra fria aos anos de 1960, entre 1949 a 1958, após a derrota da candidatura de Norton de Matos e sob os efeitos do pós-Guerra, numa década marcada pelo refluxo, divisão e desmobilização das esquerdas oposicionistas. A terceira fase iniciou-se com o impacto do movimento de apoio a Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958 e foi até 1974, com o movimento de redemocratização instaurado no 25 de Abril. ROSAS, Fernando. *Pensamento e acção política. Portugal século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003, pp. 101-110.

1038 Historiador, livreiro, polígrafo, Victor de Sá (1921-2004), participou ativamente do Movimento Unidade Democrática (1945) de oposição ao Estado Novo, e nas campanhas presidenciais de Norton de Matos (1949) e Humberto Delgado (1958). Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1959), foi preso oito vezes e impedido de lecionar no ensino público até 1974. Em 1963, partiu para Paris onde concluiu seu doutoramento pela Sorbonne. Com a instauração do regime democrático, Victor de Sá iniciou carreira docente na Faculdade de Letras do Porto. PEREIRA, Gaspar Martins. ALVES, Luís Alberto. “In Memoriam. Victor de Sá (1921-2004)”. In *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 05. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 9-11. [Em rede: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2370.pdf> (último acesso 27/2/2014)].

Em 1947, abateram-se sobre as já débeis esperanças dos intelectuais progressistas as certezas da repressão implacável: prisões de jovens, trabalhadores e democratas, e mais uma fornada de demissões de quadros superiores do ensino e do exército. Mais prisões e demissões nos anos seguintes¹⁰³⁹.

A par das transformações internacionais, o período de 1949 a 1958 sofreu profundas mudanças internas que influenciaram a recomposição das oposições portuguesas. Num ambiente de censura e de repressão, mas numa conjuntura em que a não participação na Guerra tinha possibilitado alguma acumulação de capital, e sob os impactos da chamada Guerra fria, arrancou uma segunda revolução industrial, acompanhada por uma urbanização “acelerada e caótica”¹⁰⁴⁰, alterações que trouxeram o crescimento do proletariado industrial e de um setor terciário moderno, em uma sociedade concentradora de renda, com escassas regalias sociais e sem liberdade de intervenção sindical ou política¹⁰⁴¹.

Com o acirramento da repressão, uma nova leva de exilados chegou ao Brasil nos anos de 1950, destino que já fazia parte da rota dos refugiados desde a década de 1930¹⁰⁴², abrigando nomes como o republicano João Sarmiento Pimentel¹⁰⁴³ e, depois, Alberto Moura Pinto¹⁰⁴⁴ e o anarquista Inocêncio Câmara Pires¹⁰⁴⁵. Forçados ao exílio por causa da

1039 AHMFF. Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho, caixa 31.1. SÁ, Victor. “Evoco o mestre”. Documento manuscrito em memória a Joaquim de Carvalho, assinado por Victor de Sá, Rio de Mouro, 1990.

1040 ROSAS, Fernando. *Op.Cit.*, p. 110.

1041 *Idem, ibidem*.

1042 A rota dos exilados portugueses, iniciada em 1926, passou por três continentes: Europa, Américas e Norte da África, em especial a Argélia, como apontam os estudos de Heloísa Paulo. Segundo a autora, nos primeiros após a implantação da ditadura militar em Portugal, a França (tradicional polo de atração dos exilados dos regimes ditatoriais na Europa) foi o destino escolhido para muitos dos políticos republicanos, seguida pela Espanha (inicialmente a região da Galiza, devido a proximidade geográfica). Com a implantação da República Espanhola (1931-1939), este país, juntamente com a França, concentrou o maior número de exilados políticos da Europa. Após o fim da Guerra Civil em Espanha, surgiram núcleos de emigrados políticos portugueses em países da América Latina, não só no Brasil, mas também na Venezuela e Argentina. Desde meados da década de 1930, os Estados Unidos também recebem intelectuais e políticos ligados à oposição do fascismo ibérico. PAULO, Heloísa. “Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969”. In PAULO, Heloísa (coord.). *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Editora, 2010, pp. 177-186, p. 179.

1043 Oficial do Exército e integrante da revista *Seara Nova*, João Maria Ferreira Sarmiento Pimentel (1888-1987) participou da Revolta de Fevereiro de 1927, no Porto, que tentou derrubar a Ditadura Militar. Após o fracasso do movimento, seguiu para o Brasil, fixando residência em São Paulo e se tornando um dos principais nomes da oposição portuguesa. Cf. NORBERTO, Lopes (org.). *Sarmiento Pimentel ou uma geração traída*. Lisboa: Aster, 1976.

1044 Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e antigo Ministro da Justiça do governo de Sidónio Pais, Alberto de Moura Pinto (1883-1960) participou da revolta de junho de 1930, em desacordo com a ditadura militar portuguesa, sendo preso e deportado para os Açores. No ano seguinte, foi para Espanha, onde, em contato com Jaime de Morais e Jaime Cortesão, militou na oposição, dando origem ao chamado “Grupo dos Budas”. Em 1939, viajou para o Brasil, participando ativamente das manifestações da oposição. Retornou a Portugal em 1957. PAULO, Heloísa. “O exílio português no Brasil: Os “Budas” e a oposição antisalazarista”. In *Portuguese Studies Review*, vol. 14 (2). Ontario: Trent University, 2006/2007, pp.125-142, p.129. [Em rede: www.ceis20.uc.pt/ceis20/site/UserFiles/Image/HeloisaPauloPortStudiesRev14.pdf].

1045 Inocêncio Câmara Pires (1889-1966) nasceu em Luanda. Formado em Medicina, residiu em Paris, onde

perseguição política, são “acolhidos por seus compatriotas e companheiros de ideais políticos, mas olhados com desconfiança pelos membros conservadores da colônia¹⁰⁴⁶”. Naturalmente, muitos deles integraram-se em grupos e associações de oposição ao regime português, como a Liga dos Republicanos Portugueses, Centro Republicano Dr. Afonso Costa, Centro Republicano de São Paulo, Grêmio Republicano Português, no Rio de Janeiro¹⁰⁴⁷.

No período, é clara a formação de uma nova conjuntura anti e pró-Salazar, em um momento singular da aproximação entre Portugal e Brasil. O ambiente político na ex-colônia, que desde 1930 tinha Getúlio Vargas na presidência, vivia um ciclo de autoritarismo (1937-1945). Também chamado de Estado Novo, como em Portugal, a ditadura getulista aumentou as restrições à entrada de estrangeiros no país, embora, gradativamente, tenha diminuído as limitações à vinda e permanência de portugueses, tendência explicada pelas afinidades entre os dois regimes¹⁰⁴⁸. Os grupos de oposição a Salazar no Brasil, seguidos de perto pelas autoridades portuguesas e cerceados pela legislação brasileira, engrossaram, na década de 1940, com a chegada de outros “indesejáveis” do regime. Alguns já haviam passado pelo exílio na Europa, mas, sob o impacto da II Guerra e do que se lhe seguiu, atravessaram o Atlântico, como foi o caso de Jaime de Morais¹⁰⁴⁹ e de Jaime Cortesão¹⁰⁵⁰, ou vieram de

manteve contacto com os republicanos exilados. Durante a Guerra Civil de Espanha, foi um dos contactos do “grupo dos Budas” em França e na Inglaterra. Em 1939, partiu para o Brasil. No Rio de Janeiro, participou nos primeiros movimentos oposicionistas capitaneados pelos seus antigos amigos. Ligado ao anarquismo, escreveu no jornal *Ação Direta*, em 1947. Retornou a Luanda na década de sessenta, seguindo depois para Paris, onde se ligou aos movimentos independentistas das colónias portuguesas. *Idem, ibidem*, p. 130.

1046 *Idem*. “Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969”. In PAULO, Heloísa (coord.). *Op.Cit.*, pp. 177-186, p. 184.

1047 *Idem*. “Os insubmissos da colônia: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45)” In *Penélope: Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos Editora, 1995, n.º 16, pp. 9-24.

1048 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 175.

1049 Médico e oficial da Armada Portuguesa, Jaime Alberto de Castro Morais (1882-1973) foi um dos líderes da Revolução de Fevereiro de 1927, no Porto, de oposição a Ditadura Militar. Com o fracasso do movimento, foi demitido da Armada, deportado para São Tomé, de onde fugiu para Paris. Com a proclamação da II República da Espanha, seguiu para Madrid, onde constituiu com Jaime Cortesão e Alberto Moura Pinto, o “Grupo dos Budas”. Cf. ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

1050 Jaime Zuzarte Cortesão (1884-1960) formou-se em Medicina (1910), depois de ter seguido o curso de Direito e, antes, o de Belas-Artes. Abandonou a carreira médica em 1912, ao ser nomeado professor de História e Literatura no Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto. Eleito deputado (1915), voltou a exercer a medicina em breve período como voluntário na Primeira Guerra (1917-18). “Todo o resto da sua vida centrou-se na atividade política, na literatura e, principalmente, no estudo da história”, como sublinha Paulo Franchetti. Em 1919, foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional de Portugal, sendo demitido em 1927 por sua participação nas atividades de oposição à Ditadura Militar. Após o exílio em França e Espanha, foi preso em Portugal e banido do país em 1940, altura em que emigrou para o Brasil, tendo aí vivido por cerca de 17 anos. FRANCHETTI, Paulo. “Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *Op.Cit.* São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, pp. 101-115. Cf. LOPES, Óscar. *Jaime Cortesão. A obra e o homem*. Lisboa: Arcádia, s/a.

outros destinos europeus, como aconteceu com Agostinho da Silva¹⁰⁵¹. E esta onda continuará no decurso da década de 1950, época que, nos seus primeiros anos, decorreu sob a fase menos autoritária do getulismo¹⁰⁵². Entre outros, foram chegando personalidades como Fernando Queiroga (1950), Carlos Maria de Araújo (1952), Fernando Lemos (1953), Adolfo Casais Monteiro (1954), Maria Archer (1955), Vítor Ramos (1955), Manuel Rodrigues Lapa (1957), Jorge de Sena (1959), entre outros. Segundo o depoimento de Maria Archer, em 1956, sair de Portugal era opção inevitável em face da impossibilidade de poder viver e trabalhar num cotidiano vigiado:

Vim para o Brasil, tendo chegado dia 15.07.1955, porque já não podia viver em Portugal. A ação da censura asfixiou-me e tirou-me os meios de vida. Aprenderam-me dois livros publicados, assaltaram-me com policiais a casa e levaram-me um original que ainda estava escrevendo, violência inédita em países de civilização europeia¹⁰⁵³.

Experiência social e individual, o exílio é definido por conjunturas específicas, próprias de uma época e de um lugar, como se sabe. Mas, numa constante, ele “é fruto da exclusão, da negação, da dominação, na intolerância”, como também pode ser a “negação da negação, a luta pela afirmação, a resistência”¹⁰⁵⁴. Se o exilado tem um projeto sociopolítico para a sociedade, ao mesmo tempo individual e coletivo, é a derrota desse projeto ou “as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado”¹⁰⁵⁵. Exemplo próximo ao caso português no período foi o êxodo de intelectuais espanhóis para a

1051 Filósofo, poeta e ensaísta, Agostinho da Silva (1906-1994) seguiu para o exílio em 1943, após ser preso pela PVDE no ano anterior. Parte para a América do Sul num percurso que se iniciou no Rio de Janeiro, passou por São Paulo e Uruguai (1945). No ano seguinte, viveu na Argentina e somente em 1947 se instalou no Brasil, inicialmente em São Paulo e depois Rio de Janeiro, onde trabalhou no Instituto Oswaldo Cruz e lecionou na Faculdade Fluminense de Filosofia (1948). Realizou um périplo por várias instituições universitárias brasileiras, integrando o corpo docente da Universidade da Paraíba (1952), lecionando em Pernambuco, onde ajudou a fundar a Universidade de Santa Catarina (1955). Fundou ainda o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade da Bahia, onde ensinou Filosofia do Teatro (1959). Colaborou também na criação da Universidade de Brasília (1962), e na criação do Centro de Estudos Portugueses. No contexto da ditadura brasileira, voltou para Portugal em 1969.

1052 Deposto por uma junta militar em outubro de 1945, Getúlio Vargas voltou à presidência do Brasil, agora por voto direto, no período de 31 de janeiro de 1951 a 29 de agosto de 1954.

1053 ARCHER, Maria. In *Diário de Notícias*, Lisboa, 15/1/1956 *Apud* BATISTA, Elisabeth. *Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, FFLCH-USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, p. 59.

1054 ROLLEMBERG, Denise. “Exilados, estrangeiros, apátridas”. In *Idem, Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, pp. 23-59, p. 25. Cf. VINAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. Tradução de Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992; FERNANDES, Heloisa Rodrigues. “Chaves do exílio e portas da esperança”. In *Trajetos. Revista do Departamento de História da UFC*, vol. 5, n.º 9/10. Fortaleza: Departamento de História-UFC, 2007.

1055 *Idem, ibidem*, p. 45. Definição desenvolvida em VASQUEZ, Ana; ARAÚJO, Ana Maria. *Éxile latino-américaine. La malédiction d'Ulysses*. Paris: Ciemi-L'Harmattan, 1988.

América Latina, especialmente para o México, em 1939, após a derrota da República em Espanha. Face às depurações nas universidades, o exílio surgiu-lhes como a única alternativa para salvarem a vida, ou para prosseguirem vocações que o autoritarismo pátrio se predisponha a bloquear ou a aniquilar¹⁰⁵⁶. Para os republicanos espanhóis, o México passou a ser o destino principal devido ao ambiente cultural oferecido, pois, para além da partilha da mesma língua, contava com instituições universitárias interessadas em reforçar seus quadros docentes “con lo mejor de la Universidad española en el exilio”¹⁰⁵⁷. (Significativamente, este foi o destino escolhido por dois grandes universitários espanhóis, Fernando de los Rios e Américo de Castro, que Gilberto Freyre terá tentado levar para o Brasil para compensar lacunas que encontrava nas *missões* em ação. E para os acompanhar, sugeria que também fosse convidado Joaquim de Carvalho).

A especificidade da “missão cultural” portuguesa

Também em Portugal, aos expurgados da Universidade – que mais abaixo nomearemos – juntavam-se os perseguidos por suas ideias e escritos, e alguns dos impedidos de ingressar em quaisquer instituições de ensino, quer fossem públicas ou privadas, ou de

1056 SÁNCHEZ, José María López. “El exilio científico republicano en México: La respuesta a la depuración”. In CARVAJAL, Luis Enrique Otero (dir.). *La destrucción de la ciencia en España: depuración universitaria en el franquismo*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid/ Editorial Complutense, 2006, pp. 177-239, p. 237. Na primeira metade do século XX, a política universitária espanhola mudava de feição sob forte influência das ideias difundidas pela Institución Libre de Enseñanza (ILE) (1876-1936), fundada pelo catedrático Giner de los Ríos, e sob atuação da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE), de carácter institucionalista e adesão às esferas progressistas do mundo acadêmico e político espanhol. Mesmo antes do início da Guerra Civil, tal modelo enfrentava disputa com grupos conservadores, entre os quais estavam indivíduos com importantes posições na estrutura universitária espanhola, mas cuja hegemonia se via ameaçada. Defensores e detratores desse modelo pregado pela JAE se enfrentavam nos debates acadêmicos e nos processos de preenchimento dos postos universitários, como também na imprensa e no parlamento, o que, para Sánchez, demonstrava que se tratava de algo mais que uma simples peleja institucional ou acadêmica. Isto é, o mundo acadêmico era visto como um espaço importante dentro de um marco geral mais amplo, que incluía diferentes formas de conceber e projetar concepções para o País. Com a guerra civil, as diferenças entre os grupos se tornaram irreconciliáveis, com consequências dramáticas após a derrota da república. Segundo Sánchez, a partir de 1939, a política científica espanhola voltou-se para a recuperação da essência católica e para a natureza ultramontana de suas interpretações no âmbito das Ciências Sociais. O autor comenta que a depuração do professorado universitário tinha como objetivo eliminar qualquer vestígio de institucionalismo que permeasse o mundo acadêmico: “Los nuevos administradores del poder científico y académico español desmontaron el tinglado institucionalista hasta el punto de, en el mejor de los casos, defenestrar a todos aquellos que habían tenido alguna relación con la ILE o la JAE de los resortes del poder o, en el peor de los casos, llevarlos ante el pelotón de ejecución, como en los casos de Leopoldo García Alas o Salvador Vila Hernández, redactores en Oviedo y Granada, respectivamente”.

1057 Apesar de representantes da intelectualidade espanhola exilada terem se fixado por diferentes países na América Latina, foi o México que recebeu o maior número e “o que soube melhor aproveitá-los”. O contato, na década anterior, de protagonistas do mundo intelectual e acadêmico mexicano com membros da Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas (JAE), da Espanha, propiciou a formação de um ambiente cultural que facilitou a integração dos exilados, apoiados por novas organizações (El Colegio de México e do Instituto Politécnico Nacional) e por centros de antiga trajetória como a Universidad Nacional Autónoma de México. *Idem, ibidem*, p. 237.

progredir nas suas carreiras¹⁰⁵⁸. Mesmo quando a opção foi permanecer em Portugal durante o salazarismo, partilhavam do sentimento de *exílio interior*, em razão da censura e da situação política¹⁰⁵⁹ que vigiava as suas vidas e o seu trabalho. Entre outros, destacamos os casos de Ferreira de Castro, Miguel Torga, Vergílio Ferreira, bem como o de Joaquim de Carvalho após o fechamento da Imprensa da Universidade em 1934.

Para muitos desses homens e mulheres portugueses, que contavam com maior ou menor acolhimento profissional em destinos como o Brasil, dentro e fora das Universidades, o exílio foi o caminho em busca de trabalho e de vida. Quais foram os que mais se destacaram, vindo a influenciar os meios culturais em que agiam, com relevo para a Universidade?

Barradas de Carvalho, em artigo escrito para o jornal *Portugal Democrático*, editado em São Paulo¹⁰⁶⁰, chamou a atenção para a relevância da presença, no Brasil, de matemáticos entre os professores universitários demitidos pelo regime de Salazar, ex-docentes das Universidades do Porto e Lisboa. Foram eles: António Ricca Gonçalves (São Paulo), Alfredo Pereira Gomes (Universidade do Recife), Ruy Luís Gomes (Universidade do Recife), Manuel Zaluat Nunes (Universidade do Recife), José Morgado (Universidade do Recife), António Brotas (Universidade do Recife), António Aniceto Monteiro (passagem pela Universidade de São Paulo e Universidade Nacional do Rio de Janeiro)¹⁰⁶¹. Esta purga culminou o processo que desmantelou o “Movimento Matemático” em 1946/1947, com o encerramento de centros de estudos em Lisboa e Porto e com a demissão, a prisão ou a expulsão de muitos dos seus membros, ato que, repetindo, numa maior dimensão, a perseguição universitária de 1934-1935¹⁰⁶², empurrou para o exílio “a elite do pensamento matemático português”¹⁰⁶³. Além do

1058 ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina. *A perseguição aos professores. Estado Novo e Universidade*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

1059 MATHIAS, Marcelo Duarte. “O escritor e o sentimento de exílio. Alguns exemplos contemporâneos”. In *Revista Colóquio/Letras*, n.º 183, maio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 9-24, p. 13.

1060 O jornal *Portugal Democrático* foi criado em 1956 por um núcleo de emigrados portugueses “antifascistas” radicados em São Paulo. Com uma equipe que reuniu diferentes sensibilidades políticas, foi editado até 1975. Na sua ação, soube articular-se com setores diversificados da sociedade brasileira (universidades, editoras, sindicatos, partidos, associações estudantis, de escritores). De acordo com Douglas Mansur da Silva, a publicação “ajudou a compor e foi parte integrante de uma rede internacional de combate ao Estado Novo e de apoio ao enfrentamento de outros regimes autoritários, como o de Espanha e, mais tarde, do próprio Brasil”. SILVA, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Coleção Estudos e Investigações n.º 42. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

1061 CARVALHO, Joaquim Barradas de. *O obscurantismo salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974, pp. 15-16. Neste livro, o autor reúne artigos publicados entre 1964-1970 no jornal *Portugal Democrático*, em São Paulo.

1062 Em 1934, foram demitidos os professores assistentes António Barros Machado, Henrique Vítor Ziller Perez, Luís Neves Real, todos da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. No ano seguinte, são demitidos Abel Salazar, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Álvaro Isidoro de Faria, da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; Aurélio Quintanilha, catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; Norton de Matos, general e professor da IST da Universidade Técnica de Lisboa; Rodrigues Lapa, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Sílvio

número, a qualidade dos matemáticos emigrados levou Barradas de Carvalho, anos mais tarde, a defender que a melhor escola de Matemática formada por portugueses não esteve, nos anos 1950-1970, no Porto ou em Lisboa, mas no Recife:

Toda uma escola de matemáticos foi assim aniquilada pelo obscurantismo salazarista. E é esta a razão por que é possível dizer-se hoje que a melhor escola de matemáticos formada por portugueses não é a do Porto, nem a de Lisboa, nem a de Coimbra, mas sim a do Recife, aqui no Brasil, com Ruy Luís Gomes, Manuel Zaluat Nunes, Alfredo Pereira Gomes, José Morgado e António Brotas¹⁰⁶⁴.

Percebe-se agora melhor por que é que, a propósito desta confluência de competências e do seu comprometimento com o ensino no Brasil, se pode falar em *missão portuguesa*. Ora, se o contributo que acabamos de assinalar incidu na matemática, um outro, com uma grande valia, se deu no campo das humanidades. Daí que os estudiosos dessa “missão” agreguem, igualmente, nomes como: Adolfo Casais Monteiro (na Universidade da Bahia) e Rodrigues Lapa, em Minas Gerais. Participante deste movimento, Antônio Cândido lembrou, não há muitos anos, que, na gênese da Universidade de Brasília, estiveram Eudoro de Sousa – um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Santa Catarina – e Agostinho da Silva, este também cofundador das universidades da Paraíba, de Santa Catarina e professor na Faculdade Fluminense de Filosofia, com passagem pela Bahia e por Goiás. E, na mesma retrospectiva, não se esqueceu de mencionar Sidônio Muralha, poeta e editor em São Paulo e Curitiba, o artista plástico Fernando Lemos, em São Paulo, Jaime Cortesão, no Rio de Janeiro, assim como o açoriano Vitorino Nemésio que, não tendo fixado residência no Brasil, foi professor visitante, nas décadas de 1950 e 1960, nas universidades da Bahia, do Ceará e do Rio de Janeiro. Para o interior de São Paulo foram Adolfo Casais Monteiro, professor em Araraquara, e Vítor Ramos e Jorge de Sena, que ensinaram em Assis e este último também em Araraquara e São José do Rio Preto. Na USP, Cândido refere ainda

Lima, auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Cf. ROSAS, Fernando; SIZIFREDO, Cristina. *Op.Cit.*, p. 58-59.

1063 *Idem, ibidem*, p. 28-29. Seguindo definição dos autores, o Movimento Matemático designa o “intenso e multiforme período de modernização dos estudos matemáticos que agitou, entre meados dos anos 1930 e 1947, a vida científica e cultural do país”, animado por três figuras tutelares, Antônio Aniceto Monteiro, Bento de Jesus Caraça e Ruy Luís Gomes, a que se juntou “um importante grupo pluridisciplinar de jovens bolseiros e investigadores. Após algum apoio inicial do IAC à atividade dos centros e dos bolseiros, as posições políticas antifascistas da maioria dos investigadores levaram o regime a “estrangular financeiramente as suas atividades, a impedir o seu acesso à carreira docente, culminando com as purgas políticas de 1946/1947 que encerraram centros, prenderam vários professores e investigadores, expulsaram docentes das universidades e empurraram para o exílio grande parte deles. Sobre o assunto, ver ainda: PERES, Ilda (org.). *Movimento Matemático 1937-1947*. Lisboa: Museu da República e Resistência/CML, 1997.

1064 CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Op.Cit.*, pp. 15-16.

a passagem de Vítor Ramos, Joaquim de Carvalho e Barradas de Carvalho, precedidos pelas presenças, nos meados da década de 1930, de Rebelo Gonçalves, Fidelino Figueiredo e Urbano Canuto Soares nos primeiros anos da instituição¹⁰⁶⁵. E estes não são os únicos exemplos. Não deixa de ser importante notar que, no respeitante aos anos 1950, Antônio Cândido, com exceção de Vitorino Nemésio, não citou na sua relação, nomes que integraram as embaixadas culturais promovidas pelo Instituto de Alta Cultura português, ou mesmo professores que chegaram ao Brasil por indicação do setor mais conservador da universidade paulista, em boa parte ligado ao grupo de Miguel Reale.

Comparada com a planificação política da “missão francesa” e com a de outros países, é indiscutível que a portuguesa foi de outro tipo, seja devido à compartilha da mesma língua, seja por “não ser formada por grupos definidos nem ter existido oficialmente¹⁰⁶⁶”. Não se pense, porém, que o exílio foi a sua única fonte de recrutamento, pois alguns dos intelectuais que hoje são arrolados como personalidades ativas com repercussão deslocaram-se a convite de instituições brasileiras, ou com bolsas do Instituto de Alta Cultura, instituição fundada pelo Estado Novo em 1952, com a finalidade de promover e apoiar os intercâmbios académicos¹⁰⁶⁷. Com efeito, o IAC, a par de pugnar pelo “aperfeiçoamento da cultura superior e da cultura estética”, e de conceder bolsas de investigação e estudo, tinha por papel “organizar ou subsidiar missões, visitas e viagens de estudo, quando delas possa fundamentalmente resultar benefício para os organismos culturais e para o Estado”¹⁰⁶⁸. E é

1065 *Idem, ibidem*, p. 32. Texto reproduzido em “Portugueses no Brasil”. In CÂNDIDO, Antônio. *O Albatroz e o Chinês*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2004, pp. 73-84.

1066 CÂNDIDO, Antônio. “Intelectuais portugueses e a cultura brasileira”. *Op. Cit.*, p. 32.

1067 De 1952 a 1976, o Instituto de Alta Cultura (IAC) foi o organismo do Ministério da Educação Nacional de Portugal responsável pela condução da política cultural, de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e de investigação científica durante o Estado Novo. Substituiu o Instituto para a Alta Cultura, criado em 19 de maio de 1936, e, antes, a Junta de Educação Nacional (JEN), de 16 de Janeiro de 1929. Cf. “Decreto Lei Decreto-Lei n.º 38680”. In *Diário da República*, n.º 61, Série I de 17/3/1952, pp.415-419. [em rede: www.fct.pt/historia/docs/DecretoLei38680_1952.pdf (último acesso em 14/12/2014)].

1068 *Idem, ibidem*, p. 416. No documento de criação do IAC, defendia-se a necessidade de “rever o plano” das actividades do organismo anterior, “regular o aproveitamento das técnicas adquiridas e organizar convenientemente o seu pessoal”. O Decreto-Lei n.º 38.680 sublinhava ainda que, até a criação de organismo próprio, a investigação científica em Portugal era “quase de iniciativa própria” e divulgava que, de 1936 a fins de 1951, o Estado concedeu 861 bolsas de estudo no estrangeiro e 1.142 dentro do País a vinte e cinco centros, em maioria, anexos às Universidades portuguesas, além do reforço dado aos quadros técnicos. A justificativa para a remodelação era também de ordem pragmática, de modo a otimizar recursos com os objetivos traçados pelo Estado: “Do avultado número de bolsas e relativa largueza do número de centros convém caminhar para a concentração destes, melhores, mais completos, mais pragmáticos, sem pensar no luxo da fachada científica, com que não podemos materialmente”. A avaliação incluía o impacto da II Guerra no projeto de expansão da Língua “nas comunidades portuguesas do estrangeiro”, principalmente destacando a importância das relações com as colónias do ultramar. Isso porque, na avaliação do Estado, “se foi possível manter nas Universidades estrangeiras a cultura portuguesa, já não foi fácil lançar no ambiente das colónias de portugueses a semente da renacionalização”. A secretaria do Instituto passaria a contar então com um novo quadro de funcionários “para assegurar o expediente, abundante, variado e delicado”. Cf. “Decreto Lei Decreto-Lei n.º 38680”. In *Diário da República*, n.º 61, Série I, 17/3/1952 [em

um fato que a sua entrada em funções veio ampliar as condicionantes políticas dos relacionamentos culturais entre Portugal e o Brasil, como mais à frente se verá.

Por outro lado, para além da presença de universitários portugueses no Brasil no período em pauta, deve-se, igualmente, dar relevo a práticas culturais extra acadêmicas e onde a assunção da componente política foi mais explícita. Referimo-nos, aqui, ao ativismo de alguns exilados de orientação anarco-republicana e que tudo fizeram para propagar, através do livro e da imprensa, as suas ideias na terra que os acolheu. É esse o caso da participação, entre outros, de Pedro Ferreira da Silva, Inocêncio Câmara Pires e Roberto das Neves no jornal anarquista *Ação Direta* (1946-1959), integrando redes e circuitos libertários de combate aos governos totalitários, incluindo o franquismo e o salazarismo¹⁰⁶⁹.

Ainda a este propósito, destaca-se também a criação, em 1948, da *Editora Germinal*, fundada no Rio de Janeiro pelo anarquista Roberto das Neves¹⁰⁷⁰, e inaugurada com o lançamento do livro *Sermões da Montanha*, do escritor anticlerical e republicano Tomás da Fonseca. Com esse título, que já havia saído apócrifo em Portugal, a *Germinal* iniciou a distribuição e edição de obras de cariz libertário, anticlerical e de livre-pensar, tarefa que prosseguiu por mais de 30 anos, incluindo outros títulos que foram proibidos ou alvo de censura durante o regime de Salazar¹⁰⁷¹.

rede: www.fct.pt/historia/docs/DecretoLei38680_1952.pdf (último acesso em 14/12/2014)].

1069 VIANA, Allyson Bruno. “Anarquismo em papel e tita: imprensa, educação e cultura libertária (1945-1968)”. *Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC)*. Fortaleza: 2014, pp. 40-60. A atuação da imprensa de cariz libertário e internacionalista no Brasil é estudada pelo autor, que inclui na sua análise os periódicos *A Plebe* (1947-1951), *O Libertário* (1960-1964), *Dealbar* (1964-1968). Cf. GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária: o Anarquismo Em Língua Portuguesa*. São Paulo: Imaginário, 1999.

1070 Roberto Barreto Pedroso das Neves (1907-1981) nasceu em Pedrógão Grande, distrito de Leiria. Com a família, mudou-se para Coimbra para cursar o Liceu. Frequentou os primeiros anos da licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade e começou a colaborar com a imprensa libertária em jornais como *A Comuna*, no Porto, *O Libertário* e *A Batalha*, em Lisboa. Em 1927, como consequência das diretivas instauradas pelo golpe do 28 de maio de 1926, foi preso pela primeira vez por publicar sátiras político-sociais. Ingressou na maçonaria em 1928, na Loja Rebelião, filiada ao Grande Oriente Lusitano, adotando o nome simbólico de “Satan”. Já como jornalista de *O Primeiro de Janeiro*, sob ameaça de prisão e deportação por sua atuação política, interrompeu os estudos e partiu para a Espanha, em 1936, integrando a luta antifascista no país vizinho, época em que conheceu e onde se casou com a sufragista Maria Jerusa Diaz. Em Madrid, ligou-se ao movimento anarquista espanhol, participou da reestruturação da Federação Anarquista de Portugueses Exilados, escreveu no jornal *Rebelião* e travou contato com outros portugueses exilados no período, como Jaime Cortesão, Jaime de Moraes e Alberto de Moura Pinto. De regresso a Portugal, concluiu a licenciatura em Histórico-Filosóficas na Universidade de Lisboa. Perseguido por auxiliar a fuga de espanhóis antifranquistas para o México, a partir da embaixada mexicana em Lisboa, emigrou com a família para o Rio de Janeiro em 1942. Considerava-se anarquista, esperantista, vegetariano e maçom. MARQUES, Manuel Pedroso. “Roberto das Neves. Nota biográfica”. In HENRIQUES, Aires B (org.). *O Pedrógão de Roberto das Neves*. Pedrógão Grande: Casa de Pedrógão Grande, 2006, pp. 21-37.

1071 Com poucas referências na literatura especializada acerca da história do livro e da leitura, a trajetória de Roberto das Neves e da Editora Germinal foi analisada recentemente por VIANA, Allyson Bruno. *Op.Cit.*, pp. 296-350.

Por sua vez, o livro de poemas sediciosos do próprio Roberto das Neves, *Assim Cantava um Cidadão do Mundo* (1952), também editado pela *Germinal*, denunciava, logo na capa, as perseguições que o seu autor tinha sofrido em Portugal: “Poemas que levaram o autor treze vezes aos cárceres do Santo Ofício de Salazar”. A presença desse e de outros títulos da editora em bibliotecas portuguesas, como a do próprio Joaquim de Carvalho¹⁰⁷², demonstra que, embora proibido, a sua leitura também chegou ao leitor português. Em alguns casos, pode-se mesmo confirmar a estratégia de editar no Brasil para, além da denúncia internacional ao Estado Novo salazarista, fazer chegar e circular, de modo clandestino, conteúdo proibido em Portugal, como o livro *Fátima (Cartas ao Cardeal Patriarca de Lisboa)*, edição de 1955, também de Thomaz da Fonseca¹⁰⁷³.

As edições visavam reforçar o combate ao regime de censura e ao autoritarismo português, utilizando espaços editoriais possíveis, como prefácios, ilustrações, folha de rosto, orelha e contracapa. É o caso da edição de 1955 de *Fátima*, em que a lista com as principais obras do autor inserida na contracapa sinaliza as que tinham sido apreendidas “pela Polícia Internacional”¹⁰⁷⁴. Por sua vez, na orelha do livro, sublinhava que o leitor iria encontrar “certos aspectos do estreito mundo português de nossos dias”¹⁰⁷⁵. Já na “explicação necessária” que antecede a primeira página, Fonseca escreveu o que se segue, no estilo muito próprio da sua oratória de combate: “Ninguém ignora hoje que um livro da natureza deste, posto a circular em Portugal, põe em risco, não apenas a liberdade do autor, mas ainda a sua própria vida. Embora! Morra êle, mas vivam os tristes que salpicam de lágrimas e sangue os caminhos que levam aos santuários donde regressam mais pobres e mais desventurados!”¹⁰⁷⁶.

A participação de brasileiros na luta contra o regime autoritário português está inscrita nas edições, especialmente nos prefácios, como *Portugal oprimido: subsídios para a*

1072 Uma edição desse livro foi localizada na Biblioteca de Joaquim de Carvalho. SJC-FLUC, cota 10-8-32.

1073 A partir de investigações no espólio de Tomás da Fonseca, Luís Filipe dos Reis descreveu a estratégia de atrasar o lançamento do livro no Brasil para que chegassem, sem despertar atenções, os exemplares editados pela *Germinal*, no Rio de Janeiro, a Lisboa e, de lá, para outras cidades portuguesas. Assim constatou na carta enviada por Vieira Lourenço ao autor, em 10 de agosto de 1955: “Vamos ver se conseguimos aí fazer penetrar dois ou três mil exemplares. Porém, só devem começar a circular quando já tiverem uma quantidade apreciável, que é para se espalhar ao mesmo tempo. Assim não haverá tempo para buscas e entraves à divulgação da obra. Aqui o livro só sairá depois de aí chegar essa quantidade, para não se dar alarme e pôr os cães de fila em perseguição. É que, quando o livro aqui sair, os jornais vão fazer muito barulho”. Cf. REIS, Luís Filipe Leitão Rodrigues dos. *Tomás da Fonseca (1877-1968) o educador do povo*. Tese de doutoramento em Estudos Contemporâneos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015, p. 178.

1074 Oito títulos são apontados com asterisco, de 22 livros listados, sendo 12 já fora de circulação porque esgotados. FONSECA, Thomaz da. *Fátima (Cartas ao Cardeal Cerejeira)*. Rio de Janeiro: Editora *Germinal*, 1955. Uma edição facsimilar foi lançada em 2014, em Lisboa, por A Bela e o Monstro Edições.

1075 “Fátima” (texto da orelha ou aba do livro). In *Idem, ibidem*.

1076 FONSECA, Thomaz. “Explicação necessária”. In *Idem, ibidem*, p. 13.

história do fascismo em Portugal (1958)¹⁰⁷⁷, de Fernando Queiroga¹⁰⁷⁸, com prefácio de Paulo Duarte; assim como *A fome em Portugal: análise da obra económico-político-financeira do corporativismo português* (1959)¹⁰⁷⁹, de Roberto das Neves e de Edgar Rodrigues, com prefácio de Josué de Castro.

Se, até há alguns anos, o alcance e a importância dos contributos que acabamos de sintetizar estavam quase completamente ignorados, na última década¹⁰⁸⁰, apesar do muito que está ainda por fazer, veio a lume um conjunto de estudos interessados na compreensão da experiência de alguns intelectuais portugueses em meados do século XX no Brasil¹⁰⁸¹, e onde não tem ficado esquecida a análise da sua conexão com exílios em outros países, assim como, a da heterogeneidade das orientações político-ideológicas dos exilados¹⁰⁸².

Ao tratar da “missão portuguesa” no século XX, ter-se-á ainda de integrar essa experiência nas ondas do fluxo migratório que, até os anos de 1960, privilegiou o Brasil como principal destino¹⁰⁸³, e de enfatizar a promoção do “associativismo da saudade” na terra de acolhimento, âmbito privilegiado, desde os anos de 1930, pelo regime de Salazar tendo em

1077 QUEIROGA, Fernando. *Portugal oprimido: subsídios para a história do fascismo em Portugal*. Prefácio de Paulo Duarte e Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1958.

1078 O autor do livro, Capitão Fernando Queiroga (1909-1971), foi demitido do Exército em 1938 por razões políticas, empreendendo um processo de luta contra o Salazarismo que o conduziu, após o fim da II Guerra Mundial, a comandar o golpe da Mealhada e a ter que exilar-se no Brasil, onde esteve de 1950 a 1959. Daí até 1961, se dedicou à Frente Cívica Revolucionária, deslocando-se para França e Norte de África. Retornou ao Brasil em 1961, liderando um grupo de resistência antifascista que se não revia na chefia do General Humberto Delgado. Regressou a Portugal em 1968, com o Marcelismo já instalado e foi reintegrado no posto de capitão, na reserva. Depois do 25 de Abril, foi promovido a coronel a título póstumo. Cf. FARINHA, Luís. “Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio”. In *Penélope: revista de história e ciências sociais. Portugal no exílio (século XX)*, n.º 16. Lisboa: edições Cosmos, 1995, pp. 87-108.

1079 RODRIGUES, Edgar (pseud); NEVES, Roberto das. *A fome em Portugal: análise da obra económico-político-financeira do corporativismo português*. Prefácio de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Editorial Germinal, 1959. Edgar Rodrigues é pseudónimo de António Francisco Correia.

1080 Depoimentos e estudos sobre o tema foram reunidos em duas publicações entre 2002 e 2003, saídas do Congresso Internacional “Sinais de Jorge de Sena” (Araraquara), e do Colóquio Internacional “Jorge de Sena e outros escritores em um Brasil recente” (Rio de Janeiro), realizados por ocasião dos 20 anos de falecimento do poeta, em 1998. Cf.: GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.). *Op. Cit.*; LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *Op. Cit.*

1081 Entre teses e dissertações realizadas sobre o tema, podem ser citadas: OLIVEIRA, Fábio Ruela de. *Trajatórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)*. Tese de doutorado em História apresentada a Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: ICHF, 2010; SILVA, Douglas Mansur da. *Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX*. Tese de Doutorado - UFRJ/Programa de Pós-Graduação/Museu Nacional. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2007; RAMOS, Ubirajara Bernini. “*Portugal Democrático*” - *Um Jornal de Resistência ao salazarismo publicado no Brasil*. Dissertação de mestrado em História apresentada a Pontifícia Universidade Católica (PUC). São Paulo: PUC-SP, 2004.

1082 Como mostram os trabalhos de Heloísa Paulo, para o caso dos portugueses no Brasil, e Cristina Clímaco, para o exílio em Espanha e França. Cf. PAULO, Heloísa. “O Republicanismo e a Oposição exilada: combates e crises”. In *Revista “Estudos do Século XX”*, n.º 10; *Idem, Aqui também é Portugal. A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto editora, 2000; CLÍMACO, Cristina. *L’exil politique portugais em France et em Espagne, 1927-1940*. Tese de doutoramento, Université Paris 7, 1997.

1083 Cf. SERRÃO, Joel. “Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo”. In *Análise Social*, XXI (87-88-89). Lisboa: ICS, 1985, pp. 995-1004.

vista o seu controle. Representações consulares e entidades que se autointitulavam como representantes da “colônia”, nomeadamente em torno da Federação das Associações Portuguesas, passaram a comportar-se como agências de propaganda e como redes de informação em defesa dos ideais salazaristas e contra as atividades da oposição, organizadas em torno das agremiações de cunho republicano e que se viram reforçadas com a chegada de novos exilados políticos¹⁰⁸⁴. Nessa “guerrilha velada” entre os agentes do regime no Brasil e a oposição, importa também reforçar este outro condicionante: até o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil viveu a ascensão e a queda de um regime ditatorial – no caso, o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) – que não escondia suas filiações e afinidades com o regime salazarista em Portugal¹⁰⁸⁵.

Ainda no campo dos impressos, o fluxo de oposicionistas portugueses, que se mantém até o Golpe Militar de 1964 e a instauração de uma nova ditadura no Brasil, encontrou, com a fundação do jornal *Portugal Democrático*, em 1956¹⁰⁸⁶, uma arma de combate que veio dar, desde o título, uma maior visibilidade às campanhas antissalazaristas. Por outro lado, o acolhimento destas iniciativas pôde contar com o apoio de setores brasileiros antigetulistas e com a ajuda de alguma imprensa, como foi o caso, ainda nos inícios da década de 50, da *Revista Cultural Anhembi* (fundada e dirigida pelo jornalista brasileiro Paulo Duarte), e o do jornal *O Estado de São Paulo*¹⁰⁸⁷. E tudo isto ocorreu num pano de fundo caracterizado por uma crescente convivência política entre os governos de ambos os países, clima que o suicídio de Getúlio (agosto de 1954) e a subida ao poder de JK (janeiro de 1956) não quebraram.

As relações de “amizade” entre Brasil e Portugal e as transformações do pós-guerra

1084 Segundo Heloisa Paulo, o golpe de 28 de maio de 1926, em Portugal, suscitou uma imediata reação entre os portugueses republicanos no Brasil, de onde nasceu a Liga dos Republicanos Portugueses (1926) e depois o Centro Republicano Dr. Afonso Costa (1932). PAULO, Heloisa. “Os insubmissos da colônia: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45)” In *Penélope: Fazer e Desfazer a História*. Lisboa: Cosmos Editora, 1995, n.º 16, pp. 9-24, p. 10.

1085 Uma interessante análise do Estado Novo brasileiro no campo cultural, com aproximações aos regimes fascistas seus contemporâneos – o que incluiu o caso de Portugal – foi realizada por ROLLAND, Denis. “O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras”. In *Idem* (org.); BASTOS, Elide Rugai (org.), RIDENTI, Marcelo (org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez editora, 2003, pp. 85-111.

1086 SILVA, Douglas Mansur da. *Op. Cit.*

1087 O jornal *O Estado de São Paulo*, dirigido por Júlio Mesquita Filho, acolheu, como colaboradores, diversos intelectuais portugueses exilados ou emigrados políticos nos anos 50. Para Walnice Nogueira Galvão, há duas razões centrais para essa distinção. A primeira tem a ver com o fato de, à época, Julio Mesquita Filho alimentar princípios democráticos, já que ele próprio tinha sido compelido a exilar-se e tivera o seu jornal confiscado pela ditadura Vargas durante vários anos. Depois, “por sua convicção de que escreviam bem”. GALVÃO, Walnice Nogueira. “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.). *Op. Cit.*, pp. 23-26, p. 26.

Na verdade, foi nessa conjuntura que a atuação internacional do governo brasileiro, especialmente a partir de 1951, ofereceu maior apoio ao regime de Lisboa. Desse contexto, após as negociações ocorridas em 1951 e 1952, saiu o Tratado de Amizade e Consulta entre os dois países, documento que foi assinado por Getúlio Vargas e Oliveira Salazar em 16 de novembro de 1953. Por ele, conferiu-se forma jurídica à Comunidade Luso-Brasileira. Este passo é hoje considerado como uma vitória da diplomacia portuguesa na defesa do Império Ultramarino¹⁰⁸⁸, mormente porque estabelecia que ambos os países “se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum¹⁰⁸⁹” e porque garantia melhores condições ao imigrante em ambos os países, beneficiando em maior medida a colônia portuguesa instalada no Brasil¹⁰⁹⁰. (Será importante lembrar que, ao longo da década de 1950, haverá uma significativa retomada da imigração portuguesa, no que é apontado como seu último grande ciclo, após período de declínio a partir de 1930¹⁰⁹¹). Ora, tudo isto surgiu num contexto em que a posição de recusa do governo de Salazar face à descolonização o levou a um grande isolamento e a virar-se para a antiga colônia como um dos possíveis suportes da sua política¹⁰⁹². Com o novo sistema internacional bastante adverso à causa

1088 SANTOS, Luiz Claudio Machado dos. *As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011, p. 56. Cf. OLIVEIRA, Sarah Luna de. “Contribuições de Gilberto Freyre para a construção de uma política externa brasileira em defesa do colonialismo português (1950-1960)”. In *Revista de Estudos Brasileiros*, vol. 2, n.º 2. S/l: Universia/ Universidade de Salamanca/ Universidade de São Paulo, 2015, pp. 101-112.

1089 Cf. *Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro, 16/11/1953, p. 1. [Em rede: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1953/b_50/ (último acesso 25/2/2014)].

1090 O Tratado trazia benefícios no campo comercial e financeiro, na entrada e instalação de imigrantes, além de estreitar o tratamento especial de equiparação entre os respectivos nacionais. O Artigo Quarto, por exemplo, previa a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra Parte. Cf. *Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro, 16/11/1953, p. 1.

1091 De meados do século XVI até a década de 1960, o Brasil é o principal destino da emigração portuguesa. No entanto, estudos apontam um declínio desse fluxo entre 1930 e 1950 devido, entre os fatores, às dificuldades econômicas criadas pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque (outubro de 1929), pela Segunda Guerra Mundial e pelas dificuldades de trânsito no Atlântico, bem como pelas restrições à entrada de imigrantes no Brasil e pela ausência de apoio à política migratória para o Brasil nas primeiras décadas do regime. Na década de 1950, estima-se que cerca de 250 mil portugueses se transferiram ao Brasil. Nos anos de 1960, esse número decresceu. O maior fluxo de emigrantes voltou-se para o continente europeu, em especial para França. Cf. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op.Cit.*; ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Ministério da Educação/Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1983; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da Emigração Portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

1092 O Acto Colonial Português, aprovado em 1930 (Decreto n.º18.570, 8/7/30), foi confirmado pela Constituição Portuguesa de 1933. De acordo com o título I, nas garantias fundamentais dessa Constituição, o território de Portugal englobava: 1º. Na Europa: Continente e arquipélago da Madeira e Açores; 2º Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e dependências, São João Baptista de Ajuda, Cabinda e Angola; 3º Na África Oriental: Moçambique; 4º Na Ásia: Estado da Índia, Macau e Timor e respectivas dependências. Constituição Política da República Portuguesa. In *Diário do Governo*, 22/2/1933, série I, n.º 43, p. 227 [em rede: <http://dre.pt/pdf1sdip/1933/02/04301/02270236.pdf> (último acesso em 25/2/2014)].

colonialista, o Brasil emerge como aliado em potência na manutenção dos interesses geopolíticos de Portugal e como um precioso reforço externo para a manutenção do próprio regime.

Tal conjuntura foi iniciada pelo avanço anticolonialista no pós-guerra. A disposição do governo norte-americano de atuar na promoção do livre-comércio colidia com o pacto que garantia proteção e privilégio aos interesses metropolitanos em suas colônias. A Carta de São Francisco (1945), documento básico na fundação da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁰⁹³, comprometia os seus signatários com a causa da descolonização, compromisso logo depois reforçado pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948). O movimento se fortaleceu com as emancipações políticas conquistadas no continente asiático¹⁰⁹⁴ – Índia e Paquistão (1947), onda que começou a arrastar a sobrevivência do império colonial português, tanto mais que a velha aliada – a Inglaterra – também começou a pressionar o governo de Portugal para respeitar o direito dos povos à autodeterminação e independência¹⁰⁹⁵.

Frente à ameaça iminente de perder em sequência as colônias de Goa, Damão e Diu, e começar a ver desmoronar todo o Império Ultramarino, o Governo de Salazar tomou uma série de decisões para manter seus domínios¹⁰⁹⁶, com destaque para a revogação do Acto Colonial em 1951, com suas disposições incorporadas no texto da revisão constitucional¹⁰⁹⁷. Em termos formais, o Estado Novo mudou a designação “colônias” e “Império Colonial Português” (terminologia adotada em 1930), para “províncias ultramarinhas” e “Ultramar Português” respectivamente¹⁰⁹⁸. O objetivo era substituir a concepção imperial, consagrada no

1093 A carta de São Francisco é assinada pelos 51 estados membros originais da ONU em 26 de junho de 1945. Somente em dezembro de 1955, Portugal foi admitido como Estado membro da ONU, em uma negociação entre a União Soviética (URSS) e os Estados Unidos que levou também a inclusão de outros países. A primeira candidatura portuguesa, em 1946, contou com o convite e apoio dos Estados Unidos, França e Reino Unido, mas a entrada foi vetada pela URSS, dentro de conjunto de outros países (como Irlanda, Itália, Áustria) com acesso negado. Embora essa entrada tardia seja atribuída à rivalidade crescente entre soviéticos e norte-americanos, os princípios que conduziram à criação e influenciaram o funcionamento da ONU eram encarados por Salazar como uma fonte potencial de problemas para a afirmação dos interesses portugueses. MARTINS, Fernando. “Organização das Nações Unidas (ONU)”. In ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. Vol.II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 701-703, p. 701.

1094 Antecedido pela Indonésia (1946), seguido pela Birmânia (1948), Marrocos, Tunísia e Sudão (1956).

1095 GONÇALVES, Williams. “As relações luso-brasileiras nos anos 1950”. In AA.VV. *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: Cepese/Fronteira do Caos Editores, 2010, pp. 99-120, p. 100.

1096 Entre outras medidas, insere-se nesse contexto a negociação de Portugal com os Estados Unidos para a concessão definitiva da base militar instalada durante a Segunda Guerra no arquipélago dos Açores. Também buscou estimular os investimentos nacionais e a migração para África, especialmente para Angola, em detrimento de outros destinos, com a desregulamentação da economia na colônia. *Idem, ibidem*.

1097 Cf. ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de. *Salazar e Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, pp. 103-144.

1098 A revisão constitucional de 1951 e a revogação do Acto Colonial “correspondem ao triunfo do modelo

Acto Colonial, por uma linha de natureza assimilacionista, integrando as agora “províncias” na unidade da nação portuguesa. Assim, a revisão constitucional de 1951 deve ser compreendida como parte da estratégia posta em prática pelo Estado Novo com o objetivo de defender a especificidade do caso português face aos sistemas coloniais de outras nações europeias¹⁰⁹⁹.

Para isso, a diplomacia portuguesa passou a dar mais ainda atenção ao Brasil, ex-colônia de grande expressão na América Latina, membro fundador da ONU e país inserido no contexto geopolítico do Atlântico Sul¹¹⁰⁰. Para o governo brasileiro, a aliança foi encarada como uma oportunidade que possibilitaria o estreitamento dos vínculos com a Europa, bem como um maior fortalecimento da defesa do país frente à ameaça comunista do leste¹¹⁰¹, num posicionamento igualmente atribuído à orientação conservadora das chancelarias brasileiras da época e à força do *lobby* português no Brasil.

No plano intelectual, o tema do colonialismo também ganhou força, impulsionado por uma mudança estratégica na recepção das teses do escritor brasileiro Gilberto Freyre. Se a política colonial salazarista oscilou entre a rejeição implícita e a crítica aberta às ideias do sociólogo brasileiro nos anos de 1930 e 1940¹¹⁰², o regime mudou de perspectiva nos anos 1950, e encontrou na doutrina do luso-tropicalismo a justificativa teórica oportuna para demonstrar a especificidade portuguesa.

Em linhas gerais, o luso-tropicalismo, cujas bases são lançadas por Freyre no livro *Casa Grande e Senzala* (1933) e, em seguida, no *O mundo que o português criou* (1940) –

integracionista” e da concepção de um Estado português “pluricontinental, do Minho ao Timor”, qualificado pela doutrina oficial como uma “unidade política indivisível, unitária e permanente”. SILVA, António Duarte. “Acto Colonial”. In ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão (orgs.). *Dicionário de história do Estado Novo*. vol. I, pp. 20-22, p. 22.

1099 ALEXANDRE, Valentim. “Política colonial”. In ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão (orgs.). *Op.Cit.*, vol. II, pp. 754-757, p. 756.

1100 Nessa estratégia, o Brasil poderia se constituir também como canal para obtenção de apoio dos países latino-americanos a causa portuguesa. GONÇALVES, Williams. “As relações luso-brasileiras nos anos 1950”. *Op.Cit.*, p. 102. Cf. *Idem*. *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

1101 Machado dos Santos analisa que, no período de retomada das negociações com Portugal, a Chancelaria brasileira “nutria esperanças, que se mostraram infundadas, de ampliar sua participação em organismos internacionais a partir de uma barganha que envolvia o apoio do Itamaraty à política colonial das potências europeias”. SANTOS, Luiz Claudio Machado dos. *Op.Cit.*, p. 42.

1102 De acordo com Cláudia Castelo, há dois momentos na recepção do luso-tropicalismo em Portugal, sendo um primeiro nos anos 30-40, e outro a partir da década de 1950. Nesse primeiro momento, o pensamento de Gilberto Freyre foi bem recebido somente no campo cultural. No campo político, não há qualquer aceitação oficial junto ao regime português, oscilando entre a rejeição implícita e a crítica aberta. Nessa fase, os ideólogos do colonialismo português perfilharam, explícita ou implicitamente, teses do “darwinismo social”, promovendo os valores da Raça (de valorização da influência europeia), considerando a miscigenação negativa e os mestiços como biologicamente inferiores. “A valorização das culturas africanas, timorenses ou macaenses e o respeito pela sua singularidade dentro da suposta unidade nacional é, portanto, impensável”. CASTELO, Cláudia. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998, pp. 69-84.

cuja edição lusitana foi prefaciada por Antônio Sérgio, um dos líderes espirituais da oposição ao Estado Novo –, postula a particularidade da colonização portuguesa nos trópicos, diferenciada de outras experiências europeias. Nesses textos, Freyre defende que o caráter peculiar do português, na sua predisposição para a aventura marítima, para a miscigenação, e para a interpenetração de valores e costumes, adquiriu uma especial capacidade de adaptação aos trópicos, de onde brotou uma civilização luso-tropical em expansão¹¹⁰³.

Em agosto de 1951, dois meses depois da integração do Acto Colonial na Constituição Política Portuguesa, o sociólogo brasileiro iniciou uma visita “por terras lusitanas” a convite do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues. As viagens de Freyre como convidado do governo português, durante 1951 e 1952, pelos territórios em África e Ásia¹¹⁰⁴, resultaram em dois livros publicados quase em simultâneo, numa tentativa de sistematização da nova doutrina: *Aventura e Rotina, sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação* (1953)¹¹⁰⁵ e *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953)¹¹⁰⁶. As ideias aqui expendidas foram posteriormente desenvolvidas em outros dois livros, *Integração portuguesa nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961), passando a ser cada vez mais usadas como trunfo jogado contra os argumentos da comunidade internacional¹¹⁰⁷. Com os “ventos anticoloniais” do pós-Guerra, o Estado Novo português procurou demarcar-se das teses racialistas com a formulação de um discurso ideológico mais sofisticado e encontrou na doutrina do luso-tropicalismo a justificativa teórica adequada à defesa da manutenção das colônias no Ultramar¹¹⁰⁸, sob a capa de um Estado uno, indivisível, multiracial e multicultural do Minho ao Timor.

1103 O luso-tropicalismo é formulado pela primeira vez nas conferências de Gilberto Freyre durante a viagem pelo Ultramar português. De acordo com Cláudia Castelo, o termo surge nas conferências realizadas em Goa e Coimbra, reunidas depois na obra *Um brasileiro em terras portuguesas*, numa tentativa de sistematização da nova doutrina. *Idem, ibidem*, p. 35.

1104 A viagem de Gilberto Freyre começou por Lisboa, prosseguiu por Coimbra, Porto, Évora, Fátima, Braga, Bragança, Nazaré, entre outras cidades do Portugal continental. Depois seguiu para a Guiné Portuguesa, passando por Senegal e Ziguichor. Ele irá, ainda, a Índia Portuguesa, com desembarque em Bombaim, de onde viajou para Goa. Esteve também em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Ilha da Madeira.

1105 Ano da 1.^a edição no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, coleção *Documentos Brasileiros* n.º 77, 1953. Em Portugal, a obra foi editada pela primeira vez em 1954.

1106 Ano da 1.^a edição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, coleção *Documentos Brasileiros*, n.º 76, 1953.

1107 O argumento é invocado – quer na ONU, nas campanhas de propaganda no exterior, nas declarações dos altos representantes de Estado à imprensa estrangeira – “sempre que se trata de defender a tese da natureza especial da colonização portuguesa”, reforça Cláudia Castelo. CASTELO, Cláudia. “O modo português de estar no mundo”. *Op.Cit.*, p. 35.

1108 Sublinhe-se, ainda, a participação ativa do intelectual em discussões diplomáticas. Sarah Oliveira analisa que Gilberto Freyre foi “indubitavelmente um grande aliado do governo português para que este negociasse os seus interesses junto ao governo de Juscelino”. OLIVEIRA, Sarah Luna de. *Op.Cit.*, p. 106.

As mútuas visitas presidenciais dos chefes de Estado de ambos os países – prática que se tinha iniciado nos inícios do século XX¹¹⁰⁹ – se intensificaram naquela conjuntura de maior aproximação. Do Brasil para Portugal viajaram Café Filho (1955)¹¹¹⁰ e Juscelino Kubitschek, quando ainda eleito, mas não empossado (1956) e quando já presidente (1960). No sentido inverso, Craveiro Lopes foi ao Brasil, em 1957¹¹¹¹.

Destaque-se aqui dois pontos que interessam a esta investigação por revelarem campos de disputa entre apologistas do regime autoritário português e de seus opositores, num cruzamento que revela ainda a incidência dos temas políticos na esfera universitária. O primeiro diz respeito à participação das universidades portuguesa e brasileiras no programa dessas viagens presidenciais, concretizada nestes atos simbólicos: Café Filho e Juscelino Kubitschek receberam o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Coimbra¹¹¹², e Craveiro Lopes recebeu o mesmo título pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e pela Universidade de São Paulo, proposta que, vinda da FFCL-USP, foi vivamente contestada pelos exilados portugueses sediados na capital paulista¹¹¹³, como já referido. O segundo ponto tem a ver com a inserção dessas visitas em práticas simbólicas ricas de significado político, como aconteceu com o modo como o Brasil foi evocado nas comemorações cívicas

1109 O restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, que estavam cortadas desde o exílio da família real de Bragança e Orléans decretado pelo governo republicano brasileiro em 1891, ocorre oficialmente em 1895. De acordo com Sarah Oliveira, é de se atentar ao investimento brasileiro para a participação portuguesa nas festas centenárias, a começar com o Centenário de abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior realizado no Rio de Janeiro, em 1908. No entanto, com o regicídio de D. Carlos, a primeira visita oficial de um chefe de Estado português ao Brasil não correu naquele ano, apesar de ser registrada marcante presença lusitana nas festividades. O primeiro presidente português a visitar a ex-colônia foi António José de Almeida, no centenário da Independência do Brasil, em 1922. O gesto retribuía a visita do presidente brasileiro Campos Sales a Portugal, em 1898. A efeméride foi marcada pela realização da primeira travessia aérea do Atlântico desde Lisboa ao Rio de Janeiro pelos pilotos portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral. OLIVEIRA, Sarah Luna de. *A exploração simbólica do Brasil em defesa do império lusitano: uma análise das comemorações cívicas e da literatura escolar portuguesa (1880-1960)*. Tese de doutoramento em Altos Estudos em História, Época Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: 2014, p. 25-26.

1110 Com o suicídio de Getúlio em 1954, o medo de uma crise política no Brasil ameaçava os planos do governo português que não tardou em viabilizar a visita do Presidente Café Filho a Lisboa. Um importante resultado desta viagem do presidente brasileiro a ex-metrópole foi a conquista do apoio do governo brasileiro contra os projetos anexionistas da recém criada União Indiana sobre a possessão portuguesa de Goa. *Idem, ibidem*, p. 218.

1111 Já nos anos 1970, o então presidente português Américo Thomaz viajou oficialmente ao Brasil para participar das comemorações dos 150 anos de independência do país, em 1972.

1112 A solenidade de doutoramento de Café Filho ocorreu em 24 de abril de 1955. Cf. “Discurso do Dr. Afonso Queiró, professor da Universidade de Coimbra, elogiando o Governo Café Filho, a 24 de abril de 1955”. Disponível em formato digital em www.biblioteca.presidencia.gov.br/. Enquanto que Juscelino Kubitschek recebeu o título em 8/8/1960.

1113 O próprio sistema repressivo brasileiro registrou o protesto puxado por Maria Archer na reunião da Agremiação Estudantil Paulistana (Uesp) em 11/6/1957. Um relatório escrito por um agente do Departamento de Ordem Política e Social (Deops) informou que a escritora portuguesa exilada propôs, defendeu e viu aprovada uma moção de repúdio ao governo brasileiro, pelos gastos excessivos na recepção de um “ditador estrangeiro: o presidente de Portugal”, Craveiro Lopes. Cf. Arquivo Deops, registro (50-C-24 – 321, 321A e 323) *apud* MANSUR, Douglas. *Op. Cit.*, p. 62.

portuguesa e com a maneira como se concretizou a participação portuguesa nas festas cívicas brasileiras, nomeadamente nas celebrações dos Centenários, manifestações imbuídas de fortes apelos patrióticos¹¹¹⁴.

No ano de 1954, são duas as festividades assinaladas no Brasil com relevante participação portuguesa: o Tricentenário da Restauração Pernambucana e o IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. No caso deste, além da ativa participação de intelectuais brasileiros e portugueses antisalazaristas, ter-se-á de realçar o teor das negociações ocorridas com o governo português, apostado em garantir, contra a crescente visibilidade e prestígio de muitos dos exilados, a presença de escritores e estudiosos escolhidos e indicados pelas instituições oficiais. E essa não era a primeira vez que o Estado Novo de Portugal enviava, através do já citado Instituto de Alta Cultura (IAC), “missões intelectuais ou culturais” constituídas por artistas e estudiosos que, se não eram estritamente agentes de propaganda do regime (nem todos faziam a sua defesa abertamente), representavam valores e o tipo de intelectual que lhe interessava promover. É verdade que aquela instituição também apoiou viagens pontuais de alguns académicos que se impunham pela sua valia científica, ou que, possuindo esta, depois de uma fase de oposição, tinham silenciado o seu opocisionismo. Foi esse os casos de Vitorino Nemésio, de Hernâni Cidade e de Orlando Ribeiro, entre outros.

Não surpreende, assim, que a afirmação do papel dos exilados e das suas articulações com os seus companheiros brasileiros tenha sido indissociável das repercussões das lutas políticas no interior do campo intelectual, com relevo para o do mundo académico, muito polarizado e influenciado pela ação das “missões estrangeiras”. Nesse sentido, duas polémicas demonstram a intensidade e o jogo de bastidores dessa conflitualidade, precisamente na conjuntura em que, finalmente, Joaquim de Carvalho viu concretizado o seu sonho de visitar o Brasil.

De Portugal para o Brasil: disputas por uma *intelligentsia* portuguesa

1114 O tricentenário de morte de Camões (1880), celebrado dos dois lados do Atlântico, inaugurou o novo calendário comemoracionista de base positivista. Ainda no século XIX, o Brasil está presente nas ritualizações do centenário de morte do Marques de Pombal (1882), no quarto centenário da Índia e o Brasil (1897-1898), e no quarto centenário de “achamento” do Brasil (1900), festividades portuguesas. Na outra direção, está o centenário de abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, realizado no Rio de Janeiro (1908), a visita do presidente português António José de Almeida na ocasião do centenário de Independência do Brasil (1922), como gesto de retribuição da anterior visita do presidente brasileiro Campos Sales a Portugal (1898). Registre-se ainda a participação do Brasil no Duplo Centenário da Fundação e Restauração Portuguesa (1940) e no quinto centenário de morte do Infante D. Henrique (1960). OLIVEIRA, Sarah Luna de. *Op. Cit.*

Em 1952, “aproveitando a viagem inaugural do paquete Vera Cruz”, o Governo português enviou um grupo de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos com o objetivo de “levar àquele País uma ideia tanto quanto possível completa de Portugal, por meio de conferências a realizar no Rio de Janeiro e São Paulo¹¹¹⁵”. Assim informava o convite enviado pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo ao escritor João Ameal, deputado da Assembleia Nacional e considerado historiador-ideólogo do regime¹¹¹⁶. É verdade que, em termos políticos, o grupo não era uniforme, embora sobressaísse a representatividade dos que defendiam ideais salazaristas como era o caso de João Ameal, mas também do engenheiro Daniel Vieira Barbosa (1909-1986)¹¹¹⁷, deputado e ex-ministro da Economia; ou de Luís Ribeiro Soares (1911-1997)¹¹¹⁸, ex-aluno de Marcello Caetano, no curso de Direito, então recém-licenciado em histórico-filosóficas e autor de trabalhos sobre o corporativismo. No campo eclesiástico, o grupo contava com o Padre Bernardo Xavier Coutinho (1909-1987)¹¹¹⁹, historiador de arte sacra.

Outros nomes já não são facilmente enquadráveis na estratégia de defesa ideológica do regime, embora não fossem (ou tivessem deixado de ser) homens anti-situacionistas. É o

1115 BNP. *Espólio João Ameal*, Cartas, Cota: BN Esp.E37/Cx.31. Carta-convite enviada a João Ameal por João Manuel da Costa, Secretário Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo. Lisboa, 7/2/1952. A viagem inaugural do transatlântico Vera Cruz terminou no porto do Rio de Janeiro em 29 de março de 1952.

1116 João Ameal (1902-1982) é o pseudônimo de João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Ayres de Campos, 3º conde do Ameal, escritor português, deputado da Assembleia Nacional, entre 1942 e 1957. Monárquico, católico, de formação tomista, é considerado um historiador-ideólogo do salazarismo. TORRALBA, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 83-88.

1117 Em 1952, Daniel Vieira Barbosa era também professor catedrático de Economia Política e Finanças da Universidade do Porto. Foi ministro da Economia (1947-1948), deputado na V Legislatura (1949-1953) e ex-governador do Funchal (1945). Depois, será deputado por mais duas legislaturas (1953-1957 e 1973-1974), governador do Banco de Fomento Nacional (1965-1974) e novamente ministro da economia no último governo de Marcello Caetano (1974). Cf. Daniel Maria Vieira Barbosa. *Legislaturas: V, VI, XI. Assembleia da República* [em rede: app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/b/barbosa_daniel_maria_vieira.pdf].

1118 Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas, é autor dos trabalhos *Família e Natureza, Três meditações sobre o progresso, Corporativismo e Organização Corporativa (Padrão. Revista Portuguesa do Brasil*, n.º 7, janeiro. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1952, p. 27). Foi colaborador do Secretariado Nacional de Informação, quando dirigido por António Ferro. De 1954 a 1956, Luís Ribeiro assumiu a direção da *Esmeraldo, revista literária e política*, da Mocidade Portuguesa. Doutorou-se pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1966), onde assumiu a cátedra em 1970, inaugurando os cursos de História, Filosofia e Ciências Pedagógicas. Cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho. “Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente”. In *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, pp. 293-308.

1119 Padre da diocese do Porto, nascido em Ferreirim (Sernancelhe), Bernardo Xavier Coutinho frequentou a Universidade de Lovaina entre 1930 e 1935, onde estudou Filologia Românica e Ciências Históricas. Como Professor do Seminário do Porto investigou e publicou estudos sobre Camões e a história do Porto. Defendeu tese de doutoramento em 1938 sobre o título dos Lusíadas. Em 1952, era conservador do Museu Soares dos Reis, no Porto, diretor da revista *Museu*, autor de *Camões e as Artes Plásticas*. Colaborador da *Revista Lusitania Sacra*, foi professor da Faculdade de Letras do Porto (1966-1979) e da Universidade Livre e depois Portucalense (1980-1986). Cf. FONTES, Paulo. “A Revista Lusitania Sacra (1956-2006), um projeto e um percurso historiográfico”. In *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano VI, n.º 12. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2007, pp. 381-386.

caso do crítico, tradutor e ensaísta José Osório de Oliveira (1900-1954)¹¹²⁰, que desde 1926, com a publicação de *Literatura brasileira*, ganhou algum relevo como divulgador da literatura feita em África e como defensor da aproximação literária entre Portugal e Brasil. Em Portugal, manteve diálogo com escritores e intelectuais de diferentes tendências ideológicas e políticas, como o monárquico integralista, António Sardinha, como o socialista cooperativista António Sérgio ou como o poeta Fernando Pessoa¹¹²¹. Em *Geografia Literária* (1931), obra publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra, incluiu o artigo “A literatura brasileira contemporânea”, livro que, em prefácio, Joaquim de Carvalho apresentou como “afirmação de um talento promissor e testemunho de compreensivo senso crítico, a flor rara dos nossos tempos passionais”¹¹²², retratando o autor como sendo um autodidata, viajante entre continentes, que viajou *sobretudo pelos livros e em si próprio*¹¹²³. Dois anos depois, o próprio Oliveira afirmava, em *Psicologia Social* (1934), que ousava avançar com ideias pouco compatíveis com a ideologia do regime: “Não sou nacionalista porque não creio que povo algum seja absolutamente superior aos outros e tenha recebido qualquer missão que o autoriza a impor a sua vontade”¹¹²⁴.

Na mesma “missão”, pensada pelo SPN, mas realizada sob os auspícios do IAC, seguiram outras personalidades que não possuíam marca ostensiva do regime, ou que mais

1120 Ficcionista, poeta e crítico literário, José Osório de Castro e Oliveira é filho da conhecida escritora e pedagoga Ana de Castro Osório e do poeta Paulino de Oliveira, e irmão do escritor João de Castro Osório. Em 1919, seguiu para Moçambique para exercer funções públicas e, logo em 1922, publicou o seu primeiro ensaio sobre Oliveira Martins e Eça de Queirós. Passou diferentes períodos no Brasil, Cabo Verde e África ocidental portuguesa como editor e funcionário do Ministério das Colónias. Cf. SOUZA, Raquel S. Madanêlo. “José Osório de Oliveira e suas reflexões sobre a “moderna” literatura brasileira”. In *Desassossego*, n.º 13, junho. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da FFLCH-USP, 2015, pp. 100-108.

1121 No Arquivo Pessoa, há uma interessante carta do poeta a José Osório de Oliveira, de 1932. Fernando Pessoa respondia a uma questão proposta por António Sérgio, para a qual José Osório era intermediário: “Recebi, há cinco minutos, a sua pergunta: “Quais foram os livros que o banharam numa mais intensa atmosfera de energia moral, de generosidade, de grandeza de alma, de idealismo?” Respondo, como vê, imediatamente. Diz-me que é uma pergunta feita por António Sérgio, a quem não conheço pessoalmente, mas por quem tenho a maior consideração. É mais uma razão para responder depressa; não é, infelizmente, uma razão para poder ser lúcido ou explícito, visto que se trata de um assunto em que, até agora, nunca reflecti”. Cf. Carta de Fernando Pessoa a José Osório de Oliveira, 1932 *apud* PESSOA, Fernando. *Textos de Crítica e de Intervenção*. Lisboa: Ática, 1980, p. 189.

1122 CARVALHO, Joaquim de. “Prefácio”. In OLIVEIRA, José Osório de. *Geografia literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931. Cf. *O.C.*, vol. V, *Op.Cit.*, pp. 101-102, p. 101.

1123 No início do prefácio, a questão: “O que pensam, o que sentem e o que querem os de trinta anos? O leitor tem diante de si uma resposta”. Para Carvalho, embora essa resposta seja limitada ao âmbito literário, tem acento de significação geral porque é a “resposta de um autodidata que teve por única escolaridade as curiosidades pessoais e as solicitações do ambiente, desde o terno e cultíssimo meio familiar às atrações do convívio citadino, incerto e vário, salvo na aceitação dócil do meridiano intelectual de Paris”. *Idem, ibidem*, p. 101.

1124 OLIVEIRA, José Osório de. *Psicologia de Portugal*. Lisboa: Descobrimentos, 1934, *apud* CHORÃO, João Bigotte. “O Drama de João de Castro Osório” In *Foro das Letras* n.º 4/5, Lisboa: Associação Portuguesa de Escritores-Juristas, 2001, pp. 75-80, p. 76.

tarde irão se distanciar. Exemplos: o de António de Arruda Ferrer Correia (1912-2003)¹¹²⁵, jovem professor catedrático de Direito Internacional Privado da Universidade de Coimbra; o do reputado geógrafo Orlando Ribeiro (1911-1997), já autor de *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) e depois consagrado como o geógrafo português de maior projeção internacional¹¹²⁶; e o do escritor açoriano Vitorino Nemésio (1901-1978)¹¹²⁷, antes colaborador de Joaquim de Carvalho, professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, e fundador da *Revista de Portugal* (1937-1940) que incluiu colaboração de escritores brasileiros¹¹²⁸, embora estes dois estivessem a entrar numa fase de adormecimento do seu antiestadonovismo anterior.

Aquando da descida da comitiva a São Paulo, a Sociedade Paulista de Escritores (SPE) enviou um telegrama de saudação que foi reproduzido no jornal *O Estado de São*

1125 António Arruda Ferrer Correia foi jurista português e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Entre 1976-1982, foi reitor da mesma universidade. Doutorou-se em 1939, com a tese *Erro e Interpretação na Teoria do Negócio Jurídico*. Nascido em Miranda do Corvo (distrito de Coimbra), foi reitor honorário da Universidade de Coimbra desde 1982, destacando-se no ensino do Direito Comercial e Direito Internacional Privado. Membro da Comissão Revisora do Código Penal português, presidiu a comissão de revisão do Código Comercial e a comissão de reforma da Legislação Comercial. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Aveiro, foi sócio-honorário da Academia de Ciências de Lisboa. Desde 1959, fez parte do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian. Foi, ainda, presidente do conselho de administração desta Fundação (1993-1998), nomeado vice-Presidente em 1991 e eleito presidente em 1993, cargo que manteve até 1999. Cf. LOPES, Maria Antónia; CASTRO, Maria João Padez. *António Ferrer Correia: uma fotobiografia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

1126 Em 1952, Orlando Ribeiro era professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Havia sido professor, em Coimbra, entre 1941 e 1942. Foi organizador do primeiro Congresso da União Geográfica Internacional do pós-Guerra (Lisboa, 1949) e Vice-Presidente da entidade a partir de 1952. Ribeiro está na criação e organização dos Centros de Estudos Geográficos de Coimbra (1942-1943) e Lisboa (1943), foi co-fundador, em 1966 – em conjunto com Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral –, da *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*. Uma reedição de *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Estudo Geográfico* saiu em 2011 pela editora Letra Livre, de Lisboa, conforme edição original de 1945, no contexto de comemorações do centenário do nascimento do autor. Cf. PAIVA, Daniel. “Resenha de RIBEIRO, Orlando (2011 [1945]), Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo Geográfico”. In *Investigações geográficas*, n.º 80, abril. México: Instituto de Geografia-Unam, 2013, pp. 129-132; AMARAL, Ilídio do (org.); AMARAL, Ana (org.). *Bibliografia científica de Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1984.

1127 Em 1933, Vitorino Nemésio foi contratado como professor auxiliar da Faculdade de Letras de Lisboa. De 1957 a 1959, dirigiu esta instituição e fez parte da Comissão de Reforma das Faculdades de Letras. Foi professor universitário em Montpellier (1935-1937), Bruxelas (1939), Bahía (1958), na Universidade Federal do Ceará (1965). Em 1960, participou nas comissões nacionais dos centenários da morte do infante D. Henrique e da publicação de *Os Lusíadas*. Foi doutor *Honoris Causa* pelas Universidades de Montpellier e Federal do Ceará em 1965. Cf. GOUVEIA, Maria Margarida Maia. *Vitorino Nemésio. Estudo e Antologia*. Lisboa: Ministério da Educação, 1986.

1128 Ainda em Coimbra, Vitorino Nemésio fundou, com Alberto Serpa, a *Revista de Portugal* (1937-1940), que congregou em suas páginas, “com um equilíbrio notável”, saudosistas, poetas de *Orpheu*, presencistas e neo-realistas, contando entre os colaboradores portugueses com António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, João Gaspar Simões, José Régio, entre outros. A Revista se propunha a divulgar também tendências da literatura brasileira – o que se realizou com colaborações de Cecília Meireles, Jorge de Lima, Jorge Amado, Ribeiro Couto, Manuel Bandeira, Alphonsus de Guimarães – francesa e inglesa. Cf. PIRES, Daniel. “Revista de Portugal”. In *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo, 1996, pp. 315-319.

*Paulo*¹¹²⁹ e na *Anhembi*¹¹³⁰, publicações ligadas a grupos intelectuais brasileiros colaborantes com a causa antissalazarista¹¹³¹. No entanto, a SPE aproveitou a oportunidade para “deixar claro” que a alegria na saudação seria maior “se, em lugar de uma comissão composta apenas de escritores ligados ao governo, tivessem nela vindo outros ilustres e altíssimos expoentes da intelectualidade portuguesa, alheios às lides políticas ou de várias correntes partidárias¹¹³²”. As presenças e as ausências são citadas nominalmente, na defesa do que seria uma composição mista, juntando a alguns dos nomes “escolhidos” pelo regime – nos quais Vitorino Nemésio, Daniel Barbosa, Arruda Férrer, Orlando Ribeiro – com outros injustamente excluídos, como João de Barros, António Sérgio, Egas Moniz, Rodrigues Lapa, Câmara Reys. Neste mesmo contexto, a SPE, assumindo-se como uma “entidade intransigentemente contra quaisquer restrições à manifestação do pensamento e a outras liberdades públicas essenciais”, não desperdiçava o acontecimento para atacar o regime português em nome desses valores por si considerados “condição sem a qual jamais poderá haver clima para a Inteligência¹¹³³”. E, num gesto que visava demarcar a sua posição através de um caso concreto, a mesma entidade enviou ainda um segundo telegrama, também reproduzido em *O Estado de São Paulo*, endereçado ao escritor português Aquilino Ribeiro, que se encontrava em visita ao Brasil fora do circuito oficial. Nessa mensagem, saudou um “legítimo representante da inteligência portuguesa”, acrescentando que, na capital bandeirante, “a intelectualidade se orgulha de ter como fonte principal das suas tradições de espírito aquelas brotadas em território luzitano ao genio dos altos expoentes da literatura e do pensamento português¹¹³⁴”.

A revista Anhembi e a luta antissalazarista no Brasil

De modo mais incisivo, a *Anhembi*, fundada e dirigida por Paulo Duarte – então presidente da Sociedade Paulista de Escritores –, reproduzia o telegrama da Comissão e criticava o apoio laudatório de entidades como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) ao “receberem de braços abertos a missão do DIP

1129 *O Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

1130 “Inteligência Portuguesa e Salazarismo”. Coluna Jornal de 30 dias. In *Anhembi*, ano II, n.º 18, vol. VI, maio de 1952. São Paulo, pp. 519-523.

1131 O telegrama da Sociedade Paulista de Escritores está assinado por: Paulo Duarte, presidente; Mário Neme, secretário geral; Décio de Almeida Prado, secretário; Américo Brasiliense de Moura, tesoureiro; e Sérgio Buarque de Holanda, João Amoroso Neto, Artur Leite de Barros, membros do conselho da entidade.

1132 Telegrama da Sociedade Paulista de Escritores à “Missão Cultural Portuguesa, Hotel Esplanada, S. Paulo” *apud Anhembi*, ano II, n.º 18, vol. VI, *Op.Cit.*, p. 519.

1133 *Ibidem*, p. 519.

1134 *O Estado de São Paulo*, 8/3/1952.

do Sr. Salazar”. No entanto, ressaltava as poucas vozes que se opuseram à *falsificação da inteligência portuguesa*, representada por uma *comissão fascista*:

No Rio, o “Correio da Manhã” e algumas poucas vozes levantaram-se também contra essa falsificação da inteligência portuguesa que, de forma alguma, pode ser representada por uma comissão fascista enviada por um governo fascista, que abafou em Portugal qualquer livre manifestação de espírito¹¹³⁵.

Com expressões duras e frases irônicas, o redator da coluna “*Jornal em 30 dias*” declarava, com evidentes intuítos polêmicos, que alguns dos verdadeiros representantes da intelectualidade lusitana já estavam no Brasil “há longos anos expulsos de Portugal”. O exemplo é dado na figura de Jaime Cortesão, “espírito ilustre, êste, sim, legítimo representante da inteligência portuguêsã” e que se encontrava impedido de entrar em Portugal “por não submeter o seu pensamento e a sua consciência à censura de Salazar”¹¹³⁶.

A *Anhemi* publicou a programação e os discursos realizados pela comitiva durante o seu périplo pelo Rio de Janeiro e por São Paulo. Nesta cidade, as querelas entre o grupo da revista com membros do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) – ligado ao ex-integralista Miguel Reale – perpassam pelo texto. Apesar da crítica não ser nominal, ela está explícita na identificação dos que *cercaram* a missão cultural portuguesa como “meia dúzia de integralistas que ainda sobra em S. Paulo”. E, segundo a revista de Paulo Duarte:

Só êles lhe deram acolhimento sem repulsa ou restrições mentais. Ora, nós sabemos muito bem, de experiência própria, que onde há integralismo não pode haver cultura. Integralismo é intolerância, sectarismo, totalitarismo; é o triunfo do leguleio literário ou filosófico; o racista intransigente de dia e ardoroso negreiro de noite; é enfim o sub-intelectual espertinho, que sabe citar a propósito uma pequena definição de lógica, que está em qualquer compêndio ginásial, mas boquiabre muitos dos nossos sábios que passaram pela Universidade sem nunca ter frequentado um ginásio. E mais nada¹¹³⁷.

Do lado português, o historiador João Ameal, chefe da missão e apresentado nas conferências como segundo Visconde de Sabugosa, é retratado pelo cronista da *Anhemi* não só como “historiador oficial do governo e do clero português”, mas também como antigo “agente da propaganda nazista em Portugal”, sendo, naquele presente, o “filósofo-máximo”

1135 “Inteligência portuguesa e Salazarismo”. *Anhemi*, n.º 18, ano II, vol.VI, maio de 1952, pp. 519-523, p. 520.

1136 *Ibidem*.

1137 *Ibidem*.

da divulgação do “pensamento do sr.Salazar”¹¹³⁸. E regista ainda este fato: quando, a convite da Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), Ameal foi falar sobre “o pensamento português atual”, ter-se-á limitado “a tratar de uma coisa que, durante a conferência, verificamos não existir: o seu próprio pensamento”, ausência que preencheu com esta missão – tecer louvores aos *benefícios e vantagens que advêm do sistema político que é o paternalismo salazarista*¹¹³⁹.

O artigo atrás citado rebatia ainda a entrevista de outro integrante da comitiva, o professor de Letras da Universidade de Lisboa, Vitorino Nemésio, na qual afirmava que a “missão não tem qualquer objetivo político”, mas sim cultural. Em tom irônico, o articulista lembrava que não se devia estranhar que o regime não tivesse enviado “um João de Barros, um António Sérgio, um Miguel Torga (que tanta afinidade tem conosco), um Egas Moniz”, ao mesmo tempo que denunciava a conivência do grupo com o paternalismo Getulista¹¹⁴⁰. Em suma, a revista pretendia distinguir relevantes e ausentes “pensadores portugueses dos pensadores do sr. Salazar” e deslegitimar a comissão, pois o casamento do “totalitarismo” com a “inteligência não é possível¹¹⁴¹”, como repete. Com isto, publicitava uma disputa que se estendia ao campo universitário e que, posteriormente, virá a ter outros desdobramentos.

Também não foi indiferente ao teor e ao tom deste artigo o fato de, na mesma edição, a *Anhemi* denunciar o governo português por ter proibido sua circulação em Portugal, assunto a que regressará nas edições seguintes¹¹⁴², esclarecendo os seus leitores que a censura em Portugal adotava dois procedimentos: aos jornais, revistas e livros publicados em Portugal, impunha a censura prévia dos originais a uma comissão “organizada com os mais reacionários policiais do espírito”; aos impressos que chegavam do exterior, a censura isentava o livreiro ou distribuidor do envio prévio de cada número, mas estes seriam responsabilizados se o exemplar contivesse matéria “nociva aos interesses do estado português”. O editor acrescentava: “Interesses do estado português aqui também se traduzem

1138 *Ibidem*.

1139 *Ibidem*.

1140 *Ibidem*, p. 521. A revista afirma nestes termos: “Bem sabíamos que a propaganda política, toda ela feita nos moldes do defunto (?) fascismo, de há muito procura fazer o mais completo silêncio à volta daqueles intelectuais. Êstes, por certo, não virão ao Brasil, enquanto do outro lado do Atlântico reinar aquela curiosa doutrina que, na falta de melhor nome, passou a denominar-se depois da guerra de "paternalismo" ”.

1141 *Ibidem*.

1142 “Anhemi e a ditadura portuguesa”. *Jornal de 30 dias*. In *Anhemi*, ano II, n.º 18, vol. VI, maio de 1952, *Op.Cit.*, pp. 523-526, p. 525. O artigo repetia trechos publicados na edição anterior, vol. IV, p. 524. As dificuldades postas à circulação da *Anhemi* em Portugal será assunto retomado nas edições n.º 27 (fevereiro de 1953) e n.º 31 (junho de 1953), nas quais se acrescenta que os subscritores haviam sido impedidos de receber a revista.

por interesse de Salazar”¹¹⁴³. Na comparação com a ditadura Vargas, salientava tratar-se de uma estratégia que “os brasileiros conheceram durante o fascismo entre nós” implantado em 1937 até 1945 e denunciava-o assim:

De fato, uma organização censora encarregada de ler previamente tudo quanto se publica num país oprimido, além de precária, pelos descuidos naturais de uma revisão feita às pressas, seria caríssima, ao passo que responsabilizar o próprio editor por qualquer palavra ou expressão dúbia que pudesse rascar mal aos fígados ditatoriais fôra contar com uma censura realmente efetiva executada à custa do próprio censurado!¹¹⁴⁴

As relações da *Anhembi* com a oposição salazarista podem também ser aferidas na relação dos colaboradores portugueses na revista: Jaime Cortesão, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Sílvio Lima, Irene Lisboa, Câmara Reys, Rodrigues Lapa, João Gaspar Simões, Adriano Gusmão, José Augusto França, Sant’Anna Dionísio, João Sarmiento Pimentel, Agostinho da Silva, Norton de Matos, Henrique Galvão.

Sem assinar qualquer artigo na revista, Joaquim de Carvalho se faz presente nominalmente a partir do livro: quer seu, quer enviado por si para apreciação e divulgação no periódico¹¹⁴⁵. Na edição de agosto de 1954, a seção *Livros de 30 dias*, inicia com um texto sobre Teixeira de Pascoais com uma citação de Carvalho em que este considera o amigo das terras do Marão como “o mais vibrátil poeta metafísico da língua portuguesa”¹¹⁴⁶. Da leitura da resenha do livro de Guido Battelli, antigo leitor de italiano da Universidade de Coimbra, que reunia artigos escritos para o *Diário de Coimbra* e para o *Osservatore Romano*, se infere a presença de Carvalho na publicitação destes juízos¹¹⁴⁷.

Na sequência, a *Anhembi* incluiu uma elogiosa resenha do recém-publicado opúsculo *A Compleição do Patriotismo Português*, que reproduz a conferência que Joaquim de

1143 *Ibidem*. Segundo a revista, o artigo que motivou a suspensão do periódico, por considerado lesivo ao Estado português, foi publicado na *Anhembi* vol. III, e foi escrito pelo neurocirurgião Egas Moniz no qual “narrava apenas as dificuldades com que sempre lutou para realizar as pesquisas que o levaram às mais famosas descobertas modernas sobre a neuro-cirurgia”.

1144 *Ibidem*, p. 525. Esse trecho estava sendo publicado pela segunda vez, uma vez que a matéria havia sido denunciada na *Anhembi* anterior, vol. IV, p. 524. A proibição da *Anhembi* em Portugal será assunto retomado nas edições n.º 27 (fevereiro de 1953) e n.º 31 (junho de 1953), na qual acrescenta que os subscritores haviam sido impedidos de receber a revista.

1145 Foram analisadas as edições desde dezembro de 1950, início da *Anhembi*, a 1958, ano de falecimento de Joaquim de Carvalho. Edições consultadas no Arquivo do Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem), em São Paulo.

1146 “Teixeira de Pascoais”. *Livros de 30 dias*. In *Anhembi*, ano IV, n.º 45, vol. XV, agosto de 1954, pp. 525-526.

1147 Apesar de não dizer isso explicitamente, a referência de início a Joaquim de Carvalho, assim como a origem do autor e do livro, tornam plausível essa conclusão. Mas ainda por se saber que Teixeira de Pascoais era tema estudado por Carvalho e a resenha trazer juízos especializados sobre a edição e o autor, correlacionando-os com trabalhos anteriores e com poetas contemporâneos de Pascoais. *Idem, ibidem*.

Carvalho proferiu no Real Gabinete Português de Leitura a 10 de junho de 1953¹¹⁴⁸. Após apreciação do texto, a revista destaca o valor da reflexão não apenas para o caso português, mas também por levantar questões que interessavam aos estudos brasileiros¹¹⁴⁹.

Antes dessas resenhas, ainda na edição de abril de 1953, mês em que Joaquim de Carvalho aportou ao Brasil, a *Anhemi* noticiava o lançamento do livro *Defensão do tratado da rumação do globo para a arte de navegar*, escrito do matemático Pedro Nunes¹¹⁵⁰. A obra “desconhecida e inédita”, integrava-se na coleção subsídios para a História da Filosofia e da Ciência em Portugal, publicada por Carvalho. Incluindo-a entre as publicações “dignas de notas”, a revista recomendava outros títulos e salientava a importância dos estudos introdutórios da autoria do professor da Universidade de Coimbra. E, com esta ênfase, o redator da *Anhemi* (que justamente por não assinar esse texto, diferente dos outros na mesma seção, presume-se que seja o diretor do periódico Paulo Duarte), aproveitava para diferenciá-lo dos historiadores “oficiais” como João Ameal e Alfredo Pimenta, contribuindo assim para “salvar Portugal da *amealhice* e da *pimentice* que o parasitam”¹¹⁵¹.

Oposicionistas portuguesas no IV Centenário de São Paulo

Um segundo momento forte neste choque entre culturas políticas ocorreu aquando dos preparativos para a programação do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, em 1954, isto é, no ano seguinte ao da viagem de Joaquim de Carvalho e quando se falava do seu possível regresso (o que nunca virá a acontecer). Através de um conjunto de celebrações, o Estado mais rico da federação preparava uma demonstração da sua força cultural e do seu papel, a consolidar-se no imaginário nacional, de “locomotiva” do país. Entre desfiles e cortejos, a programação incluía uma Bienal de Artes Plásticas, um festival internacional de cinema, a inauguração do Parque Ibirapuera, entre outras iniciativas. Também estava prevista realização de um Congresso Internacional de Escritores, organizado pela Sociedade Paulista de Escritores, sob a presidência do jornalista Paulo Duarte, e com patrocínio da Unesco e da Comissão do IV Centenário. O evento virá a reunir nomes estrangeiros famosos, como o

1148 “Compleição do patriotismo português”. Livros de 30 dias. In *Anhemi*, n.º cit., pp. 526-527. Resenha do impresso CARVALHO, Joaquim de. *Compleição do patriotismo português*. Coimbra: Atlântida, 1953.

1149 *Idem, ibidem*, p. 527. Diz Joaquim de Carvalho: “Sem dúvida, como já dissemos, além do interesse que apresenta para o historiador de Portugal e para o povo português pela oportuna mensagem que o A. lhe transmite, apresenta pontos altamente sugestivos para o estudo do mesmo tema aplicado ao Brasil”.

1150 “Pedro Nunes - Defensão do Tratado da rumação do globo para a arte de navegar”. Livros de 30 dias. In *Anhemi*, ano III, n.º 29, vol. X, abril de 1953, pp. 307-308.

1151 *Idem, ibidem*, p. 307. Diz trecho da *Anhemi*: “Há ainda, do outro lado do Atlântico, um pequeno punhado de homens que, não contando com o apoio nem com a simpatia do “paternalismo” continua, no entanto, a trabalhar seriamente, procurando dêsse modo salvar Portugal da *amealhice* e da *pimentice* que o parasitam”.

prêmio nobel William Faulkner, o poeta Robert Frost, o etnólogo Paul Rivet, o filósofo Leopoldo Zea, o sociólogo Roger Bastide, o filólogo Rodrigues Lapa, o historiador Jaime Cortesão, e alguns dos mais renomados intelectuais brasileiros, como Antônio Cândido, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Florestan Fernandes, entre outros.

Nos bastidores, operava-se o traslado do crítico literário português Adolfo Casais Monteiro, impedido de dar aulas e dirigir publicações em Portugal desde os anos 1930, por motivações políticas. Em segredo, sabia-se que a viagem seria de exílio, embora fosse anunciada somente para o Congresso, cautela que não impediu o levantamento, em Portugal, de resistências por parte do regime. Isso porque a definição dos convidados vindos de Portugal se tornou ponto de negociação com o Governo português, como aborda a pesquisadora Walnice Nogueira Galvão¹¹⁵². Inicialmente, a Comissão do Congresso havia convidado Casais Monteiro e o também escritor oposicionista Miguel Torga, no que o governo português reagiu, condicionando a permissão para saída de ambos ao convite “a dois dos nossos”. No caso, foram o Conde de Aurora e o professor de Literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Álvaro da Costa Pimpão.

Walnice Galvão sublinhou que, por parte da organização do Congresso, tudo fora arquitetado para que Casais Monteiro tivesse grande visibilidade no evento e seu renome fosse realçado: foi-lhe atribuído o primeiro lugar entre os oradores, como apresentador da primeira tese, logo na primeira sessão, além de ter sido convidado para integrar o seletivo grupo de 11 membros nomeados para redigir a Carta de Princípios do Congresso e para fazer parte da comissão encarregada de depositar flores no túmulo de Mário de Andrade. Foi também designado, formalmente, porta-voz dos congressistas estrangeiros. Por tudo isto, foi o único interveniente que apresentou duas teses¹¹⁵³. Perante esta notoriedade programada, e “para contrabalançar, ou ao menos, disfarçar um pouco”, a organização guindou “Álvaro da Costa Pimpão à mesa que presidia os trabalhos. Entretanto as posições eram bem demarcadas¹¹⁵⁴”, ressalva a pesquisadora.

Ora, como sublinharemos a seguir, será no contexto desta filtragem ideológica, exercida pelas instituições culturais do governo português, que se desenvolverá o processo que, depois de vencidas algumas dificuldades não estranhas ao posicionamento não-alinhado

1152 GALVÃO, Walnice Nogueira. “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.). *Op.Cit.*, pp. 23-26.

1153 As teses apresentadas por Casais Monteiro foram “Problemas da crítica de arte”, texto que depois seria publicada como livro em “Uma tese e algumas notas sobre a arte moderna” (Ministério da Educação, 1956), e “Fernando Pessoa, o insincero verídico”, depois publicado pela editora Agir, em 1958.

1154 GALVÃO, Walnice Nogueira. “O Congresso Internacional de Escritores de 1954: a chegada de Adolfo Casais Monteiro”. In LEMOS, Fernando; MOREIRA LEITE, Rui. (orgs.). *Op.Cit.*, pp. 23-26, p. 25.

do Mestre de Coimbra, trará Joaquim de Carvalho ao Brasil. Por isso, a viagem, planejada desde 1951, só acontecerá em 1953.

CAPÍTULO X

Joaquim de Carvalho no Brasil

São três, são quatro as lojas de disco? (Em desafio e concorrência, em todas elas a mesma placa rodava e a mesma voz evocava, por contraste, as ásperas delícias do sertão: “Olá mulher rendeira... olá, mulher rendada...”). Quantos cinemas ostentam cartazes e desperdiçam escandalosos jorros de iluminação? As mocinhas que saem dos escritórios caminham esbeltas, entre olhares cúpidos que lhes analisam as formas. Estacam os automóveis, estacam os elétricos, na longa espera do sinal verde da esquina, olho vigilante fixo num poste mascarado de arvoredo. É a hora frenética, é a hora nervosa da multidão carioca... Parece-me absurdo que eu ali, e só ali, viesse a conhecer em pessoa o Professor Joaquim de Carvalho, discreto, anónimo, com o seu maço de livros debaixo do braço.
Ribeiro Couto, 1/4/1956¹¹⁵⁵.

Depois de três meses de estadia (de 18 de abril a 8 de julho de 1953), Joaquim de Carvalho regressou a Portugal com um outro Brasil em sua mente. No dizer de João de Barros, a ex-colônia tinha ganho um *novo e sincero amigo*. Escrevendo para os leitores do periódico brasileiro *A Notícia*¹¹⁵⁶, o antigo diretor da revista *Atlântida* (1915-1920) revelava o teor de uma carta recente, na qual o seu conterrâneo confessava estar *deslumbrado, maravilhado e ansioso* por voltar às cidades que acabava de deixar. O efeito do que viu e observou não advinha somente das impressões colhidas, que foram além do que já sabia ou imaginava antes de partir, mas também das lições que foi recolhendo como *pensador*, e não como *viajante* ou *turista*. Mais ainda, ao conhecimento que acumulou, somou-se um intercâmbio a ser continuado com *personalidades* brasileiras, permuta que iria dar os seus frutos. Por isso, afirmava-se convicto de que,

De tantos portugueses que ao Brasil consagram devoção e carinho, o mestre Joaquim de Carvalho fica sendo, sem a menor dúvida, um dos mais firmes,

1155 COUTO, Ribeiro. “Encontro com Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma (org.) *Joaquim de Carvalho no Brasil: juízos e depoimentos*. Coimbra: Atlântida, 1958.

1156 Fundado em 17 de setembro de 1894, pelo jornalista de origem portuguesa Manuel de Oliveira Rocha, o periódico *A Notícia* surge como um órgão de informação, não partidário, mas decididamente republicano: apoiou o governo militar de Floriano Peixoto (1891-1894) e os que se sucederam. No entanto, após diferentes fases, é comprado por Ademar de Barros e António de Pádua Chagas Freitas em 1950, dando continuidade ao caráter sensacionalista, adotado desde 1938, mas agora com a introdução de informações políticas. LEAL, Carlos Eduardo. “Notícia, A”. In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, [em rede: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noticia-a> (último acesso em 8/12/2015)].

seguros e verdadeiros apóstolos da amizade luso-brasileira, na sua mais límpida, alta e eficiente expressão. O convívio que, em S. Paulo ou no Rio de Janeiro, o Dr. Joaquim de Carvalho manteve com personalidades eminentes do Brasil continuará, de certo, através da distância, e contribuirá para o entendimento recíproco das mentalidades duma e de outra Pátria, a cada momento mais intelectualmente próximas, porque mais conhecedoras das respectivas criações do espírito em todos os domínios da actividade cultural. Não nego a importância de acordos culturais em tal aspecto. Será sempre incontestável e de ótimos resultados. Continuo, porém, a acreditar na influência do “indivíduo”, da acção individual de intérpretes qualificados dos povos, no mútuo afecto destes, na fraternidade das nações e das greis. Ensina-me a experiência a vantagem dessas espontâneas manifestações de inteligência e sensibilidade. E Joaquim de Carvalho, que nenhum patrocínio governamental acompanhou ou protegeu, é bem uma prova clara do meu asserto. Quis ir ao Brasil, grato a um penhorante convite da Universidade de S. Paulo. Foi e desempenhou-se da sua missão em plena e absoluta independência de sugestões ou directivas alheias¹¹⁵⁷.

A leitura atenta desse excerto mostra que o velho pedagogo e poeta, de formação republicana e, naquele momento, integrante da oposição democrática portuguesa estava igualmente bem informado acerca do jogo de bastidores que quase impediu a ida do antigo diretor da IUC. Por isso, informava os seus leitores brasileiros que, ao contrário de outros, Carvalho tinha ido ao Brasil sem o patrocínio ou apoio do governo de Salazar, logo, a sua “missão” foi realizada com a mais *plena e absoluta independência de sugestões ou directivas alheias*.

Naturalmente, este périplo não teria ocorrido se não tivesse havido outro tipo de apoios. O nome de Carvalho não figurava no rol dos subsidiados pelas políticas de intensificação dos intercâmbios culturais promovidas pelo Instituto de Alta Cultura, nos inícios da década de 1950, mesmo que o professor catedrático reunisse as condições mais do que necessárias para representar o país, tanto mais que o Brasil lhe interessava há muito, sua obra já se fazia conhecer em meios universitários brasileiros, assim como o seu relacionamento com colegas e com outros intelectuais de relevo era antigo. Recorde-se que Gilberto Freyre deixou testemunho acerca do primeiro encontro entre ambos, que ocorreu em Coimbra nos anos de 1920, quando Carvalho “era ainda um jovem mestre” e, portanto, antes do sociólogo ter lançado as bases da sua lusotropicologia¹¹⁵⁸. E, na década de 1930, carteceu-se enquanto diretor da Imprensa da Universidade de Coimbra, quer com Afrânio Peixoto, quer com Vicente Licínio Cardoso¹¹⁵⁹. Por sua vez, um dos primeiros licenciados da USP, João

1157 BARROS, João de. “Um novo amigo do Brasil”. In A Notícia, junho de 1953 *apud* CARVALHO, Joaquim Montezuma (org.), *Op. Cit.*, pp. 11-13, p. 12-13.

1158 FREYRE, Gilberto. “Um pensador português”. In *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 22/3/1959, p. 5.

1159 Sobre sua correspondência com brasileiros, o próprio Joaquim de Carvalho comentou em carta a João Cruz

Cruz Costa, ainda em 1937, entrou em contato com o professor de Coimbra, solicitando-lhe o envio de alguns estudos de sua autoria que precisava consultar.

Na década de 1950, o diálogo entre Carvalho e Cruz Costa será retomado, ao mesmo tempo que se estendeu a outros nomes da Universidade de São Paulo (USP), como o professor da Faculdade de Direito, Miguel Reale, presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), que Carvalho conheceu pessoalmente, em Coimbra, em 1952. Este foi igualmente o caso de Thiers Martins (1904-1970) em 1950, e o de outros jovens investigadores, como José Arthur Giannotti (1930-), em 1952.

No entanto, a seção luso-brasileira desta sua “República das Letras” alcançará o seu patamar mais alto e projetivo com a viagem de 1953. Na intensa programação que realizou no Brasil, Joaquim de Carvalho comunicou e conversou com intelectuais de diferentes matizes, entre os quais estavam alguns que eram referência nos meios editoriais e acadêmicos brasileiros, muitos dos quais só conhecia dos livros. De fato, esta nova experiência possibilitou-lhe o usufruto de uma rica convivialidade presencial, como aconteceu com o poeta Manuel Bandeira, professor catedrático da Universidade do Brasil, ou com o escritor Ribeiro Couto¹¹⁶⁰, personalidade que nos deixou um testemunho precioso do seu casual encontro com o professor português, em junho de 1953, à porta do Hotel Ambassador, na rua Senador Dantas (Rio de Janeiro), de onde nasceu uma improvável conversa sobre Espinosa num saguão situado no meio do agitado centro carioca¹¹⁶¹. Outros, com quem já havia trocado cartas, também o conhecerão pessoalmente, como o historiador Affonso de E. Taunay. Há ainda o estreitamento de contato com alunos e jovens investigadores, caso de Florestan Fernandes, que, a convite de Carvalho, se tornará colaborador da *Revista Filosófica*, de Coimbra, em 1956 e 1957.

Costa as “muitas” cartas trocadas com Afrânio Peixoto e “algumas” com Vicente Licínio Cardoso (1889-1931) e com o comandante Eugênio de Castro (1881-1947). AFJC. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 15/9/1954, fl. 2.

1160 Poeta, romancista e contista vinculado ao grupo da semana se arte moderna de 1922, Rui Esteves de Almeida Couto (1898-1963), conhecido como Ribeiro Couto, manteve estreita relação com a vida literária portuguesa a partir dos inícios dos anos 1930, quando era vice-cônsul do Brasil em Marselha. Assim testemunha a correspondência com Adolfo Casais Monteiro, recentemente editada nas duas faces, com notas críticas, e que registra um momento de maior intercâmbio entre escritores portugueses e brasileiros, se comparado com as primeiras décadas do século XX. Do contato que o brasileiro manteve especialmente com o grupo da revista *Presença*, editada em Coimbra, natural que já tivesse referências sobre o professor Joaquim de Carvalho, antes do encontro entre ambos em 1953. Cf. LEITE, Rui Moreira (org.). *Correspondência – Casais Monteiro e Ribeiro Couto*. São Paulo: Editora Unesp, 2016; *Idem*. “Escritores portugueses e brasileiros: as relações epistolares a partir dos anos 1930”. In HOISEL, Evelina; RIBEIRO, Maria Fátima (orgs.). *Viagens. Vitorino Nemésio e intelectuais portugueses no Brasil*. Salvador: Instituto de Letras/Universidade Federal da Bahia, 2007, pp. 65-73.

1161 COUTO, Ribeiro. “Encontro com Joaquim de Carvalho”. *Op.Cit.*. Poeta e escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, Ribeiro Couto foi também diplomata. Em 1943, foi indicado para a Embaixada em Lisboa, onde viveu até 1946.

Uma outra faceta, que a viagem acentuou, diz respeito ao entusiasmo que o levou a reunir uma atualizada *Brasiliiana* dentro da sua Biblioteca pessoal, opção de revelância para o nosso estudo, porque a sua propensão bibliófila esteve sempre ao serviço da formação de fundos de consulta, nem que fosse para projetos futuros ou em curso, como seria, naquele momento, os das suas investigações sobre Portugal e as concernentes à sua tomada de consciência de que esse intento também passava por uma mais profunda compreensão do processo que foi edificando a identidade brasileira.

Finalmente o Brasil

Mas, de onde partiu o convite para a deslocação de Joaquim de Carvalho ao Brasil? Este veio da USP, ainda em 1951, e partiu de uma proposta de Cruz Costa. Foi depois aprovado por unanimidade pelo Conselho Técnico Administrativo e pela Congregação da FFCL e, finalmente, referendado pelo Governador do Estado de São Paulo em princípios de 1952. O Mestre da UC iria como professor-convidado, durante três meses, e estendia-se, ainda, a uma acompanhante¹¹⁶². No entanto, faltava garantir em Portugal as condições financeiras para custear a viagem marítima, subsidiada somente em parte pelo Instituto de Alta Cultura (IAC). E, por razões que procuraremos esclarecer, esta só virá a ter lugar em abril de 1953.

Pessoas gratas e não gratas ao Estado Novo

Diga-se que, na mesma conjuntura, partiu para Terras de Vera Cruz uma “missão cultural” de cunho oficial. Carvalho não foi solicitado a integrá-la, mas, em face da lentidão do seu processo, não deixou de assinalar a rapidez da formação dessa “‘embaixada cultural’ de gratas figuras da oratória da Radio, com 2 ou 3 figuras da Univ.de e da intelectualidade política”¹¹⁶³.

Alguns setores brasileiros assumidamente antissalazaristas contestarão o seu fraco pluralismo e serão muito críticos do nível intelectual de alguns dos elementos da delegação.

1162 Datam de 29 de janeiro de 1952, os três ofícios expedidos pelo diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Simões de Paula, formalizando o convite para Joaquim de Carvalho lecionar, de agosto a outubro ainda naquele ano, dois cursos na secção de Filosofia. O primeiro ofício (S-27-52) destina-se ao presidente do Instituto para a Alta Cultura, em Lisboa, “na esperança de contar com o seu valioso apoio”. O segundo ofício (S-28-52) dirige-se ao Reitor da Universidade de Coimbra solicitando a liberação para a viagem. O terceiro ofício (S-29-52), para o próprio Joaquim de Carvalho, formaliza o convite, informa que são assegurados honorários de C\$18.700,00 mensais para estadia no país, “mas, infelizmente, não nos é possível pagar-lhe as despesas de transporte”. Foram consultadas as cópias dos ofícios com a assinatura original de Simões de Paula que constam no Arquivo Pessoal Cruz Costa, sem cotas, depositado na Biblioteca Florestan Fernandes, na USP. Bem como o original destinado a Joaquim de Carvalho, de posse de familiares.

1163 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Coimbra, 12/3/52, fl. 1 (frente e verso).

Para Carvalho, porém, importava separar as águas, porque nela constavam personalidades, a exemplo do geógrafo Orlando Ribeiro e do jurista Ferrer Correia, que intelectual e mesmo politicamente não podiam ser confundidas com o chefe da representação, o historiador João Ameal, depreciativamente tratado nos meios oposicionistas por *Asneal*. Por isso, o próprio Joaquim de Carvalho sentiu a necessidade de informar alguns desses críticos, a começar por Cruz Costa, que

O Orlando Ribeiro e o Ferrer Correia são pessoas de bem, capazes de honrar qualquer comissão, e sem marca política ostensiva. Mta. gente lamentou q tivessem aceitado a companhia, ou antes o “encargo”, para melhor dizer, de cobrirem insignificantes palavrosos como o Ameal, a quem também chamam o Asneal. A respeito deste, corre q o director do Secretariado da Propaganda informara o Salazar de q ele seria mal recebido aí e q convinha substitui-lo, mas o parecer foi repellido. Se não é verdade, é verossímil...¹¹⁶⁴

Entretanto, em Portugal, a proposta que recebeu da USP dava os seus passos concretos que a burocracia impunha:

A Univ[ersidade]. recebeu a com[unicação]. da Fac. e logo o Reitor consultou o Diretor da Fac.; o resultado foi o pedido oficial da Univ. ao Ministério para que me fossem pagar as viagens, a mim e a minha filha. Ignoro inteiramente o destino do pedido. Nada transpira [...]¹¹⁶⁵.

Segundo Carvalho, naquela conjuntura, o silêncio até era aconselhável e não convinha que o convite tivesse imediato “seguimento nem transpire sequer”. E tudo estaria diretamente dependente do Governo e do parecer médico¹¹⁶⁶. As poucos, as coisas irão complicar-se.

A 25/4/52 relatava, já com impaciência, não saber,

particular ou oficialmente, qual é a resolução do Ministro, quer em relação à autorização da minha saída, quer em relação ao subsídio de viagem. Suspeito q o Instituto de A. Cultura não deu passos, mas a Direcção Geral do Ens. Superior tem conhecimento oficial pela Univ.de. A demora é mais q suspeita... aguardo mais um tempo, mas começo a dispor a vida como se não fizesse a viagem¹¹⁶⁷.

Quer isto dizer que o tempo fez crescer as suas suspeitas sobre a existência de

1164 *Ibidem*.

1165 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Coimbra, 12/3/52, fl. 1 (frente e verso).

1166 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Coimbra, 12/3/52, fl. 1 (frente e verso).

1167 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a Cruz Costa. Coimbra, 25/4/52, fl. 1.

obstáculos político-burocráticos, levando-o a não acreditar que a viagem se realizasse, ideia que ia transmitindo a Cruz Costa. Assim, em janeiro de 1953, confessava: “A minha ida está tão comprometida, pois a considero já como impossível”¹¹⁶⁸. A prova estava não só no “silêncio em que tudo se passa nas câmaras e ante-câmaras” e no teor das notícias que apareciam nos jornais “de aqui e de aí”, a insinuar que “se eu não for a S. Paulo é porque não quero; omitindo que consideram ilegal a concessão de um subsídio que me permita ser acompanhado de uma pessoa de família, indispensável à minha saúde e aos meus hábitos de trabalho. Como se eu fosse o primeiro funcionário a quem se dá um subsídio nestas condições!”¹¹⁶⁹.

Perante estas ilações, o próprio Cruz Costa admitiu a possibilidade de a deslocação não ocorrer. “Compreendo, porém, a situação. E, quando a gente tem outra e tal gente pela frente... É de amargar, como cá se diz... Não sendo a gente grata persona, é o diabo”¹¹⁷⁰. Na mesma carta, informava ao amigo que a sua viagem tinha sido noticiada como certa pelo diário *O Estado de São Paulo*, e que havia despertado o interesse do escritor Paulo Duarte em torno do seu nome. Desconfiado de iniciativas governamentais, o diretor da revista *Anhemi* havia telefonado a Cruz Costa, com quem tinha boas relações na altura, para se informar sobre as condições que traziam o professor português ao Brasil. Após a “missão” oficial portuguesa de 1952, predominantemente composta por salazaristas, Paulo Duarte cercava-se de cautelas¹¹⁷¹, atento às barganhas do regime de Salazar com as instituições brasileiras, no caso, a Reitoria da USP. Cruz Costa tranquilizou o jornalista.

Em princípios de 1953, a inviabilização parecia consumada. E, para ultrapassar as razões burocráticas e alcançar os meios financeiros para custear a deslocação de uma sua filha como acompanhante, Cruz Costa ainda sugeriu a obtenção de algum apoio diplomático, contando com a simpatia do Cônsul de Portugal no Brasil, Soares Brandão, via que fracassou¹¹⁷². Ficou a restar o sucesso do pedido pessoal que o Reitor da Universidade de Coimbra fez ao empresário dono da Companhia de Navegação, Bernardino Correia, para que pudesse auxiliar nos custos restantes do traslado marítimo, de acordo com os ofícios enviados¹¹⁷³, solução que teve êxito¹¹⁷⁴. No entanto, Carvalho avisava Costa que, “por trás da

1168 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 12/1/1953, fl.1.

1169 *Ibidem*.

1170 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho. São Paulo, 16/1/53, fl. 1. Sublinhados originais de Cruz Costa.

1171 *Ibidem*. Diz trecho da carta: “Há dias, quando saiu aquela notícia sobre a sua vinda, telefonou-me o Paulo Duarte. Queria saber quem era o senhor, pois acreditava que talvez a sua viagem resultasse de alguma barganha com o Reitor Leme e dispunha-se a preparar um daqueles artigos de desancar. Tranquilizei-o e disse-lhe que o convite fora feito por mim e que o senhor era meu amigo e merecia toda a atenção. Ficou o Paulo muito satisfeito”.

1172 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 29/1/1952, fl.1.

1173 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 3/12/1952, *Op.Cit.*, fl.1. Há ainda

cortina”, estava a mão invisível dos apaniguados do regime, pois tinha sido “advertido por um amigo colega, muito da situação”, que a sua viagem “não era considerada oficialmente de *persona grata*¹¹⁷⁵”. Naturalmente, para ele, esta era a causa das resistências “materiais” e “morais” de que estava a ser vítima.

A viagem de Carvalho ao Brasil segundo a PIDE

Que a viagem e o seu sucesso incomodaram o regime, comprava-se através da versão que os informantes da polícia política transmitiram aos seus superiores. Assim, segundo o principal infiltrado da PIDE a atuar em Coimbra no setor intelectual – o célebre “Inácio” –, o convite para Carvalho ensinar na USP devia-se à maçonaria. De fato, ele tinha sido membro da loja coimbrã *A Revolta* até aos inícios dos anos 1920, altura em que pediu o desquite¹¹⁷⁶, não havendo prova alguma de que tenha regressado aos templos¹¹⁷⁷. Dentro desta ordem de ideias, e no contexto da viagem, os meios mais interessados em diminuir os méritos da escolha e do impacto do périplo, de cujo sucesso começavam a chegar notícias, eram os adversários e não os seus possíveis “irmãos”. Assim, talvez por necessidade de apresentar serviço – o professor já se encontrava ausente há dois meses quando “Inácio” enviou o seu relatório –, este avisou Lisboa que o “anti-situacionista e maçom” Joaquim de Carvalho se encontrava no Brasil “numa missão a que chamamos ‘Cultural’”, e que, “segundo se apura nos meios maçons”, “a sua estada ali, está inteiramente ligada à acção da maçonaria”, acusação comum a todas as forças reacionárias nos seus combates contra o avanço, desde o impacto da Revolução francesa, das ideias liberais e democráticas. Ainda de acordo com o mesmo relato, a “seita” estaria “seguindo com extraordinário interesse a sua actividade em tal país” e rejubilava “com o triunfo alcançado, pensando-se já em fazer-lhe uma grande recepção quando do seu regresso”. E concluía: “Hábeis manejos e atitudes pois esta ‘seita’ tudo aproveita e não olha a despesas de forma alguma”¹¹⁷⁸.

correspondência institucional sobre a viagem ao Brasil no Arquivo da Universidade de Coimbra, pasta “Joaquim de Carvalho”, Processo de Professores, cx. 33. Cota: AUC-IV-1^aD-6-3-33.

1174 Na negociação, o empresário aceitava transportar na ida e na volta o professor e a sua acompanhante, a filha e secretária pessoal Dulce Montezuma de Carvalho, pelos 30 contos de escudos conseguidos no Instituto de Alta Cultura. A Companhia oferecia, portando, metade da viagem.

1175 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 12/1/1953, fl.1.

1176 A informação consta no levantamento feito por Oliveira Marques. O autor acrescenta que Joaquim de Carvalho foi iniciado na Maçonaria em 1912 na loja *A Revolta*, de Coimbra, com o nome simbólico de *Guyau* e atingiu em 1919 o grau 7^o do Rito Francês. MARQUES, A. H. de Oliveira. *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I. Lisboa: Editorial Delta, 1986, p. 286.

1177 Este fato, no entanto, não impediu Joaquim de Carvalho de continuar a conviver com maçons ativos e de se empenhar em ações organizadas pelo Rotary Clube de Portugal.

1178 ANTT, PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del.Coimbra, PI-646 NT 10390. Cópia informação Inácio, de 12/6/53, “Dr. Joaquim de Carvalho”, fol. 114.

As razões dessa espionagem são conhecidas. Demoliberal, de formação republicana, Joaquim de Carvalho defendia os princípios democráticos e a liberdade de pensamento, valores contrários aos do regime ditatorial consolidado nos anos de 1930, e mantinha laços com a oposição, especialmente com os republicanos liberais, alguns dos quais tinham emigrado para o Brasil. Foi vigiado de perto pela PIDE até o fim da vida, conforme atesta o seu processo individual¹¹⁷⁹, elaborado pela polícia política¹¹⁸⁰. Ao falecer em 1958, esta descreveu-o como “democrata-republicano dos mais convictos e activos”¹¹⁸¹.

Em princípios da década de 1950, Joaquim de Carvalho resguardava-se em uma posição de resistência cautelosa. Como se sabe, já tinha sofrido ações diretas e indiretas de retaliação pelo regime, tendo a mais dura e arbitrária ocorrido em 1934 com o fechamento da Imprensa da Universidade de Coimbra por ordens de Salazar. Como administrador da Imprensa, enfrentou o fim da tipografia e da casa editora centenária, assim como a interrupção de seus projetos editoriais e a demissão em massa dos funcionários. Na sequência do recrudescimento autoritário, em maio de 1935, viu seu auxiliar dilecto, Sílvio Lima, ser expulso da universidade, vaga que não aceitará preencher, em uma denúncia contínua e silenciosa. Isolado e sob a vigilância do regime, Joaquim de Carvalho não é apontado como uma ameaça, em 1949, pela PIDE. “É anti-situacionista, de ideias democráticas. Não consta, porém, que presentemente exerça qualquer atividade política”, informava o chefe da delegação da PIDE de Coimbra para o escritório da polícia em Lisboa¹¹⁸². No entanto, continuará sempre sob vigilância, quer no que toca às relações que mantinha com integrantes da oposição democrática, quer, em particular, no atinente a tudo o que pudesse contribuir para o aumento do seu já grande prestígio.

1179 ANTT, PIDE/DGS, Joaquim de Carvalho, Del. Coimbra, Processo Individual n.º 646, NT10390.

1180 A Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) é criada em 1945 e funciona até 1969 quando é sucedida pela Direção-Geral de Segurança (DGS), extinta em 1974. Especializada na informação, vigilância, investigação e repressão política, a PIDE substitui a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), que funcionou de 1933 a 1945. Irene Fluser Pimentel sublinha que essas constituíram a polícia política do regime, cuja principal função era o combate aos “crimes políticos”, considerados “contra a segurança externa e interna do Estado”. PIMENTEL, Irene Fluser. *A história da PIDE*. Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011, p. 11.

1181 Joaquim de Carvalho faleceu em 27 de outubro de 1958. A informação é registrada no Boletim de Informação n.º 236594 da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), assinado em 24 de novembro de 1958 por José Barreto Sacchetti, inspetor adjunto da PIDE Coimbra. ANTT, PIDE/DGS. Pasta Joaquim de Carvalho, Del. Coimbra, BOL 236594, NT8166, fol.1.

1182 ANTT. PIDE/DGS. Joaquim de Carvalho Del. Coimbra, Processo Individual (PI) 646, NT10390, fl.120. “Confidencial. Comunicação ao diretor da PIDE-Lisboa, em resposta ao ofício confidencial n.º 754/S.I.R, de 25 de abril de 1949, enviada pelo chefe da delegação da polícia política de Coimbra”. Coimbra, 2/5/1949, S.I.R 230/949.

Diário de bordo

Finalmente, soava a hora de embarcar. Por meio da correspondência, Cruz Costa participa de toda preparação de um amigo para atravessar o oceano pela primeira vez e que o indagava sobre o que levar na bagagem, o que vestir nos trópicos, as encomendas desejadas pela família do brasileiro, onde ficar em São Paulo, os livros com que poderia contar para preparar suas lições. Mas, quer por temperamento e opção, quer pelas dificuldades que acabava de sofrer, também ia disposto a cumprir um autocontrole no que respeita às possibilidades de ver politizadas afirmações e movimentos. Para se resguardar, pedia ajuda a Costa numa precaução: que o programa não contemplasse qualquer sessão de entrevistas e que se restringisse à vida universitária. De onde, este “ponto importantíssimo: desejo, quero e necessito de limitar a minha actividade á Faculdade. Entrevistas – nada. Já sabe a razão; por isso, mta. prudência no q os jornais disserem”¹¹⁸³.

Diga-se que as entrevistas não puderam ser evitadas, desde a partida na cidade do Porto, mas suas cautelas foram contínuas. Ao jornal português *O Primeiro de Janeiro*, que registrou na capa o embarque do professor, Carvalho afirmou o mesmo que havia dito em carta a Cruz Costa: “o meu propósito é colocar-me no plano estritamente universitário”¹¹⁸⁴. Ao jornalista, antecipava somente que, além das aulas na USP, seria possível apresentar conferências sobre Antero de Quental, sobre “a saudade” e sobre “a estrutura das sucessivas reformas universitárias portuguesas”, mas não trataria do poeta Teixeira de Pascoaes. “Tenho realmente, em mãos, um trabalho sobre Pascoaes e o saudosismo, mas reservo-o para uma sessão da Academia [das Ciências de Lisboa], compromisso que tomei com o prof. Egas Moniz”¹¹⁸⁵. Mais à frente, o repórter registra o pedido do entrevistado: “– Não se esqueça de dizer, por favor, que vou animado do melhor desejo de colaborar no estreitamento das relações universitárias entre S. Paulo e Coimbra”¹¹⁸⁶.

As mesmas reservas são compartilhadas, durante a viagem, por carta à esposa, Irene Montezuma. Do barco, escreveu-lhe a manifestar as suas preocupações com passagem pelo Rio de Janeiro. Aí, previa a presença de “jornalistas a bordo para me entrevistarem; oxalá não

1183 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa. Coimbra, 11/2/53, fl. 1.

1184 “Ao partir para São Paulo, onde vai realizar dois cursos de filosofia, o Professor Universitário Joaquim de Carvalho declarou-nos ir esperançado em atrair o interesse pelos estudos da cultura portuguesa”. In *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 2/4/1953, Capa. O redator acrescentou a este trecho: “E precisando suas palavras: - Vou esforçar-me por ser exacto, preciso e claro, que é a cortezia de quem ensina. Anima-me, ainda, a esperança de atrair o interesse pelos estudos da cultura portuguesa”.

1185 *Ibidem*, capa.

1186 *Ibidem*, p. 3 (continuação capa). Além dos cerca de 500 emigrantes a bordo, o jornal registrou ainda a presença do governador militar da Madeira, brigadeiro Eduardo Pires, no paquete Serpa Pinto.

digam depois disparates, atribuindo-me coisas que eu não disse”¹¹⁸⁷. Entretanto, foi desfrutando o mar e o ambiente, não se esquecendo de ir dando notícia da vida quotidiana a bordo. Um exemplo:

Hei-de mandar-te varias ementas das refeições para fazeres ideia do que nos apresentam p^a comer.

Em Domingo de Páscoa:

São 9h aqui, e ai 11h. O meu pensamento vai para ti e p^a os nossos filhos, que do coração abraço.

A viagem continua a ser magnífica, e tem-me feito mto. bem. As refeições são mto. variadas, por forma q escolho o q menos mal se pode fazer. Não tive ainda o menor incomodo e passo bem do meu acharque. A Dulce, então, nem se fala¹¹⁸⁸.

Este excerto mostra que a correspondência familiar e pessoal expedida do paquete Serpa Pinto oferece um rico registro das impressões que o professor foi colhendo na sua primeira viagem pelo oceano. Os relatos enviados à esposa, aos filhos e ao amigo Cruz Costa informam sobre os hábitos e a rotina mantidos como passageiro da primeira classe do navio, mas também acerca das transformações que se operavam no seu espírito e dos sonhos que projetava, como uma futura (e nunca realizada) viagem com sua esposa Irene por Buenos Aires e Montevidéu, que lhe pareceu possível porque economicamente viável:

Querida Nené

Temos feito uma viagem magnífica. Nunca imaginei que fosse tão agradável viajar por mar, bem entendido, com as instalações magníficas que temos. É muito melhor que estar no melhor e no mais luxuoso dos hotéis. Crê que havemos os dois de fazer uma viajata para saber o que isto é.

Ontem visitamos a Madeira. Nunca vi sitio mais agradável para viver. Tudo é lindo e mto. florido. Fomos a 2 dos pontos mais belos da Ilha. Na volta, espero comprar umas coisas. Depois de amanhã chegaremos a Cabo Verde. Visitamos o que se puder ver nas 4 horas em que o barco lá para, e de cá escreverei à Lilita. Esta manhã mandei-te um telegrama e mandei mais 8 a outras pessoas da família e a amigos. Custaram-me 112\$00.

Estou a ver que vamos á Argentina; pelo q me disse o Comandante do Serpa Pinto, a cuja mesa jantamos, a nossa viagem a Buenos Aires e a Montevideu não só é possível como até me ficaria economica. A ver vamos.

A Dulce anta mto. satisfeita. Para cá, fizemos viagem com o Governador Militar da Madeira e com a Senhora; como ficaram no Funchal, a Dulce é agora a “primeira dama” de bordo, pois se senta à direita do Comandante, na mesa de honra. Ela tem mta linha e sabe comportar-se¹¹⁸⁹.

1187 AHMFF. Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, Paquete Serpa Pinto, 4/4/1953, fl. 1 (verso).

1188 *Ibidem*.

1189 *Ibidem*, fl. 1 (frente e verso).

A vida social a bordo era descrita com intensidade, em meio a públicos e paisagens outros e inéditos. Satisfação ampliada pelo convite, ainda no barco, para realizar uma conferência, transmitida pelo sistema de som para todos no navio. À família, compartilhava o entusiasmo por novas perspectivas que se abriam, mas associado a um senso pragmático que devia incluir as condições do retorno:

Hoje às 10h fiz a conferência, q agradou muitissimo. Foi difundida pelo altifalante para todo o barco, p^a os passageiros da 3^a ouzirem. Todos me felicitaram e no final um médico-aviador da Bahia quer que eu lá vá; a ver vamos. O Com.te do navio diz que, com certeza, me não deixam vir em julho, porque hei-de ter mtos. convites. Eu, porém, evitarei tudo o que possa prolongar a estadia - salvo se ganhar mto. dinheiro. Depois de amanhã entramos pelas 8h no Rio. Havemos de visitar bem a cidade, pois estaremos lá quase 2 dias. Lá ponho esta carta: tu e os nossos filhos são o meu cuidado quando desembarco, pois a 1^a coisa q faço é ir ao correio. Já estou ansioso por ler as cartas q a Julinha terá escrito. Na Baía comprei por 35 cruz. uma calçadeira grande, para não me abaixar. Foi a 1^a compra que fiz com destino a nossa casa. Levarei mtas. cigarrilhas e charutos, q comprarei em S. Paulo¹¹⁹⁰.

Os livros são outra preocupação: tanto em tê-los em São Paulo para preparar suas lições, quanto em garantir que chegassem a algumas pessoas que ia encontrando pelo caminho. Antes de viajar, remeteu pacotes com seus instrumentos de trabalho aos cuidados de João Cruz Costa, em São Paulo. Ao amigo, escreveu do navio Serpa Pinto, em 12 de março, tanto para descrever suas impressões sobre Recife, como para lhe pedir que tivesse em mãos, já no porto de Santos, o livro do matemático Pedro Nunes, organizado por si, que pretendia oferecer ao imediato do navio, interessado no assunto:

Meu prezado Amigo:
Mto. obrigado pela sua carta, q me foi entregue quando o navio atracou. Gostei do Recife; impressionou-me mto. a semi-americanização do seu urbanismo e arquitetura da Boa Viagem. Venho pedir-lhe o favor de dar ao Sr. Camargo 1 ex. da minha ed. da Defensão do Tratado da Rumação do Globo, de Pedro Nunes, a fim dele me entregar logo à chegada. Quero oferece-lo ao Imediato do Serpa Pinto, q se interessa pór tais assuntos. Cump.tos nossos à D. Odete e mta. paciência com o dentista!
Grata e affect.te
Joaquim de Carvalho
PS. Pode abrir os pacotes. Deve estar num q vai remetido em meu nome, não sei se p^a. sua casa, se p^a a Faculdade¹¹⁹¹.

1190 AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, Pacote Serpa Pinto (em marcha para o Rio), 14/4/1953, fl. 1.

1191 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, a bordo do Serpa Pinto, 12/4/1953, fl. 1.

O trânsito dos livros era também tratado nas cartas ao filho Joaquim Montezuma. Aquando da paragem em Salvador, escreveu-lhs para solicitar que enviasse títulos de literatura portuguesa a um jornalista que o entrevistou para o jornal baiano *Diário de Notícias*. Não se sabe o porquê de recomendar menos empenho nos livros de Miguel Torga, do que nos de Fernando Pessoa, José Régio e de outros *expressivos do modernismo*, mas a censura ao escritor de *Montanha e Bichos*, impondo maior dificuldade de aquisição e de remessa para o estrangeiro, é uma hipótese verossímil, dado conteúdo do pedido de Carvalho:

O jornalista José Olympio, que me entrevistou na Baía, manifestou-me desejo de possuir livros de literatura, especialmente de Fernando Pessoa e de Miguel Torga. Quanto a este, não te incomodes mto., mas quanto ao F.do Pessoa, José Régio e outros que te pareçam expressivos do modernismo, peço-te que compres na *Atlântida* uns *volumes* e os mandes a seguinte direção: José Olympio. Redação do *Diário de Notícias*. R. Portugal. Cidade do *Salvador* (Est.do da Bahia). (...)

P.S – Não compres edições caras, vai ao mais barato¹¹⁹².

Na mesma carta, Carvalho informava o filho que pediu “grande favor” a um funcionário da Companhia Colonial de Navegação para que o poeta Manuel Bandeira¹¹⁹³ recebesse a cesta de regalos portugueses que trazia na bagagem. Antes, já tinha explicado por um cartão-postal as dificuldades que teria em fazer a entrega, durante a rápida paragem no Rio de Janeiro¹¹⁹⁴. Percebe-se pelo relato que, já nesse primeiro contato, o viajante estava maravilhado com as paisagens que via, chegando mesmo a afirmar que, frente à beleza do Rio de Janeiro, a cidade de Paris ficava aquém:

A cesta p^a o M.el Bandeira foi levada pelo agente no Rio da Comp. Col. de Navegação. Fez-me grande favor, pois eu não podia sair do barco com ela,

1192 AHMFF. Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho, Arquivo Municipal Figueira da Foz, pasta 31.2. Carta de Joaquim de Carvalho a Joaquim Montezuma de Carvalho, a bordo do Serpa Pinto, sem data, fl. 1.

1193 Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho (1886-1968) nasceu no Recife e, aos 10 anos, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde se bacharelou em Letras. Por intermédio do amigo Ribeiro Couto, Manuel Bandeira conheceu os escritores paulistas que, em 1922, lançaram o movimento modernista. Não participou diretamente da Semana, mas colaborou na revista *Klaxon* e também na *Revista Antropofagia*, *Lanterna Verde*, *Terra Roxa* e *A Revista*. Foi professor de literatura no Colégio D. Pedro II entre 1938 a 1943, quando foi nomeado professor de literatura hispano-americana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Em 1940, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Como crítico de literatura e historiador literário, consagrou-se pelo estudo das *Cartas chilenas*, de Tomás Antônio Gonzaga, ao esboço de uma biografia de Gonçalves Dias, à análise da poética de Antero de Quental, além de ter organizado várias antologias de poetas brasileiros e publicado o estudo *Apresentação da poesia brasileira* (1946). Cf. “Manuel Bandeira – biografia”. Site da Academia Brasileira de Letras (<http://www.academia.org.br>).

1194 “É muito duvidoso q me deixem desembarcar no Rio com o cesto p^a o M. Band.ra, visto toda bagagem ir consignada a Santos. A ver vamos. Trabalho a sério”. AHMFF. Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho pasta 31.2. Cartão-postal de Joaquim de Carvalho a Joaquim Montezuma de Carvalho, 5/4/1953, verso.

visto ter sido consignada com a bagagem p^a Santos.
Ontem e hoje (16 e 17) estivemos no Rio. A Dulce dirá quanto a cidade é admirável. Nunca vi movimento de cores que lhe seja comparável. Paris fica muito. Aquém.
Teu Pai muito amigo
Joaquim de Carvalho¹¹⁹⁵.

Amigo do exilado português Jaime Cortesão, que morava no Rio de Janeiro, Bandeira iria conhecer pessoalmente Joaquim de Carvalho somente em junho, na sua segunda passagem deste pelo Rio. Mas as relações do poeta brasileiro com a família do professor de Coimbra antecediam a viagem. As afinidades eram sabidas mutuamente e giravam em torno de dois poetas portugueses estudados e admirados por ambos: Antero de Quental e Teixeira de Pascoaes. Ainda em 1942, Manuel Bandeira havia escrito, em coautoria com Jaime Cortesão, um opúsculo para as comemorações do centenário de Antero de Quental na *Seara Nova*¹¹⁹⁶. Depois, no ano de 1951, o filho de Carvalho, Joaquim Montezuma, solicitou a colaboração de Manuel Bandeira e de outros escritores brasileiros (Jorge de Lima, Ribeiro Couto e Aloísio de Castro aceitaram) para um livro de homenagem a Teixeira de Pascoaes, organizado pelos estudantes da Acadêmica de Coimbra, no que foi atendido¹¹⁹⁷. A correspondência com Montezuma continuou a partir dali e, quando o poeta brasileiro recebeu a cesta com vinhos portugueses, enviou carta de agradecimento ao rapaz, na qual lamentava não ter ainda estado com Joaquim de Carvalho no Rio de Janeiro:

Chegou bem a cesta de verga com as três preciosas garrafas de generoso vinho português. Na verdade já conhecia o verde Gatão, mas vindo como veio de mão tão amiga, e sabendo agora que é produto das propriedades do grande Teixeira de Pascoaes, tive a impressão que ainda me sabia melhor. Com o Porto, antiquíssimo beberei à saúde do meu Joaquim e dos seus. (...) Senti não ter podido ver seu Pai e Irmã quando passaram pelo Rio. Estarei certamente com eles no dia de Camões e das Raças: será uma honra e grande gosto para mim falar-lhes do filho e irmão querido¹¹⁹⁸.

1195 AMFF. *Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho*, pasta 31.2. Carta de Joaquim de Carvalho a Joaquim Montezuma de Carvalho, a bordo do Serpa Pinto, sem data, fl. 1.

1196 BANDEIRA, Manuel; CORTESÃO, Jaime. *Glória de Antero*. Cadernos da “Seara Nova”, Biografias. Lisboa: Seara Nova, 1943.

1197 Manuel Bandeira escreveu o poema “Improviso”: Glória aos poetas de Portugal./ Glória a d. Dinis. Glória a Gil/ Vicente. Glória a Camões. Glória/ a Bocage, a Garrett, a João/ de Deus (mas todos são de Deus,/ e há um santo: Antero de Quental)./ Glória a Junqueiro. Glória ao sempre/ verde Cesário. Glória a António/ Nobre. Glória a Eugénio de Castro./ Glória a Mário de Sá Carneiro/ A Pessoa e seus heterónimos./ A Camilo Pessanha. Glória/ a tantos mais, a todos mais/ Glória a Teixeira de Pascoaes. Manuel Bandeira. Rio, 1 de abril de 1951”. Cf. BANDEIRA, Manuel. “Improviso”. In CARVALHO, Joaquim de Montezuma (compilador). *A Teixeira de Pascoaes. Homenagem da Academia de Coimbra pela voz de escritores portugueses e brasileiros*. Coimbra: Academia de Coimbra, 1951, p. 104.

1198 Carta de Manuel Bandeira a Joaquim Montezuma de Carvalho, Rio de Janeiro, 20/5/1953 *apud* BANDEIRA, Manuel. *Cartas a Joaquim Montezuma de Carvalho*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2007, p. 23.

Nessa primeira paragem no Rio de Janeiro, o professor de Coimbra foi recebido por representantes da Embaixada portuguesa no Brasil e de associações de imigrantes, como o Real Gabinete Português de Leitura. Do relato que enviou a sua esposa, percebe-se não apenas a deferência desses representantes da comunidade portuguesa instalada na capital da República para com o convidado, como o interesse do reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon (1902-1985), em aproveitar a sua estadia no Brasil. Além de narrar o percurso turístico que fez na cidade, facilitado pelos conterrâneos no Rio, comentou à esposa os convites que definiriam sua programação em junho: “O Pedro Calmon quer q eu venha fazer lições à Univ. do Rio, e a Colonia convidou-me a fazer o discurso solene no dia de Camões, 10 de junho, q é o dos meus anos. Vão-me buscar a S. Paulo e é costume dar uma prenda”¹¹⁹⁹.

Uma “sociologia da emigração” a bordo do Serpa Pinto

Tanto o professor, quanto a filha tinham consciência do lugar de prestígio que ocupavam em relação aos outros passageiros do navio, mesmo que cercados de cautelas que a conjuntura política exigia. Desde que embarcaram no navio Serpa Pinto, em 31 de março de 1953, ambos puderam testemunhar a realidade sociológica e humana do fluxo de migrantes rumo ao Brasil. Na memória da filha, havia uma terceira classe numerosa, formada pelos muitos portugueses pobres que iam tentar a sorte no além mar. Multidão que, na lembrança de Dulce, seguia “na maior das misérias porque iam à deriva para ver o que arranjavam no Brasil¹²⁰⁰”. Partiram de Lisboa, passaram pelo Porto, com paragens pela Madeira, Cabo Verde, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, e desembarcaram em Santos, no dia 18 de abril daquele ano de 1953.

Os registros dos passageiros do paquete português Serpa Pinto, elaborados pelo Serviço de Imigração no Porto de Santos, hoje sob a guarda do fundo Hospedaria dos Imigrantes, no Arquivo Público de São Paulo, consignam curiosas informações sobre a composição dos 182 tripulantes procedentes de Lisboa, que chegaram naquele dia¹²⁰¹. A relação confirma que os passageiros eram todos portugueses e, entre os homens, tinham

1199 AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, Paquete Serpa Pinto (em marcha para Santos), 14/4/1953, fl. 1.

1200 Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012 na cidade de Figueira da Foz.

1201 APESP. *Fundo Hospedaria dos Imigrantes*, Seção I: Imigração, Série Lista geral de desembarque de passageiros de 1953, lista de bordo de vapores datados de 06/3/53 a 20/4/53, microfilme 184. “Lista de passageiros permanentes do paquete Serpa Pinto de 4.957 toneladas de registro e 182 pessoas de tripulação procedente de Lisboa sob o comando de Ambrósio Pereira Ramalheira consignado neste porto a Companhia Comercial e Marítima”.

exercido as profissões de comerciante, pedreiro, barbeiro, carpinteiro, sapateiro, torneiro mecânico, motorista, agricultor, além de um professor e um “bolseiro”. Por sua vez, as mulheres, no item profissão, estão diferenciadas somente enquanto “doméstica” e/ou “chefe de família”¹²⁰². Os dados indicam ainda a presença de famílias inteiras, algumas com crianças de colo, como era o caso de um português, “motorista” de profissão, com 32 anos, que seguiria dali para o município de Rolândia, no Paraná, com a esposa de 27 anos e as suas três filhas, de 5 e 4 anos e um mês. Acusa-se também a presença de muitas mulheres acompanhadas somente dos filhos, como a passageira de n.º 53, Maria da Conceição Abrantes, de 32 anos, identificada como “doméstica” e “chefe de família”, que viajava com sete filhos, entre 17 e 3 anos. A mãe não tinha instrução, mas os cinco mais velhos possuíam estudo¹²⁰³.

Assim como Maria da Conceição, quase todos os outros portugueses traziam autorizações de permanência ao abrigo do artigo 9º do Decreto-lei brasileiro n.º 7.967, de 18 de setembro de 1945, que estabelecia que “o visto permanente será concedido ao estrangeiro que estiver em condições de permanecer definitivamente no Brasil e nele [sic] pretenda fixar-se”¹²⁰⁴. Ou seja, a maioria dos tripulantes portugueses a bordo do Serpa Pinto, que chegaram a Santos em 18 de abril de 1953, estavam a imigrar para o Brasil¹²⁰⁵.

Entre os homens, as exceções eram um pedreiro português que já morava no país¹²⁰⁶ e os dois únicos identificados como professor e bolseiro, nomes que diretamente interessam a esta investigação. Segundo o documento, o professor Joaquim de Carvalho, 60 anos, apresentou “visto diplomático”, enquanto o n.º 2 da lista, Eudoro de Sousa, bolseiro, 41 anos, casado, tinha como destino de residência a Universidade de São Paulo, Faculdade de Letras, e

1202 Como exemplo, a filha de Joaquim de Carvalho é descrita na planilha como: Dulce Montezuma Diniz de Carvalho, Sexo F, Idade 25, Estado civil S, Nacionalidade Portugal, Profissão Doméstica, Parentesco com o chefe familiar So, Religião Cat., Instrução Sim, Última residência – localidade Lisboa, País Portugal. Porto de procedência Lisboa, Destino ou residência: Hotel Lar S. Paulo, classe 1ª, Passaporte n.º, expedição data 9/3/53, lugar [sic] Coimbra. Cf. APESP. *Fundo Hospedaria dos Imigrantes*. Seção I: Imigração, Série Lista geral de desembarque de passageiros de 1953, lista de bordo de vapores datados de 06/3/53 a 20/4/53, microfilme 184. “Lista de passageiros temporários do pacote Serpa Pinto...”, fl. 1.

1203 Eram os filhos: Manuel Abrantes (13), Maria de Lourdes Abrantes Lopes (10), Eduardo Abrantes Lopes (8), Ana Maria Abrantes Lopes (4), Maria Fernanda Abrantes Lopes (3), José Abrantes Ferreira Lopes (17) e Antonio Abrantes Ferreira Lopes (15). A família declarou que iria se hospedar na Rua D. Carolina, n.º 83, São Paulo. APESP. “Lista de passageiros permanentes do pacote Serpa Pinto...”. fl. 3.

1204 Presidência da República do Brasil. Decreto-lei n.º 7.967 de 18 de setembro de 1945. “Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências” [em rede: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126587/decreto-lei-7967-45> (último acesso em 29/12/2015)].

1205 Entre as mulheres, Dulce Montezuma Diniz de Carvalho e Judite Rodrigues Vilar aparecem com visto temporário, artigo 7A do Decreto-lei 7967/45, isto é, categoria “turista”. Por isso, só as duas constavam na Lista dos passageiros temporários. Cf. APESP. “Lista de passageiros temporários do pacote Serpa Pinto...”, fl. 1.

1206 Este é Bernardo Vicente, 45 anos, pedreiro, casado, residente em São Paulo, identificado como “Retorno artigo 37” do Dec.-lei 7967/45, que trata do “do estrangeiro registrado como permanente que se ausentar do Brasil”.

trazia “visto oficial”¹²⁰⁷. Ou seja, a lista do Serviço de Imigração revela que Joaquim de Carvalho encontrou-se com outro português licenciado que, diferente de si, acabará por fixar residência no Brasil.

Não se tem informação sobre a convivência dos dois no navio¹²⁰⁸, mas, apesar de compartilharem interesses pela mesma área, a Filosofia, Eudoro de Sousa (1911-1987) não aparece como pessoa próxima do professor de Coimbra, nem antes, nem depois da viagem. Um indicador é a *Revista Filosófica*, editada por Carvalho, que não conta com qualquer participação de Eudoro. E a única referência inserta nessa publicação sobre este não é das mais abonatórias. Trata-se da recensão que o professor da Faculdade de Letras de Coimbra, Américo da Costa Ramalho¹²⁰⁹, fez à versão portuguesa do livro *Poética*, de Aristóteles, edição de 1951, traduzido do grego, com notas e índices, por Eudoro de Sousa, e onde se pode ler:

A tradução de Eudoro de Sousa, consideradas as dificuldades, atrás expostas, que impendem sobre o tradutor moderno, é naturalmente conservadora: nem apresenta graves defeitos nem qualidades notáveis. Não é também uma tradução vernácula, nem no vocabulário nem na construção da frase. E a redacção é deficiente mais vezes do que seria para desejar.
(...) A revisão é má, e os erros tipográficos, sobretudo faltas de acentuação, abundam. Nas palavras gregas há também gralhas frequentes. E a versão dos nomes gregos é caótica: (...) ¹²¹⁰.

Há ainda outros indicadores que distanciam os dois passageiros. Eudoro de Sousa

1207 APESP. “Lista de passageiros permanentes do paquete Serpa Pinto...”, fl. 1 (verso).

1208 Eudoro de Sousa não é referido nas cartas de Joaquim de Carvalho enviadas do navio, que foram consultadas.

1209 Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Américo da Costa Ramalho faz uma recensão do livro *Poética*, de Aristóteles, da coleção “Textos universitários”, com tradução do grego, introdução e índices por Eudoro de Sousa (Lisboa: s/e, 1951). Se para o “Capítulo I – A Poética”, Américo Ramalho avalia como “um bom trabalho de divulgação universitária”, sobre o “Capítulo II – A Origem da tragédia”, faz uma crítica mais incisiva, ao considerar que “seria universitário, dada a impossibilidade de trazer qualquer solução fundamentada à resolução do problema, dar uma ideia do estado actual da investigação, mencionando os autores e os livros que a ela trouxeram um contributo positivo. Mas Eudoro Correia preferiu não proceder assim. Limitou-se a dizer, de vez em quando, “alguns autores”, “certos autores”, e deu-nos uma exposição, talvez segundo as suas preferências, mas pouco equilibrada”. Mais na frente, diz se limitar a apontar “de uma lista mais extensa, dois passos em que o tradutor é menos claro do que no original”. Cf. “Notícia e análises de livros”. In *Revista Filosófica*, n.º 3 (dezembro). Coimbra: Atlântida, 1951, pp. 295-300.

1210 *Idem, ibidem*, p. 297. Outro ponto central da crítica ao livro está em “um esclarecimento de ordem cultural” sobre questão trazida por Eudoro de Sousa no prefácio. Américo Ramalho destaca que o autor estranha que o movimento de interesse pelos autores gregos em Portugal se concentre no século XVIII; que não haja em tal interesse sincronismo com o panorama cultural de Além-Pirinéus; que a época de florescência do helenismo português seja a “Joanina”. No que diverge: “Todavia, tal questão não é tão difícil como parece: o século XVIII é um período glorioso do helenismo europeu, principalmente fora de Itália; há sincronismo entre o que se passava em Portugal e noutros países europeus; essa época de intensa actividade editorial nos estudos helénicos é a “Pombalina” e não a “Joanina” (D. João V). Uma comparação com a época de D. João III está fora do âmbito desta breve recensão crítica. *Idem, ibidem*, p. 299.

iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa que, por motivos “familiares e econômicos”, acabará por não concluir¹²¹¹. No entanto, a participação ativa em tertúlias filosóficas o levou a se aproximar de Delfim Santos, ex-aluno de Coimbra, docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e que, antes, havia demonstrado interesse na vaga deixada compulsivamente por Sílvio Lima, intento sem sucesso por resistência de Carvalho¹²¹². As abordagens no campo da Filosofia também eram distintas. Eudoro de Sousa se ocupou de polêmicas sobre a “incapacidade especulativa dos portugueses” por comparação com a filosofia alemã, bem como se interessou pelo “problema de uma filosofia portuguesa”, tido como discípulo de Leonardo Coimbra e Delfim Santos¹²¹³.

Ao chegar ao Brasil, ele se ligará à FFCL-USP como bolsheiro do IAC. Mas será junto do Instituto Brasileiro de Filosofia e na companhia do presidente desta instituição, Miguel Reale, que sua atuação se tornará mais marcante. Ao que consta, tal aproximação foi em boa parte fruto das relações que Eudoro mantinha com o português Delfim Santos, agora já professor catedrático da Universidade de Lisboa¹²¹⁴ e amigo de Reale.

Levando tudo isto em conta, não será excessivo presumir que o distanciamento de Carvalho, mais do que por uma diferença de estatuto acadêmico, teve muito a ver com a desconsideração intelectual e desconfiança política que votava ao seu inesperado companheiro de viagem. É que o professor de Coimbra sabia que este era um homem de mão de Delfim Santos, agora à procura de uma ascensão universitária que em Portugal teria dificuldades em fazer. Deste modo, quando, mais tarde, Cruz Costa relatou os progressos do

1211 LÓIA, Luís. *O essencial sobre Eudoro de Sousa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 11-12.

1212 A expulsão do professor auxiliar por causas políticas foi alvo da denuncia contínua e silenciosa de Joaquim de Carvalho, “num silêncio acusador; ao inviabilizar qualquer assédio ao lugar vazio, vendo como suprema indignidade quem o queira preencher (como Delfim Santos sem êxito fez)”. CARVALHO, Paulo Archer de. “Sílvio Lima, ou o retorno do recalçado”. In *Revista Filosófica de Coimbra*, n.º 39 (2011), pp.213-244, p. 222. Cf. *Idem*, *A exclusão universitária. Sobre o caso Sílvio Lima, 1935*. Coimbra: Separata da Revista Biblos, vol. IX (2ª série) / Faculdade de Letras, 2011.

1213 LÓIA, Luís. *O essencial sobre Eudoro de Sousa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 11-12.

1214 Delfim Santos foi quem indicou Eudoro de Sousa como leitor de português na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, onde se dedicou ao estudo da Filologia Clássica e História Antiga. Estuda ainda Filosofia no Seminário Maior de Saint-Suplice e no Collège de France e História e Filosofia no Institut Catholique de Paris. De volta a Portugal, verifica “a dificuldade de ingressar na carreira acadêmica”, em parte fruto do não reconhecimento e equiparação dos seus estudos no estrangeiro. Eudoro parte para o Brasil em 1953. De acordo com Luís Lóia, o helenista participa da revista *Diálogo* e da *Revista Brasileira de Filosofia*, iniciativas ligadas a Miguel Reale. Segundo o autor, “o percurso de vida de Eudoro se deveu mais ao acaso das oportunidades e das circunstâncias do que a um trajeto planificado e sustentado num projeto lógico de desenvolvimento e aprofundamento dos seus interesses intelectuais”. *Idem, ibidem*, p. 10. No entanto, após dois anos em São Paulo, muda-se para Santa Catarina, onde contribui ativamente para a Fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual e, em 1962, segue para colaborar na fundação da Universidade de Brasília, por indicação de Agostinho da Silva, onde leciona Língua e Literatura Clássica, História Antiga, Filosofia Antiga e Arqueologia Clássica.

classicista, não teve pejo em afirmar que “o Eudoro de Souza dispoz as coisas p^a o Delfim Santos, cujo ‘nazismo’ lhe valem aqui, oficialmente, uma boa situação. Estes figurões constituíram uma verdadeira maçonaria internacional”¹²¹⁵.

Ora, o distanciamento de raiz política era acompanhado pela compartilha de juízos de valor acerca da sua competência como helenista. Por isso, foi com uma evidente ponta de ironia que Carvalho acolheu a notícia respeitante à ascensão meteórica de seu patrício no grêmio de Reale, insinuando que a instituição estava cientificamente pouco atenta, ao dar guarida a uma sua tradução portuguesa de textos dos pré-socráticos sem pelo menos a ter comparado com a versão alemã dos mesmos textos feita pelo célebre Hermann Alexander Diels¹²¹⁶. Por palavras de Carvalho: “Vejo q o Eudoro brilha no Inst. de Filosofia. Até q enfim lhe descobriram o talento e o saber! Vejo que aí, em S. Paulo, há quem tenha olho, e para tudo! Talvez fosse instrutivo a comparação da trad. dos pré-socráticos que ele publica no ultimo n^o da Rev. Bras. de Fil. com a trad. alemã do Diels; *o grego talvez tenha sido na versão para o português*”¹²¹⁷.

Desde São Paulo, a conciliação entre temas e públicos

Na chegada ao porto de Santos, Joaquim de Carvalho era aguardado por uma diversificada comitiva: o professor da FFCL-USP, João Cruz Costa, o professor assistente Laerte Ramos de Carvalho, com as esposas, alguns “conhecidos” seus, outros “que vieram de longe”, “todos” os seus antigos estudantes de Coimbra que estavam no Brasil¹²¹⁸, um grupo da Tertúlia Acadêmica brasileira e por, pelo menos, quatro correspondentes de jornais paulistas: o *Diário da Noite*¹²¹⁹ e *A Gazeta*¹²²⁰, da capital; *A Tribuna*¹²²¹, de Santos; e a *Folha*

1215 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho para João Cruz Costa. 4/6/1954, fl. 1. Grifos nossos.

1216 Trata-se de Hermann Alexander Diels (1848-1922). Filólogo e helenista alemão que coligiu e organizou todos os fragmentos e documentos que conseguiu conhecer respeitantes à filosofia grega anterior a Sócrates. Daí saiu a obra monumental *Die Fragmente der Vorsokratiker*, continuada, a partir de 1939, por Walter Kranz.

1217 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho para João Cruz Costa. 1/8/1954, fol. 1.

1218 Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São Paulo, 20/4/1953, *Op.Cit.*, p.1. Sobre a recepção, escreveu à esposa: “Chegamos muito bem a S. Paulo ante-ontem. Fui logo ao correio expedir uma carta para ti. Fomos mto. bem recebidos no cais de Santos: Prof. e assistentes da Fac. (Cruz Costa e Laerte, com respectivas esposas, e outros), conhecidos meus, alguns q vieram de longe (como Sebastião da Rocha Lima), todos os antigos estudantes de Coimbra, etc., etc. Levaram-nos logo ao melhor restaurante de Santos e às 16h. estavam instalados neste Hotel Lar, q é modesto, mas bem frequentado, no meio de uns jardins, mto. silencioso”.

1219 “Professores portugueses para a Faculdade de Filosofia”. In *Diário da Noite*, São Paulo, 20/4/1953. O *Diário da Noite* foi inicialmente um vespertino carioca, fundado em 1929 como parte do grupo de jornais que começava a constituir, à época, o conglomerado de Assis Chateaubriand. O *Diário da Noite* carioca e o *Diário da Noite* paulista, também de Assis Chateaubriand e dirigido por seu irmão Osvaldo, logo ficaram conhecidos como *Os Diários*. Cf. MOREIRA, Maria Ester Lopes. “Diário da Noite”. In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC [em rede: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DA%20NOITE.pdf>]

de Botucatu, da cidade de Botucatu, interior de São Paulo.

As matérias anunciavam a sua estadia do professor da Universidade de Coimbra por três meses, como docente visitante da FFCL-USP, e aludiam ainda à chegada de Eudoro de Sousa, bolsheiro do Instituto de Alta Cultura de Lisboa e da USP. Uma delas apresentava Joaquim de Carvalho como “um dos intelectuais portugueses de maior produtividade cultural, apesar dos seus 60 anos de idade e os encargos de uma numerosa família”¹²²². Segundo *A Gazeta*, o professor terá dito no desembarque: “Considero-me, a partir deste momento, cidadão paulista e brasileiro. Pela primeira vez venho ao Brasil, porém sinto-me tão satisfeito ao pisar em solo brasileiro como se aqui já estivesse antes”¹²²³.

Já na *Folha de Botucatu*, o publicista Sebastião da Rocha Lima¹²²⁴, que tinha contatos com intelectuais portugueses¹²²⁵, comparou a vinda de Carvalho com a dos integrantes das *embaixadas culturais* que ali tinham desembarcado: “Fará ele muito mais em

(último acesso em 3/1/2016)].

1220 “Professor Joaquim de Carvalho vem reger um curso em São Paulo”. In *A Gazeta*, São Paulo, 20/4/1953. Segundo o jornal, a delegação da Tertúlia Acadêmica do Brasil era formada por Divaldo de Freitas, José Simões, Morival de Matos e António Reis. Jornal diário vespertino fundado em São Paulo em maio de 1906, sob a direção de Adolfo Campos Araújo. A *Gazeta* é comprada por Cásper Líbero em julho de 1918. Entre os anos 1967 e 1968, passou a ser controlada pelos proprietários da *Folha de São Paulo*. Cf. COHN, Amélia; HIRANO, Sedi. “Gazeta, A”. In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC [em rede: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA,%20A.pdf> (último acesso em 3/1/2016)].

1221 “Publicou uma obra desconhecida sobre a arte de navegar”. Seção Porto e Mar. In *A Tribuna*, Santos, 19/4/1953, p.14. Para além do currículo de Joaquim de Carvalho, a matéria destacava a publicação do livro *Defensão do Tratado de Rumação do Globo para a Arte de Navegar*, de Pedro Nunes, pela coleção Subsídios para a História da Filosofia e da Ciência em Portugal, com organização e prefácio do professor de Coimbra. Lamentando que “o tempo não permitisse uma conversa mais longa”, o jornal fixava que “o que aqui, agora, nos cumpre principalmente registrar é a qualidade do intelectual que ontem desembarcou em nosso porto”. De acordo com infirmações institucionais, o jornal santista foi criado pelo maranhense Olímpio Lima, em março de 1894, com o nome de *A Tribuna do Povo*. Em sua primeira fase, circulava duas vezes por semana e se sustentava com a venda avulsa. Dois anos depois, era um jornal diário. De 1907 a 1959, o jornal teve como proprietário o cearense Manuel Nascimento Júnior e, em 1912, passava a se chamar somente *A Tribuna*, nome que conserva até os dias de hoje. Atualmente, é um dos sete jornais mais antigos do País em atividade. Cf. “Sobre a Tribuna”. In Site do jornal *A Tribuna* (www.atribuna.com.br).

1222 “Professores portugueses para a Faculdade de Filosofia”. In *Diário da Noite*, São Paulo, 20/4/1953.

1223 “Professor Joaquim de Carvalho vem reger um curso em São Paulo”. In *A Gazeta*, São Paulo, 20/4/1953.

1224 Cronista da *Folha de Botucatu* e outros periódicos do interior de São Paulo, Sebastião da Rocha Lima contou que nunca havia encontrado Joaquim de Carvalho até aquele dia, embora já o conhecesse desde a leitura do livro *Oróbio de Castro e o Espinosismo*. O publicista também refere ter trocado correspondência com o professor. LIMA, Sebastião da Rocha. “Joaquim de Carvalho e o Brasil”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op.Cit.*, pp. 98-102.

1225 Em 1947, o *Mundo Literário: semanário de crítica e informação literária, científica e artística*, dirigido por Jaime Cortesão, com Adolfo Casais Monteiro no corpo diretivo, reproduziu um artigo de Rocha Lima, tirado da publicação brasileira *Nossa Estrada*. Na mesma edição, estavam artigos de Alves Redol, Álvaro Salema, Joel Serrão, entre outros. Sabe-se ainda que, no espólio António Sérgio, há oito cartas autógrafas de Sebastião da Rocha Lima a aquele escritor, enviadas de Botucatu, entre 1954 a 1958. Cf. LIMA, Sebastião Rocha. “Essas antologias...”. In *Mundo literário*, n.º 38. Lisboa: Editorial Confluência, janeiro de 1947, p. 6 [em rede: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>]; Cartas de Sebastião da Rocha Lima a António Sérgio. Botucatu, São Paulo: 1954-1958. *Biblioteca Coop. António Sérgio para a Economia Social*, cota S.COR1-Env.175 INSCOOP 3259, s/n.

prol do intercâmbio cultural do que as inúmeras embaixadas que aqui aportaram, porque estará em contacto com os estudiosos brasileiros e auscultará nossos nobres anseios de nos salvar da mediocridade, que tudo avassala, amolece e sufoca inteligências...[sic]”¹²²⁶.

Se a comitiva que o recebeu em Santos era eclética, a programação depois realizada em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais permite afirmar que, no Brasil, as lições de Joaquim de Carvalho eram aguardadas com expectativa em diversos meios e grupos, desde intelectuais universitários de esquerda e de direita, integrantes de instituições culturais brasileiras, nomes da oposição salazarista exilada, e mesmo por portugueses mais conservadores instalados no país. Essa diversidade se expressa também na imprensa que noticiou a sua chegada ao Brasil, sendo o objetivo da deslocação comparado, de modo geral, ao visado pelo programa de contratação de professores estrangeiros na FFCL da USP. É o caso dos jornais diários e comerciais a quem concedeu entrevistas, da revista *Anhembi*, de cariz antissalazarista, como também de publicações de carácter conservador, exemplo da *Padrão. Revista portuguesa do Brasil*. (Neste caso, ao lado da notícia de Joaquim de Carvalho em São Paulo, está a matéria sobre a comemoração do aniversário de 25 anos de Governo de Oliveira Salazar, ocorrida na Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro)¹²²⁷.

Algum intercâmbio que tinha com o mundo cultural brasileiro já existia antes da viagem. Basta lembrar que, como organizador da coleção *Biblioteca Filosófica* (iniciada em 1947) e editor da *Revista Filosófica* (1951-1957)¹²²⁸, já havia estabelecido contatos com intelectuais ligados à filosofia, à história e à sociologia. A reputação de mestre de História Cultural também ajudava o seu diálogo com os dirigentes de associações portuguesas, a exemplo do Real Gabinete Português de Leitura. Havia ainda ex-alunos e amigo (conterrâneos, exilados, como Jaime Cortesão), que difundiam a relevância da visita do professor.

O conhecimento prévio que possuía do Brasil e a estratégia que seguiu para melhor compreender a compleição brasileira serão propósitos que ditaram a escolha dos temas que planejou tratar. Porém, é visível que, em simultâneo, também procurou articular os seus conteúdos com os públicos-alvos que o iriam ouvir.

Comece-se pela sua primeira intervenção, realizada na USP, na cátedra de História da Filosofia. Recorde-se que a sua ida se inseria na linha da tradição das “missões”

1226 LIMA, Sebastião da Rocha. “Professor Joaquim de Carvalho”. In *Folha de Botucatu*, 29/4/1953.

1227 “Em São Paulo o Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, da Universidade de Coimbra” e “Recepção na embaixada de Portugal no dia dos 25 anos da posse de Salazar” In *Padrão. Revista Portuguesa do Brasil*, n.º 22, maio. Rio de Janeiro: Editora Padrão, 1953, s/p. Acervo da Biblioteca da Casa de Portugal.

1228 A *Revista Filosófica* foi dirigida por Joaquim de Carvalho de março de 1951 a dezembro de 1957. No ano de 1959, seu filho, Joaquim de Montezuma de Carvalho, organizou o n.º 22, volume póstumo, com as últimas traduções feitas pelo pai e colaborações de Américo Castro, Mario Bunge, José Pecegueiro e Miguel Reale.

estrangeiras, contratadas desde a fundação da Universidade com o objetivo de consolidar o seu nível científico e o seu reconhecimento nacional e internacional. Só que, no caso de Carvalho, como em outros, essa função não era desempenhada por um grupo, nem aspirava a uma duração média. De certo modo, a sua participação na instituição de acolhimento – a FFCL-USP – dava continuidade a contribuições como a do francês Martial Guérault que, em 1951, tinha ali estado como professor visitante para ministrar um curso sobre o racionalismo cartesiano¹²²⁹.

Em sintonia com esse painel, e tendo como interlocutor privilegiado o professor João Cruz Costa, Joaquim de Carvalho ministrou dois cursos, em simultâneo, no âmbito da História da Filosofia Portuguesa e da Filosofia de Espinosa. E basta ter presente o currículo do seu anfitrião, como o de outros docentes, para perceber que ele sabia que aquelas matérias iam ao encontro dos interesses intelectuais.

Em junho, seguiu para o Rio de Janeiro para atender a dois convites, sendo o primeiro, nos dias 8 e 9, cumprido na Universidade do Brasil (UB). Importa destacar que, de início, pensava falar em Minas e no Rio de Janeiro sobre as mesmas questões, conforme se depreende a partir de uma carta enviada a Pedro Calmon¹²³⁰. No entanto, na UB, acabou por debruçar-se sobre Antero de Quental.

Embora não fosse uma matéria diretamente política, o pensamento do poeta-filósofo mantinha uma grande atualidade, pois levantava questões que, em terra de fortes influências positivistas, punham em causa a autossuficiência do cientificismo, porque apelava para a fundamentação ético-metafísica do devir do mundo e da história¹²³¹. Por sua vez, o fato do palestrante saber que alguns docentes da UB e alguns membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) estavam igualmente empenhados no cruzamento da Filosofia com as Letras – chegando um deles a exercitá-lo no estudo do pensamento do poeta português (Manuel Bandeira) –, a par do forte impacto do debate acerca do positivismo e da Educação (recorde-

1229 Por três vezes (em 1948, 1949 e 1951), Martial Guérault ministrou disciplinas regulares no Curso de Filosofia da FFCL-USP. No segundo semestre de 1951, “ocasião em que passava da Sorbonne, onde fora catedrático de História da Filosofia, ao Colégio de França”, realizou outra temporada como professor visitante no curso. Cf. MARQUES, Ubirajara Rancan de. “Notas sobre a disciplina “História da Filosofia” no Brasil”. In *Cadernos PET-Filosofia*, vol. 13. Curitiba: UFPR, 2012, pp. 11-24, p. 12.

1230 Já no Brasil, instalado em São Paulo, Joaquim de Carvalho escreve a Pedro Calmon confirmando que pode se ausentar da cidade durante alguns dias em junho. Como já iria ao Rio de Janeiro à convite do Gabinete Português de Leitura, pergunta se as lições na Universidade do Brasil podem ser nos dias 11, 12 e 13. O professor de Coimbra propõe como tema “Três aspectos do pensamento português”, que são: 1º) – Pedro da Fonseca e a restauração da metafísica escolástica; 2º) Luis Antonio Verney e o pensamento nos limites da experiência; 3º) Antero de Quental e a filosofia como concepção da vida. AMLB-FCRB. Correspondência - Thiers Martins Moreira, Cota TMCT04. Carta de Joaquim de Carvalho a Pedro Calmon, 2/5/1953, fl.1 e verso.

1231 Cf. CATROGA, Fernando. *Antero de Quental. História, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.

se o educador Antônio Carneiro Leão) na cultura brasileira, também explicam a escolha destes tópicos.

Ainda no Rio de Janeiro, concretizou o desafio lançado pela comunidade portuguesa para falar no dia de Portugal, isto é, a 10 de junho, data evocativa da morte de Camões. Com efeito, um conjunto de circunstâncias tornava possível a sua presença naquele dia, como orador principal do lado português¹²³². Do lado brasileiro, e antes de Carvalho, falou o escritor Gustavo Barroso¹²³³, da ABL.

Carvalho escolheu levar ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, cenário da sua intervenção, algumas reflexões, não sobre Camões, mas sobre *A Compleição do Patriotismo Português*, intervenção impactante e que se transformou em um dos momentos mais altos do seu magistério no país. Escrita já no Brasil, a conferência sintetizava algumas das suas ideias respeitantes à idiossincrasia portuguesa, agora acrescidas pelas lições que foi colhendo da sua experiência de *transterrado*¹²³⁴.

1232 Desde 1932, a efeméride fazia parte do calendário oficial da casa, quando nomes de brasileiros e portugueses considerados ilustres pelo Gabinete passam a ser escolhidos como oradores da manifestação cívica anual. Os conferencistas poderiam ser escritores, intelectuais universitários ou homens de letras, como Carlos Malheiro Dias (1932), Afrânio Peixoto (1933), Ricardo Severo (1934), Alceu Amoroso Lima (1937), Jaime Cortesão (1941), Américo Jacobina Lacombe (1952). Ao longo dos anos, foram convidados também políticos e autoridades oficiais dos dois países, como os presidentes Getúlio Vargas (1939), Juscelino Kubitschek e Craveiro Lopes, estes em 1957; ministros como Oswaldo Aranha (1940), Simões Filho (1952), Juvenal Greenhalgs (1950); ou ainda nomes de destaque em diferentes áreas como o Almirante Gago Coutinho, pioneiro da aviação portuguesa, e o general Valentim Denício da Silva, ambos em 1945. A lista completa dos oradores do Dia de Portugal, instituído pela Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, pode ser vista em: COSTA, António Gomes da. Catedral da Cultura Portuguesa. In Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Número 11, Outubro-dezembro, 2000. Lisboa: Instituto Camões, pp. 52-63 [em rede: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no11-pontes-lusofonas-iii.html>] (último acesso em 30/8/2014)].

1233 Natural de Fortaleza (Ceará), Gustavo Barroso (1888-1959) foi professor, ensaísta, romancista, além de jornalista, advogado e político brasileiro de destacada militância integralista. Estreou na literatura aos 23 anos com o ensaio *Terra do Sol: Natureza e Costumes do Norte*, bacharelando-se, em 1911, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Eleito deputado federal pelo Ceará (1915-1918), ocupou cargos públicos na capital federal. A partir de 1922, foi fundador e diretor do Museu Histórico Nacional. No ano seguinte, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente nos anos de 1932, 1933, 1949 e 1950. Em 1933, aderiu à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização inspirada no fascismo italiano e dirigida por Plínio Salgado. Foi representante brasileiro em diversas missões diplomáticas, como a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941). Era membro, entre outras entidades, da Academia Portuguesa da História; da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia de Belas Artes de Portugal; da Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa; do Instituto de Coimbra; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; e das Sociedades de Geografia de Lisboa, do Rio de Janeiro e de Lima. A vasta obra de Gustavo Barroso, de 128 livros, abrange história, folclore, ficção, biografias, memórias, política, arqueologia, museologia, economia, crítica e ensaio, além de dicionário e poesia. Cf. Academia Brasileira de Letras/Acadêmicos (www.academia.org.br).

1234 Registre-se que o termo “transterrado” remonta a chegada de exilados espanhóis ao México em 1939, após a derrota da república em Espanha. Cunhado pelo filósofo espanhol José Gaos (1900-1969), o neologismo sugere a continuidade linguística e em grande parte cultural encontrada no México, o que permitiu aos intelectuais recém-chegados prosseguir e ampliar suas obras realizadas em Espanha. O México, ao contrário de pátria estrangeira, seria então extensão e destino da pátria mesma para aqueles republicanos. Cf. DIAS, Débora. “‘Compleição do Patriotismo Português’, um diálogo com o Brasil”. In *Atas do 7º Colóquio do PPLB*. Rio de Janeiro: PPLB do Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, 2015, s/p.

Análogas intenções científico-pedagógicas se encontram no ciclo de conferências que ministrou em Belo Horizonte, na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais. Com efeito, aí tratou dos filósofos Pedro da Fonseca¹²³⁵ (1528-1597), Luís Antonio Verney¹²³⁶ (1713-1792) e sobre Antero, nomes que compartilhavam o fato de terem sido inovadores na sua época e de, na expressão do visitante, oferecerem um bom pretexto para aprofundar “três aspectos do pensamento português” desde o século XVI ao século XIX.

Na capital mineira, o seu mais direto anfitrião foi o filósofo Versiane Velloso, autor de *Introdução à história da filosofia* (Rio de Janeiro: Agir, 1947). Sublinhe-se que, através deste professor, os universitários de Belo Horizonte já conheciam e utilizavam como bibliografia dos seus cursos obras editadas pela *Biblioteca Filosófica*, dirigida em Coimbra por Carvalho, particularmente as traduções de Platão, Espinosa e Husserl. E o próprio Versiane reconheceu ser há muito leitor de Joaquim de Carvalho, particularmente dos estudos sobre Antero de Quental, a Filosofia de Eduardo Hartmann e Leão Hebreu¹²³⁷. O convidado gostou deveres do ambiente que encontrou em Belo Horizonte, encontrando algumas semelhanças com o de Coimbra, como confessou na entrevista que deu ao jornal *Tribuna de Minas*¹²³⁸. Depois de declarar que era leitor da revista de filosofia *Kriterion*, “que de há muito conhecia e apreciava”, e de agradecer o empenho do professor Artur Versiane Velloso na inclusão daquela universidade no seu roteiro, assegurava que “a realidade cedeu à expectativa. E asseguro-lhe que fica na minha memória este convívio como um dos mais agradáveis ou antes, inolvidáveis, acontecimentos de minha vida universitária”¹²³⁹.

Depois de Minas Gerais e do Rio, o professor português voltou a São Paulo. E, terminados os seus compromissos com a FFCL-USP¹²⁴⁰, faltava-lhe falar no Instituto

1235 Segundo Joaquim de Carvalho, Pedro da Fonseca, foi o grande pioneiro e artífice no processo crítico de sistematização metafísica da Segunda Escolástica “com as notáveis explanações e quaestiones que aditou à sua monumental edição, tradução e comentário dos livros I-IX da Metafísica de Aristóteles”. Nesse processo, ainda de acordo com ele, atuaram três correntes: o cartesianismo, o empirismo e o ecletismo. CARVALHO, Joaquim. “Introdução ao ensaio filosófico sobre o entendimento humano de John Locke”. In *Obra Completa* vol. II. *Op.Cit.*, pp. 301-354.

1236 Luís Antonio Verney é autor do polémico Verdadeiro Método de Estudar (1746) e, segundo Joaquim de Carvalho, data-se deste estudo o cultivo da História da Filosofia em Portugal, “embora, rigorosamente, não tenha exposto a História da Filosofia como disciplina autónoma, mas como propedêutica filosófica”. CARVALHO, Joaquim de. “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”. In *ibidem*, pp. 121-154, p. 122.

1237 Versiani Velloso cita que os estudantes já conheciam as edições da Biblioteca Filosófica: *Fédon*, de Platão, *Ética*, de Espinosa, *Metafísica*, de Aristóteles, *A Filosofia como ciência de rigor*, de Husserl. VELLOSO, Arthur Versiani. “Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de. *Op.Cit.*, pp. 37-39, p. 36.

1238 “Belo Horizonte tem o encanto das pequenas cidades universitárias europeias”. In *Tribuna de Minas*, Belo Horizonte, 16/6/1953, p. 7.

1239 *Idem, ibidem*.

1240 Em 1/7/1953, escrevia a esposa informando que havia terminado no dia anterior as aulas na USP e só restava a conferência no IBF. AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São

Brasileiro de Filosofia, instituição que mais aguerridamente reivindicava para si a missão de corrigir os caminhos que o filosofar estava a seguir na USP, e onde, na época, pontificava um dos mais influentes pensadores paulistanos: Miguel Reale.

Além dos contatos mantidos previamente com este e com outros integrantes do grupo, Carvalho era leitor da *Revista Brasileira de Filosofia* e também por esta fonte estava atualizado sobre a orientação do Instituto e das suas posições na polêmica acerca da existência de uma filosofia nacional. Para isso, a RBF dispôs-se a publicar, desde a sua fundação em 1950, textos “fundamentais dos filósofos nacionais”, e a editar trabalhos que “não fossem meros comentários de teorias alienígenas”, mas representassem o ato de pensamento autônomo, ainda que em diálogo com os autores estrangeiros, mas “sem subordinação exclusivista e dogmática a determinada linha de pensamento”. Ainda nesse sentido, Miguel Reale apontou nas suas *Memórias* (1987), que a fundação do IBF, em 1949, foi pautada pelo convencimento de que “a grande missão do intelectual brasileiro é a revelação da nossa identidade nacional, reivindicando constantemente nossa privacidade”¹²⁴¹. Demarcava-se, assim, daquilo que considerava ser *ambiente de academicismo* que reinava na FFCL-USP, excessivamente voltada para a análise e para o comentário dos clássicos filosóficos, de Platão, Aristóteles, Hegel e Marx (“especialmente este”, segundo seus juízos) e para a “reavaliação de nosso passado mental”¹²⁴².

A ida de Carvalho ao IBF aconteceu quando já tinha cerca de dois meses de convivência e diálogo com diferentes figuras do panorama cultural paulistano, o que lhe deu um melhor conhecimento do meio e do próprio Instituto. Por isso, achamos relevante o fato de ele ter levado ali o assunto mais filosófico e aparentemente mais “identitário” dos que tinha em carteira: a “Fenomenologia da Saudade”.

O impacto imediato do magistério de Joaquim de Carvalho no Brasil

O professor também se fez aprendiz ensinado pela escola da convivialidade, experiência que foi minando muitas das ideias feitas que tinha sobre o Brasil. Ainda nos dez primeiros dias de trabalho na FFCL-USP, Joaquim de Carvalho escreveu para o Rio, ao seu amigo Jaime Cortesão, uma carta em que fazia o resumo do intenso diálogo intelectual que vinha mantendo com professores, alunos, autodidatas, ao mesmo tempo que se mostrava satisfeito com a repercussão pública das suas intervenções. Além de se considerar

Paulo, 1/7/1953, fl. 1.

1241 REALE, Miguel. *Memórias*, vol. I. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 219.

1242 *Idem, ibidem*.

“aclimatado” e de somente se queixar do “excesso de condimentos na comida”, manifestava-se reconhecido pela cordial hospitalidade que o recebeu e com a boa aceitação dos seus cursos:

Não tenho até agora motivo algum para julgar que perdi ou perderei o tempo; pelo contrario, os dizeres de colegas e um artigo de *O Estado de S. Paulo*, de ontem (26, pág.4, com o título: *Lição expressiva*), sem assinatura, mas q suponho da pena de um prof. da Fac. de Filosofia, levam-me a crer que poderá ser útil o meu convívio com os mestres e os estudantes. São frequentes os pedidos para indicar bibliografias e sugerir observações acerca de trabalhos em curso, assim de estudantes, de doutorandos e de autodidatas, a ponto de suspeitar q este “serviço” talvez venha a ser mais útil que o das próprias lições. Enfim, as entradas são agradáveis; no entanto, esperemos pelas saídas...¹²⁴³.

Como mais do que uma vez ficou sugerido, era grande a expectativa dos meios universitários brasileiros ligados aos campos da cultura e da filosofia em relação ao que Joaquim de Carvalho iria dizer nos seus cursos e sobretudo nas suas conferências, tanto mais que, como sublinhou *O Estado de São Paulo*, num claro remoque às “missões” oficiais portuguesas, ele era “o primeiro professor da secular Universidade de Coimbra que, *por força apenas da iniciativa de professores e do apoio dos órgãos universitários*” vinha “colaborar nos trabalhos docentes da jovem Universidade de São Paulo”¹²⁴⁴.

O acolhimento em Minas Gerais também foi muito afetuoso e as suas lições confirmaram a ideia que alguns dos seus tinham imaginado a partir dos seus escritos. Daí que não se estranhe que o seu anfitrião – o professor Versiane Veloso – explicitasse o impacto provocado pelo convívio direto com o colega de Coimbra. Se outros professores portugueses já haviam passado por aquela universidade, Carvalho tinha-o marcado de uma maneira mais forte devido ao “mistério das afinidades eletivas”¹²⁴⁵. Por isso, reafirmava publicamente o interesse da instituição no seu retorno: “Nós desejaríamos que Joaquim de Carvalho voltasse, desejamos isso ardente e sinceramente”¹²⁴⁶.

À receptividade do seu público que granjeou, somou-se o estreitamento dos laços com antigos e novos interlocutores. Foi o que ocorreu com Manuel Bandeira, que integrou a

1243 BNP. *Acervo pessoal Jaime Cortesão*, cota: bn-acpc-e-e25-274-283, n.º 7-12. Carta de Joaquim de Carvalho a Jaime Cortesão, São Paulo, 27/4/1953, fl.1-3 (frente e verso). O papel de carta, com o timbre da FFCL-USP, indicava o endereço da resposta: Hotel Lar. R. do Marquês de Paranaguá, 190. (Trav. da R. da Consolação, perto da Fac. de Filos., Ciências e Letras).

1244 “Lição Expressiva”. In *O Estado de São Paulo*, 26/4/1953 *apud* CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op.Cit.*, p. 15. *Grifo nosso*.

1245VELLOSO, Arthur Versiani. “Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de. *Op.Cit.*, pp. 37-39, p. 39.

1246 *Idem, ibidem*.

audiência das duas lições sobre Antero de Quental na Universidade do Brasil, bem como da conferência proferida no Real Gabinete. Estudioso e leitor dos poetas portugueses, ficou muito impressionado com as lições do universitário português. Assim prova o que contou ao filho de Carvalho, Montezuma, dias após esse encontro:

Quero dizer que já tive o prazer de estar com seu Pai e com a Dulce por ocasião das duas aulas que ele deu na Faculdade Nacional de Filosofia. Ambas sobre as idéias filosóficas de Antero. Magistrais! Eu sentei-me na primeira fila; seu Pai fala em tom de conversa quase confidencial, dando a impressão às vezes de que está achando no momento as coisas que vai dizendo, de sorte que ele falava para mim só. Foram duas horas de extraordinário deleite¹²⁴⁷.

A sua assinalada tática de escolher conteúdos em função dos possíveis auditores, está particularmente visível na eleição da matéria que tratou no IBF. E parece que ela funcionou, pelo menos de acordo com o testemunho de um dos seus ouvintes: Luís Washington Vita, ensaísta e integrante do IBF. Segundo este, o orador “*fez filosofia, contagiou-nos de filosofia, viveu e permitiu que vivêssemos a filosofia*”¹²⁴⁸. E, se há alguma dúvida sobre o modo como pôs em diálogo sua reflexão com o campo de interesses do lugar em que a apresentava, basta chamar a terreiro a lembrança que, três anos depois, Miguel Reale fez da “sua esplêndida conferência sobre a saudade”, feita por Carvalho, sublinhando a pertinência da escolha, porque

Nenhum assunto mais do que esse, no qual o passado e o presente se tocam na formação emocional de uma consciência actuante, correspondia à sua capacidade analítico-fenomenológica, a qual não culmina no estágio da reflexão transcendental, mas se projecta antes no plano da experiência histórica, no dinamismo revelador de valores experimentados e vividos¹²⁴⁹.

Mas, a apoteose do seu magistério brasileiro ocorreu em 10 de junho, quando falou, no Real Gabinete do Rio, falou sobre o patriotismo português. O dia e o local eram os mais adequados, assim como a composição do público que o foi escutar. Ouviu-o uma assistência luso-brasileira, que incluía membros da ABL, do corpo diplomático e do governo português –

1247 Carta de Manuel Bandeira a Joaquim Montezuma de Carvalho, 24/6/1953. In BANDEIRA, Manuel. *Op.Cit.*, p. 25. Do epistolário mantido com o filho, Bandeira escreveu em 25 de outubro daquele ano interessado em receber a tradução de Joaquim de Carvalho da *Ética*, de Espinosa. Cf. ESPINOSA. *Ética. Livro I. De Deus*. Tradução, introdução e notas de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Atlântida, 1950.

1248 VITA, Luís Washington. “O prof. Joaquim de Carvalho no Instituto Brasileiro de Filosofia”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de. *Op.Cit.*, pp. 77-79, p. 79.

1249 REALE, Miguel. “Joaquim de Carvalho em São Paulo”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op.Cit.*, pp. 86-88, p. 87-88.

como o representante do IAC, Medeiros de Gouveia –, políticos, professores universitários¹²⁵⁰, exilados portugueses – sentado na primeira fila estava o seu amigo Jaime Cortesão com a esposa – e muitos imigrantes portugueses que aproveitaram a sessão para, interpelados pelo anunciado, reviver seu *amor pátrio*.

A memória fixada sobre o ambiente em que a sessão decorreu registra a gradual criação de um momento quase místico que atingiu o seu acume com a intervenção de Carvalho. Diga-se que a sua temática terá contribuído para isso. A filha Dulce confirma a forte carga emotiva que contagiou o conferencista e o público: “Não havia uma única pessoa que estivesse sentado na sala que não começasse a chorar. Um único imigrante. Puxou muito pela emoção das pessoas”¹²⁵¹. Esse foi o único texto transformado em impresso logo depois que Carvalho retornou a Portugal.

Um viajante trabalhador

Embora por curto período, o roteiro cumprido demonstra a intensidade da viagem. O ritmo de trabalho era frenético, segundo o próprio, mais do que o mantido em Coimbra, o que exigia períodos de isolamento. Em 29/5/1953, informava a esposa que estava a ter “muito trabalho: o dobro de ai. Pouco tenho saído esta semana e na próxima não sairei senão p^a o indispensável”¹²⁵². Dias depois, em 2/6/1953, o tom era de exaustão: “Há 3 dias que não saio, sempre a trabalhar no quarto. A ida ao Rio e a Belo Horizonte obriga-me a coisas de mta. responsabilidade. Ganho bem, mas sai-me do corpo”¹²⁵³.

O cansaço devia-se às obrigações científicas e pedagógicas, mas também à velocidade dos eventos e à escala das deslocações a que estava sujeito. E, recorde-se, de São Paulo foi ao Rio de Janeiro (7 de junho), onde proferiu três conferências e assistiu uma sessão da Academia Brasileira de Letras (dia 11/6). No dia 12, já estava em Belo Horizonte, onde realizou as três conferências e a viagem e passeio pela cidade barroca de Ouro Preto¹²⁵⁴, tendo regressado a 17 do mesmo mês a São Paulo.

1250 Entre os presentes à conferência de Joaquim de Carvalho, estavam o historiador e reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon; o político Negrão de Lima, ministro da Justiça do segundo governo de Getúlio Vargas; o ministro das Relações Exteriores; João Neves da Fontoura, ex-embaixador brasileiro em Portugal; Medeiros de Gouveia, do Instituto de Alta Cultura, de Lisboa. Cf. *Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 14/6/1953, capa; ANTUNES, Joaquim d’Oliveira. “Mestre e Amigo”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op.Cit.*, pp. 66-68, p. 67. No mesmo livro, há depoimentos de acadêmicos da ABL, como Gustavo Barroso, orador brasileiro na solenidade.

1251 Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho à pesquisadora no dia 5 de dezembro de 2012 na cidade de Figueira da Foz.

1252 AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São Paulo, 29/5/1953, fl.1.

1253 AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São Paulo, 2/6/1953, fl.1.

1254 Cidade recomendada por Versiane Velloso como “um fragmento de Portugal dentro do Brasil”. VELLOSO,

Pela primeira vez, Joaquim de Carvalho experimentava o avião. No postal enviado para Coimbra, as emoções se evidenciam mesmo em linguagem quase telegráfica, e mostram que a intelectualização das coisas não é incompatível com a manifestação quase ingênua de sensações. Daí que, sob estas, se tivesse apressado a enviar um bilhete-postal à sua esposa, onde narrava a sua aventura:

Rio, 7-IV-953, às 16,30, Hotel Hok. Chegamos bem. Voamos a 2.000 ms e a 350 klos a hora. O Rio, de avião é maravilhoso, e o vôo sobre as nuvens, uma cousa q se não esquece. Não quero outro meio de viagem! É um encanto. Logo saberei quando vamos pa. Minas. Saudades do teu do coração. Seu¹²⁵⁵.

Além dos compromissos profissionais, aceitou, ainda que com parcimônia, confraternizações e encontros sociais, como aquele que, nos dias de maio, o levou a conhecer as cidades de Santo André¹²⁵⁶ e Campinas¹²⁵⁷, interior Paulista. Alguns deles desenrolam-se numa atmosfera emotiva, como aconteceu no jantar promovido por conterrâneos figueirenses instalados no Rio de Janeiro e onde se reencontrou, comovido, com um amigo dos tempos de rapaz¹²⁵⁸. Essa também foi a ocasião em que conheceu pessoalmente o livreiro Joaquim de Oliveira Antunes: “com quem me carteava e de há de muito admirava pela sua notável actividade como livreiro e propagandista do livro português, e como benemérito da nossa “Biblioteca Municipal” [da Figueira da Foz]”. Depois do regresso, em entrevista para *A Voz*

Arthur Versiani. “Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de. *Op. Cit.*, p. 36.

1255 AHMFF. Postal enviado por Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, em Coimbra. Rio de Janeiro, 7/6/53. No verso, imagem do Aeroporto de Congonhas, em SP. No total, foram quatro viagens de avião nos deslocamentos internos no Brasil.

1256 Nessa viagem, Joaquim de Carvalho esteve presente na inauguração da Exposição industrial de Santo André da Borda do Campo, a 10 de maio, a convite do português Hugo de Macedo, engenheiro e presidente da comissão executiva ao monumento de João Ramalho pelo IV Centenário de municipalidade da vila. Segundo Carvalho, para a Exposição, participou ativamente o artista português Landerset Simões. Em 1954, rememorou na carta-prefácio a Cristóvão Moreira de Figueiredo (1891-1962), professor da Escola Comercial e Industrial de Viseu, algumas das “impressões afetivas da visita”, incluindo “os ensinamentos das conversações, designadamente com o insigne historiador Afonso d’Escragnolle Taunay”. Cf. CARVALHO, Joaquim de. “[Carta-prefácio]”. In FIGUEIREDO, C. J. Moreira de. “João Ramalho: patriarca dos bandeirantes e filho de Vouzela”. Revista *Beira Alta*, vol. 13, fasc. 1-2. Viseu: 1954, pp. 113-120. Também publicado em *O Instituto*, vol. 117. Coimbra: 1955, pp. 123-129. Cf. “Carta a Cristóvão Moreira de Figueiredo”. In *O.C.*, vol. VIII, pp. 150-156, p. 151.

1257 Conforme contou a esposa, no dia de regresso a São Paulo, sobre os banquetes e passeios que participou, bem como das boas condições de hospedagem na cidade. AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São Paulo, 15/5/1953, fl. 1.

1258 Segundo Joaquim de Carvalho, no jantar oferecido pelos portugueses da Figueira da Foz que moravam no Rio de Janeiro, reencontrou seu amigo de juventude Fernando Alberto Marques Pinto. Entre os promotores do evento, citou José Conde Loureiro Cotim e António Oliveira Freitas, da Fontela. Entre os convidados da comunidade, referiu a presença de Bianor Benalver, diretor do Departamento Nacional de Indústria e Comércio e diretor da publicação *Magazine Brasil*. Cf. “A viagem ao Brasil do Prof. Dr. Joaquim de Carvalho. Impressões sobre as colónias figueirenses nas cidades brasileiras”. In *A Voz da Figueira*, Figueira da Foz, 12/9/1953, capa e p. 2.

da Figueira, fará uma retrospectiva desse banquete, que “foi uma festa em que a saudade pairou”¹²⁵⁹. Todos os convivas usaram da palavra para recordar “com saudade a terra distante, pessoas e amigos, e nos olhos de alguns rebrilharam lágrimas quando ao espírito acudiu a ideia de que viessem a morrer longe da Figueira”. Das impressões gerais, recolheu esta visão sociológica: o grupo de figueirenses instalados no Rio não era numeroso, mas ele distinguia-se pela *posição* alcançada, pois muitos gozavam “de crédito e até alguns de desafogo a raiar pela fortuna”¹²⁶⁰.

Em função do seu modo de pensar e de agir, não seria previsível que tivesse aproveitado a viagem para fazer explicitamente política, não obstante ter, no Brasil, amigos na condição de exilados, sobretudo, Jaime Cortesão, com quem esteve mais do que uma vez. Por outro lado, as suas conhecidas cautelas em relação a exposições políticas ativas, bem como o suporte e o âmbito da sua viagem, não se compaginavam com atitudes conspirativas ou de propaganda. No entanto, e dentro do horizonte em que o seu liberalismo democrático situava a ação cívica, não deixou de participar numa jornada de confraternização onde a situação política veio à baila, sendo muito relevante o teor da sua tomada de posição.

A notícia desta sessão foi remorada nestes termos por Jaime Cortesão, um dos presentes:

Quando de sua estadia no Brasil, onde eficaz e nobremente representou a cultura e a história da cultura nacional, alguns de seus admiradores e amigos portugueses do Rio de Janeiro ofereceram-lhe um almoço. (...) Durante o repasto e quando todos falavam com preocupação do futuro político de Portugal, um dos convivas e dos mais ilustres, formulou votos em que transpareciam propósitos apaixonados de vindice contra os adversários. Tratava-se duma das pessoas que se associara mais calorosamente à homenagem. Vi então Joaquim de Carvalho erguer-se e com indignada veemência defender, em nome da liberdade de pensamento, o respeito pelos adversários ideológicos. Inflamara-se. A sua voz tremia¹²⁶¹.

A sensibilidade de Jaime Cortesão sintetiza a estratégia do amigo que, também no Brasil, sem abrir mão de seus posicionamentos antissalazaristas, se mantinha coerente quanto à abertura ao diálogo entre divergentes. Para o historiador da saga dos Bandeirantes, aquele foi um dos momentos altos da estada de Joaquim de Carvalho no Brasil: “Acabara de proferir

1259 *Idem, ibidem*.

1260 *Idem, ibidem*.

1261 CORTESÃO, Jaime. “Depoimentos”. *Jornal Mar Alto*, n.º 233, 5º ano, Aveiro, 11/4/1959, p.15 e 18. O original do texto, assinado por Cortesão, com o título “Joaquim de Carvalho, Apóstolo da Liberdade” foi localizado no Arquivo Pessoal Joaquim de Carvalho, Arquivo Municipal Figueira da Foz, Caixa 31.1 (papéis avulsos).

uma de suas melhores lições. E eu vi na minha frente, em toda a sua grandeza, mais e melhor que o prosélito e o Mestre, o Apóstolo”¹²⁶².

O episódio revela a expressão máxima de um magistério cívico exercido entre correligionários com o intuito de recordar, mormente aos que se iam situando em alternativas mais radicais, que a liberdade, a tolerância e o respeito pelo pluralismo constituíam valores que todos os que se declarassem defensores da “liberdade dos modernos” não podiam alienar. Daí que a sua atitude só pudesse espantar quem não soubesse que

no último meio-século, ninguém em Portugal, melhor do que Joaquim de Carvalho, encarnou e exprimiu o valor da Liberdade como condição essencial da dignidade humana, e a sua função criadora na história do povo português.

(...) A sua compreensão austera e militante da liberdade como direito medular do homem, fonte de inteireza moral, de tolerância e respeito pelos ideais políticos alheios, dava-lhe a dupla maestria do sabor e da conduta para aquela espécie de trabalho¹²⁶³.

Uma viagem sem regresso

O desejo de Joaquim de Carvalho em retornar ao Brasil não só era factível, como de certo modo já estava programado desde sua partida, dado o convite que recebeu ainda no Rio de Janeiro para, no ano seguinte, ser professor visitante na Universidade do Brasil. Convidado a regressar em 1954, manifestou interesse e ficou a aguardar resposta do IAC para o financiamento de parte da viagem. Isto é, a Universidade brasileira arcaria com todas as despesas do professor, enquanto o governo português financiaria o transporte e a hospedagem de uma filha, como sua acompanhante. Na altura, combinou as condições com os professores brasileiros, Pedro Calmon e Carneiro Leão, mas enfrentava novas dificuldades para conseguir o apoio do Instituto de Alta Cultura¹²⁶⁴. Por outro lado, a família punha reservas à viagem “com receio de que o organismo se ressinta. A ver vamos¹²⁶⁵”.

As razões familiares são insuficientes para justificar uma possível recusa pessoal, visto o interesse crescente que os temas brasileiros ganharam no seu fazer de intelectual e universitário. Por outro lado, a viagem tinha sido existencialmente rica e compensadora em termos financeiros¹²⁶⁶. Os problemas de saúde mais graves somente em 1957 teriam um peso

1262 *Idem, ibidem.*

1263 *Idem, ibidem.*

1264 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/2/1954, fl. 3.

1265 *Ibidem.*

1266 Informação vista na correspondência enviada por Carvalho, do Brasil, a esposa Irene Montezuma, em Coimbra. Além do ordenado de 18.400 cruzeiros por mês como professor visitante da USP (recebeu o equivalente a dois meses e meio), o professor também recebeu pelas três conferências no Rio de Janeiro e a

decisivo. Então, por que motivo não mais voltou ao Brasil? Também neste caso, uma possível resposta pode ser encontrada nas confidências que continuou a compartilhar com João Cruz Costa.

(In)confidências em torno da vida universitária

Como aqui e ali fomos assinalando, alguns dos mais atentos observadores notaram que, se a viagem de 1953 era enquadrável nos objetivos visados pelas “missões culturais” oficiais, ela também possuía uma individualidade e uma especificidade que não passaram despercebidas, em boa parte resultante da necessidade que houve de contornar resistências oriundas do interior do regime ditatorial português. Por isso, se o convite oficial partiu da USP, o desencadear do processo e o apoio que recebeu também não foram alheios a movimentações de um grupo de intelectuais brasileiros assumidamente antissalazaristas.

Porém, ainda que colateralmente, por ele também passaram as conflitualidades que brotaram da formação e afirmação do novo campo universitário brasileiro, nas suas disputas internas e também nos posicionamentos existentes em relação a Portugal, quer entre os mais críticos, quer nos que defendiam o “situacionismo”. De onde a compreensão mais funda do “caso da viagem” ter de pressupor o tipo de conexões que então existiam entre a cultura e o poder político. Com isso, as advertências e juízos intercambiados por Costa e por Carvalho sobre os personagens, os eventos e os bastidores da cena acadêmica luso-brasileira são um riquíssimo manancial de informação, quase sempre qualificados, por quem a dava, como sendo de natureza confidencial.

Um bom exemplo é oferecido por Joaquim de Carvalho no retorno da viagem ao Brasil, em 1953, quando, na paragem em Salvador, quando se apressou a escrever a Cruz Costa para informar que o tinha indicado ao português Antônio de Medeiros Gouveia, secretário do Instituto de Alta Cultura (IAC), para fazer a ponte entre este e o jornalista Paulo Duarte, em São Paulo. Sabendo que aquele estava interessado em angariar apoios para a realização do II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros¹²⁶⁷, previsto para o ano

conferência em Minas Gerais. Cf. AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São Paulo, 20/4/1953, fl.1 e 23/5/1953, fl.1 (frente e verso).

1267 A interferência direta da política de Estado nos colóquios luso-brasileiros é desenvolvida em estudo de Maria de Fátima Maia Ribeiro que aponta essa marca desde a instituição da série em 1950. O I Colóquio realizou-se em Washington como parte das comemorações do sesquicentenário da Biblioteca do Congresso norte-americano, em co-promoção com a Vanderbilt University. Mais do que meros anfitriões, os Estados Unidos tornaram-se participantes privilegiados dos demais eventos. Já a organização do II Colóquio, em São Paulo, foi proposta oficialmente pelo presidente do Conselho de Ministros de Portugal, Oliveira Salazar, ao Itamaraty. De acordo com a autora, Salazar definia prerrogativas de indicar as personalidades participantes. RIBEIRO, Maria de Fátima Maia. “IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros: malhas de sombras e silêncio que o império tece...”. In LEMOS, Fernando (org.); LEITE, Rui Moreira (org.). *Op.Cit.*,

seguinte na capital paulista, Carvalho aproveitava a oportunidade para abrir portas a investigadores brasileiros que poderiam ser apoiados pelo IAC (Lineu de Camargo Schützer¹²⁶⁸ e Lourival Gomes Machado¹²⁶⁹). No entanto, por se tratar de um representante oficial do governo, e dado o perfil antissalazarista de Cruz Costa, parecia necessário recomendar ao seu correspondente e amigo cuidado no trato, incluindo freios a possíveis *gracinhas* contra o regime:

Ontem, no Rio dei ao Dr. Medeiros de Gouveia um cartão de apresentação p si. Nele lhe peço q o apresente ao Paulo Duarte a quem ele queria explicar o q há oficialmente acerca do colóquio luso-brasileiro, e ainda q o apresente a Lourival e a Schültze, p^a. o ciceroniarem ai. Falei-lhe deles como merecedores de bolsas p^a. Portugal; eles q se não deem por achada, mas preparem o terreno como puderem, com prudente discrição. Ele é do Governo; tome, pois, cuidado em não o ferir com as gracinhas do seu feitio, tanto mais q eu pinte o seu cartaz bem pintado¹²⁷⁰.

Na resposta, Cruz Costa duvidava que o contato se fizesse, justamente porque o representante do IAC seria informado, por outras fontes, do seu posicionamento político. Demais, também duvidava que, por causa o ambiente político brasileiro, de crescente oposição a Getúlio Vargas, o Colóquio se viesse a realizar, uma vez que outros eventos previstos já estavam cercados por *receios*, ou seja, *ainda muita água suja vai correr*:

Nada recebi do Dr. Medeiros de Gouveia. Disse-me o senhor que ele tinha tendencias para a “gandaia”, como cá se diz... Mas – pelo geito – é dos gandaios sérios... Pois lá o levarei, muito circunspecto, ao Paulo. O que eu não creio é que ele me procure, sabem todos, muito bem, das minhas opiniões e informá-lo-ão. Verá. O certo, porém, é que ele chegou no fim de um periodo de euforia para certa gente. A cousa está a mudar e continua na mudança. Neves da Fontoura passou para a oposição. Ainda atenuada mas já oposição. Em S. Paulo, oposição e, logo, oposição em Minas. Mudou a

pp. 28-38, p. 29.

1268 Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, depois licenciado em Filosofia, Lineu de Camargo Schützer foi assistente da cadeira de Filosofia Geral da FFCL-USP. Autor dos artigos na *Revista de História* da USP, “A descoberta da morte e o mundo homérico” (vol. 12, n.º 26, p. 379-402, 1956), “Ensaio sobre a história da moral e da arte lírica na Grécia” (vol. 24, n.º 50, 1962) foi ainda tradutor de artigos na mesma revista, e do do livro *O Protestantismo Brasileiro* (São Paulo: Aste, 1963), do também professor da USP Emile-Guillaume Léonard, entre outros trabalhos.

1269 Lourival Gomes Machado (1917 - 1967) foi crítico de arte, historiador da arte, professor, cientista político e jornalista. Ingressou no curso de ciências sociais da FFCL da USP nos seus inícios e, em 1939, tornou-se assistente da cadeira de sociologia da mesma Faculdade, sob responsabilidade do professor francês Paul Arbousse-Bastide. Em 1941, fundou, com Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Paulo Emilio Salles Gomes, Ruy Coelho, Décio de Almeida Prado, entre outros, a revista *Clima*, com a qual pretendem renovar a crítica de arte, literatura, cinema e teatro no Brasil. Em 1949, defende a livre-docência em ciência política, com o tema Tomás Antonio Gonzaga e o Direito Natural e passa a dirigir do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP) até 1951.

1270 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Salvador, 12/6/53, fl.1(frente e verso).

atmosfera e até o tal simpósio, na sua “conclusão”, teve certo receio... Retornamos, rápidos, a 1945. Paulo Duarte, pelo geito, passou a conselheiro importante (confidencialmente e com reservas) do Governador. E, o secretariado, mesmo no que ele tinha ainda de “verde”, está demissionário. A crítica, a mais livre e desabusada, dizendo verdades que deviam ser ditas, está solta e livre. E, os velhos, os antigos, desacreditados. Mas, ainda muita água suja vai correr¹²⁷¹.

Por meio do relato, Joaquim de Carvalho não só recebia informações seguras acerca dos bastidores da política paulista – Paulo Duarte estava então próximo ao governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez – como possuía uma fonte que lhe permitia ler nas entrelinhas e compreender o insinuado. O oposto também acontecia. No desenrolar dos acontecimentos, o professor de Coimbra revelou ao amigo outros interesses na ação do representante do IAC em São Paulo, agora ligados à indicação de um professor, chancelado pelo regime português, para a Cadeira de Língua e Literatura Latina da USP. Substituiria o então titular, Urbano Canuto Soares, que chegara de Portugal em 1939 para lecionar na Universidade¹²⁷². Essa operação era descrita, assim, a Cruz Costa, em agosto de 1953:

Já lhe apareceu o Medeiros de Gouveia? Aqui para nós, confidencialmente: ele tem o propósito de conseguir que, pelo acordo, a Faculdade aceite um candidato para a vaga que o Canuto abrirá. O que fará em troca, não sei, mas o q lhe digo tenho-o por certo¹²⁷³.

Frente à demora da resposta do amigo (saberiam, mais tarde, que o atraso se deu à intercessão da correspondência), Carvalho tornou a indagar acerca das iniciativas de Medeiros de Gouveia¹²⁷⁴. Na carta de 14 de agosto de 1953, Cruz Costa respondia que o secretário do IAC não havia entrado em contato com ele. “Virá?...”. Tinha dúvidas. No entanto, ia noticiando que outros professores tinham chegado por meio de acordos diplomáticos, não mais para regerem cátedras, como antes, mas como professores visitantes ou para intervenções pontuais. Entre os “vários conferencistas estrangeiros” que estavam na USP, convidados pelo Itamaraty, incluía-se o professor de Direito, José Belleza dos Santos, então reitor da Universidade de Coimbra. O relato era completado por um recorte de jornal com foto

1271 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 20/7/1953, fl.1 e 2.

1272 Cf. PETERLINI, A. A. “Língua e Literatura Latina”. In *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, n.º 22, set./dez, Especial 60 anos da USP. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994, pp. 403-408.

1273 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Salvador, 15/8/1953, fl.1 e 2.

1274 “O Medeiros Gouveia já apareceu por ai? Procurou-o? O Lourival e o Schützer acompanharam-no? Que me conta a propósito? Como lhe disse, confidencialmente, ele deseja q o Canuto venha a ser substituído por um candidato do Inst. Alta Cultura. Guarde isto só p si, e aguardemos o desfecho. Ele falou com o Paulo Duarte? Quando estiver com este nosso Amigo não se esqueça de lhe dar cumprimentos meus”. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 11/9/1953, fl.1.

de uma das preleções de Belleza na Faculdade de Direito da USP. Na sequência, em 11 de setembro de 1953, Cruz Costa tornava a expressar seu ceticismo quanto ao encontro com o emissário do IAC, além de sublinhar as vantagens em não travar *gentilezas* com um nome ligado ao regime em Portugal. Para ele, baseado em conversa com o próprio Canuto, e por saber das expectativas dos assistentes da Faculdade, Medeiros de Gouveia não teria sucesso na indicação do substituto¹²⁷⁵.

O retorno ao tema, por parte de Joaquim de Carvalho, reitera o seu interesse no desfecho da negociação entre o Instituto de Alta Cultura e a Universidade de São Paulo, mas também sugere curiosidade em saber se Medeiros Gouveia seguiu sua indicação ou não. Na carta de 8 de outubro de 1953, o professor lamenta o que os jornais portugueses já dessem o acordo por selado, o que, do seu ponto de vista, seria danoso para as trocas de conhecimento entre acadêmicos dos dois países: por um lado, a indicação de professores portugueses acabaria por ser chancelada pelo regime, mas, por outro lado, também seria natural que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras defendesse seus nomes próprios e se opusesse à indicação externa¹²⁷⁶.

O professor Urbano Canuto Soares ainda ficaria mais um ano na USP e o caso se resolveu sem a indicação do IAC¹²⁷⁷. Como Cruz Costa esperava, não foi procurado por Medeiros de Gouveia. Entretanto, uma nova negociação se desenvolvia, agora movida pela proposta do IAC para se criar, em São Paulo, uma cadeira de Estudos Portugueses e, em troca, outra de Estudos Brasileiros, em Coimbra. Novamente, levantou-se a polêmica acerca da prerrogativa do governo português na indicação de nomes para o Brasil¹²⁷⁸. Na sessão do Conselho Universitário da USP, de 20/11/1953, foi finalmente celebrado o Convênio Cultural com o Instituto de Alta Cultura de Portugal e, com ele, a criação do Instituto de Estudos Portugueses em São Paulo¹²⁷⁹. No entanto, o acordo gerará novas disputas tanto na FFCL-

1275 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 11/9/1953, fl. 1.

1276 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 8/10/1953, fl.2 (frente e verso). Diz o trecho: “2) Que me diz ao Medeiros Gouveia? Os jornais anunciaram q em breve tornariam publico os resultados a que ele chegou no que toca à execução do acordo. Duvido q sejam eficientes: os seus patrícios querem – e justamente – o que lhes convém, e o I.A.C. quer mandar quem lhe convem, ou convem à política. Pena é que se não obtenha um modus vivendi prático e desinteressado, por q realmente todos teríamos a lucrar no conhecimento mutuo do que possuimos e do que nos falta”.

1277 Em 1955, o professor auxiliar Armando Tonioli assumiria como catedrático interno em substituição a Canuto e, em 1962, como contratado. Tonioli é apontado como o primeiro brasileiro contratado como catedrático de Língua e Literatura Latina na FFLCH da USP. PETERLINI, A. A. “Língua e Literatura Latina”. *Op.Cit.*, p. 405.

1278 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 1/10/1953, fl. 1. “O M. de G. esteve na Fac (naturalmente não me procurou, no que dei, graças a Deus) e propoz, ao Simões, a criação na nossa Fac, de uma cadeira de estudos portugueses em troca de outra, aí em Portugal, de estudos brasileiros. Ainda não sei no que deu a conversa. O Simões quer livre escolha de nomes para a tal cadeira. Isso é bom, não acha?”.

1279 O acordo previa “a criação pela USP de um Instituto de Estudos Portugueses, que criará uma disciplina de

USP, como em Coimbra. Os dois correspondentes trocavam informações, rumores, boatos. Cruz Costa anunciou nestes termos a chegada do português Manuel Lopes de Almeida, professor de História em Coimbra, e a ida para Portugal do brasileiro Eduardo de Oliveira França:

Cá entre nós. Ouvi falar que vem para cá o Lopes de Almeida. E que irá para aí o Oliveira França. O França é católico, bom sujeito e, já há tempo, foi do partido socialista. Mas deixou. Acho que se dará bem. É um tanto quanto enfezado, super-paulista e também de Guaratinguetá. É da cad. de história moderna, como sabe¹²⁸⁰.

Do lado português, Joaquim de Carvalho revelou a Costa que também viajaria ao Brasil o catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, à época, em debate público com o catedrático da USP, Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), filólogo e lexicógrafo. Sem tomar partido por nenhum dos dois, Carvalho comentou o artigo¹²⁸¹ publicado por Costa Pimpão sobre Silveira Bueno e informava da viagem daquele ao Rio, promovida pela ala “atalassada” da colônia portuguesa¹²⁸², e a São Paulo, convidado pelo então professor assistente da USP, Antônio Soares Amora¹²⁸³. Ao amigo Cruz Costa, e em termos confidenciais, comentava os rumores em torno das relações de Amora com Medeiros de Gouveia, especialmente na indicação de nomes portugueses para as viagens acadêmicas ao Brasil. E, de modo irônico, Carvalho referia-se ao IAC como Instituto de Alta *Costura*, termo jocosos que adotará em outros momentos.

A resposta de Cruz Costa, sem dissonância com sua personalidade, é das mais demolidoras na crítica aos envolvidos. Sem medir adjetivos para caracterizar dois de seus colegas de Faculdade, não só dá provas da confiança alcançada na relação com Carvalho, como também revela as divisões dentro da FFCL-USP, em certa medida, ressoando algum juízo corrente. O brasileiro também desconfiava da possibilidade de apoio do IAC a um nome situado fora da *confraria* oficial, como era o caso de seu amigo:

Estudos Portugueses, extracurricular, em regime de reciprocidade com a cátedra de Estudos Brasileiros existente na Universidade de Coimbra. Um professor da USP ministrará a disciplina de Estudos Brasileiros e um professor do Instituto de Alta Cultura, a disciplina de Estudos Portugueses”. Cf. Conselho Universitário da USP. “Actas da sessão 359, fls 84 (verso) a 109 (verso), 20/11/1953. Livro 15 (1953-1954)”. In RANIERI, Nina Beatriz Stocco (org.). *Autonomia Universitária na USP: 1934-1969*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 111.

1280 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 25/3/1954, fl. 2.

1281 PIMPÃO, Álvaro J. da Costa. *O prof. Silveira Bueno e Portugal*. Separata Beira Litoral n.º 31. Coimbra: Oficinas da Imprensa de Coimbra, 1953.

1282 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/2/1954, fl. 3.

1283 Cf. “Entrevista com o professor Antonio Augusto Soares Amora”. In *Cadernos Cedem. Depoimentos*. Vol. 1, n.º 1. Marília: Unesp, 2008 [em rede: www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem (último acesso em 30/11/2015)].

Então virá o Costa Pimpão? Não, não se fala muito do caso dele com o Silveira Bueno. Mas, afinal, o Pimpão tinha razão. Tortíssimo é o Silveira, bem conhecido nosso. Um sujeito perigoso e muitíssimo malcriado e, cá entre nós, burro. Uma lastima, aquilo, na nossa Fac. Bem: não será o único. Esteja tranquilo: nada direi do que me conta do Amóra. Mas, logo veremos... É um carreirista, o nosso guaratinguetaense... Falante, mas roublard como quê! Então a sua viagem ao Rio está caminhando. Será que o Instituto dá-lhe uma nova viagem? Bom seria. Mas, como o senhor não é da confraria, será duvidoso¹²⁸⁴.

Mais uma vez, é possível ver entrelaçadas as questões referentes às disputas internas da FFCL-USP com a política dos intercâmbios acadêmicos. Também nas cartas estava implícito o interesse de Cruz Costa em garantir nomes de sua confiança em um contexto de oposição intelectual ao regime salazarista que se via então reforçada pelo acolhimento de exilados nos quadros do jornal *O Estado de São Paulo* e por artigos e editoriais publicados na *Anhembi*, de Paulo Duarte.

A essa trama, Cruz Costa incluiu o provimento da cadeira de História da Literatura Portuguesa. Ambos os correspondentes sabiam que o antigo catedrático de literatura portuguesa, Fidelino Figueiredo, havia retornado a Portugal em 1951, por motivos de saúde¹²⁸⁵. A Carvalho, Cruz Costa comentou o interesse de Soares Amora, professor assistente e genro de Fidelino, em se tornar catedrático. O relato é ainda revelador de um dos modos como as leituras, os autores e o trânsito dos livros se enlaçavam com as questões acadêmicas e políticas debatidas na conjuntura. Sobre a visita de Amora e Jacobina Lacombe a Portugal, em 1954, escreveu:

Muito obrigado pelos jornais, onde há notícias da visita do Lacombe e do nosso amigo (meio urso) que é o Amórinha. Se o Snr. leu aquelas Memórias de um Magistrado do Imperio, lá encontrou a família do Lacombe. Vi que ele foi acompanhado pelo Ronald de Carvalho, um novo Ronald e lembrei-me de que até hoje a livraria não me mandou o livro que o Snr. pediu. É que está faltando. O pedido está feito. Dizem que o Lacombe é muito da Santa Madre... Já o Amora é mais do Santo Padre e, em tempos que o Reale era “tróço”, como cá se diz na gíria, ele era também muito da confraria. E que me diz do Convenio. Não sei se irá assim de vento em pôpa. Disseram-me que o Amóra pretende a cousa da cad. de hist. da lit. portuguesa mas que há outros que acham que isso não pode ser. E, posso garantir-lhe, não é o Fernando, que não aprecia muito o Amora. Eu acho que essa cousa do Convenio vai entornar o caldo. Nós vivíamos muito bem, assim, sem convenio. O melhor é isso. Com convenio vai “dar galho”... Emfim, “eles

1284 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 26/2/1954, fl.1.

1285 Cf. OLIVEIRA, António Braz de. *Fidelino de Figueiredo (1888-1967)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

são brancos e lá se entendem”... Qui vivra verra¹²⁸⁶.

A aproximação de Antônio Soares Amora com o Instituto de Alta Cultura de Portugal fez crescer as desconfianças dos dois correspondentes em torno do grau de adesão do brasileiro ao regime político português. Em abril de 1954, é Joaquim de Carvalho quem lança o alerta a Cruz Costa, também incluindo nas precauções a tomar o nome de Hernâni Cidade, em visita a São Paulo, e descrito como menos *oposicionista* do que já havia sido. Para Cruz Costa, o lente da FLUC recomendava limites em relação às informações que poderia passar indiretamente a Amora ou ao IAC:

Já está no Rio o H. Cidade, que conta ir a S. Paulo. É bom rapaz, mas quebrantou mto. a rigidez de oposicionista. Não se abra, pois, tanto mais que anda agora mto. ligado ao Amora e ao Inst. Alta Cultura, q cura por ouvir-dizer, como é próprio do nacional-seminarismo q nos rege¹²⁸⁷.

O enredo para a efetiva criação do Instituto de Estudos Portugueses foi ganhando forma e ficava mais nítido aos correspondentes o alcance dos personagens. Em 4 de junho de 1954, Cruz Costa dava informes sobre a ida a São Paulo do professor Costa Pimpão. A resposta de Carvalho, sublinhada como confidencial, revelara as suas ideias sobre a influência de Amora e de Costa Pimpão no projeto, ao mesmo tempo que procurava retratar o perfil do colega coimbrão. Frente à negativa que recebeu do IAC para apoiar a sua deslocação ao Rio, Carvalho não deixava de invocar o perfil de alguns outros favorecidos por aquele Instituto:

- Inst. Est. Portugueses. A sua carta desta manhã esclareceu-me sobre o Inst. de Est. Port. Fiquei estupefado: praticamente, a limitação de consultar, etc, explica que tudo se passará entre 2 indivíduos: aí, Amora; aqui, Costa Pimpão. Confidencialmente, também se explica que este seja o iniciador, pois soube q embarcará em junho p^a aí estar um ano, e q vai mto. bem pago. Agora, com a leitura dos Estatutos verifico q, como bom católico q é, começou por fazer caridade consigo próprio... Como já lhe disse, cuidado, cuidado... e sempre cuidado, pois nasceu (e tem desenvolvido) com alminha de inquisidor.. Não se aproxime mto., tanto mais que ele deve ter presente directivas e conselhos de aqui e de aí. Isto é só para si.

(...)

- O Inst. de Alta Costura comunicou-me ontem que, devido a compromissos tomados, não pode subsidiar-me a ida ao Rio como subsidiara a ida aí. Já escrevi ontem ao Carn. Leão dizendo q não posso ir este ano. Daqui, fala-se numa verdadeira expedição de apaniguados que aí se exhibirá em agosto e foi

1286 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 25/3/1954, fls. 1 e 2. Em 1/5/1954, Cruz Costa tornaria a escrever a Carvalho sobre o tema: “Estive ontem à noite, na Fac., com o Amóra. Parece que o Fidelino vai bem mal, coitado. Está logo o Amora catedrático. E fará carreira... Do acôrd, nada”.

1287 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 5/4/1954, fl. 1.

dito por aqui. Em breve escreverei¹²⁸⁸.

O tema é retomado e desenvolvido pelo professor português poucos dias depois, quando explicita suas posições em relação ao acordo que estava a ser cozinhado, não entre duas Faculdades, mas, na sua perspectiva, entre os dois professores, um de Coimbra e outro de São Paulo. O trecho da carta é esclarecedor sobre o modo como, na correspondência, os diversos temas se articulavam: o acordo entre o IAC e a USP, a negativa do Instituto em subsidiar sua ida ao Rio de Janeiro naquele ano, a esperança de conseguir ir no ano seguinte, a influência política na formação das “embaixadas” acadêmicas ao Brasil. Em simultâneo, não deixava de reiterar conselhos sobre cautelas que o amigo devia tomar no âmbito de confidencialidades: “tome cuidado com o Pimpão, por si e por mim”.

O acordo cultural deixou-me assombrado. Em 1º lugar por ser, de facto, um acordo entre o Instituto de Est. Brasileiros, de aqui, e a cadeira de Literatura Portuguesa, de ai, ficando de fora, as respectivas faculdades, q dão, quando dão as instalações. No fundo: acordo entre o Soares Amora e o Costa Pimpão, e nada mais! Aquele, não deixando q ai ensine quem lhe não convenha, este não querendo que outrem, da Univ. de Coimbra, da de Lisboa, ou extra-universitário, ai vá ensinar Hist. de Lit. Portuguesa.

Em 2º lugar - e isto ainda mais me surpreende, o teor da reciprocidade: O Inst. de Estudos Brasileiros manda proferir, em carne e osso, e a Fac. de S. Paulo (ou melhor, a Cadeira de Lit. Portuguesa) manda um programa... de papel. Confesso que tal reciprocidade é mto. singular e deve levar água no bico, como aqui dizemos. Enfim, negociações do... Partido, que é como quem diz política de exclusão e de totalização.

Parece q o Orfeon academico vai ai, em Agosto. Acompanha-o uma forte “embaixada” de prof., um por cada Faculdade, mas assim individualmente, como em conjunto, trata-se de mais uma manifestação do “Partido”, com o q a Univ.de e o País não tem grande coisa.

A nota da Anhembí sobre o Departamento Cultural pareceu-me mto. acertada, assim como gostei mt. da apreciação do Dr. Fernando sobre a situação da Univ.de; são palavras de mestre e de patriota, às direitas.

Como lhe disse na minha ultima carta, o Inst.. Alta Cultura não subsidia a minha viagem no ano corrente. A Fac. Nac. de Fil. paga-me as viagens de ida e volta, a hospedagem e os vencimentos de prof. titular; como não posso andar sozinho tanto tempo sem a companhia de uma pessoa da família, pedi ao Inst. Al. Cult. o mesmo subsídio q me deu o ano passado, correspondente, mais ou menos, às despesas de viagem e pousadio da pessoa q me acompanha. Escrevi ao Carnº Leão, dizendo-lhe q as circunstâncias impunham o adiamento e me dissesse se o convite poderia ser transferido para o ano q vem. Aguardo a resposta. No fundo, o meu desejo é ir no ano próximo, porque a minha filha Julia casa-se em Setembro e conto que o meu filho Joaquim se forme dentro de um mês; estes dois acontecimentos familiares como q exigem a minha presença. Isto mesmo disse a Carneiro Leão.

(...)

1288 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 19/6/1954, fl.1 (frente e verso).

O q acima digo sobre o acordo é só para nós: tome cuidado com o Pimpão, por si e por mim. Aqui, arde-se em vigorosa campanha anti-comunista, tão rigorosa, q na Russia as coisas não devem continuar como até aqui...¹²⁸⁹

O retorno de Carvalho ao Rio, como se sabe, não se realizou. A instalação, na USP, do Instituto de Estudos Portugueses, em 1954, sob a direção de Soares Amora¹²⁹⁰, foi comentada com permanente interesse pelos dois correspondentes. Em 13 de setembro, eram “solenemente instalados” os cursos e os trabalhos do Instituto, que recebia do Ministro dos Estrangeiros de Portugal, Paulo Cunha, a biblioteca ofertada pelo IAC: “base do acervo bibliográfico necessário aos seus trabalhos de investigação”¹²⁹¹. De acordo com a crônica de Cruz Costa – que complementava a narrativa com o envio de um recorte de jornal que reproduzia uma fotografia dos presentes na inauguração das instalações do Instituto – a distância ou *silêncio* do convidado português Costa Pimpão em relação a FFCL-USP era notada:

O Pimpão, cá continua incognito. Creio que só vê pessoas não perigosas e afins... Houve festas há dias, cock-tails, etc. na casa do Lancastre da Veiga (grande derrama de comendas) e, depois, com mais cock-tail, inauguração do Inst. de Est. Portugueses, ou melhor do Inst.Luso-Amóra... No resto: silencio¹²⁹².

As cartas mostram também que o desenrolar do acordo Coimbra-São Paulo, quanto às indicações de nomes entre as Faculdades, suscitou disputas e interesses diversos, inclusive por parte dos próprios correspondentes. Nesse sentido, em fins de 1955, e quando, para alguns

1289 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 25/6/1954, fls.1 e 2 (frente e verso).

1290 Sobre o processo de criação e instalação do Instituto de Estudos Portugueses, anexo a FFCL-USP, um relato institucional foi publicado no “Noticiário” da *Revista de História* da USP. De acordo com o texto, em 1953, quando em primeira viagem a Europa, o então reitor Ernesto Leme, concertou com o Instituto de Alta Cultura, de Portugal, “os primeiros planos para a criação” do centro. Em fins de 1953, chegava ao Brasil, o professor Antônio Medeiros Gouveia, secretário-geral do IAC. O projeto do acordo foi assinado em Portugal em 3 de novembro de 1953, no qual previa uma disciplina de Estudos Portugueses, extra-curricular, em regime de reciprocidade com a cátedra de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No item 3, fica expresso que a “escolha dos professores para a regência dos cursos a que neste instrumento se referem será feita mediante mútuo acôrdo entre a Universidade de São Paulo e o Instituto de Alta Cultura, cabendo a êste ouvir, préviamente, a Universidade de Coimbra”. O Instituto de Estudos Portugueses, criado pela portaria n.º 54, de 31 de maio de 1954, seria administrado por um conselho administrativo (eleito pelo Conselho Universitário e composto de cinco membros) e um diretor (escolhido pelo conselho administrativo). Em sete de junho, eram eleitos para o conselho administrativo os professores Eurípedes Simões de Paula, Honório Fernandes Monteiro, Eduardo d’Oliveira França, Hilário Veiga de Carvalho e Antônio Augusto Soares Amóra, este também eleito diretor do Instituto. Em 19 de agosto daquele ano, chegava a São Paulo o catedrático de Coimbra, Alvaro Júlio da Costa Pimpão, para o primeiro curso. Cf. “Noticiário. Instituto de Estudos Portugueses”. In *Revista de História*, n.º 20, 4º trimestre de 1954. São Paulo: FFCL-USP, 1954, pp. 503-507, [em rede: <http://revhistoria.usp.br>].

1291 *Idem, ibidem*, p. 507.

1292 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 2/2/1955, fl.2.

setores da USP, o magistério de Costa Pimpão estava a revelar-se um fracasso, é cogitada a possibilidade de Cruz Costa e Joaquim de Carvalho também participarem nas permutas previstas no acordo, um ocupando o lugar do outro por seis meses nas respectivas Faculdades. A hipótese terá sido alurdida numa conversa entre Cruz Costa e Soares Amora, ocorrida na turbulenta conjuntura da tomada de posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Costa relatou que:

No dia 11, já em pleno golpe, conversou comigo o Amora. Perguntou-me se eu queria ir substituir o França... Hum... Disse-me que a única pessoa que estaria em condições de vir seria o senhor, o professor Joaquim de Carvalho (1). Ficaria aqui na minha cadeira, o que seria para mim, uma honra. E eu iria para aí, pois, parece, é difícil encontrar quem arque agora com as despesas de viagem. Aceitei em principio, para consultar Odette. Mas, creio, um ano aí não pode ser. São três filhos, um meio doente, uma a fazer admissão ao ginásio, etc... 100 contos para ir, outros 100 para voltar... É muita tripa. E já não estou em idade de aventuras. Creio que não aceitarei, apesar do prazer que teria. [sic] Para ficar longe desta porcariada. Talvez... Mas, também, que iria eu contar aí? Histórias, lérias. E, – afinal – pelo meu passado, pela minha posição, por tudo, não devo ser persona grata. Cuidaria de ter cuidado. Mas... E só, mesmo por seis meses, é muito. Que vá um gros bonnet, um gajo qualquer da Fac de Direito, de Medicina. Fico cá no meu cantinho. Bene vixit qui bene latuit...

Será, no entanto, um prazer saber que virá. Diga-me alguma coisa, confidencial, pois, pelo geito, tudo isto é confidencial. Logo o facto do Amora me procurar, já é coisa suspeita...

(1) Querem o Snr. talvez porque o Pimpão foi um fracasso¹²⁹³.

Se o nome de Cruz Costa não prossegue, mantém-se no ar uma possível indicação de Carvalho. Tal alternativa fica em suspenso quando é definido o envio, a São Paulo, de outro português, o medievalista Torquato Brochado de Sousa Soares, financiado pelo IAC como professor visitante. Como se verá, esta decisão coincidiu com a desistência do regresso à USP, agora com o apoio do IAC, mas com exigências ao nível da duração da estadia que ele, mesmo financeiramente, não podia aceitar. Nos bastidores preparava-se o terreno para o avanço de Torquato Sousa Soares. Bem informado, Cruz Costa não tinha dúvidas: as afinidades político-ideológicas com o regime português são invocadas pelo professor paulista como razão última da escolha.

O Prof. Torquato vem, sabe, “sem onus” para a Faculdade. Porque, “com onus”, não vinha. Não há dinheiro. Vai, por certo, figurar no museu Pimpão-Amora. Estes salazaristas estragam a “cordialidade luso-brasileira”. Mas que havemos de fazer. Ficam, assim, para uso exclusivo da colônia... Como sabe,

1293 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 14/11/1955, fl. 2.

embora filho de português, não sou muito ligado à colônia, e menos ainda, ao colonialismo salazarento. Daí, dizerem, por vezes, que sou jacobino. Mas estes “bem pensantes, bons tementes”, nada realizam; ao contrário, só estragam. Ninguém fará o sucesso que o amigo fez. Et pour cause...¹²⁹⁴

O desejo de retorno de Joaquim de Carvalho ao Brasil também se confirma em fins de 1956, quando anuncia a Cruz Costa que a sua Faculdade o indicou ao IAC como substituto de Costa Pimpão. Ainda à espera da decisão daquele Instituto, Carvalho interrogava o amigo sobre a inviabilidade do regresso em março de 1957 e do cumprimento de um roteiro análogo ao de 1953: os cursos na FFCL-USP, as instalações para ele e a filha, a passagem por Minas Gerais e Rio de Janeiro¹²⁹⁵.

Cruz Costa respondeu às questões de imediato, demonstrando entusiasmo com a nova temporada de Carvalho na USP, agora como professor do Instituto de Estudos Portugueses. No entanto, receava que a FFCL-USP não tivesse orçamento para apoiar a vinda, pelo que chegou mesmo a sugerir a angariação de fundos junto de figuras mais próximas do governo brasileiro, uma vez que Carvalho não contava com o suporte político português. E a ida de Torquato também não ajudava. Por isso, pediu ao amigo que mandasse de Portugal umas *cartinhas* ao Ministro da Educação, Clóvis Salgado da Gama, ao chefe da Casa Civil do presidente Juscelino Kubitschek, Álvaro Lins (que em dezembro de 1956 iria se tornar embaixador do Brasil em Portugal), e ao sub-chefe da Casa Civil, Josué Montello. Após encerrar a carta com o agradecimento por ter recebido a tese de Maria Helena da Rocha Pereira, o professor paulista retomará a escrita no dia seguinte para lembrar que, face a um orçamento *magro*, Carvalho ainda podia beneficiar com as diferenças do câmbio entre os dois países¹²⁹⁶.

No entanto, mais uma vez, os planos não vingaram. Joaquim de Carvalho informava, no mês seguinte, que o seu colega de Faculdade e representante do IAC, Manuel de Paiva Boléo, lhe tinha comunicado, informalmente, que a instituição queria garantir a viagem por seis meses. Carvalho não poderia demorar tanto tempo, em função da sua vida familiar, nem teria como se manter financeiramente em São Paulo, acompanhado da filha, com o dinheiro que iria ser disponibilizado. Desistia, portanto, da vaga e comunicava saber que, em simultâneo, se preparava a ida de Torquato Soares, um apologético apoiante de Salazar. Com reforçados alertas para o fato de que se tratava de informação confidencial, o professor de Coimbra traçava ao amigo o perfil do futuro visitante quanto aos seus méritos acadêmicos e

1294 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 25/1/1956, fl. 1.

1295 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 21/11/1956, fl. 1 (frente e verso).

1296 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 27/11/1956, fl. 1 (frente e verso).

posições políticas:

Confidencial. Confidencial

Vai, pois, o Torquato Soares, q tanto interesse pôs na ida q até escreveu ao Salazar. Tem bens aí, creio q no Rio Grande do Sul. Vai conhece-lo. É de trato cortês, ao contrário do Pimpão, mas este tem mais cultura e é mais mestre. O Torquato é professor auxiliar contratado. É somente doutor e nada mais, isto é, não tem concurso algum para os cargos efectivos. É mto. monarquista, como aí dizem, e ultimamente tem feito figura como “pregador”, pois os discursos oficiais q tem recitado são clericais na forma, no fundo e no cheiro. Tudo isto é só para si, e se lho digo é para corresponder á confiança q em mim tem depositado¹²⁹⁷.

Lamentando o impedimento da viagem de Carvalho, o professor da USP aproveitava para deplorar o clima pró-salazarista que reinava nos ambientes acadêmicos que cultivavam a Filosofia no Brasil. Cruz Costa lastimava o monolitismo das escolhas oficiais que vinham de Portugal, ao mesmo tempo que aproveitava a ocasião para ironizar com os apoios que esta política recebia do grupo de Miguel Reale, isto é, daqueles que pareciam gostar da “ladainha dos Ameais” e de Salazar, que alguns ousavam caracterizar como um

propulsor de cultura, com ditadura!!! Proibindo a saída do livro do Antº Sergio!!! Hum... Não vai, não. Assim, um Torquato ou um Pimpão, dá na mesma. Fosse o amigo, e Portugal sairia engrandecido. Mas “êles” pelo geito, têm gosto pelos Condes de Aurora... Afinal, não nos mandam, felizmente, os Moreira de Sá, o que já é alguma cousa. Isso devem guardar bem guardado. É pena, pois, que não possa vir¹²⁹⁸.

Na carta, Cruz Costa referia um outro nome malquisto para ambos, o do professor Artur Moreira de Sá (1913-1989). Costa e Carvalho compartilhavam os mesmos juízos de valor negativos sobre os méritos científicos e cívicos do visado, que achavam bem inferiores aos de Costa Pimpão e Torquato Soares. De fato, já em 1951, o paulistaa relembrou o embate que teve com ele em torno das investigações sobre o filósofo Francisco Sanchez, não se coibindo de aproximá-lo ao igualmente depreciado historiador João Ameal:

Quando estive nos EE. Unidos, em 1948, lá encontrei, em Havard, um moço, o Dr. Moreira de Sá que, como sabe, escreveu um alentado trabalho sobre o Sanchez. Pareceu-me, o moço, um rapaz um pouco... como direi... situação. Mais tarde li uma conferencia que êle fez em N.York sobre o descobrimento do Brasil. Cousa, por sinal, bem fraquinha e assim dirigida no sentido da historia apologetica, uma especie de João Ameal... Como o tal mocinho não

1297 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 23/12/1956, fl. 1 (frente e verso).

1298 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 29/12/1956, fl. 1.

perdera a oportunidade para dizer que o meu trabalho sobre Sanchez era uma verdadeira porcaria, (no que em parte tinha razão), dei-lhe um troco (como cá se diz), numa resenha que fiz da conferencia, na Revista de Historia. Não sei se leu a cousa. Mas, enfim, o trabalho do Moreira de Sá é cheio, é cheio¹²⁹⁹.

Da parte do amigo português, dois trechos distintos da correspondência, de 1952 e 1953, respectivamente, indicam compartilha da apreciação negativa:

Esse Moreira de Sá... Não me torne a falar desse atrevido insignificante e não ligue importância ao que dele lhe custar. Tem certa posição política, mas descrédito total sob o ponto de vista da responsabilidade intelectual. Se um dia este sujeito deixar de ocupar o cargo q ocupa, Moreira sumir-se-ia na insignificância donde nunca deveria ter saído¹³⁰⁰.

Mandei-lhe há dias o ultimo vol. da Biblos; traz um artigo sobre o sec. XVIII, q lhe há de interessar – fora o do grande Moreira de Sá, q no final me roubou descaradamente um período q eu escrevera na Hist. de Portugal, do Barcelos¹³⁰¹.

Miguel Reale e o IBF nas confidências epistolares

Nesse ponto, é preciso ressaltar que, enquanto testemunho da vida universitária brasileira, a correspondência em análise está marcada pelo horizonte em que João Cruz Costa se situava como cidadão e professor da USP. E do conjunto dos seus comentários, ressaltam situações cotidianas e extraordinárias, envolvendo as suas decepções, as suas críticas, as suas alegrias convividas com alunos, ex-alunos e colegas, assim como os confrontos de carreira que enfrentou, além do testemunho das relações profissionais e institucionais amigáveis e cultivadas nos seus intercâmbios com professores e escritores de outros centros brasileiros e internacionais.

Quanto às suas aproximações e distanciamentos institucionais que marcaram a sua carreira acadêmica e a compartilha de desabafos com Joaquim de Carvalho, no epistolário trocado entre ambos ocupa um lugar relevante aquele que trata do embate de Costa com o seu antigo condiscípulo Miguel Reale. No contexto de desencontros motivados por divergências políticas e por posicionamentos filosóficos distintos, o auge da disputa aconteceu aquando da abertura do concurso para a cátedra de Filosofia da USP, interinamente ocupada por Costa, processo que, como ficou assinalado no Capítulo VII, se arrastou de 1950 a 1954. Ora, trazê-lo de novo à colação para se apreender o modo como Joaquim de Carvalho acompanhou a luta

1299 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 28/3/1951, fl. 1.

1300 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 25/4/1952, fl. 1.

1301 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 8/10/1953, fl. 1.

do amigo será importante para o objetivo central deste estudo.

O passado integralista de Miguel Reale, associando-o a uma tradição de pensamento autoritário, assim como as divergências quanto ao ensino de Filosofia na Universidade (em parte calcada no pendor historicista de Cruz Costa contra a ideia de realização de filosofias nacionais), foi frequentemente invocado nas críticas ao professor de Direito, empossado no cargo de reitor da USP quando se iniciou a querela.

Em janeiro de 1951, Cruz Costa, no início da retoma de um continuado epistolário com Carvalho, resumiu-lhe, assim, os primórdios da desavença:

Este meu concurso tem sido um tormento para a minha paciência! Há quase ano e meio estou esperando por êle. Houve aqui um reitor, - o nosso antigo Goebbels - o Prof. Miguel Reale, que andou procurando criar-me todos os embaraços possíveis. Felizmente tenho um grande amigo e defensor na Universidade, o Prof. Fernando de Azevedo. E, assim, os “mussulínicos” designios do antigo chefe da propaganda integralista, não surtiram efeito. Êle tinha lá uns amigos, todos muito fenomenologistas, heiddegarianos, etc, que desejava colocar na cadeira de filosofia. Não me perdôa a recusa de participar na enormissima palhaçada que foi o seu “Instituto Brasileiro de Filosofia”, no “Congresso Brasileiro de Filosofia” que, nada mais era do que propaganda do moço Reale a governador do Estado... Apesar de tudo, os ex-integralistas não desarmam. E, assim, vou para o concurso porque é essa a minha obrigação, mas não levo muitas esperanças. Isso ha de ser lá por abril ou maio deste ano. Enfim, veremos no que isto vai dar...¹³⁰²

O prenúncio de uma longa querela tornava a expectativa dramática, pois, passado pouco tempo, manifestava recheios de cariz burocrático ao desabafar: “Do meu concurso ainda nada. Não sei quando o farei. Mas, se a cousa entrar a demorar, como já lhe disse, demito-me e espero poder ainda visitá-lo este ano, caso tudo ocorra bem numa operação a que devo submeter-me na proxima segunda-feira”¹³⁰³.

As dificuldades do interlocutor suscitaram uma evidente empatia em Carvalho. Afinal, ele próprio sabia por experiência, as angústias que causava o permanente risco de ser afastado da vida universitária pelo regime de Salazar, como ocorreu a outros colegas perseguidos e expulsos da universidade, incluindo seu próprio assistente Sílvio Lima. O que explica o teor da sua resposta:

Impressionou-me mto o descoroçoamento de quem sente ter de recomeçar a sua vida; ignoro o que se passa, mas pressinto a amargura do intelectual a quem cortaram – ou pretendem cortar – o fio que dá sentido à existência. Errarei? Oxalá que seja erro e o meu caro Dr. Cruz Costa, restabelecido

1302 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/1/1951, fl. 1.

1303 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 15/3/1951, fl. 1.

fisicamente, retome em breve com alegre confiança o curso dos seus trabalhos e estudos, q já ilustraram o seu nome¹³⁰⁴.

Por encontrar acolhimento, Cruz Costa fará de Carvalho um interlocutor privilegiado em relação ao seu concurso, mobilizando dimensões pessoais e profissionais na narrativa enviada. Mas, o caso também aprofundou a amizade e a confiança mútua entre ambos. Na réplica ao trecho acima, o paulista manifestou receio de ver o *fiio* que dá sentido à sua existência cortado, pois, a sua própria vida estava fundida com a gênese da USP e com a entrada em funcionamento do curso de Filosofia. E, na correspondência com Carvalho, a gravidade do problema ditou o uso de uma narrativa mais autobiográfica, facilitado pela confiança que o narrador tinha no destinatário. Por isso, ela merece uma extensa transcrição:

De facto, o meu amigo não se enganou. A minha grande tristeza é, precisamente, a de sentir que me cortam um fio de existencia já longo, já longo de quase 20 anos. Que iria eu fazer agora? Ensinar aos ginásios? Escrever em jornais? É verdade que tenho alguma coisa para viver, mas é pouco. Meu pai, como bom português, deixou alguma coisa ao filho. Mandou-o para boas escolas, quis fazer dêle um engenheiro decente. Tinha o meu bom velho, aquela ideia justa e adequada em relação ao Brasil. São homens de ação, os que se querem na minha terra. O resto... Lá fui eu para a Politecnica. Mas, meu Pai, aos 48 anos, sofreu as consequencias do trabalho duro da terra e em pouco tempo falecia. Eu quiz então seguir medicina e logo quê! A psiquiatria. Puz-me daqui para a Europa, com ideias de estudar medicina e ciências naturais em Iena, onde já havia estado alguns parentes meus. Mas isso foi naquele terrível tempo da inflação. Parei em Paris, fiz o chamado P.C.N preparatório à Fac. de Medicina e, nos intervalos, seguia os cursos de Lalande, de Abel Rey, de Brunschvicg e do amigo Dr. Dumas. Resultado: senti atração para a filosofia. Lá comecei o meu caminho. Mas, não me era facil ficar sozinho em Paris, pois era filho unico e, assim, voltei ao Brasil. Aqui não existiam faculdades de filosofia e, para ficar mais perto dos estudos que me eram caros, lá fui eu para a nossa Faculdade de Medicina. Quando chegou a hora dos hospitais, arrepiei carreira, como cá se diz. Anos depois, fundaram a nossa Faculdade e nela fui o primeiro aluno inscrito. Depois de 4 anos, os amigos francêses designaram-me para assistente da cadeira e, mais tarde, em virtude de desdobramento da cadeira, lá fui eu, como professor contratado, para a cadeira de filosofia. Entraram a surgir, então, os filosofantes. Todo menino que saía da velha Faculdade de Direito (nucleo reacionario por excelencia) achava-se com direito a ensinar filosofia.... Enquanto cá estiveram os francêses, a coisa ainda foi. Mas depois... Um dos ex-chefes integralistas, o tal Miguel Reale, poz-se a aborrecer-me o juizo e o bando dos fascistas que o acompanha, na mesma. E daí, a situação atual. Recusei-me a tomar parte num tal Instituto Brasileiro de Filosofia (que realizou um congresso filosófico verdadeiramente carnavalesco) e isso foi o diabo! Mas, como podia eu tomar parte naquilo? Era uma vergonha. Até premiados em tango argentino guinados a filosofantes!

1304 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 22/3/1951, fl. 1.

Tudo isto mostra que, afinal, que eu não tenho razões muito profundas para sentir tristeza. Se a filosofia fosse coisa séria. Mas assim... Há outras coisas – até muito filosóficas – a fazer nesta terra. Em todo caso, é o diabo mudar de galho já velho, já aos 47 soados. Enfim, havemos de vêr no que vai dar esta coisa toda¹³⁰⁵.

A sua animosidade contra o grupo do IBF aparecia articulada, nesta correspondência, com seus juízos de valor acerca da qualidade intelectual dos nomes enviados pelo governo português nas chamadas *missões* culturais. Em 11 de abril de 1952, Cruz Costa complementava a sua peculiar crônica dos eventos com o envio de um recorte de *O Estado de São Paulo* sobre as atividades da “Missão Intelectual ao Brasil”, organizada pelo regime português e recebida por Vargas naquele ano. Em especial, o professor da USP tecia críticas à atuação do historiador João Ameal, não somente ao contar os casos jocosos em torno da sua conferência, mas também para contestar o seu conteúdo, em particular o que disse sobre o conceito de História como *ciência, arte, ética*. Apontava ainda os erros de apreciação e informação, como na referência ao conjunto de textos de Aristóteles que postumamente foi reunido em livro e intitulado *Metafísica*. E descrevia um debate que, entretanto, eclodiu entre partidários de D. Pedro IV ou de D. Miguel, ala que tinha a preferência de Ameal. O 2º Visconde de Sabugosa – título que fora anunciado com pompa e, no relato, destacado com ironia – era também situado `luz das suas afinidades com personalidades do IBF presentes, bem como com alguns ex-membros da Ação Integralista Brasileira (AIB), que teriam conseguido junto à Reitoria o convite para assistir à palestra.

Desejava contar-lhe algo do sucedido por cá. Por isso vai junto um recorte do “Estado de São Paulo”. Ele é bastante claro. A “Missão” foi recebida friamente. Houve apenas calor por parte do infavel Instituto Brasileiro de Filosofia que, obteve da Reitoria da Universidade, um convite para que cá viesse o Snr. João Ameal que, fiquei sabendo, é o “2º Visconde de sabugosa”!. Disse-o, um dos membros do IBF e em tom que lembrava os bons tempos do Senhor D. Miguel I. A este proposito tenho uma muito boa para lhe contar. Outro orador do mesmo Instituto, o tal João de Scatimburgo, não está de acordo com o Snr. Ameal acerca daquela coisa do miguelismo... “Em Belem desembarcou, etc”. Ah bom Oliveira Martins! Não está de acordo e é por D. Pedro (cá da terra e IV, do Rossio...). Sabe o que afirmou, o João de Scatimburgo? Que deseja muito ir a Portugal para “a quatro mãos (com o Snr. Ameal) depositar uma corôa ao pé da estatua do nosso Imperador”. Essa das quatro mãos, confesse, é muitissimo boa! Há uma perfeita adequatio. Pois esperamos pelo dia. Iremos assistir à coisa, como assisti à conferencia do Snr. Visconde.

Uma lastima. O mais completo reacionarismo paternalista. Aliás, o Snr. Visconde falou no “paternalismo”. Voltou ao chavão: a história é ciência, arte, etica. Vá lá que seja. Mas isto foi mais grave: são palavras textuais do

1305 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 28/3/1951, fl. 2.

autor de Santo Tomás de Aquino: “Quando Aristoteles escreveu a sua Metafisica...”! O que vale é que lá estavam, em maioria, os membros do IBF. Para que o meu amigo possa ter a atmosfera da conferencia, eis os nomes dos que estavam à mesa, ao lado do elegantissimo Snr. Visconde: Roland Corbisier (do IBF e antigo membro proeminente da Ação Integralista Brasileira); o Snr. Loureiro Junior, genro do Plinio Salgado e antigo membro da dita Ação e o Snr. Inácio da Silva Telles, filhinho de um riquissimo papá e autor de um saporifico Tratado da Consequencia (lógica formal) e que, tambem, fez parte da Ação. Hoje eu estou convencido de que o tal Instituto é, nem mais nem menos, um pretexto para a rearticulação integralista. Ou mais exactamente: uma combine que se destina ao assalto do poder democraticamente.

Foi um desastre a tal Missão. Creio, porém, que os “missionários” s’en fichaient pas mal pois, o que os trouxe foi, simplesmente, o desejo de fazer uma repousante viagem num barco de luxo. Emfim, isso acontece¹³⁰⁶.

Tanto esta como outras cartas são também um bom exemplo acerca da diversidade de informes que Costa enviava e que, em maior ou menor medida, contribuía para que Joaquim de Carvalho fosse tendo uma percepção mais ampla da cena universitária brasileira e luso-brasileira, com destaque para as incidências políticas na própria vida intelectual dos interlocutores.

Ora, não obstante ter como seus “inimigos” os integrantes do IBF, Cruz Costa aconselhava Carvalho a manter relações com a instituição, embora recomendasse todas as cautelas quando estivesse com Reale em Portugal ou no Brasil. Como disse: “Tudo o que acabo de dizer do Instituto, não poderá impedi-lo de, quando vier, fazer aqui uma conferencia no famoso IBF”¹³⁰⁷.

O conselho era recebido e Joaquim de Carvalho se filiava como pessoa da sua confiança na resposta que escreveu em 14 de abril. Do muito que lia, o professor de Coimbra destacava alguns pontos, como a visibilidade alcançada com a publicação do histórico do concurso da Cátedra de Filosofia no Anuário da FFCL-USP de 1950, publicação lançada em 1952. Por outro lado, via nela uma prova de coragem e de apelo à opinião pública, algo que, naquela conjuntura, seria impossível de ocorrer em Portugal. Por palavras suas:

Estou com o pé no estribo para regressar a Coimbra, mas não quero deixar o meu cantinho sem lhe agradecer a of. do Anuario, q ontem recebi e logo li. Bravo! Tem uma organização e uma informação superiores aos anuários das escolas port.; porém o q me interessa – e vivamente – foi o caso dos concurso. Aqui não era possível publicar-se tão elucidativos documentos. Oxalá q o seu caso – que está longe de ser um caso pessoal, por q no fundo é um caso cultural – se esclareça em breve.

1306 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 11/4/1952, fl. 1 (frente e verso).

1307 *Ibidem*.

Miguel Reale chega a Coimbra no dia 24: do que se passar darei notícias, confidencialmente, mormente das que lhe interessarem.
O reitor Ern. Leme vai ser mto. bem recebido em Coimbra: será doutorado, etc.¹³⁰⁸

O envolvimento de Miguel Reale com o *aparelho oficial* do regime português se confirmou na visita que o presidente do IBF fez a casa de Joaquim de Carvalho, conforme este relatou a Cruz Costa em 25 de abril de 1952. Por ter chegado acompanhado por um funcionário do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), tornou-se impossível transpor a formalidade típica destas ocasiões. Porém, revelava Carvalho, que ambos se trataram

com cortezia, não isenta de afecto, mas sem intimidade nem confidências, a começar pelo facto de trazer uma companhia q me não deixava estar à vontade. Dois dias antes, ao ler a notícia de que no aeroporto o aguardava o Secretario de Propaganda, logo concluí q devia ser envolvido pelo aparelho oficial, e não errei, porq a sua ida ao Porto sempre com o tal Orlando [Vitorino] e de auto, mostrava que era oficialmente hospede do Secretariado. Visitou a Univ. na companhia do vice-Reitor e de alguns prof. de Direito e à tarde seguiu para o Norte. Aqui tem o exacto¹³⁰⁹.

Se o nome de Cruz Costa ou de outro professor da FFCL-USP não fora citado durante o encontro, Miguel Reale perguntou pela passagem por Coimbra do assistente Laerte Ramos de Carvalho. Era de conhecimento que, no ano anterior, este havia defendido a tese de doutorado *A formação filosófica de Farias Brito*, que apresentava pontos de divergência com Miguel Reale. Sem referir este aspecto, Carvalho elogiou o comportamento do investigador em árduo trabalho na Biblioteca da Universidade de Coimbra, como também ressaltou a boa impressão que lhe causou a leitura da tese, destacando os pontos altos que, segundo sua avaliação, estavam em coerência com a escola que Laerte Ramos de Carvalho integrava: pelo método, pela fuga ao ensaísmo jornalístico, pela erudição e pela reflexão.

O encontro de Reale com Joaquim de Carvalho teria sido, indiretamente, referido por aquele após o seu regresso a São Paulo, como que para se afastar de um espectro situacionista e demonstrar a pluralidade que seu instituto dizia defender. Segundo Cruz Costa, foi Sérgio Buarque de Holanda quem lhe contou a discussão havida nos preparativos do Congresso Brasileiro de Filosofia a ser organizado pelo IBF na programação do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Desafiado por Paulo Duarte para se pronunciar sobre a aceitação da presença de

1308 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 18/4/1952, fl. 1.

1309 BFF-USP: Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 25/4/1952, fl. 1 (frente e verso).

fascistas no evento, Reale tranquilamente teria negado, mencionando o encontro que teve com nomes *que os governos não apoiavam* em Espanha e Portugal. Mais ainda, no seio de um grupo de intelectuais pouco receptivos ao Congresso, defendeu que *os melhores*, naqueles dois países, eram justamente os que estavam *menos bem com os governos*. Assim Cruz Costa repassava a notícia a Joaquim de Carvalho:

Contou-me o Sérgio Buarque de Holanda que, quando se reuniu a Comissão de Festejos do célebre IV Centenário, lá estavam, ele, o Antonio Candido e o Paulo Duarte. Reale também. Ora, estes meus amigos não apreciam nada o tal Reale. E, estavam a vêr que o Congresso, mais do que ordinário de Filosofia, seria realizado sem a colaboração da nossa escola. Protestaram e, Paulo Duarte que não perde vasa para uma briguinha, entrou na dansa [sic]. Disse que, na sua opinião, seriam convidados apenas “filósofos” fascistas. Sabe o que lhe respondeu Reale? Que não, que êle até batia-se para que pagassem a viagem e a estada àqueles que os governos não apoiavam. E que ele acabara de estar com alguns dos homens melhores de Espanha e de Portugal e que, por certo, eram estes, os que estavam menos bem com os governos, os melhores. Antes assim. Mas que grande desavergonhado!...¹³¹⁰

Como o próprio Joaquim de Carvalho defendia, para ele, o caso de Cruz Costa não deveria ser compreendido como um simples problema pessoal, mas visto no seu fundo cultural. Na verdade, essa será a ótica que norteará seu pensamento face à celeuma, completada com a comparação com processos análogos que ocorreram em Portugal. Assim, de acordo com a legislação portuguesa, diferenciava os concursos das nomeações por mérito. Ou seja, enquanto o primeiro deveria garantir a progressão de carreiras, o segundo pretendia trazer para a Universidade personalidades de méritos reconhecidos pela comunidade científica, mesmo quando estes eram em boa parte produto de aprendizagens filhas do autodidatismo. Foi esse o caso de José Leite de Vasconcelos, etnólogo não obstante ter licenciado em Medicina, e o de Carolina Michaëllis de Vasconcelos. Ambos, *extraordinários autodidatas*, ascenderam ao magistério do ensino superior por distinção, legitimada por convites formulados pelos órgãos representativos dos estabelecimentos de ensino contratantes. De onde concordar com a oposição da FFCL à liberalidade do poder reitoral:

A sua Faculdade defende a boa doutrina e está no bom caminho. A sua responsabilidade na Universidade Brasileira impõe-lhe efectivamente a defesa intransigente do princípio de que o concurso universitário não pode ser teatro de amadorismo e tem de ser afirmação de preparação especializada nos quadros estabelecidos. Isto porém não quer dizer que a Universidade feche a porta ao autodidatismo. Cumpre-lhe também ouvir e acolher quem

1310 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 24/6/1952, fl. 3.

formou um nome ou fez avançar um ramo da ciência fora dos quadros universitários, porém a forma de ouvir e acolher estas vozes não está na abertura de concursos, mas na nomeação por distinção. Foi este o regime estabelecido em Portugal pela reforma de 1911: só pode concorrer quem estiver diplomado e nas condições legais, mas as Faculdades podem propor para o magistério, por distinção sem concurso quem se tiver afirmado por uma obra realmente notável. Foi assim que José Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëllis de Vasconcelos, extraordinários auto-didatas, foram levados ao ensino superior. A luta da sua Faculdade tem grandeza e vista de longe significa um passo decisivo na constituição e afirmação do autêntico espírito universitário, em quanto condição da formação científica. O seu parente não me apareceu, e relativamente à visita do prof. Dias Silveira já dei parte dela ao Director da minha Faculdade que é geógrafo¹³¹¹.

Se até 1954, os conflitos e desavenças entre o grupo de Reale e o de Cruz Costa serão abordadas em muitas missivas trocadas entre este e Carvalho, depois dessa etapa as animosidades arrefeceram. Após Cruz Costa ter chegado a catedrático (o que só aconteceu em maio de 1954), aos poucos, o professor de Filosofia passou a ter “melhores relações com o Reale”¹³¹² e, em 1956, mesmo ainda com ressalvas, admitia participar em atividades conjuntas, algo impensável nos inícios da década. O começo desta aproximação, mesmo com cautelas, ocorreu em julho desse ano quando se encontraram no Chile, como participantes do IV Congresso Interamericano de Filosofia:

Tentou o meu caro Reale contar-me a história do Instituto, da actuação na história do concurso, etc. Cantou-me, como cá se diz, para o Instituto. Bom: vamos a ver... Gato escaldado...¹³¹³

Levando em conta que a esperança de vida foi mais pródiga para Miguel Reale do que para Cruz Costa – o primeiro faleceu em 2006 e o segundo em 1978 –, bem como o fato de Reale ter praticado nos últimos anos da sua vida o memorialismo, será importante indagar acerca do registro que deixou sobre o seu antigo colega. Ora, em 2005, o fundador do IBF, já idoso e com a memória filtrada pelo tempo, deixou-nos um testemunho em que revela uma atitude de muita cordialidade para com Cruz Costa. Caracterizou as suas relações como tendo sido de admiração e proximidade, alicerçadas numa amizade que se iniciou nos tempos de estudante. O tumultuado período em torno da realização do concurso não chegou a ser invocado. Percebe-se. O depoimento que então prestou destinava-se à prestação de um tributo aos 70 anos da USP e a seus docentes fundadores:

1311 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 29/7/1952, fl. 1 e 2.

1312 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 18/11/1956, fl. 1.

1313 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 26/7/1956, fl. 1.

Cruz Costa era pessoa abonada, que só se dedicava aos estudos. Dono da melhor biblioteca filosófica da cidade, sua casa era um refúgio obrigatório para os filhos espirituais de Platão. Todo sábado à tarde ia visitá-lo, e era raro não sair com alguma separata ou livro emprestado. Foi com Cruz Costa, Dreyfus, Gueene, Picarollo, Francisco Isoldi e outros mais, que fundamos a primeira Sociedade Paulista de Filosofia, presidida por Ulysses Paranhos, sendo eu o encarregado do setor acadêmico. Iniciativa reveladora das novas tendências culturais, mas de curta duração¹³¹⁴.

Sublinhe-se que Miguel Reale não se esqueceu de lembrar a grandiosidade da biblioteca de Cruz Costa, lugar de *refúgio* dos colegas que se interessavam pelo livro, quer fosse folheado na convivialidade da tertúlia ou tomado de empréstimo. Mais ainda, a sua lembrança elegeu-a como melhor acervo privado de filosofia da cidade. Com isso, também confirmou o que iremos agora desenvolver: a importância e destino do principal assunto que, na teia dos fatos e acontecimentos, moveu, em última análise, a *extensa e nem sempre ortodoxa* correspondência de Cruz Costa com Joaquim de Carvalho, ou seja, a paixão pelo livro, alimento das respectivas bibliotecas.

1314 REALE, Miguel. “Entrevista. Reitores. Miguel Reale”. In MOTOYAMA, Shozo (org.). *USP 70 anos: Imagens de uma História Viva*. São Paulo: Edusp, 2006, pp. 179-208, p. 185.

CAPÍTULO XI

O Brasil como *Brasiliana*

Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas. Mas não é somente isto. Coloquemo-nos num terreno prático. Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente.
Caio Prado Júnior, 1942¹³¹⁵.

Uma pequena biblioteca brasileira partiu da cidade de Santos, no paquete Vera Cruz, em 8 de julho de 1953, com destino a Portugal. Além da bagagem com que iniciara a viagem, Joaquim de Carvalho regressava a Coimbra carregado com mais três caixotes e uma mala só de impressos adquiridos no Brasil. Isso, “fora pacotes de livros, que deixei no Rio, e não sei como hei de levar”¹³¹⁶, escrevia à esposa antes de embarcar. A essa carga, para eles especialmente cara e cujo transporte oferecia dificuldades concretas por exceder os limites estipulados pelo barco, o professor e a filha Dulce ajuntavam outras materialidades de lembranças de viagem, para compartilhar com os amigos e com a família (charutos comprados em São Paulo, pedras vindas de Minas Gerais e até dois papagaios encomendados na Bahia). Aos “quilômetros” a serem lidos, somavam-se ainda muitas horas de um Brasil para ser “ouvido” transportado em mais de 30 discos *long-play* pelos dois viajantes¹³¹⁷.

Com este inventário, pretende-se, frisar que o espaço dado aos livros na bagagem de retorno, bem como as preocupações expressas na correspondência indiciam que havia ali a concretização possível de um plano bibliográfico estabelecido. Quer isto dizer que Joaquim de

1315 PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 10-11. Em 1942, saiu a 1ª edição editada pela Martins Fontes, São Paulo.

1316 AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São Paulo, 1/7/1953, fl. 1. Segue trecho completo: “Levamos, além das malas que trouxemos, 3 caixotes de livros e duas malas de porão, uma com livros e outra, de armário, com coisas, fora pacotes de livros, que deixei no Rio, e não sei como hei de levar”.

1317 AHMFF. Carta de Joaquim de Carvalho a Irene Montezuma de Carvalho, São Paulo, 23/6/1953, fl.1 (frente e verso). Na correspondência, Carvalho informava a esposa que “já temos 30 discos brasileiros, etc.; vou comprar um gira-discos e levo discos de long-play, com operas, etc”. Na segunda passagem pela Bahia, compraria as últimas lembranças e receberia os dois papagaios encomendados, cada um, a 500 cruzeiros. Para a esposa e as filhas, Dulce e Julinha, também levava casacos de peles. Os professores de Belo Horizonte ofereciam ainda a Dulce “um lindo topázio”.

Carvalho viajou para o Brasil não só como turista e como professor, mas também como investigador empenhado em aproveitar a ocasião para acumular bibliografia que considerava necessária para o seu ensino e para projetos científicos futuros. Na verdade, já no Brasil, confessou a Jaime Cortesão que um dos motivos da sua visita foi a intenção de “me documentar bibliograficamente com os livros e fontes que interessem aos meus planos¹³¹⁸”. Em simultâneo, a experiência que colheu dos seus contatos com o meio universitário e intelectual brasileiro foi também decisiva para uma mais sólida e transdisciplinar acumulação bibliográfica, esfera de interesse que veio alargar uma das “bibliotecas” que compunham a sua grande e enciclopédica Biblioteca. Referimo-nos à sua *Brasiliana*, cada vez mais aberta aos *novos horizontes* e problemáticas impulsionadas pela visita. Por palavras suas:

Vim devotadíssimo ao Brasil, e à medida que avanço no conhecimento de re brasílica vejo abrirem-se novos horizontes e novos problemas. De mais, a minha filha mais velha (formada em Direito) partilha dos meus interesses, pelo que se impõe o desenvolvimento da secção brasileira da minha biblioteca¹³¹⁹.

De início, esta tarefa foi compartilhada com Maria Elisa Montezuma de Carvalho, a única das filhas do professor que chegou a se licenciar em curso superior. Quando estudante de Direito em Coimbra, Maria Elisa se filiou ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, organização que foi proibida no ano de 1947 pelo Estado Novo¹³²⁰. Citada como leitora imediata das novas aquisições, ela não era a única a usar o acervo. Para agora, cite-se somente em outro exemplo: Eduardo Lourenço, assistente de Carvalho, que, antes dos 22 anos, já tinha publicado recensões sobre autores brasileiros¹³²¹, e que, posteriormente (1958-1959), virá a

1318 BNP. Acervo pessoal Jaime Cortesão, cota E25/276. Carta de Joaquim de Carvalho a Jaime Cortesão, São Paulo, 27/4/1953, fl.1-3 (frente e verso).

1319 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 22/9/53, *Op.Cit.*, fl.2 (verso). Nesse trecho, o professor cita uma expressão em latim, *de re brasílica*, que se traduz como “sobre o Brasil”.

1320 Maria Elisa Montezuma Diniz Corte-Real de Carvalho Sá Marta (1917-2012) iniciou o curso de Direito em Coimbra, época em que ingressou no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, a mais importante e duradoura organização de mulheres da primeira metade do século XX em Portugal. Maria Elisa é uma das subscritoras do abaixo-assinado para a formação de uma delegação do CNMP em Coimbra, em 1946. Cf. CORREIA, Rosa de Lurdes Matias Pires. “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas: A Principal Associação de Mulheres da Primeira Metade do Século XX (1914-1947)”. *Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013; COSTA, Célia Rosa Batista. “O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). Uma Organização Feminista”. *Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres*. Lisboa: Universidade Aberta, 2007; ESTEVES, João. “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947)”. In *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 15. Lisboa: Edições Colibri, 2006, pp. 113-135. Segundo informações que nos foram dadas pela sobrinha de Maria Elisa, a historiadora Irene Vaquinhas, aquela se afiliou ao CNMP quando um grupo da organização angariava novas inscrições na Universidade. No entanto, nunca exerceu funções ou cargos. Posteriormente, interrompeu o curso em Coimbra e o retomou em Lisboa, onde foi concluído.

1321 De acordo com João Tiago Lima, Eduardo Lourenço não tinha ainda completado 22 anos e, estando a

lecionar na Faculdade de Filosofia de Salvador, na Bahia¹³²².

Por outro lado, Cruz Costa não foi o único a quem o investigador de Coimbra anunciou seus propósitos de constituir uma grande *Brasiliana*. No dia anterior da carta atrás citada, Carvalho escreveu a Thiers Martins a compartilhar os seus afetos pelo Brasil e para dizer-lhe que, quando fosse a Portugal, teria todo o gosto em mostrar-lhe a sua “insaciável” *Brasiliana*, mesmo que nos inícios da sua formação:

Vim devotadíssimo ao Brasil, minha 2ª Pátria. O q me tem custado, fisicamente, a dança dos climas e o esforço despendido aí adverte-me de que devo pensar 3 vezes antes de nova viagem – mas isto é nada e nada conta para a satisfação q tenho em entrar em contacto com a cultura brasileira. Quando aqui vier a esta sua casa – por q há de vir aqui, como o Dr. Américo – verá a minha brasiliana, aliás em começo, e q é insaciavel e insofrida...¹³²³

O contato físico com a biblioteca, na forma como ela se conserva atualmente na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, levanta questões que a leitura da correspondência também sugere. Frente a um enciclopédico *corpus* testemunhal – que também é uma outra face da autobiografia do seu construtor –, pergunta-se: qual foi a estratégia que animou os propósitos do seu “criador”? Que livros Joaquim de Carvalho buscou no Brasil e quais foram os que mais o surpreenderam? Ou ainda, que autores deram corpo, em um curto espaço de tempo, a uma significativa atualização bibliográfica sobre o tema Brasil, interesse acelerado pela viagem? Que Brasil está nas suas inquietações e quais “brasis” podem ser lidos na sua biblioteca? Por que caminhos os livros chegaram às prateleiras de sua casa? Perguntas que podem ainda ser condensadas, pelo menos em parte, nesta outra: o que seria preciso ler para conhecer o Brasil? (título do livro de Nelson Werneck Sodré¹³²⁴).

Antes de mais, percebe-se que a resposta a estas perguntas também exija uma

frequentar o último ano da sua licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Universidade de Coimbra, publicou no suplemento literário do diário *A Tarde* um artigo dedicado aos livros recém-editados de José Lins do Rego e Jorge Amado. “Novos romances brasileiros”. In *A Tarde*, Porto, Suplemento Das Artes, das Letras, 26/5/1945, p. 3-4. Cf. LIMA, João Tiago. *Falar sempre de Outra Coisa. Ensaio sobre Eduardo Lourenço*. Lisboa: Âncora, 2013, p.114. Destaca-se aqui o tópico “Existência e Ficção ou o Brasil como personagem”, pp. 111-118. Ver ainda SOARES, Maria de Lourdes. “Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal”. *Revista Letras*, n.º 59, jan. Curitiba, 2003, pp. 215-223.

1322 LOURENÇO, Eduardo. “A miragem brasileira”, entrevista a Rui Moreira Leite. In *Colóquio-Letras*, n.º 171. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009, pp. 296-312.

1323 AMLB-FCRB. Correspondência - Thiers Martins Moreira. Cota TMC Cp 34. Carta de Joaquim de Carvalho a Thiers Martins, 21/9/53, fl. 1.

1324 SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Leitura, 1945. Exemplar consultado na Biblioteca de Joaquim de Carvalho, cota 23-2-83, dedicatória do filho Joaquim Montezuma de Carvalho ao pai, em julho de 1955.

contextualização, ainda que sucinta, acerca dos circuitos de leitura e edição em Portugal e no Brasil na primeira metade do século XX porque só à sua luz se situará cabalmente o posicionamento de Joaquim de Carvalho como editor, leitor e possível investigador de temas brasileiros. Em síntese: que tipo de *Brasiliana* medrou na já famosa Biblioteca carvalheana?

O livro brasileiro em Portugal

No célebre livro *O Bibliófilo Aprendiz* (1965), Rubens Borba de Moraes (1899-1983) inicia sua prosa sobre o tema *Brasiliana* com a seguinte constatação: “Muita gente, cada vez mais gente, coleciona livros sobre o Brasil. É por isso que poucos assuntos têm subido tanto de preço nestes últimos trinta anos. Muito entendido acha, e com razão, que essa alta não tem fim”¹³²⁵. Para o caso português, o interesse pelo tema avançava e não estava restrito a grandes colecionadores e às edições raras, formadoras de *Brasilianas* na acepção de Moraes. Procurando obras de Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Érico Veríssimo, Cecília Meireles¹³²⁶, e não só, em Portugal, um público cada vez mais largo descobria, na leitura de livros, de natureza vária, incluindo os de conteúdo ficcionista, a existência de diversos “brasis”, o que levou as edições brasileiras a conquistar mais espaço nas livrarias portuguesas desde o início da década de 1930¹³²⁷, numa expansão de influência

1325 MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz. Prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas*. Lisboa: Letra Livre, 2011, p.175. (1ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965). Para Moraes, entre os fatores que justificam essa procura, estavam o desenvolvimento cultural e material do Brasil, o aumento da curiosidade e interesse pelo país no estrangeiro, o crescimento do número de colecionadores em geral.

1326 Como desdobramento do acordo cultural de 1941, celebrado entre o Estado Novo de Getúlio Vargas e o Estado Novo de Salazar, Laurence Hallewell destaca a edição portuguesa de vinte e cinco autores brasileiros, entre os quais Gilberto Freyre, Cecília Meireles, Graciliano Ramos, mesmo que, depois, algumas das ofertas viessem a incomodar politicamente “a cautelosa censura portuguesa”, como o caso de José Lins do Rego. Cf. HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua História*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005, pp. 356-361. A circulação de alguns desses autores e o alcance das orientações estéticas do chamado romance regionalista brasileiro em Portugal, a partir dos escritos e memórias do neorrealista António Ramos de Almeida, pode ser comprovada em: PITA, António Pedro. “António Ramos de Almeida: singularidades de uma leitura”. In *Revista Convergência Lusitana*, n.º 29, jan/jun. Dossiê colóquio “Portugal no Brasil, pontes para o presente”. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2013, pp. 108-115.

1327 Para Hallewell, o êxito do livro brasileiro no mercado português, no início da década de 1930, deveu-se menos à evolução do gosto literário do que à queda da taxa de câmbio do mil-réis: “agora os livros brasileiros deixavam de ser caros em Portugal e podiam facilmente concorrer com o produto local”. Uma tabela do comércio de livros entre os dois países no século XX foi publicada pelo autor. HALLEWELL, Laurence. *Op. Cit.*, pp. 357-359. No entanto, quando se acompanha a correspondência entre escritores dos dois países nesse mesmo período, há que se relativizar essa afirmação, uma vez que demonstra um intercâmbio em crescente e a formação de afinidades que, em maior ou menor medida, também participam desse aumento no interesse pela literatura brasileira no período. Cf. LEITE, Rui Moreira. “Escritores portugueses e brasileiros: as relações epistolares a partir dos anos 1930”. In HOISEL, Evelina; RIBEIRO, Maria Fátima (orgs.). *Viagens. Vitorino Nemésio e intelectuais portugueses no Brasil*. Salvador: Instituto de Letras/Universidade Federal da Bahia, 2007, pp. 65-73.

que chegará até o fim dos anos 1960¹³²⁸. Sobre essa concorrência, que se dava principalmente com os romances originais, mas também já nas traduções, em obras técnicas ou de estudo, o diretor literário da editorial *Gleba*, Lobo Vilela, lamentava a Irene Lisboa, no *Inquérito ao Livro em Portugal*, de 1944, a desigualdade na relação:

É constrangedor ver como o livro português está quase banido do Brasil, sobre tudo [sic] o livro moderno, e como o livro brasileiro se tem espalhado em Portugal! Todos nós aqui conhecemos a obra de José Lins do Rêgo, de Érico Veríssimo, de Jorge Amado, de Graciliano Ramos... O romance brasileiro invadiu nosso mercado, e nós apreciamos-lo, discutimos-lo e até o copiamos...¹³²⁹

Pela primeira vez, assistia-se a uma inversão nos processos de influência tipográfica entre os dois países, isto é, o Brasil passava de importador líquido de livros no seu comércio com Portugal, para centro produtor e disseminador da palavra impressa. A perda da antiga influência sentida pelos agentes do livro portugueses insere-se numa conjuntura mais ampla, na qual não teve um papel menor a censura, a repressão intelectual e social, assim como a ausência de políticas públicas para o livro durante o Portugal salazarista. Por sua vez, do outro lado, em 1948, uma legislação brasileira protecionista e proibicionista de traduções portuguesas e originais brasileiros publicados em Portugal foi decretada em 1948, tema bem estudado por Nuno Medeiros¹³³⁰.

Para esta mudança também contribuiu a chamada revolução no mundo do livro brasileiro, inaugurada por Monteiro Lobato após a Primeira Guerra Mundial¹³³¹ e prolongada pelo aparecimento de novas editoras nos anos 1930, iniciativas que em muito contribuíram para o processo de autonomização da indústria editorial brasileira. Foi nesse contexto que

1328 O processo de inversão do negócio tipográfico entre Brasil e Portugal nos trinta anos foi analisado por MEDEIROS, Nuno Miguel Ribeiro. "Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses". In *História*, vol. 30, n.º 2, ago/dez. São Paulo: USP, 2011, pp. 179-195. Cf. *Idem*, *Edição e editores. O mundo do livro em Portugal. 1940-1970*. Lisboa: ICS, 2010.

1329 LISBOA, Irene. *Inquérito ao Livro em Portugal*, vol. 1. Editores e Livrários. Lisboa: Seara Nova, 1944, pp. 36-47, p. 41.

1330 Segundo o autor, aos obstáculos puramente comerciais para a exportação de livros para o Brasil, acrescenta-se uma oposição de base legal, decretada pelos poderes públicos brasileiros, que incluía legislação proibicionista de traduções portuguesas e de originais brasileiros publicados em Portugal. MEDEIROS, Nuno Miguel Ribeiro, *ibidem*, p. 183.

1331 HALLEWELL, Laurence. *Op. Cit.*, p. 326. Para Hallewell, a revolução implementada por Monteiro Lobato não decorreu do quanto publicado, nem de quando ou do que publicou, mas do modo como dirigiu o negócio como um todo. Cf. KOSHIYAMA, Alice M. *Monteiro Lobato: Intelectual, Empresário, Editor*. São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2006. Wilson Martins insere o papel de Lobato como parte de uma imensa expansão editorial nos anos 1920, embora atenua o papel do escritor e editor paulista face à conjuntura. MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 212. AZEVEDO, Carmem Lúcia de. *Monteiro Lobato - Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Senac, 1997.

surgiram, nos anos 1930 a 1950, as três coleções de assuntos brasileiros mais importantes até então editadas no Brasil, a *Brasiliana* (1931)¹³³², *Documentos Brasileiros* (1936) e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940)¹³³³, publicadas pela Companhia Editora Nacional, Livraria José Olympio e Livraria Martins Editora, respectivamente.

Repressão e censura ao livro e à leitura

Em Portugal, as interligações de tais movimentos com a vida cultural portuguesa são sentidas não só nas montras das livrarias, mas também no livro muitas vezes vendido por debaixo do balcão, embrulhado em papel pardo, escondido no fundo da loja para escapar à vigilância dos censores (prática que cresceu nos anos 1960)¹³³⁴. Mesmo que, em alguns casos, o fato de constar no *índice* da repressão pudesse depor a favor do título, e impulsionar sua venda, a asfixia econômica que as repetidas apreensões causavam na sobrevida de livrarias eram métodos habituais praticados pela polícia política.

Ex-funcionário de balcão na *Livraria Victor*, em Braga, Victor Louro recordou, em entrevista a esta investigação, que, ainda na década de 1960, era uma constante ter à venda, mais ou menos escondidas, obras de autores brasileiros, como Jorge Amado e Graciliano Ramos: “fizeram parte da minha própria formação!¹³³⁵”. Filho do livreiro Victor de Sá – também historiador e antigo aluno de Joaquim de Carvalho – Louro sublinhou que, mais frequentemente do que os já censurados, a casa comercial recebia “livros que se presumia virem a ser proibidos rapidamente – e isso acontecia muito com autores brasileiros”. Para

1332 A coleção *Brasiliana*, lançada logo após a Revolução de 1930, foi idealizada por Octales Marcondes Ferreira, presidente da Companhia Editora Nacional, como a “quinta série” de uma coleção mais ampla, intitulada Biblioteca Pedagógica Brasileira. Ao todo, é composta por 387 volumes, que incluem temáticas de “História à Antropologia, da Ciência Política à Geografia, da Sociologia à Linguística, da Economia às Ciências Naturais, reunindo autores nacionais e estrangeiros que se debruçaram sobre o Brasil”. A íntegra do catálogo e parte das obras podem ser consultadas em rede: www.brasiliana.com.br. Ver ainda DUTRA, Eliana de Freitas. “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasiliana”. MOLLIER, Jean-Yves (org.); DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política (Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX)*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 299-314.

1333 PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleção Brasiliana’ nas Décadas de 30, 40 e 50”. In MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.

1334 Livrarias como a Victor, em Braga, a Opinião, a Ulmeiro e a Barata, em Lisboa, a Finisterra e a Unitas, em Coimbra, a Divulgação, no Porto, a Apolo, em Santarém, estão entre aquelas que, conjugadas com similares existentes em outras cidades, ficaram conotadas como de oposição ao regime. Segundo livreiros entrevistados, Brasil e França eram os principais pontos de origem da literatura proibida. Cf. BARATA, Clara; QUEIRÓS, Luís Miguel. “Os livros da resistência: livrarias no regime fascista”. In *Público*, Porto, 11/6/1994, Suplemento Leituras, pp. 1-4. Na exposição Livros proibidos no Estado Novo, o escritor baiano Jorge Amado, com *Seara Vermelha* (Martins Editora, 1951), é autor brasileiro mais em destaque no catálogo. Ver ainda *Livros Proibidos no Estado Novo*. Catálogo da exposição realizada na Livraria Parlamentar, Assembleia da República, em abril de 2004. Lisboa: Assembleia da República, 2005.

1335 Engenheiro florestal, ex-deputado pelo PCP, Victor Louro trabalhou quando jovem na livraria do pai, Victor de Sá. Trechos da entrevista que, em 31 de março de 2014, concedeu à investigadora na cidade de Lisboa, com informações adicionais e documentos a 31 de janeiro de 2016.

garantir a circulação do livro, e tentando escapar do olho da polícia, algumas artimanhas são urdidadas:

Antes de expormos na montra, dávamo-los a conhecer a clientes de confiança, que sabíamos interessarem-se por eles. Ou não os púnhamos na montra, para garantir o “segredo”. Quando a polícia aparecia (às vezes em busca de determinados livros, e não de outros) se os tínhamos escondidos dávamos uma justificação (já tínhamos tido, mas venderam-se, por exemplo); se estavam mais visíveis... lá eram apreendidos. Além do mais, constituía um sério prejuízo, porque isso era da nossa responsabilidade, e não da editora ou distribuidora. Tal facto não nos permitia arriscar excessivamente...¹³³⁶

Nos arquivos da PIDE, *A vida de Luiz Carlos Prestes*, de Jorge Amado, é o primeiro título citado na proposta do chefe da brigada do Porto, António Pinto Soares, de apreensão dos livros que constavam no catálogo da Biblioteca Móvel, projeto animado por Victor de Sá. O pedido de confisco foi deferido no mesmo dia, 5 de setembro de 1950¹³³⁷. Ainda sobre esse tema, o próprio Victor de Sá registrou em manuscrito, por volta dos anos 1950, o momento em que, “mais uma vez, o zeloso funcionário apareceu” na sua loja, “com aquele mau jeito que tomam as pessoas de mal fingida amabilidade”¹³³⁸. Tratava-se da visita, *já quase familiar*, do agente da polícia com a *interminável* lista de livros, de revistas, de magazines, de literatura pernicioso e também de cordel, “tudo caiu à rede e vinha para ser pescado”¹³³⁹. E a *Livraria Victor* não foi a única vítima. Outras houve, sediadas no Porto, em Coimbra e, sobretudo, em

1336 *Ibidem*.

1337 ANTT, PIDE/DGS. Pasta Victor de Sá, Del. Porto, cota PC187-49 NT3016-2ºvol, c0030, fl.101. Na lista apresentada, estão listados ainda os seguintes títulos a serem confiscados, o que no cotejo das edições do período se constata as seguintes obras editadas no Brasil: *Guerrilheiros Russos*, de Erskine Caldwell (Edições Dois Mundos, Rio de Janeiro), *Arco-Íris*, de Wanda Wasilewska (Edições O Cruzeiro, 1945). Provável que sejam traduções publicadas pela Editorial Calvino (Rio de Janeiro), os livros *Dez dias que abalaram o mundo*, de John Reed (1943); *A Rússia na Paz e na Guerra* (1943); *O poder soviético* (1943); e, pela Brasiliense (São Paulo), *A epopéia Russa*, Ilya Ehrenburg (1946). Entre as edições portuguesas, constam: *Vagão J*, de Vergílio Correia; *Alcateia*, de Carlos de Oliveira; *A Igreja e a liberdade*, Emílio Bossi (tradução livre de Ribeiro de Carvalho. Lisboa, Livraria Internacional); *Diários da Pátria*, de César Anjo; *O Ditador da Violência*, de Carvalhão Duarte; *Ao serviço da democracia*, de Lobo Vilela (1945); *A função social dos técnicos universitários* (1946), de Mário Azevedo Gomes; *Educação Cívica*, de António Sérgio; *A união dos sexos*, de Jaime Brasil (1933); *Arte, política e liberdade*, de José Barcelar (1941); a tradução portuguesa de *Dias e noites de Estalingrado* (Lisboa, Portugália, 1946); *Sobre a orientação do trabalho científico na Rússia*, de Peter Kapita (Lisboa, Seara Nova, 1945); *Pequeno Manual de economia*, A. Bagdan (Lisboa, edições Universita, 1946); *A música Russa actual*, Alan Bush (Seara Nova, 1946). Também fazem parte da relação os livros: *Sur les Routes de L'Europe*, de Ilya Ehrenbourg (edições Hier et aujourd'hui, 1946); *O Matrimônio perfeito*, de Samael Aun Weor (1950); *O dinheiro no Estado*; *História do fascismo*; *O Fundo*, de Roberto Nobre (1946), *Contra uma decisão da censura*, de Abranches Ferrao (1946). O argumento do chefe da brigada era este: os livros apresentados no catálogo já estavam proibidos.

1338 O manuscrito, não datado, é uma carta a remetente só identificado com as iniciais M.c.A, encontra-se no espólio Doutor Victor de Sá, depositado na Biblioteca Pública de Braga. O documento foi reproduzido em fac-símile e transcrito por Henrique Barreto Nunes, responsável também pelas notas. Cf. SÁ, Victor de. “(Rascunho de carta a) M.c.A”. In NUNES, Henrique Barreto. *O livreiro Victor de Sá*. Braga: Universidade do Minho, 2007, pp. 106-109.

1339 *Idem, ibidem*, p. 106.

Lisboa, que receberam tratamento análogo.

Da sua lida diária no comércio livreiro, Victor de Sá observou, com um conhecimento de âmbito nacional, que, se desde os anos 1930 a repressão às livrarias era conhecida, ela não foi igual ao longo do Estado Novo. Mais preocupados com a manutenção do regime no pós-guerra, “quase não houve repressão aos livros” em 1945-1946, “e a profissão de livreiro exerceu-se com gosto e proveito – os clientes até já estavam saturados de tanta variedade de títulos sedutores”. No entanto, a partir de 1947, a ação policial voltou:

primeiro, uma ou outra edição portuguesa mais atrevida – um “Arco Íris” (Prémio Estaline), uma “Cultura Popular” de Ferreira de Macedo, etc. Depois, num ritmo cada vez mais acelerado, incidiu a repressão sobre a rica literatura brasileira, **que nessa época quasi inundava os escaparates das livrarias**. E os compradores retardatários começaram a sentir saudades dos tempos em que lhe parecia que era literatura de mais a que cá chegava: o estômago e o cérebro nacionais vivem tão enfezadinhos, que um pouco de alimento mais sadio logo enfarta e dá congestão. É uma das nossas virtudes ancestrais: a sobriedade a roçar pela cretinice. Desde 48 e 49 deixou praticamente de se encontrar em Portugal quaisquer vestígios de literatura brasileira referente aos magnos problemas da atualidade¹³⁴⁰.

Quer fossem consentidos, permitidos ou proibidos, os livros circulavam, eram lidos e repercutiam-se nos escritos portugueses. Bem conhecida é a influência do romance regionalista ou romance social brasileiro no neorealismo português, ao lado da literatura norte-americana de temática social¹³⁴¹. Entre outros, o escritor Mário Dionísio fixou testemunho dessa recepção:

Mais voltados para Amado ou para Lins do Rego, para Érico Veríssimo ou para Amando Fontes, menos talvez para Graciliano Ramos, em que Carlos de Oliveira descobriu logo com razão o maior de todos, a eclosão do romance neo-realista português fora profundamente marcada por esses livros, que se compravam às escondidas, se passavam de mão em mão, versavam

1340 *Idem, ibidem*. Grifo não existente no original.

1341 Tal influência está registrada no *Dicionário Houaiss*, na qual, o neorealismo é definido como um “movimento literário, surgido em Portugal, no terceiro decénio do séc. XX, que, inspirado na literatura norte-americana de preocupações sociais e no romance regionalista brasileiro, procurou instaurar uma literatura comprometida com os princípios do realismo socialista, tematizando sobretudo as condições de vida dos camponeses”. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003. Para Carlos Reis, o romance brasileiro nordestino, “por razões culturais e até afectivas, representou, mais do que qualquer outro, o modelo preferido pelos escritores neorealistas”. Cf. REIS, Carlos. “Evolução literária”. In *Textos Teóricos do Neo-Realismo Português*. Lisboa: Seara Nova, Editorial Comunicações, 1981, p. 27; RIBEIRO, Maria Aparecida. “Contribuição para uma bibliografia sobre o neo-realismo e as literaturas de língua portuguesa”. In *Máthesis*, n.º 2. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, 1993, pp. 243-271; ALVES, Ricardo António. *Anarquismo e Neo-Realismo: Ferreira de Castro na Encruzilhada do Século*. Lisboa: Âncora Editora, 2002.

problemas semelhantes aos nossos e podiam terminar assim: “Porque a revolução é uma pátria e uma família”. **Aqui e além, não será improvável encontrar pequenas influências do padrão lingüístico brasileiro nos nossos escritos da época.** E, apesar das enormes diferenças que entre eles há, é-me difícil admitir a possibilidade de Gaibéus (39) sem o *Cacau*, conhecido entre nós em 34¹³⁴².

Se as livrarias estavam sujeitas ao crivo policial, as bibliotecas públicas sofriam recomendações de restrição e censura, mesmo que o regime salvuardasse alguma permissão para o caso de estudiosos. No ano de 1934, ainda no mês de agosto, já eram 88 as obras que a Biblioteca Municipal de Coimbra teria de interditar à leitura, de acordo com a informação que consta em dois ofícios enviados pela Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, com orientações da Direção Geral dos Serviços da Censura à Imprensa¹³⁴³. Entre os títulos que não poderiam constar nas prateleiras, estavam o recém-lançado *U.R.S.S - Um Novo Mundo*, de Caio Prado Júnior (São Paulo, 1934)¹³⁴⁴ e *A Carne*, de Júlio Ribeiro, com primeira edição de 1888, o que mostra uma variedade temática que incluía critérios sociopolíticos e morais¹³⁴⁵. Sem contar com os impressos declaradamente antissalazaristas, a exceção se fazia “em caso de um leitor, adulto e culto, desejar ter conhecimento das referidas obras para intuídos científicos, para estudos de natureza sociológica e outros de similar elevação”, de acordo com o teor do documento¹³⁴⁶, de 1934, assinado por António Ferrão, chefe inspetor geral interino

1342 DIONÍSIO, Mário. “Uma Pequena Grande História”. In: PIRES, José Cardoso. *O anjo ancorado*. Lisboa: Dom Quixote, 1998, pp. 11-51, p.18. Grifo não existente no original.

1343 O ofício, enviado ao diretor da Biblioteca Municipal de Coimbra (BMC), em 4 de agosto de 1934, reafirma a relação anterior, dos 23 livros cuja leitura fora proibida pela Direção Geral dos Serviços da Censura à Imprensa, em 17/7/1934, e acrescenta outros 65 títulos. As anotações, a lápis, nos documentos, informam aqueles que faziam parte do acervo da BMC e os que não havia no local. O documento incluía não somente títulos de temática socialista e anarquista, ou de contestação política, mas principalmente livros considerados ofensivos aos valores estabelecidos e aos costumes, “a bem da educação cívica e moral”. Os critérios dos censores também incluía, obviamente, as ideias desalinhasadas com a ideologia do regime, como a defesa dos princípios pacifistas pregada no romance *Carnaval da Morte*, de Albano Negrão. São também exemplos: *A vida sexual*, de Egas Moniz; *A Inversão sexual* e *O Instinto Sexual*, do britânico Havelock Ellis; *Perversões sexuais*, do Dr. J. R. Bourdon (provável ser a edição do Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933); *Procreação Racional*, da Dr^a Marie Carmichael Stopes; *A Emancipada*, de Vitor Margueritte. Constam ainda da relação: *Le Deuxième Jour de la Création*, de Ilya Ehrenbourg; *El Amor en Alemania*, de Luis Carlos Royer; *A Rússia dos Sovietes*, de J. Carlos Rates; *Psicologia do Anarquista Socialista*, de A. Hamon. BMC. Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, liv^o. 3, n.º 195. Aditamento a ofício de António Ferrão ao diretor da BMC, 4/8/1934, sem catalogação aquando da consulta (18/4/2013).

1344 Livro que a BMC não possuía, segundo anotações no documento. *Ibidem*.

1345 Livro que constava nas prateleiras da BMC, segundo anotações no documento. *Ibidem*.

1346 BMC. Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, liv^o. 3, n.º 195. Ofício de António Ferrão ao diretor da BMC, de 17/7/1934, sem catalogação aquando da consulta (17/4/2013). No entanto, por outro ofício, também enviado à BMC, percebe-se que tais regalias excluía terminantemente os impressos considerados antissalazaristas. As bibliotecas deveriam receber, e assim “atualizar” os censores sobre tais impressos em circulação, mas não repassar aos leitores. Em 7/9/1934, Ferrão transcreve comunicado da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, com a instrução de que os diretores das bibliotecas públicas deveriam “conservar sob sua guarda imediata as publicações clandestinas de caráter político ou de propaganda anti-social que porventura sejam recebidas nesses estabelecimentos, mas não poderão sob qualquer pretexto,

(substituía Júlio Dantas) das Bibliotecas e Arquivos¹³⁴⁷.

Desse conjunto, e como é recorrente nessas circunstâncias, as bibliotecas particulares funcionavam à sua escala como espaços de alguma liberdade precária, onde o livro comprado em Portugal ou trazido do estrangeiro poderia circular com os devidos cuidados. No entanto, mesmo este circuito estava sob vigilância e não evitou a devassa dos domicílios, tanto mais que a polícia política do regime sabia que muitas bibliotecas privadas estavam acessíveis a amigos e correligionários dos proprietários, funcionando, assim, um pouco por todo o país, como centros promotores de leituras compartilhadas.

Descendo à escala de Coimbra e aos anos 1940 e 1950, descobre-se que, muito próximo da casa de Joaquim de Carvalho, na alta coimbrã, uma outra biblioteca se alimentava da chegada de literatura brasileira, bem aproveitada pelos jovens intelectuais antissalazaristas que a procuraram e a viveram como uma espécie de *lar e centro cultural*, na definição de Eduardo Lourenço, um dos frequentadores que nela descobriu novos autores estrangeiros, incluindo os brasileiros¹³⁴⁸. Tratava-se da casa de João José Cochofel e da sua imensa e muito atualizada biblioteca, aberta mesmo aos menos próximos e menos identificados com o neorrealismo naqueles anos tão intensos devido ao impacto da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra. À volta desse polo aglutinador de talentos, criou-se um clima que Eduardo Lourenço caracterizou assim:

Havia algum picarismo nessa boémia neo-realista de que quase todos nós aproveitávamos, mesmo os não-íntimos de Cochofel, como era o meu caso. Os amigos introduziam e convidavam os amigos como se a nobre morada fosse comum, perante a aceitação ou a condescendência activa dos seus donos-mecenas. Para o provincial que eu era, a atmosfera tinha algo de mágico. Deslumbrava-me, sobretudo, a lata e sumptuosa biblioteca, abarrotada das novidades da época, Sayoan, Faulkner, Steinbeck, Aragon, Silone, Dreiser, Michael Gold, Upton Sinclair, os **brasileiros**, centenas de outros que essa geração descobria¹³⁴⁹.

facultar a sua leitura a ninguém”.

1347 Fernanda Ribeiro analisou as reformas e o funcionamento da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos durante o Estado Novo. Cf. RIBEIRO, Fernanda. “A inspeção das Bibliotecas e a Ideologia do Estado Novo”. In TORGAL, Luís Reis (cord.); PAULO, Heloísa (cord.). *Estados autoritários e totalitários e suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, pp. 223-237.

1348 LOURENÇO, Eduardo. “Como vivi a (pequena) história do neo-realismo”. In *Obras Completas*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014, pp. 363-370, p. 366. Ver também LIMA, João Tiago. *Op.Cit.*, p. 80.

1349 *Idem, ibidem*. Destaque em negrito não existente no original. A antiga morada da família Cochofel, conhecida na alta coimbrã como “Casa dos Neorrealistas”, desde 2010 se institucionalizou como “Casa da Escrita”, espaço cultural público administrado pela Câmara Municipal de Coimbra.

Os estudiosos portugueses e “o que se deve ler para conhecer o Brasil”

O crescimento da chegada do livro brasileiro ao mercado português provocou uma mudança significativa no intercâmbio cultural desenhado durante todo século XIX e inícios do XX: se autores portugueses eram lidos com avidéz no Brasil, era corrente a ideia de que os escritos de autores brasileiros consagrados não eram muitas vezes sequer conhecidos na antiga Metrópole. As características dessa relação já tinham sido citadas por Jaime Batalha Reis¹³⁵⁰, por volta de 1904:

A publicação das obras dos próprios autores portugueses só é, em geral, economicamente possível, se o Brasil os conhece e os compra. Há obras de autores brasileiros publicadas em Portugal, – em Lisboa, no Porto, em Coimbra, – e ninguém em Portugal as lê, nem as conhece. Não sei se os brasileiros lêem mais que os portugueses; mas sei que compram muito mais livros do que estes¹³⁵¹.

Batalha Reis não foi o primeiro a referir o desconhecimento português da produção intelectual do Brasil. Antes, afora as queixas vindas de além-mar, há escritos de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Manuel Pinheiro Chagas, Rodrigo Veloso, Guimarães Fonseca, Gervásio Lobato, Ernesto Biester, Luciano Cordeiro, José Silvestre Ribeiro, que já assinalavam a existência de indiferença, silêncio ou barreiras neste domínio¹³⁵². De todo modo, tais escritos também demonstram que a produção cultural e científica da ex-colônia recebeu a atenção de alguns dos mais proeminentes vultos da intelectualidade portuguesa, quer em nome da “República das Letras”, quer por interesses manifestos no mercado brasileiro, não raro movidos por um esforço de liderança espiritual sobre o Brasil¹³⁵³, o que também está bem plasmado nas correspondências entre escritores dos dois países e nas polémicas literárias¹³⁵⁴. Além do que, estudos mais recentes sobre o tema

1350 Jaime Batalha Reis (Lisboa, 1847-1935): escritor português, engenheiro, diplomata, filósofo, ensaísta, crítico e geógrafo, com uma longa trajetória inicialmente ligada à chamada geração de 1870, chamou ao debate sobre a literatura brasileira de “O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses no século XX”, em textos escritos por volta do ano de 1904, e que permaneceram inéditos até a década de 1980. MINÊ, Elza. “Prefácio”. In REIS, Jaime Batalha. *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 12.

1351 REIS, Jaime Batalha. *Op.Cit.*, p. 52-53.

1352 PALMA, Patrícia de Jesus. “The Brazilian book market in Portugal in the second half of the nineteenth century and the paradigm change in luso-brazilian cultural relations”. In SILVA, Ana Cláudia Suriani; VASCONCELOS, Sandra Guardini. *Books and periodicals in Brazil, 1768-1930, a transatlantic perspective*. Oxford: Legenda, 2014, pp. 215-229.

1353 A partir da análise dos artigos referidos, Patrícia da Palma indica que, enquanto alguns autores, como Herculano, Rodrigo Veloso, Guimarães Fonseca, Camilo ou Gervásio Lobato, regozijam-se com a divulgação de novos talentos, augurando felizes destinos, outros elaboraram, com intuítos de divulgação, estudos biobibliográficos acerca de autores brasileiros contemporâneos, casos de Inocêncio ou de Pinheiro Chagas. *Idem, ibidem*.

1354 Cartas dos principais representantes da Geração de 70 em Portugal e no Brasil, incluindo algumas entre

têm constatado que os escritos vindos do Brasil despertavam interesses mais amplos, quer seja entre os portugueses que retornavam mais abastados e que mantinham laços com a cultura da sua “segunda pátria” – o chamado *brasileiro torna-viagem* era leitor potencial daquilo que ia chegando do lado de lá¹³⁵⁵ – quer seja em relação a obras brasileiras impressas em Portugal e que, mesmo pontualmente, tiveram grande circulação na antiga Metrópole (como foi o caso dos romances de Coelho Neto¹³⁵⁶), quer seja, ainda, através da diversificada colaboração brasileira nos Almanques¹³⁵⁷ lidos dos dois lados do Atlântico. E pode dizer-se que tudo isto tinha formado um oceano de livros em movimento desde o terceiro quartel do século XIX.

Considerando que, já antes da década de 1930, tinha crescido, em Portugal, o interesse pelo que se publicava no Brasil, e sabendo que a produção editorial neste país se intercambiava com o mercado livreiro português, também não se pode menosprezar a importância de uma outra faceta deste intercâmbio: as iniciativas tendentes a institucionalizar os estudos luso-brasileiros no âmbito universitário, e aquelas não despidas de motivações políticas, como se salientou no lugar próprio. Destacamos: a criação, em 1915, da cadeira de história, geografia e literatura brasileiras, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, em 1937, a fundação da *Sala Brasil*, na FLUC¹³⁵⁸, depois transformada (1942) em Instituto de

Eduardo Prado e Eça de Queiroz, são vistas em BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: a Geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003. Ver ainda: FRANCHETTI, Paulo. “Eça e Machado: críticas de ultramar”. In *Cult, Revista Brasileira de Literatura*, n.º 38, setembro. São Paulo: USP, 2000, pp. 48-53; CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz: agitador do Brasil*. SP: Companhia Editora Nacional, 1966.

1355 Embora livros brasileiros já circulassem em Portugal, Patrícia da Palma indica o *Catálogo das Publicações Brasileiras recebidas pela Livraria Internacional de E. Chardron*, de 1874, como o precursor nas publicações destinadas exclusivamente à edição brasileira. A autora atenta para o fato da livraria estar localizada no Norte do País (Porto e depois também em Braga), zona por excelência de emigração para o Brasil e, na década de 1870, de retorno. O “brasileiro de torna-viagem” contribuía para que ali houvesse número de leitores interessados nos assuntos do Brasil. Mais ainda, a partir de notícias em jornais do Algarve sobre o referido catálogo, encontram-se indícios de que o Brasil era, na verdade, tema de interesse mais amplo do que o discurso elitista fazia crer. *Idem, ibidem*.

1356 Hallewell destaca o número de obras brasileiras impressas em Portugal durante os trinta primeiros anos da República no Brasil, com destaque para a ação da livraria Chardron, do Porto, adquirida pelos irmãos Lello, que editou Paulo Barreto (João do Rio), Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Coelho Neto, entre outros. Segundo o autor, Coelho Neto foi o primeiro escritor brasileiro a conseguir real popularidade em Portugal, inclusive, com mais leitores neste país que no Brasil, desde 1907, quando passou a ser editado pela Livraria Chardron de Lello & Irmão. Outro exemplo foi a edição do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), de Lima Barreto, editado pela Livraria Clássica editora (Lisboa), com uma revisão de linguagem que retirava os brasileirismos. A mesma editora havia publicado antes Olavo Bilac, Araripe Júnior, Sílvio Romero, embora tenha alegado ter tido poucas vendas dos autores brasileiros em Portugal e poucas encomendas dos livreiros brasileiros. HALLEWELL, Laurence. *Op Cit.*, p. 263 e p. 311.

1357 Na análise de Almanques editados em Portugal, foi chamada à atenção para os escritos de colaboradores brasileiros não apenas em seções literárias, mas também com textos inseridos nos espaços de cartas dos leitores e na participação ativa nos concursos recreativos, como charadas, logogrifos e anedotas. DIAS, Débora. “Rotas de livreiros e seus Almanques: intercâmbios luso-brasileiros nos circuitos do impresso”. In: *Congresso Internacional de História dos Média e do Jornalismo 2011*. Lisboa: Atas do Congresso Internacional de História dos Média e do Jornalismo, 2011.

1358 Durante o reitorado de Mendes dos Remédios, a “Sala Brasil” foi criada com o objectivo inicial de abrigar livros e reunir todos aqueles que estivessem interessados em desenvolver estudos sobre temáticas brasileiras.

Estudos Brasileiros (IEB), e cuja atividade iremos resumir, por se tratar da “casa” onde Joaquim de Carvalho trabalhava e onde, não muito longe, iria organizar a sua *Brasiliانا*.

A biblioteca do IEB de Coimbra

Descrita por Eugénio de Castro como “um silencioso e inútil depósito de estantes vazias”¹³⁵⁹ durante alguns anos, o estado da *Sala Brasil*, sediada na FLUC, só foi alterado, de fato, com a ação de um grupo de estudantes brasileiros e do próprio Eugênio de Castro enquanto diretor da Faculdade, ao apelarem para que entidades oficiais, escritores, livrarias, redações dos jornais doassem à instituição livros vindos do Brasil. Personalidades brasileiras que passavam por Coimbra também foram convidadas a deixar alguma contribuição ao acervo, como foi o caso de Cecília Meireles, Afrânio Peixoto, Ribeiro Couto, Procópio Ferreira¹³⁶⁰. A partir de então, “os livros chegavam aos poucos, mas chegavam sempre”¹³⁶¹ e as tais estantes vazias passaram a albergar cerca de dois mil títulos ao fim de três anos.

O acervo seria significativamente aumentado após o encerramento da *Exposição do Mundo Português* (junho a dezembro de 1940), cujo “Pavilhão Brasil” albergou um espólio de cerca de cinco mil impressos levados a Portugal pelo Estado Novo de Getúlio Vargas¹³⁶². Essa biblioteca, selecionada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), contava com publicações que versavam sobre as realizações e a ideologia do regime e sobre a cultura brasileira em geral¹³⁶³, foi depois doada à Universidade de Coimbra. Como resposta a este gesto, oficialmente selado pelo embaixador Araújo Jorge, a Universidade propôs a transformação da *Sala Brasil* em Instituto de Estudos Brasileiros, tendo a direção deste continuado nas mãos do professor Rebelo Gonçalves. Em fevereiro de 1941, a proposta foi unanimemente aprovada pelos catedráticos presentes no Conselho da Faculdade de Letras,

SERPA, Élio Cantalício; PAULO, Heloísa. “O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra: o lugar do Brasil”. In *História Revista*, vol. 18, n.º 2, jul-dez. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2013, pp. 91-110.

1359 Cf. “A biblioteca do I.E.B”. In *Brasília*, vol.1. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, 1942, pp. 751-753.

1360 Na lista de doadores de impressos brasileiros, constam ainda Margarida Lopes de Almeida, Jaguaribe de Matos, Saul de Navarro, Cunha Mota, Hilário Veiga, Reinaldo Porchart, Leonídio Ribeiro, Haroldo Valadão, Teixeira Soares, Simões Coelho, Marcos Konder, Augusto Lima Júnior, Pinto do Couto. A Sala recebeu ainda contribuições dos periódicos brasileiros *O Estado de São Paulo*, *Diário Popular*, *Revista da Semana*, *A Noite*. *Idem, ibidem*.

1361 *Idem, ibidem*.

1362 Com a edificação do Pavilhão do Brasil e a parte brasileira no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, além do envio de comitiva oficial composta por militares, membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) e intelectuais ligados ao regime, o Estado brasileiro participou nos festejos do Duplo Centenário da Nacionalidade de 1940, celebração do regime português, então em consolidação, em torno das efemérides de Fundação da Nacionalidade em 1140 e Restauração de 1640.

1363 Acervo bibliográfico rico para o entendimento da propaganda do Estado Novo brasileiro nos anos 1930 e 1940, como visto em SERPA, Élio Cantalício; PAULO, Heloísa. *Op.Cit*, p. 83.

entre os quais estava Joaquim de Carvalho.

De modo declarado, a mudança vinha da “necessidade de aumentar e dirigir melhor a acção cultural brasileira exercida entre nós”, uma vez que o “interesse e curiosidade crescente pelos estudos brasileiros” já haviam despertado “nos círculos universitários como em todos os meios cultos do País”¹³⁶⁴. Na prática, o Instituto passaria a contar, a partir de 1952, com o apoio formal do Estado, via Instituto para a Alta Cultura (IAC), e propunha-se seguir um programa que incluía edição de publicações, realização de conferências, desenvolvimento do intercâmbio entre professores universitários dos dois países, bem como promover a permuta de publicações com universidades e institutos brasileiros. Aos olhos do regime, o IEB se potencializava como organismo aliado, na Universidade, para os propósitos de Salazar na aproximação cultural com o Brasil¹³⁶⁵. A própria revista do Instituto, *Brasília*¹³⁶⁶, iniciou o primeiro número, em 1942, sob as bênçãos do cardeal Cerejeira. No texto de abertura, o patriarca de Lisboa e antigo professor da FLUC serviu-se, ao que tudo indica sob inspiração do sociólogo italiano Vilfredo Pareto (1848 - 1923)¹³⁶⁷, para dizer que:

Ao contemplar como o Brasil toma consciência de si próprio, fiel à sua formação histórica e aberto às mais audaciosas conquistas do progresso – eu desde já saúdo nêlo o herói dessa América cristã que saberá conciliar o ideal de qualidade e o ideal de quantidade, para me servir da expressão de famoso escritor italiano¹³⁶⁸.

Nesse mesmo número da *Brasília*, Joaquim de Carvalho também surge entre os colaboradores, numa longa lista que, se inclui muitos de professores de Coimbra – como Costa Pimpão, J. da Providência Costa, Manuel da Paiva Boléo, Orlando Ribeiro, Torquato de Sousa Soares – também contava com uma relevante participação externa, pois dela faziam

1364 Cf. “A biblioteca do I.E.B”. In *Brasília*, vol. 1. Coimbra: Instituto de Estudos Brasileiros, 1942, pp. 751-753, p. 749.

1365 Sobre as relações do regime salazarista com a Universidade, ver TORGAL, Luís Reis. *A universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 1999. Ver ainda GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: o sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940)”. In *Idem* (org). *Afinidades Atlânticas: Impasses, Quimeras e Confluências nas Relações Luso-Brasileiras*. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

1366 Alguns aspectos quanto à composição da revista em SERPA, Elio Cantalicio. “A emergência da revista *Brasília* da Universidade de Coimbra. Memória, História e Política”. In *Veredas*, n.º 13. Santiago de Compostela: Associação Internacional de Lusitanistas, 2010, pp. 35-54.

1367 O Princípio de Pareto parte da afirmação de que grande parte da riqueza se encontrava nas mãos de um número demasiado reduzido de pessoas e o expande para outras áreas da vida cotidiana. Designado método de análise de Pareto, também conhecido como dos 20-80%, significa que um pequeno número de causas (geralmente 20%) é responsável pela maioria dos problemas (geralmente 80%). Cf. NUNES, Paulo. *Dicionário de Gestão* [em rede: www.notapositiva.com].

1368 CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves. “Palavras de S. E. o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira”. In *Revista Brasília*, vol.1. s/p. Com fac-símile em zincogravura.

parte nomes como João de Barros, Hernâni Cidade, Fidelino de Figueiredo, António Baião, Vitorino Nemésio, Alfredo Pimenta.

A contribuição de Carvalho na publicação demonstra que ele esteve atento à doação brasileira de livros, vinda das festas centenárias. Daquilo que viu ou, como disse, de entre as publicações da “imponente” lista “que nos chegaram às mãos”, considerou que duas se destacavam: o quinhentista *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa*, publicado pela Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses de 1940, e o livro *Tácito Portuguesez. Vida e Morte, Dittos e Feytos de El-rei Dom João IV*, editado pela Academia Brasileira de Letras. Considerava-os “diferentes na matéria e na índole”, mas o afeto com que foram oferecidos “à nação portuguesa” e a dignidade da apresentação mereciam elogios¹³⁶⁹. E a prova do seu apreço pelas duas obras está no fato de as ter querido adquirir e manter na sua biblioteca.

Com isso, pretende-se realçar que Joaquim de Carvalho assistiu de perto a gênese do IEB de Coimbra, assim como conhecia muito bem seus fundos bibliográficos e sua função política no contexto de estratégia de Salazar em relação ao Brasil. Também aqui manteve-se como cauteloso observador, não deixando de participar no que considerava estar de acordo com seus posicionamentos, inclusive quanto ao intercâmbio entre os dois países. Por outro lado, não foi indiferente ao grande incremento do interesse corrente que o Brasil despertava em diferentes quadrantes de pensamento, quer entre os neorrealistas (ligados à revista *Vértice*), quer em uma publicação institucional, como a *Brasília*. A sempre referida ex-colônia passava a ser também lugar de onde, em crescendo, partiam autores a serem lidos e edições a serem conhecidas, o que certamente influenciou o enriquecimento da sua *Brasiliana*.

A *Brasiliana* de Joaquim de Carvalho

Mas, o que é preciso para formar uma *Brasiliana*? Novamente, se irá recorrer a Rubens Borba de Moraes, cuja conceituação tornou-se referência sobre o tema para estudiosos e colecionadores em todo mundo¹³⁷⁰. Seguindo o autor, a acepção geral do termo refere-se a todos os livros que tratam do Brasil, todos os livros escritos por brasileiros e todos os livros

1369 Como Gago Coutinho já tinha feito comentários, em outra revista, sobre o *Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa*, Joaquim de Carvalho destacou as duas obras, mas fez a resenha somente da de D. Francisco Manuel de Mello – *Tácito Portuguesez. Vida e Morte, Dittos e Feytos de El-Rei Dom João IV*. Segundo apógrafo inédito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com introdução, informação e notas de Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon. Rio de Janeiro: Centenário da Restauração, 1940. In *Brasília*, vol. 1, *Op.Cit.*, pp. 773-776.

1370 Esta referência a Rubens Borba de Moraes foi desenvolvida por DAECTO, Marisa Midori. “Duas “Brasilianas”. In *Livro, Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, vol. 1. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, pp. 39-49.

impressos no Brasil com uma condição: serem procurados por bibliófilos¹³⁷¹. No conceito mais específico, que se tornou clássico, o citado autor faz a distinção entre *Brasiliana* e *Brasiliense*, mantendo a bibliofilia como critério central, mas periodizando as coleções¹³⁷².

O próprio conceito, porém, expandiu suas fronteiras, como mostra a análise concreta do catálogo de certas bibliotecas, como a já referida *Brasiliana Guita e José Mindlin*, ou a *Brasiliana* do banqueiro Olavo Setúbal¹³⁷³, dois exemplos que estão entre as maiores coleções do gênero, e que incluem, além do modelo de uma *Brasiliana* clássica, aquilo que seus colecionadores consideraram relevante e representativos do pensamento e das artes brasileiros desde a chegada dos europeus ao continente até o século XX.

Para o caso aqui tratado, tal critério se aplica somente em parte ao sentido com que Joaquim de Carvalho usou o termo. Do confronto com o acervo, constata-se que é o resultado das escolhas de um bibliófilo que, porém, não julgava um livro somente por sua raridade, mas também, e de acordo com Moraes, “em função do seu conhecimento” e pela medida com que satisfazia a sua “curiosidade intelectual”¹³⁷⁴. Por outro lado, na sua formação, Joaquim de Carvalho não priorizou o que, na época, seriam os livros visados por sua bibliofilia nesta matéria. Ao contrário, em coexistência com a sua tendência bibliófila, dominou ali o imperativo de uma atualização bibliográfica enciclopédica, mas comandada pela descoberta de novos horizontes a inserir, depois de 1953, na sua agenda de docente e de investigador: a história, a filosofia, a literatura, mas também a geografia, a sociologia, a antropologia, a educação, a economia.

Em números, essa “biblioteca” dentro da sua Biblioteca pode ser estimada em mais de dois mil volumes. Na atual organização da sala Joaquim de Carvalho, há 1.213 livros no núcleo central de autores e edições brasileiras, distribuídos em quatro grandes estantes, sem incluir nenhum dos muitos periódicos instalados em outro espaço. Diluídos em outras seções, foram localizados outros 214 títulos de autores brasileiros e editados no Brasil, em maioria, classificados na área “Filosofia”. No entanto, há muitos outros que certamente não foram contabilizados, incluindo alguns extravios. Também estão excluídos dessa contagem os títulos

1371 MORAES, Rubens Borba de. *Op.Cit.*, p. 176.

1372 Termo caracterizado na Instrução Normativa n.º 01/2007 do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com a Instrução, uma biblioteca pode receber a designação de *Brasiliana* quando o seu acervo é constituído por livros sobre o Brasil – no todo ou em parte, impressos ou gravados desde o século XVI até o final do século XIX – e os livros de autores brasileiros, impressos ou gravados no estrangeiro até 1808. Já a designação de “biblioteca *Brasiliense*” está reservada aos acervos de livros impressos no Brasil desde 1808 e que tenham valor bibliófilo. Cf. [em rede: http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf.]

1373 A *Brasiliana* Itaú, nos seus alargamentos temáticos, é vista por DAECTO, Marisa Midori. “Duas “Brasilianas”. *Op.Cit.*, p. 47.

1374 MORAES, Rubens Borba de. “Bibliographia Brasiliana” *apud* DAECTO, Marisa Midori. *Op.Cit.*, p. 41.

ligados à História dos Descobrimentos, ou de autores portugueses sobre o período colonial brasileiro. Ou seja, esse número ainda não corresponde a todas as publicações direta ou indiretamente ligadas ao tema “Brasil”, escritos por autores brasileiros ou editadas no país.

Ao se incluir as publicações periódicas brasileiras, supera-se a casa dos dois milhares, passando a contar com os 36 números da *Revista Brasileira de Filosofia* (São Paulo), os 32 números da *Revista de História da USP*, os 26 volumes da *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, os 19 volumes da *Revista Brasileira de Geografia*, os 9 números da *Revista do Livro* (Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro), os 49 volumes do *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, os pelo menos 26 volumes da *Kriterion. Revista de Filosofia* (Minas Gerais), os muitos e dispersos anais de Congressos e encontros acadêmicos, como o Congresso Brasileiro de Filosofia (2 vols.) ou Congresso Internacional de Filosofia (3 volumes). Da revista *Anhemi*, são duas prateleiras com as edições até 1958. Há ainda coleções dos títulos *Mural*, *Revista do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia* (Belo Horizonte), *Revista Brasileira de Geografia*, *Revista do Arquivo Público de Recife*, *Revista de Cultura* (Petrópolis), *Revista Brasileira de Geografia*, *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, *Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP*. O que confirma à larga a disposição intelectual de Joaquim de Carvalho quanto à atualização do repertório das publicações periódicas no Brasil.

Há ainda outras publicações – incluindo a revista *Manchete*, que, segundo o seu epistolário, sabe-se que recebia e lia – que estão fora dessa relação porque não foram localizadas no acervo. E os exemplares de a *Leitura. A Revista dos Melhores Escritores* (Rio de Janeiro) mostram que continuaram a chegar publicações mesmo após o falecimento do professor, em 1958. Também entre os dispersos, a amplitude das leituras e a diversidade dos periódicos são manifestas na presença de números da *Lanterna Verde. Boletim da Sociedade Felipe D’Oliveira*, ou da *Bibliografia Brasileira de Educação*, e da *Revista Brasiliense* (São Paulo), de Caio Prado Jr.

Assim, para definir a acepção que Joaquim de Carvalho dava ao termo *Brasiliana* e para o aceitar, optou-se por usá-la num sentido amplo, adaptado a lógica interna dessa *biblioteca-monumento*. Daí que a análise se concentre, salvo exceções, nos livros de autores brasileiros editados no Brasil, de fins do século XIX a meados do século XX (até ao ano de 1958), e adquiridos por diferentes caminhos, num ritmo que teve o seu grande momento de aceleração durante e após a sua única viagem ao Brasil em 1953.

A viagem ao Brasil na construção da biblioteca

Voltemos à confissão que, já no Brasil, fez ao seu velho amigo Jaime Cortesão¹³⁷⁵ (que havia sido editor literário da editora *Livros de Portugal*, sediada no Rio de Janeiro¹³⁷⁶), onde declarou que também viajou de Portugal com o intento de reunir *livros e fontes* brasileiras. Para isso, pedia apoio de quem já vivia no Brasil há alguns anos para reunir títulos acerca do liberalismo português e brasileiro, fontes publicadas respeitantes ao vintismo em Portugal e à Independência do Brasil. Pedia-lhe, ainda, acesso à coleção organizada pelo interlocutor sobre Alexandre Gusmão, bem como à biografia de D. Pedro I (ou D. Pedro IV em Portugal), recém-lançada, em três volumes, por Otávio Tarquínio de Sousa¹³⁷⁷.

Se a bagagem de retorno mostra o volume bibliográfico adquirido (por compra ou por oferta), o epistolário de Joaquim de Carvalho confirma a continuidade do seu empenho para a ampliação de um núcleo bibliotecário que, com este surto, ele próprio designará por *Brasiliiana*. O caminho era de mão dupla, pois o professor de Coimbra também se ofereceu para enviar livros portugueses. Entre outros (incluindo, obviamente, João Cruz Costa), disponibilizou-se para essa tarefa a Thiers Martins. Embora os dois já se conhecessem desde a passagem deste por Coimbra em 1950¹³⁷⁸, foi em 1953 que Carvalho lhe comunicou seu desejo de *camaradagem intelectual*, na forma possível da correspondência assídua. Em 27/6, enviou a carta que registra uma mudança de estatuto da relação entre ambos após os dias de convivência no Rio de Janeiro¹³⁷⁹, como o próprio professor assevera pouco antes do retorno a

1375 BN. Acervo Jaime Cortesão. Carta de Joaquim de Carvalho a Jaime Cortesão, São Paulo, 27/4/1953, fl.1-3 (frente e verso).

1376 Em carta a amigos da *Seara Nova*, em 1942, reproduzidas em parte por Irene Lisboa, Jaime Cortesão informava que assumira a direção literária de duas livrarias do Rio de Janeiro, a Livros de Portugal e a Freitas Bastos, para organizar algumas coleções. Tencionava prestar “grande serviço às letras portuguesas (com sua difusão inteligente e planeada), as quais vocês nem podem imaginar a que declínio de prestígio chegaram no Brasil”. De fato, Cortesão foi diretor da coleção *Clássicos e contemporâneos portugueses*, da Livros de Portugal, cujos títulos contaram com ilustrações de Vieira da Silva e uma seleção de autores voltada para oferecer “um quadro representativo do caráter literário da nossa cultura”, o que se traduziu em obras de Camões, Eça de Queiroz, José Rodrigues Miguéis, Fialho de Almeida, Gonçalves Crespo, além de antologias organizadas por Aquilino Ribeiro, Manuel Bandeira, Afrânio Peixoto, José Lins do Rego, Pedro Calmon. Cf. LISBOA, Irene. *Op.Cit.*, pp. 179-181; MEDEIROS, Nuno Miguel Ribeiro. *Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil...*, p. 190.

1377 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. 3 vols. História dos Fundadores do Império. Coleção Documentos Brasileiros, n.º 71. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1952.

1378 No mesmo acervo, está depositada cópia de uma Carta de Thiers Martins Moreira a Joaquim de Carvalho, de 24/3/51, na qual o brasileiro comunica ao “caro mestre” que partirá para o Departamento Cultural da OEA, em Washington. Ainda no Rio de Janeiro, agradecia a atenção de Joaquim de Carvalho durante a sua estada em Coimbra, no ano de 1950, e anunciava pretender retornar à instituição em 1952. Na carta, Thiers Martins expressa a sua concepção de cultura brasileira na relação com Portugal, ao dizer: “Espero trabalhar alí pela cultura brasileira e suas relações com os estados americanos, o que quer dizer pela cultura portuguesa de que somos herdeiros e continuadores”. AMLB-FCRB. Correspondência - Thiers Martins Moreira, Cota TMCT04. Carta de Thiers Moreira a Joaquim de Carvalho, 24/3/1951, cópia datilografada, 1fl.

1379 Vale lembrar que Thiers era catedrático de Literatura Portuguesa da Faculdade de Filosofia na Universidade do Brasil (UB), e que esteve à frente da realização das duas lições de Carvalho na instituição,

Portugal no navio Vera Cruz:

Se não nos virmos, escreva-me p^a bordo do Vera Cruz, que estará aí em 9-10, indicando-me o que deseja que eu lhe envie de Portugal. O que vi, que me obriga intelectualmente, e o que senti, que me obriga moralmente, impõe-me o dever de o considerar como assíduo correspondente e pessoa com quem cumpre ter a camaradagem intelectual dos eleitos. Não hesite, pois, quer para si, quer para mais fácil execução do trabalho dos seus colaboradores¹³⁸⁰.

Thiers tornar-se-á um dos “eleitos” para o envio de livros de Portugal. As conversas sobre temas afins, a provável troca de deferências e gentilezas na recepção, a proximidade conquistada por aquilo que via e sentia, ou seja, os resultados do encontro presencial abriram caminho para um diálogo futuro. Concretamente, Joaquim de Carvalho expressou ao professor carioca que ele fosse o seu interlocutor para tratar de um possível regresso a convite da Universidade do Brasil. “Até a volta? Talvez, e sobre o caso conversaremos, por que será consigo que desejo tratar dos preliminares da possível viagem, ou antes retorno”¹³⁸¹.

Os vínculos se estreitavam também pelo envio de livros brasileiros para Coimbra, o que se justifica pelo perfil de Thiers, pois, desde 1952, era coordenador das atividades do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa¹³⁸². A sua própria trajetória revela uma inserção ativa e invulgar no mundo da edição de livros e periódicos brasileiros. Vinculado a um campo católico e conservador¹³⁸³, fundou, durante o Estado Novo brasileiro, a revista *Educação e*

juntamente com Pedro Calmon e o diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, o decano Antônio Carneiro Leão.

1380 AMLB-FCRB. Carta de Joaquim de Carvalho a Thiers Martins Moreira, 27/6/1953. A carta foi escrita ainda em São Paulo, antes do professor de Coimbra embarcar no navio Vera Cruz, que faria paragem no Rio de Janeiro.

1381 *Ibidem*.

1382 Fundado em 28/4/1948, o Centro de Pesquisas da Casa Rui Barbosa teve Thiers Martins como seu organizador e coordenador das atividades (1952-1967). Bacharel em Direito e doutor em Letras Neolatinas, Thiers também atuou nos anos cinquenta como diretor do Serviço Nacional de Teatro do MEC (1950-1951), assessor do Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA) (1951-1952). Foi ainda correspondente estrangeiro no Instituto de Coimbra (1950) e, em Portugal, ministrou cursos nas universidades de Coimbra e Lisboa, a convite do Instituto de Alta Cultura de Portugal (1955). Em 1960 tornou-se adido cultural da embaixada do Brasil em Portugal, organizando então o Instituto de Cultura Brasileira na Universidade de Lisboa. Exerceu essa função até 1962. Cf. Verbete “MOREIRA, Thiers Martins”. In PAULA, Christiane Jalles de (coord.), LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Versão digital. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)/FGV [em rede: www.fgv.br/cpdoc/busca].

1383 Thiers Martins participou da Ação Integralista Brasileira (AIB) quando esta foi organizada no Rio de Janeiro em 1932. Em agosto de 1933, viajou com Plínio Salgado, líder nacional integralista, apoiando a campanha que o movimento realizou no Nordeste do país. Também com Plínio Salgado, participou na criação do semanário integralista *A Ofensiva* (maio de 1934 a março de 1938), no Rio de Janeiro, do qual se tornou secretário e depois diretor de redação. Dentre os colaboradores do periódico estavam Miguel Reale, Gustavo Barroso, Câmara Cascudo, Hélio Viana, Ernani Silva Bruno, Olbiano de Melo e Oliveira Viana. Em outubro de 1934, candidatou-se a deputado federal na legenda da AIB, mas sem sucesso. Então oficial do Ministério da Educação, tornou-se um dos professores do curso de doutrina integralista que a AIB organizou em julho de 1934 através do seu departamento de doutrina da “província” da Guanabara. Cf. “A

Administração Escolar (1938), que dirigiu até 1941. No ano seguinte, foi membro da comissão organizadora das *Obras Completas de Rui Barbosa*¹³⁸⁴, juntamente com Jacobina Lacombe e Sérgio Buarque de Holanda, entre outras publicações na área de literatura, filosofia e educação¹³⁸⁵.

A intensidade das relações de Carvalho com os dois principais nomes da Casa de Rui Barbosa no período (Jacobina Lacombe era o presidente de 1939-1966), se refletiu na extensa presença de edições desta instituição na sua biblioteca. Além dos 60 volumes das *Obras Completas de Rui Barbosa*, há dezenas de outros títulos sobre o *Águia de Haia* e as áreas afins ao seu vasto campo de atuação: a formação da sua biblioteca, seus percursos biográficos, a casa de São Clemente, questões de Filosofia, Finanças, Direito, Educação, Literatura, Jornalismo, Política, as relações com as Forças Armadas, a recepção do seu pensamento no estrangeiro, as influências que recebeu¹³⁸⁶. A vertiginosa acumulação de Carvalho se fazia por

Offensiva”. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.); KOSOY, Boris (org.). *A Imprensa oficial confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003, pp. 82-84; Verbete “MOREIRA, Thiers Martins”. In PAULA, Christiane Jalles de (coord.), LATTMAN-WELTMAN, Fernando (coord.), *Op.Cit.*

1384 Além do Plano das edições, foi autor do prefácio e revisão do volume 9, tomo I, das *Obras Completas de Rui Barbosa* (1942), com os históricos pareceres sobre a reforma do ensino secundário e superior, de 1882. Cf. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Os sentidos da renovação educacional: ecos do debate sobre a Escola Nova na edição e apropriação de Rui Barbosa na década de 1940”. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 96, número especial “O Manifesto educador: os pioneiros 80 anos depois”. Brasília: Inep, 2015, pp. 113-131 [em rede: www.rbep.inep.gov.br].

1385 Thiers Martins é também autor de: *Camões e Fernão Lopes* (1944); *A arte maior na poesia dramática de Gil Vicente* (1945); *O menino e o palacete* (biografia, 1954; 2ª ed. 1968); *Os seres* (1963); *Quincas Borba e o pessimismo crônico* (1964); *Machado de Assis - Quincas Borba* (1967); *Rui Barbosa e as letras* (1967); *Varnhagen e a história da literatura portuguesa e brasileira* (1968); e *Visão em vários tempos* (1970).

1386 Alguns exemplos de obras editadas pela Casa de Rui Barbosa e que se encontram no acervo de Joaquim de Carvalho: *Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa*, vols 1 e 2 (1944), cotas 12-2-39 vol. 1 e 12-2-40 vol. 2; PIRES, Homero. *Rui Barbosa e os livros* (1949), cota 11-4-21; PEREIRA, Edgard Baptista. *A casa de São Clemente* (1949), cota 11-4-30 c.3; BITTENCOURT, Clemente Mariani. *Rui Barbosa* (1949), cota 11-4-26 c.2; CHIACCHIO, Carlos. *Cronologia de Rui* (1949), cota 11-4-28 c.5; PIRES, Homero. *Anglo-American political influences on Rui Barbosa*. Translated by Sylvia Medrado Clinton (1949), cota 11-4-22 c.3; DANTAS, San Tiago. *Dois momentos de Rui Barbosa: conferências* (1949), cota 11-4-32; GOMES, Ordival Cassiano. *O pai de Rui: Dr. João José Barbosa de Oliveira* (1949), cota 11-4-34c.5; REALE, Miguel. *Posição de Rui Barbosa no mundo da filosofia: subsídios para a compreensão de uma trajetória espiritual* (1949), cota 11-4-29c.3; SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Rui Barbosa: discurso na Academia Fluminense de Letras* (1949), cota 11-4-24 c.2; ROSA, Ruben; MELO, Leopoldo Cunha. *Rui Barbosa e o Tribunal de Contas* (1949), cota 11-4-23 c.2; CARVALHO, António Gontijo de. *Rui estudante* (1949), cota 11-4-25 c.2; SOUSA, Roberto Pinto de. *Rui: o financista* (1949), cota 11-4-27c.2; RAEDERS, Georges. *Rui Barbosa et la France* (1949), cota 11-4-20 c.5; SIMON, Michel. *Ruy: Avec un message de Paul Claudel* (1949), cota 11-4-31 c.2; LABOMBE, Américo Jacobina. *Atos de sua organização* (1952), com dois exemplares repetidos, cotas: 12-2-3 c.2, 11-4-43; BALEEIRO, Aliomar. *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda* (1952), cota 11-4-36 c.2; SCELLE, Georges. *Commémoration du centenaire de Rui Barbosa* (1953), cota 11-4-37; LACOMBE, Américo Jacobina. *Discurso no Colégio Anchieta* (1953), cota 11-4-38 c.4; LOPES, Murilo Ribeiro. *Rui Barbosa e a Marinha* (1953), cota 11-4-39c.2; CARNEIRO, Levi. *Dois arautos da democracia: Rui Barbosa e Joaquim Nabuco* (1954), cota 11-4-46; ORICO, Osvaldo. *Momentos estelares de Rui Barbosa* (1954), cota 11-4-45c.2; PALHA, Américo. *História da vida de Rui Barbosa*, 2ªed. (1954), cota 12-2-7 c.4; LACOMBE, Américo Jacobina. *Rio-Branco y Rui Barbosa*. Versión castellana (1955), cota 11-4-48; NERY, Fernando. *Rui Barbosa: ensaio biográfico* (1955), cota 11-4-47c.3; CASTRO, Aloysio de. *Recordações de Rui Barbosa* (1956), cota 11-4-51 c.2; PEREIRA, Batista. *Rui Barbosa em*

um autor que muito admirava, pois considerava-o “propugnador convicto, convincente e clarividente” do ideário do regime republicano brasileiro”, de acordo com um seu escrito seu de 1954¹³⁸⁷.

Com isso, é preciso realçar que não data de 1953 o interesse de Joaquim de Carvalho por um autor incontornável nos estudos do republicanismo brasileiro e na compreensão da história política e das ideias no Brasil. Mas, esse núcleo “Barbosiano” dentro da *Brasiliana* do professor de Coimbra foi significativamente alargado pelos intercâmbios com a Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, após 1953, como a própria cronologia das edições demonstra¹³⁸⁸. (Como contraprova, compare-se com o caso de Joaquim Nabuco, escritor contemporâneo de Rui Barbosa, cuja presença é recorrente na biblioteca, e pode-se perceber outras formas de aquisição dos exemplares, dado inclusive a diversidade das casas editoras¹³⁸⁹).

O caminho cordial dos livros e das dedicatórias

A materialidade das edições também confirma que a Biblioteca muito se enriqueceu com os contatos do seu proprietário com escritores, editores e livreiros durante e após 1953. Exemplos: com o livro em mãos e lendo a dedicatória, verifica-se que a *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*, organizada e comentada por Edgard Cavalheiro, foi

Santos (1956), cota 12-2-56 c.2; NETO, Serafim da Silva. *Textos medievais portugueses e seus problemas* (1956), edição conjunta com Ministério da Educação, cota 12-2-32 c.10; *Bibliografia brasileira de direito constitucional: primeiras pesquisas*. Com introdução de Thiers Martins Moreira (1956), cotas: 19-5-49 c.3 e 12-2-30 c.4; *Conferências*, vols 3, 4 e 5 (1956-1958), cotas 12-2-16, 12-2-17, 12-2-18; CARVALHO FILHO, Aloísio de. *Cultura e liberdade* (1956), cota 11-4-44; FREIRE, Laudelino. *Rui: subsidios para o estudo da sua vida e obra* (1958), cotas 11-4-42 e 11-4-41 c.2. Há ainda volumes avulsos de livros de Rui Barbosa, como *Rui Barbosa e o Exército: conferência às classes armadas* (1949), cota 11-4-33c.3; a nova edição de *Oração aos moços*. Prefácio de Edgard Batista Pereira (1956), cota 11-4-40 c.3; e, nas *Obras Seletas*, os livros *Tribuna parlamentar* (1952); as *Campanhas jornalísticas: Império*, vol.6 (1956), cota 13-11-6 c.3; *Tribuna judiciária*, vol.9 (1959), cota 11-4-18 c.3.

1387 Como afirmou na conferência *São Paulo e o Brasil que se constrói*, realizada por Joaquim de Carvalho no Rotary Clube de Braga, em 27/5/1954, e, em 25/1/1955, no Instituto de Coimbra. Cf. CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. 5, pp. 231-240.

1388 Os livros lançados pela Casa de Rui Barbosa após o falecimento de Joaquim de Carvalho, que chegaram à sua biblioteca, confirmam que o nome do professor português constava da lista dos que recebiam regularmente os títulos lançados pela instituição. É o caso dos livros: PARAÍSO, Hamílton Prisco (cord.); WALD, Arnold (cord.). *O mandado de segurança e sua jurisprudência*, vol.1. Com prefácio de Thiers Martins Moreira (1959), cota 12-2-37; ALVES, Isaías. *Vocação Pedagógica de Rui Barbosa* (1959), cota 11-4-49c.2; *A Conferência da Haia: discurso em Paris a 31 de outubro de 1907* (1962), cota: 12-2-6 c.2; DANTAS, Manuel Pinto de Sousa. *Correspondência do Conselheiro Manuel P. de Souza Dantas*. Organização e notas de Américo Jacobina Lacombe (1962), cota: 11-4-52 c.2; *Trabalhos jurídicos* (1962), cota 11-4-19 vol.11 c.3.

1389 Sem contar com a mesma monumentalidade da coleção de Rui Barbosa, registre-se alguns dos títulos de Joaquim Nabuco compulsados por Carvalho, de modo não exaustivo: *Um estadista do imperio: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*, vols. 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S/A editora, 1936; *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939; *Acción y pensamiento*. Traducción, prólogo y notas de Armando Correia Pacheco. Washington: Unión Panamericana, 1950. Sobre o escritor, LEÃO, A. Carneiro. *Nabuco e Junqueiro*. Porto: Lello & Irmão, 1953.

por este oferecida a Joaquim de Carvalho “com muita admiração”¹³⁹⁰. “Cordialmente”, o professor de Coimbra recebeu de Wilson Martins, em 9/12/53, a sua *Introdução a democracia brasileira*¹³⁹¹, com o endereço da residência do escritor, em Curitiba, para possível correspondência. Nesse mesmo ano, Abelardo F. Montenegro remeteu, de Fortaleza, “com o cordial abraço”, *O Romance Cearense*¹³⁹². A edição mexicana do livro *Brasil período colonial* foi enviada ao professor português com estas palavras do autor: “com todo prazer, esse sumário de um programa de história do Brasil colonial, seu admirador José Honório Rodrigues”¹³⁹³. E, do mesmo historiador, Carvalho recebeu *A pesquisa histórica no Brasil*¹³⁹⁴, também com dedicatória.

Se os livros ampliam informações sobre a rede de afinidades que Joaquim de Carvalho manteve com intelectuais brasileiros, em geral, é nas entrelinhas que as dedicatórias veiculam informações sobre interesses e vínculos de quem escreve e para quem se escreve, depois de ultrapassada a barreira das palavras de circunstâncias. Em alguns textos pode mesmo surpreender-se o prolongamento dos contatos estabelecidos desde o Brasil e suas extensões à família, como na dupla dedicatória exarada por Ribeiro Couto no seu *Barro do Município*: “Ao mestre Joaquim de Carvalho, e a Joaquim Montezuma de Carvalho – juntos nesta dedicatória, como juntos estão agora sob o mesmo tecto após as andanças do segundo por terras do Império, Pai e Filho da minha professada estima. Ribeiro Couto. Belgrado, Nov, 1957”¹³⁹⁵.

Muitas vezes, a partir dos endereços anotados à mão, ou de cartões incluídos nos exemplares autografados, o livro enviado foi ponto de partida para epistolários que tiveram continuidade. E, mesmo que algumas dessas relações necessitem de estudo mais concreto, tais materialidades ajudam a compor o desenho da *Brasiliana* do Mestre de Coimbra na diversidade de contatos e potencialidades de pesquisa que ela encerra. Como os carimbos de

1390 CAVALHEIRO, Edgard. *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/Ministério da Educação e Cultura, 1955. Também de Edgard Cavalheiro, Joaquim de Carvalho recebeu dedicatória no exemplar de *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Globo, 1944.

1391 MARTINS, Wilson. *Introdução a democracia brasileira*. Porto Alegre: Editora Globo, s/a. Também de Wilson Martins, em 1956, recebe com dedicatória *Crítica literária no Brasil*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1952.

1392 MONTENEGRO, Abelardo F. *O Romance Cearense*. Fortaleza: s/e, 1953.

1393 RODRIGUES, José Honório. *Brasil. Período colonial*. Programa de História de América. (Ciudad) México: Comisión de Historia (Homenaje a José Martí en el centenario de su nacimiento), 1953.

1394 RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1952.

1395 Dedicatória em COUTO, Ribeiro. *Barro do município*. São Paulo: Editora Anhembi, 1956. Joaquim de Carvalho também possuía, com a dedicatória de Ribeiro Couto, o livro *Poesia. I – O jardim das confidências. II – Poemas de ternura e de melancolia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. Do mesmo autor, sem dedicatórias, reuniu as obras *Cabocla* (São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, 2ª ed.), *Uma noite de chuva e outros contos* (Lisboa: Editorial Inquérito, 1944); *Dia Longo* (Lisboa: Portugália, 1944).

Joaquim de Carvalho nas obras do médico e geógrafo Josué de Castro, de Pernambuco, que já apontam para um interesse de leitor, seja em “*A cidade do Recife – Ensaio de Geografia Urbana*” (1954), ou na edição popular de “*Geografia da Fome*” (1953), 4ª edição do livro escrito em 1946. Porém, é em uma pequena brochura que encontramos indícios de um contato pessoal. Josué de Castro ofereceu um exemplar de “*As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*”, publicado em 1935, ao professor português. Colado na página de rosto, encontramos um cartão pessoal, não datado, com palavras respeitadas e um endereço para correspondência corrigido à mão: “Com os cumprimentos do Josué de Castro, Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e docente da Faculdade de Medicina”, “Laranjeiras, 141, Rio de Janeiro, Brasil¹³⁹⁶”.

Tais inscrições, muitas vezes subestimadas, são também modos de prolongar diálogos latentes dentro e fora dos próprios livros. Um exemplo está na dedicatória que Paulo Duarte escreveu quando entregou a Carvalho, ainda em São Paulo, um exemplar do seu livro *Palmares pelo Avesso*. Também ali diferenciou o professor português dos membros das “embaixadas” oficiais mandadas por Salazar, em referência direta às polêmicas do período, ao escrever: “Ao professor Joaquim de Carvalho, em quem S. Paulo viu um representante da verdadeira Inteligência portuguesa. Numa lembrança do Paulo Duarte. S. Paulo, 7.1953)¹³⁹⁷”.

Em todo caso, sabe-se que um autógrafo acrescenta valor bibliófilo ao exemplar usado. No entanto, há casos em que a raridade da edição e a importância da dedicatória ganham um valor acrescido. Assim pode ser considerada a brochura “*A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*”, lançada em 1952 e oferecida pelo autor com os dizeres de respeitosa admiração: “*Ao eminente mestre doutor Joaquim de Carvalho, homenagem muito cordial de Florestan Fernandes*”¹³⁹⁸. Futuro colaborador da *Revista Filosófica*, de Coimbra, em 1956, o então jovem professor da USP, Florestan Fernandes, virá a notabilizar-se como um dos grandes mestres da sociologia moderna brasileira e um dos intérpretes do Brasil mais importantes e influentes na segunda metade do século XX.

Outro aspecto demonstrado pelos livros é que, mesmo sem ter voltado ao Brasil, a rede de interlocutores de Joaquim de Carvalho se alargou continuamente até ao agravamento

1396 CASTRO. Josué. *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1935. Cartão pessoal do autor colado na folha de rosto.

1397 Dedicatória manuscrita no exemplar de Joaquim de Carvalho. Cf. DUARTE, Paulo. *Palmares pelo Avesso*, 1ª edição. São Paulo: Instituto Processo editorial, 1947.

1398 Monografia escrita para ser apresentada como tese de doutoramento à II Cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP). Trabalho escrito de 1947-1951, orientado por Fernando de Azevedo. FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo, s/e, 1952.

do seu estado de saúde e ao seu falecimento nos finais de 1958. De Belo Horizonte, em 1956, Eduardo Frieiro enviou o livro *Como era Gonzaga?* ao “prezado amigo e admirado mestre”¹³⁹⁹ que havia conhecido três anos antes¹⁴⁰⁰. Também neste ano, Carvalho recebeu de Abdias Lima a obra *Crítica da Província*¹⁴⁰¹. “Ao eminente mestre”, Bianor Penalber, da Academia luso-brasileira de Letras, manifestou ao professor de Coimbra, em janeiro de 1955, o “grande apreço e sincera estima”, no exemplar do livro, editado no Rio, *Imagens de Portugal*¹⁴⁰². Aquando do encontro em Portugal entre ambos, Cyro dos Anjos ofereceu-lhe um exemplar da edição portuguesa de *O Amanuense Belmiro*¹⁴⁰³, talvez sabendo que o fato do seu interlocutor ter a versão brasileira (da José Olympio Editora), não o impediria de apreciar a nova roupagem do livro, com seus outros significados acrescidos. Num campo conservador, Arlindo Drummond Costa, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, enviou-lhe *Por Deus e pela Pátria*, de 1956, com estas palavras: ao “ornamento da cultura e da cátedra universitária de Portugal, homenagem de admiração e simpatia¹⁴⁰⁴”.

Nesse vasto e não esgotado inventário, não podiam faltar os nomes com quem o professor conviveu durante o seu périplo brasileiro. Do IBF, Miguel Reale escreveu a expressão “caro amigo” no exemplar do seu livro sobre *Filosofia do Direito*¹⁴⁰⁵. A biblioteca guarda também as dedicatórias de Ivan Lins, em datas diferentes no ano de 1958¹⁴⁰⁶. Fruto da sua convivência na USP, Carvalho recebeu a tese de livre-docência *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, de Egon Schaden, em 24/11/1954¹⁴⁰⁷. Da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, A. Carneiro Leão presenteou-o, em outubro de 1954, com os seus *Fundamentos de*

1399 FRIEIRO, Eduardo. *Como era Gonzaga?* Belo Horizonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais, 1950. No espólio de João Cruz Costa, há uma carta de Eduardo Frieiro o comunicando

1400 A informação é vista em carta de Eduardo Frieiro a João Cruz Costa, na qual aquele explicava a este que enviava a Carvalho o livro Como era Gonzaga?, mas que não lhe restava nenhum exemplar de O Diabo na livraria do Cônego, o outro pedido do professor português. No entanto, Frieiro se comprometia de, tão logo outro livro seu sobre temas mineiros saísse do prelo, remeteria exemplar a Carvalho, “que fiquei conhecendo e estimando quando de sua visita a esta cidade”. BFF-USP. Carta de Eduardo Frieiro a João Cruz Costa, Belo Horizonte, 15/10/56, fl. 1.

1401 Com a dedicatória “Ao nobre e culto Prof. Joaquim de Carvalho, cordialmente Abdias Lima. Fortaleza, 25/11/1956”. LIMA, Abdias. *Crítica da Província*. Fortaleza: s/e, 1956.

1402 PENALBER, Bianor. *Imagens de Portugal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1954.

1403 Dedicatória de 31/7/1955 na edição portuguesa da Livros do Brasil.

1404 COSTA, Arlindo Drummond. *Por Deus e pela Pátria*. Rio de Janeiro: Papelaria Heitor Ribeiro, 1955.

1405 REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*, vol. I, tomo I. São Paulo: Edições Saraiva, 1953.

1406 Há dedicatória de 22/6/1958 em LINS, Ivan. *Escolas Filosóficas ou Introdução ao estudo da Filosofia*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955. Em dezembro do mesmo ano, o mesmo autor escreveu esta dedicatória a Carvalho em *A Idade Média. A cavalaria e as Cruzadas*: com “afetuosa homenagem do mais alto e sincero apreço”.

1407 SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. Tese de livre-docência apresentada a cadeira de Antropologia da FFCL-USP. São Paulo: s/e, 1954. A dedicatória diz: ao “exmo Sr. Prof. Dr. Joaquim de Carvalho, com a admiração do autor”.

*Sociologia*¹⁴⁰⁸, apresentando-se como “seu colega, seu amigo”. Ainda quando o português estava no Brasil, em agosto de 1953, Evaristo de Moraes Filho ofereceu-lhe exemplar de *Profetas de um mundo que morre*¹⁴⁰⁹. De Afrânio Coutinho, o professor tem autógrafo no exemplar de *Correntes Cruzadas*¹⁴¹⁰.

As dedicatórias também mostram indicações de leitura, talvez algumas em retribuição a ofertas do próprio Carvalho ou tiradas a partir de conversas travadas anteriormente. Em 20/8/54, o reitor da Universidade de Recife, Joaquim Amazonas, despachou para Coimbra, “com saudações”, o estudo de José Antonio Gonsalves de Mello, *Francisco de Figueiroa, mestre de campos do têrço das ilhas em Pernambuco*¹⁴¹¹. Já o livro *Estadistas portugueses na Amazônia*, de Arthur Cesar Ferreira Reis (Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1948) foi ofertado pela editora. Da *Livros de Portugal*, no Rio de Janeiro, recebeu *Estudos de Folclore Luso-Brasileiro*¹⁴¹².

Fontes preciosas sobre o caminho dos livros, as dedicatórias indiciam que algumas edições de autores brasileiros foram adquiridas em alfarrabistas portugueses, como *Notas para a História do Ceará*¹⁴¹³, de 1892, que o historiador cearense Guilherme Studart enviou com dedicatória para a redação da *Revista dos Lyceus*, em fins do século XIX, exemplar que, depois, foi parar às prateleiras da biblioteca de Joaquim de Carvalho.

Por essa mesma fonte, confirmam-se contatos anteriores à viagem ao Brasil, caso de Jorge de Lima que, ainda em 1934, ofereceu *Poemas escolhidos*¹⁴¹⁴, e do cearense Alcântara Nogueira, que, em dezembro de 1950, enviou “ao ilustre pensador”, com “cordial simpatia intelectual”, o seu livro *Universo. Tratado de Filosofia Racional*¹⁴¹⁵. Mas, mesmo que as relações de Carvalho com estudiosos brasileiros remontem aos tempos da Imprensa da Universidade – como já referido em relação a Afrânio Peixoto, mas também a Affonso de E. Taunay, com envios sistemáticos de livros desde 1936, quando este era diretor do Museu

1408 LEÃO, A. Carneiro. *Fundamentos de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Melhoramentos, s/a.

1409 MORAES FILHO, Evaristo de. *Profetas de um mundo que morre*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Leitura, 1946.

1410 COUTINHO, Afrânio. *Correntes Cruzadas. Questões de literatura*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1953.

1411 MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Francisco de Figueiroa, mestre de campos do têrço das ilhas em Pernambuco*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

1412 LIRA, Mariza. *Estudos de folclore luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed e gráfica Laemmert, 1952. Oferta em nome de António Pedro Martins Rodrigues, em 20/11/1954.

1413 STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892.

1414 A edição, com capa de Manuel Bandeira, foi enviada do Rio de Janeiro “ao D. Joaquim de Carvalho, homenagem” do autor, em 8/3/1934. Também na contra-capla do livro, além da dedicatória, o poeta Jorge de Lima anota seu endereço para correspondência, na Rua Alcindo Guababara, 15 (8ª andar), Rio de Janeiro.

1415 NOGUEIRA, Alcântara. *Universo. Tratado de Filosofia Racional*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1950.

Paulista¹⁴¹⁶ –, as dedicatórias a partir 1953 revelam uma extensa e heterogênea lista de autores e a pluralidade dos temas. Não mais, exclusivamente, lhe interessavam as fontes e textos eruditos, ou pontualmente estudos, poemas e romances. Cada vez mais, a direção deste intercâmbio e da aquisição de livros para a *Brasiliiana* ganhou um cariz interdisciplinar ditado pelos seus futuros projetos de pesquisa e de compreensão das especificidades brasileiras.

Após o alargamento da sua rede de contatos, o estreitamento de algumas relações e uma maior divulgação do seu nome nos círculos universitários, Joaquim de Carvalho também passou a contar com diferentes intermediários na aquisição do impresso brasileiro, incluindo livreiros e editores, mas também professores universitários, estudantes e amigos. Como facilmente se compreende, o mais marcante de todos foi o professor João Cruz Costa, não só pela quantidade de livros que circularam entre ambos, mas também pelo fato de, como temos assinalado, a análise das mais de 300 cartas que trocaram entre si dar boas pistas acerca dos modos de aquisição e de envio das publicações. Por sua vez, o teor do seu convívio também se reflete nas dedicatórias que trocaram. E, entre todas, enfatizamos aquela que está inscrita na obra magna de Cruz Costa: a *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, editada por José Olympio. Desta, foi feita uma edição especial, com somente 20 exemplares em papel de linho, numerados e autografados. Ora, não por acaso, um desses volumes foi ofertado a Joaquim de Carvalho, com uma dedicatória que diz tudo sobre a afetividade que os unia: “Ao meu prezado amigo prof. Dr. Joaquim de Carvalho, com muita amizade”¹⁴¹⁷.

Este sentimento está patente nas dedicatórias seguintes, especialmente na coleção dos trabalhos de Cruz Costa, separatas, estudos completos editados, artigos em revistas acadêmicas paulistas, uma tradução para a língua alemã¹⁴¹⁸, assim como na correspondência

1416 Ainda em 1936, “em testemunho de apreço”, Affonso de E. Taunay, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Museu Paulista, ofereceu a Joaquim de Carvalho as separatas *Bartholomeu de Gusmão e a sua prioridade aerostática* (São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1935) e *A vida gloriosa e trágica de Bartholomeu de Gusmão* (São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1934), bem como o livro *Obras Diversas de Bartholomeu Lourenço de Gusmão* (São Paulo: Melhoramentos, s/a), e, depois, em 1938, uma nova edição, em livro, de *Bartholomeu de Gusmão e a sua prioridade Aerostática* (São Paulo: Imprensa Oficial, 1938). O tema, além de ser do interesse de Joaquim de Carvalho investigador, constava no catálogo da Imprensa da Universidade que, em 1935, editou o livro *Descrição burlesca dum imaginário aerostato e outras sátiras ao Pe. Bartolomeu Lourenço de Gusmão*, com transcrições de códices da Biblioteca Geral da Universidade.

1417 Joaquim de Carvalho possui duas edições autografadas desse mesmo livro, uma especial e outra comum. COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1956.

1418 Entre os títulos de Cruz Costa presentes na biblioteca, cite-se: *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*. São Paulo: Tese apresentada ao concurso da cadeira de Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1950; *O Positivismo na República: Notas sobre a história do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956; *Der positivismus in der geschichte brasiliens*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1955. “Ensaio sobre a vida e a obra do filósofo Francisco Sanchez”. In *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, n.º 29. São Paulo: FFCL da USP, 1942; “O pensamento brasileiro na primeira fase do século XX”. In *Revista*

em torno do repertório de leituras, nos exemplares com autógrafos oferecidos por Cruz Costa a Joaquim de Carvalho. Em 1953, o amigo paulista ofereceu “*Retrato do Brasil - Ensaio sobre a Tristeza*”, de Paulo Prado, como uma “lembrança”¹⁴¹⁹, e, em 1956, o livro “*Mutirão – formas de ajuda mútua no meio rural*”, de Clovis Caldeira, vol. 289 da Biblioteca Pedagógica Brasileira, coleção Brasiliana¹⁴²⁰, com “um abraço” amigo, entre muitos outros, como se verá. E, deferência maior entre as dedicatórias, a amizade manuscrita se tornou impressa. Em 1955, Joaquim de Carvalho, imprimiu na nova edição da *Opera Philosophica*, de Francisco Sanches, um estudo introdutório onde expressa deferência ao amigo João Cruz Costa na dedicatória¹⁴²¹. Enquanto no ano seguinte, na contracapa do seu *O Positivismo na República* (1956), este dedicou a obra aos seus amigos: “Professores Fernando Azevedo, E. Simões de Paula, Joaquim de Carvalho, Lineu de Camargo Schültzer e Guilherme dos Santos Deveza”¹⁴²².

A via era de mão dupla. O livro brasileiro em Portugal e o livro português no Brasil alimentaram o diálogo entre os dois universitários, o que possibilitou tanto o reconhecimento de afinidades, como uma empenhada e amiga circulação bibliográfica cujo efeito imediato foi o aumento da presença de livros portugueses mais eruditos no círculo paulista de Cruz Costa e de livros brasileiros na grande biblioteca de Joaquim de Carvalho, em Coimbra.

“Livros. Diga-me o que quer”. O diálogo entre Joaquim de Carvalho e João Cruz Costa

Como se foi sublinhando, a correspondência trocada entre o professor da USP e o professor de Coimbra não é redutível a um tipo único, pois desde a dimensão afetiva e biográfica, passando pela intelectual e universitária até aquela outra que privilegiou as questões bibliográficas e bibliófilas, todas estas facetas a atravessam, coabitando, não raro, na mesma missiva. No entanto, da análise das cerca de três centenas de cartas trocadas entre os dois, de 1950 a 1958, pode-se afirmar que o impresso – enviado, desejado, comentado e projetado – domina o seu intercâmbio epistolar. As vantagens mútuas para o envio de edições, que se prendiam inicialmente às dificuldades de atualização bibliográfica, foram logo

Brasiliense, n.º 15. São Paulo: Editora Brasiliense, 1958, pp. 135-143.

1419 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil, Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 4.ª edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, Editores, 1931.

1420 CALDEIRA, Clóvis. *Mutirão – Formas de ajuda mútua no meio rural*. Brasiliana série 5ª da Biblioteca Pedagógica Brasileira, n.º 289. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. A coleção era dirigida por Américo Jacobina Lacombe.

1421 CARVALHO, Joaquim de. “Introdução”. In SANCHES, Francisco. *Opera Philosophica*. Coleção *Inedita ac Rediviva*: subsídios para a História da Filosofia e da Ciência em Portugal, n.º 5. Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XVIII. Coimbra: s/e, 1955.

1422 COSTA, João Cruz. *O Positivismo na República: notas sobre a história do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

assinaladas por Cruz Costa em dezembro de 1950, quando este lamentou ao professor de Coimbra seu quase total desconhecimento do que ia sendo publicado em Portugal por culpa da vagarosa difusão do livro universitário português no Brasil:

É pena, porém, que os livros portugueses sejam raros nas livrarias e até nas bibliotecas! [sic] Por exemplo, essa coleção Inedita ac Rediviva¹⁴²³, era desconhecida aqui. Nem mesmo o livreiro especializado, o Antunes, do Rio, possui [sic] estoque sortido e bom de livros portugueses. Se o amigo puder informar-me, de vez em quando, do movimento bibliográfico português, eu muito lhe agradeceria. Aqui, como sabe, tudo estará ao seu dispor¹⁴²⁴.

O próprio livreiro figueirense Joaquim de Oliveira Antunes, estabelecido no Rio de Janeiro, e citado por Cruz Costa, comentou, em entrevista de 1954¹⁴²⁵, uma mudança de hábitos de leitura que, ao fim, justificava seus estoques. Embora ainda vendesse bem Eça de Queiroz e Camilo Castelo Branco, vindo depois Miguel Torga, entre os ficcionistas, outros, como Júlio Dantas, que tinham vendido “como arroz no Brasil”, pareciam ter esgotado o seu público. Antunes considerava estar vivendo “a era do livro técnico”, pois tinham venda certa tanto os títulos voltados para a profissionalização, como os de divulgação científica, mormente os que estavam a sair sobre “a bomba atômica e outras conquistas”, como os livros “úteis” – dava o exemplo dos dicionários – que “nunca ficam nas prateleiras”. Entre os poetas, Guerra Junqueiro ainda se vendia melhor do que António Nobre e Fernando Pessoa, autores escolhidos, sobretudo, por “um público mais requintado”¹⁴²⁶. Daí não estranhar que os títulos de filosofia, procurados por Cruz Costa, não figurassem nos fundos do livreiro português instalado na capital brasileira.

Tanto assim que, dois anos depois, a queixa de Cruz Costa se mantinha, confirmando as reclamações dos editores portugueses que se defrontavam com vários obstáculos para colocarem, no mercado brasileiro, edições de livros universitários portugueses, o que não acontecia com as editoras alemãs, inglesas, norte-americanas, francesas e de língua hispânica¹⁴²⁷. Como escreveu a Joaquim de Carvalho em 1952:

1423 Trata-se da coleção de livros “Inedita ac rediviva, subsidios para a historia da filosofia e da ciência em Portugal”, com edições publicadas de 1943 a 1955. Coimbra: Biblioteca da Universidade. No ano de 1951, já haviam sido publicados o n.º 1 – *Contra os juízos dos astrólogos*, de Frei António de Beja, com prefácio de Joaquim de Carvalho (1947); e n.º 2 – *Ensaio philosophico sobre o entendimento humano: resumo dos livros I e II*, de John Locke, com introdução e apêndices de Joaquim de Carvalho (1950).

1424 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 1/12/50, fl. 1.

1425 “Antunes, o herói do livro português”. In *A Voz da Figueira*, Figueira da Foz, 10/6/1954, capa.

1426 *Idem, ibidem*.

1427 Como visto nos depoimentos prestados a Irene Lisboa e publicado no já citado livro da Editorial Inquérito. Cf. LISBOA, Irene. *Op.Cit.*.

Queria pedir-lhe um favor: é que pedisse às livrarias portuguesas que me mandem os catálogos de novidades. O livro português é raro em S. Paulo. Só se encontram por aqui, livros alemães, ingleses, norte-americanos, francêses e alguns espanhóis ou das republicas cá da America do Sul. De Portugal, poucos. O Antunes tem um serviço muito mal feito no Rio. Quando vou ao Rio, ando pelas livrarias mas, assim mesmo, encontro pouca cousa¹⁴²⁸.

Concretamente, Cruz Costa receberia, até 1953, publicações escritas e editadas por Joaquim de Carvalho, além de edições recentes da Universidade de Coimbra e algum espólio dos tempos da Imprensa da Universidade. O professor também despachou estudos realizados na Universidade de Lisboa, como o *livrinho* sobre as ideias sociais e políticas de Teófilo Braga, tese de licenciatura do jovem Mário Soares. “É cousa muito leve mas que a sua voracidade de estudioso e de leitor não repudiará”¹⁴²⁹, advertiu Carvalho. De acordo com o pedido do colega uspiano, também remeteu Catálogos das livrarias e editoras “Portugália” e “Sá da Costa”, ambas de Lisboa.

Cabe atentar que os livros enviados de Portugal para Cruz Costa cingiam-se aos campos da história cultural e da história da filosofia e que não incluíram, nos inícios da relação mais intensa e continuada, nenhum título de circulação restrita ou proibida no país, com exceção de alguns textos do oposicionista António Sérgio. Destaque-se, já nos inícios de 1953, o livro do hispanista francês Marcel Bataillon¹⁴³⁰ e a recém-lançada edição lisboeta de *Aventura e Rotina*, de Gilberto Freyre, no calor dos debates sobre a apropriação das teorias do escritor brasileiro pelo regime de Salazar. Também é de notar, como Cruz Costa mesmo disse, seu desconhecimento sobre a produção editorial portuguesa até então, uma vez que, nos primórdios do intercâmbio, o paulista não indica querer, especificamente, quaisquer outros títulos que não fossem os de autoria ou editados por Joaquim de Carvalho.

Em troca, ofereceu-se para ser emissário do que poderia interessar ao colega, mesmo que descrevesse uma modesta produção editorial acadêmica no país, como repetiu em janeiro de 1951: “disponha de livros que desejar cá do Brasil. Como sabe, não são muitos nem bons, mas, se os quizer[sic], escreva-me”¹⁴³¹. Afirmção que, depois, frente ao volume “descoberto” pelo amigo – que ultrapassa a esfera estrita dos temas filosóficos – merece ser relativizada.

Do lado de Carvalho, após o lançamento da *Revista Filosófica*, em 1951, suas preocupações iniciais se concentravam na difusão deste periódico no Brasil, bem como em conhecer publicações brasileiras que pudessem participar da seção de crítica que ali se

1428 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 29/6/52, fl. 1.

1429 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 2/11/52, fl. 2.

1430 Apesar de não nomearem o título, pela cronologia das edições, infere-se que seja *Erasmus y España*, tese de doutoramento de Marcel Bataillon, publicada inicialmente em França (Librairie E. Droz) em 1937.

1431 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/1/50, fl. 1.

inaugurava¹⁴³². No entanto, percebe-se que também ele sentisse dificuldades de atualização bibliográfica, uma vez que não possuía, até aquele ano, uma lista de livros brasileiros a adquirir, mas pedia ao disponível colega que lhe indicasse o que ia saindo e que, em sua opinião, valeria conhecer. Na carta de março de 1951, indaga se Cruz Costa sabia “de alguns livros de Filosofia ou de Hist. da Fil. ou da Cultura, escritos por brasileiros recentemente, de que deva ocupar-me na Crítica da Revista? E, em caso afirmativo, solicitava-lhe “o envio?”¹⁴³³. Em maio, é mais específico e pedia diretamente um livro editado em São Paulo, que estava no campo de interesses da revista e que supostamente o professor da USP não teria dificuldades em encontrá-lo. Referia-se à obra de Renato Cirell Czerna, *Natureza e Espírito* (São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949) que desejava recenseá-la na Revista Filosófica¹⁴³⁴.

A partir de 1953, é visível a intensificação dos pedidos de Carvalho. E, quanto às temáticas, assistiu-se ao alargamento dos seus interesses. Por sua vez, Cruz Costa continuou a se beneficiar das indicações do amigo. Certamente, depois de conhecer a casa e a biblioteca do anfitrião, em São Paulo, Carvalho estava mais bem informado sobre os gostos do seu interlocutor. “Nas horas vagas, arrumo os livros, à cata de duplicatas, pensando em especial na sua livraria”, escrevia no retorno a Figueira da Foz, em agosto de 1953¹⁴³⁵. Tencionava participar da construção de um núcleo português na Biblioteca do amigo, de modo similar ao que realizava com a sua *Brasiliana* em Coimbra: “faço questão que a sua livraria se torne apreciável no q toca a livros portugueses”¹⁴³⁶. Nos meses seguintes, ofereceu uma lista de livros para o paulista indicar aqueles que gostaria de receber¹⁴³⁷.

A correspondência também sugere o envio por Carvalho de bibliografia por ele escolhida por presunção de interesses – como foi o caso de livros de escritores portugueses como Fialho de Almeida, Trindade Coelho, Feliciano Ramos, Costa Pimpão – mas também com o irônico intuito de dar conhecimento ao amigo “da actividade do sector reaccionário e

1432 Até então, Cruz Costa tinha indicado a Carvalho dois volumes sobre Alexandre de Gusmão, coordenados por Jaime Cortesão e editados pelo Itamaraty. A partir dali, passaria a receber as publicações do Itamaraty, indicação que foi intermediada também por Cruz Costa, segundo seu agradecimento. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 16/12/50, fl. 1.

1433 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 20/3/51, fl. 1 (verso).

1434 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/10/1951, fl. 1. O livro de Renato Cirell Czerna não foi encontrado, mas Cruz Costa diz que enviou “outros”. Ao mesmo tempo, o paulista pediu a dois professores brasileiros, Arthur Versiani Velloso, da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e Euryalo Canabrava, da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, que passassem a enviar livros para Portugal.

1435 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 15/8/53, fl.1 (verso) e 2.

1436 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 8/10/53, *Op.Cit.*, fl. 1.

1437 Constam nessa relação os títulos: Oliveira Martins, *Portugal e o Socialismo; Teoria do Socialismo*; Pe Alírio de Melo, *A minha resposta ao Sr. A. de Eça de Queiroz; Separata da Revista Portuguesa de Filosofia dedicado a Francisco Sanches*; Oliveira Lima, *Dom Miguel no Trono*; Tomás Ribeiro, *História da Legislação Liberal*, 2vols.; Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*; P. Hourcade, *Guerra Junqueiro*; Manuel da Silva Gaio, *Os Vencidos da Vida*, Feliciano Ramos, Trindade Coelho.

revisionista dos “valores do passado”, como eles dizem”¹⁴³⁸. Neste caso, serviu-se da obra de Alírio de Melo¹⁴³⁹, *A minha resposta ao Sr. António de Eça de Queiroz* (Coimbra: Casa do Castelo-editora, 1952), assim como do “livreco” sobre o socialismo de Antero, da autoria de José Tomás de Sousa¹⁴⁴⁰, intitulado *O socialismo e Antero de Quental* (Lisboa: Livraria Clássica editora, 1942).

Esse foi também o momento em que as listas dos livros desejados por Joaquim de Carvalho ganharam um fôlego mais largo e passaram a ser mais frequentes e mais extensas. A primeira relação de pedidos, em 15/8/1953, foi logo enviada no mês de retorno a Portugal, com títulos de José Maria Belo, Manuel Rodrigues Júnior, Octávio Tarquínio de Sousa, Alexandre Passos, João Neves da Fontoura e Rosario Fusco¹⁴⁴¹. Na segunda lista, de 22/9/1953, constam 25 autores, que incluíam todos os livros de Donald Pierson, Artur Ramos e Nina Rodrigues, além de obras de Basílio Magalhães, Djacir Meneses, Raymundo Morais, Carlos Borges Schmidt, Antônio de Alcântara Machado, Paulo Prado, Pedro Calmon, Azevedo do Amaral, Alfredo Ellis Jr, Monteiro Lobato, Bezerra Freitas, Tristão de Athaíde, Câmara Cascudo, Erico Veríssimo, entre outros¹⁴⁴². Nem todos eles foram encontrados por Cruz Costa e alguns só chegariam mais tarde a Coimbra. E, para as vicissitudes deste processo, acompanhava com atenção os comentários de Cruz Costa, principalmente respeitantes a

1438 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 23/10/53, fl. 1.

1439 Na biblioteca de Joaquim de Carvalho, há um exemplar autografado pelo Padre Alírio de Melo (1894-1973), professor de Filosofia do Seminário de Aveiro. Trata-se de uma polêmica travada com um dos filhos do escritor português a partir do livro, também de Alírio, *Eça de Queiroz, o Exilado da Realidade*.

1440 De acordo com análise de Luís Reis Torgal, o publicista José Tomás de Sousa baseia seus argumentos com referências a Antônio Sérgio e Joaquim de Carvalho, no entanto, defende a tese segundo a qual “o pesamento anterior era ao mesmo tempo anti-individualista e anti-socialista, precursor de uma prática corporativista e personalista, de conciliação entre o Capital e o Trabalho, da intervenção do Estado e da iniciativa da Nação. Numa palavra: o seu pensamento antecipava-se à teoria do Estado Novo”. TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo*, vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 260.

1441 Na lista de pedidos, está o livro de José Maria Belo, *História da República* (Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952), além dos títulos da coleção Cadernos de Cultura, editados pelo Ministério da Educação: Manuel Diégues Júnior, *Etnias e culturas no Brasil* (1952); Octávio Tarquino de Sousa, *De varias províncias*; Alexandre Passos, *A imprensa no período colonial*; João Neves da Fontoura, *Poeira das palavras*; Rosario Fusco, *Introdução à experiência estética*. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 15/8/1953, fl. 1.

1442 O professor de Coimbra solicitava a aquisição dos livros: Basílio Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*; Djacir Meneses, *O outro Nordeste*; Raymundo Morais, *Na planície Amazônica*; Ronald Pierrou, todas as obras, Nina Rodrigues, todas as obras; Carlos Borges Schmidt, *O meio rural*; Antônio de Alcântara Machado, *Bras, Bexiga e Barra Funda e Laranja da China*; Paulo Prado, *Paulística*; Azevedo Amaral, *Ensaio Brasileiro*; Pedro Calmon, *Espírito da Sociedade Colonial*, Alfredo Ellis Jr, *Os primeiros troncos paulistas, O bandeirismo paulista, O récuo do Meridiano*; Monteiro Lobato, *Urupês*; Bezerra de Freitas, *Fontes de Cultura Brasileira*; Carlos Duarte de Moraes, Tristão de Athaíde e outros; Limeira Tejo, *Retrato sincero do Brasil*; Wilson Martins, *Introdução à democracia brasileira*; J. P. Coelho de Sousa, *O sentido e o espírito da revolução farroupilha*; Darcy Azambuja, *No galpão*; J. Simões Lopes Neto, *Contos Gauchos e lendas do sul*; Ernesto Vinhais, *Aventuras de um repórter*; Pe. Ant^o Fernandes, *Missionários jesuítas no Brasil do tempo de pombal*; Thomas Rourke, *Gomez, tirano dos Andes*; Luis da Câmara Cascudo, *Vaqueiros e Cantadores*; Érico Veríssimo, *Gato preto em campo de neve*.

flutuações do mercado livreiro (incluindo os praticados pelos “sebos”) e atinentes aos méritos dos livros recomendados. Daí o teor de comentários como este, enviados ao amigo em outubro de 1953:

Da Brasiliiana (Com. Ed. Nacional) e da coleção Documentos Brasileiros há muitíssimos esgotados. Ainda ontem estive numa nova livraria, especializada em coisas raras do Brasil e vi umas Memórias do Oliveira Lima por Cr\$ 300! Eu comprei um exemplar, quando saiu o livro, por Cr\$30,00 mas, infelizmente, emprestei o livro e perdi. Já agora não vale os 300 cruzeiros pelas xingações do Oliveira Lima.

Dos livros que me pediu, alguns são bem fraquinhos, o Bezerra de Freitas e o Djacir Menezes, p. ex. Diga o que quer que eu continuo a procura-los¹⁴⁴³.

O transvio de alguma correspondência, e uma vez que nem tudo foi citado nominalmente, impede um balanço rigoroso dos quantitativos respeitantes à circulação de livros entre os dois. Porém, a relação dos identificados e intercambiados de 1951 a 1953 mostram bem o desenvolvimento desta espécie de mutualidade de serviços luso-brasileira. Sublinhe-se que o rol que a seguir apresentamos não incluiu todos os livros comentados pelos dois, mas somente aqueles em que ambos acusavam recebimento, em Coimbra e em São Paulo:

Livros enviados por Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa de 1950 a 1953

Ano	Título
1950	John Locke. <i>Ensaio philosophico sobre o entendimento humano: resumo dos livros I e II</i> , com introdução e apêndices de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1950. L. Cabral de Moncada. <i>Estudos de história do Direito, vol. III. Século XVIII. Iluminismo católico: Verney, Muratori</i> . Coimbra: Universidade de Coimbra, 1950. Aristóteles. <i>Metafísica. Livros I e II</i> . Tradução direta do grego por Vincenzo Cocco. Introdução e notas de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Atlântida, 1951. “Livros” não especificados.
1951	Bibliografia de Joaquim de Carvalho, não especificada. Atente-se que neste ano os dois se encontraram em Toulouse, na França, e em Portugal.
1952	(Manifesto). <i>A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra ao País</i> . Coimbra: s/e, 1919. Joaquim de Carvalho. <i>Minha resposta...</i> Coimbra: Tip. França Amado, 1919. Joaquim de Carvalho. <i>Órbio de Castro e o Espinosismo</i> . Lisboa: Seara Nova: 1940. Joaquim de Carvalho. <i>António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença</i> . Coimbra: França Amado, 1916.

1443 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 11/10/53, fl. 1.

	<p>Pedro Nunes. <i>Obra Completa, vol. IV. Livro de Algebra</i>. Anotações e colaboração na revisão e tradução de Joaquim de Carvalho. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1950.</p> <hr/> <p>Francisco Leitão Ferreira. <i>Notícias chronologicas da Universidade de Coimbra</i>, vol. 3, t. 1. Publicação, revisão e anotação de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1944.</p> <hr/> <p>Joaquim de Carvalho. <i>Francisco Sanches, filósofo</i>. (comunicação pronunciada). Braga: Ed. Bracara Augusta, 1952.</p> <hr/> <p>Edmundo Husserl. <i>A filosofia como ciência de rigor</i>. Prefácio de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Atlântida, 1952.</p> <hr/> <p>António Sérgio. “mandou terceira Carta”. (<i>Cartas de problemática dirigidas a um grupo de jovens amigos, alunas e alunos da Faculdade de Ciências</i>. Lisboa: Editorial Inquérito, 1952. Os 12 folhetos desta série foram publicados até 1955).</p> <hr/> <p>Mário Soares. <i>As ideias políticas e sociais de Teófilo Braga</i>. Tese apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa: s/e, 1950.</p> <hr/> <p>Catálogos da Livraria Portugália e Livraria Sá da Costa</p>
1953 (antes da viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil)	<p>Marcel Bataillon (não indica o título).</p> <hr/> <p>Costa Pimpão (não indica o título).</p> <hr/> <p>Manuel de Oliveira Lima. <i>D. Miguel no Trono (1828-1833)</i>. Obra póstuma prefaciada por Fidelino de Figueiredo. Coimbra. Imprensa da Universidade. 1933.</p> <hr/> <p>Gilberto Freyre. <i>Aventura e Rotina</i>. Edição portuguesa.</p>
1953	<p>Livros não especificados que Joaquim de Carvalho levou ao Brasil.</p> <hr/> <p><i>Revista Biblos</i>. Coimbra: Universidade de Coimbra, s/d.</p> <hr/> <p>Pe. A. Xavier Monteiro. <i>Frei António de São Domingos e o seu pensamento teológico</i>. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1952.</p> <hr/> <p>Fialho de Almeida (não indica o título).</p> <hr/> <p>Feliciano Ramos (não indica o título).</p> <hr/> <p>Trindade Coelho (não indica o título).</p> <hr/> <p>Alírio de Melo. <i>Eça de Queirós, o Exilado da Realidade</i>. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945.</p> <hr/> <p>“Livresco sobre o Socialismo de Antero”. (Infere-se que seja José Tomás de Sousa. <i>O socialismo e Antero de Quental</i>. Lisboa: Livraria Clássica editora, 1942).</p> <hr/> <p>António Augusto Gonçalves Rodrigues. <i>O protestante lusitano: estudo biográfico e crítico sobre o Cavaleiro de Oliveira (1702-1783)</i>. Tese de doutoramento em Filologia Germânica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1950.</p> <hr/> <p>António Sérgio. (Da leitura da correspondência, infere-se que seja <i>Cartas do Terceiro Homem. Porta-Voz das Pedras Vivas do País Real</i>. Lisboa: Editorial Inquérito, 1953).</p> <hr/> <p>“Livros e jornais” não identificados.</p>

Livros enviados por João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho de 1950 a 1953

Ano	Título
1950	João Cruz Costa. <i>O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil no Século XIX e a Evolução Histórica Nacional</i> , tese de Cátedra (1950)
1951	Alexandre de Gusmão. <i>Obra Vária</i> , t. I. Organizadas e comentadas por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1951. <hr/> Alexandre de Gusmão. <i>Documentos biográficos</i> , t. II. Organizados e comentados por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro: Ministério das relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1951. <hr/> João Cruz Costa. <i>Augusto Comte e as origens do positivismo</i> . <hr/> Livros de filosofia editados no Brasil, não identificados.
1952	Laerte Ramos de Carvalho. <i>A formação filosófica de Farias Brito</i> . Tese de doutorado publicada no Boletim da FFCL-USP com apresentação do Professor João Cruz Costa. São Paulo, 1951. <hr/> Órris Soares. <i>Dicionário de Filosofia</i> . Rio de Janeiro, 1952. <hr/> Heraldo Barbuy. <i>O problema do ser</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1950. <hr/> <i>Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo</i> . (Apesar de não indicar o ano, infere-se, pelo conteúdo discutido, que seja o anuário de 1951, publicado naquele ano). <hr/> Caio Prado Júnior. <i>Dialética do Conhecimento</i> , vol.1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1952. <hr/> <i>Revista de História da USP</i> <hr/> <i>Boletim de Estudos Filosóficos da USP</i>
1953 (após a viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil)	José Maria Belo. <i>História da República (1889-1930)</i> , nova ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952. <hr/> Manuel Diegues Júnior. <i>Etnias e culturas no Brasil</i> . Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1952. <hr/> Octavio Tarquinio de Sousa. <i>De várias províncias</i> . Rio de Janeiro: s/e, 1952. <hr/> Alexandre Passos. <i>A imprensa no período colonial</i> . Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1952. <hr/> João Neves da Fontoura. <i>Poeira das Palavras</i> . Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1953. <hr/> Rosario Fusco. <i>Introdução à experiência estética</i> . Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1952. <hr/> Darci Azambuja. <i>No galpão, contos gauchescos</i> . Porto Alegre: Ed. Globo, 1951. <hr/> Érico Veríssimo. <i>Gato preto em campo de neve</i> . Porto Alegre: Ed. Globo. <hr/> Albino José Barbosa de Oliveira. <i>Memórias de um magistrado do Império</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943 (ano da 1ª edição). <hr/> Elysiario Tavora Filho. <i>José Bonifácio Cientista, Professor e Técnico</i> (conferência). Rio de Janeiro, 1944. <hr/> Sérgio Buarque de Holanda, <i>Monções</i> . Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945. <hr/> Farias Brito. <i>A Verdade como Regra das Ações. Ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do Direito</i> . 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC, 1953. <hr/> Jonathas Arcanjo da Silveira Serrano. <i>Farias Brito, o homem e a obra</i> . Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

Ernesto Vinhaes. <i>Aventuras de um Repórter na Amazônia</i> . Porto Alegre: Livraria do Globo, (duas edições até então, 1941 e 1944).
Thomas Rourke. <i>Gomez, Tirano dos Andes</i> . Porto Alegre: Globo.
Monteiro Lobato. <i>Urupês</i> . São Paulo: Livraria Martins, 1944.
João Simões Lopes Neto. <i>Contos gauchescos e Lendas do Sul</i> . Porto Alegre: editora Globo, 1949.
Evaristo de Moraes Filho. <i>Francisco Sanches na Renascença Portuguesa</i> . Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1953.
Luís Viana Filho. <i>A Vida de Rui Barbosa</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
Caio Prado Júnior. <i>Evolução Política do Brasil</i> . São Paulo: Brasiliense, 1953.
Graciliano Ramos. <i>Memórias do Cárcere</i> . Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
Azevedo Amaral. <i>Ensaio Brasileiro</i> . (Não localizado o exemplar na biblioteca Joaquim de Carvalho, provável ser a 2ª edição. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930).
“Boletim Sociocrático”. Chile. (não identificado).
Arthur Ramos. <i>O negro brasileiro</i> . Coleção Brasileira. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.
Simões Lopes Neto (não indica o título).
Basílio de Magalhães. <i>Expansão Geográfica do Brasil Colonial</i> . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
Jornais

Uma outra mudança deve ser assinalada a partir de 1953. Os dois correspondentes passam a ser intermediários junto às livrarias e casas editoras de seus países para o envio das encomendas do outro¹⁴⁴⁴. Cruz Costa demonstrava estar mais à vontade com a bibliografia portuguesa, vista nos pedidos ao amigo¹⁴⁴⁵, mas é numericamente superado por este, que mais de uma vez realçou alguma desigualdade na relação, como aconteceu em abril de 1954, quando escreveu: “Livros. Diga-me o que quer. Eu estou envergonhado, porque pedindo muito, não recebo encomendas¹⁴⁴⁶”. Ávido por ter em mãos aquilo que descobria, redescobria e, quiçá, recomendava e presenteava, recorria aos favores do amigo, como no 3º ponto da missiva de 23 de outubro, que revela suas encomendas de Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre e Jorge Amado:

3º) Peço telefone para a Livraria das Bandeiras a dizer q recebi ontem (22 de Out.bro) os 3 vols. dos Ensaio e Estudos, de Capistrano, e os 2 da Casa

1444 Como exemplo, a livraria “O mundo do livro”, em Lisboa, envia a Joaquim de Carvalho, na Figueira da Foz, o recibo de Cruz Costa, acusando o pagamento de 462\$000 escudos em 5 de agosto de 1953. BFF-USP. Documento enviado junto com a Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 15/8/53.

1445 Em fins de 1953, pergunta se o amigo consegue lhe arranjar dois livros que encontrava dificuldade em achar nas livrarias portuguesas: *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928; RAMOS, Raul Cordeiro. *Dom Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas*. Porto: Livraria Martins Tavares, 1936. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/12/53, fl. 1.

1446 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 5/4/54, fl. 1.

Grande..., de G. Freyre. Chegaram em mto. bom estado. Escreverei dentro de dias e enviar-lhe-ei novos livros. Agradecia, no entanto, me dissesse o estado das minhas contas com esta livraria, à qual desejo encomendar os livros de Jorge Amado¹⁴⁴⁷.

Dado o volume de livros movimentado por Carvalho, a partir de outubro de 1953, instaurou-se um peculiar sistema de compra em regime de permuta com a Livraria das Bandeiras, em São Paulo. Para isso, Carvalho teve mais uma vez a ajuda de Cruz Costa que, ironicamente, descrevia a livraria como sendo um “centro de distribuição do livro de esquerda”¹⁴⁴⁸. Na prática, o professor de Coimbra enviava ao professor da USP livros portugueses que poderiam ter saída comercial na Livraria das Bandeiras. Em troca, escolhia o que pretendia adquirir a partir do que estava disponível naquela casa livreira, com vantagens mútuas na conversão direta do escudo para o cruzeiro. Para os casos mais difíceis de encontrar, recorriam ao estabelecimento de Olinto de Moura, recomendado por Cruz Costa como “o melhor livreiro de livros raros cá de S. Paulo”¹⁴⁴⁹, ou enviavam as listas aos “excelentes sebos” do Rio¹⁴⁵⁰. E, em um caminho inverso ao desânimo antes demonstrado por Cruz Costa com a produção editorial brasileira, a missão de garimpar as edições selecionadas pelo amigo também fez mudar os seus juízos mais pessimistas sobre o estado do mundo dos livros e dos leitores, pelo menos em São Paulo:

Vai à pressa, pois hoje tenho aula à noite. Percorri as livrarias... e só encontrei este volumito! Tudo mais esgotado – ou cousa que só mandando vir do Rio. Vou providenciar, pois, o pedido para o Rio de Janeiro. Encontrei o livro que me pedia p^a o Pascoal. Já está a se esgotar, mas ainda encontrei: Ser-lhe-á enviado pela Livraria Freitas Bastos. Queira acusar recepção do mesmo, pois como é a livraria que o manda... É estranho como se esgotam depressa os livros. Ao menos nos prova que o povo já lê, o que é animador¹⁴⁵¹.

O sistema com a livraria das Bandeiras continuou até 1955, quando os professores decidem mudar para a Livraria Teixeira, também em São Paulo, instaurando um novo regime de trocas, agora transformando os livros enviados em crédito em cruzeiros, numa “conta-corrente” aberta na loja. No entanto, para a aquisição daquilo que Carvalho buscava, Cruz Costa percorria ainda um circuito livreiro paulista que incluía a Livraria Freitas Bastos,

1447 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 23/10/53, fl. 1 (frente e verso).

1448 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 13/8/1954, fl. 2.

1449 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/12/53, fl. 1.

1450 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 8/10/53, fl. 2. Sebo, no Brasil, equivale a alfarrabista, em Portugal.

1451 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 16/8/54, fl. 2.

Livraria Prado, Livraria Pioneira. Outras estratégias de aquisição dos títulos, que culminavam por firmar novos contatos intelectuais e editoriais, foram usadas pelo professor da USP, como escrever diretamente para os autores ou para os centros de edição brasileiros¹⁴⁵². A ideia teve algum sucesso, dado que Joaquim de Carvalho passou a receber com regularidade os livros publicados pelo Itamaraty e pelo Instituto Nacional do Livro (do Ministério da Educação), além de ter construído pontes com a Companhia Editora Nacional e de ter estado muito atento aos lançamentos da José Olympio editora.

A descoberta de um Brasil de livros

Quase um ano depois da estada no Brasil, o professor conimbricense assinalava e agradecia, em carta a João Cruz Costa, o mais recente pacote de impressos recebidos. A “contabilidade” do que chegava de São Paulo e do que ele enviava de Coimbra passou a ser tópico recorrente da correspondência e um expediente útil para identificarem extravios, reforçarem interesses, tecerem críticas, solicitarem compras ou agradecerem as respectivas ofertas. Como é que Joaquim de Carvalho reagia à chegada das encomendas, acontecimento que, de certo modo, a partir de 1953 se transformou numa rotina?

A correspondência em análise mostra que a abertura dos sucessivos pacotes o entusiasmou de uma maneira desigual. Por exemplo, o recebido em fevereiro de 1954 o arrebatou de modo especial, quer como amante do livro, quer como *brasileiro honorário*, título que considerava ter conquistado pelo conhecimento até então acumulado sobre o Brasil, como disse em relação aos seis títulos e uma revista vindos de São Paulo: “Recebi os seus envios, q estão fazendo a delícia deste bibliófilo insaciável e deste brasileiro honorário, que sou e a que me promoveram o conhecimento dos homens e das suas acções!”¹⁴⁵³.

Especificamente, a lista patenteia nuances no seu gosto sobre os temas brasileiros e marca sua atenção permanente para as questões de interesse em Portugal publicadas no Brasil. São disso prova a sua atenção, nesta conjuntura, a dois livros de Gilberto Freyre (mesmo que já possuísse *Aventura e Rotina* na edição portuguesa, pedia a brasileira)¹⁴⁵⁴, à *Antologia de*

1452 Como em 20/6/1955, quando Cruz Costa sugeriu a Joaquim de Carvalho: “No Rio há, no Ministério da Educação, aquela coleção de cadernos. Soube que é distribuída grátis aos professores estrangeiros. Escreva, pois, ao Dr. Simeão Leal - que é o diretor dos Cadernos de Cultura (pode citar o meu nome) e peça-lhe a coleção e a inscrição de seu nome na lista dos que recebem os cadernos”. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 20/6/55, fl. 1.

1453 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/2/54, fl. 1 (frente e verso).

1454 Apesar de não indicar quais os títulos de Gilberto Freyre enviados, observe-se que, em 1953, a editora José Olympio publica, no Rio de Janeiro, novas primeiras edições de *Aventura e Rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*.

poetas da fase colonial, de Sérgio Buarque de Holanda¹⁴⁵⁵, ao n.º 38 da revista *Anhemi*, que trazia a segunda parte do artigo de Henrique Galvão sobre o regime político português¹⁴⁵⁶ e a três números do boletim editado pela FFCL-USP, *História da Civilização Brasileira*¹⁴⁵⁷, que muito apreciou (referia-se especificamente a tese de doutorado de Mafalda Zemella acerca do problema do abastecimento nas Minas Gerais setecentista, e outros dois estudos do professor Alfredo Ellis Júnior, sobre economia e produção cafeeira paulista). Ainda que sob o risco de confisco, pela polícia política portuguesa, da revista atrás citada dirigida por Paulo Duarte, compartilhou com o correspondente a sua satisfação nestes termos: “Mto. folguei em receber a *Anhemi*; veja se pode me mandar o n.º (de Dezembro?) em que saiu a 1ª p. do artigo do Henrique Galvão. O Luis Washington mandou-me um n.º antigo em q veio um art. do Sergio sobre o Socialismo de Antero”¹⁴⁵⁸.

Ou seja, nesse exemplo, Carvalho se deliciava com uma produção editorial cujo conteúdo revelava afinidades temáticas, sejam as que ajudavam a compreender melhor a formação do Brasil e as suas identidades e diferenças com Portugal – campo em que as obras de Gilberto Freyre eram fundamentais –, seja as que revelavam escritores portugueses que, a par das perseguições políticas que o Estado Novo de Salazar (Henrique Galvão e Antônio Sérgio) lhes movia, representavam, no caso deste último, o que de melhor se fazia em Portugal ao nível do ensaísmo filosófico.

Tais perspectivas se confirmam na mesma carta, no comentário de Joaquim de Carvalho a outros quatro livros, estes ofertas enviadas pelo então professor assistente de Cruz Costa, Linneu de Camargo Schültzer. O leitor mostra-se arrebatado por dois autores que, de modos distintos, buscaram pensar o Brasil a partir de São Paulo: Antônio de Alcântara Machado e Paulo Prado. Os contos de Alcântara Machado (1901-1935) em *Braz, Bexiga e Barra Funda*, centrados na vida dos imigrantes italianos instalados naqueles bairros da capital paulista, despertou reflexões sobre as diferenciações da língua portuguesa falada no Brasil. Por sua vez, os méritos literários e historiográficos de Paulo Prado (1869-1943), o mecenas da semana de Arte Moderna de 1922 que chegou a ser “o homem mais rico da cidade, do estado

1455 Trata-se do livro *Antologia de poetas brasileiros na fase colonial*, por Sérgio Buarque de Hollanda, com revisão crítica por Aurélio Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação, 1952.

1456 Cf. *Anhemi*, ano IV, n.º 38, vol. XIII, janeiro de 1954.

1457 O professor de Coimbra refere-se aos números 11, 12 e 13 do boletim editado pela FFCL-USP, respectivamente com os temas e autores: *Economia paulista no sec XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar* (1950), por Alfredo Ellis Júnior; *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII* (1951), por Mafalda P. Zemella; *O café e a paulistânia* (1951), por Alfredo Ellis Júnior.

1458 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/2/54, fl. 2.

e do país”¹⁴⁵⁹, foram exaltados a partir dos ensaios de *Paulística Etc*, livro anterior a *Retrato do Brasil - Ensaio sobre a Tristeza*, que Carvalho já havia recebido em 1953. Em retribuição, buscava reunir o que seria do interesse do jovem amigo, segundo disse:

Recebi aqui a visita do Srn. Eurico de Figueiredo, q me touxe 4 livros – e que livros! of. pelo nosso Schültzer. O Braz, etc. fez-me evocar S. Paulo e pensar na inevitável evolução diferenciada do português no Brasil, e a Paulística, cativou-me porq é bem pensado e bem escrito. Que hei-de mandar ao nosso bom Amigo? Ajude-me neste caso de consciência¹⁴⁶⁰.

Como um livro puxa outro e mais outro, o professor de Coimbra aproveitava a intimidade mantida com Cruz Costa para pedir alguns números que lhe faltavam da referida coleção *História da Civilização Brasileira*, publicada pela cátedra da USP de mesmo nome e que teve, até 1952, o professor Alfredo Ellis Júnior como titular¹⁴⁶¹. Ainda demonstrando as afinidades temáticas entre os autores citados nessa remessa, embora ressalvadas as diferenças de abordagens e interpretação, cabe apontar que será Sérgio Buarque de Holanda quem irá assumir essa disciplina a partir de 1956, tornando-se catedrático de História da Civilização Brasileira na USP em 1958¹⁴⁶² e, posteriormente, organizando uma longa coleção editorial com nome similar e que saiu a partir de 1960 até 1972¹⁴⁶³.

Seguindo lição que Joaquim de Carvalho conhecia e praticava, também nesta carta o próprio reforça que o mundo dos livros não é apartado do mundo fora dos livros, e a leitura e experiência formavam uma só vida. Daí lamentar “não ter privado com o Prof. Ellis, pois desejaria juntar ao apreço q a leitura me fez nascer o conhecimento directo”¹⁴⁶⁴.

1459 Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

1460 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/2/54, fl. 1 (verso) e 2.

1461 Historiador, sociólogo, ensaísta, político e professor, Alfredo Ellis Jr (1896-1974) formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1917 e tornou-se promotor público. Foi deputado estadual de 1925 a 1930 e de 1934 a 1937. Em 1938 tornou-se professor da FFCL-USP, onde permaneceu até 1952, quando se retirou por problemas de saúde. A trajetória política e acadêmica do professor da USP e a recepção posterior de sua obra, que depois do golpe de 1964 chegou a ser considerada conservadora e retrógrada em comparação a Sérgio Buarque de Holanda, é discutida por ROIZ, Diogo da Silva. “Usos do passado e escrita da história: o bandeirante e a história paulista em Alfredo Ellis Jr (1932-37)”. In *Revista de Ciências Humanas*, vol. 45, n.º 1, abril. Florianópolis: UFSC, 2011, pp. 183-199.

1462 Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Sérgio Buarque de Holanda na USP”. In *Estudos Avançados*, vol.8, n.º 22, set-dez. São Paulo: USP, 1994, pp. 264-274.

1463 Apesar de não referir ao boletim de nome similar publicado pela USP, uma análise da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda e editada pela Difusão Europeia do Livro a partir de 1960 é vista em VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. “Brasília & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)”. In *Revista Tempo e Argumento*, vol. 5, n.º 9, jan./jun. Florianópolis: Udesc, 2013, pp. 5-23.

1464 BFF-USP: Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/2/54, fl.2. Na sequência, ainda sobre Alfredo Ellis Jr. o professor afirma: “Hei de referir-me aos seus trabalhos, em nota breve, aliás não se

Ainda do grupo da USP, outro autor bem apreciado pelo Mestre de Coimbra foi o professor Antônio Cândido, então docente de literatura brasileira. Em 5/9/1954, sobre um texto deste, comentou a Cruz Costa sua vontade de receber mais: “Gostei muito do ensaio do Antonio Cândido. Abriu-me o apetite - ou antes, a gula - de mais; será possível?”¹⁴⁶⁵. Note-se que, três anos depois, o crítico literário continuava no seu rol de leituras apreciadas. Em 1957, Carvalho encomendava a Livraria Teixeira o livro *Ficção e Confissão*, pois só possuía artigos “e não um livro” daquele “cujos juízos, sempre densos e mtas vezes originais, dão sempre q pensar”¹⁴⁶⁶.

Como nem sempre é possível identificar o que foi comprado nas livrarias e o que foi oferecido pelo amigo, e como nem tudo que foi adquirido é listado, opta-se por indicar, como amostra temática, livros que movimentaram a correspondência entre os dois em 1954, entre os recebidos, comentados e desejados. Interessa aqui perceber as demandas dos dois lados e, em especial, o que Carvalho lia na sua estratégia de construção de um sólido fundo bibliográfico de livros brasileiros.

Livros movimentados por Joaquim de Carvalho e Cruz Costa em 1954 (*)

De Portugal para o Brasil	Sant’Ana Dionisio (livros não identificados); <i>Memórias do Marquês da Fronteira</i> ; Joaquim de Carvalho, <i>A Compleição do Patriotismo Português</i> e <i>Sanches vs Giordano</i> ; Separatas do artigo de Cruz Costa na <i>Revista Filosófica</i> ; <i>Revista Filosófica</i> ; Teixeira de Pascoaes (livro organizado por estudantes de Coimbra); <i>Revista da Universidade de Coimbra</i> ; <i>Duas Memórias da Faculdade de Medicina e de Filosofia</i> , 3 vols; <i>História da Legislação Liberal</i> , jornais; Dr. Vivaldo; <i>História da Ac. De Ciência</i> , <i>Silvio Romero e o Desagravo</i> ; “trabalho do Serrão”, Moreira Figueiredo (livro com prefacio de JC); folheto professor Batelli; Vitorino Nemésio; Padre João Ferreira; Folheto sobre Pedro Hispano; <i>Séculos Ilustrados</i> ; livro de Francisco Morato; livro de Hernâni Cidade.
Do Brasil para Portugal	Sérgio Buarque de Hollanda, <i>Antologia de poetas brasileiros na fase colonial</i> ; Gilberto Freyre, <i>Aventura e Rotina</i> e <i>Um brasileiro em terras portuguesas</i> ; Alfredo Ellis Júnior, <i>Economia paulista no sec XVIII: o ciclo do luar, o ciclo do açúcar</i> (1950) e <i>O café e a paulistânia</i> (1951); Mafalda P. Zemella, <i>O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII</i> (1951); Antônio de Alcântara Machado, <i>Braz, Bexiga e Barra Funda</i> e <i>Laranja da China</i> ; Paulo Prado, <i>Paulística Etc</i> ; <i>Revista de História da USP</i> ; Farias Brito, <i>Base Física do espírito</i> ; Caio Prado Júnior, <i>História Econômica do Brasil</i> ; jornais; <i>Revistas Manchete</i> ; Wilson Martins (livro não identificado); <i>Anhemi</i> ; Afrânio Peixoto, <i>Poeira da Estrada</i> ; P. Jacques (Brasil, século XVIII). “Rio Branco”; “livro de Herculano”. <i>Rui, Apóstolo do Direito</i> ; <i>Oito anos de Parlamento</i> ; Oliveira

esqueça de me obter toda a coleção, se puder e lhe for possível”.

1465 BFF-USP: Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 15/9/54, fl. 1.

1466 BFF-USP: Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 4/6/57, fl. 1.

	<p>Viana, <i>O Ocaso do Império</i>; Sette, <i>Senhora de Engenho</i>. Octacílio Alecrim (livro não identificado); edições do <i>Jornal do Comércio</i>; Tese Lourival Machado; livro de Washington Vita (não identificado); Pierre Monbeig, <i>Le Brésil</i> (n.º 628 da coleção <i>Que sais-je?</i>); Alexandre Marcondes Filho, <i>Pro Brasília Fiant Eximia</i> (Martins Editora); Afonso Arinos, <i>Um estadista da República</i>; Leopoldo Zea; Rodolfo Garcia; Boherer; Costa Pinto, F. de Assis Barbosa; Jorge Amado, <i>Alecrim, Subterrâneos da Liberdade</i>; <i>Correspondência de Capistrano de Abreu</i> (Inst. do Livro); tese de Lívio Teixeira; Câmara Cascudo, <i>Dicionário de Folclore</i> (MEC); Sousa Campos; Agripino, <i>Zeros à Esquerda</i>; Ronald de Carvalho, <i>História da Literatura</i>; Tese Schaden; teses de ciência natural; Taunay, <i>Bartolomeu de Gusmão</i>; Celso, <i>Oito anos de parlamento</i>; Paul Bert, <i>Bases fisiológicas</i>; Tobias Barreto, <i>Estudos de Direito</i>; Marcello de Ipanema, <i>Legislação de Imprensa</i>; Afonso Celso, <i>Porque me ufano do meu país</i>; Ernesto de Sousa Campos, <i>História da Universidade de S. Paulo e Cidade Universitária</i>; livros de Florestan Fernandes; livro de Manuel Bandeira</p>
--	---

O volume de livros intercambiados não passou despercebido aos censores. Sob o permanente risco das interceptações policiais, que não deixaram de ocorrer ao longo da correspondência, Joaquim de Carvalho e Cruz Costa cogitavam essa hipótese sempre que algum impresso atrasava ou mesmo não chegava ao seu destino. Assim foi com a demora do livro de Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, em 1954, com algumas revistas *Manchete* com marcas de manuseio, ou quando chegavam pacotes devassados. Em 25/9/1957, Carvalho acusava o recebimento com atraso de uma remessa e informava ao amigo: “Venho agradecer-lhe as Manchetes e a Anhembi, que chegou incólume, apesar dos outros pacotes que de aí recebi terem sido abertos e vasculhados...”¹⁴⁶⁷. Para os livros proibidos ou mais sujeitos a censura, cuidados adicionais eram adotados, como o envio avulso, para chamar menos atenção e não comprometer o pacote. Foi assim com o exemplar de *Fátima*, de Tomás da Fonseca, publicado pela editora Germinal, no Rio de Janeiro. Em uma lista de livros, no ano de 1956, Carvalho destacou a seguinte observação: “suponho que seja proibido cá, deve vir separadamente”¹⁴⁶⁸.

Cercado de livros para encher a existência

O envio permanente de pedidos avulsos e listas de livros confirma que o interesse não arrefeceu com o passar dos anos. Ao contrário, avançou e, em conexão com a evolução da própria vida de Carvalho, se apurou. Prova o que acabamos de afirmar os termos do acerto de contas com a Livraria Teixeira, de onde ressalta a necessidade que, crescentemente, o

1467 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 25/9/57, fl. 1.

1468 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 16/8/56, fl. 2.

professor de Coimbra sentia em garantir a aquisição “do maior número de volumes”, que eram escolhidos por ele à luz da intenção de acumular “instrumentos de trabalho” sobre a cultura brasileira, como confessou em carta a Cruz Costa em 5/6/1955:

Dentro de dias conto mandar-lhe o vol. I dos meus Estudos sobre a cultura do séc. XIX. A propósito ocorre-me o seguinte: depositar alguns exemplares deste livro e de outros, meus e que tenho em duplicado de vários autores, na Livraria Teixeira, abrindo-se assim uma conta corrente; o meu crédito, em cruzeiros, seria pago por livros que ela me enviasse. Acha bem? No caso afirmativo, agradecia que me dissesse se entende que eu mande os livros diretamente à Livraria Teixeira, ou a si. O preço deles seria aí fixado por si. O meu interesse está em possuir o maior nº possível de instrumentos de trabalho acerca da cultura brasileira¹⁴⁶⁹.

No novo sistema, Joaquim de Carvalho enviava os exemplares a Cruz Costa que tinha liberdade para ficar com os volumes que mais lhe interessassem. O restante era depositado na Livraria Teixeira, onde se estipulava um valor de venda, que seria convertido em novas remessas de livros que este estabelecimento enviava diretamente para Portugal. No entanto, é preciso frisar a importância de um episódio pessoal que acabará por influenciar, até certo ponto, o caráter de urgência que este intercâmbio veio a sofrer. Referimo-nos ao fato dramático que ocorreu nos inícios de 1956, quando Joaquim de Carvalho teve de ser operado a um tumor, “provação” que foi atentamente acompanhada à distância pelo amigo paulista. Logo que sentiu melhoras, ele relatou por estas palavras num misto de ironia e estoicismo: “dizem q me portei como um “sábio antigo”, na capacidade de sofrimento e na compreensão do meu estado; o que sei, é que me lembrei dos meus q me são queridos e dos amigos q trago no coração, entre os quais está sempre presente o João Cruz Costa”¹⁴⁷⁰. Afastado o risco de morte, e ainda na recuperação, ele anunciou que iria acelerar, ou melhor, na sua própria expressão, “aligeirar” a chegada de livros, utilizando para isso o saldo positivo que tinha acumulado na mencionada livraria paulista:

Depois da carta de ontem, que seguiu por via aérea e na qual lhe relatei a provação a que me sujeitou o aparecimento de um tumor no intestino (aura sigmoide), aqui me tem a importuna-lo com pedidos. O meu crédito na Livraria Teixeira era em 29/12/55 de Czs.832. Desejo aligeirar esta fortuna, pelo que lhe peço o favor de me adquirir os livros da nota inclusa¹⁴⁷¹.

Sopesando todas essas informações, julgamos que a conjugação dos seus efeitos

1469 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 5/6/55, fl. 1 (frente e verso).

1470 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 11/3/56, fl. 1 (frente e verso).

1471 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, 12/3/56, Coimbra, fl. 1 (frente e verso).

concretos explica, em boa parte, que tenha sido esse ano de 1956 aquele que viu chegar a Coimbra o maior número de volumes “exportados” do Brasil para a biblioteca do historiador português. Em cinco listas localizadas, sabemos que só na Livraria Teixeira foram requisitados pelo comprador 56 títulos. Se os números não são absolutos, a verdade é que eles se referem à principal intermediadora deste interessante e modo específico de acesso a bibliografia luso-brasileira não só atualizada, mas também de sentido duplo, pois, como sugerido, a Livraria Teixeira não deixava de ter algumas publicações portuguesas nos seus escaparates.

Listas de livros enviadas por Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa

Lista enviada em 28/6/1955	Oliveira Viana, <i>Instituições políticas brasileiras</i> (2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio); Joaquim Ribeiro, <i>Capítulos Inéditos da História do Brasil</i> (Rio de Janeiro: Org. Simões); Ribeiro Couto, <i>Cabocla</i> (ed. Liv. Teixeira); Basílio de Magalhães, <i>Estudos de História do Brasil</i> (Ed. Liv. Teixeira); Oliveira Viana, <i>Idealismo da Constituição</i> (Ed. Liv. Teixeira); Aureliano Leite, <i>Memórias de um revolucionário</i> (Liv. Teixeira); Frota Júnior, <i>Nos bastidores da inconfidência</i> (Liv. Teixeira); A. Tavares de Lyra, <i>Organização Política e Administrativa do Brasil</i> .
Lista enviada em 12/3/1956	Wilson Martins, <i>Um Brasil diferente</i> (ed. Anhembi); José Feliciano de Oliveira, <i>José Bonifácio e a Independência</i> (São Paulo: Ed. Liv. Martins); Jorge Amado, <i>Jubiabá, Capitães de Areia e Terras do sem fim</i> ; Maurício Goulart, <i>Escravidão africana no Brasil</i> ; Afonso de Taunay, <i>O senado do Império</i> ; <i>Obras-primas do conto brasileiro</i> ; Mário de Andrade, <i>Macunaíma</i> (“uma ed. impressa em caracteres legíveis p ^a os meus olhos cansados”); Brigadeiro Eduardo Gomes, <i>Campanha de libertação</i> ; Cid Castro Prado, <i>Viagem à Bahia</i> .
Lista enviada em 1/6/1956	Lysias Augusto Rodrigues, <i>Formação da nacionalidade brasileira</i> (Biblioteca do Exército); Augusto de Lima Júnior, <i>Pequena história da Inconfidência Mineira</i> (Rio de Janeiro: Livros de Portugal); Eduardo Frieiro, <i>Páginas de Crítica</i> (Belo Horizonte); João Dornar Filho, <i>Afrontamentos para a História da República</i> ; João Pandiá Calógeras, <i>A formação histórica do Brasil</i> ; Helio Viana, <i>Estudos de História Colonial</i> (São Paulo, 1948) e <i>Dentro e fora do Brasil</i> (Biblioteca do Exército); Sérgio Buarque de Holanda, <i>Introdução à Memória sobre o preço do Açúcar</i> , de Azevedo Coutinho (Rio de Janeiro, 1946); Afonso Arinos de Melo Franco, <i>Terra do Brasil</i> (São Paulo, 1939); Lúcia Miguel Pereira, <i>Cinquenta anos de Literatura</i> (Rio de Janeiro, 1952);
Lista enviada em 16/8/1956	<i>Por Brasil e Portugal</i> , n.º 108 da Brasiliana; Almir de Oliveira, <i>Gonzaga e a Inconfidência Mineira</i> , n.º 260 da Brasiliana; Ernesto Eanes, <i>Estudos sobre História do Brasil</i> , n.º 232 da Brasiliana; Humberto de Campos, <i>Memórias</i> (Rio de Janeiro, Ed. Jackson); Jorge Amado, <i>Bahia de Todos os Santos</i> (Liv. Martins), <i>Os subterrâneos da liberdade</i> (Liv. Martins) e <i>O cavaleiro da Esperança</i> (Rio de Janeiro: Ed. Vitoria); Afonso Arinos de Melo Franco, <i>Episódios de História Contemporânea</i> (Rio de Janeiro, Org. Simões) e <i>História e Teoria do Partido Político</i> (Rio de Janeiro, ed. Livraria Forense); Tomás da Fonseca, <i>Fátima</i> (Rio de Janeiro, Ed. Germinal); L.F de Tollenare, <i>Notas dominicaes tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil</i> (Salvador, Livraria Progresso, 1956); Artur Ramos, <i>O Negro na civilização brasileira</i> (Rio de Janeiro, Casa do Estudante);

	Oliveira Viana, <i>Evolução do povo brasileiro</i> (José Olympio); <i>O general Goes depõe</i> .
Lista enviada em 8/10/1956	Gregório de Matos, <i>Obras Completas</i> (São Paulo, Ed. Cultura), Crítilo, <i>Cartas Chilenas</i> (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940); Tomás Antônio Gonzaga, <i>Obras Completas</i> (São Paulo, Companhia Ed. Nacional); Humberto Campos, <i>Perfis</i> ; Rosario Fusco, <i>Política e Letras</i> ; Gustavo Barroso, <i>Portugal, semente de impérios</i> ; Carlos S. de Mendonça, <i>Sílvio Romero</i> ; Monte Arrais, <i>Estado Novo e suas diretrizes</i> ; Vieira Pontes, <i>Lira popular brasileira</i> ; Machado de Assis, <i>Casa Velha</i> (Martins Ed.); José de Alencar, <i>Iracema</i> (Martins Editora); Joaquim Manuel de Macedo, <i>A moreninha</i> (Martins Editora); Renato de Mendonça, <i>Frenteira em marcha</i> (Edição Biblioteca do Exército); Jean de Léry, <i>Viagem à terra do Brasil</i> (ed. Livr. Martins); Thales de Azevedo, <i>As elites de côr</i> , n.º 282 da Brasileira; Eduardo Galvão, <i>Santos e visagens</i> , n.º 284 da Brasileira.
Lista enviada em 12/11/1956	Maria Graham, <i>Diário de uma viagem ao Brasil</i> (publicado por Americo Jacobina Lacombe, Companhia Editora Nacional); J.B. de Magalhães, <i>A compreensão da unidade do Brasil</i> (Biblioteca do Exército); Renato de Mendonça, <i>Frenteira em Marcha</i> (Biblioteca do Exército); Cyro dos Anjos, <i>A Montanha</i> .
Lista enviada em 3/3/1957	Referida, mas não localizada.

Até 1958, confirma-se este seu empenhamento bibliográfico, inquietação contínua que faz com que não seja arrojado supor que, subjacente a ela, estava uma urgência aquisitiva em boa parte movida pelo desejo de ganhar tempo a fim de poder concretizar projetos que tinha em mente, seja os que foram avivados pela sua viagem de 1953, seja os sugeridos a partir desta experiência. No entanto, se este propósito é manifesto, é igualmente certo que, nesta como nas demais temáticas que povoaram as suas estantes com mais de 20 mil livros, esteve igualmente presente, em coexistência com as preocupações científicas, um forte impulso bibliófilo de vocação enciclopédica e movido por uma insaciável necessidade vital que ele próprio caracterizou assim: “careço de estar cercado dos livros que me enchem a existência”¹⁴⁷².

1472 Ao dizer da sua livraria que ia, pouco a pouco, sendo transferida para a Figueira, Joaquim de Carvalho compartilhou seus planos de futuro com João Cruz Costa, para em sequência fazer seus novos pedidos de livros: “Daqui a 2 anos venho de todo p^a aqui, e careço de estar cercado dos livros q me enchem a existência”. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 12/4/54, fl. 2.

CAPÍTULO XII

Brasil-Portugal: uma comunidade intelectual-afetiva

A minha amizade com Joaquim de Carvalho originou-se de uma troca de correspondência, motivada pela publicação de um livro meu que ele desejava ler, e cuja notícia sobre seu aparecimento tinha sido feita pela Revista Kriterion de Minas Gerais. Por muitos anos permutámos cartas, cartas essas que guardo carinhosamente no meu bureau, numa gaveta para isso reservada, e que são lembranças constantes do meu grande amigo morto. Parece-me que volto a conversar com ele, com esse insigne espírito, que, se foi grande como homem de inteligência e de cultura, ainda foi maior como homem dotado de um coração repleto de bondade e de excelsa generosidade.

Amaro Quintas, Recife, 1960¹⁴⁷³.

Pouco antes de deixar o Brasil, numa paragem do paquete Vera Cruz em Salvador, Joaquim de Carvalho escreveu a João Cruz Costa para agradecer ao amigo o seu decisivo empenhamento na criação das condições que tornaram possível a inolvidável experiência que tinha acabado de viver durante três meses, e para lhe comunicar o impacto que ela teve no seu espírito, confessando-lhe ter-se tornado um aprendiz das coisas brasileiras:

Querido Amigo:

Aqui me tem a dar-lhe um grande abraço, ao deixar a Terra brasileira, q graças a si levo no coração e na saudade. Saio como estudante de assuntos brasileiros, com mta. satisfação o digo e direi em publico¹⁴⁷⁴.

Com essa premissa, é hora de perguntar: qual foi a repercussão da viagem na evolução da sua obra e do seu mundo intelectual?

Um primeiro efeito que ressalta de imediato tem a ver com o crescimento do seu interesse pelo livro brasileiro. Como aqui e ali ficou sugerido, esta atração intensificou-se desde o contato direto com o Brasil e com os seus meios intelectuais e universitários, vindo a confluir, em termos bibliográficos, na formação de uma relevante *Brasiliana*, cuja gênese ficou sugerida no Capítulo XI. E basta um mero olhar perfuntório sobre os títulos que lhe dão corpo para surpreender a relevância de obras de cariz histórico (com destaque para temas sobre o liberalismo, a Independência e o advento da República no Brasil). Mas, também

1473 QUINTAS, Amaro. “Uma carta. Trecho duma carta do Dr. Amaro Quintas, prof. Universidade do Recife e da Universidade Católica de Pernambuco (30 de março de 1960)”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 4. Figueira da Foz: Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, 1960, p. 434.

1474 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Salvador, 12/7/1953, fl. 1.

deparamos com outras edições de autoria brasileira e de grande incidência interdisciplinar – Filosofia, Sociologia, Educação, Licenciatura, Etnologia –, incluindo muitos títulos cujo conteúdo tem a ver com a temática dos contributos regionais para a identidade brasileira. Em síntese, tudo isto mostra que Carvalho encontrou no Brasil uma vasta gama de publicações que transportou para Portugal, tendo em vista usá-la como suporte de futuros trabalhos originais, ou a revisão de estudos publicados e que pensava reescrever.

Este o fundo bibliográfico que serviu para provar aos mais céticos que, ao contrário do que acontecia em Portugal, a investigação histórica não estava de costas voltadas para as demais ciências sociais. De onde ter passado a incluir alguns livros brasileiros na bibliografia de cadeiras que lecionava e na agenda das leituras dos amigos com quem mais dialogava, mormente os escritos de vários “intérpretes do Brasil”, caso não só de Gilberto Freyre (seu velho conhecido), Caio Prado Júnior (autor de interlocução mais recente) e Sérgio Buarque de Holanda, mas também de José Honório Rodrigues, Nelson Werneck Sodré, Antônio Cândido, e, num outro registro, dos já clássicos Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Paulo Prado.

Nesse jogo de espelhos, suas recentes reflexões sobre a compleição do modo de ser português foram confrontadas com um Brasil testemunhado e intelectualmente melhor conhecido. E, independentemente do fato de não ter vivido o tempo suficiente para sistematizar muito do que pensou, são estimulantes alguns dos juízos que encontramos exarados na intimidade, mesmo que vigiada, da sua correspondência. Além desta, as repercussões da “experiência brasileira” de Joaquim de Carvalho nos seus projetos e ideias podem ser encontradas, muitas vezes somente como intenção, num diversificado conjunto de textos que incluem recensões de livros, publicadas na *Revista Filosófica*¹⁴⁷⁵; os seus escritos

1475 Na *Revista Filosófica*, Joaquim de Carvalho fez a recensão de 11 livros editados no Brasil: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia*. Promovido pelo Instituto Brasileiro de Filosofia sob os auspícios da Reitoria da Universidade de São Paulo. 2 vols. São Paulo, 1950 (RF n.º 2, 1952); João Cruz Costa. *Augusto Comte e as origens do Positivismo*, 1 vol. São Paulo, 1951 (RF n.º 2, 1952); Alcântara Nogueira, *Universo. Tratado de Filosofia racional*. 1 vol. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1950 (RF n.º 2, 1952); Editores; *Obras de Farias Brito*. I. O mundo interior. Ensaio sobre os dados gerais da Filosofia do Espírito. Introdução de Barreto Filho, 2.ª ed., Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1951 (RF n.º 4, 1952); Laerte Ramos de Carvalho, *A formação filosófica de Farias Brito*. (Boletim 151, Filosofia n.º 4, São Paulo, 1951, com apresentação do Prof. João Cruz Costa, e em separata). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (RF n.º 4, 1952); A. Carneiro Leão. *Panorama Sociologique du Brésil*, Préface de Georges Davy. Paris, Presses Universitaires de France, 1953 (RF n.º 8, 1953); Evaristo de Moraes Filho, *Francisco Sanches na renascença portuguesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1953 (RF n.º 8, 1953); Pedro Calmon, *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1952 (RF n.º 9, 1953); Miguel Reale, *Filosofia do Direito*, vol. I, (tomos I e II). São Paulo: Edição Saraiva, 1953 (RF n.º 9, 1953); João Cruz Costa. *Contribuição à História das Ideias no Brasil* (O desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956 (RF n.º 20, 1957); Evaristo de Moraes Filho, *Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957 (RF n.º 20, 1957).

explícitos sobre assuntos brasileiros e/ou apresentados no Brasil¹⁴⁷⁶; assim como na sua biblioteca (com as inscrições e marcas de leitura inseridas na margem dos livros), em textos e missivas de seus interlocutores, e, ainda, em iniciativas planejadas com editoras e com os seus pares, portugueses e brasileiros.

Infelizmente, muitos desses propósitos nunca serão realizados, em boa parte devido à sua morte. No entanto, quer no que foi efetivamente concretizado, quer nas suas manifestações de vontade e nas suas próprias confissões (sobretudo na correspondência), será possível identificar algumas realizações, mesmo quando a sua materialização teve por veículo iniciativas anteriores a 1953, exemplo da *Revista Filosófica* e das publicações que organizava na Editora Atlântida e na Universidade de Coimbra. Por outro lado, Joaquim de Carvalho soube dar vida a uma rede intelectual-afetiva, cimentada, em muitos casos, pela amizade e pelo amor aos livros e, em outros, pelo desejo de cooperação em iniciativas comuns.

Pontes de diálogo e afinidades intelectuais

Se a leitura é uma das grandes formas de convivência ideativa, também é catalisadora de *sociabilidades intelectuais*¹⁴⁷⁷ de vária índole. Isto é, para o caso do estudo das relações de Joaquim de Carvalho com o Brasil, os contornos dessa rede informal e dispersa, mas cujos nomes tinham forte inserção institucional, incluíram alguns daqueles com quem, em 1953, conviveu em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Porém, também se relacionou com outros não visitados, como foi o caso de Edgard Cavalheiro, editor com quem buscou firmar pontes de colaboração, como se verá. Concretamente, do Rio Grande do Sul ao Ceará, a rede epistolográfica estendeu-se, envolvendo escritores, editores, universitários em maioria, de uma ponta a outra do país. Em alguns dos casos, foi da leitura de um livro, ou do conhecimento de uma publicação, que o interesse desperto levou, como passo seguinte, ao envio da carta e, assim, a trocas de juízos e à circulação de ideias, não raro acompanhadas pelo envio de livros.

Por exemplo: foi por esta via que Joaquim de Carvalho passou a cambiar livros com

1476 Refere-se aqui, especificamente, aos textos de Carvalho “Compleição do Patriotismo Português” (*O.C.*, vol. V, pp. 123-137) e “São Paulo e o Brasil que se constrói” (*O.C.*, vol. V, pp. 231-239).

1477 Uma reflexão sobre esse conceito, com destaque para as contribuições do Institut d’Histoire du Temps Présent (IHTP) para a história dos intelectuais, é desenvolvida por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen em *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*. Seguindo as autoras, “a sociabilidade intelectual é entendida como uma prática constitutiva de grupos de intelectuais, que definem seus objetivos (culturais e políticos) e formas associativas – muito variáveis e podendo ser mais ou menos institucionalizadas –, para atuar no interior de uma sociedade mais ampla”. Cf. GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: FGV, 2016, p. 15.

o professor da Universidade Federal do Ceará, Abelardo F. Montenegro¹⁴⁷⁸. Nunca se encontraram pessoalmente, como Montenegro registrou em 1958, ao enquadrar aquele intercâmbio entre as “amizades que se firmam e admirações que se consolidam apenas pela simples correspondência epistolar”¹⁴⁷⁹. O professor cearense descreveu-nos um Joaquim de Carvalho atento à bibliografia de caráter regional e interessado nos aspectos sociológicos, de modo a compreender as diferentes matrizes sociais brasileiras, o que pode também ser confirmado na sua biblioteca. Quer devido ao viés sociológico, ou mesmo político, esta propensão logo despertou a atenção da PIDE, cujo serviço de verificação registrou “para superior conhecimento” um desses livros em 1957¹⁴⁸⁰.

Como de praxe, em troca, o professor coimbrão enviava a Montenegro as “preciosas obras”, suas e de outros, que iriam fazer parte da biblioteca do cearense, instalada em Fortaleza¹⁴⁸¹. Mais do que limitar-se a acusar a recepção dos livros, Carvalho comunicava as suas impressões de leitura com “a bondade e a fidalguia espiritual que lhe eram peculiares”¹⁴⁸², mas também com a preocupação de compreender e de contextualizar o que lia, como foi o caso da obra de Montenegro: “Tomando conhecimento de meus livros sobre a área cearense de seca e de fome, não se esquecia êle de salientar a contribuição do autor à sociologia regional”¹⁴⁸³.

Outros correspondentes brasileiros, incluindo os que nunca conheceu pessoalmente, mas cujas relações chegaram a ser de amizade intelectual, são localizáveis nas dedicatórias inscritas em muitos livros que lhe foram ofertados, prova material de um dos meios que alicerçou o funcionamento desta espécie de “internacional da inteligência” (expressão usada

1478 Abelardo Fernando Montenegro (1912-2010) era professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará desde 1951. Formado em Direito pela mesma Faculdade (1936), doutorou-se em Ciências Econômicas e passou a ser professor titular a partir de 1957. É referido como um “explicador” da cultura cearense, autor dos títulos, entre outros, *Rui Barbosa e a Revolução Industrial no Brasil* (1951); *Parlamentarismo, Presidencialismo e Patriarcalismo* (1952); *O Romance Cearense* (1953); *Tobias Barreto e Machado de Assis* (1954); *A Ânsia de Glória de Balzac e Outros Estudos* (1954); *História do Cangaceirismo no Ceará* (1955); *Introdução a Keyserling* (1955); *Variações em Torno da Democracia* (1956); *Maquiavel e o Estado* (1957). Cf. NOBRE, F. Silva. *1001 Cearenses Notáveis*. Fortaleza: Casa do Ceará, 1996; MONTENEGRO, Abelardo. “Discurso de posse de Abelardo Montenegro”. In *Revista do Instituto do Ceará*, n.º 95. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1981, pp. 108-118.

1479 MONTENEGRO, Abelardo F. “Joaquim de Carvalho, amigo do Brasil”. In *O Povo*, Fortaleza, 24/12/1958, p. 3.

1480 O agente, não identificado, considerou digno de registro a recepção por Carvalho de “um exemplar do livro intitulado “Maquiavel e o Estado”, da autoria de Abelardo F. Montenegro, da (Sociedade Brasileira de Sociologia) 1957 - Fortaleza- Ceará”. Há ainda a informação de que o “papel que o embrulhava não traz remetente e tem o carimbo dos correios ilegível em cima de dois selos brasileiros”. ANTT, PIDE/DGS Joaquim de Carvalho Del.Coimbra, Processo Individual (PI) 646, NT10390, fl. 37.

1481 MONTENEGRO, Abelardo F. *Art. Cit.*, p. 3.

1482 *Idem, ibidem*.

1483 *Idem, ibidem*.

por Wilson Martins)¹⁴⁸⁴ e uma boa fonte para reconstituirmos o mundo de contatos que Joaquim de Carvalho manteve com um relevante setor da intelectualidade brasileira dos anos 1940 e sobretudo inícios de 1950¹⁴⁸⁵. Então professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Paraná (1951-1962), Wilson Martins enviou, desde Curitiba, seus livros para a Joaquim de Carvalho a partir de, pelo menos, 1953, ano da viagem deste ao Brasil. No entanto, em 1956, afirmava que ainda não o conhecia pessoalmente, embora estivesse informado acerca do “trabalho fecundo e sério que, como outros professores estrangeiros, realizou na Universidade brasileira¹⁴⁸⁶”. Com isso, o professor português tinha dado um contributo importante “para a emancipação intelectual de um País que não deseja repudiar as suas raízes europeias, mas que não quer, tampouco, falhar ao seu dever de criar uma personalidade própria¹⁴⁸⁷”. Para concretizar essa tarefa, “delicada e complexa”, o professor conimbricense tinha dado provas de abertura à diferença, atitude só possível nos que são capazes de compreender a filosofia como uma “maneira de viver”, ao invés de “mantê-la reduzida à condição de um ‘sistema’¹⁴⁸⁸”.

Por outra via, menos teórica e mais sensitiva, Américo Jacobina Lacombe descreveu a descoberta de *afinidades eletivas* com Joaquim de Carvalho desde o primeiro encontro ocorrido na Casa de Rui Barbosa. Acostumado a receber “visitantes ilustres”, o diretor da instituição e professor da Universidade Católica do Rio de Janeiro se disse surpreendido por quem lhe apareceu como “o mais cordial dos amigos” durante o percurso entre os livros e a mobília da biblioteca pessoal de Rui Barbosa. “O interesse em ver e apreciar o que ali se guarda fez-me lembrar a frase tão citada: – ver bem não é ver tudo: é ver o que os outros não vêem. Ao fim da visita, senti a emergência de uma empatia “fundada em sólidas bases”, rememorou Lacombe em escrito de 1956¹⁴⁸⁹. Por sua vez, o fato de a conversa ter revelado

1484 Nascido em São Paulo, Wilson Martins (1921-2010) bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Paraná (1943). Depois foi bolsista do governo francês (Paris, 1947-1948) e doutor em Letras (1952) pela Universidade Federal do Paraná. Entre outros títulos, publicou a obra, em sete volumes, em sete volumes, *História da Inteligência Brasileira* (1933-1960), e lecionou na cadeira de língua e literatura francesa naquela Universidade por 11 anos, quando se tornou professor visitante da Universidade do Kansas (1962), associado na Universidade Wisconsin-Madison (1963-1964), professor titular de literatura brasileira na New York University (1965-1991). Iniciado como jornalista na *Gazeta do Povo* (Paraná), continuou na imprensa como crítico literário daquele órgão e dos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* (estes do Rio de Janeiro). Cf. SANCHES NETO, Miguel (org.). *Wilson Martins*. Curitiba: UFPR, 1997; Seffrin, André (et al). *Mestre da crítica*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado/ Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

1485 Em texto publicado no livro dedicado ao professor de Coimbra, Wilson Martins retomou a expressão “internacional da inteligência”, que já havia usado em “obscuro trabalho”, para caracterizar a “homenagem que os intelectuais brasileiros prestam ao Professor Joaquim de Carvalho”. MARTINS, Wilson. “(sem título)”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.), *Op.Cit.*, pp. 102-103, p. 102.

1486 *Idem, ibidem*.

1487 *Idem, ibidem*.

1488 *Idem, ibidem*.

1489 Apesar de publicado em 1958, o diretor da Casa de Rui Barbosa registrou que escreveu o texto em

que os seus avós tinham emigrado da Figueira da Foz – terra natal de Carvalho – estabeleceu “o vínculo definitivo entre nossos espíritos”, na confissão de Lacombe, que depois chegou a atravessar o oceano para reencontrar suas raízes portuguesas¹⁴⁹⁰.

Um amigo acionou outro amigo e, assim, essa comunidade intelectual e afetiva se mobilizou também para a reprodução e o envio para Coimbra de fontes e documentos raros, em paralelo com outra bibliografia mais generalista e menos urgente. A este propósito, cite-se este caso. Na correspondência do historiador José Honório Rodrigues, então diretor da Seção de Publicações e Obras Raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, encontra-se uma carta do jurista Ivan Lins (docente da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro) a agradecer, “com efusão”, o envio de microfilmes ao professor da Universidade de Coimbra em 1957¹⁴⁹¹, solicitação que contou também com o intermédio do professor da USP, João Cruz Costa.

Ainda no núcleo carioca, outra correspondência demonstra o estreitamento de relações com Thiers Martins Moreira e Antônio Carneiro Leão, nomes que participaram de sua acolhida em 1953 e a quem também se conectou para a troca de publicações. Para este último – decano da Universidade do Brasil –, se Joaquim de Carvalho impressionava pela “alta cultura” que possuía, a sua personalidade mostrava ainda a presença de uma outra característica, que os “brasileiros prezam acima de tudo”: a sua sensibilidade¹⁴⁹². Já no conjunto de cartas enviadas a Thiers Martins, ficaram expressos os efeitos da viagem de 1953 no diálogo cultivado, mesmo que por vezes intermediado por este, com Pedro Calmon, Manuel Bandeira, Ferdinando de Sousa da Silveira, além do “bom amigo” Carneiro Leão, ou seja, com o grupo de professores da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) de onde também surgiu o convite para seu retorno ao país em 1954 como professor visitante¹⁴⁹³.

Em São Paulo, além dos catedráticos ou membros de academias e institutos, participaram ativamente neste epistolário alguns dos estudantes e jovens assistentes com quem Carvalho conviveu na USP (como Linneu de Camargo Schültzer, Cleonice Berardinelli),

homenagem ao professor de Coimbra em 1956. LACOMBE, Américo Jacobina. “Prof. Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op.Cit.*, pp. 28-29, p. 28.

1490 *Idem, ibidem*. Atualmente, o acervo epistolar de Américo Jacobina Lacombe está em processamento na Fundação Casa de Rui Barbosa e nem todas as cartas estão disponibilizadas para consulta pública, incluindo as trocadas com Joaquim de Carvalho.

1491 Carta de Ivan Lins a José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 16/4/1957. In RODRIGUES, Lêda Boechat. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras 2000, p. 111.

1492 LEÃO, Antônio Carneiro. “Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.), *Op.Cit.*, pp. 32-34, p. 32.

1493 O acervo de Thiers Martins guarda sete cartas de Joaquim de Carvalho, incluindo um cartão de pêsames, de 1954, e, no ano seguinte, uma carta em que lamenta o desencontro que tiveram na estação ferroviária de Coimbra para “o abraço de despedida”. Não se pode afirmar que estas missivas tenham sido as únicas, mas são demonstrativas de um diálogo em curso. Cf. AMLB-FCRB. *Correspondência - Thiers Martins Moreira*. Cota TMC Cp 34. Carta de Joaquim de Carvalho a Thiers Martins, 25/5/55.

mas também alguns que já tinham passado por Coimbra, caso de José Arthur Gianotti e Laerte Ramos de Carvalho. Por vezes, intermediados por João Cruz Costa, esse grupo chegou a se dividir no envio de periódicos e aquisição de publicações que iam ao encontro do extenso rol de interesses do antigo diretor da IUC. A estratégia também reduzia os riscos de apreensão de impressos pela alfândega ou pela censura, especialmente quando se tratava de publicações sobre assuntos de atualidades. Um exemplo. Por carta dos princípios de 1954, Costa informava-o que tinha mandado “uma Gazeta do dia 25” e que “o Laerte ficou de lhe mandar o “Estado de S.Paulo”; o Schültzer, a Folha da Manhã e o Aluizio de Andrade, amigo do Gianotti e seu aluno, mandar-lhe-á o “Diário Estado de S. Paulo¹⁴⁹⁴”.

Entre os mineiros, sabe-se que se carteceu com o escritor Cyro dos Anjos¹⁴⁹⁵, professor de Estudos Brasileiros na Universidade Autônoma do México (1952) e da Universidade de Lisboa (1954), altura em que ambos aprofundaram as suas relações. No entanto, mais do que listar nomes por quem guardava a gratidão da acolhida na Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, Joaquim de Carvalho colheu juízos favoráveis do ambiente universitário de Belo Horizonte, na comparação que fez com o do Rio e com o de São Paulo, impressão que, em 1954, comunicou a Cruz Costa:

O meu querido Cruz Costa, paulista cem-por-cento, não se ofenda, mas leve os seus colegas a Belo Horizonte para que vejam e sintam o encanto do companheirismo universitário, q em parte alguma encontrei tão viçoso, comunicativo e cativante como na capital mineira. Lembre-me aos amigos Versiani, Alvim, Aires da Mata, Magalhães Gomes, Wilton Cardoso e um jovem prof. de Matemática, cujo nome não recordo e com quem estou em dívida, e ao charmeur Eduardo Frieiro. Diga-lhes q o meu silêncio não é esquecimento, e que um dia repararei a falta com alguma fartura. Não se esqueça também - e mto. lho peço, de Vicenzo Spinelli, q desde Coimbra estimo e aprecio, como carater e como escritor¹⁴⁹⁶.

Em outras correspondências, estão patentes os esforços de Carvalho para impulsionar a circulação do livro e a discussão de ideias nesse alargado desejo de “companheirismo acadêmico”, revivificado, fosse através da aquisição de impressos, ou fosse com o fomento de encontros entre autores com afinidades entre si. Por exemplo, este empenhamento fez com que o professor da Universidade do Recife, Amaro Soares Quintas (1911–1998), a quem disse “muito estimar”, tivesse acesso a um volume avulso da coleção do Congresso do Mundo

1494 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 7/2/1954, fl. 1.

1495 Informação vista em BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 17/7/1953, fl.

1. Em outras cartas, de 1954, dá conta dos encontros com Cyro dos Anjos, em Lisboa.

1496 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 8/7/1954, fl. 1.

Português, através do envio da obra pela editora – Academia das Ciências de Lisboa¹⁴⁹⁷; ou ainda quando apresentou, por carta, o referido professor brasileiro a Marcello Caetano, por causa de um artigo que este tinha publicado na *Revista de História* e que despertou o interesse do pernambucano. Carvalho definiu-o como “o historiador da Revolução Praieira, que ele vê à luz de 48, e tem chamado a atenção para a importância histórica do pequeno noticiário dos jornais”¹⁴⁹⁸.

As peculiaridades da relação com Gilberto Freyre

Dessa plêiade de forte presença universitária, mesmo que não exclusiva, se demarcava Gilberto Freyre com a sua complexa, por vezes acirrada e até contraditória relação com a Universidade brasileira¹⁴⁹⁹, diferenciações que, em parte, se vinculavam a sua formação como sociólogo. Isso porque, apesar de, desde os 18 anos, quando foi viver para os Estados Unidos, ter frequentado centros universitários¹⁵⁰⁰, o futuro sociólogo manteve sempre uma componente autodidata e uma atitude de distanciamento crítico face às instituições de ensino superior em desenvolvimento e afirmação no País¹⁵⁰¹, com particular incidência nas do Rio de

1497 No acervo da Academia das Ciências de Lisboa, uma carta de Joaquim de Carvalho revela as dificuldades que, do Brasil, o professor Amaro Quintas tinha para adquirir livros portugueses, no caso, um volume do Congresso do Mundo Português: “O Prof. de Hist. Do Brasil, da Univ. do Recife, Amaro Quintas, que devotamente se aplica também à Hist. de Portugal, pede-me p^a lhe obter o vol. do Cong. do Mundo Portugues dedicado à Hist. Medieval (Congresso Medieval) necessário ao trabalho q está preparando sobre a crise de 1383. Escrevi p^a a Imp. Nacional, a fim de adquirir (verso folha 1) este vol., mas disseram-me que não vendiam fora da coleção total. [A obra monumental custava 1.500\$00]. Surge, primeiro, a pergunta: dispõe o meu amigo de algum ex. do citado vol., que tivesse ficado fora das coleções gerais? Pode indicarme, se possível, o caminho p^a o obter, se porventura está nas mãos de outrem? Desculpe, mas desejo responder definitivamente ao Prof. Amaro Quintas, q mto. estimo”. Cf. AACL. processo acadêmico Joaquim de Carvalho, pasta 2, n.º 38. Carta de Joaquim de Carvalho sem destinatário (respondida por Joaquim Leitão, secretário geral da Academia), 16/9/1955.

1498 ANTT. Arquivo Marcello Caetano, Correspondência. Joaquim de Carvalho. Cx.21, n.º 1-14, n.º 11. Carta de Joaquim de Carvalho a Marcello Caetano, Coimbra, 3/5/1955.

1499 Gilberto Velho chama atenção para esse aspecto ao discorrer sobre a “complexa e às vezes contraditória” relação que Freyre manteve com a universidade no Brasil. VELHO, Gilberto. “Gilberto Freyre. Trajetória e singularidade”. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 58, setembro. Oeiras: 2008, pp. 11-21, p. 13-14.

1500 Filho e neto de pessoas da classe média, Gilberto Freyre teve uma formação em que o inglês esteve muito presente, quer nas aulas particulares de sua iniciação escolar, quer nos estudos de segundo ciclo no Colégio Americano Gilreath, de protestantes batistas, no Recife. Nos inícios da maioridade, foi enviado para os Estados Unidos, se graduando em Baylor, no Texas, tendo depois seguido para o mestrado na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. A sua formação no exterior se realizou ainda nas visitas e atividades que participou em centros de universidades europeias. LIMA, Mario Helio Gomes de. “Gilberto Freyre”. In PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). *Intérpretes do Brasil. Clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, pp. 153-168, p. 155.

1501 No retorno ao Brasil, Freyre passou pela Escola Normal e chegou a oferecer um curso na Faculdade de Direito do Recife. Depois, chamado por Anísio Teixeira, participou da experiência da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, onde lecionou sociologia e antropologia (1935-1937). No entanto, a sua atividade se distanciou dos centros universitários brasileiros, tornando-se “conjunturais e efêmeras”, enquanto encaminhou progressivamente sua atividade intelectual para a Fundação Joaquim Nabuco, em Pernambuco, instituição criada por ele. Reconhecendo que Gilberto Freyre teve uma “formação acadêmica significativa”, incluindo cursos, disciplinas, trabalhos acadêmicos nos quais se inclui a dissertação de

Janeiro e de São Paulo. E, embora sua correspondência testemunhe relações amistosas prolongadas com universitários, como Florestan Fernandes e Fernando Azevedo, devem ser sublinhados os seus momentos de “afastamento e mesmo esfriamento” com o grupo uspiano¹⁵⁰², atitude importante para o tema aqui em causa.

Por outro lado, no Brasil, as críticas da obra de Freyre cedo tiveram várias motivações, fosse em nome do que alguns achavam ser a “falta de rigor” – numa rejeição do seu ensaísmo que, commumente, tocava as fronteiras da literatura –, fosse na sequência do pré-conceito iluminista acerca do progresso do conhecimento e da história dominante naqueles meios universitários. Todos estes pressupostos canônicos foram mobilizados para decretar que a sua obra, mesmo quando ainda em construção, estaria ultrapassada à luz de um paradigma tido por expressão máxima de universalidade e de modernidade científica. Embora reabilitado posteriormente¹⁵⁰³, o autor de *Casa Grande e Senzala*, a despeito de sua consagração internacional, foi depreciado pelos meios acadêmicos. Durante décadas, estes acusaram-no de ser anacrônico e conservador, anátema que se acentuou nos anos 1950, quando começou a valorizar mais explicitamente o caráter positivo da colonização portuguesa e se aproximou mais do Estado Novo de Salazar, evolução que também desagradou a Joaquim de Carvalho, que o conhecia desde os finais da década de 1920.

Este antigo relacionamento ajuda a compreender melhor o teor do conjunto de textos que o ensaísta brasileiro publicou (de 1947 a 1963) na revista *O Cruzeiro* e onde Joaquim de Carvalho aparece citado como um dos três *mestres* estrangeiros que, desde 1937, e sem sucesso, o sociólogo pernambucano propunha para professores nas novas universidades

mestrado *Vida Social no Brasil em Meados do Século XIX* (1922), uma das origens de *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Velho frisa que “sempre manteve uma dimensão autodidata, que lhe dava uma liberdade para circular entre os diferentes círculos e áreas de conhecimento. Ou seja, além de viver durante um período das primeiras décadas do século XX, em que havia maiores possibilidades de trânsito, ele distinguia-se, por características pessoais, como um permanente viajante entre diferentes mundos”. VELHO, Gilberto. *Op.Cit.*, p. 14.

1502 O antropólogo acrescenta a esse panorama a pendular relação com Sérgio Buarque de Holanda, de quem Freyre aparece próximo em alguns momentos, mas, em outros, é adversário. *Idem, ibidem*.

1503 Destaque-se a redescoberta da obra de Gilberto Freyre nos anos finais do século XX, próximo a celebração do seu centenário sob o influxo da história cultural e de seus cruzamentos com a crítica literária, como analisado em PESAVENTO, Sandra Jatahy (Et al.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre História e Ficção*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006. Cite-se ainda, entre algumas das iniciativas mais recentes de reinterpretação e reavaliação da obra de Gilberto Freyre e a sua influência no pensamento social no Brasil: BASTOS, Elide Rugai. *Gilberto Freyre e o Pensamento Hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*. São Paulo: EDUSC, 2003; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: Um Vitoriano nos Trópicos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005; CASTELO, Cláudia. *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998; FONSECA, Edson Neri da. *Gilberto Freyre de A a Z: Referências Essenciais à sua Vida e Obra*. Rio de Janeiro: FBN/Zé Mário Editor, 2002; LARRETA, Enrique Rodríguez; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: Uma Biografia Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; VELHO, Gilberto. “O significado da obra de Gilberto Freyre para a antropologia contemporânea”. In *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: 2000, pp. 115-116.

brasileiras, alvitre que encerrava uma crítica à composição das chamadas “missões culturais”. Além do professor de Coimbra, a tríade era formada pelo historiador Fernando de los Rios (1879-1949), antigo professor da Universidade de Madrid, e então exilado do franquismo no México, e pelo filólogo Américo Castro (1885-1972), também da universidade de Madrid, à época exilado republicano nos EUA. Em comum, para além de serem amigos, eram três liberais, com fortes preocupações sociais (Fernando de los Rios foi mesmo um militante do PSOE) e ação antifascista na península ibérica. Publicamente, Freyre os caracterizava como mestres não somente por serem eruditos, mas por conciliarem conhecimento com sabedoria, ou melhor, por suas palavras, por serem autênticos *scholars*, termo colhido da sua formação anglo-saxônica. Ainda em 1949, sob o título “Relações do Brasil com a França”, o colunista assinalava as três ausências entre os habituais convidados para ministrar cursos no país, com manifesto prejuízo para o ensino superior brasileiro.

Teriam sido aquisições valiosíssimas para qualquer das nossas universidades. Três “scholars” autênticos. Três sábios. Três grandes intelectuais. De los Rios chegara a dizer-me que seu maior desejo era identificar-se para sempre com o Brasil. Era o país de sua simpatia. A terra do seu maior amor depois da Espanha.

Confesso com tristeza que não consegui interessar as chamadas universidades brasileiras nessas três figuras de verdadeiros universitários. Fracassei completamente. Fui inteiramente derrotado¹⁵⁰⁴.

O que é apresentado como um fracasso pessoal se traduzia na crítica à incapacidade das universidades brasileiras para arriscarem na contratação de “grandes intelectuais”, a exemplo do francês Georges Gurvitch, “um mestre da Sociologia do Direito” que tinha passado pelo Rio de Janeiro e São Paulo “sem que seja divulgada sua presença ou de suas conferências”; ou ainda Lucien Febvre, a quem Freyre dizia estar indisponível para participar nos esforços para a sua vinda, dado os seus anteriores insucessos respeitantes a Carvalho, de Los Rios e Castro. Mas também não estaria ele próprio a se incluir, implicitamente, entre aqueles que não recebiam das instituições da cultura de seu próprio país o reconhecimento que pensava merecer?

Na argumentação de Gilberto Freyre, a incapacidade local para valorizar os verdadeiros intelectuais revelava ignorância ou provincianismo, pois era acompanhada pela promoção de nomes menores ou sem relevância. No mesmo artigo de 1949, o colunista

1504 FREYRE, Gilberto. “Relações do Brasil com a França”. In *O Cruzeiro*, 2/4/1949, p.10. A coleção da revista *O Cruzeiro*, de 1928 a 1985, foi disponibilizada em formato digital pela Fundação Biblioteca Nacional [<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>].

chamava atenção para estes “fatos tão bizarros” que poderiam servir para ilustrar características negativas tão comuns na cultura brasileira: “às vezes chega ao Rio um estrangeiro absolutamente insignificante que adquire, de repente, ninguém sabe como – parece que por simples capricho de algum humorista com prestígio na imprensa ou junto ao governo – fama de sábio e até de gênio”¹⁵⁰⁵. Em relação a São Paulo, sublinhava lacunas na composição da chamada “missão francesa” na USP, especialmente devido a uma quase ausência de uma correta combinação de nomes consagrados com “intelectuais mais moços”, como disse no trecho:

São os Febvre e os Gurvitch os mestres franceses capazes de dar, como sábios e como europeus, à vida intelectual do Brasil, novas possibilidades de intensificação, completando ou coroadando a obra magnífica que vem sendo realizada em São Paulo por intelectuais mais moços: pelos Bastide, pelos Monbeig, pelo Levy Strauss, pelos Braudel¹⁵⁰⁶.

Por que razões o influente intelectual brasileiro não conseguiu concretizar seus intentos? E de onde partiu o seu interesse na ida de Joaquim de Carvalho ao Brasil? Nas suas reflexões de viagem por Portugal, o autor de *Aventura e Rotina* (1953), recorda que conheceu Carvalho *ainda moço*, apresentado por Fidelino de Figueiredo nos anos 1920¹⁵⁰⁷. Mais do que respeito, percebem-se afinidades intelectuais entre os dois, especialmente no que toca a transversalidade de algumas das ideias defendidas então por Gilberto Freyre e respeitantes, quer à colonização portuguesa, quer à ideia de miscigenação que teria caracterizado a formação da índole portuguesa. Isso porque a doutrina do sociólogo brasileiro não era estranha ao diálogo com teses que, desde fins do século XIX, foram avançadas em meios intelectuais portugueses, incluindo nomes como Oliveira Martins e Ricardo Severo, no seio de um acalorado debate acerca da gênese de Portugal como nação e como Estado¹⁵⁰⁸, tópicos

1505 *Idem, ibidem*.

1506 *Idem, ibidem*.

1507 No relato sobre a viagem a Coimbra, em 1951, o escritor brasileiro rememora a primeira vez em que esteve em Portugal, ainda com 20 anos de idade (1920) e conheceu Joaquim de Carvalho e Paulo Merêa. Segundo Freyre, foi apresentado “a êsses dois sábios, então ainda moços, por um Fidelino de Figueiredo de barba ainda tôda loura”. Conheceu igualmente Eugênio de Castro, mas o seu principal guia foi Manuel da Silva Gaio, então secretário da Universidade. Segundo Freyre, estes dois últimos foram-lhe apresentados pelo seu amigo Oliveira Lima. FREYRE, Gilberto. *Aventura e Rotina, sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Coleção Documentos Brasileiros, n.º 77. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1953, p.163-164. Sobre a relação de Freyre e Oliveira Lima, ver GOMES, Ângela de Castro. “Em família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre”. In GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Op.Cit.*, pp. 51-76.

1508 No contexto dos intercâmbios de Freyre com um núcleo de intelectuais portugueses que ele sabia não navegarem nas águas do Salazarismo, merece ser chamado a terreiro o convite que endereçou a um *compagnon de route* de Carvalho – Antônio Sérgio –, a quem pediu o prefácio para a edição brasileira de *O mundo que o português criou* (1940). E é o próprio ensaísta português que o confessa. Caracterizou as ideias

mais tarde explicitamente abordados por Joaquim de Carvalho em *Compleição do Patriotismo Português*, num diálogo mais implícito que explícito – com as teses de Freyre (aos seus modos, Fernando de los Rios e Américo Castro também eram “explicadores” da especificidade da compleição hispânica¹⁵⁰⁹).

Quando finalmente o professor português esteve no Brasil a convite da USP, em 1953, Gilberto Freyre não terá se apercebido da sua ida. Nas suas colunas de *O Cruzeiro* daquele ano, Joaquim de Carvalho é invocado em dois textos, sempre constando na relação de intelectuais que o autor de *Casa Grande* gostaria de ver a ensinar nas universidades brasileiras¹⁵¹⁰. Em setembro de 1953, o sociólogo recordava que, já em 1937, tinha querido levar o mestre de Coimbra para o Brasil¹⁵¹¹, tendo esbarrado com obstáculos análogos ao que enfrentava face a Américo Castro e Fernando de Los Rios: o acirramento político em Espanha e em Portugal e o modo como “às vezes cruamente simplista” tais assuntos eram decididos no Brasil. Isto é, apesar de não nomear as causas, referia-se à ditadura de Vargas e às perseguições ideológicas que, no período, eram movidas aos intelectuais mais livres de um lado e do outro no Atlântico.

É preciso lembrar que esse comentário foi publicado numa conjuntura em que circulavam críticas aos dois livros que Gilberto Freyre tinha lançado naquele mesmo ano, na sequência das suas viagens por Portugal e suas colônias a convite do Estado Novo de Salazar¹⁵¹². E, nas entrelinhas do seu comentário sobre Joaquim de Carvalho, pode entrever-se

ali expandidas como “mais doutriniais e de maior relevo entre as feições da obra de Gilberto Freyre”, em particular no que concerne ao modo como este definiu os fatores explicativos (características de psicologia rácica, de etnocultura e de geografia histórica) da especificidade e capacidade colonizadora dos portugueses no Brasil. SÉRGIO, António. “Prefácio”. In FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. Nesse texto, Sérgio pergunta ainda se as teorias de Freyre sobre o êxito da colonização portuguesa no Brasil não poderiam ser aplicadas também para explicar o “inêxito” dos portugueses na Europa, como sustentava o ensaísta brasileiro Almir de Andrade.

1509 O que pode ser constatado em obras de Fernando de Los Rios, como *Religión y Estado en la España del siglo XVI* (1927), ou de Américo Castro, como *Aspectos del vivir hispánico* (1949); *España en su historia. Cristianos, moros y judíos* (de 1948, reeditada em 1954, com o título *La realidad histórica de España*) e *Origen, ser y existir de los españoles* (1958).

1510 Nos inícios de 1953, na coluna “Mann e o Brasil”, Gilberto Freyre confessava ter sido responsável pela recente visita de Georges Gurvitch ao País, “vitória que será sempre um dos meus maiores orgulhos”, e ter concorrido para a visita de Lucien Febvre que havia se consumado. Mas, antes de continuar o relato das dificuldades de “trazer ao Brasil o alemão Thomas Mann, filho de brasileira”, refere novamente: “Mas a estas e a duas ou três outras vitórias do mesmo gênero, correspondem vários fracassos de que me envergonho. Não consegui trazer ao nosso país, Fernando de los Rios – que tanto desejava fixar-se no Rio ou em São Paulo. Nem o também espanhol Américo Castro. Nem o português Joaquim de Carvalho. E autorizado pelo Ministro Mariani a convidar André Gide a vir ao Rio, já encontrei o grande escritor demasiadamente enfermo para atravessar o Atlântico”. Cf. FREYRE, Gilberto. “Mann e o Brasil”. In *O Cruzeiro*, 14/3/1953, p. 46.

1511 Em setembro de 1953, Freyre destaca que, por volta de 1937, tentou levar Joaquim de Carvalho, Fernando de Los Rios e Américo Castro ao Brasil. FREYRE, Gilberto. “Ainda a propósito de Américo Castro”. In *O Cruzeiro*, 26/9/1953, p. 28.

1512 Os já comentados livros *Aventura e Rotina*, sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas

o desejo do pernambucano em se associar a um professor que era, ao mesmo tempo, descrito como mestre universitário e como um antissalazarista. Como disse no trecho a propósito de Américo Castro e das sondagens que fez aos intelectuais ibéricos em 1937:

Espanhol oposto à Junta Militar de Burgos? devia ser Comunista. Ou Anarquista. Ou petroleiro com bombas escondidas sob a beca de mestre universitário.

Português mal visto pelo Governo Salazar? Devia ser também Comunista ou Anarquista. Daí ter sido vão meu esforço para, na mesma época, trazer ao Brasil um intelectual das virtudes e do saber de Mestre Joaquim de Carvalho¹⁵¹³.

Quando, em 1959, Gilberto Freyre retomou o tema dos seus três maiores “fracassos” com intelectuais estrangeiros, revelou que, à época, os dois espanhóis e o português eram tidos por comunistas¹⁵¹⁴. Mas, agora, o escritor concluía que a censura não se dava “a estes três, diretamente”, mas a ele próprio que não conseguia criar as condições para os trazer ao Brasil¹⁵¹⁵.

Em outros escritos, Freyre demonstra estar atualizado em relação a vida acadêmica de Coimbra, como em 1954, no elogio que fez a uma publicação da *Acta Universitatis Conimbrigensis*, dirigida por Joaquim de Carvalho, Lopes de Almeida e César Pegado¹⁵¹⁶. Mas é somente em 1956 que irá comentar a viagem do coimbrão ao Brasil. Caracterizando-o como “um sábio verdadeiro”, o escritor brasileiro achou que a recepção que lhe foi feita em 1953 não foi a mais adequada aos méritos científicos do visitante, ao mesmo tempo que aproveitava o reparo para reiterar as suas críticas às instituições brasileiras da cultura. A citação seguinte, apesar de extensa, justifica-se, pois ela ilustra bem a alta estima intelectual

de caráter e ação (1953) e Um Brasileiro em Terras Portuguesas (1953).

1513 FREYRE, Gilberto. “Ainda a propósito de Américo Castro”. In *O Cruzeiro*, 26/9/1953, p. 28.

1514 FREYRE, Gilberto. “O centenário de John Dewey”. In *O Cruzeiro*, 26/12/1959, p.48. Ressalte-se ainda que a relação dos estrangeiros “verdadeiramente ilustres” que buscou intermediar na visita ao Brasil, mas que tiveram “portas fechadas” foi ampliada nos anos seguintes, ao ponto de, em 1959, além de repetir a tríade Joaquim de Carvalho, Fernando de los Rios e Américo Castro, acrescentava Thomas Mann, John Dewey, André Gide. “Todos os obstáculos se levantaram aos desejos desses grandes homens de letras de virem para o Brasil; ou de visitarem o Brasil”. Em 1960, retomava o tema: “Empenhei-me junto a amigos influentes, então no governo brasileiro, para que John Dewey fosse convidado a visitar o nosso país. Fracassei. Fracassei com relação a Dewey como fracassei com relação a Thomas Mann, a Fernando de los Ríos, a Américo Castro, a Joaquim de Carvalho, a Carl Sauer. Neste particular, como noutros, poderia até apresentar-me como um colecionador nada insignificante de fracassos”. FREYRE, Gilberto. “Ainda a propósito do centenário de Dewey”. In *O Cruzeiro*, 1/10/1960, p. 54.

1515 FREYRE, Gilberto. “O centenário de John Dewey”. In *O Cruzeiro*, 26/12/1959, p. 48.

1516 Em 1954, Gilberto Freyre faz o elogio do trabalho de Ernesto Guerra da Cal saído na *Acta Universitatis Conimbrigensis*, publicação da Universidade de Coimbra. Freyre atribui a iniciativa a “três esplêndidas figuras de scholars portugueses ligados a Coimbra. São esses três scholars o Professor Joaquim de Carvalho, o Professor Lopes de Almeida e o primeiro bibliotecário da Universidade, Dr. César Pegado”. FREYRE, Gilberto. “O estilo de Eça de Queiroz”. In *O Cruzeiro*, 31/7/1954, p. 31.

que Freyre tinha para com o professor conimbricense:

Um sábio que se retrai dentro de extremos franciscanos de modéstia quando merecia que em Portugal e no Brasil vivêssemos a festejá-lo e homenageá-lo é o Professor Joaquim de Carvalho. Estêve há pouco no Brasil: mas quase na mesma sombra em que vive em Portugal. Entretanto, nenhuma das nossas universidades maiores deveria ter deixado de cumprir o dever de consagrar doutor brasileiro êsse mestre português de Filosofia e da História da Filosofia. Nenhum instituto brasileiro dos maiores, nenhuma academia das mais nobres, nenhuma escola das que pretendem, entre nós, ser de altos estudos, deveria ter deixado de procurar unir ao seu nome o nome dêsse sábio português cujos trabalhos são um dos maiores monumentos de erudição moderna em língua portuguesa. Joaquim de Carvalho, noutra páis teria sido recebido com as homenagens devidas aos sábios autênticos. Se o Brasil não soube recebê-lo, é que os Reitores de Universidades entre nós, os presidentes de academias, os diretores de Institutos, deixam-se às vezes burocratizar de tal modo que se esquecem não só das obrigações mais nobres como das devoções mais altas inerentes aos seus ofícios. Não se compreende que brasileiro algum, de alguma cultura, não seja devoto da Ciência e da Filosofia que esplende na obra do Professor Joaquim de Carvalho de modo tão honroso para o Brasil como para Portugal. Porque é uma dessas obras de sábio que enobrecem toda uma língua. É uma dessas obras de sábio que nos dão direito, aos brasileiros e aos portugueses, de reclamar para a língua portuguesa a categoria de língua verdadeiramente culta, na qual é possível a uma inteligência de primeira ordem desenvolver esforços sistemáticos de erudição histórica e de saber filosófico. Quando o Prof. Joaquim de Carvalho vier de novo ao Brasil é preciso que os reitores das universidades, os presidentes das academias, os diretores dos institutos de alta cultura, saibam cumprir o seu dever e recebam o mestre português como a um autêntico mestre de mestres em sua especialidade¹⁵¹⁷.

Quais foram as repercussões dos escritos de Freyre em Joaquim de Carvalho? Apesar de não se conhecer, de momento, o conteúdo da correspondência que trocaram¹⁵¹⁸, os indícios acerca do diálogo que terão travado são expressos por Carvalho no seu epistolário com João Cruz Costa¹⁵¹⁹. Por essa via, ficamos a saber que o português foi tendo informações especializadas, que os textos mais recentes de Freyre estavam a suscitar em alguns setores

1517 FREYRE, Gilberto. “Um sábio verdadeiro”. In *O Cruzeiro*, 22/9/1956, p. 34.

1518 Ao analisar a série “correspondência de portugueses para Gilberto Freyre”, depositada no Arquivo Documental Gilberto Freyre na Fundação criada pelo escritor em Apipucos (Pernambuco), Cláudia Castelo não incluiu Joaquim de Carvalho entre os 142 autores identificados. No entanto, a própria autora ponderava que o número de cartas dessa série poderia ser revisto uma vez que o núcleo documental ainda não havia sido tratado. Cf. CASTELO, Cláudia. “Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre”. In *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 422-444.

1519 Registre-se que, em 1954, Cruz Costa enviou exemplares da revista *O Cruzeiro*, para Joaquim de Carvalho. No entanto, as colunas de Freyre não são comentadas na correspondência de agradecimento por esses envios (BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 21/10/1954, fl. 1). Já em 1956, o professor da USP também enviou o recorte de *O Cruzeiro* com o artigo “Um sábio verdadeiro”, de Gilberto Freyre. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 25/10/56, fl. 1.

intelectuais brasileiros¹⁵²⁰. “O Freyre está muito mal visto cá pela terra. Mas olhe que é vaidoso, muito vaidoso...”, comentava o professor da USP em princípios de 1954¹⁵²¹. No mesmo ano, quando Carvalho lhe enviou a edição portuguesa de *Aventura e Rotina*, Cruz Costa a negou para permuta no sistema que ambos mantinham na Livraria das Bandeiras, não somente por haver edição brasileira, mas pelo perfil *para a esquerda* desta casa livreira:

Mas vamos por partes: aquele livro do G.Freyre é mesmo muito mau. Causa de encomenda, com muito rapapé que não quer ser rapapé. O homem está a se desmoralizar. Depois de haver escrito Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos, saiu-se com estes! Ora, Snr, “legítimo Wanderley”... Repare como é enfatado, o tal Senhor de Apicucos. Calha-lhe perfeitamente aquela anedocta do Churchill e dele na corte de Inglaterra. Lembra-se? Os dois livros são fracos e aqui há muita gente que se ri. Mau serviço prestado à confraternização luso-brasileira. Enfim, vamos a ver como a crítica vai receber a cousa.

Não levo o livro à Liv. das Bandeiras porque há aqui, como vê, edição semelhante. E, estou certo, creio que lá recusariam... Como sabe, as Bandeiras são para a esquerda...¹⁵²².

Ainda em 1954, fica evidente que Joaquim de Carvalho estava entre os críticos dos escritos de Freyre patrocinados pelo governo português. E estava mesmo disposto a escrever-lhe para lhe expor as suas reservas quanto aos excessos da visão “cor-de-rosa” que o autor de *Casa Grande e Senzala* estava a dar do Portugal de Salazar:

O G. Freyre caiu na roda dos beneficiados, apaziguador e conformador da Situação. É compreensivo do Paiz, mas deu uma visão côr-de-rosa que deve ser algo corrigida com olhos escuros. Se puder – isto é, se tiver tempo, escrever-lhe-ei neste sentido, mormente se ele vier a esta peixada!¹⁵²³

Por outro lado, se é possível encontrar afinidades entre algumas ideias do autor do

1520 Em maio de 1954, Cruz Costa anunciava o envio de “uma crítica do Wilson Martins aos livros de G. Freyre”, e em seguida ajuizava: “Estou que o Wilson Martins tem razão”. (AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 16/5/54, fl. 1). Importa destacar que o oposto também ocorria e, por intermédio de Carvalho, Cruz Costa recebeu o texto “Saudação ao Brasil e a Gilberto Freire” apresentado por José António Cardoso de Vilhena em Moçambique, o que lhe valeu o comentário: “Recebi o trabalho do Snr. Vilhena. Fez bem em dar porrada no Freyre (que é descendente de holandeses) mas disse também umas cousas um tanto exqu岸itas, como a tal intimidade sexual, da pag. 30. Aquela é boa! E mostra como é triste, afinal, ser colonia... Sempre agradeço, por seu intermedio, ao Snr. Vilhena. Quem está de fora vê melhor. Mas, afinal, quem poderá atirar a primeira pedra?... Quanta razão tinha o velho José Bonifácio!”. (AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 8/12/1955, fl.1). Em causa estava: VILHENA, José António Cardoso de. *Saudação ao Brasil e a Gilberto Freire*. Sep. do Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, n.º 74, abril / jun. Lourenço Marques: Sociedade de Estudos de Moçambique, 1952, pp. 3-34.

1521 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 26/2/54, fl. 1.

1522 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 15/1/54, fl. 1.

1523 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 18/2/54, fl. 1 (verso).

luso-tropicalismo com mundividências expressas pelo professor de Coimbra, em especial quanto a busca de uma compleição do modo de ser português, alguns silêncios também são percebidos. Apesar de ser um leitor interessado e atualizado da obra de Gilberto Freyre, como o envio de livros com João Cruz Costa demonstra¹⁵²⁴, não o cita explicitamente nos seus escritos, mesmo naqueles que trataram diretamente do Brasil. Em outro exemplo, também não deixa de ser sintomático que Freyre não conste no rol de colaboradores da *Revista Filosófica*, editada por Carvalho, e onde a colaboração brasileira será extensa a partir de 1953.

Qual a razão destes silêncios? Em primeiro lugar, convém levar em conta o espírito liberal e tolerante de Joaquim de Carvalho no campo dos direitos fundamentais e, desde logo, da liberdade de pensamento e de expressão, assim como não esquecer que ele admirava boa parte da obra de Freyre, ao mesmo tempo que sempre foi avesso aos excessos da politização do trabalho científico. Em segundo lugar, quando, nos inícios de 1950, escreveu de uma maneira mais sistêmica acerca da compleição portuguesa, as teses do sociólogo pernambucano estavam interiorizadas no pensamento daqueles que há muito meditavam sobre o peso relativo dos condicionantes étnico-culturais, mesológicos, geográficos e sociais na consolidação da índole dos povos na sequência das suas miscigenações, incluindo a aceitação da tese, que o Estado Novo levará às últimas consequências, acerca da especificidade da sua colonização.

Cumplicidades editoriais

Como já ficou salientado, para além da permuta de impressos e ideias, o intercâmbio do professor de Coimbra com o Brasil, acelerado após a viagem de 1953, se refletiu em projetos editoriais que pensava vir a concretizar ou na participação em iniciativas de origem brasileira, mesmo que algumas só tenham sido efetivadas posteriormente ou até mesmo após o seu falecimento em 1958. (Exemplo pouco referido são as sucessivas reedições da sua tradução da *Ética*, de Espinosa, na coleção brasileira *Os Pensadores*, a partir dos anos 1970)¹⁵²⁵.

1524 Em 1953, por exemplo, o professor de Coimbra encomenda mais 2 exemplares de *Casa Grande e Senzala*, enquanto envia a edição portuguesa recém-lançada de *Aventura e Rotina* para o amigo em São Paulo. BFF-USP. Cartas de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 8/3/1953 e 23/10/1953.

1525 A tradução de Joaquim de Carvalho da *Ética demonstrada à maneira dos géometras: parte I – De Deus*. (Coimbra, Atlântida, 1950), de Espinosa, foi reeditada pela primeira vez no Brasil em 1983, integrada numa compilação de textos escolhidos por Marilena Chauí para a coleção *Os Pensadores*, da editora Abril, de larga difusão e sucesso editorial. Além da primeira edição, de 1973, foi possível localizar a segunda edição, de 1979, a terceira edição, de 1983, e uma edição de 2005. Cf. ESPINOSA, Baruch. *Spinoza. Tratado da correção do intelecto. Ética. Tratado político. Correspondência*. Seleção de Marilena de Souza Chauí. Traduções de Marilena de Sousa Chauí, Carlos Lopes de Mattos, Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Antônio Simões, Manuel de Castro. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

No que concerne ao mundo da edição, Carvalho tornou-se, em Portugal e na pequena “República das Letras” luso-brasileira que impulsionou, numa ativíssima placa giratória no que toca a circulação de livros, ideias e informações entre os dois lados do Atlântico. Sobre esta última vertente, encontramos um bom testemunho na correspondência que trocou com Thiers Martins sobre os planos do filólogo e linguista alemão Joseph Maria Piel (1903-1992), então professor em Coimbra, e que estava a preparar uma edição crítica do *Vita Christi* (1495), de Ludolfo Cartusiano. Deu-se a coincidência de Thiers também estar a preparar a edição da mesma obra¹⁵²⁶, iniciativa que conheceu através do amigo coimbrão¹⁵²⁷.

Por sua vez, basta ter presente o currículo de Carvalho como editor de livros e de uma revista para não haver surpresa no que tange ao seu empenhamento nestes domínios. Mais do que um *intermediador* cultural atualizado, o professor da FLUC era há muito um ativo e influente protagonista da produção de livros de alta cultura. E, se o fecho da IUC quebrou muito do anterior ativismo neste campo, a verdade é que, nos anos 1950, encontramos-lo, agora por iniciativa privada, a dirigir uma publicação periódica e uma coleção de livros filosóficos, veículos e modelos a que recorrerá para dar uma imediata concretude ao reforço do mútuo conhecimento das realidades culturais de Portugal e do Brasil.

De fato, uma boa prova da imediata tradução do entusiasmo que trouxe do Brasil encontra-se bem plasmada quer nas 11 resenhas de autores brasileiros que publicou, de 1952 a 1957, na *Revista Filosófica*, quer no rol de colaboradores da mesma publicação¹⁵²⁸. Por sua vez, enquanto diretor da coleção “Biblioteca Filosófica”, da editora Atlântida de Coimbra, e de publicações “a mando” da Universidade, Carvalho podia mais facilmente propor traduções e edições portuguesas de autores brasileiros, como o fez. Por exemplo: entre os seus planos,

1526 Tal informação de Joaquim de Carvalho confirma o interesse de Thiers Martins Moreira em uma edição crítica do livro ainda em 1953. Anos depois, em 1957, o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa lançou uma edição facsimilar e crítica de *O livro de Vita Christi*, com notas de Augusto Magne. A memória sobre a formação do Centro de Pesquisas em 1952, suas edições, colaboradores e a atuação de Thiers Martins podem ser vistas em VALENÇA, Rachel. “A Casa de Rui Barbosa e os estudos sobre a língua portuguesa”. In LIMA, Ivana Stolze (org.); CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, pp. 21-26.

1527 Por carta, Carvalho enviou “as ‘últimas’ notícias acerca da anunciada ed. da *Vita Christi*, em preparação pelo Prof. J. Piel”. Informava a Thiers que “o original ainda não deu entrada na tipografia, nem pode prever-se quando a dará. O Dr. Piel tem procurado reunir o maior n.º possível de fotocópias e de textos que possam esclarecer a ed. Critica q planeia, mas não sei a altura em q leva o trabalho. O seu propósito consiste em fazer uma ed. Critica e não uma reedição. Foi nomeado ha pouco para a comissão do Dicionario q funciona na Acad. das Ciencias, por forma que, a priori, suponho q não tenha mto. tempo livre para se dedicar ao estudo do texto da *vita christi*. Cumpre, no entanto, não esquecer q o Piel é alemão na tenacidade do trabalho... Nada mais lhe sei dizer; consequentemente, não me atrevi a formular uma opinião e mto. menos um conselho. Irá avante o projeto do Piel? Não irá? Não sei, mas creio q ele não abdica do intento, pelo menos actualmente”. (BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a Thiers Martins Moreira, Coimbra, 23/10/1953, fl. 1). Ainda em 1953, Maria Piel retornaria a Alemanha, onde assumiu cadeira de Filologia Romanica na Universidade de Colônia, lugar que ocupou até 1968, momento em que regressou a Portugal.

1528 Questões que serão abordadas no tópico sobre a *Revista Filosófica*.

estava o desejo de lançar a tradução portuguesa do livro de Carneiro Leão, *Panorama sociologique du Brésil* (1953), recém-lançado em Paris¹⁵²⁹ e que Carvalho logo recenseou. Na prática, esses diferentes papéis estavam interligados e participavam da dinâmica dessa rede de afinidades que a troca de correspondência, permuta de impressos e mesmo a amizade solidificavam, como demonstra a carta que enviou a Thiers Martins poucos dias depois do seu retorno a Portugal:

Peço diga ao Dr. Carneiro Leão que estou a redigir a nota crítica do seu Panorama, q lhe vou mandar algo e q lhe escreverei, a perguntar se deseja q o Panorama seja publ. em Coimbra, como texto original. Ao Reitor P. Calmon tambem cordiais cumptos; não regressarei a Coimbra sem lhe escrever. Ao Dr. Americo Lacombe escrevi-lhe ha dias, pelo correio marítimo e pelo mesmo lhe mandei um nº do Notícias de Figueira. Diga-lhe q me mande os dados acerca do seu antepassado figueirense, conviria o ano do nascimento para facilitar a pesquisa.
Em que quer que eu lhe seja util? Que livros deseja?
Grata e affect.te
Joaquim de Carvalho
P.S. Peço diga ao Dr. Carneiro Leão q lhe mando já por via marítima o nº4 da minha Revista Filosófica¹⁵³⁰.

No entanto, os livros que sonhou editar ou recensear sob o efeito imediato da viagem, nos anos seguintes, ficaram por fazer ou só chegaram ao prelo depois de 1958. Os motivos foram diversos, mas a interrupção das condições de trabalho devido à doença que o levará à morte foram responsáveis pela exiguidade do que efetivamente conseguiu realizar. Por outro lado, as suas pesadas obrigações escolares, conjugadas com o trabalho expendido na edição de publicações como a *Revista Filosófica*, a *Revista da Universidade* e os títulos da *Biblioteca Filosófica* (que dirigia desde 1947), contribuíram, igualmente, para a existência de uma grande distância entre o que desejava fazer e o tempo necessário para consumir tantos projetos¹⁵³¹.

1529 O livro havia sido lançado em francês, com prefácio de Georges Davy. LEÃO, Carneiro A. *Panorama sociologique du Brésil*. Paris: Presses Universitaires de France, 1953. No entanto, não chegou a ser editado em Coimbra. Somente em 1958, o livro sairá em português com o título *Panorama Sociológico do Brasil* (Rio de Janeiro, Inep/Ministério da Educação e Cultura).

1530 AMLB-FCRB. Carta de Joaquim de Carvalho a Thiers Martins, Figueira da Foz, 21/9/53, fl. 1.

1531 De acordo com o plano da coleção Biblioteca Filosófica, anunciado em 1950, estava previsto para publicação o livro de autoria de Joaquim de Carvalho, *Doutrinas e concepções de pensadores portugueses*, que não chegou a se realizar. Nessa mesma relação, são anunciadas a tradução, introdução e notas de Carvalho em dois livros: *Princípios de Filosofia*, de Descartes (“no prelo”) e *Ética. Livro II. Da natureza e origem da mente*, de Espinosa (“para o prelo”). Somente este foi publicado posteriormente na Coleção, mas com tradução de Joaquim Ferreira Gomes. O diretor da “Biblioteca” também se empenhou, entre o que estava “para o prelo”, nos prefácios a edição crítica do *Nada se sabe*, de Francisco Sanches, e ao livro *Refutação do idealismo e outros estudos filosóficos*, de George Edward Moore. No entanto, os títulos não foram publicados pela Atlântida de Coimbra. Em 1960, na edição de *Fundamentação da metafísica dos*

Não se sabe se foi por esses ou por outros motivos que a recensão sobre *Dialética do Conhecimento*, de Caio Prado Júnior, anunciada a João Cruz Costa para o verão de 1954, nunca foi publicada, ou mesmo escrita. É verdade que o exemplar depositado na biblioteca de Carvalho, com sublinhados e notas nas margens de suas páginas, indicia uma leitura ativa e crítica. E, embora o autor não apareça diretamente mencionado em nenhum dos escritos do professor de Coimbra, com exceção de uma carta-prefácio publicada pelo próprio ainda em vida¹⁵³², o certo é que o considerava um “penetrante espírito”, prova de que cedo intuiu a importância da obra de alguém que estava a afirmar-se como um dos mais influentes “explicadores” da formação do Brasil. Deste modo, não deve surpreender o número de escritos do historiador brasileiro que tinha na sua biblioteca e os juízos que, a seu respeito, lavrou em alguma correspondência. Com efeito, em abril de 1954, e em duas cartas distintas, perguntava a Cruz Costa:

Será possível obter-me a Evolução política do Brasil, de Caio Prado? É o q me falta, e tenho mto. interesse em conhecer mais esta obra de tão penetrante espírito. No verão escreverei sobre Dialectica do conhecimento¹⁵³³.

Na carta de ontem pedia-lhe, salvo erro, a Evolução Política do Brasil, do Caio Prado. Foi equívoco, pois q possuo – e mto. apreciei este livro, principalmente pelos estudos que lhe apensou. O que eu desejo é a Historia económica do Brasil. Será possível?¹⁵³⁴

Em paralelo com a maturação de seus temas de investigação que envolveriam o

costumes, de Kant, Paulo Quintela afirma que a sua tradução estava pronta há 12 anos, “por incumbência do Prof. Joaquim de Carvalho que repetidamente anunciou a sua inclusão nesta coleção”. Segundo o plano, a edição deveria sair com prefácio e notas de Joaquim de Carvalho, mas, após o seu falecimento, estas não foram localizadas no seu espólio. Cf. KANT, (Immanuel). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Traduzida do alemão por Paulo Quintela. Coimbra: Atlântida editora, 1960. O programa da Biblioteca Filosófica, de 1950, foi visto em ESPINOSA, Bento. *Ética demonstrada a maneira dos geómetras. Parte I. De Deus*. Tradução, introdução e notas de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Atlântida, 1950. Registre-se que o único brasileiro que participou da coleção foi Luís Washington Vita, convidado por Sílvio Lima, em 1964, com o livro *Escorço da Filosofia no Brasil*.

1532 Trata-se da carta-prefácio de Joaquim de Carvalho a Cristóvão Moreira de Figueiredo (1891-1962, então professor da Escola Comercial e Industrial de Viseu), em apreciação do estudo deste intitulado *João Ramalho: patriarca dos bandeirantes e filho de Vouzela*. O texto de Carvalho, publicado, ainda em 1954, na *Revista Beira Alta* (vol. 13, fasc-1-2, p.113-120) e em *O Instituto* (vol. 8, pp. 151-156) invoca o ensaio *O factor geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo*, de Caio Prado Júnior, citado como “penetrantíssimo historiador, de velha e notável ascendência paulista”, para refletir sobre como os fatores físicos e naturais não tiveram influência na escolha da localização de São Paulo que, ainda assim, é considerada privilegiada. A carta foi também publicada em *O.C.*, vol. VIII, pp. 151-156, p. 153.

1533 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 12/4/1954, fl. 2.

1534 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 14/4/1954, fl. 2. São localizáveis na Biblioteca de Joaquim de Carvalho os seguintes exemplares de autoria de Caio Prado Júnior: *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1948; *Dialética do conhecimento*. Vol. 1: Preliminares, Pré-História da dialética. Vol. 2: História da dialética, lógica dialética. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1952; *História econômica do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1953.

Brasil, foi como editor que Joaquim de Carvalho mais concretamente direcionou seus esforços imediatos na efetivação de parcerias luso-brasileiras. É um fato que, nos anos 1950, o ex-diretor da Imprensa da Universidade não contava com a estrutura editorial de outrora e que continuava em aberto a necessidade de encontrar veículos culturais com uma vocação luso-brasileira mais exclusiva. A base editorial coimbrã serviu para dar prelo¹⁵³⁵, tanto a obras de sua autoria¹⁵³⁶, como de outros que tencionava editar. Como se impunha ir mais longe, já em 1953, procurou o envolvimento de amigos como Jaime Cortesão e João Cruz Costa, além do apoio financeiro de “ricachos liberais da colônia portuguesa” no Brasil, para um plano de publicações mais diretamente voltado para a intelectualidade dos dois países. Intento que aparece explicitamente fundamentado, pouco depois do seu retorno a Portugal, em carta que enviou ao professor da USP:

O Jaime Cortesão já chegou. Virá almoçar connosco, aqui ou em Coimbra e então falaremos. Tenho o propósito de o interessar – ou antes interessar os ricos liberais da colônia portuguesa – em certas pub. luso-brasileiras nas quais desejaria incluir escritos do Silvestre Pinh. Ferreira. O almoço q me ofereceram no Rio, horas antes da saída do barco, as afirmações q ouvi dos convidados mais cotados econômica e politicamente, etc, levam-me a crer que não será mau passo¹⁵³⁷.

O caso é bem ilustrativo dos contornos do projeto que imediatamente achava exequível: promover edições críticas de autores que tivessem a ver com a história luso-brasileira, pelo menos desde o século XVIII e os inícios de Oitocentos. Daí que tenha considerado ser prioritária a edição de um autor mal estudado e que viveu nos dois lados do Atlântico¹⁵³⁸. Tratava-se de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)¹⁵³⁹, definido pelo próprio

1535 Ou seja, para aquelas publicações mais eruditas, Joaquim de Carvalho encontrava abrigo na Revista da Universidade, sob o selo da coleção *Inedita Ac Rediviva*, ou podia propô-las aos anais da Academia das Ciências de Lisboa, local onde trabalhava também na edição das *Obras de Pedro Nunes*. Os estudos voltados para um público mais largo de estudiosos, acompanhados de traduções de textos originais, esgotados ou indisponíveis em português, eram direcionados para a coleção Biblioteca Filosófica, da Atlântida editora. Já os escritos de maior atualização acadêmica, com forte viés interdisciplinar, incluindo artigos, resenhas, informes, tinham espaço na *Revista Filosófica*.

1536 Ainda em 1935, após o fechamento da Imprensa, Carvalho explicita, em carta dirigida a Júlio Dantas, então presidente da Academia das Ciências, que a sua economia de escrita depende do espaço editorial disponível. AACL. processo acadêmico Joaquim de Carvalho, pasta 1, n.º 52. Carta de Joaquim de Carvalho a Júlio Dantas, 18/6/1935, fls. 1 e 2.

1537 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 22/9/1953, fls. 1 e 2.

1538 Tal avaliação, vista em Joaquim de Carvalho para o seu tempo, é compartilhada mais recentemente por José Esteves Pereira, que considerou que a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira “não mereceu atenção apreciável” durante o século XIX e a primeira metade do século XX, apesar do prestígio do filósofo nos meios políticos, sociais e culturais. Esteves Pereira analisa que é com João José Lousada de Magalhães que surge a primeira interpretação de conjunto da obra, no estudo em alemão *Silvestre Pinheiro Ferreira, Sein Leben und seine Philosophie. Mit einer Einleitung über die wichtigsten portugiesischen Philosophen vor ihm* (Bona: s/e, 1881, pp. 16-19). Cf. PEREIRA, José Esteves. *O essencial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira*.

Carvalho, já em 1930, como um dos grandes nomes do direito público moderno¹⁵⁴⁰, e, em 1935, como “filósofo e publicista famoso”¹⁵⁴¹, “figura respeitável cujas ideias eram garantias para os liberais”¹⁵⁴², entre outras perspectivas¹⁵⁴³.

Nos finais de 1953, o projeto de edição das Obras Completas de Silvestre Pinheiro Ferreira contava com a participação direta de João Cruz Costa. Em paralelo, e semelhante ao que desenvolvia em Portugal, Carvalho propunha também a criação de uma “Biblioteca de Filósofos e pensadores, ou biblioteca de textos filosóficos”, com a publicação de obras fundamentais “de todos os tempos” em português, envolvendo instituições e editoras brasileiras. Eis o plano por palavras suas:

Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, pp. 11-13. Para a primeira metade do século XX, refira-se a uma bibliografia que despertava para aspectos da vida e obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, incluindo artigos de Pedro Azevedo (*O primeiro casamento de Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1910); António Baião (*O Economista Silvestre Pinheiro Ferreira denunciado à Inquisição*, Rio de Janeiro, 1924); Cabral de Moncada (Silvestre Pinheiro Ferreira, em *Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal*, Coimbra, 1938), entre outras referências em estudos, elogios acadêmicos no Brasil e em Portugal, entradas em dicionários. Embora Esteves Pereira não cite entre os principais estudos do período, refira-se aqui o interesse nas ideias de Pinheiro Ferreira por Francisco Matos Gomes, considerado depois propagandista do salazarismo, anti-comunista, que publicou, ainda em 1945, sob o pseudônimo de “Jorge Vernex”, o ensaio “Silvestre Pinheiro Ferreira e a posição portuguesa em face da unidade europeia nos alvares da liberal-democracia” (Guimarães, *Revista Gil Vicente* vol. 25, 1945). Entre os perfis, registre-se ainda o escrito por Delfim Santos na publicação dirigida por João Gaspar Simões, *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, vol. Lisboa: Edições Ática, 1947, pp. 19-30. Em 1958, é publicada a dissertação de licenciatura em Ciências Filosóficas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra de Maria Luíza Cardoso Rangel de Sousa Coelho, com prefácio de Miranda e Barbosa, *A filosofia de Silvestre Pinheiro Ferreira*. Braga: Livraria Cruz, 1958.

1539 Sobre o pensamento de Silvestre Pinheiro Ferreira, ver PEREIRA, José Esteves. *Silvestre Pinheiro Ferreira – o seu pensamento político*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Silvestre Pinheiro Ferreira – Ideologia e Teoria*. Lisboa: Sá da Costa, 1974; A bibliografia ativa e passiva, além de estudos de Maria Luísa Couto Soares, António Braz Teixeira, Beatriz Nizza da Silva, António Paim e José Esteves Pereira é vista em *Cadernos de Cultura n.º 1. Silvestre Pinheiro Ferreira*. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

1540 Ao discutir a constituição vintista e suas repercussões no pensamento republicano, Joaquim de Carvalho cita: “Silvestre Pinheiro Ferreira, por exemplo, um dos grandes nomes, se não o maior, do direito público moderno, inculcou largamente a noção, dominante sobretudo na segunda metade do século XIX, de que a monarquia é uma transação, e não um princípio autónomo e muito menos invariável”. CARVALHO, Joaquim de. “Formação da ideologia republicana (1820-1880)”. In MONTALVOR, Luís (dir). *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. I. Lisboa: Editorial Ática, 1930, pp. 163-256, p. 202.

1541 CARVALHO, Joaquim de. “A obra legislativa das Côrtes”. In PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*, vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, 1935, pp. 97-117, p. 107, 113 e 114.

1542 CARVALHO, Joaquim de. “Irradiação do movimento revolucionário”. In PERES, Damião (dir.). *Op.Cit.*, pp. 74-96, p.84 e p. 94. Há uma outra referência a Silvestre Pinheiro Ferreira em *Idem*, “A contra-revolução”. In PERES, Damião (dir.). *Op.Cit.*, pp. 118-124, p. 122.

1543 Carvalho retoma Silvestre Pinheiro Ferreira em outros de seus escritos, quer de filosofia, educação, história republicana. Além das suas contribuições para temas do vintismo e formação do pensamento republicano, ou como tradutor de Aristóteles, o pensador luso-brasileiro é invocado com destaque no texto de Carvalho “Leibniz e a cultura portuguesa”. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Classe Letras, tomo 5. Lisboa: 1951, pp. 63-98. Ver ainda: *Idem*, “Evolução da historiografia filosófica em Portugal até fins do século XIX”. In *Biblos*, vol. 22, tomo I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1946, pp. 77-111; *Idem*, “No centenário de Augusto Comte”. In *Revista Filosófica*, n.º 20, agosto. Coimbra: Atlântida Editora, 1957, pp. 131-134. Considerações sobre a reflexão de Joaquim de Carvalho de Carvalho à obra filosófica de Silvestre Pinheiro Ferreira em relação a Leibniz são vistas em CARVALHO, José Maurício de. *Op. Cit.*, p. 253. A presença e influência de Silvestre Pinheiro Ferreira na obra de Joaquim de Carvalho encontra-se sublinhada em CARVALHO, Paulo Archer de. *Uma autobiografia da razão.....*, p. 91, 194, 214.

Hoje escrevo fundamentalmente para lhe submeter 2 sugestões:

1ª) – A ed, por nós dois, das Obras completas de Silv. Pinh. Ferreira. Ocorre-me q o meu Amigo, ou nós ambos, apresentemos ao Augusto Meyer a ideia, para ser levada a cabo pelo Inst.to do Livro, no Rio. O titulo seria Obras... organizadas por J.C.C. e J. de C., Profs. etc, levando cada vol. um prefacio q seria da autoria de um de nós, ou de ambos, nos termos a combinar. O 1º vol. conteria as Preleções, seria organizado por si e prefaciado, por si, por mim, ou por nós ambos; o 2º teria os escritos em francês, e seria organizado por mim, etc. Que lhe parece? Se lhe parecer bem e me quizer dar a grande satisfação de trabalhar comigo numa obra digna, queira pensar nas remunerações; ao organizador, ao prefaciador, e ao dactilografo; e pense ainda se devemos associar o Schültzer, q tanto estimo e deve ser agitado a subir... Creio q o Inst. do livro pagará: e eu careço de receber.

3º) Desejaríamos nós dois, ou associados ao Versiani Veloso, uma Biblioteca de Filosofia, a ed. por grande editor, como o José Olympio, Globo (Porto Alegre) ou outra. Para já: Rousseau – Discurso sobre a Desigualdade - ; G. Bruno – Infinito Universo, tenho as respectivas trad. Diga-me o q pensa do caso, e se está disposto a tentar os editores¹⁵⁴⁴.

Concretamente, Carvalho estava interessado na formação de um “meio filosófico brasileiro” a partir de edições especializadas e da colaboração de parceiros sensíveis a esta ideia (como o assistente da USP, Linneu de Camargo Schültzer, ou, em Minas, o professor Artur Versiani Veloso), bem como de editoras com capacidade e perfil adequado à empresa, em particular a de José Olympio e a Globo, além do Instituto Nacional do Livro. Na sequência, percebia que a reunião dos grupos que animavam os núcleos paulistas onde se discutia filosofia (a FFCL da USP e o IBF, dirigido por Miguel Reale) poderia fortalecer o sucesso de uma ideia cuja justificação assentava nesta certeza: nos dois lados do Atlântico, havia um défice no tocante ao acesso a textos filosóficos em português. E a prioridade conferida às fontes e à sua hermenêutica seria fundamental para a radicação de uma cultura filosófica até ali muito sujeita a modismos na recepção do pensamento contemporâneo e a análises que pecavam pelo seu excessivo ensaísmo. Em concreto:

A 1ª proposta [obra completa de Silvestre Pinheiro Ferreira], creio q seria um bom serviço q prestamos. A ed. poderia ser feita pelo Inst. do Livro, mas tambem pode ser feita pela sua Facª; mas terá esta fundos?

Quanto à Bca. Filosófica talvez fosse bom q saísse como ed. da Fac.de, expandia-se ao Instituto M. Reale. Que lhe parece? Se concordar, fale no caso ao Dr. Simões, mas com a máxima reserva. Dar 2 políticas a seguir na constituição de um meio filosofico brasileiro, este da publicação de alguns textos fundamentais, de todos os tempos, assinalaria uma atitude mais util, fecunda e séria do q a assimilação ou divulgação de correntes contemporâneas, mais ou menos fugazes, e no qual mais ensaísticas q

1544 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 11/11/1953, fl. 1 e 2.

filosóficas¹⁵⁴⁵.

Do lado brasileiro, Cruz Costa tinha contatos privilegiados nos meios editoriais e acadêmicos, o que permitiu que, em princípios de 1954, tivesse conquistado o interesse do escritor e editor Edgard Cavalheiro (1911-1958)¹⁵⁴⁶, então representante da editora Livraria do Globo, em São Paulo¹⁵⁴⁷. Crítico literário, biógrafo e jornalista, Cavalheiro era o responsável pela agregação de intelectuais da capital paulista aos projetos daquela casa, que tinha sede em Porto Alegre e que, desde os anos 1940, situava-se entre as maiores editoras do país, com forte atuação do escritor Érico Veríssimo como coordenador editorial na sede gaúcha¹⁵⁴⁸. Entende-se, assim, que a proposta comunicada pelo professor da USP fosse ao encontro do interesse da empresa no domínio do ensino superior de ciências humanas e no da ampliação de seu catálogo de traduções¹⁵⁴⁹.

Assim, a edição de uma Biblioteca Filosófica no Brasil avançou entre os três envolvidos – Joaquim de Carvalho, Cruz Costa e Cavalheiro – grupo que, durante um ano, tentou gizar um conjunto de títulos a publicar e de nomes de portugueses e brasileiros a convidar como tradutores e prefaciadores. Em Portugal, Carvalho sugeriu inicialmente José

1545 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 26/11/1953, fl. 2.

1546 Em 1943, Edgard Cavalheiro deixou a editora e importadora Livraria Martins para ocupar o cargo de gerente comercial da Livraria do Globo, do Rio Grande do Sul, quando esta abriu filial paulista. Autor das biografias *Fagundes Varela* (São Paulo, Editora das Américas, 1940) e de *Monteiro Lobato: vida e obra* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955), o paulistano deixou ampla produção bibliográfica em livros, traduções, separatas, artigos em periódicos. Cavalheiro foi também o criador do prêmio literário Jabuti. Cf. D'ONOFRIO, Sílvio César Tamasso. “Fontes para uma bigrafia intelectual de Edgard Cavalheiro (1911-1958)”. *Dissertação Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), 2012.

1547 Uma carta de Cruz Costa, nos princípios de 1954, marca tal interesse: “Aproveito a ocasião para dizer-lhe que estive com o Cavalheiro, da Editora Globo e que ele achou interessante a fundação de uma Biblioteca Filosófica. Estudará o assunto e escreverá para a matriz, em Porto Alegre. Dirá, dentro de um mês ou mês e meio, se a cousa é viável. É mister, porém, interessar aqui outras pessoas. Que acha?”. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, Água do Prata, 7/2/1954, fl. 1.

1548 Para efeitos de comparação, em 1931, São Paulo possuía 31 editoras; o Rio de Janeiro, 29 e Porto Alegre 16. De 1931 a 1937, em São Paulo, são editados 1724 livros e no Rio de Janeiro, 782 de 1920 a 1937, num total de 2.506 publicações. A Livraria do Globo, de 1931 a 1937, lançou 840 títulos, praticamente a metade da produção das editoras de São Paulo. TORRESINI, Elisabeth W. Rochadel. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999, p. 76.

1549 Além de buscar para seus catálogos intelectuais brasileiros consagrados, a editora traduzia autores célebres da literatura contemporânea, incluindo clássicos, em coleções como a Universo e Nobel, desde os anos 1940. De acordo com os estudos de Elisabeth Torresini, a Livraria do Globo passou a ser também editora em 1883, mas é somente depois de 1930 que intensifica a produção de livros e passa a investir em um ambicioso projeto editorial de lançar quinzenalmente a *Revista do Globo*, com circulação ininterrupta de 1929 a 1963. Além de ficção, depois de 1940, a editora lançou obras ligadas às ciências humanas. Tal investimento no ensino está especialmente influenciado pela fundação da Universidade de Porto Alegre, núcleo que deu origem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1934. Cf. *Idem*. “Livros, leituras e leitores: a Editora Globo de Porto Alegre”. In *Biblos*, n.º 10. Rio Grande: Instituto de Ciências Humanas e da Informação/ Universidade Federal do Rio Grande, 1998, pp. 173-178. Ver ainda: AMORIM, Sônia Maria. *Em busca de um tempo perdido. Edição de literatura traduzida pela Editora Globo (1930-1950)*. São Paulo: Edusp/Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

Pecegueiro e Vieira de Almeida, para verterem para português, livros de Rousseau e Santo Agostinho, respectivamente. E ele próprio traduziria a edição do *Tratado da Correção do Intelecto* (*Tractatus de Intellectus Emendatione*), de Espinosa¹⁵⁵⁰. A editora brasileira também se interessava pela reedição de obras já saídas, em Coimbra, na *Biblioteca Filosófica* da Atlântida de Coimbra¹⁵⁵¹.

Frente a proposta da editora Globo, Carvalho revelou um particular interesse no contributo de José Pecegueiro no projeto, excluído pelos editores devido ao fato de as obras de Rousseau a traduzir já estarem sob a responsabilidade de Lourival Gomes Machado, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Para o professor da UC, além dos méritos acadêmicos, o seu empenho em Pecegueiro também tinha uma motivação solidária: por razões políticas, este estava a sofrer restrições profissionais, situação que, em fins de 1954, Carvalho expôs a Cruz Costa nestes termos: “O José Pecegueiro ficou mto. triste; não será, porém, possível aceitar-lhe o trabalho? É um tolerado, vive de lições em colégios, é moço de talento; seria como q uma compensação”¹⁵⁵².

Boa parte da proposta foi avante e, em 1955, Cruz Costa dava notícias acerca do plano definitivo apresentado pela editora¹⁵⁵³. Além de Vieira de Almeida (com Santo Agostinho), Lourival Gomes Machado (com Rousseau), iriam participar igualmente Lívio Teixeira (com Descartes) e Agostinho da Silva (com D’Alambert), além de Carvalho (com Espinosa) e Cruz Costa (com Comte). O formato seria o mesmo da coleção alemã *Urban Bibliothek*, “com 170 a 180 pgs. Trarão o retrato do filósofo, uma cronologia da vida e obras, (como naquela coleção espanhola em que saiu o Criticon), uma biografia e uma bibliografia também resumida”¹⁵⁵⁴.

Apesar de bem encaminhado, o empreendimento encontrará vários escolhos,

1550 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 5/4/1954, fl. 1.

1551 Informação vista na carta de João Cruz Costa: “Há dias escrevi-lhe e, se me não engano, deixei alguma coisa não muito clara. É que o Cavalheiro disse-me que também poderiam ser editados os livros já publicados na sua coleção da Atlântida. Ele considera os livros portugueses pouco conhecidos e difundidos cá na terra, o que é verdade. São seus ou são da editora, os livritos? Num e noutro caso, qual poderia ser a solução? Nisso facilitaria o início da coleção na Globo, creio. Que acha e que me diz?”. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 9/5/1954, fl. 1.

1552 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 15/9/1954, fl. 1 e fl. 2.

1553 Embora o assunto tenha sido tratado em diferentes cartas, foi em princípios de 1955 que Cruz Costa comunicou a Carvalho o programa apresentado por Cavalheiro: “Perguntou-me, desde logo, pelo seu Corrigimento. Firmamos mais a publicação de 2 trabalhos, O Discurso, do Descartes (Lívio Teixeira) – que provavelmente fará também as Meditações e os Primeiros Princípios, e mais o Discurso sobre o Espírito Positivo que caberá a mim. Eu ia tomar conta também do Discours Préliminaire, do D’Alembert mas passeio-o ao Agostinho da Silva. Vi a carta que a edit. dirigiu ao Dr. Vieira de Almeida. E também a resposta ao Dr. Pecegueiro. Este não teve sorte, pois, como se sabe, a editora já tem as obras do Rousseau, trad. pelo Lourival. Não há diretor da Coleção. Ela será dirigida pela própria editora”. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 6/1/1955, fl. 1 e 2.

1554 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 29/7/1955, fl. 1.

incluindo os problemas de saúde de Joaquim de Carvalho, razão que fez adiar o fecho da sua tradução e estudo de Espinosa. A este fato, vieram juntar-se as mudanças que, entretanto, ocorreram na dinâmica da editora e que imprimiram um desinvestimento nas coleções acadêmicas¹⁵⁵⁵. E, na sequência da saída de Edgard Cavalheiro do grupo do Globo, em fins de 1955¹⁵⁵⁶, Cruz Costa decretou, “amavelmente”, o fim dos acertos com a editora no início de 1956¹⁵⁵⁷. Face a estas dificuldades, Joaquim de Carvalho ainda equacionou a possibilidade de materializar o plano em Portugal, nem que fosse na coleção que dirigia. No entanto, do que chegou a estar programada, esta só virá a editar, em 1957, a tradução de Vieira de Almeida dos *Contra os académicos* de Santo Agostinho, enquanto José Pecegueiro viu editada, mas no Porto, a sua tradução de Rousseau¹⁵⁵⁸.

Já o projeto de edição crítica das *Obras Completas de Silvestre Pinheiro Ferreira* não será abandonado até o falecimento do professor em 1958. Com a ajuda de Cruz Costa, em 1957, Joaquim de Carvalho conseguiu ter acesso aos artigos que Silvestre tinha publicado no jornal *O Patriota*, do Rio de Janeiro¹⁵⁵⁹. Mas a edição dos seus *Escritos Filosóficos* – o primeiro volume do projeto – ficou inacabada. Na luta contra a doença, Carvalho deixou 240 páginas compostas, que somente em 1960 serão publicadas na *Revista da Universidade de Coimbra*, com um discreto prefácio em memória do professor e diretor da publicação¹⁵⁶⁰.

Mesmo depois de doente, tinha em mãos outros planos que compartilhava com o seu fiel amigo brasileiro: “vejo sem nuvens o futuro, embora sinta a saciedade do serviço docente,

1555 Após o falecimento do fundador da Livraria do Globo, José Bertaso, em 1948, os herdeiros iniciaram processo para transformar a empresa em sociedade anônima, Livraria do Globo S/A, da qual a editora Globo tornou-se uma filial, em 1956. Segundo Torresini, os registros das coleções literárias começaram a diminuir e a atenção se voltou para os livros técnicos, “livros-ferramentas, que atendem às novas exigências da especialização profissional”. Se, em 1944 e 1945, foram 230 obras publicadas pela editora, esse número chegou a somente 18 em 1950. TORRESINI, Elisabeth Rochadel (1999). *Op. Cit.*, p. 99 e p. 104.

1556 O impacto da saída de Cavalheiro da editora é informado com preocupação por Cruz Costa, que já previa dificuldades para se continuar a coleção na editora. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 8/10/1955, fl. 1.

1557 AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 10/1/1956, fl. 1. Na mesma carta, Costa comentava com o amigo a possibilidade de retomarem “o “negocio” com “a nova editora que o Cavalheiro... e o celebre Palma Travassos vão fundar”, o que não ocorrerá.

1558 A tradução de José Pecegueiro para o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* foi publicada na coleção “Devir”, Porto, Livraria Athena, 1964. O autor vai fazer parte da Biblioteca Filosófica, da Atlântida editora de Coimbra, somente em 1966, com o seu estudo *Problemas da ciência e da filosofia contemporânea*.

1559 Além de pedir a cópia dos três artigos de Silvestre Pinheiro Ferreira identificados por ele no jornal *O Patriota*, Joaquim de Carvalho também solicitava a Cruz Costa que o ajudasse no trabalho de pesquisa nas coleções do jornal para conferir se não havia outros textos do mesmo autor que ele desconhecia. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 16/6/1957, fl. 1 (frente e verso).

1560 O prefácio assinado com as iniciais M. L. de A, do professor Manuel Lopes de Almeida, assinala que o volume 19 da *Revista da Universidade de Coimbra* estava composto até a página 240 quando ocorreu a morte de Joaquim de Carvalho, “que há bastantes anos dirigia a publicação”. No entanto, não destaca, nem informa o trabalho de investigação e crítica feito por Joaquim de Carvalho para a publicação dos *Escritos Filosóficos de Silvestre Pinheiro Ferreira*. Cf. *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 19. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1960.

p^a o qual já não tenho disposição”¹⁵⁶¹. As cartas mostram que não deixou de pensar em novos livros para o prelo, fossem os *Apontamentos sobre a educação de um menino nobre*, de Martinho de Mendonça, fossem as obras de Silvestre Pinheiro Ferreira e de Francisco de Melo Franco¹⁵⁶². E ainda outros, como o respeitante à escrita de uma *História da Liberdade Humana* (como registou Barahona Fernandes)¹⁵⁶³ e aquele que designou (a Victor de Sá¹⁵⁶⁴) por *História do Patriotismo*. Por outro lado, também há notícia de que, quando morreu, teria em mãos ou na sua mente, mais de quatorze projetos¹⁵⁶⁵. Não se sabe muito sobre a verdade destas expectativas e respectivos conteúdos. Mas, tudo isto somado comprova a justeza do retrato que, em 1958, o seu antigo assistente Eduardo Lourenço traçou do Mestre, ao recordar o “optimismo doloroso do ilustre doente absorvido, como sempre, na evocação de um sem número de projectos e obras em vias de acabamento”¹⁵⁶⁶.

O intercâmbio luso-brasileiro na *Revista Filosófica*

Como solução imediata, a *Revista Filosófica* foi, sem dúvida, o meio a que Joaquim de Carvalho recorreu para dar voz ao mundo cultural das ex-colônias ibéricas. Com efeito, após 1953, aquele periódico aumentou a colaboração de autores latino-americanos, onde, não por acaso, a de origem brasileira estará em maioria entre os não-portugueses. Dando corpo a uma ideia que já datava dos inícios da década de 1930 e que o fecho da Imprensa da Universidade bloqueou¹⁵⁶⁷, o seu primeiro número saiu em março de 1951. O seu título – *Revista Filosófica - Publicação quadrimestral de estudos filosóficos e histórico-científicos* – exprimia bem o cunho interdisciplinar que o seu diretor almejava imprimir-lhe, ao mesmo tempo que a sua justificação apontava para horizontes de internacionalização (com a Europa e com a América Latina), mas onde, já no momento fundador, emergia a importância do Brasil. Daí que a análise dos 21 números lançados até 1957¹⁵⁶⁸ revele uma presença brasileira muito

1561 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 28/3/1956, fl. 1.

1562 *Ibidem*.

1563 Cf. FERNANDES, Barahona. *Art. Cit.*, p. 891.

1564 BPB. Fundo Victor de Sá. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 27/12/1954, fl. 1.

1565 De acordo com relato de Barahona Fernandes sobre conversa com o genro de Joaquim de Carvalho, Sá Martha, o professor de Coimbra tinha mais de quatorze projetos a realizar quando faleceu, incluindo uma “história da liberdade humana”. FERNANDES, Barahona. *Art. Cit.*, p. 891.

1566 Escrito que Eduardo Lourenço publicou em jornal de Salvador (Bahia), em 1/11/1958, por ocasião do falecimento de Joaquim de Carvalho. O texto foi depois reproduzido no jornal *Diário de Coimbra*. LOURENÇO, Eduardo. “Na morte do Prof. Joaquim de Carvalho”. In *Diário de Coimbra*, 5/11/1958, pp. 1 e 7.

1567 A correspondência de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta comprova que, aquele, então diretor da Imprensa da Universidade, projetava o lançamento da *Revista Filosófica* para os inícios de 1931. Cf. CARVALHO, Paulo Archer de (org.). *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta: 1922-36*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016, p. 50 e p. 150.

1568 A *Revista Filosófica* foi dirigida por Joaquim de Carvalho de março de 1951 a dezembro de 1957. No ano

significativa no contexto geral dos textos publicados¹⁵⁶⁹.

Na verdade, já em 1951, Carvalho apresentou seu plano já com os “olhos fitos no mundo da fala portuguesa e nos temas que mais importam à nossa situação cultural e à peculiaridade da nossa índole”¹⁵⁷⁰. Propósito que veio a concretizar-se, maioritariamente, através do contributo português¹⁵⁷¹ (em maior número, com 29 nomes¹⁵⁷²) e do oferecido por 12 autores brasileiros publicados na revista durante a vida de Carvalho¹⁵⁷³: Alexandre Correia, Cyro dos Anjos, Eduardo Prado de Mendonça, Euryalo Canabrava, Evaristo de Moraes, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, Ivan Lins, João Cruz Costa, Linneu Camargo Schützer, Lourival Machado, Luiz Luisi¹⁵⁷⁴.

Sem cair em anacronismo, e sopesando as diferenças de fundamentos, de objetivos e de meios, não será despropositado afirmar que este projeto – quer os seus protagonistas

de 1959, seu filho, Joaquim Montezuma de Carvalho, organizou o n.º 22, volume póstumo, com as últimas traduções feitas pelo pai e com colaborações de Américo Castro, Mario Bunge, José Pecegueiro e Miguel Reale.

1569 Do Peru, Francisco Miró Quesada escreveu sobre “A crise da Ciência e teoria da razão” (*RF*, n.º 21) e Honório Delgado sobre “A medicina e a psicologia” (*RF*, n.º 11), “Nicolai Hartmann e o reino do espírito” (*RF*, n.º 18). O mexicano Leopoldo Zea sobre “Fenomenologia e dialética de esquerda e direita” (*RF*, n.º 21). Envia artigos, ainda, o argentino Risieri Frondizi (“Valor e Situação”, *RF*, n.º 21), os italianos Lourenzo Giusso (“Acerca de Campanella”, *RF*, n.º 13), Giorgio Del Vecchio (“Sobre a politicidade do direito”, *RF*, n.º 15) e Michele Federico Sciacca (*RF*, n.ºs 6, 10 e 13) sobre existencialismo e outros temas filosóficos. O espanhol Ramon Piñeiro escreveu sobre o “Significado metafísico da saudade” (*RF*, n.º 2). Da Argentina, o alemão Werner Goldschmidt enviou “A culpabilidade e o inconciente”, n.º 17, e da França, vieram os artigos de Joseph Moreau, “Spinoza et la philosophie de l’existence”, *RF*, n.º 4), de Georges Bastide, “Le temps, le durée et l’éternité dans la philosophie de Spinoza” (*RF*, n.º 8), de León Bourdon, “Avis des astronomes portugais sur le projet grégorien de réforme du calendrier”, *RF*, n.º 7), e, de Alain Guy, “L’axiologie personaliste de Georges Bastide” (*RF*, n.º 14).

1570 CARVALHO, Joaquim de. “Posição”. In *Revista Filosófica*, n.º 1. Coimbra: Atlântida, 1951, pp. 5-11, p. 11.

1571 Entre os colaboradores portugueses, estavam, além de colegas de Joaquim de Carvalho (como era o caso de Sílvio Lima), intelectuais como o médico Barahona Fernandes, o escritor Cruz Malpique, o jovem assistente de filosofia Eduardo Lourenço de Faria, o neurocirurgião Egas Moniz (Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1949), o Padre Ilídio de Sousa Ribeiro, o bibliotecário arquivista Sérgio da Silva Pinto, o médico João de Oliveira e Silva, o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, o psicanalista Seabra Diniz, o crítico literário Jacinto do Prado Coelho, o historiador da ciência e da educação Rómulo de Carvalho, o professor Vieira de Almeida, o musicista, escritor e divulgador do método Braille em Portugal, José de Albuquerque e Castro. Somente duas mulheres constam dessa lista: Maria Elvira de Moraes Correia, então licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; e Mariana Amélia Machado Santos, também licenciada em Ciências Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras da mesma Universidade.

1572 Listagem relativa aos 21 números em que Joaquim de Carvalho esteve à frente, de 1951 a 1957.

1573 Neste cômputo, não contamos com a colaboração de Miguel Reale, único brasileiro a participar do número da *Revista* lançado após o falecimento de Carvalho.

1574 Do Brasil, a revista publicou contribuições de Alexandre Correia (Universidade de São Paulo), Cyro dos Anjos (Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais), Eduardo Prado de Mendonça (Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro), Euryalo Canabrava (Universidade do Brasil, Rio de Janeiro), Evaristo de Moraes Filho, (Universidade do Brasil, Rio de Janeiro), Fernando de Azevedo (Universidade de São Paulo), Florestan Fernandes (Universidade de São Paulo), Ivan Lins (Faculdade Nacional de Direito, Rio de Janeiro), João Cruz Costa (Universidade de São Paulo), Linneu Camargo Schützer (Universidade de São Paulo), Lourival Gomes Machado (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo), Luiz Luisi (Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre).

tivessem ou não deliberada consciência disso – não era inédito no descontínuo mundo das relações entre os intelectuais de ambos os países. Evitando uma descrição exaustiva, basta lembrar a presença brasileira em *O Positivismo* (1878-1883), bem como o lançamento da *Revista Estudos Livres* (1883-1887), constituindo canal de divulgação científica luso-brasileira¹⁵⁷⁵. No entanto, e levando em conta as afinidades pessoais e geográficas de Joaquim de Carvalho com João de Barros, o exemplo da *Revista Atlântida* (1915-1920)¹⁵⁷⁶ – lançada por este e pelo carioca João do Rio –, não lhe devia ser estranho, por diferente que fosse o propósito e o contexto da publicação que lançou em 1951. No entanto, mesmo que a vertente luso-brasileira estivesse pensada quanto a colaboração, é com a viagem de Joaquim de Carvalho ao Brasil que tais propósitos melhor se materializam¹⁵⁷⁷. Dos doze colaboradores brasileiros, onze iniciam sua participação a partir desse acontecimento¹⁵⁷⁸.

Autores brasileiros na Revista Filosófica (1951-1958)

Autor	Contribuição na <i>Revista Filosófica</i>
Alexandre Correia, <i>Universidade de São Paulo</i> .	“A política de José de Maistre”. Artigo, n.º 13, maio, 1955, ano 5º, pp. 44-53.
	“A política de José de Maistre (continuação)”. Artigo, <i>RF</i> n.º 14, setembro, 1955, ano 5º, pp. 135-144.
	“A política de José de Maistre”. Artigo, <i>RF</i> n.º 17, agosto, 1956, ano 6º, pp. 143-181.
Cyro dos Anjos, <i>Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais</i> .	A criação literária. Artigo, <i>RF</i> n.º 12, dezembro, 1954, ano 4º, pp. 245-316.

1575 PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da história e escalas identitárias (1870-1910)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ainda sobre o tema, desde 1880 pensava-se na formação de uma Liga dos Positivistas luso-brasileiros, que teria como publicação a revista *Era Nova*, projeto que não chegou a ser realizado. Cf. CATROGA, Fernando. *A militância laica e a des cristianização da morte em Portugal (1865-1910)*, vol. 2. Coimbra: Faculdade de Letras, 1988.

1576 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “A luso-brasilidade e o projecto da revista Atlântida”. In *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 26, II série. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 51-70.

1577 Na *Revista Filosófica* n.º 8, publicada logo após o retorno de Joaquim de Carvalho do Brasil, os temas e autores brasileiros dominam a edição. Dos três artigos, dois são de brasileiros: de João Cruz Costa, “A República em Portugal e a atitude da Igreja Positivista do Brasil”, e de Lourival Gomes Machado, “Posição de Tomás Antônio Gonzaga no Jusnaturalismo”. Na seção “Notícia e análise de livros”, das quatro recensões, três são de livros de autores do Brasil: Antônio Carneiro Leão, João de Souza Ferraz e Evaristo Moraes Filho. Na edição seguinte, Joaquim de Carvalho faz a crítica dos livros de Pedro Calmon, “Historia das Ideias Políticas”, e de Miguel Reale, “Filosofia do Direito”.

1578 A exceção é de Luiz Luisi, da Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul (Porto Alegre), que na *Revista Filosófica* n.º 4, de abril de 1952, publicou o artigo “Giorgio Del Vecchio: A obra e o homem”.

Eduardo Prado de Mendonça, <i>Faculdade Nacional de Filosofia (Rio de Janeiro)</i> .	“Valor Ontológico dos primeiros princípios”. Artigo, <i>RF</i> n.º 16, maio, 1956, ano 6º, pp. 5-93.
Euryalo Canabrava, <i>Universidade do Brasil (Rio de Janeiro)</i> .	“Introdução à filosofia científica”. Artigo, <i>RF</i> n.º 10, maio de 1954, ano 4º, pp. 33-52.
Evaristo de Moraes Filho, <i>Universidade do Brasil (Rio de Janeiro)</i> .	“Fases do pensamento de Comte”. Artigo, <i>RF</i> n.º 17, agosto, 1956, ano 6º, pp. 125-136.
Fernando de Azevedo, <i>Universidade de São Paulo</i> .	“O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil”. Artigo, <i>RF</i> n.º 12, dezembro de 1954, ano 4º, pp. 201-217.
Florestan Fernandes, <i>Universidade de São Paulo</i> .	“Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil”. Artigo, <i>RF</i> n.º 18, dezembro, 1956, ano 6º, pp. 266-291.
	“Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil (Cont.)”. Artigo, <i>RF</i> n.º 19, maio, 1957, ano 7º, pp. 58-117.
Ivan Lins, <i>Faculdade Nacional de Direito (Rio de Janeiro)</i> .	“Augusto Comte e a Ciência”. Artigo, <i>RF</i> n.º 20, agosto, 1957, ano 7º, pp. 180-227.
	“CRUZ COSTA – O Positivismo na República. Notas sobre a História do Positivismo no Brasil, Biblioteca Pedagógica Brasileira, “Brasília”, São Paulo, 1956. Vol. De 203 págs”. Notícia e análise de livros, <i>RF</i> n.º 20, agosto, 1957, ano 7º, pp. 258-262.
J. Cruz Costa, <i>Universidade de São Paulo</i> .	“A República em Portugal e a atitude da Igreja Positiva do Brasil”. Artigo, <i>RF</i> n.º 8, setembro, 1953, ano 3º, pp. 95-108.
	“Transoceanismo e valores morais”. Artigo, <i>RF</i> n.º 14, setembro, 1955, ano 5º, pp. 179-187.
	“Um representante do “Germanismo” no Brasil”. Artigo, <i>RF</i> n.º 15, dezembro, 1955, ano 5º, pp. 207-215.
	“Origem, Fastígio e Declínio do Positivismo no Brasil”. Artigo, <i>RF</i> n.º 20, agosto, 1957, ano 7º, pp. 135-145.
Linneu Camargo Schützer, <i>Universidade de São Paulo</i> .	“O poema moral de Hesíodo”. Artigo, <i>RF</i> n.º 18, dezembro, 1956, ano 6º, pp. 249-265.
Lourival Gomes Machado, <i>Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo</i> .	“Posição de Tomás António Gonzaga no Jusnaturalismo”. Artigo, <i>RF</i> n.º 8, setembro, 1953, ano 3º, pp. 127-153
Luiz Luisi, <i>Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul (Porto Alegre)</i> .	“Giorgio Del Vecchio: A obra e o homem”. Artigo, <i>RF</i> n.º 4, abril, 1952, pp. 65-74.

O objetivo específico de dar uma maior ênfase ao diálogo estratégico com o Brasil revela-se, ainda, na seção “Sumário de Revistas Portuguesas e Brasileiras¹⁵⁷⁹”, coluna que se

1579 A seção divulgou, de forma recorrente nas edições, as seguintes revistas brasileiras: *Kriterion: Revista da*

manteve ativa ao longo dos sete anos da publicação e onde se deu a conhecer revistas acadêmicas lançadas por grupos e instituições nos dois países. Sintomaticamente, na edição de estreia, a *Revista Filosófica* faz referência ao primeiro número do periódico *Anhembí*¹⁵⁸⁰, onde escreviam intelectuais com quem virá a privar aquando da sua estada em S. Paulo, em 1953, e onde colaboravam exilados antissalazaristas e escritores de orientação progressista residentes em Portugal, como era o caso de António Sérgio¹⁵⁸¹.

Em paralelo, a *Revista Filosófica* divulgou em 18 dos seus 22 números a *Revista Brasileira de Filosofia*, publicação do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), com alguns dos autores de formação integralista. Tal aparente ecletismo não pode ser visto como uma contradição, quer devido ao perfil demoliberal de Joaquim de Carvalho e à sua concepção pluralista tanto da universidade, como da “República das Letras”, que perfilhava. Com efeito, no levantamento dos colaboradores da *Revista Filosófica* de Coimbra, estão textos de João Cruz Costa, professor de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), e de seu opositor direto, Miguel Reale, diretor do IBF e professor de Direito na mesma universidade. A *Revista* divulgava as publicações e artigos de integrantes do IBF, mas também foi espaço para Florestan Fernandes, então professor de sociologia da USP, publicar pela primeira vez seu artigo “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica do Brasil”, no n.º 18 (1956).

Mas a que campo intelectual brasileiro pretendia chegar esse projeto e quais os intercâmbios realizados a partir dessa experiência editorial de Joaquim de Carvalho? Ou ainda, conhecendo seus colaboradores, como é que a *Revista Filosófica* mobilizou nomes e temáticas de perspectivas tão diferentes, até opostas no Brasil, de forma constante ao longo dos seus 22 números? Para alcançar essa diversidade de posicionamentos, formação e interesses da reflexão brasileira, importa também lembrar as intenções que norteavam Joaquim de Carvalho.

Editada em Coimbra, a *Revista Filosófica* não estava vinculada à Universidade, mas à personalidade do seu diretor e ao modo como este entendia o papel do filosofar numa época em que muitos intelectuais ainda estavam imbuídos de cientificismo, subalternizando o exercício crítico da razão. No texto “Posição”, que abre o primeiro número, foi claro. Se o trânsito do século XIX para o XX se caracterizou pela hegemonia doutrinal do Positivismo e

Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (Belo Horizonte); Jornal Brasileiro de Psiquiatria, do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro); *Revista Brasileira de Filosofia*, Instituto Brasileiro de Filosofia (São Paulo); *Revista de História*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (São Paulo); *Verbum*. Revista da Universidade Católica do Rio de Janeiro; Revista da Universidade Católica de São Paulo.

1580 Sumário de Revistas Portuguesas e Brasileiras. “Anhembí”. In *Revista Filosófica*, n.º 1, 1951, p. 97.

1581 SERGIO, António. “Sobre o caráter do socialismo de Antero”. In *Anhembí*, n.º 1 (dezembro). São Paulo: s/e, 1950, pp. 428-443.

do Evolucionismo, cuja aceitação nunca antes fora alcançada por outra síntese filosófica ou teoria da Ciência, esse domínio tornou-se filosoficamente mais débil a partir da Primeira Guerra Mundial: “à conformidade seguiu-se o desacordo¹⁵⁸²”. Daí a atualidade de se fomentar uma ideia crítica, que fosse capaz de renovar o consórcio entre o conhecer, o saber e o filosofar.

É certo que Joaquim de Carvalho não retirava valor à especialização e à erudição. Porém, queria que elas fossem ponto de partida para a reflexão, único caminho que, ao corrigir as limitações da “Sabença” – fruto do cultivo da erudição pela erudição –, podia evitar que a filosofia caísse em especulações não fundamentadas e em formulações retóricas, transformando-se, em suma, numa “filodoxia”, isto é, num “ensaísmo literário” e numa “parénese edificante”, práticas onde a busca do verdadeiro, “severa e metodicamente procurado”, era substituída pela exibição de dotes e recursos verbais¹⁵⁸³.

Não obstante o olho sempre vigilante da censura política portuguesa, a *Revista Filosófica* se apresentou, então, como uma resposta ao isolamento das posições divergentes, oferecendo uma rara possibilidade de reunião e confronto de opiniões “com mútua compreensão”. E esta orientação não só pretendia demarcar-se da cultura oficial, mas também visava diferenciar-se implicitamente do dogmatismo e do historicismo de influência marxista, posição que tinha na revista *Vértice* (1942), igualmente publicada em Coimbra a partir de 1942, o seu órgão literário mais destacado. Assim, explica-se que a sua linha editorial apontasse “para a reflexão teórica e crítica dos problemas suscitados pela nossa atividade científica e cultural”, pelo que o seu programa tinha de ser “aberto e amplo, sem estreiteza nem exclusivismo”. De onde o seu cariz interdisciplinar – contou com a colaboração de cientistas da natureza, psiquiatras, matemáticos, historiadores da Cultura, pedagogistas, estetas e filósofos, isto é, de representantes de “todos que sentem responsabilidades intelectuais”, interessados, por isso, em uma “filosofia de problemas e não filosofia de mistérios, filosofia de integração e de perspectivas gerais, e não filosofia teleológica e de verticalismo hierarquizante ou de vértice limitativo¹⁵⁸⁴”.

Perante esta linguagem, não será arriscado sustentar que Joaquim de Carvalho arremetia contra algumas das filosofias que ainda dominavam certas elites cultas portuguesas e brasileiras. Em concreto, com o epíteto “filosofia de mistérios”, alvejava todos os irracionanismos (mesmo os de raiz bergsoniana); com a expressão “filosofia teleológica”,

1582 CARVALHO, Joaquim de. “Posição”. In *Revista Filosófica*, n.º 1 (março). Coimbra: Atlântida editora, 1951, pp. 5-11, p. 5.

1583 *Idem, ibidem*, p. 6.

1584 *Idem, ibidem*, p. 10.

arremetia contra as filosofias da natureza e da história, como as do marxismo ortodoxo, que acreditavam já ter decifrado de uma vez por todas o fim da evolução do universo e do homem; e com a expressão “verticalismo hierarquizante ou de vértice limitativo”; desejava atingir as serôdias sobrevivências do neotomismo. É que, para ele, a verdadeira filosofia deveria fundir-se com o ato de filosofar, pelo que as soluções dos grandes problemas do homem só seriam verdadeiras se, simultaneamente, fossem ponto de partida para o nascimento de novos problemas¹⁵⁸⁵.

Pensando bem, a diversidade temática da *Revista*, que inclui colaborações da Antropologia, Etnologia, Psiquiatria, Medicina, Educação e História, é coerente com a prática acadêmica de Joaquim de Carvalho, no seu apelo ao necessário diálogo entre a reflexão filosófica e as Ciências¹⁵⁸⁶. Já em 1946, em correspondência para Barahona Fernandes, que virá a ser colaborador da *Revista Filosófica* com artigos sobre medicina e psiquiatria, o professor de Coimbra falava da germinação do projeto e da finalidade cívica que o inspirava: reunir companheiros dispostos a dar continuidade à liberdade de pensar em tempos obscuros.

Sairá sem qualquer apoio ou ligação oficial, no propósito de ser um lugar de reunião em que nos possamos encontrar com decência e dignidade, uns tantos que sabemos quanto custa estudar e pensar. V. Ex^a, o Edmundo Curvelo e os meus mais próximos colaboradores da Faculdade são as pessoas a quem confio este sonho, que no fundo aspira a ser nos nossos dias de obscurantismo uma afirmação de confiança no que dignifica o Homem¹⁵⁸⁷.

Dois anos depois, em outra carta a Barahona, de 21/9/49, deixou este significativo desabafo: “A comissão de Censura – com que tristeza e revolta tive de escrever estas palavras – autorizou há pouco a publicação¹⁵⁸⁸”. E, em 1950, reafirmava os mesmos propósitos: a *Revista* iria sair “precisamente para aproximar cientistas e filósofos e não tem por fim filosofias mas problemas do filosofar que visa nesta hora cinzenta o não deixar que se apague o fachoquinho de cultura livre¹⁵⁸⁹”. E, como se assimilou, o mundo brasileiro, onde imperou um “Estado Novo” análogo ao português, não estava ausente da razão de ser desta iniciativa.

1585 Essa síntese é vista em: CATROGA, Fernando. *Joaquim de Carvalho e a História...*, p. 16.

1586 A relação entre Filosofia e o Conhecimento Histórico, assim como entre a Filosofia e a Ciência no pensamento de Joaquim de Carvalho, encontra-se em *Idem, ibidem*.

1587 CARVALHO, Joaquim de. Carta a Barahona Fernandes, 11/5/1946 *Apud* FERNANDES, Barahona. *Joaquim de Carvalho – Pessoa e Atitude Espiritual...*, p. 26.

1588 Carta de Joaquim de Carvalho a Barahona Fernandes, 21/9/1949 *Apud* FERNANDES, Barahona. *Art. Cit.*, p. 26.

1589 Carta de Joaquim de Carvalho a Barahona Fernandes, 11/12/1950 *Apud* FERNANDES, Barahona. *Art. Cit.*, p. 26.

“Prefaciando, anotando, traduzindo, reverendo, explicando” – Joaquim de Carvalho nas publicações brasileiras

Na outra direção, de Portugal para o Brasil, o empenhamento de Joaquim de Carvalho também se repercutiu no meio acadêmico, seja como autor, seja como editor. Em 1951, o organizador da revista *Kriterion*, da Universidade de Minas Gerais, Arthur Versiani Velloso, numa das resenhas a livros da coleção Biblioteca Filosófica, salientava as suas contribuições no domínio dos “estudos filosóficos para os povos de língua e raça portuguesa”¹⁵⁹⁰. Na sua apreciação, as qualidades materiais e intelectuais dos livros da coleção editada em Coimbra aparecem fundidas, resultando em um “aprazimento real”, “por dever de ofício e por serem de fato trabalhos carinhosamente cuidados e impressos”. E o valor do livro também reflete os conhecimentos do editor-escritor que dirige a coleção: “Prefaciando, anotando, traduzindo, reverendo, explicando, e com que gosto e limpeza o faz!”, comenta Versiani¹⁵⁹¹.

Em São Paulo, constata-se que houve um interesse permanente da *Revista Brasileira de Filosofia (RBF)*, do Instituto dirigido por Miguel Reale, em firmar pontes com Portugal e, em especial, com a produção intelectual de Joaquim de Carvalho, seja solicitando a este depoimento sobre debates lançados, ou comentários a livros, seja utilizando suas opiniões para divulgação da própria revista.

Esta atenção do IBF é detectável desde 1951, quando Joaquim de Carvalho foi convidado para colaborar na enquete “Estará em crise à Universidade?”¹⁵⁹², publicada no n.º 3 da *RBF*, ao lado do professor Delfim Santos, da Universidade de Lisboa, e do próprio Miguel Reale. Mas, as origens dessa aproximação têm ainda outro pano de fundo, que remete para as disputas acadêmicas paulistanas. Na mesma edição da *RBF*, a *Revista Filosófica* aparece resenhada por Luís Washington Vita. Após enaltecer as qualidades do diretor português, “notável pesquisador do pensamento de seus patrícios, tendo já nos dado uma série de livros”¹⁵⁹³, manifesta o descontentamento que lhe despertou a leitura da apreciação do I Congresso Brasileiro de Filosofia inserta na publicação. “Embora não seja este o lugar próprio para uma discussão”, ressalva Vita, “muito teríamos que observar em relação à transcrição

1590 VELLOSO, Arthur Versiani. “Aristóteles: Metafísica. Vol.1º, livros I e II. Tradução direta do grego por Vincenzo Cocco. Introdução e notas de Joaquim de Carvalho. Atlântida Editora, Coimbra, 1951”. In *Kriterion*, n.º 15-16. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, 1951, pp. 201-203. Na mesma edição, Versiani resenha ainda a edição de Joaquim de Carvalho “Livros de D. Manuel”. Os artigos de Joaquim de Carvalho, lidos e resenhados por ele mesmo antes de 1953 são invocados em depoimento após a visita do professor ao Brasil. Cf VELLOSO, Arthur Versiani. “Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Op.Cit.*, p. 37.

1591 VELLOSO, Arthur Versiani. *Art. Cit.*, pp. 201-203.

1592 *Revista Brasileira de Filosofia*, n.º 3 (julho-outubro). São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1951, pp. 321-329.

1593 *Ibidem*, p. 379.

infeliz de um trecho da ‘reportagem’ que um professor provinciano fez sobre o Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia”¹⁵⁹⁴. Subentende-se que ele não se referia a Joaquim de Carvalho, mas à reprodução de fonte brasileira feita pela *Revista* de Coimbra. Porém, o que o recenseador considera a transcrição de uma “reportagem” que teria saído no Brasil, é um comentário de Joaquim de Carvalho, não às sessões (às quais não assistiu), mas aos volumes dos *Anais do I Congresso Brasileiro de Filosofia*¹⁵⁹⁵. Após reproduzir em 12 páginas os temas e conferencistas dos cinco dias de eventos, em São Paulo, o diretor da publicação fez este balanço:

Não participaram do Congresso algumas figuras representativas da cultura brasileira, notadamente no que respeito à sociologia, à pedagogia, à psicologia, pura e aplicada, à história da filosofia, à história da cultura brasileira, à filosofia neo-escolástica; não obstante os trabalhos apresentados constituem o expoente significativo das preocupações atuais e principalmente das tendências dominantes nos mais jovens e promissores estudiosos da filosofia¹⁵⁹⁶.

Esta afirmação de Joaquim de Carvalho, mesmo no seu não dito, merece ser um pouco mais decodificada. Conhecedor da vida intelectual brasileira, bastar-lhe-ia fazer uma comparação entre os autores que conhecia (e apreciava) que estiveram ausentes do encontro (como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando de Azevedo, o próprio Cruz Costa, entre outros), com os que figuravam nas atas para chegar a essa conclusão. O professor de Coimbra também não desconhecia que a promoção desse areópago se inscrevia na então muito acesa luta pela conquista de legitimação no campo intelectual, particularmente no que concerne à USP e aos seus pares acadêmicos.

Ao contrário de Luís Vita, Miguel Reale entendeu melhor a quem Joaquim de Carvalho se referia, pois retomou o comentário em termos mais hábeis, aproximando-se dos aspectos positivos e omitindo os negativos. Assim, na edição seguinte da publicação brasileira, tenta ultrapassar o embaraço suscitado pelas palavras de Luís Washington Vita, e tornou a resenhar o texto de Carvalho de uma maneira mais polida, procurando evitar o embaraço a reboque. Agora, considerava que o “mestre de Coimbra soube realizar, em 12 páginas substanciais uma síntese feliz e objetiva” do Congresso. Reale escamoteia as ressalvas de Joaquim de Carvalho ao evento e enaltece os elogios, retirando os trechos da *Revista Filosófica* que mais lhe interessavam. E um deles será mesmo destacado na contra-

1594 *Ibidem*.

1595 *Ibidem*.

1596 *Revista Filosófica*, n.º 2 (julho). Coimbra: Atlântida, 1951, p. 193.

capa dos três números seguintes da *RBF*, aquando da divulgação dos Anais do Congresso. Assim, entre as opiniões de outros especialistas¹⁵⁹⁷, “Joaquim de Carvalho (catedrático da Universidade de Coimbra)” surge a recomendar os dois volumes da publicação do IBF sobre o evento através de uma frase colhida na citada recensão que, sobre aqueles, publicou em Coimbra: “Constituem o expoente significativo das preocupações atuais e principalmente das tendências dominantes nos mais jovens e promissores estudiosos da filosofia¹⁵⁹⁸”.

A partir de então, a *Revista de Filosofia* passou a ter uma presença constante nas páginas da *RBF*, resenhada ou indicada em todos os anos até 1957¹⁵⁹⁹. Luís Washington Vita aparece como responsável por manter a ponte, fazendo a crítica dos livros de Joaquim de Carvalho¹⁶⁰⁰, sempre com apreciação elogiosa, ou de nomes vinculados ao professor de Coimbra, com destaque para as *Heterodoxias*, de Eduardo Lourenço¹⁶⁰¹, e para o pequeno ensaio *O determinismo, o acaso e a previsão da História*, de Sílvio Lima¹⁶⁰². Mas a grande homenagem inserta na *RBF* foi prestada pelo professor Evaristo de Moraes Filho – da Faculdade do Brasil (Rio de Janeiro) – no artigo “A contribuição de Joaquim de Carvalho para a Compreensão de Francisco Sanches¹⁶⁰³”, longo texto onde o autor salienta a erudição e a vasta pesquisa documental que sustenta a hermenêutica historicista presente nos trabalhos do professor em torno do filósofo humanista.

Todavia, importa relembrar que as relações do IBF com Portugal não estavam reduzidas Coimbra. Desde fins dos anos de 1940, Miguel Reale e outros dois integrantes do Instituto – Luís Washington Vita e Vicente Ferreira da Silva – também mantinham estreitas

1597 Além de Joaquim de Carvalho, a revista traz depoimentos do suíço Fritz Medicus, do professor português Delfim Santos, de Lisboa, dos norte-americanos Roderick M. Chisholm e Cornelius Krusé, dos brasileiros Augusto Duque, de Recife, e Aldo Obino, de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Filosofia*, n.º 3, 1951, contra-capa.

1598 Frase destacada na contra-capa da *Revista Brasileira de Filosofia*, n.ºs 3, 4, 5 e 6 (1951-1952).

1599 A *Revista Filosófica*, dirigida por Joaquim de Carvalho, foi divulgada pela *Revista Brasileira de Filosofia* nos números 3, 4, 6, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28,29, 30, 31.

1600 Quatro publicações de Joaquim de Carvalho são resenhadas por Luís Washington Vita: NUNES, Pedro. *Defensão do tratado da rumação do globo para a arte de navegar*. Precedida de uma introdução sobre a respectiva autenticidade, de autoria de Joaquim de Carvalho (*RBF*, n.º 2, 1953), *Compleição do Patriotismo Português* (*RBF*, n.º 15, 1954), *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XIX*, vol. I (*RBF*, n.º 21, 1955) e *Francisco Sanches, Opera philosophica* (nova edição, precedida de introdução de Joaquim de Carvalho) (*RBF*, n.º 21, 1955).

1601 “O jovem assistente do prof. Joaquim de Carvalho, contrariando as lições do mestre”, diz Vita sobre o livro de Eduardo Lourenço. VITA, Luís Washington. “Eduardo Lourenço, Heterodoxia (Coimbra, C. Editora, 1949)”. In *Revista Brasileira de Filosofia*, n.º 4. São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, 1952, p. 558-559.

1602 VITA, Luís Washington. “Sílvio Lima, O determinismo, o acaso e a previsão na História (3ª ed.), Coimbra Editora, 1958”. In *Revista Brasileira de Filosofia*, n.º 31. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958, p. 376-379.

1603 MORAES FILHO, Evaristo de. “A contribuição de Joaquim de Carvalho para a compreensão de Francisco Sanches”. In *Revista Brasileira de Filosofia*, n.º 23. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1956, p. 327-371.

relações com Delfim Santos, professor do Departamento de Ciências Pedagógicas da Universidade de Lisboa, intercâmbio que a correspondência confirma¹⁶⁰⁴. Por sua vez, ao narrar, nas suas *Memórias*, a sua viagem que, em 1952, fez a Portugal, Miguel Reale não se esqueceu de registrar o encontro com outros intelectuais e com Joaquim de Carvalho, que qualifica como “grande historiador da cultura portuguesa”¹⁶⁰⁵. No entanto, é indiscutível que as suas afinidades intelectuais e políticas com Delfim Santos eram bem maiores¹⁶⁰⁶.

Ainda no que respeita ao relacionamento de Carvalho com Reale, ter-se-a de voltar a lembrar que a “redescoberta” do Brasil pelo professor de Coimbra teve na amizade com Cruz Costa o seu principal esteio. Ora, e como vimos, este manteve uma longa conflitualidade com o grupo uspiano liderado pelo presidente do IBF, ao mesmo tempo que pugnava pela associação do professor de Coimbra à *Revista de História* da Universidade de São Paulo, dirigida por Eurípedes Simões de Paula¹⁶⁰⁷, chegando mesmo a sublinhar as semelhanças programáticas que existiam entre esta publicação e a *Revista Filosófica*, escrevendo: “Tudo isto que o Prof. Joaquim de Carvalho escreve na apresentação da sua excelente **Revista**, coincide com a orientação em que seguimos na **Revista de História**. Assim, grato nos é saudar o aparecimento de mais uma companheira do mesmo rumo”¹⁶⁰⁸.

1604 SANTOS, Filipe D. “Correspondência entre Delfim Santos e Miguel Reale”. In *Actas do IX Colóquio Tobias Barreto. Miguel Reale e o pensamento Luso-Brasileiro*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Sobre a correspondência entre Delfim Santos e o grupo do IBF, ver ainda: *Idem, Meu Caro Delfim... Delfim Santos e o Brasil*. Lisboa: Arquivo Delfim Santos, 2011.

1605 REALE, Miguel. *Memórias, vol. I, Destinos Cruzados*. São Paulo: Saraiva, 1987, p. 294.

1606 “A figura, porém, que mais ficou ligada a meu espírito foi a de Delfim Santos. Simpatia à primeira vista, dada a afinidade da inteligência e da sensibilidade. Sendo, sem dúvida, a maior expressão do pensamento português de sua época, vivia como à margem por não gozar da simpatia da política salazarista, obrigado a desenvolver suas atividades no setor pedagógico. Além do mais, coincidíamos em pontos essenciais da historiografia filosófica, compartilhando dos valores da nova teoria da cultura emanada das meditações neokantianas e sobretudo obra de Dilthey”. *Idem, ibidem*.

1607 A cronologia do intercâmbio é ilustrativa dessa aproximação com a *Revista de História* e se inicia em 1952, quando João Cruz Costa fez a recensão da *Revista Filosófica*, de Coimbra, dirigida por Joaquim de Carvalho (*RH*, n.º 10, 2º semestre de 1952). No ano seguinte, a *RH* reproduziu a entrevista que o professor de Coimbra concedeu ao *Diário de Lisboa*, sobre sua recente experiência no Brasil, sob o título “O Prof. Dr. Joaquim de Carvalho salienta os problemas incitantes e as infinitas possibilidades que a cultura brasileira oferece ao homem de estudo” (*RH* n.º 15, 3º semestre de 1953). Também em 1953, João Cruz Costa fez a recensão da edição de Pedro Nunes, *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a Arte de Navegar* (obra desconhecida e inédita, agora dada ao prelo precedida de uma introdução sobre a respectiva autenticidade), publicados por Joaquim de Carvalho na coleção *Inedita ac Rediviva* (Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XVII, 1952), (*RH*, n.º 14, 2º semestre de 1953). Na mesma edição, Cruz Costa recenseou o trabalho de SANTOS (Mariana Amélia Machado). *Manuscrtos de Filosofia do Século XVI existentes em Lisboa* (Catalogo), com prefácio de Joaquim de Carvalho (*RH*, n.º 14, 2º semestre de 1953). Em 1955, a revista publicou um resumo da conferência “São Paulo e o Brasil que se constrói”, de Joaquim de Carvalho, no Rotary Clube de Braga, em 1954 (*RH*, n.º 21-22, 1º semestre de 1955). Eurípedes Simões de Paula fez a recensão da edição de *Opera Philosophica*, de Francisco Sanches (*RH*, n.º 26, 2º semestre de 1956). Em 1958, a *RH* reproduziu o artigo “Problemática da saudade”, de Joaquim de Carvalho, antes já apresentado no *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (*RH*, n.º 34, 2º trimestre de 1958). A *Revista de História* da USP pode ser lida em rede: <http://revhistoria.usp.br/>

1608 COSTA, João Cruz. “Revista Filosófica (publicação quadrimestral de estudos filosóficos e histórico-

Por sua vez, o eco das investigações do historiador e pensador português no mundo acadêmico brasileiro teve uma maior incidência nos estudiosos que se dedicavam à história do pensamento filosófico moderno, ou ao campo mais largo da história da cultura e da história das ideias. Porém, a sua repercussão foi particularmente forte nos trabalhos de Cruz Costa, com relevo para o livro *Contribuição à História das Ideias no Brasil*¹⁶⁰⁹, influência bem visível tanto na bibliografia e em citações, como na compartilha de perspectivas metodológicas, mormente na adesão ao “método histórico-evolutivo” que o Mestre de Coimbra há muito praticava.

A cumplicidade intelectual e humana que se cimentou entre ambos levou mesmo o professor da USP, logo após o choque provocado pelo falecimento do amigo, a aceitar dar continuidade à *Revista Filosófica* desde o Brasil, intenção impulsionada pela família do finado¹⁶¹⁰ e logo anunciada na edição póstuma da publicação¹⁶¹¹. A ideia não foi avante, mas constitui prova daquilo que outras fontes reiteram: o entendimento da “redescoberta” do Brasil por Carvalho exige que se leve em conta a intensidade e o teor da relação que manteve com aquele que foi o primeiro aluno matriculado no curso de Filosofia da USP.

Projetos para (re)pensar o Brasil

Sintetizado o âmbito e o tipo de contatos de Carvalho com intelectuais brasileiros, chegou o momento de tentarmos elucidar quais foram alguns dos projetos “brasileiros” que teve em mente, mas que não concretizou. Tarefa que não é simples devido à inexistência de informações pormenorizadas sobre muitos deles. No entanto, encontramos registros que podem funcionar como indícios do que planeava fazer neste domínio. Um deles encontra-se na confissão que fez a Cruz Costa, nas férias de verão de 1954, onde anunciou ter acabado de gizar “um esquema da evolução das ideias no Brasil Colonial, com critério estritamente

científicos), dirigida por Joaquim de Carvalho. Atlântida Editora. Coimbra”. In *Revista de História*, n.º 10, vol. IV (abril-jun). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1952, p. 514.

1609 COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

1610 Em resposta a uma carta de Cruz Costa, logo após o falecimento de Joaquim de Carvalho, o filho deste, Joaquim Montezuma, afirmou: “Comoveu-nos a sua transcendente ideia de se continuar a “Revista Filosófica” no Brasil sob a sua direção”. Informava ainda que “a família reuniu-se. Concordou com júbilo em aceitar sua ideia e do coração me manda agradecer esse seu nobre gesto”. BFF-USP. Carta de Joaquim Montezuma de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 17/11/1958, p. 1 (verso).

1611 Essa informação consta no último número da *Revista* editada em 1959. Para os números seguintes, que nunca chegaram a vir a lume, o filho de Joaquim de Carvalho, Joaquim Montezuma de Carvalho, anunciava que João Cruz Costa seria o novo diretor da publicação. CARVALHO, Joaquim Montezuma de. “*In Memoriam*”. In *Revista Filosófica*, n.º 22 (maio). Coimbra: Atlântida Editora, 1959, p. 7. A edição de 1959 inseriu artigos de Américo Castro, Mário Bunge, Miguel Reale e José Pecegueiro, sendo, os dois primeiros, traduções inéditas ainda realizadas por Joaquim de Carvalho.

histórico-filosófico e cultural”¹⁶¹². Trata-se, sem dúvida, de um guia para uma obra futura. E ele também foi claro acerca da causa imediata que fez nascer este esboço: as reflexões suscitadas pela leitura do trabalho acadêmico intitulado *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*, que o seu interlocutor não há muito tinha apresentado na USP, e que, uns anos depois, sairá com o título *Contribuição à história das idéias no Brasil* (1956)¹⁶¹³:

Se o levar a cabo, completará no plano das ideias o q meu querido Cruz Costa fez no plano da estrutura social e das conexões com a economia e formas de vida. Retomo, em parte, o Alcides Bezerra, mas pelo lado interno, pois ele deu, a bem dizer, e somente, o aspecto bibliográfico, aliás, deficiente¹⁶¹⁴.

Destas palavras infere-se que o professor português não iria sobrevalorizar as contextualizações económico-sociais que, em certos meios, dominavam o modo “externalista” de escrever história da filosofia, nem elaborar um mero rol descritivo e cronológico de pensadores, como o teria feito Alcides Bezerra¹⁶¹⁵ no seu trabalho *Achêgas à História da Filosofia* (1936), não obstante o reconhecimento do seu pioneirismo nesta matéria¹⁶¹⁶. Supomos que o insinuado por Carvalho a Costa visava completar a obra deste, valorizando a textualidade e o eco das grandes filosofias na sua tessitura, em ordem a se ultrapassar a glosa e a se inteligir as especificidades da recepção das grandes correntes filosóficas ocidentais, fazendo dos textos “nacionais” pontos de partida para questões cosmopolitas (no sentido iluminista do termo) que deviam propulsar a autenticidade do filosofar. A hipótese não é arbitrária, pois esta seria a única ótica que, segundo Carvalho, permitiria fugir ao ensaísmo e

1612 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 25/9/1954, fl. 1.

1613 O livro foi a tese de cátedra de João Cruz Costa apresentada sob o título *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional* e escrita para o concurso previsto para 1950, mas que somente quatro anos depois foi defendida. Em 1956, a obra foi publicada pela editora José Olympio. Pela correspondência, sabe-se que, já em 1950, Joaquim de Carvalho tinha recebido uma cópia da tese e mostrou interesse em fazer uma recensão sobre ela. BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 28/11/1950, fl. 1. No entanto, somente em 1957, a promessa foi cumprida na *Revista Filosófica* n.º 20 (agosto, pp. 253-258). Cf. *O.C.*, vol. V, pp. 264-268. O mesmo livro teve ainda uma edição em castelhano sob o título *Esbozo de una historia de las ideas en el Brasil* (México, Fondo de Cultura Económica, 1957).

1614 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 25/9/1954, fl. 1.

1615 Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, Alcides Bezerra (1891-1938) ocupou cargos na magistratura e na função pública da Paraíba, seu estado natal, até ser nomeado pelo presidente Epitácio Pessoa para a direção do Arquivo Nacional (1922), no Rio de Janeiro. Neste período, ganhou prestígio como historiador e editor de coleções bibliográficas com documentos do arquivo. Entre as suas obras, destacam-se *Ensaio de crítica e Filosofia* (João Pessoa, 1919), *A revelação científica do Direito* (Edições Biblos, 1933) e *Achêgas à História da Filosofia* (Arquivo Nacional, 1936), com capítulo sobre a Filosofia na fase colonial.

1616 Pioneirismo que é destacado por Cruz Costa no artigo “Esboço de uma História das Ideias no Brasil na primeira metade do século XX”. In *Revista de História*, n.º 19. São Paulo: FFCL, 1954, pp. 179-194, p. 189.

enlaçar a erudição histórica com a reflexão filosófica.

Em 1955, o plano estaria a caminhar em paralelo com outros estudos que ultimava, como anunciou em carta a Jaime Cortesão: “Tenho muito adiantado o vol. dos Estudos Anterianos, além da Opera Philosophica, do Sanches. Também tenho trabalhado na Hist. das ideias no Brasil Colonial”¹⁶¹⁷. E para a progressão desta linha de investigação, solicitava ao amigo que lhe enviasse publicações saídas no contexto das comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo (onde Cortesão tinha sido organizador da Exposição Histórica de São Paulo), bem como trabalho *História e tradições da cidade de São Paulo* (1954) em que depositava grande interesse. Em concreto, perguntava: “está na sua mão mandar-me publ. do IV Centº de São Paulo, designadamente o livro de Silva Bruno? Se estiver, claro que me dá um alegrão, por q dia sem livros é dia cinzento”¹⁶¹⁸.

A respeito da edição mais sistémica das suas obras, frise-se que, no período em que Carvalho intensificou sua aproximação com o Brasil, ele tinha em curso a reunião, por temáticas e também por critérios cronológicos, dos seus mais relevantes trabalhos publicados e que se encontravam dispersos por inúmeras publicações, autônomas ou em actas ou artigos de revista. Recorde-se a sua sequência. Esta iniciou-se com a publicação dos *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI* (vols. 1 e 2) em 1947 e 1948, a que se seguiram os *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XV* (1949), *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XIX. Vol. I - Anteriana* (1955). Ora, não será arrojado afirmar que ele iria dar continuidade a estas edições definitivas, nomeadamente, através da saída de um outro volume sobre o século XIX (com os seus ensaios respeitantes ao vintismo, ao cartismo, ao republicanismo, ao positivismo) ou ainda de outros, onde possivelmente reuniria escritos de pendor mais reflexivo (em particular os atinentes as temáticas da saudade e do patriotismo). Estamos no domínio das hipóteses, mas não do inverosímil, porque, tal como tinha acontecido com os volumes já publicados, o conteúdo possível já estava em grande parte escrito, ou somente necessitava de reactualizações, revisões e, aqui e ali, alargamentos.

Pergunta-se ainda: qual seria o lugar do Brasil na gênese e no conteúdo deste mar de projetos editoriais? Para responder, relembremos o que, em 1953, escreveu de São Paulo a Jaime Cortesão (que vivia no Rio de Janeiro): “Um dos motivos da minha vinda foi o de me documentar bibliograficamente com livros e fontes que interessem aos meus planos. Um deles

1617 BNP. Acervo Jaime Cortesão. Carta de Joaquim de Carvalho a Jaime Cortesão, Coimbra, 21/3/1955, fl. 1.

1618 *Ibidem*. Tratava-se da obra de Ernani Silva Bruno, *História e tradições da cidade de São Paulo* (1954), publicada em três volumes numa edição especial sob o patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais. Contou ainda com prefácios de Gilberto Freyre e os volumes saíram divididos por temas: vol. I - arraial de sertanistas (1554-1828); volume II - burgo de estudantes (1828-1872); e vol. III - metrópole do café (1872-1918): São Paulo de agora (1918-1954).

consiste em desenvolver e fundamentar os artigos q escrevi na Historia de Peres, especialmente os caps. sobre o Vintismo”¹⁶¹⁹. Na mesma carta, comenta com o amigo que aumentou “muito” a sua coleção sobre o tema, “especialmente de jornais (posso quase todos, em colecções completas)”. Já do lado brasileiro, citava ter quatro volumes das *Obras Completas* do filósofo sergipano Tobias Barreto (1839-1889), jurista da Escola do Recife, poeta e crítico, além de algumas biografias editadas pela Livraria José Olympio, “salvo o último livro do Tarquínio de Sousa, sobre D. Pedro, que conto adquirir¹⁶²⁰”. Além de buscar bibliografia brasileira, Carvalho também reconhecia ainda que lhe faltavam “as fontes documentais”¹⁶²¹. Por isso, pedia ajuda a Cortesão para adquirir os volumes do *Arquivo diplomático da Independência*, editados pelo Ministério das Relações Exteriores (“me prestava um grande favor, pois não recordo ter visto esta pub. na Bca. da Universidade. Conheço-o somente por citações”) e a coleção com os escritos de Alexandre de Gusmão (possuía dois dos sete volumes), publicação organizada pelo seu interlocutor no Instituto Rio Branco (Rio de Janeiro).

Do cotejo da bibliografia que reuniu com os temas de investigação que anunciava, firma-se a ideia de que Carvalho pretendia acentuar a comparação entre a gênese do Portugal liberal e o processo não só da Independência brasileira, mas também do Brasil-Império e do Brasil-República. Seguindo a cronologia dos inúmeros planos que sempre tinha em mãos ou na mente, é possível entrever essa intenção. Como já foi dito, sabe-se que, no caminho de volta do Brasil para Portugal, ele pretendia publicar as obras completas de Silvestre Pinheiro Ferreira, com dispersos e inéditos, em edição crítica, matéria que estava relacionado às suas investigações em torno do liberalismo numa perspectiva luso-brasileira¹⁶²². Neste mesmo ano, em carta a Victor de Sá, retomava o tema do liberalismo ao comentar, nestes termos, um artigo que este seu antigo aluno tinha escrito sobre Almeida Garret, no *Diário de Lisboa*¹⁶²³: “Há mta coisa q aparente os liberais; em Garret é o sentido estético e o dom da palavra (falada

1619 BNP. Acervo Jaime Cortesão, cota: bn-acpc-e-e25-274-283, n.º 7-12. Carta de Joaquim de Carvalho a Jaime Cortesão, São Paulo, 27/4/1953, fls. 1-3. Na *História de Portugal*, volume 7 – Quinta época (1816-1918), Joaquim de Carvalho escreveu os capítulos referentes ao vintismo nos temas “período de indecisão e triunfo da corrente regeneradora”, “irradiação do movimento revolucionário”, “a obra legislativa das Côrtes”, “a contra-revolução”. CF. PERES, Damião (dir.). *História de Portugal*, vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, 1935, pp. 60-124.

1620 *Ibidem*. Trata-se da obra de Tarquínio de Sousa, *A vida de Dom Pedro I*, vols. 1-3. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1952-1954.

1621 *Ibidem*.

1622 As notas que ainda conseguiu redigir para a edição dos *Escritos Filosóficos*, publicada na *Revista da Universidade de Coimbra*, n.º 19 (1960), são provas do empenhamento do professor com o tema.

1623 Cf. SÁ, Victor de. “Garrett, deputado pela inteligência”. In *Diário de Lisboa*, Lisboa, 9/12/1954, p. 6 e 7.

e escrita) que principalmente cativa. Quando eu tiver vagar, hei de desenvolver estas ideias, em especial a do teor do novo patriotismo e respectivas implicações”¹⁶²⁴.

Por aqui se confirma que este conceito, articulado com outros, mormente o da saudade, cada vez mais entrava no âmbito das preocupações mais reflexivas de Joaquim de Carvalho. Saliente-se que ele próprio elegeu o tema da compleição do patriotismo para a conferência que apresentou no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1953, intervenção em que deixou mais um testemunho do impacto que a visita estava a ter no seu repensamento quer sobre o Brasil, quer sobre Portugal, dado que, se, na antiga colônia, estava a encontrar “coisas análogas” às da ex-metrópole, a experiência também lhe mostrava outras bem “diferenciadas ou radicalmente diferentes das que constituíram e constituem o mundo”¹⁶²⁵ em que nasceu e se fez homem.

Este recurso à comparação surge em outros passos onde registrou as suas impressões sobre o Brasil, assim como na orientação que deu ao número especial da *Revista Filosófica*, em 1957, dedicado ao centenário da morte de Augusto Comte¹⁶²⁶, outro vetor forte da cultura oitocentista transversal aos dois países. Com efeito, tal como aconteceu em Portugal nas últimas três décadas do século XIX, a vida intelectual brasileira também teve uma continuada recepção das ideias de Comte e dos seus discípulos tanto ortodoxos (Pierre Lafitte) como heterodoxos (liderados por Émile Littré), penetração que, a partir de 1889, irá marcar muito o perfil da nascente República brasileira. No entanto, o citado número da *Revista Filosófica* tinha objetivos mais amplo. Devido às incidências políticas e mundividenciais do positivismo no republicanismo de ambos os países, “o Brasil não pod[i]a faltar”¹⁶²⁷. Para Carvalho, “sem dúvida”, aqui, como “principalmente nos países de idiomas latinos, o positivismo comteano entusiasmou numerosos espíritos”¹⁶²⁸.

Por outro lado, o interesse por estas matérias não era indiferente ao fato de ele mesmo, quando jovem, ter sido positivista devido à influência da leitura de Teófilo Braga, autor acerca do qual já tinha escrito uma síntese muito valorada na época em que saiu (1948),

1624 BPB. *Fundo Victor de Sá*. Carta de Joaquim de Carvalho a Victor de Sá, Coimbra, 27/12/1954, fl. 1. Sobre este tema, conferir CATROGA, Fernando. *A geografia dos afectos pátrios*. Coimbra: Almedina, 2013.

1625 CARVALHO, Joaquim de. “Compleição do patriotismo português”. In *O.C.*, vol. V, pp. 123-137, p. 125.

1626 Cf. *Revista Filosófica*, n.º 20 (agosto), 1957. A edição conta com artigos dos brasileiros João Cruz Costa (“Origem, fastígio e declínio do positivismo no Brasil”) e Ivan Lins (“Augusto Comte e a Ciência”); e dos portugueses J. Seabra Dinis (“O Positivismo na vida e na obra de Júlio de Matos”), Vieira de Almeida (“Positivismo e Positividade”), Joel Serrão (“Sampaio Bruno e o Positivismo”) e Sílvio Lima (“Comte, o Positivismo e a Psicologia”).

1627 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 26/12/56, fl. 1.

1628 Como disse na recensão do livro de A. Carneiro Leão, *Panorama Sociologique du Brésil* (Paris, Presses Universitaires de France, 1953), publicado na *Revista Filosófica* n.º 8 (1953), p. 155. Cf. *O.C.* vol. V, pp. 241-245.

como já analisado. Demais, deve ter-se presente que o caso brasileiro lhe interessava ainda como termo comparativo no que toca à maior influência do chamado positivismo religioso (Miguel Lemos, Teixeira Mendes) no Brasil do que em Portugal, país onde esta corrente foi irrelevante.

Em paralelo a esses, outros planos brotaram do aprofundamento das suas relações com o Brasil, alguns diretamente motivados por leituras que o desafiaram a intervir no debate científico. Foi o caso do estudo que pensou escrever sobre o Padre António Vieira, onde iria refutar algumas das teses expendidas por Ivan Lins no livro *Aspectos do Padre Antônio Vieira* (1956), obra que lhe foi oferecida pelo autor, mas, devido à reprodução de ideias feitas propagadas por muitos estudos sobre o jesuíta, merecia uma análise crítica. Todavia, esta não visava diretamente a figura de Ivan Lins – que prometia “tratar bem” –, mas a maneira pouco informada que levava muitos a apresentarem Vieira como um grande e original pensador, caindo em excessos de anacronismo, mormente quando o consideram “um ‘moderno’ nas ideias”. Ora, Carvalho, admirando o orador, queria chamar a atenção para a necessidade de se contextualizar epocalmente a sua obra, porque

a sua estrutura mental não era a de um criador ou meditador, mas a de um portentoso poder de expressão. O q nele é original e grande é a maneira de dizer, e não o fundo do q disse, que, pelo conteúdo, quase nunca lhe pertence. É figura representativa do humanismo jesuítico, orientado p^a a palavra, e não do pensamento que pensa sobre o fundo q se diz”¹⁶²⁹.

Para concretizar esta elucidação, anunciava a Costa que iria escrever um estudo sobre “as origens do pensamento político de Vieira”. Infelizmente, também esta contrarresposta nunca chegou a sair, o que se entende, pois, o desafio apareceu já numa conjuntura em que o seu estado de saúde começava a agudizar-se.

A sua outra pátria

De tudo que ficou exposto se conclui que a viagem de 1953 consumou a sua “redescoberta” do Brasil, obrigando-o a repensar o modo de ser português. Com efeito, aquele acontecimento, nas suas expressões intelectuais, sensoriais e afetivas, foi um decisivo catalizador da revisão de ideias feitas, mas também uma lição viva através da qual, “vendo e ouvindo, aprendendo e ensinando, que é muitas vezes uma forma de aprender”, se confirmou algo do que sabia, também o ajudou a retificar “juízos que tinha por exatos” e, sobretudo, a

1629 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Figueira da Foz, 8/10/1956, fl. 2.

alargar “o campo da sensibilidade e da reflexão”¹⁶³⁰. Contudo, nos poucos textos que publicou voltados mais diretamente para questões brasileiras – duas conferências, 11 resenhas de livros e uma carta-prefácio –, somente nos deixou algumas pistas sobre os contornos dessa nova representação, embora seja visível a permanente comparação entre a realidade da ex-colônia e a da antiga metrópole.

Mas, o que é que mais o impressionou? Desde logo, revelou, sobremaneira, as “realizações materiais” e a “atividade científica”. De fato, por um lado, não escondeu sua enorme surpresa, ou melhor, o “assombro” frente ao “dinamismo e sentido de modernidade” daquilo que via realizado e pensado “com originalidade e em grande”¹⁶³¹. E, por outro lado, sublinhou as diferenças em relação ao seu país, incluindo o próprio exercício da atividade científica, onde registrou mesmo a existência de um saldo favorável às universidades brasileiras:

a par de assuntos que desabrocham, assisto à plena maturação de outros que em Portugal mal frutificam, e, no ideal cultural, dou fé da existência de tendências próprias, fortemente impregnadas de espírito nacionalizante, o que aliás não exclui de maneira alguma a não menos viva ambição de universalidade, sem a qual as criações do pensamento jamais perdem o acanhamento provinciano¹⁶³².

Pode-se afirmar que a descoberta de um Brasil intelectual por Joaquim de Carvalho expressou-se na avaliação muito positiva que fez dos novos horizontes de investigação, de ensino e de reflexão crítica que detectou diferentes domínios do conhecimento, em boa parte devido ao crescimento das universidades, bem como ao desenvolvimento das atividades editoriais no país.

Para caracterizar o modo como tal descoberta da existência de uma inovadora dialética entre tradição e modernidade, parece útil invocar o axioma bem conhecido por pensadores brasileiros do período (como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Cruz Costa, Caio Prado Júnior) que Carvalho compartilhava: “sem a realidade histórica portuguesa não é compreensível nem explicável a realidade brasileira”¹⁶³³. Reciprocamente, na demanda de uma melhor apreensão do Brasil (privilegiando uma via intelectual-acadêmica não limitada à perspectiva historicista), o professor de Coimbra encontrava novas questões que igualmente o ajudavam a repensar Portugal. Ainda no Rio de Janeiro, foi claro ao salientar a importância

1630 CARVALHO, Joaquim de. “Compleição do patriotismo português”. In *O.C.*, vol. V, pp. 123-137, p. 124.

1631 *Idem, ibidem*.

1632 *Ibidem*.

1633 CARVALHO, Joaquim de. “São Paulo e o Brasil que se constrói”. In *O.C.*, vol. V, pp. 231-239, p. 232.

dos contributos dos “mestres brasileiros” da sociologia e da antropologia cultural para a “iluminação de alguns problemas que nos tocam pela raiz, e principalmente a incitação ao estudo de alguns sentimentos e de algumas estruturas da compleição portuguesa”¹⁶³⁴. Com isto, estava a ser coerente com algo que logo lhe saltou à vista: um maior desenvolvimento do que em Portugal (e da Europa, em geral) do diálogo entre a investigação histórica e as ciências sociais e até o campo literário. Com efeito, “a existência de uma escola sociológica, com orientação própria e em pleno desenvolvimento, a contribuição de algumas obras literárias para o conhecimento sociológico e a constituição de uma temática literária diretamente enraizada no Brasil e cuja explicação e valoração se não podem obter com as categorias válidas para a história literária europeia”¹⁶³⁵, representavam, para ele, características inovadoras e instigantes em termos científicos.

Em outro ponto explicitado, Carvalho afirmou que “a reflexão em terra brasileira, robustecendo, aliás, antigos pensamentos”, trouxe-lhe uma consciência ainda mais crítica acerca da ideia de Pátria que tinha sido interiorizada nas consciências pela prolongada doutrinação de um nacionalismo tradicionalista extreme, aglutinado à volta da ideia de *imperium*, ou mais propriamente, de exaltação heroica, inculcada pelo modo como o sistema educativo, com destaque para o do Estado Novo, narrava os descobrimentos e as conquistas portuguesas. Segundo ele, tal concepção não deveria ser o ideal de Portugal do amanhã, uma vez que “o Mundo já está descoberto e o que aconteceu nos séculos XV e XVI é irrepetível sob todos e quaisquer pontos de vista; e não deve, porque este ideal fomenta um complexo ambicioso e como que de superioridade, cujas crises e vicissitudes geram inexoravelmente, por contraste, o sentimento da decadência, quando não o da inutilidade de qualquer esforço coletivo”¹⁶³⁶.

No entanto, um outro quesito tem de ser respondido: com que *Brasis* o professor de Coimbra dialogou e a que *Brasil* se referia na conferência de 10 de junho de 1953? Vale lembrar que, até então, além da capital federal (Rio de Janeiro), ele tinha passado por Recife, Salvador e Santos. Depois, a convite de associações portuguesas, esteve em Campinas e em Santo André, nos arredores de São Paulo. Por outro lado, foi na capital paulista onde esteve mais tempo, o que lhe permitiu adquirir um conhecimento mais aprofundado desse *Brasil* que tanto o instigou. O próprio Carvalho confessou ao público carioca, no Real Gabinete Português de Leitura, que se impressionou, em particular, com “a índole audaz, assimiladora e

1634 *Idem*. “Compleição do patriotismo português”. In *O.C.*, vol. V, pp. 123-137, p. 124.

1635 *Idem*. “[Recensão]. A. Carneiro Leão, *Panorama Sociologique du Brésil* (Paris, Presses Universitaires de France, 1953)”. In *Revista Filosófica* n.º 8 (1953), p. 155. Cf. *O.C.* vol. V, pp. 241-245, p. 242.

1636 *Idem*. “Compleição do patriotismo português”. In *O.C.*, vol. V, pp. 123-137, p. 135.

integrativa da capital bandeirante, cuja alma, tensa com mais vigor para o Brasil que se constrói do que para o Brasil que se continua”¹⁶³⁷. Então, pergunta-se, qual foi o peso que este embate teve no seu entendimento da identidade brasileira como uma obra em construção?

São Paulo e o cruzamento da herança com a emergência febril do novo

Ao retornar a Portugal, Carvalho não escondeu a forte impressão que a pauliceia lhe causou, um “novo mundo” que contrastava com os outros *brasis*, seja o retratado por Gilberto Freyre, na paisagem do nordeste açucareiro, ou visto na prosa árida de Graciliano Ramos, ou nos sertões de Euclides da Cunha, ou nas cidades descritas nos romances do baiano Jorge Amado. E aquele mundo teria ainda muito menos a ver com o *Brasil* cristalizado nas narrativas mais idílicas em torno das riquezas naturais da terra de Vera Cruz. Um ano depois, percebe-se que mantinha o seu assombro frente a tal tipo de modernização, incluindo os seus viéses econômico e industrial, que irradiavam por sua região metropolitana. Tal aspecto foi destacado por ele em 1954, na carta-prefácio ao estudo de Cristóvão Moreira de Figueiredo sobre o bandeirante português João Ramalho¹⁶³⁸. Nesse texto, rememora o surto de progresso que havia constatado na sua viagem a cidade de Santo André (cerca de 20 quilômetros da Capital) – e traduzido no galopante aumento da população (que passava de 130 mil habitantes em 1953), dos estabelecimentos industriais (de 303, em 1940, cresceram para 704 em 1952), das riquezas movimentadas pela produção da indústria (696 milhões de cruzeiros, em 1940, para seis bilhões e 129 milhões de cruzeiros, em 1951), do número de trabalhadores (40 mil operários em 1952). E esse desenvolvimento também teria uma face social, particularmente, a respeitante à aposentadoria (75 milhões de cruzeiros tinham sido descontados pelos trabalhadores em prol do Instituto de Aposentadoria dos Industriais). Segundo ele, tratava-se de uma cidade que não tinha “par em qualquer outro município do interior do Estado de S. Paulo”, onde se estava a combinar o progresso urbano com o industrial (em 1952 tinham sido construídos cerca de 1.900 prédios naquela cidade)¹⁶³⁹.

No mesmo ano, Carvalho apresentou ao público português aquela que será a primeira (e acabou por ser a única) tentativa de síntese da sua representação do Brasil, sintomaticamente, intitulada “São Paulo e o Brasil que se constrói”. A conferência, realizada

1637 *Idem, ibidem*, p. 125.

1638 CARVALHO, Joaquim de. “[Carta-prefácio]”. In FIGUEIREDO, C. J. Moreira de. “João Ramalho: patriarca dos bandeirantes e filho de Vouzela”. Revista *Beira Alta*, vol. 13, fasc. 1-2. Viseu: 1954, pp. 113-120. Também publicado em *O Instituto*, vol. 117. Coimbra: 1955, pp.123-129. Cf. “Carta a Cristóvão Moreira de Figueiredo”. In *O.C.*, vol. VIII, pp. 150-156, p. 151.

1639 *Idem, ibidem*.

no Rotary Clube de Braga e repetida na sede de O Instituto, em Coimbra¹⁶⁴⁰, tinha como ensejo as comemorações do IV Centenário da capital paulista, pretexto que lhe permitiu explicitar melhor a imagem com que ficou da “poderosa e atrativa metrópole”, cuja índole via bem definida na divisa inserta no brasão da urbe: *Non ducor, duco* (não ando ao mandado, comando)¹⁶⁴¹.

Nesta ordem de ideias, o professor lembrava a ascensão do paupérrimo aldeamento sertanejo que, em 400 anos, se transformou na “cidade do mundo que mais cresce”, cujo máximo contributo para a consciência patriótica brasileira se deu em relação ao estabelecimento das fronteiras geográficas do Brasil e, no domínio moral, na “iniciativa ao amor da independência, um e outro timbre e glória da gente paulista”¹⁶⁴² (adjetivação que permite inferir que o observador português não ficou imune à auto-representação de que os próprios paulistas faziam – e fazem – de si mesmos)¹⁶⁴³. A propósito da efeméride, Carvalho apresentou uma análise sobre a fundação e consolidação de São Paulo, sublinhando ser essa uma história “voltada predominantemente para o Brasil que se constrói, que não para o Brasil que se continua”, embora sem extinguir a matriz portuguesa, simbolicamente encarnada na figura ativa do “bandeirante”. Mas, se essa correlação com a antiga metrópole era uma realidade, não menos real lhe parecia a formação do sentimento brasílico nos tempos coloniais, cuja desenvolvimento, propulsada por São Paulo, “se constituiu em consciência brasileira própria, irreduzível, absorvente e integrativa”. Por palavras suas:

A sua força criadora procede, radical e originariamente, da colonização e da compleição portuguesas, sem cujas temeridades e desconfiças, tendências e repulsas, virtudes e defeitos, se não compreende cabalmente, mas desenvolveu-se com as exigências do meio físico e social e adquiriu vulto próprio com o sentimento da brasilidade, cuja índole assimiladora acrisolou, numa só alma, as múltiplas tendências de variadas gentes e raças¹⁶⁴⁴.

Por outro lado, essa febricitante miscigenação e esse diálogo entre a herança colonizadora e o aceleramento da modernização patenteado pela dinâmica paulista

1640 Como atrás se viu, Joaquim de Carvalho esteve na iminência de se deslocar a São Paulo na conjuntura das comemorações do IV Centenário. No entanto, por razões várias, incluindo algumas dificuldades de âmbito oficial, tal não veio a acontecer. De onde não ser arrojado supor que estas suas intervenções também constituíram uma espécie de tomada de posição independente, pois, se não teve a oportunidade de falar sobre Portugal em São Paulo, aproveitou a ocasião para falar (e homenagear) a cidade de São Paulo em Portugal.

1641 CARVALHO, Joaquim de. “São Paulo e o Brasil que se constrói”. In *O.C.*, vol. V, pp. 231-239, p. 231.

1642 *Idem, ibidem*, p. 232.

1643 Sobre o processo de autoafirmação, desde fins do século XIX, da intelectualidade paulista em relação ao resto do País, ver: FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

1644 CARVALHO, Joaquim de. “São Paulo e o Brasil que se constrói”. *Op.Cit.*, p. 231.

incentivaram-no a repensar, “não por contraste, mas antes por diferenciação”, a “índole e as tendências do patriotismo português”¹⁶⁴⁵, como logo expôs na citada conferência que proferiu no Rio, a 10 de junho de 1953. Mas, a mesma experiência fez crescer o desafio para aprofundar as suas reflexões acerca da própria gênese da consciência nacional brasileira.

Na verdade, não deixa de ser significativo que na mesma fala sobre São Paulo tenha avançado com uma síntese sobre a formação da consciência nacional brasileira desde os tempos coloniais que constitui um autêntico guia para investigações futuras, mas que, embora em termos ainda impressionistas, se apressou a comunicar aos seus ouvintes de Braga e de Coimbra¹⁶⁴⁶. E resumiu-o em quatro características estruturais.

A primeira decorria da estrutura administrativa da colônia e do modo como se configurou a “hierarquia e solidariedade dos respectivos organismos e circunscrições territoriais”¹⁶⁴⁷. Isto é, desde recém-descobertas e ocupadas, as novas regiões foram consideradas pela metrópole como uma unidade administrativa que, mesmo nas “necessárias e inevitáveis divisões”, não se fracionava. A segunda seria de sentido territorial, e se referia à noção do Brasil como unidade espacial na consciência de portugueses e de nados luso-brasileiros já nos séculos XVII. Num exemplo de Carvalho, mesmo antes da formação do Estado, tal consciência foi sentida na solidariedade entre baianos e paulistas para a luta dos pernambucanos “contra o invasor holandês”. Como uma terceira convergência, salientava que a consciência territorial também funcionou como “a base física do curso psicossocial” em que a cultura portuguesa se mesclou com a cultura local, confluindo em exigências que tendiam para a diferenciação (no que considera que deu testemunho eloquente o Padre António Vieira). Em suma, teria sido da “ação sinérgica da geografia e da história, do meio físico e do homem, da sociedade e dos interesses, das incompreensões e das determinações, do inevitável e do casual”¹⁶⁴⁸ que nasceram as raízes de uma identidade (ainda em devir).

Daí que compartilhasse da explicação, também vista em Carneiro Leão, de que a unidade do Brasil se devia fundamentalmente ao regime político implantado pela metrópole que a causas sociológicas¹⁶⁴⁹. Embora divergisse desse autor quanto à ideia de que era “pela cultura, e não pelo sangue, que os brasileiros se consideram latinos” porque, para ele, “mais e melhor do que pela cultura, os brasileiros, como os portugueses, se peculiarizam pela maneira

1645 *Idem*. “Compleição do patriotismo português”. In *O.C.*, vol. V, pp. 123-137, p. 125.

1646 *Idem, ibidem*, pp. 231-239.

1647 *Idem, ibidem*, p. 233.

1648 *Idem, ibidem*.

1649 CARVALHO, Joaquim de. “[Recensão]. A. Carneiro Leão, *Panorama Sociologique du Brésil* (Paris, Presses Universitaires de France., 1953)”. In *O.C.* vol. V, pp. 241-245, p. 243.

de ser e, sobretudo, de sentir a existência que se vive”¹⁶⁵⁰, o que, no somatório, vai determinar a unidade na diversidade do Brasil.

As leituras do brasilianista

Tanto em *São Paulo e o Brasil que se constrói*, quanto na carta-prefácio sobre “João Ramalho, o Patriarca dos bandeirantes”, Carvalho mobilizou, não só a memória vivida, mas também a bibliografia histórico-sociológica de referência que tinha na parte da sua *Brasiliana* dedicada ao caso paulista. Explicitamente, demonstrou o ecletismo das suas leituras ao invocar Caio Prado Júnior, no ensaio *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo* (1935), Paulo Prado, em *Paulística Etc* (1934), Ernani da Silva Bruno, em *História e tradições da cidade de São Paulo*, Cassiano Ricardo, em *Marcha para Oeste* (1940), João Fernando de Almeida Prado, em *Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)* (1935), Afonso de Taunay, no primeiro volume da *História das Bandeiras Paulistas* (1927). Convocou ainda “o grande” Capistrano de Abreu na discussão sobre as origens semitas de João Ramalho, bem como algumas considerações de Euclides da Cunha, sobre “a tradição heróica das entradas” e de Rui Barbosa, especialmente quanto aos contributos dados pelo ensino jurídico de direito pela Faculdade do Largo de São Francisco (São Paulo).

Mas, se o caso paulista se impôs em Carvalho como a melhor ilustração do “Brasil que se constrói”, interessava-lhe igualmente assinalar aspectos gerais sobre a formação da consciência nacional brasileira. Para esse desiderato, realçou a salvaguarda da unidade política do país – “inquebrantavelmente mantida através da imensidade do território, da diversidade das regiões, dos contrastes dos regimes de vida e das vicissitudes do acontecer histórico” – vista de fora como “algo de extraordinário, para não dizer misterioso”¹⁶⁵¹. E terá sido em torno deste processo não linear que cresceu e sedimentou a vontade de conquista da vida autônoma, em “virtude da ação sinérgica da geografia e da história, do meio físico e do homem, da sociedade, dos interesses, das incompreensões e das determinações, do inevitável e do casual”. Nesse trabalho de edificação e preservação da unidade brasileira, o intelectual português assinalou a colaboração de todas as regiões, umas mais, outras menos, faceta bem espelhada no núcleo da sua “Brasiliana”, que trata das especificidades da ocupação e integração do Brasil.

Em síntese, na sua interpretação, pode-se surpreender a presença de leituras aparentemente fragmentadas. De onde ser necessário salientar que elas estavam comandadas

1650 *Idem, ibidem.*

1651 CARVALHO, Joaquim de. “São Paulo e o Brasil que se constrói”. In *O.C.*, vol. V, pp. 231-239, p. 232.

pela busca da compreensão de gênese e sobrevivência de uma unidade política assente em diversidades. Deste modo, não se deve estranhar o enciclopedismo da sua *Brasiliana*, afinal, expressão do Brasil multímido. Desde livros que falam sobre as intempéries na região Nordeste e a definição do “cearense, de inteligência aberta e ágil, com a alma temperada na resistência às calamidades da terra adusta e calcinada”, bem como do pernambucano, com o seu “sentimento arraigado da continuidade das gerações e com o respeito da hierarquia social”, e do baiano, “com o enlevo do verbo, a sedução do ritmo e a volúpia dos sentidos” (leitura que se aproxima do imaginário literário) até às obras mais sociológicas e históricas apostadas em “explicar” o Brasil, nada foi estranho à curiosidade e interesse de Carvalho. Por isso, também compulsou bibliografia que definia as características do mineiro, com o seu “sentimento da seriedade da vida e da doçura do trato”; do fluminense, “com a ironia pronta e fácil e a satisfação do viver”; do gaúcho, “com o garbo e a desenvoltura da vida larga e franca”¹⁶⁵². Por sua vez, revelava conhecer tanto a literatura sobre monções, entradas e bandeiras, como a concernente à miscigenação euro-brasilica, às lendas piratiningas, e, ainda à influência jesuíta no aldeamento missionário. E o mesmo grau de saber se detecta em relação aos períodos do Brasil Império e ao Brasil República.

Nesta elaboração geral sobre a “construtura de múltiplas disposições e virtualidades que é a alma brasileira”, Joaquim de Carvalho compartilhou, em boa parte, novamente da leitura de Paulo Prado, “inteligentíssimo ensaísta”, agora como autor de *Retrato do Brasil - Ensaio sobre a tristeza brasileira*¹⁶⁵³. E também mostrou sua concordância com Ribeiro Couto, cuja nota dominante da alma brasileira “pensa ser a cordialidade”¹⁶⁵⁴, afirmação que não deixa de ser significativa no que toca ao seu diálogo particular com o grande amigo Cruz Costa porque, como sabemos por carta que este escreveu ao correspondente português, emitiu opinião acerca da pertinência desta qualificação¹⁶⁵⁵. Por tudo isto, terá todo o cabimento defender que o pano de fundo da sua análise sobre a compleição brasileira tem afinidades com as teses de alguns “explicadores do Brasil”, nomeadamente quando enfatiza esta ideia central: “o Brasil não foi descoberto, nem achado, mas sim construído”¹⁶⁵⁶.

1652 *Ibidem*, p. 234.

1653 *Ibidem*, p. 234 e 238. É citado o livro: PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, Editores, 1931.

1654 *Ibidem*, p. 234. À ideia lançada por Ribeiro Couto de “homem cordial” Sérgio Buarque de Holanda deu “fundamentação sociológica” no livro *Raízes do Brasil* (1936).

1655 “Tudo porém é possível aqui. Inclusive os extremos... É verdade que os extremos aqui são sempre, como dizia o Ribeiro Couto, cordiais... Felizmente o brasileiro ainda não perdeu, de todo, aquele bom traço de aventureiro português. E os estrangeiros que nos chegaram, também adquiriram aqueles bons traços da índole portuguesa”. AFJC. Carta de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho, São Paulo, 3/1/1951, fl. 1.

1656 CARVALHO, Joaquim de. “São Paulo e o Brasil que se constrói”. *Op.Cit.*, p. 233.

Já quanto ao significado dos títulos brasileiros que recenseou, e atentando para a sua publicação ter saído na *Revista Filosófica*, não passa despercebido o seu grande interesse em torno do pensamento de Farias Brito (tema de duas resenhas)¹⁶⁵⁷, assim como pelas questões em torno do positivismo e da recepção de Comte no Brasil¹⁶⁵⁸, e pelo desenvolvimento dos campos filosóficos e científicos no país¹⁶⁵⁹. Nesse aspecto, aceitava o vaticínio de Euclides da Cunha, segundo o qual os brasileiros, tarde ou cedo, estavam “condenados à civilização. Ou progredimos ou desaparecemos”. Porém, embora constatasse a existência de avanços relevantes, reconhecia também que a realização plena desse potencial ainda estava por cumprir, pois

A vida das nações que alcançaram a consciência da própria individualidade afirma-se ao longo da história pela conversão do que é universal ou lhes é estranho em nacional e pela projeção do seu nacional na vida universal. Na vida concreta e até agora vivida pelo Brasil tem predominado a assimilação e a conversão do alienígena em indígena e do universal em nacional, mas são já bem visíveis os anúncios e testemunhos dos novos tempos em que a grande nação arrancará do seu gênio nativo contribuições decisivas e fecundas para a história humana e universal, em campos diversos dos da sensibilidade e da arte, designadamente nos da ciência, na qual aliás já tem o seu nome inscrito com benemérito e glorioso reconhecimento¹⁶⁶⁰.

Por outro lado, ao desenvolver os componentes fundamentais que aparecem na estrutura da compleição do patriotismo português (a constância multissecular, o substrato afetivo e a tendência saudosista), afirmou que “não há tema mais cativante e sugestivo do que falar da saudade a portugueses em terras do Brasil, onde aliás a sentimentalidade saudosa parece ter adquirido cambiantes peculiares”. Ora, nada escreveu sobre a especificidade que assinalou.

1657 Cf. Laerte Ramos de Carvalho, *A formação filosófica de Farias Brito* (São Paulo, 1951, com apresentação do Prof. João Cruz Costa, e em separata); *Obras de Farias Brito. I. O mundo interior. Ensaio sobre os dados gerais da Filosofia do Espírito*. Introdução de Barreto Filho, 2ª ed., (Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951).

1658 Cf. João Cruz Costa. *Augusto Comte e as origens do Positivismo* (São Paulo, 1951); Evaristo de Moraes Filho, *Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo* (Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957);

1659 Cf. A. Carneiro Leão. *Panorama Sociologique du Brésil*. Prefácio de Georges Davy (Paris: Presses Universitaires de France, 1953); Pedro Calmon. *História das ideias políticas* (Rio de Janeiro, 1952); Miguel Reale, *Filosofia do Direito*, vol. I, (São Paulo, 1953); João Cruz Costa. *Contribuição à História das Ideias no Brasil* (O desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional). (Rio de Janeiro, 1956); *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia*. Promovido pelo Instituto Brasileiro de Filosofia sob os auspícios da Reitoria da Universidade de São Paulo (São Paulo, 1950); Alcântara Nogueira, *Universo. Tratado de Filosofia racional*. 1 vol. (Rio de Janeiro, 1950); Evaristo de Moraes Filho. *Francisco Sanches na renascença portuguesa* (Rio de Janeiro, 1953).

1660 CARVALHO, Joaquim. *Op.Cit.*, p. 239.

A saudade foi também o tema da conferência que apresentou no Instituto Brasileiro de Filosofia que, embora não tenha sido posteriormente publicada, ter-se-á baseado em pelo menos dois textos que Carvalho já havia lançado, ou seja, *Problemática da saudade* (1951) e *Elementos constitutivos da consciência saudosa* (1952). A metodologia que usou, mais do que em *A compleição do patriotismo português* – onde não dispensou digressões de índole histórica –, foi de cariz fenomenológico, pois, tal como tinha acontecido em Portugal quando escreveu sobre o tema, foi seu interesse demonstrar que o ser saudoso é constituinte do modo como a consciência de cada eu se relaciona com os outros e sobretudo com aqueles que ama. Daí que, para ele, a saudade seja o desejo de tornar presente uma ausência. Deste modo, longe de fomentar viéses nacionalistas, a vivência saudosa deve ser entendida antropologicamente, ou melhor, como um *acontecimento humano*¹⁶⁶¹ decorrente do modo tridimensional¹⁶⁶² como cada homem sente a experiência do tempo.

Como facilmente se aceita, esta transversalidade transcendental não era incompatível com as especificidades e intensidades das suas expressões sociais reveladoras das características próprias de cada cultura, sejam elas de cunho literário, filosófico ou mesmo comportamental. Carvalho sabia, por lição colhida no historicismo hegeliano, que o universal só se realiza na concretude do espírito do tempo e dos povos. Tal premissa, como destacou Fernando Catroga, se faz “fundamental para interligar tanto a sua busca de universalismo, como a da especificidade da cultura portuguesa e da compleição do homem português”¹⁶⁶³.

Quando ainda estava no Rio de Janeiro, disse sentir e pensar a sua situação como um *transterro*: estava fora de Portugal, mas falava a mesma língua, continuava o seu labor como lá fazia e, embora fosse “outra a compleição do comum das gentes” que ali habitavam, as mesmas sugeriam que, “sendo forasteiro” ele não era “estranho”, porque havia-se tornado “afectivamente fluida a fronteira do portuguesismo e da brasilidade”¹⁶⁶⁴. Poderia dizer-se que, em Portugal, o sentimento de saudade que passou a ter em relação ao Brasil tornava o ausente presente na materialidade dos livros em sua biblioteca, na correspondência amiga e num interesse intelectual envolto em afetividade, estádio que, na hora da morte, se encontra bem

1661 CARVALHO, Joaquim de. “Problemática da saudade”. In *XIII Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, t.VII. Porto: Imprensa Portuguesa, 1951. Cf. *Idem*, O.C., vol. V, *Op.Cit.*, pp. 107-115, p. 112.

1662 Sobre esse ponto, e quanto aos debates travados por Joaquim de Carvalho com Sílvio Lima, cf. CARVALHO, Paulo Archer de. *Op.Cit.*, p. 331-332; *Idem*, “Sílvio Lima: um místico da razão crítica: da incondicionalidade do amor intellectuallis”. *Tese de doutoramento apresentada a Universidade de Coimbra*. Coimbra: FLUC, 2010.

1663 Tal questão é vista em CATROGA, Fernando. *Joaquim de Carvalho e a História*, pp. 9-16, p. 13.

1664 CARVALHO, Joaquim de. “Compleição do patriotismo português”. In O.C., vol. V, pp. 123-137, p. 124.

simbolizado na manifestação da sua última vontade: que as bandeiras de Portugal e do Brasil cobrissem o seu corpo. E assim se fez¹⁶⁶⁵.

1665 “O prof. Joaquim de Carvalho deixou expresso o desejo de que o seu corpo fosse envolto nas bandeiras de Portugal e do Brasil”, título da notícia do *Diário de Lisboa*, 28/10/1958. [Fac-símile em versão digitalizada em rede: <http://joaquimcarvalho2008.blogspot.pt/>. (último acesso 30/6/2017)].

CONCLUSÃO

Os dois desejos de foro público que Joaquim de Carvalho manifestou nas suas últimas vontades, e que foram fixados, em ocasiões distintas, por seus contemporâneos, são muito relevantes porque exprimem, simbolicamente, o sentido da sua própria vida. Mas, eles podem ser vistos, igualmente, como a transmissão de um legado a preservar.

No mais significativo, o gesto do envolvimento do seu corpo morto pela bandeira portuguesa e pela do Brasil traduz uma opção típica daqueles que se sentem afetivamente ligados a “duas pátrias”, como se fosse um apelo para que o reforço do intercâmbio cultural luso-brasileiro prosseguisse. E, o que fomos sabendo sobre este seu desígnio permitiu-nos concluir que, neste domínio, ele acreditava mais nas iniciativas autônomas do que nas realizações planificadas e propagandeadas pelos poderes de ambos os países. Testemunha-o este seu comentário. Tendo sabido de fonte segura, com alguma antecedência, algo sobre o projeto que irá culminar na assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953, afirmou: “Como é de supor, deve tratar-se de qualquer coisa que dê ampliação ao aparelho, aos aparelhados e aos aparelháveis”¹⁶⁶⁶.

Por outro lado, é preciso recordar que ele formulou um outro pedido aos seus descendentes: que a sua biblioteca não fosse destruída por fragmentação e dispersão. Ora, se a salvaguarda desta herança, de porte *monumental*, garantiria melhor a memória futura de quem a construiu, a verdade é que o desejo também foi ditado pela certeza de que a sobrevivência da Livraria como um todo possibilitaria um reavivamento memorial, cotidianamente renovável, através da pesquisa, principal motor da sua formação. Na verdade, hoje, a sua preservação assegura a continuidade da sua importância, tanto para o estudo da vida e obra do seu edificador, como para a história da cultura em Portugal (e, em certos aspectos, do próprio Brasil) até a primeira metade do século XX.

De certo modo, a “Sala Joaquim de Carvalho”, na sua simbologia, constitui um ponto de chegada dos múltiplos percursos intelectuais trilhados pelo Mestre de Coimbra, ao mesmo tempo que documenta a dimensão de um interesse pelo Brasil e pela cultura brasileira que não pode ser ignorado ou reduzido a um entusiasmo episódico. Com a nossa investigação, tentámos decifrar, de uma maneira contextualizada, a “redescoberta” do Brasil em e por Joaquim de Carvalho. E pensamos ter mobilizado provas abundantes sobre a pertinência de

1666 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 25/4/1952, fl. 1.

termos organizado a pesquisa à volta do papel do Livro (e particularmente do livro português e brasileiro) enquanto grande mediador cultural da era Moderna, ou melhor, enquanto “instrumento e veículo da cultura¹⁶⁶⁷”, na conceitualização do próprio Carvalho.

Neste horizonte, justifica-se a digressão que, com intuitos introdutórios, fizemos sobre as características e a função da biblioteca na cultura Ocidental. Convém recordar que Joaquim de Carvalho confessou: “careço de estar cercado dos livros que me encham a existência¹⁶⁶⁸”. Percebe-se. Ele foi um homem de bibliotecas e um erudito conhecedor da História e das teorizações que as marcaram desde o fontanal modelo de Alexandria, paradigma que veio a desaguar no aumento dos acervos bibliotecários de cunho enciclopédico, numa correspondência direta com o avanço do impresso e da sua circulação, até chegarmos ao terreno específico das livrarias não só eclesiásticas e públicas, mas também domiciliadas, muitas vezes como escritórios, na casa dos grandes senhores e, depois, na dos intelectuais, grupo que as necessidades educativas e de formação de opiniões públicas ativas fizeram crescer nos séculos XIX e XX. Depois deste percurso, ficámos em melhores condições para estudar a função da biblioteca do próprio Joaquim de Carvalho e, no seio dela, da sua *Brasiliانا*.

Em síntese, tudo o que teve a ver com o livro e com o impresso não foi estranho aos interesses intelectuais, profissionais e até afetivos de Joaquim de Carvalho. Por sua vez, os seus trabalhos e compromissos neste âmbito incentivaram-nos a comparar algumas tipificações correntes no âmbito da História do Livro e da Leitura com aquilo que fomos inferindo a partir da relação existencial e de ofício que o antigo diretor da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra manteve com o mundo dos livros. E este exercício atestou a existência de especificidades que fazem de Carvalho um “caso de estudo”, “único” no Portugal do seu tempo, quando, por exemplo, o comparamos com a caracterização que Robert Darnton fez do “ciclo de vida da comunicação impressa”. E pensamos que o material empírico que carreámos para confirmar essa nossa hipótese é mais do que suficiente para defender a sua pertinência.

Darnton pensou o circuito como um todo, cujo funcionamento requeria divisões de trabalho e instâncias autônomas de concretização, mesmo que estas acumulassem funções (como o autor, que é também leitor, ou o livreiro, que pode ser editor, etc.). Pois, uma leitura em conjunto dos textos de Carvalho que são integráveis no terreno da História do Livro e da Leitura, enlaçada à sua atividade, não só enquanto autor, tradutor, prefaciador, anotador,

1667 CARVALHO, Joaquim de. *O.C.*, vol. IV, pp. 425-532, p. 429.

1668 BFF-USP. Carta de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, Coimbra, 12/4/54, fl. 2.

revisor e bibliófilo, mas também como gestor de uma imprensa e editor de impressos, fez ressaltar, concentrada na sua pessoa, praticamente todas as dimensões da cadeia. Em termos cronológicos, referimo-nos, sobretudo, ao período em dirigiu a Imprensa da Universidade de Coimbra (1921 a 1934).

Esta acumulação foi possibilitada por dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, resultou da formação e sensibilidade de Joaquim de Carvalho para as questões do trabalho intelectual mediado pelo impresso. Com efeito, desde o manuscrito até a leitura, nada fugiu ao seu desejo de saber e à sua direta ou indireta intervenção. Assim, verificámos que ele também lidou com a impressão numa escala extremamente especializada, que adquiriu conhecimentos sobre os tipos de papel a serem utilizados em distintos fins, acerca das técnicas de composição, de encadernação e dos equipamentos tipográficos, e que possuía informações precisas que iam das firmas que importavam o mais moderno maquinário até ao artesão de uma aldeia em Viana do Castelo que fabricava “as melhores” broxas de imprensa. Enfrentou, igualmente, as questões de distribuição e venda de livros, lidou com autores, tradutores e revisores, assim como com livreiros e leitores. Como se isso não fosse suficiente, desempenhou, ainda, funções bibliotecárias (também dirigiu a maior biblioteca universitária do País de 1927 a 1931), colecionou catálogos bibliográficos e edificou a sua própria biblioteca, aplicando-lhe o que, ligado à prática, foi aprendendo nessas tarefas. Foi também um leitor omnívoro, mas, em simultâneo, foi um cultor da história do livro que não ignorou as significações intelectuais ou estéticas das obras. Ou seja, o bibliófilo não se sobrepôs, nem a sua auto confessada “insaciável fome” de conhecimento, nem ao investigador, senhor de um vasto repertório erudito. A tudo isto somou uma intensa atividade pedagógica (quer em lições em sala de aula, quer naquelas que proferia, de modo mais informal, nos seus convívios intelectuais), e carteou-se, quase diariamente, com uma vasta gama de interlocutores nacionais e estrangeiros, comunicação onde as questões do livro e da leitura ocuparam um lugar primacial.

Naturalmente, a manifestação de todas estas capacidades seria fraca se ele não tivesse encontrado os meios apropriados para a sua maturação e aplicação. De fato, a reunião numa mesma pessoa, do papel de chefia de muitas funções que põem em andamento o circuito do livro, foi propiciada pela sua ida para diretor da IUC, instituição que também era escola de ofício do impresso e que contava com várias valências ligadas à impressão e à edição. A administração de tudo isto obrigou-o, ainda, a estar atento aos recursos humanos e económico-financeiros da produção do livro, num contexto em que a empresa pública começou a estar, após o 28 de maio de 1926, política e ideologicamente mais condicionada. E

a circunstância do Estado Novo a ter extinguido em 1934 prova a incomodidade que o regime autoritário sentia face à sua orientação editorial e ao perfil intelectual e cívico de quem a dirigia.

Compreende-se agora melhor esta nossa convicção: muitos dos silêncios a que a sua obra, sobre estas temáticas, tem sido votada não têm razão de ser. Pensando bem, a sua própria experiência de vida como editor representa só por si um objeto digno de ser historiado, nem que seja para, através de um exemplo empírico, se confirmar (ou não) a tipificação de Darnton que se tornou canônica entre os historiadores do livro. Por outro lado, uma leitura mais cuidada e informada daquilo que ele escreveu sobre o manuscrito, a edição, o livro, a leitura, a biblioteca, tanto na ótica histórica, como no plano mais reflexivo, reforça a necessidade de o “redescobrir” como figura marcante na História do Livro em Portugal.

Demais, sem intenções de convocar juízos de autoridade, gostaríamos de frisar que Roger Chartier – ao situar os historiadores (Henri-Jean Martin, Armando Petrucci) que, de um modo mais sistêmico, deram corpo àquela disciplina – lembrou esta lição de Don McKenzie, que convém aqui invocar. Partindo da “crítica textual” e da “nova bibliografia”, em busca da “sociologia do texto”, o historiador neozelandês ensinou que o estudo das formas materiais dos escritos (o formato do livro, o *layout* da página, como o texto estava dividido, se havia ou não imagens incluídas, convenções tipográficas e pontuação) não pode dispensar o das “significações intelectuais ou estéticas das obras. Ao contrário”. Por isso, ainda recentemente, Chartier recordou a necessidade de nunca “se separar a compreensão histórica dos escritos de uma descrição morfológica que os contém”, maneira outra de dizer que não há forma sem conteúdo, mas também que toda a forma é conteúdo.

Para Carvalho, o enfoque histórico do livro, da leitura e das bibliotecas só podia evitar o eruditismo se fosse iluminado por uma hermenêutica que não pusesse entre parêntesis o tratamento da obra, em todos os seus níveis, imateriais e materiais, como um *signio* indiciador da vida histórico-cultural da época em que ela foi produzida. Na perspectiva própria de quem sempre equacionou a questão histórica dos livros (e das bibliotecas) como uma das faces da História da Cultura, esta recomendação metódica não seria estranha aos ouvidos de Carvalho. No entanto, a avaliação do seu contributo neste campo exige que tudo o que ele publicou sobre o assunto seja lido em conjunto, e que esta leitura saiba combinar a análise dos pressupostos teóricos e mundividenciais do historiador com a necessidade de

*compreender*¹⁶⁶⁹ as condicionalidades e os sentidos materializados nas obras e nos seus distintos modos de circulação e recepção.

Num labor que antecedeu a emergência da “nova” História do Livro – Carvalho faleceu em 1958, ano em saiu a obra *L'apparition du livre*, da autoria de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre –, é um fato que ele, na prática, não deixou de intuir as temáticas e preceitos da disciplina, vendo nas bibliotecas e nos impressos sinais das alterações socioculturais ocorridas no Ocidente e em Portugal. Com efeito, a sua vocação intelectual e bibliófila e o desempenho de funções de direção na Imprensa da Universidade de Coimbra (1921 a 1934) explicam, em boa parte, o seu precoce e continuado interesse pelas formas de transmissão material das ideias. Como vimos, fê-lo quer em relação a escritos de Leão Hebreu, Camões, Teófilo Braga, Antero de Quental, quer no campo do estudo da formação de bibliotecas régias (como as de D. Duarte, D. Afonso V e D. Manuel I) ou particulares (como as de Pedro Nunes e Fernando Colombo). Interessou-se, igualmente, pela censura literária (centrando-se no caso inquisitorial do Cavaleiro de Oliveira) e pela refutação literária (Gil Vicente, Frei Antônio de Beja). Debruçou-se, ainda, sobre as consequências histórico-culturais da invenção de Gutenberg e, com explícitas referências ao paradigma alexandrino, acerca do valor cultural e civilizacional das bibliotecas e dos perigos de vida que, permanentemente, as espreitam (analisou o impacto do terremoto de 1755 nesta matéria). Daí que o seu trabalho de investigação e as suas ligações à “indústria” e ao mundo do livro, em todos os seus degraus – produção, circulação, consumo e preservação do impresso –, façam da sua obra e vida uma importante página (em boa medida ainda com muito por escrever) da História do Livro e da Leitura na primeira metade de Novecentos, em Portugal.

Nem que fosse para colmatar as lacunas apontadas, a ordem lógica do ordenamento da investigação aconselhou-nos a explicar a formação, o conteúdo e a função da sua grandiosa e enciclopédica biblioteca (em 1958, contava cerca de 20 mil volumes). Utilizando conhecidas qualificações da psicologia dos amantes dos livros – em particular, a bibliomania, a bibliofilia e o colecionismo –, comprovámos que edificou a sua Livraria doméstica movido, de fato, por um confessado amor ao livro. Mas, na sua materialidade, também a posicionou como o “centro do lar”, isto é, como o espaço de convivialidade (real ou virtual), como um “lugar de leitura” e de investigação, e como *scriptorium*. E, aí, foram sobressaindo os núcleos quantitativos e qualitativamente muito relevantes, reunidos por necessidades pedagógicas e de

1669 Não se esqueça que Carvalho foi um dos tradutores de Dilthey para português, e que o termo “mundividência” foi criado por ele para melhor exprimir o significado do vocábulo alemão “Weltanschauung”.

investigação. Sendo assim, tal como aconteceu com as partes respeitantes a Espinosa, a Antero, à história de Portugal de todas as épocas (com relevo para as revoluções liberais e republicanas), à história da ciência, à história da educação, à história do conhecimento científico, às grandes correntes do pensamento filosófico, outro não poderia ser o destino da seção *Brasiliana*, em grande medida, como demonstramos, fruto do interesse intelectual e afetivo estimulado pela visita de 1953.

Em síntese, defendemos que Carvalho teve com os livros – seus, ou escritos por outros; antigos, ou de autoria contemporânea – uma saudável relação obsessiva, atitude que dá coerência ao fato de também termos elegido a sua biblioteca como “objeto” geral de estudo e, portanto, como um dos eixos centrais deste trabalho. E o vínculo que tecemos entre a sua confessada bibliofilia e as suas atividades de investigador e de editor também nos aproximou do seu agir como militante cultural, ou melhor, como um intelectual, simultaneamente *criador* e *intermediador*, o que, mesmo quando a sua ação não deu prioridade ao *politique d’abord*, sempre se manteve crítico das soluções autoritárias. Para isso, antes de analisarmos as vicissitudes que desembocaram na extinção da IUC (1934), percorremos o caminho que levou à formação da sua biblioteca e, dentro desta, à organização da sua *Brasiliana*, em ordem a localizar as conviências que lhe estariam subjacentes e, através delas, a experiência de vida que propulsou o seu “brasileirismo” e que fez do Brasil sua “segunda pátria”. Explica-se, assim, que tenhamos tratado a formação daquele núcleo como o ponto nodal da sua crescente atenção ao livro brasileiro e como testemunho do diálogo que deu vida à informal “República luso-brasileira das Letras” que o professor de Coimbra quis mobilizar para projetos comuns. Simultaneamente, o acompanhamento da formação da *Brasiliana* pôs-nos ainda no âmago das tensões que configuravam os eixos culturais e universitários, de raiz oficial, existentes entre Portugal e o Brasil na época, e trouxe-nos novos dados acerca das resistências antissalazaristas oriundas tanto de exilados, como de brasileiros contestatários da qualidade dos “intelectuais orgânicos” que o Estado Novo português enviava a Terras de Vera Cruz.

Com o fito de justificarmos a pertinência da análise do seu “brasileirismo”, condensada na circulação do “livro”, procurámos fundos epistolográficos e outros que, a par da consulta empírica que é viável fazer da *Brasiliana* (devido a sua preservação), permitissem a reconstituição dos itinerários que Carvalho seguiu para selecionar e adquirir os exemplares que a foram formando. Foi esta pesquisa que nos deu uma ideia mais sustentada do seu empenhamento pessoal na animação de redes informais de sociabilidade intelectual, muitas delas polarizadas pelas questões da edição e circulação dos impressos no seio de uma espécie de “República das letras” que reivindicava para si a plenitude da autonomia e da liberdade de

pensamento. Traçámos esta heterogênea teia comunicativa (com Afrânio Peixoto, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, Amaro Quintas, Ribeiro Couto, Arthur Versiani Veloso, Cyro dos Anjos, Jacobina Lacombe, Thiers Martins, Edgard Cavalheiro, Abelardo Montenegro, entre outros), não esquecendo de destacar, porém, as relações mais continuadas – como foi o caso do carteamo de Carvalho com o uspiano João Cruz Costa –, de molde a que também pudéssemos compreender os seus contornos de alternativa ao intercâmbio oficial entre os dois países.

Esta questão tinha de ser devidamente elucidada, pois a ida de Carvalho ao Brasil, em 1953, não foi alheia a tais movimentações. Para tal percurso, assumiu um papel ativo o seu grande amigo Jaime Cortesão (e outros exilados), em estreita colaboração com intelectuais brasileiros antissalazaristas, em particular os ligados à revista paulista *Anhembi* ou a colaborações jornalísticas no influente diário *Estado de São Paulo*. Por tudo isto, temos fundadas razões para esperar que este estudo também ajude a conhecer melhor as incidências das conflitualidades político-ideológicas nos intercâmbios culturais luso-brasileiros do período.

Ora, o investimento na *Brasiliana* – que rapidamente passou a ser qualitativa e quantitativamente significativa, mesmo quando comparada com a do IEB da Universidade de Coimbra – constitui um sinal de que Carvalho regressou a Portugal convicto de que, naquele âmbito, urgia passar do plano das promessas retóricas – comumente emitidas pelos agentes culturais dependentes dos poderes políticos –, para a esfera das iniciativas autônomas e assentes em projetos de edição e de permuta de livros que pudessem geminar o aprofundamento da “redescoberta” do Brasil pelos portugueses com a “redescoberta” de Portugal pelos brasileiros, desiderato que, à boa maneira iluminista, teria de radicar em ações que dessem prioridade à educação dos educadores, isto é, às elites intelectuais de ambos os países.

Comparando os anos 1950 com as décadas anteriores, tornou-se clara a mudança que ocorreu na atitude e pensamento de Carvalho, devido, também, ao seu ceticismo face aos acordos culturais celebrados no âmbito governamental (1941, 1953). Isto é, já no ano de fecho da Imprensa da Universidade (1934), o seu diretor não duvidava de que se impunha apoiar a circulação do livro português no Brasil para estancar a acelerada erosão da influência cultural da antiga Metrópole. Para modificar as coisas, propunha-se lançar e exportar edições que refletissem a cultura lusitana e europeia nos seus diferentes matizes, a fim de se “reconquistar a mentalidade brasileira”. Pois, logo após retornar da viagem de 1953, o encontramos a agir como um editor não só em perquirição de parcerias para publicações no Brasil, mas

igualmente apostado em difundir a produção intelectual brasileira em Portugal, como acabou por fazer na sua *Revista Filosófica* (1951-1958). Naturalmente, não nos esquecemos de correlacionar estes propósitos “redescobridores” do Brasil com a vontade de que o Brasil também “redescobrisse” Portugal numa conjuntura em que a sua nova cultura brasileira, impulsionada pelo impacto da literatura e da pintura, ganhava pontos no juízo de valor de muitos intelectuais portugueses. Entre estes, o caso de Joaquim de Carvalho merecia ser melhor conhecido.

Sabemos que o mestre de Coimbra leu com avidez a produção intelectual brasileira. E, mais do que escrever imediatamente sobre a ex-colônia, quis conhecer abordagens originais, em particular, aquelas que vinham da sociologia, antropologia, literatura e, logicamente, da história. Esta multidisciplinaridade, somada às fontes que adquiria, provocou o crescimento galopante de uma *Brasiliana* (com mais de dois mil volumes) não limitada ao impresso literário, porque foi pensada para ser suporte de investigações básicas e de revisão do já escrito em termos mais comparativistas, função do aprofundamento dos seus saberes, principalmente acerca do Brasil-Colônia e do Brasil-Império.

Este papel “instrumental” não deve surpreender porque a bibliofilia de Carvalho esteve sempre comandada pela sua vocação de investigador e até de editor. Deste modo, não espanta que, dando uma espécie de segunda vida a projetos anteriores, que o fecho da IUC deitou por terra, os tenha recuperado nos anos 1950, agora num contexto de iniciativa privada. Intento que teria uma expressão editorial tanto no Brasil (como a Coleção Filosófica pensada com a editora Globo, de Porto Alegre) como em Portugal, e que passava pela publicação de traduções, fontes e, igualmente, de autores brasileiros. No entanto, boa parte destes planos ficaram pelo caminho.

A título pessoal, a bibliografia brasileira acumulada também tinha em vista a realização de estudos brasileiros – em privado, chegou a anunciar que iria escrever sobre a *Evolução das Ideias no Brasil Colonial* – e de possíveis revisões de escritos já publicados, suscitadas pelo acesso a novas fontes e a nova bibliografia. Todavia, também nesta esfera, os seus múltiplos afazeres e a morte deixaram uma folha em branco que os historiadores não podem preencher.

Por outro lado, em analogia com a maneira como procedia nas suas investigações “portuguesas”, colhemos indicações que nos permitem presumir, baseados na orientação multidisciplinar que imprimiu à sua *Brasiliana*, que também almejava encontrar respostas para o debate que continuava a decorrer sobre a gênese e formação da identidade brasileira, tendo como pano de fundo a comparação com o modo de ser português, problemática que

ganhou maior ênfase nas suas meditações dos inícios da década de 1950 (visto nos textos “Problemática da saudade”, “Elementos constitutivos da consciência saudosa: esboço de um estudo”, “Reflexões sobre Teixeira de Pascoais”). E, como indiciador deste interesse, salientámos este fato: não foi por acaso que, durante a sua viagem, escolheu, na conferência que proferiu no dia 10 de junho de 1953, no Rio de Janeiro, o tema *A Compleição do Patriotismo Português*.

Em suma, a compreensão da experiência tropical, apesar de curta, tinha de ser aqui pormenorizada, pois ela evidenciou algo de nuclear para um dos objetos essenciais da tese: avaliar o choque provocado em Carvalho pelo encontro entre o “Brasil lido” e a vivência empírica da realidade brasileira, especialmente, a de São Paulo, então a impor-se como megalópole e a consolidar a sua autoimagem enquanto “motor” econômico e cultural da nação brasileira. A surpresa do figueirense frente a tal “novo mundo” foi tamanha que já a registra em *A Compleição do Patriotismo Português*, ao destacar “a índole audaz, assimiladora e integrativa da capital bandeirante, cuja alma, tensa com mais vigor para o Brasil que se constrói do que para o Brasil que se continua”¹⁶⁷⁰. Sintomaticamente, mesmo depois de ter regressado a Portugal, avocou esta impressão em duas conferências para as quais escolheu um título rico de conotações dinâmicas: *São Paulo e o Brasil que se constrói*.

Tal fascínio por um viés que ia além das suas expectativas – mesmo que tenha sido influenciado pela idealização de São Paulo feita pelos próprios paulistas –, também funcionou como um alerta para todos aqueles que tinham uma visão exclusivamente tradicionalista e quase essencialista da identidade brasileira. De certo modo, dir-se-ia que ele, se encontrou algo do Brasil descrito por Gilberto Freyre, pelo romance regional brasileiro, ou, nas suas especificidades, por autores, que bem conhecia, como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha ou Câmara Cascudo, a viagem colocou-o face a face com um outro Brasil, de certa maneira antevisto em obras tão díspares, mas que ele também foi conhecendo, escritas por Afonso de Taunay, Antônio de Alcântara Machado, Caio Prado Júnior, Alfredo Ellis Júnior, Antônio Cândido e, principalmente, João Cruz Costa.

Seja como for, temos que aceitar que o balanço entre aquilo que Carvalho pensou e o que efetivamente concretizou no domínio da sua “redescoberta” do Brasil surpreendeu-o, mas também o atraiu, mobilizando a sua vontade para conhecer mais na especialidade a história da ex-colônia e para fazer mais pelo intercâmbio cultural luso-brasileiro. E foi isso que procurou concretizar após 1953, embora tivéssemos constatado – como alguns dos seus

1670 CARVALHO, Joaquim de. “Compleição do patriotismo português”. In *O.C.*, vol. V, pp. 123-137, p. 135.

contemporâneos já tinham registrado – que, nele, os projetos iam sempre mais além do que a realidade consentia, entusiasmo irrigado, neste caso, por amizades que a permuta de ideias, livros e confidências foi solidificando, e que se plasmou num sentimento quente de pertença ao próprio Brasil que só a ideia de pátria podia exprimir. Daí que, ao contrário do que acontece em outros estudos sobre a sua vida e obra, esta religião tenha sido aqui pormenorizada, mormente porque ela foi assumida por alguém que só viveu três meses naquele solo. Ao fim, não deixa de ser sinal de que a sua razão de ser não foi nem política, nem material, mas fruto do reconhecimento e de um intenso convívio que o diálogo intelectual transformou numa comunhão de índole predominantemente espiritual. Como prova, convocámos o cumprimento da sua última vontade – a descida do corpo à terra envolto pela bandeira do Brasil –, assim como a possibilidade de, logo após a sua morte, a *Revista Filosófica*, que ele tinha dirigido desde 1951, passar a ser editada em São Paulo.

Em termos mais gerais, é um fato que o momento alto do “tempo brasileiro” de Joaquim de Carvalho coincidiu – estando, igualmente, à margem – com a fase ascendente das relações e convivências entre os governos de Portugal e do Brasil, e cujo acume foi atingido durante o período da presidência de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955-1961). Com o golpe militar de 1964, e com a nova política externa brasileira, tudo mudará. Porém, se o grande amigo português de João Cruz Costa acompanhou à distância, mas com grande inquietação e interesse, as consequências imediatas do suicídio de Getúlio, bem como o acidentado percurso da tomada de posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a doença e o seu falecimento em 1958 não lhe permitiram viver o entusiasmo suscitado pela visita que o construtor de Brasília fez, em 1960, a Portugal, onde participou numa encenação em que, a pretexto das comemorações henriquinas, Salazar colocou a antiga colônia, mesmo no plano simbólico, a negar, ao mundialmente contestado resto do império português, direitos que em 1822 reivindicou para si.

Nunca saberemos qual seria a reação de Carvalho a tudo isto. O que sabemos, é que sempre manteve uma atitude crítica no tocante a políticas culturais celebradas, como foi o caso dos acordos de 1941 e do Tratado de 1953, por regimes de cunho autoritário, pouco respeitadores da liberdade de pensar, e mais interessados em ações burocráticas do que no combate sério e continuado contra o crescente enfraquecimento da presença cultural de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal. Dir-se-ia que o seu ceticismo persistiria enquanto a democracia não reinasse simultaneamente em ambos os países. Como isso nunca aconteceu durante a sua vida, não deve surpreender que, neste domínio, o seu contributo tenha acabado

por ser predominantemente pessoal e traduzido em trocas de índole não só intelectual, mas também afetiva.

Articulando as temáticas gerais deste trabalho com esta última vertente, chegámos a resultados que preencherão muitos dos vazios que indicámos, o que, só por si, justifica a originalidade e utilidade dos objetivos que esta investigação visou. Um autor multimodal só através do poliedro formado pelos estudos sobre as suas várias facetas poderá ser mais bem compreendido, pois uma totalidade resulta sempre da correlação das partes. Ora, foi a consciência deste ditame epistêmico que norteou a nossa escolha. Assim, é natural que Joaquim de Carvalho, como um todo, não se encontre nessas páginas. Contudo, elas foram escritas para compartilhar no melhor conhecimento da sua obra e vida, vistas como momentos fortes na História da Cultura em Portugal, campo historiográfico de que, segundo muitos, foi o principal pioneiro.

Será um lugar comum afirmar que, com este trabalho, quisemos fazer uma obra aberta. Assim foi, porque desejámos registrar informações e avançar com leituras que também pudessem ser pontos de partida para pesquisas futuras. E, para fugirmos à tentação do ensaísmo, fizemo-lo com a preocupação de estar, tanto quanto possível, próximo das fontes. Porém, para as interrogar, levantámos problemas para chegar a soluções, sempre cientes de algo que, afinal, aprendemos com o Joaquim de Carvalho filósofo e teórico da história cultural: uma profícua solução é aquela que, uma vez alcançada, tem capacidade para despertar novos problemas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Acervos consultados

Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa – Lisboa
Arquivo Distrital de Braga – Braga
Arquivo Histórico Municipal – Figueira da Foz
Arquivo Municipal Alfredo Pimenta – Guimarães
Arquivo Museu do Imigrante – São Paulo
Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da FCRB – Rio de Janeiro
Arquivo Nacional Torre do Tombo – Lisboa
Arquivo familiar Joaquim de Carvalho – Coimbra
Arquivo familiar Joaquim Montezuma de Carvalho – Lisboa
Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo
Arquivo da Universidade de Coimbra – Coimbra
Biblioteca Pública dos Açores – Ponta Delgada
Biblioteca da Casa de Portugal – São Paulo
Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP – São Paulo
Biblioteca Florestan Fernandes da USP – São Paulo
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra – Coimbra
Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa – Lisboa.
Biblioteca Joaquim de Carvalho – Sala Joaquim de Carvalho – Coimbra
Biblioteca Mário de Andrade – São Paulo
Biblioteca Municipal de Coimbra – Coimbra
Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro
Biblioteca Nacional de Portugal – Lisboa
Biblioteca Municipal de Redondo – Redondo
Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa – Lisboa
Biblioteca Memorial da América Latina – São Paulo
Biblioteca Pública de Braga (da Universidade do Minho) – Braga
Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás – Figueira da Foz
Biblioteca Real Gabinete Português de Leitura – Rio de Janeiro
Casa Museu Ferreira de Castro – Sintra
Casa-Museu José Régio – Vila do Conde
Centro de Documentação e Memória da Unesp (Cedem) – São Paulo
Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro

Fundação Nuce e Miguel Reale – São Paulo
Hemeroteca do Museu do Neorrealismo – Vila Franca de Xira
IberoAmerikanisches Institut – Berlim
Plebeu Gabinete de Leitura – Fortaleza

Fontes

Orais

Entrevista concedida por Carlos Santarém Andrade, no dia 3/12/2014, na cidade de Coimbra.
Entrevista concedida por Dulce Montezuma Diniz de Carvalho, no dia 5/12/2012, na cidade de Figueira da Foz.
Entrevista concedida por Maria Natércia Vieira de Vasconcelos Coimbra, no dia 24/10/2012, na cidade de Coimbra.
Entrevista concedida por Victor Louro, no dia 31/3/2014, na cidade de Lisboa.

Manuscritas

Arquivo Familiar Joaquim de Carvalho (AFJC). *Cartas de João Cruz Costa a Joaquim de Carvalho*, sem catalogação.

Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz (AHMFF). *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixas n.º 31.1 e 31.2.

AHMFF, *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.2. Cartas de Afrânio Peixoto a Joaquim de Carvalho.

AHMFF. *Fundo de Arquivos Pessoais, Joaquim de Carvalho*, caixa n.º 31.2. Cartas de Victor de Sá a Joaquim de Carvalho.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP). *Espólio epistolar Alfredo Pimenta*. Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). *Arquivo da PIDE/DGS*. Joaquim de Carvalho, Processo Individual n.º 464, fls 71-74.

ANTT. *Arquivo da PIDE/DGS*. Joaquim de Carvalho, Del. Coimbra, Processo Individual n.º 646, NT10390.

ANTT. *Arquivo Professor Doutor Marcello Caetano*. Cota: PT/TT/PS/AMC/12-300: Correspondência / Carvalho, Joaquim, cx. 21, documentos 1 a 14.

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). *Fundo Hospedaria dos Imigrantes*, Seção I: Imigração. Série Lista geral de desembarque de passageiros de 1953, lista de bordo de vapores datados de 06/3/53 a 20/4/53, microfilme 184.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). *Manuscritos*. Imprensa da Universidade. Correspondência Particular Recebida 1931-1932. Cota: 1028, avulsos.

AUC. *Manuscritos*. Imprensa da Universidade. “Relação das Férias dos trabalhadores da Imprensa da Universidade de Coimbra para 1934”. Referência: Imprensa da UC-VI-1ºD-1-2-3. Cota: 329.

Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (BFF-USP). *Espólio João Cruz Costa*. Cartas de Joaquim de Carvalho a João Cruz Costa, sem catalogação.

BFF-USP. *Espólio Cruz Costa*. Carta de Eduardo Frieiro a João Cruz Costa, Belo Horizonte, 15/10/56.

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC). *Manuscritos*, cota Ms.3363-12. Diário de Belisário Pimenta. “Memórias: Diário ao correr da pena, vol. 8 (1928-1932)”.

BGUC. *Manuscritos*. Espólio de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Epistolário. Cartas de Joaquim de Carvalho a Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa. *Espólio António Sardinha*. Cartas de Joaquim de Carvalho.

Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMA). *Espólios*: Carvalho Franco, Félix Pacheco, Obras Raras, Catálogo Geral, Referência.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). *Acervo Jaime Cortesão*. Cartas de Joaquim de Carvalho a Jaime Cortesão. cota: bn-acpc-e-e25-274-283, nº7-12.

BNP. *Espólio João Ameal*, Cartas, Cota: BN Esp.E37/Cx.31.

Biblioteca Pública de Braga (BPB) – Universidade do Minho. *Arquivo pessoal Victor de Sá*. Manuscritos.

Museu Ferreira de Castro (MFC). Arquivo Histórico. *Cartas de Joaquim de Carvalho a Ferreira de Castro*. Cota: MFC/C/22.403.

Impressas

Periódicos e obras de referência

Álbum Figueirense. Figueira da Foz, Ano I, Junho/1934-Maio/1935. Acervo BGUC.

Anhemi. São Paulo, s/e, nº. 1 (dezembro de 1950) a nº. 45 (agosto 1954); nº. 86 (1958). Acervo Cedem-SP.

Anuário da Universidade de Coimbra (1926-1927). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933. [Em rede: <https://bdigital.sib.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html>].

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. IV. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s/a.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XVIII. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s/a.

Kriterion – Revista da Faculdade de Filosofia. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, n.º 15-16 (1951), n.º 17-18 (1951). Acervo SJC-FLUC.

Mar Alto. Figueira da Foz: Tipografia Cruz & Cardoso, n.º 233 (11/4/1959), n.º 403 (8/5/1974), n.º 404 (15/5/1974), n.º 405 (22/5/1974), n.º 406 (29/5/1974). Acervo BMC.

Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho, n.º 1 a n.º 9. Figueira da Foz: Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, 1959-1963. Acervo pessoal.

O Instituto - Revista Científica e Literária, vol. 117. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1955.

Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, n.º 1-2 (1951), n.º 3 (1951), n.º 4 (1951), n.º 5 (1952), n.º 6 (1952), n.º 7 (1952), n.º 8 (1952), n.º 13 (1954), n.º 15 (1954), n.º 16 (1954), n.º 17 (1955), n.º 18 (1955), n.º 19 (1955), n.º 20 (1955), n.º 21 (1956), n.º 23 (1956), n.º 24 (1956), n.º 25 (1957), n.º 26 (1957), n.º 27 (1957), n.º 28 (1957), n.º 29 (1958), n.º 30 (1958), n.º 31 (1958), n.º 33 (1959), n.º 34 (1959), n.º 38 (1960). Acervo SJC-Fluc.

Revista Brasiliense, n.º 15 (1958). São Paulo: Ed. Brasiliense. Acervo SJC-FLUC.

Revista Filosófica. Publicação quadrimestral de estudos filosóficos e historico-científicos dirigida por Joaquim de Carvalho. Ano 1-8, n.º 1 a n.º 22. Coimbra: Atlântida, 1951-1959. Acervo pessoal.

Revista de História. São Paulo: Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, n.º 2 (1950), n.º 3 (1950), n.º 4 (1950), n.º 5 (1951), n.º 6 (1951), n.º 21-22 (1955).

Escritos de Joaquim de Carvalho

António de Gouveia e o aristotelismo da Renascença, vol. I, António de Gouveia e Pedro Ramo. Coimbra: F. Amado Editor, 1916.

Leão Hebreu, Filósofo. (Para a História do Platonismo no renascimento). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

A minha resposta ao último considerando do decreto que desanexou a Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra. Coimbra: Tipografia França Amado, 1919

“Advertência”. In CORREIA, Virgílio. *Um túmulo da renascença: a sepultura de D. Luís da Silveira, em Góis*. Prefácio de Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

“Alguns trabalhos da Prof. Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos”. In *O Instituto*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

“Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710)”. In *O Instituto*, n.º 69. Coimbra: 1922.

“Notícia Bibliográfica”. In *Discours Pathétique do Cavaleiro de Oliveira*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1922, pp. 101-118.

“Estudos sobre as leituras filosóficas de Camões”. In *Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses*, vol. 2, fascículos 5-6. Lisboa: 1925, pp. 215-253.

“A livraria de um letrado do século XVI – Fr. Diogo de Murça”. In *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra: 1927. (Republicado em “Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI”, vol. II. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1948, pp. 111-199).

“Formação da Ideologia Republicana (1820-1880)”. In *História das Ideias Republicanas de Portugal*, vol. VII. Lisboa: Barcelos Portucalense Editora, 1930, pp. 163-256.

“Prefácio”. In OLIVEIRA, José Osório de. *Geografia literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

“Prólogo”. In QUENTAL, Antero; MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira (ed. lit.). *Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

“Instituições de Cultura (Séculos XIV e XVI)”. In PERES, Damião (Coord.). *História de Portugal, edição Monumental*, vol. IV. Barcelos: Portucalense Editora, 1932, pp. 241-277.

“Leitor” (introdução). In COLERUS, João. *Vida de Bento de Espinosa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

“Oróbio de Castro e o espinosismo”. In *Seara Nova* n.ºs 459, 461, 462, 464, 516, 636, 637 (1935-1940). (Também publicado em *Memória da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, tomo II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1936. E, 1940, como livro pela Seara Nova).

“Pombal, ou a contradição na política”. In *Album Figueirense*. Revista mensal regionalista, Ano I, n.º 1 (junho de 1943-maio de 1935). Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1935, pp. 156-159.

“Homenagem a Eugénio de Castro”. In *Biblos*, vol. XV, t. 1, Coimbra, 1939.

Sobre a origem da concepção da inconsciência de Deus em Antero de Quental. Separata *Biblos*, n.º 20. Coimbra: s/e, 1945.

“Teófilo Braga”. In SIMÕES, João Gaspar (dir.). *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, vol. I. Lisboa: Edições Ática, 1947.

“Prólogo”. In *Monumentos da Cultura e da Arte Tipográfica Portuguesa do Século XVI Existentes na Biblioteca de D. Manuel II* [catálogo]. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1948.

“Teófilo Braga”. In SIMÕES, João Gaspar (dir.). *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, vol. II. Lisboa: Ed. Ática, 1948.

“Prefácio”. In *Livros de D. Manuel II – Manuscritos, Incunábulos, Edições quinhentistas, Camoniana e Estudos de consulta, seleccionados e apresentados por Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Atlântida, 1950.

“Estado actual do conhecimento da correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães”. In *Revista Filosófica*, n.º 1. Coimbra: Atlântida, 1951, pp. 65-70.

“Notícia e análise de livros: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Filosofia”. In *Revista Filosófica*, n.º 2 (julho). Coimbra: Atlântida, 1951, pp. 181-193.

“Notícia e análise de livros: J. Cruz Costa. Augusto Comte e as origens do positivismo, I vol. São Paulo, 1951”. In *Revista Filosófica*, n.º 2 (julho). Coimbra: Atlântida, 1951.

“Posição”. In *Revista Filosófica*, n.º 1 (maio). Coimbra: Atlântida, 1951, pp. 5-11.

“Prefácio”. In SANTOS, Mariana Amélia Machado. *Manuscritos de Filosofia do século XVI existentes em Lisboa (Catálogo)*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1951

“[Carta-prefácio]”. In FIGUEIREDO, C. J. Moreira de. “João Ramalho: patriarca dos bandeirantes e filho de Vouzela”. *Revista Beira Alta*, vol. 13, fasc. 1-2. Viseu: 1954, pp. 113-120. Também publicado em *O Instituto*, vol. 117. Coimbra: 1955, pp. 123-129.

Correspondência científica dirigida a João Jacinto de Magalhães (1769-1789): contribuição para o seu epistolário. Coimbra: Atlântida, 1952.

“Introdução”. In NUNES, Pedro. *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a Arte de Navegar*. Coleção *Inedita ac Rediviva*, vol. IV. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1952

“Notícia e análise de livros: Obras de Farias Brito. I. O mundo interior. Ensaio sobre os dados gerais da Filosofia do Espírito, Rio de Janeiro, 1951”. In *Revista Filosófica*, n.º 4 (abril). Coimbra: Atlântida, 1952.

“Notícia e análise de livros: A. Carneiro Leão, Panorama Sociologique du Brésil, Pariz, 1953”. In *Revista Filosófica*, n.º 8 (setembro). Coimbra: Atlântida, 1953.

“Notícia e análise de livros: Evaristo de Moraes Filho, Francisco Sanches na renascença portuguesa, Rio de Janeiro, 1953”. In *Revista Filosófica*. n.º 8 (setembro). Coimbra: Atlântida, 1953.

“Notícia e análise de livros: Pedro Calmon, Historia das Ideias Politicas, Rio de Janeiro, 1952”. In *Revista Filosófica*, n.º 9 (setembro). Coimbra: Atlântida, 1953.

“Notícia e análise de livros: Miguel Reale, Filosofia do Direito, São Paulo, 1953”. In *Revista Filosófica*. Ano 3º, n.º 9 (setembro). Coimbra: Atlântida, 1953.

Compleição do Patriotismo Português. Coimbra: Atlântida, 1954.

“Evolução Espiritual de Antero”. In *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XIX*, vol. I, *Anteriana*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1955, pp. 1-246.

“São Paulo e o Brasil que se Constrói”. In *O Instituto - Revista Científica e Literária*, vol. 117. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1955, pp. 234-241.

“Notícia e análise de livros: Evaristo de Moraes Filho, Augusto Comte e o pensamento sociológico contemporâneo”. In *Revista Filosófica*, n.º 20 (agosto). Coimbra: Atlântida, 1957.

“Notícia e análise de livros: João Cruz Costa, Contribuição à Historia das Ideias no Brasil, Rio de Janeiro, 1953”. In *Revista Filosófica*, n.º 20 (agosto). Coimbra: Atlântida, 1957.

“Teixeira de Pascoais e Miguel de Unamuno no seu epistolário”. In *Epistolário Ibérico. Cartas de Pascoais e Unamuno*. Nova Lisboa: Câmara Municipal, 1957.

“Excepta bibliographica ex Bibliotheca Columbina”. In *Arquivo de História e Bibliografia*, vol. I. (1923-1926). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976, p.511-544.

“Cartas já publicadas”. In CARVALHO, Joaquim de. *Obra Completa*, vol. VIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 131-.157.

Escritos sobre Joaquim de Carvalho

ANJOS, Padre Amador dos. “Motivos da minha admiração por Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea*, n.º 2. Figueira da Foz, 1959, pp. 196-197.

ANTONELLI, Maria Teresa. “Joaquim de Carvalho, Filósofo português”. In *Miscelânea*, n.º 8. Figueira da Foz, 1962, pp. 781-783.

BRASIL, Reis. “Joaquim de Carvalho, Mestre da Cultura Portuguesa”. In *Miscelânea* n.º 6. Figueira da Foz, 1961, pp. 557-566.

CARVALHO, José Maurício de. *História da Filosofia e Tradições Culturais. Um Diálogo com Joaquim de Carvalho*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.). *Joaquim de Carvalho no Brasil, juízos e depoimentos*. Coimbra: Atlântida, 1958.

Idem. “Apresentação”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 1. Figueira da Foz: Biblioteca-Museu Joaquim de Carvalho, 1959, pp. 3-6.

Idem. “Posfácio. Das relações entre Joaquim de Carvalho e Espinosa”. In ESPINOSA, Bento de. *Ética*. Tradução e introdução de Joaquim de Carvalho. Lisboa: Relógio d'Água, 1992, pp. 483-501.

CASTRO, Aníbal Pinto de. “Discurso do Diretor da Biblioteca, Sessão Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento do Doutor Joaquim de Carvalho Antigo Diretor da Biblioteca”. In *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XLII. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1994, pp. 1-7.

CATROGA, Fernando. “Joaquim de Carvalho e a História”. In *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XLII. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1994, pp. 9-16.

Idem; VELOSO, Aurélio (orgs). António Sérgio: Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933). In *Revista de História das Ideias*, n.º5. Coimbra: Faculdade de Letras / Instituto de História e Teoria das Ideias da universidade de Coimbra, 1983, pp. 951-1022.

COELHO, António de Oliveira. “A personalidade do Doutor Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea*, n.º 7. Figueira da Foz, 1961, pp. 769-771.

CORTESÃO, Jaime. “Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*, n.º 2. Figueira da Foz, 1959, pp. 198-199.

COSTA, Sousa. “Joaquim de Carvalho e Antero de Quental”. In *Miscelânea*, n.º 7. Figueira da Foz, 1961, pp. 669-671.

CURADO, Manuel. “Joaquim de Carvalho e Henrique de Vilhena: nótila sobre um encontro médico-filosófico”. In *Delfim Santos Studies*, n.º 2. Lisboa: Arquivo Delfim Santos, 2014, pp. 67-74.

FERNANDES, Barahona. “Joaquim de Carvalho – Pessoa e atitude espiritual”. In *Miscelânea*, n.º 9. Figueira da Foz, 1963, pp. 889-915.

FERRÃO, António. “O professor Joaquim de Carvalho e sua época”. 213-237. In *Miscelânea* n.º 3. Figueira da Foz, 1960.

- FREIRE, Gilberto. “Um pensador português”. In *Miscelânea*, n.º 2. Figueira da Foz, 1959, pp. 198-199.
- GUY, Alain. “Joaquim de Carvalho, historien de la philosophie et maître de sagesse”. In *Miscelânea*, n.º 4. Figueira da Foz, 1960, pp. 345-355.
- LEÃO, Antônio Carneiro. “Joaquim de Carvalho”. In CARVALHO, Joaquim Montezuma de (org.), *Joaquim de Carvalho no Brasil, juízos e depoimentos*. Coimbra: Atlântida, 1958, pp. 32-34.
- MALPIQUE, Cruz. “Perfil intelectual e moral do professor Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea*, n.º 2. Figueira da Foz, 1959, pp. 196-197.
- MARQUES, Carla Sofia Fernandes. “Coleção de cartas recebidas pelo Doutor Joaquim de Carvalho: catálogo”. In *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2013, pp. 81-107.
- MARTINS, José V. de Pina. “Joaquim de Carvalho. O Homem e a Obra”. In *Obra Completa vol. I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- Idem*. “Joaquim de Carvalho, pensador e historiador da filosofia”. In *Obra Completa vol. II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- Idem*. “Joaquim de Carvalho, historiador da Cultura Portuguesa (Juventude e primeira maturidade)”. In *Obra Completa vol. III*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- Idem*. “Joaquim de Carvalho, historiador da Cultura Portuguesa (A plena maturidade)”. In *Obra Completa vol. IV*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- Idem*. “Joaquim de Carvalho, historiador das instituições e pensador das ideias políticas”. In *Obra Completa VI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- Idem*. “Apresentação”. In *Obra Completa vol. VII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- Idem*. “Joaquim de Carvalho, I – O homem (1892-1958)”. In *Obra Completa vol. VIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- MONTENEGRO, Abelardo F. “Joaquim de Carvalho, amigo do Brasil”. In *O Povo*, Fortaleza, 24/12/1958, p. 3.
- PEIXOTO, Jorge. “A Imprensa da Universidade de Coimbra e a acção de Joaquim de Carvalho”. In *Arquivo de História e Bibliografia (1923-1926)*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.
- RIBEIRO, Orlando. “Joaquim de Carvalho: Personalidade e pensamento”. In *Biblos*, vol. 56. Homenagem a Joaquim de Carvalho. Coimbra: Faculdade de Letras, 1980, pp. 1-6.
- SANTOS, João Marinho; SILVA, José Manuel Azevedo e. *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004.
- SÉRGIO, António. “António Sérgio: Cartas do exílio a Joaquim de Carvalho (1927-1933)”. Organização, introdução e notas de Fernando Catroga e Aurélio Veloso. In *Revista de História das*

Ideias, n.º 5. Coimbra: Faculdade de Letras / Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra, 1983, pp. 951-1022.

TORRES, Flausino. “Joaquim de Carvalho”. In *Homenagem aos professores Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho*. Lisboa: edição dos alunos da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia, 1935, pp. 81-93.

[Verbete] “Joaquim de Carvalho”. In MATOS, Sérgio Campos (coord.). *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real de História a 1974* [em rede: http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_carvalho.htm].

Outras publicações

AZENHA, Maria do Rosário; FERREIRA, Olga de Freitas da Cunha (orgs.) *Cartas de Alfredo Pimenta*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 9. Coimbra: Faculdade de Letras, 1987.

AZEVEDO, Manuela (seleção, prefácio e notas). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1972.

AZEVEDO, Pedro (org.). *Livros da Biblioteca Carolina Michaëlis, Joaquim de Vasconcelos & outras providências*. Lisboa: s/e, 2014.

Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva: correspondência trocada entre o historiador e o bibliógrafo da literatura portuguesa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

BANDEIRA, José Ramos. *Universidade de Coimbra. Edifícios do Núcleo Central e Casa dos Melos. Tomo II*. Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXII. Coimbra: Coimbra Editora, 1947.

BANDEIRA, Manuel. “Improviso”. In CARVALHO, Joaquim de Montezuma (compilador). *A Teixeira de Pascoaes. Homenagem da Academia de Coimbra pela voz de escritores portugueses e brasileiros*. Coimbra: Academia de Coimbra, 1951, p. 104.

BARATA, Clara; QUEIRÓS, Luís Miguel. “Os livros da resistência: livrarias no regime fascista”. In *Público*, Porto, 11/6/1994, Suplemento Leituras, pp. 1-4.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *O obscurantismo salazarista*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

BERARDINELLI, Cleonice. “Entrevista”. In FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993, pp. 115-141.

CARVALHO, Joaquim Martins de. *Notícia abreviada da Imprensa da Universidade de Coimbra e do seu Monte-Pio de Beneficência: pessoal 1892*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892.

CARVALHO, Joaquim Martins de. “A Imprensa da Universidade. I Notícia abreviada”. In *O Instituto*, vol. XL, 1893.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira. *Discurso proferido na sessão de 8 de Dezembro de 1904 em honra do Dr. Bernardino Machado*. Figueira: Typographia Popular, 1904.

CASTELO BRANCO, Camilo; TRANCOSO, Miguel (editor literário); BAIÃO, António (introdução). *Camilo e Castilho: correspondência do primeiro dirigida ao segundo*. Coleção Inéditos do Arquivo Nacional da Torres do Tombo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

[Catálogo]. *Joaquim Martins de Carvalho: exposição evocativa do 1º centenário do seu falecimento*. Casa Municipal da Cultura, 9 de Dezembro de 1998 a 16 de Janeiro de 1999. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 1999.

CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CEREJEIRA, D. Manuel Gonçalves. “Palavras de S. E. o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira”. In *Revista Brasília*, vol.1. s/p.

COSTA, João (org., prefácio e notas). *Castilho e Caminho. Correspondência trocada entre os dois escritores*. Coleção Inéditos do Arquivo Nacional da Torres do Tombo. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

COSTA, João Cruz. *Ensaio sobre a vida e a obra do filósofo Francisco Sanchez*. Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nº 29. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1942.

Idem. “Correspondência de Capistrano de Abreu”. In *Revista de História*, vol. 10, n.º 21-22. São Paulo: USP, 1955, pp. 541-543.

Idem. “Entrevista com João Cruz Costa”. In *Revista Trans/Form/Ação*, vol. 2. Marília: Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia, 1975, pp. 87-94. [Republicada em 2011 no vol. 34 da mesma revista. Em rede: www.scielo.br/pdf/trans/v34nspe/a05v34nspe.pdf].

GIANNOTTI, José Arthur. “João Cruz Costa”. In *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, n.º 22, set./dez. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1994, pp. 237-239.

HUGO, Victor. *Nossa Senhora de Paris*. Porto: Civilização Editora, 2012.

JEAN-JAVAL, Lily. *Sous le charme du Portugal: visages et paysages*. Paris: Librairie Plon, 1931.

Livros Proibidos no Estado Novo. Catálogo da exposição realizada na Livraria Parlamentar, Assembleia da República, em abril de 2004. Lisboa: Assembleia da República, 2005.

LOBATO, Monteiro. *A Barca de Gleyre. Quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Editora Globo, 2010.

MALLARMÉ, Stéphane. *Oeuvres Complètes*. Paris: Gallimarg, 1945.

MARQUES, Maria Alegria (seleção); *Et al.* (org). *Correspondência de Rodrigues Lapa. Seleção (1929-1985)*. Coimbra: Minerva, 1997.

MENDES, José Maria Amado. *A área econômica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial (1867-1927)*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, pp. 256-263.

MORAES, Rubens Borba. *O Problema das Bibliotecas Brasileiras. Conferência lida no salão de Conferências da Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 23 de setembro de*

1943. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1943.

“Noticiário. Instituto de Estudos Portugueses”. In *Revista de História*, n.º 20, 4º trimestre de 1954. São Paulo: FFCL-USP, 1954, pp. 503-507 [em rede: <http://revhistoria.usp.br>].

OLIVEIRA, Augusto J. Franco de. (edição e introdução). *Cartas de Edmundo Curvelo a Joaquim de Carvalho (1947-1953) e outros inéditos*. Cadernos de Filosofia das Ciências, n.º 1. Lisboa: Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa (CFCUL), 2005.

PEIXOTO, Jorge (org.). *Correspondência de Joaquim Bensaúde para Cândido Nazaré*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1980.

PONTES, Heloísa. “Entrevista com Antonio Cândido”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, vol. 16, n.º 47 (outubro). São Paulo: Anpocs, 2001, pp. 5-177.

QUENTAL, Antero; MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira (ed. lit.). *Cartas inéditas de Antero de Quental a Oliveira Martins*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

REALE, Miguel. *Memórias, vol. I, Destinos Cruzados*. São Paulo: Saraiva, 1987.

RODRIGUES, José Honório (org.), *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1954.

RODRIGUES, Lêda Boechat. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras 2000,

RODRIGUES, Manuel Augusto (dir.). *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1992.

SÁ, Octaviano. “Prefácio”. In OLIVEIRA, Arnaldo Henriques de (org.). *Primeira parte do Catálogo da Magnífica e Curiosa Livraria que pertenceu ao ilustre bibliófilo conimbricense Cândido Augusto Nazareth*. Lisboa: s/e, 1949.

SANTOS, Delfim. *Obras Completas, vol. IV, Correspondência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

UNAMUNO, Miguel de. *Antología poética*. México: Porrúa, 1958.

ZWEIG, Stefan. *Encontros. Impressões sobre livros e escritores*. Tradução de Maria Henriques Osswald. 4ª edição. Porto: Livraria Civilização Editora, 1960.

Principais livros da Biblioteca Joaquim de Carvalho consultados

ANTONIO, Nicolás. *Bibliotheca hispana nova sive hispanorum scriptorium...* vol. 1. Matriti: Joachimum de Ibarra, Typographi Regii, 1783.

AZEVEDO, J. Lúcio. *História dos cristãos novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921.

BANDEIRA, Manuel; CORTESÃO, Jaime. *Glória de Antero*. Cadernos da “Seara Nova”, Biografias. Lisboa: Seara Nova, 1943.

CALDEIRA, Clóvis. *Mutirão – Formas de ajuda mútua no meio rural*. Brasileira série 5ª da Biblioteca Pedagógica Brasileira, nº289. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CARVALHO, J. M. Teixeira. *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz: estudo dos seus catálogos, livros de música e coro, incunáveis raridades bibliográficas, ex-libris e curiosidades históricas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

DUARTE, Paulo. *Palmares pelo Avesso*, 1ª edição. São Paulo: Instituto Processo editorial, 1947.

LEÃO, Carneiro A. *Panorama sociologique du Brésil*. Paris: Presses Universitaires de France, 1953.

CASTRO, Josué de. *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. Rio de Janeiro: Departamento de Estatística e Publicidade, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1935.

CAVALHEIRO, Edgard. *Correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação/Ministério da Educação e Cultura, 1955.

COSTA, Emilia de Sousa. *Como eu vi o Brasil*. Lisboa: Empresa Diário de Notícias, 1926.

COSTA, João Cruz. *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional*. São Paulo: s/e, 1950.

Idem. *Augusto Comte e as origens do Positivismo*, 1º vol. São Paulo, 1951.

Idem. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1956.

Idem. *O Positivismo na República. Notas sobre a História do Positivismo do Brasil*. Brasileira série 5ª da Biblioteca Pedagógica Brasileira, nº 291. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

COUTO, Ribeiro. *Barro do município*. São Paulo: Editora Anhembi, 1956.

FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. São Paulo, s/e, 1952.

JEAN-JAVAL, Lily. *Sous le charme du Portugal: visages et paysages*. Paris: Librairie Plon, 1931.

JORGE, Ricardo. *Brasil! Brasil!*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1930.

LIMA, Abdias. *Crítica da Província*. Fortaleza: s/e, 1956.

LOCKE, John. *Ensaio filosófico sobre o entendimento humano*. Prefácio, edição e anexos de Joaquim de Carvalho. Coimbra: Atlântida, 1950.

NEVES, Roberto das. *Assim cantava um cidadão do mundo: poemas que levaram o autor treze vezes aos cárceres do santo ofício de Salazar*. Rio de Janeiro: Ed. Germinal, 1952.

OLIVEIRA, José Feliciano de. *José Bonifácio e a Independência: O homem do Fico e o verdadeiro Patriarca*. São Paulo: Livraria Martins, 1955.

PEIXOTO, Afrânio, ALVES, Constâncio (org). *José Bonifácio (O velho e o moço)*. Paris/Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1920.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil, Ensaio sobre a tristeza brasileira*. IV.ª edição. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, Editores, 1931.

RÉGIO, José. *Antônio Botto e o amor*. Porto: Livraria progredior, 1937.

RIBEIRO, Álvaro. *O problema da filosofia portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1942.

- SÁ, Vítor de. *O que foi a biblioteca móvel*. Braga: Ed. do Autor, 1954.
- Idem*. *O que foi a Unesco*. Braga: Ed. do Autor, 1955.
- Idem*. *Problemas de Mentalidade*. Braga: Centro Cultural do Minho, 1957.
- Idem*. *Sociedade e Cultura*. Braga: Ed. do A., 1958.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Leitura, 1945.
- SPINOSA. *Éthique*. Trad.nouvelle, préf., table analytique et notes de Raoul Lantzenberg. Paris: Ernest Flammarion, s/d.
- STUDART, Guilherme. *Notas para a História do Ceará*. Lisboa: Typographia do Recreio, 1892.

Bibliografia

- ALBA, José G. Moreno de (coord.); Elsa M. Ramírez Leyva (coord.). *Historia de las Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica: pasado y presente*. México: Universidad Nacional Autónoma, 1995.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp, 2004.
- ANASTÁCIO, Vanda (coord.). *Tratar, Estudar, Disponibilizar. Um futuro para as Bibliotecas Particulares*. Lisboa: Banco Espírito Santo/Centro de História, 2013.
- ANGELIDES, Sophia. *Carta e literatura: correspondência entre Tchêkhov e Górkí*. São Paulo: Edusp, 2001.
- ANSELMO, Artur. *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.
- Idem*. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997.
- ANTUNES, José. “A Imprensa da Universidade na Reforma Pombalina”. In AA.VV, *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 53-66.
- ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês no Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa: Editorial Notícias, 1997.
- Idem*. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Idem*. *O terramoto de 1755. Lisboa e a Europa*. (Lisboa): Clube do Coleccionador dos Correios, 2005.
- Idem*; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- ARAÚJO, Joaquim Machado de (orgs). *História, Educação e Imaginário*. Braga: CIED, 2007.
- ATHANÁZIO, Enéas. *O amigo escrito*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte/Casa Civil, 1988.

AZEVEDO, Carmem Lúcia de. *Monteiro Lobato - Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Senac, 1997.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Tradução Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2014.

BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história*. Porto Alegre: Palier, 2008.

BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

BARRETO, José. “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal (II)”. In *Revista Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1º, pp. 183-212.

BARTHES, Roland. *Escritores, Intelectuais, Professores e outros ensaios*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.

BATISTA, Paula Virgínia Pinheiro. “Livro vai – Livro vem: intercâmbios de uma comunidade de leitores na correspondência de Capistrano de Abreu e João Lúcio de Azevedo (1916-1927)”. In *Revista História*, vol. 30, n.º 2. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, ago/dez 2011, pp. 29-50.

BENJAMIN, Walter. “O Colecionador”. In BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução: Irene Aron; Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BENTO, Paulo Torres. *Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual antifascista*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

BERNARDO, Luís Miguel. *Cultura Científica em Portugal. Uma perspectiva histórica*. Porto: Universidade do Porto, 2013.

BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: a Geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003.

BESSONE, Tânia Maria. *Palácio de destinos cruzados. Bibliotecas, Homens e Livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. “Rivalidade, parricídio intelectual e invasão de fronteiras na trajetória de Cruz Costa”. In *REVISTA Anos 90*, vol. 16, n.º. 29. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História/UFRGS, 2009, pp. 155-181.

Idem. “A cadeira de História e Filosofia da Educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa”. *Tese de doutoramento apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: PUC-SP, 2001.

BORGES, Jorge Luís. “O Livro”. In BORGES, Jorge Luís. *Obras Completas*, vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.

Idem. “A Biblioteca de Babel”. In BORGES, Jorge Luís. *Ficções*. Tradução José Colaço Barreiros. Lisboa: Quetzal, 2013, pp. 75-87.

BOSI, Alfredo. “Editorial”. In *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, n.º 22, set./dez, Especial 60 anos da USP. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1994.

- Idem*. “A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere”. In *Revista do Livro*, n.º 44 (jan.), ano 14. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do livro, 2002.
- BOTO, Carlota. “O Humanismo, o livro e a escola: vínculo clássico para o mundo contemporâneo”. In *International Studies on Law and Education*, n.º 11, mai-ago 2012, CEMOrOC-Feusp / IJI - Universidade do Porto, pp. 19-30.
- BOTS, Hans (ed.); WAQUET, Françoise (ed.). *Commercium Litterarium 1600-1750. La Communication dans La République des Lettres*. Amsterdam/Maarsen: Apa-Holland University Press, 1994.
- BOUDIN, Luis. *Os intelectuais*. Tradução de Maria do Carmo Pizarro. Lisboa: Editora Arcádia, 1971.
- BOUZAS, Fernando. *Corre Manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- BRENDA, Julien. *A Traição dos Intelectuais*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Revisão de Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2003.
- BUESCU, Ana Isabel. “A persistência da cultura manuscrita em Portugal nos séculos XVI e XVII.” In *Revista Ler História*, n.º 45, 2003. Lisboa: ISCTE, pp.19-48.
- Idem*. “Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas”. In *eHumanista Journal of Iberian Studies*, vol.8, 2007, University of California at Santa Barbara, pp. 143-170.
- Idem*. *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.
- BURKE, Peter. *As fortunas d’O cortesão. A recepção europeia a O cortesão de Castiglione*. Tradução Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- Idem*. “Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna”. In *Revista Estudos Avançados*, n.º 44, v. 16, janeiro-abril. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2002, pp. 173-185.
- Idem*. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Idem*; BRIGGS, Asa. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Revisão de Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.
- Idem*. “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. In *Estudos Avançados*, vol.25, n.º 72. São Paulo: IEA/USP, 2011, pp. 277-288.
- CABRAL, Luís (org.); COSTA, Jorge Vale (org.). *Catálogo das exposições Joaquim de Vasconcelos, homem de cultura. Lugares de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos*. Porto: Câmara Municipal, 2009.

CABRAL, Maria Luísa Rosendo. “Património Bibliográfico e Bibliotecas na construção da Identidade Coletiva. Entre um conceito e o seu desenvolvimento, 1750-1800”. *Tese de doutoramento em História Moderna da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 2 vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Idem. “A Real Biblioteca Pública da Corte e a modernidade das bibliotecas portuguesas: os anos decisivos, 1795-1803”. In CABRAL, Maria Luísa Rosendo (dir.). *As bibliotecas portuguesas na transição para a modernidade 1800-1850. Seus intérpretes e suas coleções*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2014, pp.115-129.

Idem. *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803*. Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2014.

CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz: agitador do Brasil*. SP: Companhia Editora Nacional, 1966.

CALVINO, Italo. *Um general na biblioteca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Idem. *Seis propostas para o próximo milénio*. Lisboa: Teorema, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia C. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

Idem. *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista. 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Idem. “O Controle da Opinião e Os Limites da Liberdade. Imprensa Paulista (1920-1945)”. In *Revista Brasileira de História*, n.º 23/24. São Paulo: 1994, p. 65-75.

Idem. “Circulação de ideias entre autores europeus e latino-americanos”. In: PATRIOTA, Rosangela; VANGELISTA, Chiara; RAMOS, Alcides Freire (orgs.). *Circularidades Políticas e Culturais: Percursos Investigativos*. São Paulo (SP): Editora Hucitec, 2012, pp. 131-148.

CARLONI, Karla. *Forças Armadas e democracia no Brasil: o Movimento 11 de Novembro*. Niterói: PPGH/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 2005.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário “sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999.

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”. In *Análise Psicológica*. vol. 17, n.º. 1. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1999.

Idem (dir. e coord.); PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia. *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade. Estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

Idem. “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu”. In *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Ano XXII, n.º 138 (abril-junho). Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1990, pp. 82-86.

Idem. *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

- Idem. Recortes*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- CANFORA, Luciano. *Livro e liberdade*. Tradução Antônio de Padua Danesi. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/Ateliê Editorial, 2003.
- Idem. The vanished library*. Translate Martin Ryle. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1989.
- Idem. A biblioteca desaparecida. Histórias da Biblioteca de Alexandria*. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CARDOSO, Irene A. R. *A universidade da comunhão paulista. O projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARLO, Agustín Millares. *Introducción a la Historia del libro y de las bibliotecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1971.
- CARVALHO, Augusto da Silva. *As academias científicas do Brasil no século XVIII*. Lisboa: Imp. Otosgráfica, 1939.
- CARVALHO, José Murilo de. “As Duas Repúblicas”. In ARANHA, Graça (org., introdução e notas). *Machado de Assis & Joaquim Nabuco: Correspondência*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Top Books, 2008.
- CARVALHO, Paulo Archer de. (org., introd., notas). *Cartas de Joaquim de Carvalho a Alfredo Pimenta 1922-1936. (seguidas de quatro cartas a António Sardinha, 1923-24)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2016.
- Idem. Uma autobiografia da razão. A matriz filosófica da Historiografia da Cultura de Joaquim de Carvalho*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2015.
- Idem. “Joaquim de Carvalho: da memória judaica ao esquecimento da Shoah”*. In PEREIRA, Virgínia Soares (org.), CURADO, Manuel (org.). *Judeus portugueses no mundo*. Vila Nova de Famalicão: Húmus/ Centro de Estudos Lusíadas da Universidade do Minho, 2014, pp. 211-234.
- Idem. “Para uma perspectiva da historiografia da cultura (1916-1958). Joaquim de Carvalho: Metodologia e Epistemologia (I)”*. In *Revista Estudos do Século XX, nº11*. Coimbra: Ceis20/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- Idem. “Para uma perspectiva da historiografia da cultura (1916-1958). Joaquim de Carvalho: Metodologia e Epistemologia (II)”*. In *Revista de História das Ideias, vol. 32*. Coimbra: Instituto de Teoria e História das Ideias, 2011.
- Idem. “A exclusão universitária. Sobre o caso Sílvio Lima, 1935”*. In *Separata da Revista Biblos, vol. IX (2ª série)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2011.
- Idem. “Sílvio Lima: um místico da razão crítica: da incondicionalidade do amor intellectuallis”*. *Tese de doutoramento apresentada a Universidade de Coimbra*. Coimbra: FLUC, 2010.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Das tabuinhas ao hipertexto: uma viagem na história da cultura escrita*. Tradução Manuela D. Domingos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004.

- CASTRO, Zília Osório de. “Uma nova e grande Lusitânea”. In *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol.26, II série. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 71-85.
- CATROGA, Fernando. “José Falcão, um lente republicano”. In *Biblos*, vol. 52. Coimbra: Faculdade de Letras, 1976, pp. 275-303.
- Idem*. “História e ciências sociais em Oliveira Martins”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 117-159.
- Idem*. *Antero de Quental. História, socialismo, política*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- Idem*. “As vanguardas intelectuais, da Geração de 70 à Seara Nova”. In *Seara Nova. Democracia/Razão/Europa*. Porto: Campo das Letras, 2001, pp. 41-60.
- Idem*. *Entre Deuses e Césares*. Coimbra: Almedina, 2006.
- Idem*. “A Universidade Portuguesa e as Universidades Europeias”. In NETO, Vítor (org.). *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010.
- Idem*. “Republicanismos”. In *Revista Biblos*, vol.VIII, 2ª série. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, 2010, pp. 11-71.
- Idem*. *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- Idem*. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Coimbra: Almedina, 2011.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico (orgs.). *Tempos de fascismos: Ideologia – Intolerância – Imaginário*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- Idem*; KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa oficial confiscada pelo Deops: 1924-1954*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2003.
- CARVAJAL, Luis Enrique Otero (dir.). *La destrucción de la ciencia en España: depuración universitaria en el franquismo*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid/ Editorial Complutense, 2006.
- CASTELO, Claudia. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- CAVALLO, Guglielmo(org.); CHARTIER, Roger (org.). *História da Leitura no Mundo Ocidental*, vol. 2. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves, 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARLE, Christophe. *Naissance des intellectuels: 1880-1900*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1998.
- Idem*. “Nascimento dos intelectuais contemporâneos”. Tradução de Maria Helena Camara Bastos. In *História da Educação*. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, n.º 14, set. 2013, pp. 141-156.
- Idem*. *Los intelectuales en el siglo XIX. Percursos del pensamiento moderno*. Tradução de Carlos Martín. Madrid: Siglo XXI, 2000.

- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Lisboa: Vega/Passagens, 1997.
- Idem*. *A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.
- Idem*. Escutar os mortos com os olhos. *Revista Estudos Avançados*, vol. 24, n.º 69. São Paulo: 2010, pp. 7-30.
- Idem*. *A mão do autor e a mente do editor*. Tradução George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- Idem*. CHARTIER, Roger. “O príncipe, a biblioteca e a dedicatória”. In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000, pp. 182-199.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. “João Lúcio de Azevedo. Historiador luso-brasileiro”. In *Revista de História*, vol.11, n.º 24. São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1955, pp. 425-431.
- COSTA, Hebe C. Boa-Viagem A. “Resgatando a memória dos pioneiros: João Cruz Costa”. In *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, ano XXVIII, n.º 2 (dez). São Paulo: 2008, pp. 149-157.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A Universidade Temporã: da colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CURTO, Diogo Ramada (org.); DOMINGOS, Manuela (org.). *As Gentes do Livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.
- Idem* (coord.). *Bibliografia da História do Livro em Portugal: séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.
- DAECTO, Marisa Midori. “Duas “Brasileiras”. In *Livro, Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, vol. 1. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, pp. 39-49.
- DARNTON, Robert. “História da Leitura”. In BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 119-236.
- Idem*. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Idem*. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Idem*. “O poder das bibliotecas”. In Folha de S. Paulo, 15/4/2001, “Mais!” [em rede: www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1504200105.htm].
- Idem*. ““O que é a história do livro?” revisitado”. Tradução: Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro. In *ArtCultura*, vol. 10, n. 16 (jan-jun), Uberlândia: 2008, pp. 155-169.
- Idem*. *A questão dos livros. Passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Idem*. *Censores em ação. Como os estados influenciaram a literatura*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia. “A biblioteca particular de Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos. Breve história e principais núcleos temáticos”. In ANASTÁCIO, Vanda (coord.). *Tratar*,

Estudar, Disponibilizar. Um futuro para as Bibliotecas Particulares. Lisboa: Banco Espírito Santo/Centro de História, 2013, pp. 125-137.

DIAS, Débora. “Rotas de livreiros e seus Almanques: intercâmbios luso-brasileiros nos circuitos do impresso”. In: *Atas do Congresso Internacional de História dos Media e do Jornalismo 2011*. Lisboa: Congresso Internacional de História dos Media e do Jornalismo, 2011.

Idem. “Compleição do Patriotismo Português, um diálogo com o Brasil”. In *Atas do 7º Colóquio do PPLB*. Rio de Janeiro: PPLB do Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, 2015, s/p.

DOMINGOS, Manuela D. *Estudos de sociologia da cultura. Livros e Leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.

Idem. “Os catálogos de livreiros como fontes da História do Livro: o caso dos Reycend”. In *Revista da Biblioteca Nacional*, s. 2, vol. 4, n.º 1 (jan.-jun.). Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989, pp. 83-102.

Idem. *Bertrand: uma livraria antes do Terramoto*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

Idem; GONÇALVES, Paula; FIGUEIREDO, Dulce (coords.). *Estudos sobre história do livro e da leitura em Portugal, 1995-2000*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

Idem (coord.). “*Casa dos Livros de Beja*”. *Doação Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.

Idem (org.); CURTO, Diogo Ramada (org.). *As Gentes do Livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007.

DOYLE, Plínio. “Amigo dos livros”. In SILVEIRA, Julio (org.), RIBAS, Martha (org.). *A paixão pelos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, pp. 53-60.

ECO, Umberto. *A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia*. Tradução de Joana Angélica D’Avila Melo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

Idem. *A Biblioteca*. Lisboa: Difel, 1994.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria das Graças. *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Almedina, 2008.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERRO, João Pedro. *Maçonaria e política no século XX. A loja “Liberdade” (Coimbra, 1863-1864)*. Lisboa: Presença, 1991.

FIERING, Norman S.. “The Transatlantic Republic of Letters: A Note on the Circulation of Learned Periodicals to Early Eighteenth-Century America”. In *The William and Mary Quarterly*, vol. 33, n.º 4 (Oct., 1976). Williamsburg, Virginia: Omohundro Institute of Early American History and Culture, pp. 642-660. [em rede: <http://www.jstor.org/stable/1921719>].

- FIOLHAIS, Carlos; MARQUES, João Carlos. “A BGUC e as Bibliotecas da Universidade de Coimbra”. In AMARAL, A.E. Maia (coord.). *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, pp.133-139.
- FLOWER, Derek Adie. *Biblioteca de Alexandria. As histórias da maior biblioteca da Antiguidade*. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- FRAGA, Gustavo de (org.); SILVEIRA, Francisco (org.). *Catálogo da Livraria de Antero de Quental*. Ponta Delgada: Biblioteca Pública dos Açores, 1991.
- FRANCHETTI, Paulo. “Eça e Machado: críticas de ultramar”. In *Cult, Revista Brasileira de Literatura*, n.º 38, setembro. São Paulo: USP, 2000, pp. 48-53.
- Idem*. “Amar e servir o Brasil é uma das melhores formas de ser português: uma apresentação de Jaime Cortesão”. In LEMOS, Fernando; LEITE, Rui Moreira (orgs.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003, pp. 101-115.
- FREITAS, José Adriano de (dir.). *Da Memória dos Livros às Bibliotecas da Memória. I – Inventário da Livraria de Santo António de Caminha*. Porto: Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998.
- FURTADO, José Afonso. *O mito da biblioteca universal*. Separata dos Cadernos BAD, n.º 2. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), 2007.
- Idem*. *O Papel e o Pixel. Do Impresso ao Digital: Continuidades e Transformações*. Lisboa: Ariadne Editora, 2007.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “Gilda de Mello e Souza, um percurso intelectual”. In *Revista USP*, n.º 69 (março/maio). São Paulo: Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP, 2006, pp. 106-116.
- GILMONT, Jean-François. “Reformas protestantes e leitura”. In CAVALLO, Guglielmo (org.); CHARTIER, Roger (org.). *História da Leitura no Mundo Ocidental 2*. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- GIUGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. *Clavis bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens da Igreja/Biblioteca Nacional de Portugal, 2015.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. “Barão de Studart: o colecionador”. In BEZERRA, José Augusto (coord.). *Arquivos do Barão de Studart*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2010, pp. 27-31.
- GOBBI, Márcia Valéria Zamboni; FERNANDES, Maria Lúcia Outeiro; JUNQUEIRA, Renata Soares (orgs.). *Intelectuais portugueses e a cultura brasileira*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. “Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo”. In *Revista Estudos Históricos*, vol. 6, n.º 11. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), 1993.
- Idem*. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- Idem. Escrita de si, escrita da história.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 51-75.
- GONÇALVES, Adelaide; SILVA, Jorge E. *A Bibliografia Libertária: o Anarquismo Em Língua Portuguesa.* São Paulo: Imaginário, 1999.
- Idem.* “Trabalhador lê?”. In *Revista de Ciências Sociais – Trabalho, Trabalhadores e Dinâmicas Institucionais*, vol. 34, n.º 1. Fortaleza: Departamento de Ciências Sociais/Universidade Federal do Ceará, 2003, pp.59-72.
- Idem;* NOGUEIRA, Antonio Gilberto R. (orgs.). *Caio Prado Jr.: legado de um saber-fazer histórico.* São Paulo: Hucitec, 2013.
- GONÇALVES, Tânia. “João Cruz Costa Educador: Contribuições ao debate sobre a filosofia como formação cultural”. *Dissertação apresentada a Universidade de São Paulo (USP).* São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2004.
- GONTIJO, Rebeca. “A reta e o círculo: amizade, projeto intelectual e construção identitária nas cartas de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo (1916-1927)”. In *Trajeto, Revista de História da UFC*, vol. 3, n.º 5. Fortaleza: 2004.
- GOODY, Jack. *O mito, o ritual e o oral.* Tradução de Vera Jocelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2012, p.144.
- GOULEMOT, Jean Marie. *O amor às bibliotecas.* Tradução Maria Leonor Loureiro. São Paulo: Unesp, 2011.
- GRÉSILLON, Almuth. “Ler para escrever”. Tradução Júlio Castañon Guimarães. In *Escritos, Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa.* Ano 5, n.º 5. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, pp. 7-22.
- GUERREIRO, António. “A Biblioteca Warburg. Entre o Labirinto e o Hipertexto”. In: POMBO, Olga; GUERREIRO, António; ALEXANDRE, António Franco (Ed.). *Enciclopédia e hipertexto.* Lisboa: Duarte Reis, 2006, pp. 524-535.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “A luso-brasilidade e o projecto da revista Atlântida”. In *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol.26, II série. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2009, pp. 51-70.
- Idem.* “Nos subterrâneos das relações luso-brasileiras, dois estudos de caso: o sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940)”. In GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org). *Afinidades Atlânticas: Impasses, Quimeras e Confluências nas Relações Luso-Brasileiras.* Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- Idem.* “O Espaço Público, 30 anos depois”. In *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas da Unicentro, ano VII, nº12, abril de 1999*, tradução de Felipe Chaniel e Tobias Straumarn.

- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua História*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005.
- HACHETE, Louis; CHARTIER, Roger; MARTIN, Jean. *Histoire de l'édition française: les temps des éditeurs*. Paris: Fayard/Cerle de la Librairie, 1990.
- HAMESSE, Jacqueline. "O modelo escolástico da leitura". In CAVALLO, Guglielmo (org.); CHARTIER, Roger (org.). *História da leitura no mundo ocidental*, vol.1. São Paulo: Ática, 1998.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- HARTOG, François. "A testemunha e o historiador". In PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001, pp. 11-41.
- HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HOBSBAWN, Eric & SCOTT, Joan. "Sapateiros politizados". In *Pessoas extraordinárias. Resistência, rebelião e jazz*. Tradução Irene Hirsch Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOLBROOK, Jackson. *O Tato (Uma das cinco portas de amor ao livro)*. Texto extraído da obra *The Anatomy of Bibliomania* (Londres: Faber and Faber, 1950). Tradução de Cláudio Giordiano. Coleção Plaquetas da Oficina nº5. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- JACOB, Christian. "Prefácio". In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000, p. 9-17.
- Idem*. "Ler para escrever: navegações alexandrinas". In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000, pp. 45-73.
- Idem* (dir.). *Des Alexandries II. Les métamorphoses du lecteur*. (Paris): Bibliothèque nationale de France, 2003.
- JULIA, Dominique. "Leituras e contrarreforma". In CAVALLO, Guglielmo (org.); CHARTIER, Roger (org.). *História da Leitura no Mundo Ocidental*, vol. 2. São Paulo: Editora Ática, 1999, pp. 79-116.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução de Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Ed. Uerj/Contraponto, 1999.
- LEANDRO, Sandra. *Joaquim de Vasconcelos, Historiador, crítico de arte e museólogo: uma ópera*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2015.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 2ª edição. Tradução Margarida Sérvulo Correia. Lisboa: Gradiva, 1984.
- LEITÃO, Henrique. (comissário científ.); MARTINS, Lígia de Azevedo (coord.). *Pedro Nunes 1502-1578. Nonas terras, novos mares e o que mays he: novo ceo e novas estrellas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.

Idem. “O livro científico antigo, séculos XV e XVI. Notas sobre a situação portuguesa”. In LEITÃO, Henrique de Sousa (coord.). MARTINS, Lúcia de Azevedo (coord.). *O livro científico dos séculos XV e XVI: ciências físico-matemáticas na Biblioteca Nacional*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004, pp.15-53.

Idem; GIUGEVICH, Luana. *Clavis bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens da Igreja/Biblioteca Nacional de Portugal, 2015.

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Lisboa: Gradiva, 1984.

LEITE, Rui Moreira (org.); LEMOS, Fernando (org.). *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*. São Paulo: Editora Unesp/Edusc, 2003.

Idem. “Escritores portugueses e brasileiros: as relações epistolares a partir dos anos 1930”. In HOISEL, Evelina; RIBEIRO, Maria Fátima (orgs.). *Viagens. Vitorino Nemésio e intelectuais portugueses no Brasil*. Salvador: Instituto de Letras/Universidade Federal da Bahia, 2007, pp. 65-73.

Idem. *Correspondência – Casais Monteiro e Ribeiro Couto*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

LISBOA, João Luís. “Mots (dits) écrits. Formes et valeurs de la diffusion des idées au 18ème siècle, au Portugal”. *Tese de Doutoramento*, Instituto Universitário de Florença, 1999.

Idem. MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis. “A cultura escrita nos espaços privados” In MATTOSO, José (dir.), MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). *História da vida privada em Portugal. vol. 2, A Idade Moderna*. Lisboa, Círculo de Leitores (2010) e Temas e Debates (2011), pp.333-394.

LYONS, Martyn; LEAHY, Cyana. *A palavra impressa. Histórias da leitura no século XIX*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 1999.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

LOUREIRO, José Pinto. *Livreiros e Livrarias de Coimbra do Século XVI ao Século XX*. Coimbra: Edição da Biblioteca Municipal, 1954.

LOURENÇO, Eduardo. “Joaquim de Carvalho e a Ideia de uma Filosofia Portuguesa”. In *Idem*. *Heterodoxia I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Idem. *Uma História da Leitura*. Lisboa: Editorial Presença, 2010.

MARQUES, A. H. Oliveira. “As instituições de cultura”. In SERRÃO, Joel (dir.); MARQUES, A. H. Oliveira (dir.); DIAS, João José Alves (coord.). *Nova História de Portugal vol.V. Do Renascimento à crise dinástica*. Lisboa: Editorial Presença, 1998, pp. 486-483.

MARQUES, Ubirajara Rancan de. “Notas sobre a disciplina “História da Filosofia” no Brasil”. In *Cadernos PET-Filosofia*, vol. 13. Curitiba: UFPR, 2012, pp. 11-24, p. 12.

- MARQUES, Vera Regina Beltrão. “Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779”. In *Educar*, n.º 25. Curitiba: Editora UFPR, 2005, pp. 39-57.
- MARTIN, Henri-Jean. *Historia y poderes de lo escrito*. Traducción de Emiliano Fernandez Prado y Ana Rodríguez Navarro. Gijón, Ediciones Trea, 1999.
- MARTINS, José V. de Pina. *Historias de livros para a História do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- Idem*. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- MASSEAU, Didier. *L’invention de l’intellectuel dans l’Europe du XVIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- MASSI, Fernanda Peixoto. “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960)”. In MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989, p. 415-416.
- Idem*. “Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo”. Dissertação de mestrado defendida no Departamento de Antropologia da Unicamp. Campinas: 1990, p. 13-14.
- [MASSI], Fernanda Arêas Peixoto. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2000.
- MASSON, André; SALVAN, Paule. *Les Bibliothèques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961 [em rede: <http://www.enssib.fr/>].
- MATHIAS, Marcelo Duarte. “O escritor e o sentimento de exílio. Alguns exemplos contemporâneos”. In *Revista Colóquio/Letras*, n.º 183, maio. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, pp. 9-24.
- MATOS, Manuel Cadafaz de. *129 trabalhos científicos de um grande investigador. Catálogo de Exposição Bibliográfica*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.
- MELLO e SOUZA, Gilda de. *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- Idem*. “Depoimentos”. In *Revista Língua e Literatura*, ano X, n.º 10-13. São Paulo: FFLCH-USP, 1984.
- MELOT, Michel. *Livro*. Prefácio à edição brasileira de Marisa Midori. Prefácio à edição francesa de Régis Debray. Tradução de Marisa Midori e Valéria Guimarães. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.
- Idem*. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MINDLIN, José. *Uma vida entre livros. Reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp/Companhia das Letras, 1997.
- Idem*. “Rubens Borba de Moraes: um intelectual incomum”. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. 79, n.º 192. Brasília: Inep, maio/agosto, 1998, pp. 108-111.

Idem. “A evolução do livro do século XV ao século XX”. In DOCTORS, Márcio (org.). *A cultura do papel*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999, pp. 43-56.

MOLLIER, Jean-Yves. *O dinheiro e as letras. História do Capitalismo Editorial*. Tradução Kátia Aily Franco de Camargo. São Paulo: Edusp, 2010.

Idem. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaio sobre História Cultural*. Tradução Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Idem. (org.). DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política (Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX)*. São Paulo: Annablume, 2006.

MORAES, Marco Antonio de (org.). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP/IEB, 2000.

MORAIS, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. Lisboa: Letra Livre, 2011.

MOREIRA LEITE, Miriam L. “Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)”. In *Revista Estudos Avançados*, n.º 22. São Paulo: USP, 1994, pp. 167-177.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.

Idem. *Sociabilidade e comunicação na república das letras: um estado sem fronteiras?*. Coimbra: Separata da Rev. de História das Ideias, vol. 26, pp. 585-597, 2005.

MOTA, Pedro Teixeira da. “Apresentação”. In MORAIS, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. Lisboa: Letra Livre, 2011, pp. 7-13.

MOURA, Maria Lúcia de Brito. *A “Guerra religiosa” na I República*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa/ Universidade Católica Portuguesa, 2010.

NASCIMENTO, Aires A. J. V. *de Pina Martins em convívio com os clássicos*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2013.

NETO, Vítor (org.). *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina, 2010.

NUNES, Henrique Barreto. “Victor de Sá: um homem na história”. In NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato (orgs.). *O mundo continuará a girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 20 anos (1992-2011)*. Braga: Universidade do Minho, 2011.

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. “Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)”. *Tese de doutorado em História apresentada a Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro: ICHF, 2010.

OLIVEIRA, Francini Venâncio de. “Fantasmas da tradição. João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação”. *Tese de doutoramento apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP)*. São Paulo, 2012.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

- PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. *Dissertação de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora, 2000.
- Idem*. “A Oposição Emigrada no Brasil (1930-1960)”. In ALVES, Jorge Fernandes (coord.). *Os “Brasileiros” da emigração*. Vila Nova de Farmalicão: Câmara Municipal, 1999, pp. 124-142.
- Idem*. “O emigrante e a leitura. A colónia portuguesa do Brasil e as suas publicações”. In *Separata da Revista de História das Ideias*, vol.20. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1999, p. 421-444.
- Idem*. “A questão do Brasil na propaganda do Estado Novo”. In *Revista de História das Ideias*, vol. 14. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras, 1992, p. 425-438.
- PETRUCCI, Armando (org.). *Libros, editores y público en la europa moderna*. Traducción Josep Monter. Valencia: Edicions Alfons el Magnàni/Instituto Valenciana D’estudios I Investigació, 1990.
- PEREIRA, Miguel Baptista. *Modernidade e Tempo: Para uma leitura do Discurso Moderno*. Coimbra: Livraria Minerva, 1990.
- PIRES, Homero. “Rui Barbosa e os livros. Conferência pronunciada na Casa de Rui Barbosa, a 5 de novembro de 1938”. In *Rui, sua casa e seus livros. Edição comemorativa do cinquentenário de inauguração da Casa de Rui Barbosa (1930-1980)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, pp. 27-93.
- PITASSI, Maria-Cristina. “La notion de communication dans l’exégèse biblique de la fin du XVIIe siècle”. In BOTS, Hans (ed.); WAQUET, Françoise (ed.). *Commercium Litterarium 1600-1750. La Communication dans La République des Lettres*. Amsterdam/Maarsen: Apa-Holland University Press, 1994, pp. 35-50.
- POLASTRON, Lucien X. *Livros em chamas: a história da destruição sem fim das bibliotecas*. Tradução Léo Schlafman. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 2013.
- POMBO, Olga. *Unidade da Ciência. Programas, figuras e metáforas*. Lisboa: Gradiva, 2011.
- Idem* (org.); GUERREIRO, António(org.); ALEXANDRE, António Franco (Ed.). *Enciclopédia e hipertexto*. Lisboa: Duarte Reis, 2006.
- POMIAN, Krzysztof. “Coleção”. Tradução Suzana Ferreira Borges. In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Memória-História. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- PRADO, Antonio Arnoni. *Cenários com retratos: Esboços e Perfis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- PORTELA, Manuel. *O Comércio da Literatura*. Lisboa: Antígona, 2003.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RAMOS, Rui. “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo”. In *Análise Social*, vol. XXIV (103-104), 1988 (4º, 5º), pp.1067-1145.

RIAÑO ALONSO, Juan José. *Poetas, filósofos, gramáticos y bibliotecarios: origen y naturaleza de la antigua Biblioteca de Alejandría*. Gijón: Editora Trea, 2005.

RICHÉ, Pierre. “As bibliotecas e a formação da cultura medieval”. In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro. *Livros e Leituras no século XIX*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 20. Coimbra: Faculdade de Letras, 1999.

ROCHA, André. *A epistolografia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. “Da importância de não ser filósofo - Um certo “Clima” e a docência de Jean Maugüé”. In *Mnemosine*, vol. 8, n.º 1. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia Social e Institucional/ UERJ, 2012, pp. 265-275.

ROLLAND, Denis. “O estatuto da cultura no Brasil do Estado Novo: entre o controle das culturas nacionais e a instrumentalização das culturas estrangeiras”. In *Idem*; BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez editora, 2003, pp. 85-111.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROIZ, Diogo da Silva. “Entre memórias e histórias da Universidade de São Paulo: Histórias em construção”. In *Revista HISTEDBR On-Line*, n.º 21 (março). Campinas: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” da Faculdade de Educação da Unicamp, 2006, pp. 52-64.

ROSAS, Fernando; BRITO, J.M. Brandão de. *Salazar e Salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

Idem; BRITO, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Idem. “O Estado Novo” In MATTOSO, José (coord.). *História de Portugal*, vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Idem. *Pensamento e acção política. Portugal século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

Idem; SIZIFREDO, Cristina. *A perseguição aos professores. Estado Novo e Universidade*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

SALSANO, Alfredo. “Enciclopédia”. In ROMANO, Ruggiero (dir.), GIL, Fernando (coord. edição portuguesa). *Enciclopédia Einaudi, vol.41, Conhecimento*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2000, pp.369-432.

SANTOS, Boaventura de Souza. “Florestan: um sociólogo comprometido com o seu tempo”. In *Estudos Avançados*, n.º 10 (26). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 1996, pp. 17-21.

SANTOS, Maria José Azevedo. “Algumas considerações sobre a difusão da escrita no tempo das Descobertas”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 4. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp.25-30.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERPA, Élio Cantalício. “A emergência da revista Brasília da Universidade de Coimbra. Memória, História e Política”. In *Veredas*, n.º 13. Santiago de Compostela: Associação Internacional de Lusitanistas, 2010, pp. 35-54.

Idem; PAULO, Heloísa. “O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra: o lugar do Brasil”. In *História Revista*, vol. 18, n.º 2, jul-dez. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, 2013, pp. 91-110.

SETTIS, Salvatore. “Warburg continuatus. Descrição de uma biblioteca”. In BARATIN, Marc (dir.); JACOB, Christian (dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000, pp.108-154

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Douglas Mansur da. “Intelectuais Portugueses Exilados no Brasil. Formação e Transferência Cultural, Século XX”. *Tese de Doutorado – UFRJ/Programa de Pós-Graduação/Museu Nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2007.

Idem. “A Ética da resistência: os exilados anti-salazaristas do “Portugal Democrático” (1956-1975)”. *Dissertação de Mestrado em Antropologia Social apresentada a Universidade de Campinas (Unicamp)*. Campinas: IFCH, 2000.

Idem. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Coleção Estudos e Investigações n.º 42. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVEIRA, Julio; RIBAS, Martha (orgs.). *A paixão pelos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007,

SOBRINO, Hipólito Escolar. *Historia de las bibliotecas*. 3ª edição. Madrid: Pirámide, 1990.

SOUZA, Ricardo Luiz de. “Da crítica ao bacharel à construção do autoritarismo”. In *Mneme. Revista de Humanidades*, vol. 1, n.º. 1, ago/set, 2000 [em rede: www.cerescaico.ufrn.mneme].

TERRAGUINHA, José. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa, Portugal: Editoria, 1989.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. “O projeto político cultural da coleção Atualidades Pedagógicas”. In DUTRA, Eliana de Freitas (org.); MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Eupora e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Anna Blume, 2006, pp. 335-352.

TORGAL, Luís Reis. *A universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva, 1999.

Idem. “O Contexto Político da Extinção da Imprensa da Universidade pelo Estado Novo”. In *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 93-124.

Idem. “A Universidade e a Academia de Coimbra no Estado Novo. As contradições dos Anos Cinquenta”. In *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, vol. XXXVI. Coimbra: Biblioteca Municipal, 2003, pp. 443-460.

Idem. “Intelectuais orgânicos e políticos funcionais do Estado Novo”. In PITA, António Pedro (coord.); TRINDADE, Luís. *Transformações estruturais do campo cultural português 1900-1950*. Coimbra: Ariadne editora/ Ceis 20, 2005, pp.235- 253.

Idem. *Estados Novos, Estado Novo*, vols. I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

Idem (coord.); LEMOS, Mário Matos e. *Oposição e Eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República, 2012.

VAKIL, Abdool Karim. *Leituras de Oliveira Martins. História, Ciências Sociais e Modernidade Económica*. Coimbra: Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXXVIII, pp.47-81, 1999.

VALÉRY, Paul. *Introdução ao Método de Leonardo da Vinci*. Tradução de Geraldo Gérson de Souza. Edição Bilíngue francês/português. São Paulo: Editora 34, 1998.

VAQUINHAS, Irene. “A Aprendizagem da cidadania. Os tempos de juventude de uma republicana singular: Cristina Torres dos Santos (1891-1921)”. In *Revista de Escritoras Ibéricas*, vol. 2 (2014), pp. 91-119. [Em rede: <http://revistas.uned.es/index.php/REI>].

Idem; VARGUES, Isabel Nobre. “A Imprensa da Universidade no liberalismo e na I República”. In AA.VV. *Imprensa da Universidade de Coimbra. Uma história dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001, pp. 67-89.

VAZ, Francisco António Lourenço. “A ideia de biblioteca na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”. In MEDEIROS, Filipa (coord.). *Acervos patrimoniais: novas perspectivas e abordagens*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola/FCT, 2012, pp. 78-96.

MEDEIROS, Nuno Miguel Ribeiro. *Edição e editores. O mundo do livro em Portugal. 1940-1970*. Lisboa: ICS, 2010.

Idem. “Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses”. In *História*, vol. 30, n.º 2, ago/dez. São Paulo: USP, 2011, pp. 179-195.

VELHO, Gilberto. “Gilberto Freyre. Trajetória e singularidade”. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 58, setembro. Oeiras: 2008, pp. 11-21.

- VIANA, Allyson Bruno. “Anarquismo em papel e tinta: imprensa, educação e cultura libertária (1945-1968)”. *Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC)*. Fortaleza: 2014.
- VILAÇA, Alberto. *Resistências Culturais e Políticas nos Primórdios do Salazarismo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O Diabo na livraria dos Inconfidentes”. In: Aduino Novaes (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 367-95.
- Idem*. “Bibliotecas Privadas e Práticas de Leitura no Brasil Colonial”. In *Naissance du Brésil Moderne*, Actes du Colloque “Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil”. Paris: Presses de l'Université de Paris, 1998.
- Idem*. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- VERGER, Jacques. *Homens de saber na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- WINOCK, Michel. *O século dos Intelectuais*. Lisboa: Terramar, 2000.